

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

O presente tomo das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa* —
Classe de Letras reúne as comunicações apresentadas nas sessões
académicas da Classe de Letras no ano de 2019.

Título: Memórias da Academia das Ciências de Lisboa
Classe de Letras
Tomo XLVII

Edição: Academia das Ciências de Lisboa

Impressão: Gráfica 99

Data de impressão: 2024

ISSN: 0378-116X

Depósito legal: 61370/92

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

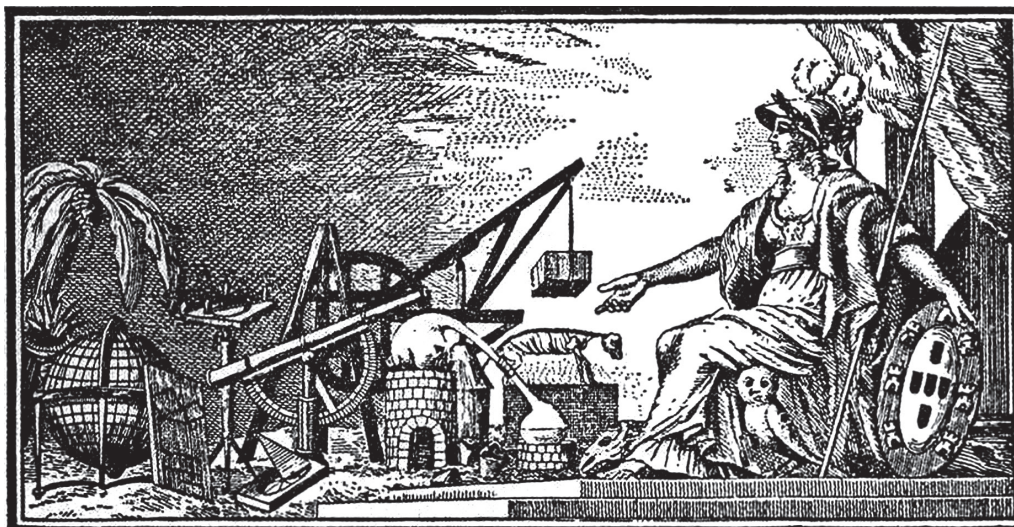
CLASSE DE LETRAS

TOMO XLVII



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2024



A Revolução Liberal de 1820 em contexto local e global

JOSÉ LUÍS CARDOSO

UMA REVOLUÇÃO LIBERAL

No dia 24 de Agosto de 1820, as tropas estabelecidas na cidade do Porto juntaram-se para demonstrar a sua oposição à regência que governava em nome de D. João VI, residente no Rio de Janeiro, para exigir o regresso do monarca a Lisboa e para confiar a uma junta governativa provisória o mandato de preparar a convocação de Cortes que dessem ao país uma Constituição. Assim se dava o primeiro passo na edificação de um novo regime de monarquia constitucional em Portugal. A revolução liberal de 1820 foi um acontecimento de crucial importância para a história contemporânea de Portugal. Foi um marco decisivo na trajetória de evolução da sociedade portuguesa ao longo do século XIX, nas suas múltiplas componentes (social, económica, política, institucional e cultural).

Portugal era um reino de matriz europeia com a capital no Brasil, um país de rei ausente entregue aos cuidados de uma regência dominada política e

militarmente pela Inglaterra, a potência que tinha ajudado Portugal a resistir à invasão e ocupação napoleónicas cujos efeitos destruidores pesaram significativamente no tecido produtivo português. Por isso, a revolução reclamava como seu propósito trazer o rei de volta e quebrar o poder da tutela britânica, regenerando o país em múltiplas frentes e ao abrigo de uma nova visão sobre a essência da soberania e sobre as formas de exercício do poder.

Num texto que dedicou a este dia 24 de Agosto que chamou de “eternamente sagrado e memorável”, o jovem Garrett, então com 22 anos, escreveu emocionado, em tom de exaltação patriótica:

Já temos uma pátria, que nos havia roubado o despotismo: a timidez, a covardia, a ignorância, que o tinha criado, que se prostrava com vil idolatria ante a obra das suas mãos, acabou. A última hora da tirania soou; o fanatismo, que ocupava a face da terra, desapareceu; o sol da liberdade brilhou no nosso horizonte, e as derradeiras trevas do despotismo foram, dissipadas por seus raios, sepultar-se no inferno¹.

Terá sido mesmo uma revolução aquilo que aconteceu? E será o adjetivo liberal o que melhor qualifica o significado desse momento? A abordagem feita neste texto pressupõe uma resposta positiva a ambas as perguntas, aceitando-se a validade de uma designação que expressa bem o alcance e o sentido das mudanças então iniciadas.

Esta revolução não teve os atributos habitualmente consignados a este termo, de insurreição, sublevação, revolta social, rebelião política, tumulto violento ou guerra civil. Foi um mero e tranquilo levantamento de tropas insatisfeitas, convencidas por magistrados e homens de negócio estabelecidos na cidade do Porto da inevitabilidade e relevância desse gesto heróico. Foi um pronunciamento militar que de forma pacífica ditou o início do fim de uma época histórica. Voltando a recordar Garrett, no mesmo texto destinado a explicar a legitimidade do dia 24 de Agosto:

A nação portou-se com aquela prudência, com aquela generosidade, com aquela paz, que são a alma e o penhor da pública felicidade, e que são a característica duma boa revolução².

¹ Garrett, 1821, p. 4.

² Idem, p. 26.

Como é próprio das “boas revoluções”, os acontecimentos de 1820 e o período de gestação e aprovação da primeira Constituição portuguesa de 1822 provocaram reações e anticorpos que criaram contratempos e recuos. Houve golpes e motins e tudo terminou numa guerra civil (1832–1834) que constituiu o desfecho violento e sangrento da revolução iniciada em 1820. Foi neste período que medeia entre 1820 e 1834 que a revolução liberal portuguesa afirmou e consolidou o seu propósito e o seu destino.

Garrett apelidou como boa a revolução. Um dos principais inspiradores do pronunciamento de 24 de Agosto de 1820, Manuel Fernandes Tomás, referir-se-ia a este acontecimento como uma “revolução venturosa”³. Um dos jornais mais relevantes criados na época, o *Astro da Lusitânia*, chamou-lhe “revolução milagrosa” (nº 1, 30 de Outubro de 1820). Todavia, conforme pioneiramente analisou Telmo Verdelho (1981), foi escassa a utilização do termo revolução pelos protagonistas do momento vivido. Preferiram quase sempre o termo regeneração, mediante o qual expressavam o sentido próprio de um movimento que dá nova vida a um corpo social e político carente de cuidados. O termo revolução e o qualificativo de revolucionário ficavam disponíveis para o uso pejorativo de quem procurava estabelecer analogia ou paralelo entre os regeneradores portugueses e os revolucionários franceses, cujo exemplo não podia deixar de ser exorcizado.

Para quem interpreta o que se passou em Portugal imediatamente antes e depois de 24 de Agosto de 1820, o conceito de revolução é manuseado na aceção múltipla e polifacetada de pronunciamento militar, de reforma institucional, de restauração política, de regeneração económica e social. Trata-se de reconhecer o âmbito alargado de mudanças de longo prazo com implicações no funcionamento das instituições e estruturas da vida quotidiana. Ou seja, o termo revolução integra uma perspetiva de movimento e mudança, um sentido de regeneração e progresso, e não está necessariamente associado à ideia limitada de tumulto violento ou de guerra civil. Engloba também a noção de construção do futuro (desconhecido) e perde definitivamente o significado etimológico latino de movimento circular com regresso ao ponto de partida, tal como tradicionalmente aplicado pela astronomia ao estudo dos corpos celestes.

A revolução de 1820 teve essa dimensão regeneradora, de procura de adaptação e mudança, de fruição da liberdade, de ânsia de criação de novas instituições de

³ Tomás, 1821, p. 8.

poder representativo, de consolidação de virtudes cívicas. Tal desiderato implicava a participação do Estado e, num certo sentido, confunde-se ou mistura-se com a ideia de reforma que cumpre ao Estado realizar. Ou seja, pressupunha a autoridade e a responsabilidade política do legislador na conceção e execução de programas de melhoramento social em benefício do conjunto da população. Teve ainda uma característica que corresponde a um dos atributos centrais de todas as revoluções: a projeção futura de compromissos presentes, a vontade explícita dos seus principais mentores e promotores de quererem continuar a mudar a ordem das coisas.

Porquê liberal? Este qualificativo sugere um modelo de sociedade baseado na força e capacidade do indivíduo, no realce das suas virtudes geradoras de equilíbrio e bem-estar social, na limitação da intervenção do Estado sempre que esteja em causa o exercício da liberdade individual. Os protagonistas diretos da revolução portuguesa de 1820 não tiveram a preocupação de justificar as razões por que se proclamavam liberais, eles próprios ou os princípios e ideias que defendiam. Pesou certamente a influência da linguagem e experiência espanholas, onde o termo liberal foi amplamente utilizado para caracterizar os princípios constitucionais aprovados pelas cortes de Cádiz e o movimento de resistência e libertação perante a ocupação francesa. Depreende-se, por vezes, uma associação da expressão liberal à defesa de um novo conceito de soberania, assente na nação feita de indivíduos, e à denúncia da arbitrariedade e do despotismo. Utiliza-se a palavra liberal para reivindicar um modelo de organização política baseado na separação de poderes (legislativo, executivo e judicial) e na defesa de direitos e garantias individuais. Aproveita-se a onda de mudança política para proclamar a liberdade de expressão na esfera pública como uma das grandes causas liberais. Por último, ainda que com menos fulgor do que em momentos anteriores já ocorrera, reclamam-se liberais todos os princípios relativos ao exercício de atividades económicas de produção e consumo não sujeitas ao controlo e supervisão do Estado.

A demonstração de que o termo liberal trazia consigo anseios de mudança e ressonâncias revolucionárias ficava transparente na exortação negativa que os defensores da monarquia lhe haviam dedicado, num texto publicado em 1819 (e que viria a conhecer nova edição em 1823, após a Vilafrancada):

Debaixo desta denominação de ideias e instituições liberais, entendem eles a maior parte das máximas que deram origem à Revolução Francesa, e que por espaço de mais de vinte anos encheram o mundo de horrores e carnificinas; e principalmente se

*apresentam caracterizados com esta mesma denominação os seguintes princípios, a saber: o governo constitucional, ou a representação nacional; os pretendidos delitos de opinião; a tolerância infinita em matéria de religião; a lei imoral do divórcio; a liberdade infinita da imprensa.*⁴

UMA REVOLUÇÃO ENTRE OUTRAS

O pronunciamento militar de 24 de Agosto de 1820 adquiriu, por conseguinte, o inegável estatuto de uma revolução liberal. Mas o que em Portugal se passou há 200 anos foi também, afinal, a consubstanciação de um movimento mais vasto de transformação e revolução que afetou globalmente o mundo, sobretudo na Europa, mas igualmente nas Américas (de norte a sul) e em diversas regiões asiáticas (do império otomano à Rússia, da Índia à China, Japão e Indonésia). Foram mudanças que revestiram amplitude global, com contágios e influências que operaram em diversas direções e que não podem ser circunscritas aos palcos habitualmente referenciados pela historiografia canónica de matriz europeia. Não é mais sustentável a ideia de que as revoluções de cunho liberal (na Europa ou noutros palcos do mundo) tiveram uma única origem causal, por simplificação exemplificada pelos símbolos e lemas da Revolução Francesa que a expansão napoleónica, e consequentes ambições geopolíticas, teria ajudado a disseminar e a implantar.

Entre os elementos caracterizadores desta era de revoluções a uma escala global importa assinalar a convicção sobre as virtudes de uma nova noção de soberania com fundamentos filosóficos assentes nos direitos naturais dos indivíduos que escolhem os seus representantes legítimos. O combate anti-monárquico, anti-clerical e anti-aristocrático à ordem social e política do *ancien régime*, foi especialmente relevante para os protagonistas da Revolução Francesa de 1789. Num ambiente propício à denúncia das arbitrariedades do poder absoluto, procuraram consagrar novos princípios de cidadania política e a universalidade de novos direitos, considerando imprescindível a publicação de constituições escritas, estabilizadoras de processos de separação e distribuição dos poderes.

Muitas das ideias saídas da Revolução Francesa tiveram repercussão noutras regiões e instituições, dentro e fora da Europa. Mas também suscitaram

⁴ *As ideias liberais, último refúgio dos inimigos da religião e do povo*, obra traduzida, por Joaquim José Pedro Lopes. Lisboa, Impressão Régia, 1819, pp. 10-11.

animosidade e oposição em países que acreditavam que as reformas políticas eram viáveis sem os exageros do terror jacobino e sem os efeitos nefastos da expansão hegemónica de Bonaparte. Nalguns casos, designadamente em Espanha, Portugal e Itália, viveu-se mesmo a absoluta contradição de se evocarem ensinamentos políticos e ideológicos da Revolução Francesa para que as nações fossem patrioticamente salvas da ruína provocada pela ocupação napoleónica e suas sequelas.

Outro elemento de caracterização da era das revoluções diz respeito ao desmembramento dos impérios e à independência de vastos territórios coloniais. O exemplo da Revolução Americana de 1776 mostrou como foi possível que uma revolta de pequena escala contra o sistema fiscal vigente numa parcela do império se transformasse num movimento global de contestação dos poderes localmente instituídos e, por extensão, da coroa britânica. A amplitude das relações comerciais no quadro dos impérios existentes, e a crise motivada pelos ímpetus de autonomia e movimentos de independência efetiva, forçavam ou convidavam a uma tomada de consciência de que o mundo se tornara num campo de revoluções convergentes que ditavam mudanças irreversíveis, mesmo que as sedes dos antigos impérios procurassem manter-se a salvo de tais movimentos.

A percepção de que as coisas mudavam mesmo funcionava como incentivo a um despertar das nações, à formação de identidades nacionais, à afirmação crescente de países que queriam ver reconhecidas as suas capacidades próprias na cena internacional. Todavia, esses apelos e desígnios patrióticos eram difundidos por vozes descontentes que faziam eco e promoviam a emulação das boas práticas, ou seja, dos acontecimentos revolucionários que se registavam com sucesso noutros horizontes. Os sentimentos e complexos de inferioridade e de atraso eram também instrumentos retóricos de alerta e de mobilização para a realização de mudanças, para a concretização de intentos regeneradores. Deste modo, nacionalismo e cosmopolitismo conviviam de forma aparentemente paradoxal e complementavam-se como fundamentos da construção de um diferente mundo global.

Uma outra revolução, sem data fixa de calendário, entretanto ocorria: o acréscimo substancial da produtividade e prosperidade associadas à chamada Revolução Industrial, com efeitos visíveis no último quartel do século XVIII. A intensificação do uso de capitais e tecnologia aplicados ao sector industrial, a inovação energética introduzida pela máquina a vapor e a rápida difusão da sua utilização, e ainda os benefícios de novas formas de organização e divisão do trabalho, provocaram

acréscimos significativos na oferta de produtos manufaturados. Era assim possível dar resposta a necessidades crescentes de procura impulsionada por novos hábitos de consumo, e até fomentar o recrudescimento de consumos supérfluos, com a consequente e inevitável extensão dos mercados e atividades mercantis.

Para uma adequada compreensão e justificação das mudanças económicas em curso emergiu uma ciência nova, a economia política, que teve na *Riqueza das Nações* de Adam Smith, publicada em 1776, um dos principais marcos fundadores. As suas intenções não eram apenas propedêuticas, uma vez que inscrevia o propósito político de legitimar a bondade das mudanças vividas por uma sociedade comercial que era garante simultâneo dos interesses individuais e da felicidade pública. As categorias analíticas usadas para explicar o funcionamento dos mercados eram inseridas num quadro doutrinal que afirmava as virtudes da ordem natural do mercado, entendida à luz de princípios que se convencionou classificar de liberalismo económico. Ou seja, princípios baseados na liberdade de produção e comércio, sem entraves e constrangimentos impostos por regulamentações estatais ou privilégios corporativos. Este ideário revelar-se-ia fundamental para garantir o avanço das revoluções liberais a uma escala global, mesmo que em muitas situações os adeptos confessos do *laissez-faire* e da liberdade económica das trocas preferissem manter um quadro de referências pouco recetivo a ideias liberais no campo político.

UMA REVOLUÇÃO MAIS PRÓXIMA

O modo como foram assimiladas as mudanças anteriormente esboçadas variou de país para país, de região para região. Os atrasos, ou ritmos diferentes, dependiam de uma multiplicidade de fatores, entre os quais importa assinalar: a ousadia no questionamento da ordem política de antigo regime e das estruturas do Estado absolutista; a capacidade de denúncia de privilégios locais ou jurisdições particulares; a disponibilidade de mobilização de forças militares empenhadas em apoiar ou desencadear uma mudança de regime; a existência de um ambiente cultural, intelectual ou religioso propício à receção de ideias ilustradas de regeneração e melhoramento social; os sucessos económicos decorrentes de uma revolução industrial geradora de níveis acrescidos de riqueza produzida e consumida. Com efeito, é da junção e consideração simultânea destes factores

que depende uma interpretação apropriada da complexidade de um período histórico para o qual a revolução liberal portuguesa de 1820 também contribuiu.

Para se compreender a ocorrência das revoluções, importa atender à forma como foram ouvidas e geridas as pressões e insatisfações populares, ao impacto que tiveram manifestos, reclamações e movimentos peticionários, às imagens construídas sobre o papel dos reis e príncipes como depositários de soluções de bom governo dos povos, à maturidade revelada na defesa da bondade de princípios constitucionais de aplicação universal. E, acima de tudo, importa perceber como é que esses diversos elementos se combinaram em conjunturas específicas e propícias a desenlaces de rutura. Neste sentido, a análise dos acontecimentos mais marcantes da revolução liberal portuguesa beneficia do conhecimento do contexto dos movimentos revolucionários coevos que ocorreram na Europa do Sul.

Em Espanha, a guerra de libertação contra a França, deixara efeitos destruidores em múltiplas frentes, da vida familiar à organização militar. O dramatismo intenso dos fuzilamentos de 3 de Maio de 1808, que Goya fixou de forma tão arrebatadora, representou uma espécie de epifania dolorosa do processo de revolta contra a ocupação francesa com consequências especialmente negativas na organização de sectores económicos arruinados que necessitavam de impulso político para se reconverterem em motores de crescimento.

A Constituição de Cádiz foi aprovada em Março de 1812, em pleno período de domínio napoleónico em Espanha, sob a tutela do rei imposto José Bonaparte, irmão do imperador. Cádiz mantinha-se como reduto de resistência e símbolo da guerra de independência duramente travada pelos revolucionários liberais espanhóis que para o efeito contavam com o auxílio militar inglês. À revelia do poder de ocupação, Cádiz acolheu a realização das cortes que em 1812 aprovaram um texto constitucional que viria a influenciar a evolução política em diversos países do Sul da Europa.

A constituição tinha um cunho marcadamente liberal, assente em princípios de separação de poderes, com forte preponderância do poder legislativo, e numa conceção de soberania que conferia à nação, ou seja, ao povo, o papel de depositário desse poder essencial. Não obstante a sua inclinação republicana e anti-aristocrática (à qual não seria estranha a influência e inspiração da constituição francesa de 1791) reconhecia Fernando VII como rei, o qual, porém, viria a renunciar ao cumprimento dos preceitos constitucionais dois anos depois, quando no final da ocupação napoleónica foi entronizado no seu posto.

Fernando VII prosseguiu uma política de reforço imperial que não tinha mais hipótese de funcionar como alavanca da projeção espanhola nos mercados internacionais. Nas próprias colônias em território das Américas, os sentimentos e tensões independentistas já não podiam ser contidos. Os exemplos das declarações de independência do Haiti (1804), Colômbia (1810), Venezuela (1811), Paraguai (1811), México (1813), Argentina (1816) e Chile (1818) ilustram com clareza o novo ambiente geopolítico de um império em desagregação nas vésperas de 1820.

Internamente, o descontentamento de múltiplos sectores sociais e políticos com a obstinação de Fernando VII ganhou expressão consequente de revolta em Janeiro de 1820, quando as tropas amotinadas sob a liderança de Rafael Riego se recusaram a embarcar em novas expedições coloniais e conferiram suporte militar ao movimento que dois meses depois, em Março de 1820, estabeleceu a Constituição de Cádiz como guia das reformas políticas liberais. Um guia que durou pouco mais do que um triénio, demonstrando as dificuldades de renovação do regime político espanhol e as fortes tensões internas entre “moderados” e “exaltados”, incapazes de traçar um rumo de conciliação e de entendimento convergente.

O radicalismo espanhol não suscitou grandes preocupações junto das principais potências europeias (Inglaterra, França, Rússia e Áustria), que se remeteram a aguardar o previsível desfecho anti-liberal. Mas não há dúvida que a proclamação da Constituição de Cádiz deu novo fôlego aos adeptos de ideias políticas liberais em diversos horizontes europeus, tornando-se uma referência central de movimentos liberais, patrióticos e nacionalistas que então eclodiram, especialmente na Europa do Sul. Assim foi em Nápoles e Sicília (Julho de 1820) e na Lombardia e Piemonte (1821), que tomaram como referência política estratégica o exemplo espanhol. A situação de descontentamento nas diversas repúblicas e soberanias italianas não era apenas resultado de um espírito conspirativo revolucionário premeditado, ou da adesão a princípios de liberalismo político de aceitação comprovada noutros quadrantes da Europa. Em grande parte, resultava do contágio da experiência espanhola veiculada pela comunicação internacional entre sociedades secretas, mas também da ineficácia da tutela austríaca estabelecida no rescaldo do Congresso de Viena em muitas regiões de Itália, geradora de naturais sentimentos de desgosto que aguardavam momento oportuno para se fazerem expressar.

Também na Grécia (em Fevereiro 1821) e noutros territórios do império otomano se iniciaram movimentos de revolta, com a participação ativa de sociedades secretas e de redes internacionais que acabariam por estar na origem de movimentos nacionais de independência face ao domínio turco.

Os esforços de Metternich, principal figura do Império Austríaco, para conter o alargamento dos movimentos liberais no Sul da Europa acabariam por ser bem sucedidos, contando para o efeito com a compreensão diplomática das restantes potências europeias integrantes da Santa Aliança que preferiam que as mudanças ocorressem sem sobressaltos políticos perturbadores das ordens reinantes na Europa saída do Congresso de Viena.

Foi neste ambiente meridional de partilha de anseios liberais de mudança política e de transformação dos modos de representação e legitimação do poder, sob a vigilância atenta das potências da Santa Aliança, que se criaram as condições e se interligaram os fatores que estiveram na génese da revolução liberal portuguesa de 1820.

Em conclusão: a revolução de 1820 resultou de circunstâncias locais habitualmente identificadas com o sentimento de orfandade de uma nação, com o seu rei ausente e sob tutela administrativa, militar e política inglesa, e com a vontade de mudança política alimentada por sectores esclarecidos da magistratura e do exército. Mas resultou também, e sobretudo, do ambiente internacional próprio de uma era de revoluções que viabilizou o triunfo da causa liberal e constitucional.

O próximo ano de 2020 vai ser fértil em eventos evocativos que nos farão recordar o significado desse momento histórico. Por isso, pareceu oportuno situar e balizar alguns tópicos que nos ajudam a compreender as circunstâncias locais e globais em que ocorreu este momento fundador.⁵

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 10 DE JANEIRO DE 2019)

⁵ Este texto, originalmente apresentado em sessão da Classe de Letras, viria a ser retomado e ampliado em Cardoso, 2019. Para sua elaboração foram essenciais as seguintes leituras: Armitage & Subrahmanyam, 2010; Bayly, 2004; Fernández Sebastián, 2009 e 2014; Ferreira, 2012; Hobsbawm, 1962; Isabela, 2009; Koselleck, 1985; Monteiro, 2008; Osterhammel, 2014; Paquette, 2013; Schroeder, 1994; Valente, 1997; Verdelho, 1981. A esta bibliografia referência deverá também acrescentar-se a obra fundamental publicada de Maurizio Isabela, 2023.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ESSENCIAIS:

- Armitage, D. & Subrahmanyam, S. (eds.). *The Age of Revolutions in Global Context, c. 1760–1840*, Basingstoke and New York, Palgrave Macmillan, 2010.
- Bayly, C.A., *The Birth of the Modern World, 1790–1914. Global Connections and Comparisons*, Oxford, Blackwell, 2004.
- Cardoso, J. L., *A Revolução liberal de 1820*. Lisboa, CTT, 2019.
- Fernández Sebastián, J. (dir.), *Diccionario Político y Social del Mundo Iberoamericano. La Era de las Revoluciones, 1750–1850 [Iberconceptos I]*. Madrid: Fundación Carolina/Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.
- Fernández Sebastián, J. (dir.), *Diccionario Político y Social del Mundo Iberoamericano. Conceptos Políticos Fundamentales, 1770–1870 [Iberconceptos II]*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2014.
- Ferreira, F. S. M., O conceito de revolução na História dos Conceitos: um percurso em Portugal, 1750–1870, In Pereira, Miriam Halpern et. al. (org.), *Linguagens e Fronteiras do Poder*, Lisboa, Centro de Estudos de História Contemporânea, ISCTE-IUL, pp. 79-96, 2012.
- Garrett, J. B. A., *O dia vinte e quatro d'Agosto*. Lisboa, Tipografia Rollandianna, 1821.
- Hobsbawm, E. J., 1962. *The Age of Revolution (1789–1848)*, London, Weidenfeld & Nicolson. [trad. Portuguesa: *A Era da Revolução (1789–1848)*, Lisboa, Presença, 1992].
- Isabela, M., *Risorgimento in Exile: Italian Émigrés and the Liberal International in the Post-Napoleonic Era*, Oxford, Oxford University Press, 2009.
- Isabela, M., *Southern Europe in the Age of Revolutions*. London and Princeton: Princeton University Press, 2023.
- Koselleck, R., Historical criteria of the modern concept of revolution. In: Koselleck, Reinhart, *Futures Past: On the Semantics of Historical Time*, Cambridge MA, MIT Press, pp. 39-54, 1985.
- Monteiro, N. G., Liberal – Liberalismo. *Ler História*, n.º 55, pp. 97-110, 2008.
- Osterhammel, J., *The Transformation of the World. A Global History of the Nineteenth Century*. Princeton and Oxford, Princeton University Press, 2014.
- Paquette, G., *Imperial Portugal in the Age of Atlantic Revolutions. The Luso-Brazilian World, c. 1770–1850*. Cambridge and New York, Cambridge University Press, 2013.
- Schroeder, P. W., *The Transformation of European Politics, 1763–1848*. Oxford: Clarendon Press, 1994.
- Tomás, M. F., *Relatório feito às Cortes sobre o Estado e Administração do Reino*. Lisboa, Imprensa Régia, 1821.
- Valente, V. P., *Os Militares e a Política (1820-1856)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997.
- Verdelho, T. S., *As Palavras e as Ideias na Revolução Liberal de 1820*. Coimbra: INIC, 1981.

Algumas considerações sobre a polémica do “Desejado”, que opôs António Sérgio e Carlos Malheiro Dias

RAFAEL GOMES FILIPE

“EVOCAÇÃO DE ANTÓNIO SÉRGIO POR OCASIÃO DO CINQUENTENÁRIO DA SUA MORTE”

Surpreendendo Sérgio pouco antes do deflagrar da polémica com Malheiro Dias, vemo-lo a prosseguir o seu apostolado pela “ressurreição do Espírito Crítico”, em seu entender ausente do país desde o século XVII, depois de uma breve passagem pelo ministério da Instrução Pública, em finais de 1923, no governo presidido por Álvaro de Castro. Sérgio não tardou a demitir-se, por não ter conseguido fazer aprovar pelo Parlamento o seu projecto de um Junta de Propulsão dos Estudos¹.

Quanto a Malheiro Dias, que voluntariamente se exilara no Brasil após a proclamação da República, em 1910, a direcção da “História da Colonização Portuguesa no Brasil” trouxe-o frequentes vezes a Portugal no início dos anos 20, já que essa obra colectiva, a muitos títulos notável, estava a ser impressa no Porto. Pôde então estabelecer contacto com elementos do grupo do “Integralismo Lusitano”, como simpatizante, mas sem aderir à dinâmica facção monárquica conservadora, onde o próximo futuro Estado Novo colheria não poucas sugestões doutrinárias e, pelo menos de início, alguns colaboradores influentes².

I

Analise agora, sucintamente, as diferentes “peças” da polémica. Sérgio abordara pela primeira vez o sebastianismo a propósito do livro *A Evolução do Sebastianismo*, de João Lúcio de Azevedo. Nesse seu ensaio, *Interpretação Não*

¹ Gomes Filipe, R., p. 15.

² *Ibidem*.

Romântica do Sebastianismo, publicado pela primeira vez na revista *Águia* de Julho-Agosto de 1917, sustenta Sérgio a hipótese de o messianismo português (de que o sebastianismo seria uma fase) se ter originado, não de uma psicologia de *raça*, como o defenderam Teófilo Braga e Oliveira Martins, mas de *condições sociais* semelhantes às do povo hebreu, reforçadas pelas *ideias* do respectivo messianismo. Condições essas que Sérgio resume numa consciência de “quedada”, acompanhada da falta de verdadeira independência. Por outro lado, a esperança num Messias, num Desejado, num Redentor, seria comum a todos os povos, embora a situação social e mental de Judeus e Portugueses intensificasse, nestes dois povos, a tendência comum a todos³. E Sérgio conclui esse seu breve trabalho com palavras incisivas:

“Em Portugal o messianismo terá vida (ou poderá tê-la) enquanto se impuser a este povo, a contrapor à sua fictícia e tão efémera grandeza, o espectáculo persistente da sua lúgubre decadência (acrescido à falta de uma boa elite — que lhe dê ensino de racionalismo de método, de clareza mental). E creio que na reforma da mentalidade, indispensável neste momento, em salvadora reacção contra os fumos do romantismo, um dos nossos lemas deverá ser este: não, senhores, não nascemos sebastianistas, — e *não queremos*, positivamente não queremos, viver como se o fôssemos!”⁴. Será a afirmações tão contundentes como a que a seguir transcrevemos, constante desse mesmo ensaio, que poderemos fazer remontar os primórdios da polémica estrepitosamente deflagrada em 1924–1925:

“O Sebastianismo! Condensado sobre o vulto de um romântico pedaço de asno — desse inexcedível pedaço de asno que foi o senhor rei D. Sebastião, — quanta nubívaga retórica tem ele inspirado à literatura... e à literatice dos nossos dias!”⁵

Alguns anos depois, Sérgio redigiria, a pedido do amigo e colaborador Raul Proença, uma breve introdução histórica para o *Guia de Portugal*, onde avançou hipóteses sobre os pontos relevantes da história de Portugal. Ao referir-se a D. Sebastião, reafirmou o que pensava do Desejado: que o rei fora um fanfarrão e um mentecapto, pois assim se revelara na desastrosa expedição de Marrocos.

³ Sérgio A., 1971, p. 249.

⁴ Op. cit., p. 250.

⁵ Op. cit., p. 241.

Já no rescaldo da polémica, na sua *Breve Interpretação da História de Portugal* — publicada apenas em 1972, e que é uma versão mais completa da *História de Portugal*, publicada em castelhano, em Espanha, em 1929 — Sérgio volta a referir-se ao sebastianismo, a que agora prefere outra designação:

“O encobertismo nada prova, senão que o povo português, ou uma parte dele, nas crises de abatimento faz o mesmo do que os outros povos — o que fizeram os Galeses com o rei Artur, os Alemães medievais com o seu Frederico, ... os índios mexicanos com Quetzalcoatl, os próprios Franceses do século XIX com o conde de Chambord, “l’enfant du miracle”, e os Russos de há pouco com Alexandre I.”⁶

Entretanto, Malheiro Dias foi convidado, em 2 de Maio de 1924, pelo Director da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, o poeta Eugénio de Castro, a proferir uma conferência cujo tema era deixado à sua escolha. Propôs-se o escritor dirigir uma exortação patriótica à Mocidade. Impedido de proferir *ex cathedra* o seu discurso, Malheiro Dias logo tratou de o publicar em volume, que saiu a lume em 1925.

Sérgio não tardaria a replicar, na *Seara Nova*, nestes termos:

“Pouco depois (da publicação da introdução histórica para o *Guia de Portugal*) publica o meu Amigo a *Exortação à Mocidade*: e antes do folheto aparecer a público (em Lisboa, pelo menos) dá para os periódicos dois trechos: um sobre demagogia, liberdade, razão, inteligência, etc., outro sobre D. Sebastião, no qual dizia: 1.º — Que, segundo António Nobre, D. Sebastião era o mais admirável herói da História, e que nisso António Nobre tinha razão; 2.º — Que eu, António Sérgio, errara pensando coisa diversa, por falta do dom do sentimento; 3.º — Que a Mocidade deveria imitar D. Sebastião, o mais admirável herói da História, no ímpeto da luta, no ardor do ideal, na candura patriótica, e tomá-lo, finalmente, como “lição eterna de beleza”; 4.º — Que a minha “blasfémia” sobre o Desejado era um produto desta nossa época, corrompida pelos apetites materialistas e o vampirismo das ambições desenfreadas; 5.º — Que eu, António Sérgio, ando a contar a história mal contada.”⁷ E o nosso autor, depois de reproduzir as passagens da *Exortação* que mais o visavam, afirma: “Atacado assim com tal rudez, pois foi o meu

⁶ Sérgio, A., 1972, p. 105.

⁷ Sérgio, A., 1925, p. 7-8.

Amigo que me atacou, — o que, ao lê-lo, (ninguém diria) e vendo-o a espalhar doutrinas falsas que reputo perniciosíssimas, resolvi justificar o que o que eu dissera, pondo ao alcance da mocidade os documentos em que me fundara ao enunciar o juízo que me impugnou.” Tratava-se da antologia publicada em Lisboa, em 1924, com o título *O Desejado – Depoimentos de contemporâneos de D. Sebastião sobre este mesmo rei e sua jornada de África, precedidos de uma Carta-Prefácio a Carlos Malheiro Dias, por António Sérgio*.

Malheiro Dias não tardou a responder, por sua vez, com uma nova edição da *Exortação*, precedida de uma resposta à Carta-Prefácio de Sérgio. Ao que Sérgio ripostaria, na *Seara Nova* (números 43 a 46, de Março a Maio de 1925); neste mesmo ano, em edição da *Seara*, sairia o conjunto destes textos, com o título *Tréplica a Carlos Malheiro Dias sobre a Questão do Desejado, por António Sérgio*. São estas as peças mestras da polémica, prolixo enredo de considerandos de ordem histórica, literária e filosófica, em que também intervieram outros gladiadores, como Martinho Homem de Melo, então chefe da Cruzada Nun’ Álvares, discreto mais eficiente preparador do advento do Estado Novo, e, tomando o partido de Sérgio, Mário de Castro, advogado que se formara em Coimbra em 1925, que integrou o grupo da *Seara Nova* e, em 1945, participou nas lutas do MUD (Movimento de Unidade Democrática), juntamente com Sérgio.

II

Quanto a saber qual dos dois duelistas principais terá levado a melhor, cremos que, relativamente a D. Sebastião, Sérgio terá detectado na embrulhada réplica de Malheiro Dias uma “retratação mascarada”, ao negar ter apresentado o Desejado como um herói exemplar. O que permite a Sérgio afirmar, num certo e irónico *Post-scriptum*: “Na terceira edição do meu *Bosquejo*, em vez das palavras que me censurou: “fanfarrão” e “mentecapto” — porei as suas: “ferrabrás” e “delirante”. E acabou-se a questão”⁸

A este propósito, Joaquim Paço d’Arcos viu bem que o elo mais fraco da *Exortação à Mocidade* terá sido “o aproveitamento, como paradigma a venerar, do

⁸ Op. cit., p. 94.

rei que nos afundou em Alcácer.” (Paço d’Arcos s.d.:177). Se Malheiro Dias lhe tivesse preferido, por exemplo, Nuno Álvares Pereira como modelo a propor à juventude, salienta Paço d’Arcos que “nenhum reparo válido teria esta [a *Exortação*] sofrido, além dos que naturalmente oporiam ao seu nacionalismo ardente e ao antiparlamentarismo de feição integralista, os racionalistas e os democratas que, naquela conjuntura, tiveram em António Sérgio o intérprete vigoroso do seu pensamento.” (Paço d’Arcos s.d.: 178)

Uma breve nota ainda sobre a polémica, quanto à “rudez” com que Malheiro Dias o atacara. Parece-nos caber a Sérgio algumas razões de queixa, pois aquele não hesitara em apodá-lo de “livre-pensador”, o que forçosamente acarretava o abstrair da ideia de Divindade, pouco faltando para lhe chamar “comunista”, ao filiá-lo no “*materialismo histórico* de Marx”⁹. Quanto ao eventual marxismo de Sérgio, quem rigorosamente o desmentiu foi um marxista ortodoxo (mas um *scholar* da maior probidade), o Professor Vasco de Magalhães-Vilhena (1916–1993, nestes exactos termos:

“A filosofia implícita nos seus (de Sérgio) escritos de história sociológica é sempre de facto uma filosofia idealista. Em Sérgio, o reconhecimento dos motivos económicos da acção guerreira, e em geral da acção política, é solidário da convicção que não se deve considerar a estrutura económica como anterior à política, mas sim como contemporânea e inseparável dela. Sérgio recusa as categorias de base económica e de superestrutura: o seu modo de ver não considera a actividade social económica como infraestrutura; vê-as a ambas como dois aspectos “coincidentes”, “contemporâneos” (inseparáveis e correlativos): “são a matéria e forma de um processo único.”¹⁰

Todavia, para além desta divergência doutrinária, que não impediu a admiração, a amizade e a colaboração entre os dois intelectuais¹¹, outra haverá, porventura mais decisiva para Sérgio, sem que tal obstasse à leal colaboração que ele manteve com comunistas e outros sectores da oposição democrática na luta contra o regime do Estado Novo, tanto antes como depois da Segunda Guerra Mundial. Efectivamente — como tão bem pôs em evidência David Mourão-Ferreira na

⁹ Malheiro Dias, C., 1925, p. LXXXIX-XC.

¹⁰ Magalhães-Vilhena, V., 1975, pp. 81-82.

¹¹ Campos Matos, A., 2007, pp. 8-9, pp. 37-49.

comunicação que leu nesta Academia, em 1975, integrada num ciclo de conferências de homenagem a António Sérgio, cinco anos depois da morte do pensador — Sérgio sempre foi visceralmente antitotalitário, fosse qual fosse o sinal político desses regimes. Conta-nos Mourão-Ferreira que “Dirigindo-se um dia a camaradas mais novos que, sem o saberem, estariam à beira de dar o seu aval aos crimes de tais sistemas e de tais regimes, António Sérgio escreveria estas palavras inequívocas: “... Se aquilo que vos impele não é um sectarismo obcecado, mas sim o amor ao progresso, — mas sim a preocupação do bem público, — porque haveis vós de teimar nesse vosso empenho asfixiante (sem graça, sem imprevisto, sem aventurismo mental, sem largueza) que é a uniforme aceitação de uma mesma fé metafísica, que é a árida recitação de uma mesma cartilha ontológica, com a mesma queima inquisitorial de todos os pensadores que são livres? Nasci assim tresmalhado: deixai-me ser como eu sou. Um dia — quem sabe? — haverá leitores que se deliciem de me lerem assim como eu sou: aventureiro, autonómico, original na busca e sem peias, fora da pauta enjoativa e das monótonas recitações de uma escola, — com todos iguais, todos podados, todos ortodoxos, todos conformes, todos entoando em modulações uníssonas a mesmíssima cantilena que já dura há um século”. O que Mourão-Ferreira se limitou a comentar, nestes termos: “Pela nossa parte, inútil será indicarmos sequer de que “cantilena” se trata.”¹²

Também quanto à insinuação de ateísmo, Malheiro Dias não tinha razão. Sérgio não o seria, e ele próprio se explicou sobre o que pensava de Deus, na décima das suas *Cartas de Problemática*, por exemplo. Não seria um Deus criador, um “Deus-Demiurgo”, um “Deus-Poder”, cujo rastro ele não descobria na ‘Físis’. Esse seu Deus, topa-o Sérgio “... nas aspirações da consciência humana. Por outra maneira: aplico à verdade desse espiritual divino a frase de Santo Agostinho, que Oliveira Martins cita algures: *Noli foras ire: in interiore hominis habitat veritas.*”¹³ A “experiência humana” a que sempre me ative”, diz ele, foi a de “Deus como ideia na consciência do homem”, ou, num tom bem mais intimista, “Deus como menino sem poder algum, simbolizado no presépio da religião cristã”¹⁴

Quanto ao apodo de “livre-pensador”, a utilização desta palavra, só por si, revela bem o atraso da realidade sócio-cultural portuguesa do final dos anos 20,

¹² Mourão-Ferreira, D., 1976, pp. 54-55.

¹³ Sérgio, A., 1984, p. 354.

¹⁴ Op. cit., p. 355.

que ainda não fizera, por sua conta, o caminho nietzscheano (ou outros paralelos), tão bem balizado por Guillaume Métayer num ensaio premiado, que vai do livre-pensador ao *espírito livre*, só este assegurando, na sua plenitude, o exercício indeclinável do juízo crítico e de valor, condição indispensável para que a era democrática seja a era da autonomia¹⁵. “Livre-pensador” saía com pertinência da pena truculenta de Agostinho de Macedo, na respectiva época, mas já soa a confrangedor arcaísmo na de Malheiro Dias.

Já no rescaldo da polémica, Sérgio retomaria, ampliando-o, o tema das doutrinas “falsas e perniciosíssimas” de cuja divulgação Malheiro Dias se tornara réu. Assim, logo em 1926, na conferência intitulada *O Reino Cadaveroso ou o Problema da Cultura em Portugal*, significativamente proferida em Coimbra, escreve Sérgio, logo de entrada: “O problema da cultura, o problema da mentalidade: este é se me não engano, o problema característico do Portugal moderno, o mais grave dos problemas da sociedade portuguesa.”¹⁶

Se até ao fim do Quinhentismo Portugal acompanhou com brio o melhor espírito europeu e a mentalidade dos povos cultos, o que vem depois é, di-lo Sérgio, “o estacar (o cair de golpe) desse Portugal do Renascimento... Passa-se do Reino da Inteligência — para o Reino da Estupidez; e enquanto a França, a Suíça, a Itália, a Holanda, a Alemanha, a Inglaterra fazem ampliar no século XVII as conquistas do Renascimento... nós regressamos à Idade Média no que respeita à faina da investigação científica, da busca da intelecção do Universo. Assim, pode dizer-se resumidamente, do ponto de vista intelectual, que a história do País no Seiscentismo é o espectáculo do estiolamento da mentalidade portuguesa; e que a sua história no século XVIII, e que a sua história no século XIX, é a das goradas tentativas para nos repararmos desse grande mal... Para Ribeiro Sanches, no século XVIII, Portugal é o “Reino Cadaveroso”; e um satírico inteligente [Francisco de Melo Franco] chama-nos “o Reino da Estupidez”.

E agora? Agora no século XX? Agora — estamos na mesma. Relativamente, no mesmo estado... A cultura autêntica, a cultura crítica, não impera ainda em Portugal... Não digo isto para desanimar: bem ao contrário: pois nesta mesma cidade em que estou falando, e nos próprios campos onde aloura o trigo, se

¹⁵ Métayer, G., 2011, pp. 114-139, pp. 411-415.

¹⁶ Sérgio, A., 1984, p. 126.

presente já um arrebol. Vingará? Não sei. Portugal, por enquanto, é ainda o Reino da Estupidez: mas espero que para breve (e para muito breve) a aurora do dia em que o não será.”¹⁷

Esperança vã ou ingénua, a de Sérgio, já que, antes da malograda revolução de Fevereiro de 1927, sob a ameaça de que iria ser preso, inicia, em finais de 1926, o seu primeiro exílio, em França (Paris), donde só regressará a Portugal em Janeiro de 1933.

No tocante a Malheiro Dias, com o correr do tempo e o distanciamento espacial, foi-se apercebendo dos pontos fracos, sobretudo da grave e escusada debilidade relativa à personalidade de D. Sebastião, da sua catilinária contra o Estado liberal da 1.ª República, então agonizante. Numa bela oração que proferiu em S. Paulo, em 1934 — num centro republicano de divulgação cultural, diga-se de passagem — intitulada *Camões e a Raça*, mostra-se o escritor muito cauto nos seus juízos quanto à desejabilidade dos “heróis” prescindirem do bom senso e da prudência, o que denota uma evidente aproximação aos pontos de vista de Sérgio. Para mais, se nessa peça literária abundam as referências a muitos heróis portugueses, do lusitano Viriato a Afonso de Albuquerque, Malheiro Dias fala apenas uma vez do “rei virgem”, só para nos dizer que *Os Lusíadas* foram ultimados durante o seu reinado!¹⁸ Não admira, assim, que, em 1939, dois anos antes da sua morte, Malheiro Dias tivesse confessado que, na polémica travada com Sérgio, era este afinal quem tivera razão, o que, a ser verdade, só confirma a nobreza do seu carácter.

Resumindo e concluindo, diremos que nesta polémica, de luva branca apesar de tudo, avulta a contraposição clara entre, da parte de Sérgio, uma visão sistemática da história de Portugal — embora empobrecedoramente esquemática e sem ir muito mais longe do que Antero de Quental, um dos heróis de Sérgio, já sinteticamente diagnosticara em *As Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos Três Séculos*, como poria em evidência Eduardo Lourenço¹⁹ — e a acumulação algo caótica de opiniões, que por vezes se contradizem, por parte de Malheiro Dias. Terá este, porém, alguma razão ao pôr a nu certa estreiteza da

¹⁷ Op. cit, p. 127.

¹⁸ Malheiro Dias, C., 1934, pp. 40-41.

¹⁹ Lourenço, E., 2004, p. 168.

concepção racionalista sergiana. Considerando tendenciosa a distinção operada por Sérgio entre o “critério romântico” e o “critério racionalista”, sustenta Malheiro Dias que a controvérsia é a “das duas nossas razões em conflito” e que quem “não está nas condições de tudo sentir não pode tudo compreender”²⁰. Poderá dizer-se, a propósito, com Eduardo Lourenço, que o racionalismo de Sérgio é “essencialmente *aprobemático*. Há problemas para Sérgio, mas não dizem respeito ao seu racionalismo. Este é a *resposta* de direito a todos os problemas.”²¹. A ausência de qualquer consideração dialéctica no horizonte de Sérgio dá lugar a “um *dualismo* que se traduz na prática por um maniqueísmo pensante.”²². Não sendo o lado *negativo* objecto de verdadeira *compreensão*, mas de exclusão ou de condenação²³, o que sobressai é uma certa suficiência e arrogância pedagógicas por parte de Sérgio que, no caso vertente, tanto exasperaram o seu opositor, porventura assim levado a obstinar-se na defesa de posições insustentáveis.

III

Se espriarmos o nosso olhar para além das circunstâncias particulares da polémica, veremos que a situação social, política e cultural que a sobredetermina será a da profundíssima crise, na Europa e no conjunto do Ocidente, da ideologia liberal dominante desde o século XIX, processo este já amplamente estudado por muitos autores, como Umberto Cerroni, Nicos Poulantzas, Renzo de Felice e, entre nós, por, entre muitos outros, Manuel Villaverde Cabral, Fernando Pereira Marques, Manuel Braga da Cruz, Jaime Nogueira Pinto, Vasco Pulido Valente, Rui Ramos, Filomena Mónica e Fátima Bonifácio. Processo de que resultaria a rendição do liberalismo perante a tentação autoritária, *em* quase todas as formações sociais da orla capitalista europeia na década de 20 — e a que não ficaram imunes, entre nós, Malheiro Dias, certamente, mas também intelectuais *seareiros*, como António Sérgio, Raul Proença e Jaime Cortesão, ao preconizarem,

²⁰ Malheiro Dias, C., 1925, pp. XI-XIII-XVI.

²¹ Lourenço, E., 2004, p. 163.

²² Op. cit., p. 164.

²³ Op. cit., p. 164.

em contraposição ao programa antiparlamentarista das Direitas ao assalto do poder, “boas” ditaduras provisórias, antioligárquicas e preparadoras de uma verdadeira Democracia²⁴.

Essa crise não afectou apenas o impacto daquela ideologia sobre as classes populares, mas também a relação da burguesia (e seus aliados) com essa mesma ideologia. A crise alastrou no seio da aliança no poder, tendo como consequência, entre outras, a rotura da ligação representantes-representados entre classes e fracções de classe e os respectivos partidos políticos, que entram então em decomposição acelerada. Talvez, por este seu aspecto, o que esteve em jogo na polémica do “Desejado” possa ainda ter interesse para nós, embora vivamos num tempo, a que alguns recusam o qualificativo de “época”, aparentemente incomensurável com o do primeiro quartel do século XX. Para Bernard Stiegler, este nosso tempo — ou *época da ausência de época*, a que ele chama *a disrupção* — foi pressentido e anunciado por Adorno e Horkheimer como “nova forma de barbárie”; como ‘fim da filosofia’ por Heidegger; como advento das “forças impessoais” por Maurice Blanchot; como “monstruosidade” por Derrida, e, antes de todos estes, como “niilismo”, por Nietzsche²⁵.

Na verdade, quase um século depois daquela esquecida polémica, assistimos ao esvaziamento da democracia ocidental, tão bem analisado por Peter Mair, no seu livro *Ruling the Void* (título só por si sombrio, em que demonstra o tremendo declínio da participação política dos eleitorados nas democracias europeias consolidadas, bem como no Ocidente e um pouco por todo o mundo. Mais inquietante ainda, mas estreitamente relacionado com o tema anterior, também se assiste, um pouco por todo o lado, ao rápido e inexorável declínio das classes médias, que, pelo menos na Europa, desde os tratados de Vestefália, em meados do século XVII, foram o sustentáculo do que viriam a ser os Estados nacionais, quase até à actualidade.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA NO COLÓQUIO DE EVOCAÇÃO DE ANTÓNIO SÉRGIO,
POR OCASIÃO DO CINQUENTENÁRIO DA SUA MORTE
NA SESSÃO DE 24 DE JANEIRO DE 2019)

²⁴ Gomes Filipe, R, 1985, pp. 14-15-16.

²⁵ Stiegler, B., 2016, p. 35.

BIBLIOGRAFIA

- Campos Matos, A., *Agostinho da Silva e Vasco de Magalhães-Vilhena entrevistados sobre António Sérgio*. Lisboa, Livros Horizonte, 2007.
- Gomes Filipe, R., Introdução in *Em Redor de um Grande Drama* (antologia). (Carlos Malheiro Dias ed.), Lisboa: Vega Ld.^a, 1985.
- Lourenço, E., *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa, 3.^a edição, Gradiva, 2004.
- Magalhães-Vilhena, V., *António Sérgio – O idealismo Crítico e a Crise da Ideologia Burguesa*. Lisboa, Edições Cosmos, 1975.
- Mair, P., *Ruling the Void – The Hollowing-out of Western Democracy, London*. New York: Verso Books, 2013.
- Malheiro Dias, C., *Exortação à Mocidade-Nova Edição*. Lisboa, Portugal-Brasil sociedade editora, 1925.
- Malheiro Dias, C., *Camões e a Raça*. São Paulo; Edições Cultura Brasileira, 1934.
- Métayer, G., *Nietzsche et Voltaire*. Paris, Flammarion, 2011.
- Mourão-Ferreira, D., “Situação de António Sérgio na História da Crítica Literária” in *Homenagem a António Sérgio*, Lisboa, Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa, 1976.
- Paço d’Arcos, J.(s.d.) Carlos Malheiro Dias, escritor luso-brasileiro in *Pedras à Beira da Estrada*, Lisboa, Guimarães Editores.
- Sérgio, A., *Tréplica a Carlos Malheiro Dias sobre a Questão do Desejado*. Lisboa, Seara Nova, 1925.
- Sérgio, A., “Interpretação Não Romântica do Sebastianismo” in *Ensaio, Obras Completas*, Tomo I, Lisboa (1.^a edição), Livraria Sá da Costa Editora, 1971.
- Sérgio, A., *Breve Interpretação da História de Portugal, Obras Completas de António Sérgio*. Lisboa (1.^a edição), Livraria Sá da Costa Editora, 1972.
- Sérgio, A., *O Reino Cadaveroso ou o Problema da Cultura em Portugal e Deus como Ideia na Consciência do Homem* in *António Sérgio – uma antologia*, selecção, introdução e notas de Joel Serrão, Lisboa (2.^a edição) Livros Horizonte, 1984.
- Stiegler, B., *Dans la Disruption – Comment ne pas devenir fou?*. Paris, Éditions les Liens qui Libèrent, 2016.

António Sérgio – humanista e pedagogo visionário. (contributo, com numerosos elementos inéditos)

MATILDE SOUSA FRANCO

Em 1976, tive o enorme gosto de escutar na Academia das Ciências de Lisboa as cinco notáveis conferências do ciclo em Homenagem a António Sérgio (1883–1969), proferidas por António da Silveira, Joel Serrão, David Mourão-Ferreira, Henrique de Barahona Fernandes e Vasco Magalhães-Vilhena, amigos próximos do homenageado, os quais eu há muito conhecia da sua casa.

A publicação desses textos regista no início que António Sérgio é “uma das maiores figuras do Pensamento nacional”¹

Joel Serrão dissertou sobre “O Lugar da História no Pensamento de António Sérgio”², chamou-o um Mestre e de acordo com o seu exemplo deu preciosos conselhos nessa área, especificando: “Só desse modo também poderemos atrever-nos à honra, tão pesada quão nobilitante, de descendermos dele.”³

Acontece que tenho a pesada honra de duplamente descender de António Sérgio: sou sua sobrinha-neta, por sinal, a mais nova (nasci em 1943) entre dez sobrinhos-netos, a única que teve o privilégio de frequentar as tertúlias em sua casa, e a única com quem ele conversava frequentes vezes e a quem dedicava e oferecia livros; por outro lado, sou historiadora, e já quando fui aluna do curso de História (1962–1967), da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, fiz um trabalho sobre “António Sérgio Historiador”, para a cadeira de “História de Portugal”, regida pelo meu excelente Professor Jorge Borges de Macedo.

António Sérgio é considerado, por exemplo: pelo Padre Manuel Antunes (outro meu excelente professor), em 1955, “uma das mais poderosas capacidades intelectivas aparecidas em Portugal”⁴, e, em 1971, “um dos maiores escritores de

¹ Homenagem a António Sérgio, Academia das Ciências de Lisboa., p. 7.

² *Ibidem*, pp. 45-52.

³ *Ibidem*, p. 52.

⁴ Carta do Padre Manuel Antunes para António Sérgio (que este me ofereceu, e publiquei), enviada do Seminário da Torre, em Soutelo, Braga, em 25 de Janeiro de 1955, in Matilde Sousa Franco “Portugal global.

ideias até hoje aparecidos em Portugal”⁵; por Fernando Piteira Santos (em 1983) “o maior pensador português”⁶; por Eduardo Abranches de Soveral (em 2000) “figura ainda hoje marcante na vida cultural portuguesa”⁷.

Devo desde já apresentar dois essenciais esclarecimentos:

1) O título da minha comunicação “António Sérgio – Humanista e Pedagogo Visionário”, dá a “visionário” o sentido daquele que formula novos problemas para os quais é preciso encontrar novas visões, daquele que descortina novos horizontes do mundo e do universo, e não o sentido de “ingénuo”, “puro sonhador”, “idealista”, como alguns pretendem classificar Sérgio. (Agradeço ao Professor Fernando Paulo Baptista elementos sobre essas palavras). Aliás, o próprio António Sérgio defendeu-se dessas acusações, por exemplo nos seguintes termos: “a história dos progressos da nossa espécie humana é uma série de realizações de muitas obras árduas, ... que vieram finalmente a efectivar-se um dia, depois de “sonhadas” pela imaginação “quimerista” de homens que me excederam no tal pendor “visionário”; ... é essencial condição para que tais reformas surjam, que se tome consciência da necessidade delas ... que é função que compete aos prosadores de ideias ...”⁸

2) É bem sabido que António Sérgio gostava de “desfulanizar os problemas”, era avesso a “nugas biográficas”, “miudárias biográficas”, mas os seus estudiosos têm apreciado as raríssimas alusões que ele próprio fez à sua vida.

Além disso, Sérgio “também praticou o gesto autobiográfico”, o qual foi revelado, em 1990, por Daniel Hameline e António Nóvoa, em “Autobiografia Inédita de António Sérgio. Escrita aos 32 anos no Livre d’ Or do Instituto Jean-Jacques Rousseau (Genève)”, tendo estes autores classificado esse texto “um documento autobiográfico do maior interesse”⁹

Assim, penso útil, enquanto sobrinha-neta e observadora privilegiada, atre-me, em primeiro lugar, em alguns elementos pessoais e familiares de António

Um inovador e pacificador conceito de “Museu da Interculturalidade” e Língua, Interculturalidade e Descobrimientos Portugueses como Património Mundial” ..., pp. 922-923.

⁵ Antunes, M., *Occasionalia. Homens e Ideias de Ontem e de Hoje*. Multinova, Lisboa, p. 160.

⁶ *Jornal de Letras*, 26 de Abril de 1983.

⁷ Soveral, E. A. de, *O Pensamento de António Sérgio*, p. 5.

⁸ Sérgio, A., *Cartas do Terceiro Homem*, Carta 17, 2.ª série, p. 21, necessidade delas ... que é fun que se tome conscidia, depois de “ue v - S-se a todos os empirismos, de uma banda, e ao fantasi

⁹ Daniel Hameline, António Nóvoa, *Autobiografia inédita de António Sérgio*, p. 141.

Sérgio, os quais testemunhei, documentei, longamente investiguei, ou soube de fonte fidedigna.

Uma passagem de António Sérgio, nos “Ensaio”, tem-me animado a aventurar-me a novos oceanos (utilizando eu agora a linguagem náutica da sua formação e a qual amiúde ele lembrava): “Não trago o intento de te ser piloto; ... Que quero, pois? — Inspirar-te o desejo de soltares amarras, de fugires do porto, de te aventurares, — se pertences à espécie dos que vieram ao mundo para singrar no oceano da procura livre, entre as rajadas contraditórias dos sistemas e das opiniões, com o horizonte limpo a todos os rumos e aberto à audácia da investigação ... Pressinto — ó irmão mais novo e aventureiro! — a Viagem do Descobrimento que tentarás. Sejas tu feliz na tua audácia”.¹⁰

As facetas de visionário Humanista e Pedagogo de António Sérgio foram os faróis e os ventos que me levaram à imensa ousadia de ter sido a autora de dois projectos, os quais apenas como homenagem ao meu primeiro e maior Mestre, António Sérgio, agora menciono e adiante julgo dever explicar:

a) primeira Cátedra UNESCO da Universidade de Lisboa “Educação para a Paz Global Sustentável”, que teve por base a minha paixão por modernos estudos de Psicologia, Inteligência Emocional e Social. Só foi possível concretizar o projecto graças à Academia das Ciências de Lisboa.

b) Museu “Portugal Global”, um inovador e pacificador conceito de “Museu da Interculturalidade”, e Língua, interculturalidade e Descobrimientos portugueses como Património Mundial da UNESCO.

Em “No 40.º Aniversário da Morte de António Sérgio” (“Público”, 30 de Janeiro de 2009), abordando a sua faceta de Humanista inovador, escrevi:

“A obra polifacetada deste Autor merece ser melhor analisada e valorizada porque tem grande actualidade e pioneirismo, por exemplo, quanto às modernas ciências da Inteligência Emocional e Social, estudadas por Daniel Goleman, António Damásio e tantos outros cientistas.

A razão, a emoção e o sentimento sempre foram indissociáveis em António Sérgio. Relembre-se a sua biografia publicada na Grande Enciclopédia Portuguesa

¹⁰ Ensaio, II, Prefácio da Primeira Edição, 1928. Na edição de 1972, p. 19-20. Alicerçando-se a dimensão do ser humano, como símbolo maior do afecto humano, no coração (“cor”/“cordis”), lembremos que um dos mais antigos estudos de António Sérgio, em 1913, se chamou “Da Natureza da Affecção”, e que ele próprio, seguindo os exemplos do pai e do avô paterno, que tanto admirava, foi um exemplo de cordialidade, afabilidade, mas também foi polemista, gostando de controvérsias dialogantes.

e Brasileira, que dirigiu: “Conciliação universalista da imaginação com a razão”... “Considerando-se modestamente um propedeuta da espiritualidade e timbrando de uma racionalidade que a muitos espíritos se afigura como índice de uma compleição adversa à imaginação e ao sentimento...”. Desde 1969 Sérgio tem sido apoucado por lhe ter sido atribuído o “mito da razão”.

Já em 1928, no II vol. dos “Ensaio”, o próprio Sérgio se referia aos que guardavam “ojeriza ao perseguido autor”, e de facto quem não é vítima de antipatias?...

Como nesta comunicação o enfoque é o Humanismo e a Educação em António Sérgio, pareceu-me interessante apresentar bastantes elementos, na quase totalidade inéditos, de aprendizagem prática que ele terá colhido a nível familiar, desde criança, pelo pai, pela memória do avô paterno, pela mãe, figuras que têm estado por desvendar, enfatizando eu que o importante não é a origem, por ilustre que seja, mas a Educação que desde cedo se recebe.

Revelo ainda numerosos elementos inéditos sobre a inteligente e culta mulher de António Sérgio, Luísa Estefânia Gerschey da Silva Sérgio (1879–1960), personalidade marcante, e permanente apoio afectivo, prático e cultural na sua vida ao longo de meio século (1910–1960), a qual o marido não religioso dizia ser santa.

1. ANTÓNIO SÉRGIO – ELEMENTOS PESSOAIS E FAMILIARES.

Há exactos 50 anos, 24 de Janeiro de 1969, cerca das 16 horas, um telefonema da minha mãe, fez-me sair mais cedo do meu 1.º, e muito interessante, trabalho na minha carreira profissional de conservadora de museus/museóloga, no setecentista Palácio do Correio-Mor em Loures; encontrava-me eu na ocasião na Baixa lisboeta, no escritório da “Cimobin”/depois “Alcácer”, a empresa ligada ao Banco Borges & Irmão, proprietária desse monumento.

Apressei-me a voltar para o Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa, em São Domingos de Benfica, onde António Sérgio, meu sobre todos querido tio-avô, há muito agonizava.

Desde a véspera, António Sérgio piorara e conforme o pedido que me fora pessoalmente feito pelo seu grande amigo o Padre Manuel Antunes, para o avisar quando a morte estivesse mais perto, corri, com a cara banhada em lágrimas silenciosas, do quarto n.º 32, no 4.º piso, para o telefone mais próximo e consegui cumprir o prometido.

Regressei ao quarto e cerca das 19,30 h., assisti à morte, sem sofrimento e tranquilidade de António Sérgio.

Para mim, o Tio António Sérgio é um exemplo de Humanismo, Ética, de Homem e Cidadão exemplar, é, desde a minha infância, o meu herói, além do meu querido pai, pelo que a sua morte me foi particularmente dolorosa.

Conforme a imprensa em 1969 noticiou, António Sérgio foi acompanhado nos últimos momentos pelos meus pais, Engenheiro João Correia de Magalhães Figueiredo (1908–1994, o qual faleceu muito louvado e condecorado Coronel de Engenharia), e Carlota Matilde Sérgio Pessoa de Magalhães Figueiredo (1912–2006), e pela filha, que sou eu (nasci com o nome Maria Matilde Pessoa de Magalhães Figueiredo, e para ajudar à identificação, peço licença para indicar que tenho trabalhos publicados com 4 nomes: Matilde Pessoa Figueiredo/Sousa Franco, Matilde Pessoa Figueiredo, Matilde Tamagnini, Matilde Sousa Franco).

António Sérgio não teve filhos, tendo os seus descendentes mais directos sido os seus seis sobrinhos, dois Sérgio Torres Vaz Freire e quatro Sérgio Pessoa, e dez sobrinhos-netos, três Torres Vaz Freire e sete com os apelidos Pessoa Ferreira da Costa ou Pessoa Figueiredo ou Pessoa Figueiredo Sousa Franco ou Sérgio Pessoa, havendo actualmente numerosos descendentes de todos eles.

Ciente a família de que António Sérgio era considerado o líder da oposição não comunista a Salazar, revelo o debate familiar que houve quanto à ida, ou não, nos finais do ano de 1968, do Tio António Sérgio, para o Hospital da Cruz Vermelha.

O hospital, inaugurado em 1965, era indicado pelos médicos por na época ser talvez o mais bem apetrechado, o que foi evidentemente o factor decisivo para ser o escolhido.

Contudo, havia a constringedora coincidência de então lá estar Salazar (no quarto 68, 6.º piso), com enorme movimentação de visitantes e jornalistas.

Recordo perfeitamente, e ainda não vi mencionado, que o Hospital da Cruz Vermelha se tornou então “sui generis” local onde afluíam visitantes situacionistas e oposicionistas do regime, que se cruzavam, e de onde jornalistas davam notícias desses dois doentes.

Como António Sérgio não era crente, o velório ocorreu na sua casa, em Lisboa, na Travessa do Moinho de Vento, n.º 4, à Estrela, junto à Rua de Buenos Aires (na época a freguesia era Lapa). O corpo foi no dia 24 colocado na sala, no rés-do-chão, à direita de quem entra no átrio.

Para as despedidas, que se prolongaram até dia 26, até à saída do funeral, pelas 12 horas, amigos e admiradores fizeram fila, durante o dia, à noite e madrugada fora, estendendo-se a fila pelo exterior da casa, pela Travessa do Moinho de Vento e pela Travessa Nova de S. Francisco de Borja.

No dia 26, o também emotivo funeral, perante largas centenas de pessoas, com vários discursos, realizou-se para o jazigo da família Sérgio, no Cemitério dos Prazeres, e ouviram-se muitos vivas à Liberdade e à Democracia.

A Câmara Municipal de Lisboa integrou depois esse jazigo, o n.º 1770, no publicado roteiro camarário dos “Grandes Homens” sepultados no cemitério, também por aí se encontrar o meu Tio-Avô Mestre Escultor João da Silva (1880–1960). Este Artista, considerado genial, logo premiado na Exposição Universal de Paris de 1900, e na Exposição Universal de Saint Louis (EUA) de 1904, foi o melhor aluno da Escola de Belas-Artes de Paris (1906). A sua obra multimoda, baseada na “actualidade do belo”, tem quatro facetas: Escultor, Medalhista, Animalista e Cinzelador, e encontra-se em vários países. É o autor, por exemplo, das medalhas da Academia das Ciências de Lisboa, da Academia Portuguesa da História, da Academia Nacional de Belas-Artes, da espada de honra do Presidente da Academia das Ciências, a qual se encontra exposta à entrada do Salão Nobre desta Instituição, etc.

António Sérgio e João da Silva, além de cunhados, eram amigos íntimos. O Escritor dedicou-lhe “Em torno das ideias políticas de Camões”. O Artista desenhou vários móveis para a casa do Escritor. O casal Pilar Sérgio da Silva e João da Silva era dos mais assíduos frequentadores das tertúlias dos sábados em casa de Luísa e António Sérgio.

Seja-me permitido confidenciar que António Sérgio, mesmo nos livros que me oferecia com dedicatórias, chamava-me “Alamo”, ou preferencialmente e mais de acordo com o seu modo de ser afectivo, “Alamoazinha”; explicava que o nome se devia não só ao meu tom claro de pele, mas também ao meu pensamento lógico.

Para mostrar agora, trouxe livros com dedicatórias do Tio António Sérgio, fotografias com ele, desde os meus três anos, postais que lhe escrevia e ele guardou no espólio.

Anoto que António Sérgio, com o ar brincalhão que fazia com as crianças, inventou uns sonoros “beijos de papagaio”, com estalidos da língua, “beijos de

papagaio” que eu sempre lhe dava, mesmo na correspondência, endereçada ainda para o Hospital da Cruz Vermelha, semanas antes de ele falecer.

O Escritor, Filósofo, Pedagogo, etc., 3.º António Sérgio de Sousa, porque com o mesmo nome do pai e do avô, mas que só assinava António Sérgio, era irmão da minha Avó materna, Juliana Sérgio de Sousa Pessoa, a qual era a sua irmã mais nova. Eram cinco estes irmãos Sérgio, todos bem formados e inteligentes, destacando-se, evidentemente, a fulgurante inteligência de António.

António Sérgio dedicou pelo menos um dos seus textos ao avô paterno Vice-Almirante António Sérgio de Sousa, Visconde de Sérgio de Sousa (1809–1878), raríssimo caso de soldado e governador humanista. Era figura complexa e fascinante, a qual muito investiguei: os próprios colegas e documentação do Ministério da Marinha, chamam-lhe “humanitário soldado”, “valente soldado”, destacam-no pela “sua cordura”, “afabilidade”, “civildade”, “governo humano”, e também por isso recebeu rasgados elogios, na Europa, em África, na América, na Ásia. Enquanto governador de Moçâmedes/Namibe, Angola e Macau distinguiu-se no combate ao tráfico humano, à escravatura, e essa actuação foi elogiada inclusivamente na Grã-Bretanha, no Parlamento, em 1851, e com a indicação do seu próprio nome, no Emigration Board, em 2/11/1871.

De origem modesta, foi bem o exemplo da importância da Educação: herói liberal multi-condecorado, o original do seu busto, que julgo ser de autoria do escultor francês Anatole Calmels, foi executado no Palácio Nacional da Ajuda (1874), onde se encontra, e é a única escultura assinada por D. Luís, rei que muito o admirava e estimava. É dos raros retratos de um plebeu nas colecções reais, pois o título de visconde apenas lhe foi concedido em 31 de Julho de 1877.

O primeiro António Sérgio de Sousa era sobrinho-bisneto do Tenente General Bartolomeu da Costa (1731–1801), um dos sócios fundadores da Academia das Ciências de Lisboa.

Foi jovem herói no confronto que possibilitou colocar D. Maria II no trono, na Batalha do Cabo de São Vicente (1833), e aí um dos raros condecorados pelo inglês comandante da esquadra liberal Almirante Charles Napier, cuja estátua se destaca em Londres, em Trafalgar Square.

Foi fundador de Moçâmedes/Namibe (1849), governador-geral interino de Angola (1851–1854), governador-geral de Macau e Timor e Ministro Plenipotenciário junto dos Imperadores da China e do Japão e do Rei do Sião

(1868–1872), com inovadoras políticas, como os aterros que tanto beneficiaram Macau, possibilitando melhor navegabilidade, a sua expansão e modernização, tendo recebido provas de elevado apreço por todos os seus cargos.

Na Galeria dos Governadores de Macau, o Almirante Sérgio destacava-se como de longe o mais condecorado. Um sobrinho que teve como ajudante nos assuntos de Timor, foi depois aí governador, casou com uma senhora macaense, radicou-se em Macau, onde deu origem a numerosa e notável descendência.

Em 12 de Novembro de 1877, ao tomar posse como governador-geral do Estado da Índia, apresentou um programa de largos horizontes, e ainda conseguiu algumas concretizações, mas, com o seu humanismo, ao acudir a vítimas da cólera, foi vitimado pela epidemia, tendo falecido em Goa, a 3 de Maio de 1878.

Em Macau, onde apenas vinte anos antes o governador Ferreira do Amaral tinha sido assassinado, as suas humanistas medidas pioneiras a favor da população foram elogiadas por portugueses, chineses e ingleses, e granjearam-lhe pelos chineses tocantes manifestações de apreço, mesmo de afecto. Destas, destaco a oferta, datada de 12 de Novembro de 1869, de um maravilhoso biombo, feito em Cantão, verdadeira peça de museu, em madeira trabalhada, “double face”, com painéis de seda bordados, com variados motivos e frases em chinês e em português, onde sobressai: “Ao Illm.º e Ex.º Conselheiro Vice-Almirante/António Sérgio de Souza/Governador de Macau e Timor,/ Offerecem respeitosamente este mimo os literatos e negociantes Chinas,/ residentes nesta Colónia./Funcionario recto, probo, distincto em letras e armas,/ benigno, soffredor, talentoso e portuguez que ocupa aqui/o cargo mais eminente. Seu Governo é humano, seu trato/é delicado e a sua beneficência estende-se até aos Chinas”.

Na casa de António Sérgio, este grande biombo, de 1,30 de altura, encontrava-se na sala, e o retrato a óleo deste seu avô sobressaia no escritório/biblioteca.

António Sérgio manifestava verdadeira veneração pelo pai, que várias vezes classificou de “homem excepcional”.

O pai, também oficial da Armada, o Vice-Almirante António Sérgio de Sousa, Júnior (nasceu e faleceu em Lisboa, 1842–1906), era também inteligente, culto, simples, amigo dos humildes, respeitador das diferenças culturais. Era melómano, e na juventude, em Luanda, dirigiu um periódico mensal, “O Meteoro”, dedicado ao estudo dos problemas económicos e administrativos de Angola.

Feitos os estudos, serviu em vários navios de guerra. De 1868 a 1869 foi ajudante do governador de Angola. De 1869 a 1872 foi ajudante do governador de Macau e Timor. Em 1878 governou o distrito de Diu e exerceu as funções de secretário-geral de seu pai, então governador do Estado da Índia (1877–1878). A seguir à morte de seu pai, fez parte do Conselho Governativo do Estado da Índia (3/5/1878–2/12/1878), com o Arcebispo Primaz de Goa D. Ayres de Ornelas e Vasconcellos, Tomás Nunes da Serra e Moura e ainda com Francisco Xavier Soares da Veiga. Depois, e até 1883, governou o distrito de Damão. Foi governador do recém-criado distrito do Congo de 1890 a 1894, ao qual deu notável impulso. Regressado à metrópole em 1894, teve vários trabalhos aqui e noutros continentes.

Foi do conselho de Sua Magestade, ajudante de campo honorário do rei D. Carlos. Foram-lhe dadas várias condecorações, entre as quais a comenda e grande oficialato de Avis, comendas de Cristo, de S. Lázaro de Itália e da Águia Vermelha da Prússia. Faleceu quando era Comandante do Corpo de Marinheiros da Armada, sediado no Quartel de Marinheiros, Praça da Armada, em Alcântara.

António Sérgio dizia que o pai o educara praticamente sozinho durante a infância, antes do seu ingresso na primeira instituição de ensino que frequentou, o Colégio Militar, aos 10 anos. Até então, Sérgio não conheceu escola.

É significativo que apesar de a mãe de António Sérgio, Ana Maria Salema Henriques de Brito Sérgio de Sousa (1855–1948), ter acompanhado a família inclusivamente no Congo, o filho nem a mencione na sua educação.

Ana, com o “petit nom” de Nica, nascida em Goa, de família luso-descendente, era, entre 12 filhos, a 11.^a, a preferida e muito mimada filha do General José Inácio de Brito, governador da Praça de Aguada, e de Juliana Luísa Salema Henriques de Brito. Nica, jovem viúva e sem filhos, casou em 1879, em Bombaim/Mumbai, com António Sérgio de Sousa Júnior. A mãe de António Sérgio, cuja beleza a destacava até em Lisboa, nas festas do Paço Real, gabava-se dos seus antepassados, fidalgos da casa real desde o séc. XIV (desde que Luís Henriques, viveu c. 1360 – c. 1425, citado por Fernão Lopes, fora herói do Cerco de Lisboa, e se destacara na Batalha de Aljubarrota, e D. João I lhe concedera o senhorio do Bombarral), e de entre os ilustres o seu bisavô ser o Brigadeiro Henrique Carlos Henriques (1730–1785), chamado “o último conquistador da Índia”, “célebre general-almirante”, (por ter sido, em terra e no mar, “Comandante da Acção” de “Novas Conquistas de Goa”, as quais somaram cerca de 2.825 km² à área de cerca

de 786 km², que constituía o território das “Velhas Conquistas”, existente desde o séc. XVI). Além deste ramo familiar, dos chamados “Henriques do Bombarral”, Nica descendia, por duas vias, dos chamados “Henriques de Castela e das Alcáçovas”, descendentes do rei de Castela, Henrique II.

A mãe de António Sérgio, de quem ainda me lembro, tinha fama de feitio difícil. Até falecer, aos 92 anos, manteve a descabida exigência de ser chamada “senhora viscondessa” (quando o marido jamais reivindicou o título de visconde), manteve a garridice de ostentar enorme trança, e a excentricidade de fumar charuto.

Nica sempre desaprovou que o filho não tenha querido ser apresentado à família real, nunca tendo compreendido que para o filho o importante era o desenvolvimento do seu País, e não o regime.

Lembre-se que António Sérgio gostava de elogiar, da Europa, o desenvolvimento dos Países Nórdicos, e que entre os seus muitos amigos, quase todos republicanos, também se encontrava, por exemplo, o ex-rei de Itália Umberto II.

A cuidada e vanguardista educação que o pai de António Sérgio, o 2.º António Sérgio de Sousa, propiciou, tornou as três primeiras filhas invulgarmente cultas, empreendedoras e autónomas, como será útil especificar, e em muito ajudou o próprio António Sérgio, como ele gostosamente acentuava.

A filha mais velha do meu bisavô, Maria da Conceição (1868–1949), conhecida como Maria, nasceu em Luanda, fruto da ligação que sendo solteiro, quando era ajudante do governador-geral de Angola, aí teve com Ana Joaquina do Amaral Gorgel Moreira. O pai é que desde sempre sozinho tomou conta da menina, cuja educação atenta e próxima constituiu para si uma prioridade; assim, a filha acompanhou-o nas missões de serviço, de 1869 a 1872, em Macau, de 1878 a 1884 na Índia, etc. Lembre-se que quando o pai casou, em 1879, com a minha bisavó Nica, a filha Maria era adolescente, mas o meu bisavô, exímio maestro da boa educação e da boa convivência, conseguiu que houvesse um excelente ambiente e sólida amizade, entre Maria, a madrasta e os quatro futuros irmãos, toda a família. Maria, pelo casamento (1891) com o latifundiário João Barreiros de Torres Vaz Freire (1851–1900), radicou-se em Évora; sempre conhecida como Maria Sérgio, tornou o seu grande solar setecentista da Rua da República, n.º 79, um verdadeiro e então único centro cultural da cidade, cujas actividades eram notícia da imprensa.

O meu bisavô, o 2.º António Sérgio de Sousa, do casamento com a minha bisavó Nica teve mais os seguintes quatro filhos:

- Maria do Pilar (1880–1960), conhecida como Pilar, nascida em Goa, pianista de mérito, que tocava com Viana da Mota, foi professora de música em Portugal e na Suíça; casou-se (1926) com o referido, e então já internacionalmente celebrado, Mestre Escultor João da Silva (1880–1960), de quem foi esteio cultural, tendo com ele vivido longamente em Paris.

- Matilde (1881–1961), nascida em Damão, casou-se (1907) com o Oficial de Marinha Capitão-de-Mar-e-Guerra António Alemão de Mendonça Cisneiros e Faria (1879–1946), Comendador da Ordem de Cristo, Grande Oficial da de Avis, tendo recebido a Legião de Honra de França e outras notáveis condecorações estrangeiras, comandante, por exemplo, do navio-escola Sagres e do navio que deu apoio à viagem aérea de Gago Coutinho e Sacadura Cabral; Matilde viveu com o marido longamente no Reino Unido, e tornou-se rara e hábil mulher precursora investidora da Bolsa.

- António (1883–1969), nascido, a 3 de Setembro, também em Damão quando o pai aí era governador, que como nome literário adoptou António Sérgio e numa família com muitos Antónios, também familiarmente assim era conhecido, casou, em 1910, com Luísa Estefânia Gerschey da Silva, sobre a qual adiante devo dar muitos mais elementos, tal a importância que ela teve.

- Finalmente, em 1885, nasceu a minha Avó Juliana, em Bombaim, a qual, em perigo de vida, teve de crescer no clima mais ameno de Lisboa, tendo sido educada pelo tio paterno General José Sérgio de Sousa (1836–1907) e a sua mulher, Carlota Ferreira Maia Sérgio de Sousa, brasileira, nascida no Rio de Janeiro (1839–1929), educadores tradicionais, que não lhe deram as asas vanguardistas que os seus quatro irmãos tiveram; casou (1908) com o Coronel de Cavalaria Eduardo Augusto d' Oliveira Pessoa (1882–1956), Comendador da Ordem de Avis, medalhas de bons serviços, comportamento exemplar, etc, meu avô, que deu o nome a uma rua de Cascais. Juliana Sérgio de Sousa Pessoa morreu cedo, em 1935.

António Sérgio casou em Lisboa, a 14 de Junho de 1910, na capela da Nunciatura Apostólica da Santa Sé, com a católica Luísa Estefânia Gerschey da Silva, também inteligente, culta e bondosa, também inovadora pedagoga, que faleceu em 29 de Fevereiro de 1960, deixando o viúvo inconsolável e com uma depressão que lhe impediu o criativo trabalho intelectual até morrer.

Luísa nasceu em Lisboa, a 4 de Setembro de 1879, e faleceu também na capital, na sua casa. Segundo a sua vontade, foi sepultada no Cemitério dos Prazeres, no jazigo n.º 2937, o qual fora feito para a sua mãe, que a deixou órfã antes de completar 3 anos. Os pais de Luísa foram Manuel José da Silva (1854–1932), grande comerciante e industrial em diferentes países, natural de Lisboa, falecido no Rio de Janeiro, e a sua mulher Estefânia Gerschey, que em Lisboa nasceu, casou e faleceu. Este casal teve, em 1881, outro filho, João Cristiano Gerschey da Silva, na família chamado “John da Silva”, o qual se radicou em Londres.

O avô materno de Luísa, Francisco Gerschey, húngaro, viera para Portugal em 1836, na comitiva de D. Fernando de Saxe-Coburgo, e aqui casou. O violinista Augusto Gerschey (1853–1915), tio de Luísa, e outro músico contemporâneo, D. Fernando de Sousa Gerschey, tocavam no Palácio da Ajuda, mesmo em concertos privados para D. Luís.

Luísa teve cuidada educação em línguas, pintura, música. Os genes musicais talvez também a tenham ajudado a ser cantora e pianista elogiada. Em solteira, Luísa viajava muito com o abastado pai, sobretudo a Paris, onde acompanhava acontecimentos culturais, comprava vestidos nas casas de alta costura. De 1926 a 1932, viveu modestamente na Cidade Luz, com o marido exilado, e tendo o pai então graves dificuldades financeiras devidas à profunda crise internacional, Luísa, sem um queixume, fazia a lida doméstica, adaptou-se a tirar um curso de costura, para providenciar o vestuário do casal, enquanto ajudava António Sérgio nos trabalhos intelectuais.

Desde cedo, Luísa preocupou-se com a educação e problemas sociais, em mais uma profunda afinidade com o futuro noivo e marido. Assim, Luísa, em jovem, fundou em Lisboa “uma casa para a protecção das crianças pobres onde havia uma escola gratuita para 50 pequenos”, a qual era dirigida por mestras que contratou. Depois do casamento, Luísa já não teve disponibilidades para prosseguir com esta obra, mas colaborou com instituições de cariz social, sobretudo com a Conferência de S. Vicente de Paulo, sediada na Basílica da Estrela.

Luísa falava fluentemente em Alemão e Francês, era tradutora e escritora, e muito ajudou o marido (também poliglota) em traduções, investigações, etc. Em 1902, com o pseudónimo Lakmé d’ Avlis, publicou o romance “Um Momento no Paraíso” (imitação do alemão). Em 1915, publicou o fundamental livro “O Método Montessori”, sobre o qual adiante devo apontar mais uns elementos.

Como pintora, Luísa dividiu-se entre os óleos sobre tela, com influências de Columbano e Malhoa, e a pintura sobre louça, tendo em 1907 sido citada por José Queirós no ainda hoje importante livro “Cerâmica Portuguesa”.

As famílias de Luísa e de António Sérgio frequentavam os mesmos meios desde há gerações, conviviam amiúde, sobretudo em Lisboa e, nas férias, no solar setecentista dos Vargos, dos Sérgio, perto de Torres Novas.

Luísa já era amiga íntima das irmãs de António Sérgio muito antes de, em 1909, iniciar o namoro.

Sobre a casa propriedade de Luísa e António Sérgio, na Travessa do Moinho de Vento, n.º 4, e a sua vivência, principalmente sobre as tertúlias, fiz primeiras revelações em 1994, no Dicionário da História de Lisboa¹¹.

A casa, projectada pelo Arquitecto Raul Lino em 1923, ficou concluída em 1925, pouco antes do exílio de António Sérgio, em Paris. Amnistiado, e regressado a Portugal em 1933, depois de dar aulas em Santiago de Compostela, Sérgio mandou, anos depois, quando teve disponibilidade para tal, em 1939, ampliar e melhor iluminar, por meio de um envidraçado, o escritório/biblioteca. Esta essencial divisão situa-se no 1º andar, à direita de quem sobe a escada.

Na biblioteca, durante cerca de vinte anos, realizavam-se as célebres tertúlias dos Sábados à tarde, as quais juntavam uma vintena, ou mais, de entusiastas amigos, alguns dos quais da geração de António Sérgio, mas eram encontros intergeracionais. Por vezes, os partipantes já não tinham lugares sentados, e ocupavam ainda o patamar da escada. Procuravam-se ideias para melhorar o Mundo, havendo abertura a diferenças ideológicas, confessionais... Assim, a biblioteca/escritório tornou-se local emblemático, o âmago da casa.

Nas tertúlias dos Sábados, enquanto as conversas apenas abrandavam, a Tia Luísa servia sempre um chá e bolos, no mesmo local. Como era hábito na época, a menina da casa ajudava a servir o chá. A minha mãe, tratada como filha, desempenhava também esse papel e levava consigo outra menina, eu.

Tenho memórias desde os 3 anos e do encantamento crescente que os Tios Luísa e António Sérgio e essas tertúlias dos Sábados à tarde me provocavam, e provocavam em todos os que as frequentavam e as têm recordado.

António da Silveira, grande amigo e assíduo frequentador desde cerca de 1950, escreveu que António Sérgio era um “homem extraordinário” e que “aquela

¹¹ Franco, M. P. F. S., *Casa de António Sérgio*, pp. 221-224.

sala da sua biblioteca era um verdadeiro laboratório de ideias, um ginásio intelectual que ele animava a seu jeito e com preceito.”¹².

Sabe-se que aos Domingos de manhã, António Sérgio reunia com jovens no rés-do-chão da sua casa, na sala.

Aos Domingos à tarde, muitas vezes também fazíamos visitas a casa dos tios, ou iam estes a casa dos meus pais, conforme fotos documentam em moradias com jardim, prédios que já não existem: em Lisboa, em São Domingos de Benfica, na Rua Alto dos Moinhos, n.º 10, ou em Cascais, na antiga Rua Direita, Rua Frederico Arouca, então com o n.º 85 (em frente da Rua da Saudade). Os Tios Luísa e António Sérgio vinham normalmente com os Tios Pilar e João da Silva e Matilde Cisneiros e Faria (há muito viúva), e deslocavam-se em transportes públicos.

Peço licença para evocar que cedo passei a tomar a iniciativa de frequentar a casa dos Tios Luísa e António Sérgio até várias vezes por semana: as conversas que tive com estes excepcionais tios, as leituras da obra sergiana e as consultas da sua biblioteca foram definitivamente marcantes.

A casa de António Sérgio foi a minha primeira Universidade, e quando fui Deputada Parlamentar, independente (2005-2009), é que melhor me apercebi aí ter sido também o meu primeiro Parlamento.

Depois do falecimento de António Sérgio, os sobrinhos, por não terem possibilidades financeiras para dar tornas, viram-se obrigados a vender a casa; o comprador prometera manter o imóvel, mas deixou-o ao abandono, e este foi ocupado e sofreu incêndios.

José-Augusto França lançou o mote contra a destruição da casa de António Sérgio em “Um crime que é preciso evitar: negativo! absurdo e criminoso!”, no “Diário Popular”, de 20 de Fevereiro de 1975. A campanha a favor da recuperação da casa durou de 1975 a 1983, tendo o “Diário Popular” publicado artigos nesse sentido, de numerosos sergianos, sob o título genérico de “Um Crime que é preciso evitar: a destruição da Casa de António Sérgio”.

A casa foi expropriada e classificada Imóvel de Interesse Público, pelo Decreto n.º 28/82, de 26 de Fevereiro. De 1983 a 1988, foram feitas grandes obras e desde 1988 o Instituto António Sérgio (actual Cooperativa António Sérgio para a Economia Social/CASES) realiza aí várias actividades.

¹² Silveira, A. da, Recordando António Sérgio ..., Academia das Ciências de Lisboa, Homenagem a António Sérgio, pp. 13-43, encontrando-se estas citações, respectivamente, na p. 18 e p. 25.

Transcrevo do meu texto “Casa de António Sérgio”, no “Dicionário da História de Lisboa”: “(...) No guia “Lisboa – freguesia da Lapa”, editado em 1992, escrevem a Dr.^a Maria Paula Alves e o Arquitecto Sérgio Infante sobre a casa de António Sérgio: “Apesar de estar classificada (...) foi completamente demolida e depois reconstruída, com a desculpa do mau estado de conservação e de manter, na reconstrução, a “traça primitiva”. Sinais do pouco respeito pela substância física do original do testemunho arquitectónico, que lhe dava o carácter e a autenticidade fundamentais, para que se possa falar, com verdade, de conservação do Património. Substituiu-se um “original” por uma cópia mais “perfeita” que o original (...)”. Atentemos nestas palavras. Afinal não se respeitou o projecto de Raul Lino, nem, o que seria mais importante, o essencial da ambiência desta casa histórica, pelo menos o escritório (...)”¹³.

De facto, o imóvel foi classificado, de início sobretudo por ser a casa de António Sérgio, mas teve profundas alterações, inclusivamente foram diminuídas áreas de divisões, pelo que se tornou impossível imaginar, não só o quotidiano do proprietário, mas também as referidas concorridas tertúlias dos sábados na biblioteca/escritório, agora espaço diminuto.

Os livros da biblioteca (preciosamente anotados a lápis pelo Escritor) e a quase totalidade do imenso arquivo de António Sérgio, herança e pertença da família, estão, à guarda da CASES, depositados na casa da Travessa do Moinho de Vento, n.º 4, e aí podem ser consultados.

António Sérgio ofereceu em vida alguns elementos do seu arquivo e biblioteca, como também tive essa honra, pelo que esse espólio foi doado à Biblioteca Nacional de Portugal, onde pode ser consultado.

2. ALGUNS ASPECTOS DOS VISIONÁRIOS HUMANISMO E PEDAGOGIA DE ANTÓNIO SÉRGIO

Das numerosas conversas com António Sérgio, logo desde a minha infância, recordo sobretudo a sua insistência em sermos mais Humanistas, em haver mais e verdadeiro Humanismo, a sua urgência em, de forma prática, se humanizar o Homem, a sociedade, a fim de esta ser melhor.

¹³ Franco, M. P. F. de S., *Casa de António Sérgio*, op. cit., pp. 223-224.

Veementemente, insistia também numa Pedagogia que tivesse esse enfoque e na importância essencial da Educação.

Das muitas obras de Sérgio e de outros autores sobre Humanismo e Pedagogia, sendo eu mera amadora sobre estes assuntos, apresento de Sérgio apenas uns aspectos muito parcelares, pedindo a benevolência dos especialistas.

Não cansarei com as imensas possíveis citações de Sérgio, citando apenas:

“(...) Não é a excelência dos governos que faz a grandeza dos grandes povos nestes tempos democráticos, senão que os povos bem educados fazem a própria felicidade, e a excelência dos seus governos”. (“O problema da Cultura e o isolamento dos povos peninsulares” (1914).

“(...) Chegou a hora de nos perguntarmos para onde realmente queríamos ir; se concebíamos acaso ideias justas sobre o Progresso, a Economia, a Ciência e a Política, a Liberdade e a Educação. Se não seria quimérico atribuir à política os males que provinham de uma civilização inteira. É esse problema importantíssimo e o mais actual de todos os problemas (...)” (“Ensaios”, V).

“Sou um simples humanista; sou um místico racionalista” (“Cartas do Terceiro Homem” – 2.^a Série).

As palavras Educação, Humanismo e afins proliferam na obra sergiana, mas devo anotar que inclusivamente no prefácio à primeira edição dos “Ensaios” (1920), o autor até em poucas linhas em tal insiste: “(...) Entendamo-nos. Fala um adversário obstinado de toda superstição pela antiguidade, de toda identificação do humanismo com os estudos a que se chama “clássicos” (divergindo, pois, por maneira nítida, dos neoclássicos da França de hoje). Classicismo, aqui, não deve entender-se por estudar latim, ou imitar Gregos e Romanos; não é ser conservador nem reaccionário: é ver que se o sentimento e a inspiração são os primeiros factores de toda arte, somente a Razão lhe dá a estrutura, a solidez, a força; que só ela, na nossa alma, define o progresso e o humanismo, a justiça e a civilização. O classicismo, para nós, é a humanista reivindicação dos direitos preeminentes, não do indivíduo, mas da pessoa (no significado que entre os filósofos se costuma dar a esta palavra; no de homem capaz de se elevar ao espírito, ao ponto de vista do universal) (...)”. Este longo prefácio termina, qual palavra-chave, em “humanístico” (“Ensaios”, I, p. 59).

A “Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira”, que Sérgio dirigiu e onde colaborou, especifica “o Humanismo é mais propriamente o culto das formas

estéticas do mundo clássico ao passo que o Renascimento é, sobretudo, o culto das suas normas éticas. Isto quanto ao carácter dominante de tais movimentos. Mas porque é natural que um influa no outro e topemos muito humanista interessado por mais alguma coisa do que a forma pura”, compreende que o filósofo e teólogo dinamarquês Hoffding (1843–1931) tenha considerado o Humanismo não “apenas uma tendência literária, uma escola de filólogos, mas também uma direcção de vida, caracterizada pelo interesse que se confere ao elemento humano, como objecto de observação e como fundamento de acção”. (volume 13, p. 420).

Penso que é este humanismo que Sérgio desenvolve, recria, no inovador “Humanismo Criativo”.

Henrique de Barahona Fernandes (1907–1992), em 1976, na referida homenagem da Academia das Ciências, fez a conferência, que julgo fulcral na temática de hoje, “Da Psicologia para a Epistemologia – o Humanismo Criativo de António Sérgio”¹⁴.

O autor, então reitor da Universidade de Lisboa, professor inovador de Psiquiatria e Psicologia da Faculdade de Medicina, e antigo, grande e próximo amigo de Sérgio, além de ser dos mais presentes nas tertúlias, considera este “o mais notável ensaísta português, crítico lucidíssimo e pedagogo original, intelecto criativo de novas vias de pensar racional — esse homem de atitude espiritual e posição de combate, sem par entre os seus contemporâneos ...”¹⁵.

Barahona Fernandes, que tão profundamente conheceu Sérgio e a sua obra, escreve ele ser “o único modelo original português de reflexão filosófica com plena actualidade pela sua amplitude e coerência. — Ou seja: um conjunto coerente de reflexões críticas na literatura, na pedagogia, na história, na sociologia, economia e política — fundamentando-se numa fina análise psicológica e gnoseológica do saber e apreciação valorativa dos acontecimentos e do seu sentido social. Tentaremos, no curto tempo de que dispomos, compreender esta sua posição espiritual como o trânsito reflectido da psicologia para a gnoseologia — até à actual epistemologia — valorado à luz da ética e aplicado ao humano. O inteligir lúcido e claro para melhor explicar o saber humano e para

¹⁴ Fernandes, H. B., *Homenagem a António Sérgio*, Academia das Ciências, pp. 71-122.

¹⁵ *Ibidem*, p. 72.

melhor compreender os acontecimentos históricos e sociais dos portugueses e do nosso País — uma atitude de pedagogia activa, pela melhor qualidade do humano e da sociedade. Numa palavra: da análise psicológica do intelecto para a epistemologia das ciências, em especial das ciências humanas, constituindo, de modo originalíssimo, uma nova forma do que chamaremos: humanismo criativo”¹⁶.

O autor volta “a afirmar — mais do que a sua filosofia e prestígio sócio-político — foi o humanismo de SÉRGIO que nos atraiu e prendeu”¹⁷, e a lembrar “a bem conhecida frase do nosso pensador: “O que importa verdadeiramente nesta época é a obra prática de humanizar o Homem”¹⁸.

Sobre Sérgio, Barahona Fernandes afirma que “em todas as obras pedagógicas há referências psicológicas”, e insiste na “produtividade genial”, “excepcional inteligência”, “racionalidade luminosa de SÉRGIO”, chama-lhe “o homem completo”, “apóstolo da pedagogia na base do melhor conhecimento psicológico dos homens”, “pedagogista original”, considera-o “o espírito de maior universalidade do seu tempo”, de quem “ficaram novas ideias, expressas ou latentes, para o projecto de uma autêntica Universidade do futuro — uma Universidade aberta e criativa do progresso social e económico e promotora da dignificação da cultura dos homens... de vida espiritual. Compreendemos da seguinte forma essa sua mensagem prospectiva: — o educar aliado ao investigar, em criatividade espontânea e aplicação às comunidades humanas — liberando a personalidade, dignificando o homem e contribuindo para a produção da riqueza — a criação dos meios de uma melhor forma de vida sócio-económica e dos meios de uma mais alta qualidade existir humano mais justo, mais verdadeiro, mais digno e mais belo. Em suma — um humanismo criativo.”

Este professor explica outra vez que Sérgio actuou “em linhas distintas, peculiares — fora de qualquer ortodoxia ideológica partidária — autenticamente original e criativo — a sua campanha de inovação pedagógica e o seu apostolado em prol do cooperativismo, a sua defesa de uma forma superior de

¹⁶ *Ibidem*, p. 77.

¹⁷ *Ibidem*, p. 87.

¹⁸ *Ibidem*, p. 88.

democracia. Daí o designarmos esta sua posição basicamente activa, como Humanismo criativo.”¹⁹.

Barahona Fernandes lamenta: “Apesar da originalidade e amplitude desta sua forma de racionalismo, opondo-se a todos os empirismos, de uma banda, e ao fantasiar espiritualista, por outra, e ao intuir psicologista, ainda por outra — SÉRGIO foi então e continua a ser taxado de “idealista” sem mais especificação.”²⁰.

O então reitor universitário menciona as “utopias” fantasiosas e quiméricas de que Sérgio foi acusado, para defender a actualidade do seu pensamento: “Pendemos a crer que pelo menos no campo conceptual — do racionalismo crítico e do humanismo criativo, a obra de SÉRGIO permanece viva e fecunda! E também no campo sócio-político e económico — a sua defesa da democracia e do cooperativismo”.

Em prol também da actualidade do pensamento sergiano, e como muitos outros sergianos e não só, tenho procurado refutar essas acusações de utopias fantasiosas. Assim o fiz, por exemplo, na comunicação sob o título “António Sérgio e o 4.º Nobre Vector da Utopia Sergiana: Fraternidade e Amor ao Próximo”, que apresentei, em 2016, num congresso internacional, na Fundação Calouste Gulbenkian²¹.

Inspirei-me para essa comunicação no estudo (de 1983) “Três Nobres Vectores da Utopia Sergiana” de outro grande e próximo amigo de Sérgio, Henrique de Barros. Este autor considera esses três vectores serem: 1- a crença na viabilidade tecnológica da abundância produtiva; 2- o cooperativismo; 3- a democratização²².

O decorrer dos acontecimentos e argumentos que em 2016 colhi inclusivamente na ONU, evidenciam que, também nestas áreas, Sérgio teve razão antes do tempo, abriu caminhos, e é extremamente actual.

O “Dicionário de Educadores Portugueses”, dirigido por António Nóvoa, refere a propósito de António Sérgio que “o essencial do seu ideário pedagógico” se construiu no “verdadeiro epicentro da Educação Nova”: o Instituto Jean-Jacques Rousseau, em Genebra, que Luísa e António Sérgio frequentaram, em 1914–1916.

¹⁹ *Ibidem*, pp. 116-117.

²⁰ *Ibidem*, p. 104.

²¹ Franco, M.S., “Utopia da fraternidade universal em Rainha Santa, Festas do Espírito Santo e António Sérgio”, Separata de Utopia Global do Espírito Santo, vol. III, pp. 1-52.

²² Barros, H., Revista de História das Ideias, n.º 5, 1.º vol., pp. 385-402.

Saliente-se que esse instituto, onde se dava especial atenção aos estudos de psicologia infantil, era recentíssimo, fundado em 1912.

Naturalmente, em Portugal, foi depois de 1974 que se verificou o desenvolvimento de políticas educativas que invocam herança sergiana. Contudo, Sérgio, já em 1914, confessava que a sua “revolução” era “a revolução pedagógica”²³.

Revelei em 1983, através da Universidade de Coimbra, um notável conjunto de 173 cartas da juventude de Luísa e António Sérgio, datadas de entre Outubro de 1902 e Abril de 1910²⁴.

Estas cartas são elemento essencial para o estudo da génese do pensamento sergiano, inclusivamente até já da sua Pedagogia.

António Sérgio explicava essa sua Pedagogia e aplicava-a a Luísa, para que os noivos intelectualmente se aproximassem um do outro, o que também é vanguardista.

Nestas cartas colhem-se outras valiosas informações, como a de datar de 1909 a amizade entre Sérgio e Henrique Jardim de Vilhena, o autor, em 1954, do Relatório em prol da sua entrada na Classe de Ciências da Academia das Ciências de Lisboa, a qual não se concretizou.

Em 1915, surgiram duas emblemáticas obras: de António Sérgio “Educação Cívica”, e de Luísa Sérgio “O Método Montessori”. Segundo o artigo sobre António Sérgio da Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, a publicação de Luísa Sérgio “revelou este método em Portugal”. Sublinhe-se que o Método Montessori está apenas agora a ser melhor implementado em Portugal, mais de um século depois, quando há muito o é noutros países! Tenho desde há anos divulgado esta obra de Luísa Sérgio, e procurado que se reedite “O Método Montessori”.

Em 2015, a CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social fez uma 4.^a edição da “Educação Cívica”, chamada Edição do Centenário, onde escrevi: “Modernidade de António Sérgio.

Das memórias de menina com o meu Tio-Avô António Sérgio, sublinho as tertúlias dos Sábados à tarde em sua casa, e passeios no jardim; ele comparava o educador a um jardineiro, que, de forma diferente deve encaminhar as diversas

²³ Dicionário de Educadores Portugueses (Dir. António Nóvoa), p. 1299.

²⁴ Franco, M. P. F. S., Da Juventude de António Sérgio. Algumas cartas inéditas, Revista de História das Ideias, n.º 5, 2.º vol., pp. 785-937.

aptidões, enfatizando a importância da educação no progresso da sociedade e a necessidade de sermos sempre actuais. No centenário da “Educação Cívica”, verificam-se pressupostos seus por exemplo na educação finlandesa, guindada ao top mundial nos testes do PISA conduzidos pela OCDE. Especialistas portugueses e estrangeiros têm notado a modernidade de António Sérgio também em outras áreas, pelo que urge aprofundar o estudo da sua polifacetada obra e divulgá-la mais.”

Ainda com influência de Genebra, o casal Sérgio publicou, em 1919, a inovadora obra “Contribuição para o estabelecimento de uma escala de pontos dos níveis mentais das crianças portuguesas”, progresso sobre a escala de Binet, a qual ainda agora os especialistas consideram “muito importante para desenvolver no nosso país estudos científicos de psicologia infantil.”

António Sérgio aceitou, em 1923, a pasta da Instrução Pública no Ministério reformador de Álvaro de Castro, com o objectivo de fundar uma inovadora “Junta Propulsora dos Estudos”, cujo projecto concebera em 1913.

Essa Junta concederia bolsas de estudo no estrangeiro que preparariam um escol científico e pedagógico, fundaria escolas de ensaio — ou experimentais — de ensino infantil, primário, primário superior e liceal, e institutos de investigação científica, onde trabalhariam os seus ex-bolseiros.

Como não conseguiu que o seu projecto se concretizasse, Sérgio demitiu-se do Ministério passados dois meses, mas ,entretanto, assinalou essa passagem sobretudo com a pioneira fundação do Instituto Português de Oncologia.

O inovador pensamento pedagógico de António Sérgio é considerado situar-se sobretudo entre 1914 e 1918, curiosamente os anos que durou a I Grande Guerra.

Com o eclodir da II Guerra Mundial, muitos entusiastas da Educação Nova esmoreceram, pois não conseguiram um dos principais objectivos, a Paz.

No entanto, numerosas sementes foram sendo lançadas e têm germinado.

Penso que duas dessas sementinhas germinaram na minha cabeça, onde António Sérgio as tinha lançado, e elas “farolizaram” (como dizia Sérgio) o seguinte, que peço a benevolência para explicitar, apenas pela importância da sua génese sergiana.

3. AS MINHAS DUAS MAIORES HERANÇAS SERGIANAS, OS MEUS PROJECTOS: CÁTEDRA “EDUCAÇÃO PARA A PAZ GLOBAL SUSTENTÁVEL”, A 1.ª CÁTEDRA UNESCO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA; MUSEU “PORTUGAL GLOBAL”, DA INTERCULTURALIDADE, PROPICIADOR DE PAZ, JÁ APOIADO “COM O MAIOR ENTUSIASMO” PELA ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA

3.1. Cátedra UNESCO “educação para a paz global sustentável”.

Desde jovem, sou apaixonada por Psicologia (outra influência sergiana). Logo desde os anos 1990, também o sou pela então nascente Psicologia Positiva, “o estudo científico do funcionamento humano ótimo”, com a descoberta de o nosso êxito depender 80 % do Quociente Emocional, a gestão das emoções poder ser ensinada e sempre melhorada ao longo da vida e essa aprendizagem ser essencial para a felicidade e a Paz, etc.

No meu atrás mencionado texto “No 40.º aniversário da morte de António Sérgio” (“Público”, 30/1/2009), sublinhei o pioneirismo do homenageado também quanto às modernas Ciências da Inteligência Emocional e Social.

Na sequência da conferência de 2005, em que pela primeira vez sugeri que, para combater a violência, é essencial a prevenção através da Educação e da Psicologia Positiva, apresentei este projecto em várias ocasiões e publicações (vide textos, na Bibliografia).

Assim, terminei o discurso de despedida enquanto deputada parlamentar (Diário da Assembleia da República, I Série, N.º 105, 24 de Julho de 2009, pp. 50-52): “(...) Constantemente insisti, supliquei, para que Portugal dê exemplos mundiais em várias áreas de humanismo, para que o século XXI seja, finalmente, o “Século dos Direitos Humanos”.

A área em que mais tenho insistido é a do humanismo na pedagogia, com a sugestão inovadora que faço desde 2005 — e aqui na Assembleia da República, desde 2007 —, para a criação, do 1.º ao 12.º ano da escolaridade, de uma cadeira obrigatória a que dei o apelativo nome de “Educação para a Felicidade”, a qual terá por base a moderna ciência da inteligência emocional e social...

A referida cadeira deve ter componentes como ética, a saúde, primeiros socorros, nutrição, sexualidade, modo de gerir o quotidiano, alegrias, frustrações,

desgostos, educação contra a violência, educação para a preservação do meio ambiente e do património cultural, normas de segurança, educação para a cidadania (em moldes mais actuais), fazendo com que haja maior tolerância, mais diálogo, intercultural e mais paz. Nunca fiz viagens pagas pelo Parlamento, mas farei, assim, a única que me interessa: ao Portugal do futuro, como referência mundial dos direitos humanos, da paz e do amor”.

Em 2015, intitulei “No Centenário da “Educação Cívica” de António Sérgio, proposta de “Educação para a Felicidade”, a comunicação na homenagem ao Mestre.

O meu projecto educativo tem três pilares: 1- o essencial ensino da gestão das emoções ser ministrado de forma sistemática às crianças, desde a mais tenra idade e ao longo de toda a escolaridade; 2- esse ensino ser acessível para adultos, mesmo com carências económicas/financeiras; 3- serem criados prémios que distingam pessoas, instituições, projectos, os quais privilegiem o diálogo e a paz. Sugeri que a atribuição de prémios se iniciasse por projectos de arquitectura/urbanismo que não façam guetos, mas promovam a funcionalidade, harmonia, beleza, o diálogo, facilitem a vida quotidiana, proporcionem prazer estético, sejam construtores de felicidade e Paz.

Sublinho que, de 2005 a 2016, dos milhares de pessoas a quem expus este sonho, houve uma única que me incentivou a não desistir, o meu excelente professor de Filosofia da Faculdade de Letras, Professor Padre Joaquim Cerqueira Gonçalves.

Finalmente, em 2016, o projecto recebeu os apoios decisivos, que indico por ordem cronológica: Presidente da República Professor Marcelo Rebelo de Sousa; Director de Educação no Centro de Psicologia Positiva da Universidade de Pensilvânia Professor James Pawelski; o então Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa Professor Adriano Moreira (que me deu a honra de me convidar a integrar essa Instituição como colaboradora); e a então Secretária-Geral da Academia das Ciências de Lisboa Professora Maria Salomé Pais, a qual pôs em marcha a concretização do projecto, sugeriu o formato de cátedra UNESCO, e depois deu permanente e precioso apoio.

Sem dúvida, a Academia das Ciências de Lisboa foi o “berço” da primeira Cátedra UNESCO da Universidade de Lisboa e o então Presidente Professor Artur Anselmo também logo apoiou o projecto, assim como outros Académicos.

Logo desde o início, tivemos a colaboração do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Em Julho de 2016, chamámos a Coordenadora do Executive Master em Psicologia Positiva Aplicada, a Professora Auxiliar do ISCSP Helena Marujo, que não conhecíamos.

No início de Janeiro de 2017, dei conhecimento do projecto ao Engenheiro António Guterres, que apesar de ter acabado de tomar posse como Secretário-Geral da ONU, de imediato o apoiou.

Ao longo de cerca de um ano, fiz centenas de contactos pessoais, por email, telefonemas, e consegui apoios para a Cátedra de numerosas outras Personalidades e Entidades do maior prestígio, em Portugal e em todos os continentes, tendo privilegiado os Países da CPLP.

A Cátedra UNESCO, por definição, “promove a cooperação e partilha interuniversitária” através da “partilha do conhecimento e do trabalho em colaboração”.

A Cátedra foi aprovada pela UNESCO em Agosto de 2017 e lançada oficialmente em 21 de Setembro de 2018.

“Urge cultivar a Paz em nós e no Mundo” é o título da minha comunicação nessa cerimónia, a qual foi nesse dia divulgada pelo jornal online “Observador”. (Vide na Bibliografia).

O Professor Adriano Moreira deu-me a honra de solicitar o texto para publicação.

O projecto foi em parte concretizado, mas logo de início se pediram melhorias a introduzir na Cátedra “UNESCO — Educação para a Paz Global Sustentável”²⁵.

²⁵ Deveriam ser sobretudo duas, as melhorias a introduzir na Cátedra “UNESCO – Educação para a Paz Global Sustentável”, tendo em atenção que o projecto é essencialmente educativo, o que coincide com a área prioritária da UNESCO, e na medida em que as cátedras da UNESCO devem, por definição, “promover a cooperação e partilha interuniversitária, a fim de reforçar as capacidades institucionais através da partilha do conhecimento e do trabalho em colaboração”: a) inclusão de mais duas instituições também da Universidade de Lisboa — o Instituto de Educação e a Faculdade de Psicologia —, fazendo a sua articulação com o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP); não obstante isso, o ISCSP concentrou tudo em si; b) criação de uma comissão científica, alargamento da comissão executiva, e variação da lista de consultores — deveria passar a haver uma comissão científica, que não existe, e uma mais alargada comissão executiva, abrangendo sobretudo professores das referidas três faculdades. Tal foi proposto, na Academia das Ciências de Lisboa, pela então Secretária-Geral, Professora Maria Salomé Pais, e pela autora do projecto, Dr.^a Matilde Sousa Franco, em 9 de Janeiro de 2019, o que por escrito foi aceite pela coordenadora da Cátedra, Professora Helena Marujo. Estes meus dois últimos conceitos, que introduzi na década de 1990 no meu projecto museológico Portugal Global, já foram, quase três décadas mais tarde, em 11 de Maio de 2018, incluídos pela maior organização

3.2. O museu “Portugal Global”, e língua, interculturalidade e descobrimentos portugueses como património mundial

O meu projecto do Museu “Portugal Global”/“Museu da Interculturalidade de Origem Portuguesa”, propiciador de paz, já foi apoiado, até “com o maior entusiasmo”, repetindo eu aqui os exactos termos da presidente da Academia Portuguesa da História, no ofício 21.GD.2018, Proc. 6.2, de 27 de Março de 2018: “(...) tenho o gosto de comunicar que, conforme decisão do Conselho Académico, é com o maior entusiasmo que esta Academia aceita colaborar no projecto de criação do “Museu da Interculturalidade”. (Vide na Bibliografia, publicações a propósito).

Há cerca de 40 anos, defendo a criação, em Portugal, de um Museu dedicado aos Descobrimentos/Descobertas, ideia que desde o séc. XIX tem tido numerosos defensores.

A minha ideia evoluiu ao longo das décadas, com três pioneirismos: maior abrangência geográfica e temporal, encontro de culturas, e o museu como construtor de paz.

Desde o início da década de 1980, quando fui directora do Museu Nacional de Machado de Castro, em Coimbra, defendo o primeiro objectivo, a maior abrangência, no espaço e no tempo.

Desde a década de 1990, introduzi neste projecto museológico dois pioneiros conceitos, por mim idealizados: uma museologia/patrimologia multicultural/ depois aperfeiçoada em intercultural, com enfoque no diálogo entre culturas, e uma museologia com objectivos de paz, construtora de paz, através sobretudo desse diálogo intercultural.

De facto, o filósofo Jacques Demorgon, considerado, no início da década de 1990, o autor da “Invenção do Intercultural”, afirma “o intercultural é o motor de evolução das sociedades”, o que deu origem ao meu projecto Museu da Interculturalidade de Origem Portuguesa.

Desde 19 de Junho de 2018, dei a este projecto a designação mais objectiva e funcional de Museu Portugal Global, que tem obtido unânime aprovação e aplauso.

mundial de museus, o International Council of Museums (ICOM) UNESCO (apenas a secção da Europa) e pela Federação Mundial de Amigos de Museus (“Declaração do Funchal”).

Museu Portugal Global de imediato evoca o incontroverso e honroso facto de Portugal ter sido o autor da primeira globalização, e a mim evoca-me ainda as lições de universalismo que desde menina escutei nas mencionadas tertúlias em casa de António Sérgio, as lições directas do próprio Mestre, leituras da sua obra.

O espaço, tempo e conteúdos do Museu Portugal Global são, não só Portugal, principalmente dos séculos XV/XVI/XVII, nos diferentes continentes, mas também, e enfaticamente, o intercâmbio comercial, linguístico, cultural, etc. proporcionados, e a “Portugalidade”, que adiante se explica.

É evidente que o império português também foi colonialista e racista, mas há muitas mais realidades a considerar, e penso que na ocasião do seu fim, com a passagem de Macau para a China, em Dezembro de 1999, uma boa síntese dessa problemática foi destacada pela revista “Time”, num artigo de Tony Emerson, intitulado “The Unimperial Empire. For richer or poorer, the Portuguese were different”.

Lembro a frase “eu amo a Portugalidade” do Embaixador cabo-verdiano Onésimo Silveira (1935–2021), considerado dos mais proeminentes membros da elite cultural do seu país, que foi diplomata por exemplo em Portugal, Angola e Moçambique.

Por “Portugalidade” entenda-se a criação e manutenção sobretudo de laços de afecto e familiares entre as mais diversas pessoas das mais diferentes partes do mundo.

Na Academia das Ciências de Lisboa, a 10 de Julho de 2018, no Colóquio “Unidade e Diversidade da Língua Portuguesa”, o Professor Adriano Moreira sugeriu a classificação da Língua portuguesa como Património Mundial, e na ocasião solicitei que houvesse então, igualmente, uma classificação conjunta da Língua, Interculturalidade e dos Descobrimentos portugueses como Património Mundial. Como tal foi bem aceite e o então presidente da Academia, Professor Artur Anselmo, concordou no sentido de se avançar com o projecto, houve uma primeira reunião passados dias, a 13 de Julho, mas o assunto é evidentemente muito complexo, havendo um gigantesco trabalho a fazer! (Vide, na Bibliografia, o meu texto de 18 de Julho de 2018, e outros relacionados com esta temática).

CONCLUSÃO

Em 2004, no encerramento do marcante Colóquio António Sérgio: Pensamento e Acção, o Professor António Braz Teixeira, representante da Comissão Científica do Colóquio, afirmou António Sérgio ser “um raro exemplo de tenaz e dedicada acção em prol dos mais altos valores do Espírito”, e haver “urgente necessidade cultural” da publicação da sua obra completa.

Mais uma vez, exprimo o meu imenso desejo ser também a publicação da Obra Completa de António Sérgio.

Assim, peço licença para:

a) Lembrar que: todos os manuscritos de António Sérgio, muitos inéditos, estão conservados na sua casa (na Travessa do Moinho de Vento, n.º 4, em Lisboa, à guarda da CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social), e na Biblioteca Nacional de Portugal, conforme atrás indiquei; A. Campos Matos, em 1983, publicou a detalhada “Bibliografia” de António Sérgio, que adiante cito; a publicação da Obra Completa de António Sérgio foi iniciada c.erca de 1970, mas infelizmente pouco depois não prosseguiu...

b) Sugerir que: a primeira publicação seja a 2.ª edição da “Antígona”. De facto, António Sérgio mencionou várias vezes o gosto que punha na frequente reescrita para esta projectada nova edição: “a luta... pela dignidade do espírito, pela libertação do intelecto, é que é o tema de base desta minha “Antígona”, que considerava “o testamento social de um devaneador sem emenda”, “uma espécie de sermão de um moralista cívico”.

É interessante recordar que a 1.ª edição da “Antígona” de António Sérgio data de 1930 e apenas catorze anos mais tarde começaram a ser publicadas as Antígonas de Jean Anouilh (1944), José Maria Pemán (1945), Júlio Dantas (1946), Bertolt Brecht (1948), António Pedro (1954).

Recebi do próprio Autor e dei à Biblioteca Nacional os muitos manuscritos inéditos para uma segunda edição, revista, da tragédia “Antígona”.

António Sérgio é ele próprio, como detalhámos, não só conceptualmente um universalista, mas um exemplo de “Portugalidade”, com raízes e laços de afecto dispersos por diferentes continentes, o que convida à Paz: nasceu na Índia, cresceu em África, radicou-se na Europa, tem parentes europeus, asiáticos (da Índia e de Macau), muitos dos quais se espalharam pelo Mundo.

A divulgação da obra de António Sérgio permite um maior conhecimento Humanista, que muito pode contribuir para a Paz.

Haja Esperança, na conjugação de vontades no sentido da publicação da sua obra completa, tendo em atenção que António Sérgio é, limitando-me eu agora a repetir as palavras da Academia das Ciências de Lisboa, que de início citei, “uma das maiores figuras do Pensamento nacional.”

António Sérgio teria particularmente apreciado esta notável Homenagem de hoje, e muito agradeço o honroso convite para vir aqui falar.

Muito obrigada!

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA NO COLÓQUIO DE EVOCAÇÃO DE ANTÓNIO SÉRGIO, POR OCASIÃO DO CINQUENTENÁRIO DA SUA MORTE NA SESSÃO DE 24 DE JANEIRO DE 2019)

ALGUMA BIBLIOGRAFIA

- Alves, M. P. & Infante, S., Lisboa. Freguesia da Lapa. Lisboa, Guias Contexto. 1992.
- Anselmo, A., Em torno de uma ideia feita: o “Reino Cadaveroso”, *Actas do Colóquio António Sérgio: Pensamento e Acção*, Vol. II, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 2004, p. 285-294.
- Araújo, L. De, “António Sérgio: tópicos de um pensamento actual”. *Actas do Colóquio António Sérgio: Pensamento e Acção*, Vol. I., Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 2004, p. 243-250.
- Baltazar, I., Pioneiras. Matilde Sousa Franco. Caminhos de uma vida invulgar. Faces de Eva. Revista de Estudos sobre a Mulher, n.º 38, Lisboa, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 2017, pp. 175-180.
- Baptista, J., *Pela Liberdade da Inteligência*. Lisboa, Edições Colibri, 2001.
- Branco, J. O., *O Humanismo Crítico de António Sérgio*. Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1986.
- Carvalho, J. De M. De, *António Sérgio, a obra e o homem*, Lisboa. Editora Arcádia, S.A.R.L., 1979.
- Cunha, J. T. da, “António Sérgio: a doutrina ética dos Ensaios: uma ética para uma modernidade inactual”, *Actas do Colóquio António Sérgio: Pensamento e Acção*. Vol. I, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 2004, p. 379-390.
- Fernandes, H. J. de B., *Da Psicologia para a Epistemologia – o Humanismo Criativo de António Sérgio. Homenagem a António Sérgio*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1976, pp. 71-122.

- Figueiredo, M. P., Cartas Inéditas da Juventude”, “Dossier Sérgio” (1883-1983), J.L., Jornal de Letras, Artes e Ideias, n.º 57, 26 de Abril, 1983.
- Forjaz, J. e Noronha, J. F., *Os Luso-Descendentes da Índia Portuguesa*. 2.ª edição (3 volumes), Lisboa, Fundação Oriente, 2003.
- França, J.-A., *Hommage à António Sérgio*. Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais. pp. 25-26, 1984.
- Franco, M. P. F. S., Da Juventude de António Sérgio. Algumas cartas inéditas. Separata de “António Sérgio”. Número especial da Revista de História das Ideias, n.º 5, 2.º volume, Coimbra, Faculdade de Letras. pp. 785-937 (1983).
- Franco, M. P. F. S., António Sérgio e Coimbra. Separata da Revista de História das Ideias, n.º 6, Coimbra: Faculdade de Letras. pp. 417-422 (1984).
- Franco, M. P. F. S., “O Espiritualismo de António Sérgio e a necessidade de investigação da Obra Sergiana”. (Comunicação apresentada na Fundação Calouste Gulbenkian, por ocasião da inauguração das comemorações nacionais do 1.º Centenário do Nascimento de António Sérgio, em 3 de Outubro de 1983), Porto, Nova Renascença, Revista Trimestral de Cultura, Volume V, Abril/Junho. pp. 166-171 (1985).
- Franco, M. P. F. S., *O Escultor João da Silva, grande e esquecido Ourives*. Conferência proferida no Colóquio “Ourivesaria do Norte de Portugal”, Porto, Novembro 1984, publicada in *Actas do Colóquio Ourivesaria do Norte de Portugal*. Porto, Fundação Eng.º António de Almeida, 1986, pp. 143-152.
- Franco, M. P. F. S., “Da Juventude de António Sérgio. Algumas Cartas Inéditas”, Separata de “O Pedagogo António Sérgio”, “Diário de Notícias”, 30 de Janeiro de 1994.
- Franco, M. P. F. S., Alto dos Moinhos. In Santana, F. e Sucena, E. (dir.) *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, 1994, pp. 54-55.
- Franco, M. P. F. S., Casa de António Sérgio. In Santana, F. e Sucena, E. (dir.) – *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa, 1994, pp. 221-224.
- Franco, M. P. F. S., Casa de António Sérgio. In Santana, F. e Sucena, E. (dir.) – *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa, 1994, pp. 234-235.
- Franco, M. S., Os Descobrimientos na Arte. Conferência proferida na Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, integrada no *Colóquio Os Descobrimientos – memória e projecto*, realizado de 19 a 21 de Fevereiro de 1988, Lisboa: “Diário Popular”, 22, 23 e 24 de Fevereiro de 1989.
- Franco, M. S., “Museum of Multiculturalism of Portuguese Origin”. “The Paths of Multiculturalism. Travel Writings and Postcolonialism”. Edited by: Maria-Alzira Seixo, John Noyes, Graça Abreu and Isabel Moutinho. Dias Museum (Mossel Bay), ICLA (Pretoria Congress, Unisa) and Studies on Voyage in Literature Seminar (University of Lisbon). Lisboa: Edições Cosmos, Junho 2000, pp. 415-421, 2000.
- Franco, M. S., “Atentados contra a vida e a dignidade humana – A violência e as mulheres”. In *Seminários Nacionais contra a Violência. Violência – Não!* Lisboa/Coimbra, Pro Dignitate/Gráfica de Coimbra, 2005, pp. 55-64.

- Franco, M. S., *No 40.º aniversário da morte de António Sérgio*, Lisboa: Jornal “Público”, 30 de Janeiro de 2009.
- Franco, M. S., Discurso de despedida da deputada parlamentar Matilde Sousa Franco, no final da legislatura, Lisboa, Diário da Assembleia da República, X Legislatura, I série, 4.ª sessão legislativa, 105, 24 de Julho. pp. 50-52, 2009.
- Franco, M. S., Depoimento da deputada Matilde Sousa Franco sobre o Padre Manuel Antunes. In *Manuel Antunes. Obra Completa do Padre Manuel Antunes, SJ. – Biografia Ilustrada*, t. VII. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- Franco, M. S., Sentido democrático da vida e do ensino. In José Eduardo Franco (Org.). *Um Pedagogo da Democracia. Retratos e Memórias sobre o Padre Manuel Antunes, SJ*. Lisboa, Gradiva, 2011, pp. 385-388.
- Franco, M. S., No centenário da “Educação Cívica” de António Sérgio, proposta de Educação para a Felicidade”. Comunicação apresentada na Sessão de Homenagem a António Sérgio, Liceu de Camões, Lisboa, 2 de Dezembro de 2015. (Publicada in: site da CASES, Cooperativa António Sérgio para a Economia Social <http://www.cases.pt>, e em: www.academia.edu).
- Franco, M. S., Urge educar para a paz, no Ano Internacional do Entendimento Global. Publicado em “Observador”, 17 de Maio de 2016, <https://observador.pt/opiniao/urge-educar-paz-no-ano-internacional-do-entendimento-global/>.
- Franco, M. S., Agenda 2030 da ONU: uma sugestão. “Observador”, de 7 de Junho de 2016, <https://observador.pt/opiniao/agenda-2030-da-onu-uma-sugestao/>.
- Franco, M. S., Papa Francisco e o Projecto Educação para a Paz Global Sustentável. In *A Sinfonia Universal do Amor Fraternal no Trajecto Ascensional da Humanização do Mundo – Tributo Lusíada de Jubilosa Gratulação a Sua Santidade o Papa Francisco*, Fernando Paulo do C. Baptista (eds), Lisboa, Edições Piaget, 2017, pp. 500-503.
- FRANCO, M. S. (2017, 16 de Agosto). UNESCO – Educação para a Paz Global Sustentável. “Observador”, <https://observador.pt/opiniao/unesco-educacao-para-a-paz-global-sutentavel/>.
- Franco, M. S., Museu da Interculturalidade de Origem Portuguesa, e não Museu das Descobertas. “Observador”, de 24 de Março de 2018, <https://observador.pt/opiniao/museu-da-interculturalidade-de-origem-portuguesa-e-nao-museu-das-descobertas/>.
- Franco, M. S., Interculturalidade de origem portuguesa como Património Mundial, e mais elementos e sugestões para esse museu. “Observador”, de 9 de Abril de 2018, <https://observador.pt/opiniao/interculturalidade-de-origem-portuguesa-como-patrimonio-mundial-e-mais-elementos-e-sugestoes-para-esse-museu/>.
- Franco, M. S., Academia Portuguesa da História apoia “com o maior entusiasmo” o Museu da Interculturalidade (e não o Museu das Descobertas). “Observador”, de 3 de Maio de 2018, <https://observador.pt/opiniao/academia-portuguesa-da-historia-apoia-com-o-maior-entusiasmo-o-museu-da-interculturalidade-e-nao-o-museu-das-descobertas/>.

- Franco, M. S., Museu Portugal Global, e não Museu das Descobertas/Viagem. “Observador”, de 19 de Junho de 2018,
<https://observador.pt/opiniao/museu-portugal-global-e-nao-museu-das-descobertas-viagem/>.
- Franco, M. S., Portugal Global como Património Mundial e título de museu. “Observador”, de 28 de Junho de 2018,
<https://observador.pt/opiniao/portugal-global-como-patrimonio-mundial-e-titulo-de-museu/>.
- Franco, M. S., Língua, interculturalidade e Descobrimientos portugueses como Património Mundial. “Observador”, de 18 de Julho de 2018,
<https://observador.pt/opiniao/lingua-interculturalidade-e-descobrimientos-portugueses-como-patrimonio-mundial/>.
- Franco, M. S., Urge cultivar a paz em nós e no mundo (Comunicação aquando do lançamento oficial da Cátedra UNESCO Educação para a Paz Global Sustentável). “Observador”, de 21 de Setembro de 2018,
<https://observador.pt/opiniao/urge-cultivar-a-paz-em-nos-e-no-mundo/>.
- Franco, M. S., Focos de tensão intercultural e prevenção e manutenção da paz, através de três sonhos pessoais: Educação para a Paz Global Sustentável, Museu Portugal Global e Língua, Interculturalidade, Descobrimientos e influência de Portugal no Mundo como Património Mundial. Escrito para o handbook da Cátedra UNESCO Educação para a Paz Global Sustentável, 2018. (não publicado)
- Franco, M. S., “De Fulbrighter (1984) a ideóloga de museologia/patrimologia interculturais, propiciadoras de paz”. In *Programa Fulbright: Volume Comemorativo*, M. Laura Bettencourt Pires (Coord.), Lisboa, Colibri, 2019, pp. 85-98.
- Franco, M. S., “Musealizar a presença de Cristóvão Colombo em Portugal”. In *Almirante Colon: Um Feito no Ponente*, Carlos Calado (Coord.), Lisboa, Chiado Books, 2019, p. 170-209.
- Franco, M. S., Nota finale. In António Sérgio. *Saggi. Scritti di Cultura e Storia del Portogallo*. Milano: Meltemi editore. pp. 99-103, 2021.
- Franco, M. S., “António Sérgio (1883-1969) e o quarto nobre vector da utopia sergiana”. In *Utopia da fraternidade universal em Rainha Santa, Festas do Espírito Santo e António Sérgio. Utopia Global do Espírito Santo*, Volume III, Santidade, Instituições e Património, Coordenação científica José Eduardo Franco e António Manuel Ribeiro Rebelo. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2021, pp. 244-260.
- Franco, M. S., “Portugal Global. Um inovador e pacificador conceito de “Museu da Interculturalidade” e Língua, interculturalidade e Descobrimientos portugueses como Património Mundial. Separata de Repensar Portugal, a Europa e a Globalização. Saber Padre Manuel Antunes”, SJ – 100 Anos, Coordenação científica José Eduardo Franco e Guilherme d’ Oliveira Martins, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 921-936, 2022.
- Ganho, M. De L. S., António Sérgio: “Um Excitador de Intelectos?”. *Actas do Colóquio António Sérgio: Pensamento e Acção*, Vol. I., Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 2004, pp. 341-346.

- Gonçalves, J. A., *Educação Cívica segundo António Sérgio: Sua Actualidade*. Lisboa, Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo (INSCOOP), 2003.
- Hameline, D. e Nóvoa, A., *Autobiografia inédita de António Sérgio – Escrita aos 32 anos no Livre d’Or do Instituto Jean-Jacques Rousseau (Genève)*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 29, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Fevereiro, pp. 141-177 (1990).
- Henriques, N. G. e Henriques, M. G., *Gorjão Henriques*, 2 volumes. S/ local, Carvalho e Simões, Ld.^a, 2006.
- Marques, A. H. De O., *António Sérgio, Historiador (Despretenciosos informes)*. *O tempo e o modo*, *Revista de Pensamento e Acção*, n.º 69-70, Lisboa, pp. 303-310, 1969.
- Matos, A. C., *Bibliografia de António Sérgio*. Separata de “António Sérgio”. Número especial da *Revista de História das Ideias*. N.º 5, 2.º volume, Coimbra, Faculdade de Letras. p. 1025-1107, 1983.
- Matos, A. C., *“Diálogo” com António Sérgio (1883–1969)*. 2.ª edição revista e aumentada, Lisboa, Editorial Presença, 1989.
- Matos, A. C., *Agostinho da Silva e Vasco de Magalhães-Vilhena entrevistados sobre António Sérgio*. Lisboa, Livros Horizonte, 2007.
- Medina, J., Matos, S. C. e Ventura, A., *Estudos sobre António Sérgio, Lisboa*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1988.
- Moreira, I., *“Conceito e fins da Educação em António Sérgio”*. *Actas do Colóquio António Sérgio: Pensamento e Acção*, Vol. II., Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 2004, pp. 27-40.
- Nóvoa, A., Sousa, A., *Dicionário de Educadores Portugueses*. (Dir. de António Nóvoa), Porto, ASA Editores, pp. 1291-1300, 2003.
- Nóvoa, A. & Sousa, L., *Dicionário de Educadores Portugueses* (Dir. António Nóvoa), Porto: ASA Editores. pp. 1300-1301, 2003.
- O Livro dos Vice-Reis da Índia d’El-Rei D. Carlos I. Aguarelas de Manuel Gomes da Costa*. Lisboa, Chaves Ferreira – Publicações, S.A., com o patrocínio da Fundação Cidade de Lisboa e do Banco Nacional Ultramarino, 1991.
- Paszkiwicz, C. de S. E., *“Actualidade do Pensamento Pedagógico de António Sérgio”*, *Actas do Colóquio António Sérgio: Pensamento e Acção*, Vol. II., Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 2004, pp. 19-26.
- Patrício, M. F., *“O Pensamento Pedagógico de António Sérgio”*, *Actas do Colóquio António Sérgio: Pensamento e Acção*, Vol. I., Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 2004, pp. 31-54.
- Santos, F. P., *António Sérgio: Réformateur de la Mentalité et Réformateur Social. Hommage à António Sérgio*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, pp. 37-51, 1984.
- Seabra, J. A., *“António Sérgio ou a razão polémica”*, *Actas do Colóquio António Sérgio: Pensamento e Acção*, Vol. II., Lisboa, Universidade Católica, Imprensa Nacional–Casa da Moeda, pp. 329-341, 2004.

- Sérgio, A., *Da Natureza da Affecção. Ensaio de Psychologia e Pedagogia*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1913.
- Sérgio, A., *Prosa Doutrinal de Autores Portugueses*. 2.^a edição, Lisboa, Portugália Editora, 1965.
- Sérgio, A., *Ensaio I a VIII*. Edição crítica orientada por Castelo Branco Chaves, Vitorino Magalhães Godinho, Rui Grácio e Joel Serrão, (vol I, 1.^a edição, em 1920), Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1971-1974.
- Sérgio, A., *Ensaio sobre Educação*. Prefácio de Manuel Ferreira Patrício, Lisboa, Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 2008.
- Sérgio, A., *Educação Cívica*, 4.^a edição, Edição do Centenário, Lisboa: CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, 2015.
- Sérgio, A., *Saggi. Scritti di Cultura e Storia del Portogallo*. Milano, Meltemi editore, 2021.
- Sérgio, L., *O Método Montessori. Com uma advertência de António Sérgio*. Biblioteca de Educação, Porto, Edição da “Renascença Portuguesa”, 1915.
- Serrão, J., António Sérgio, o Educador. O tempo e o modo, *Revista de Pensamento e Acção*, n.º 69-70, Lisboa, pp. 242-249 (1969).
- Serrão, J., O Lugar da História no Pensamento de António Sérgio. Homenagem a António Sérgio, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa. pp. 45-52, (1976).
- Serrão, J., *António Sérgio, uma antologia. Seleção, introdução e notas de Joel Serrão*. Lisboa, Livros Horizonte, Ld.^a, 1984.
- Silveira, A. da, *Recordando António Sérgio, com forçados excertos autobiográficos e diversos comentários inactuais. Homenagem a António Sérgio*. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, pp. 13-37, 1976.
- Soveral, E. A. de, *O Pensamento de António Sérgio. Síntese Interpretativa e Crítica*. Porto, Granito, 2000.
- Teixeira, A. B., “António Sérgio, Filósofo”, *Actas do Colóquio António Sérgio: Pensamento e Acção*, Vol. I., Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 2004, pp. 15-30.
- Teixeira, A. B., Palavras do Representante da Comissão Científica do Colóquio, *Actas do Colóquio António Sérgio: Pensamento e Acção*, Vol. II., Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 2004, pp. 343-344.
- Teixeira, P.^e Manuel, Toponímia de Macau. Ruas com Nomes de Pessoas. Rua do Almirante Sérgio, Vol. II, Macau, Imprensa Nacional, pp. 49-86, 1981.
- Valente, V. P., António Sérgio de Sousa: Uma Revolução Interior. O tempo e o modo, *Revista de Pensamento e Acção*, n.º 69-70, Lisboa, pp. 261-302 (1969).
- Veríssimo, A., “Formas de Cultura e de Modernidade em António Sérgio”, *Actas do Colóquio António Sérgio: Pensamento e Acção*, Vol. I, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 2004, pp. 439-463.

Armistício?

ADRIANO MOREIRA[†]

Talvez possa adiantar-se, ainda que como hipótese, que a importância do Armistício e Paz da Guerra de 1914–1918, no que toca a Portugal, tenha uma compreensão dependente do que foi a dimensão da crise colonial que pesou no fim da Monarquia. Talvez o primeiro elemento do processo tenha sido o incidente do navio francês “Charles et Georges”. Tendo sido abolida a escravatura, esse navio francês foi aprisionado pela marinha portuguesa, em 1856, nas águas da Baía de Condúcia, por transportar cento e dez negros destinados a ser vendidos como escravos; esse navio foi enviado com escolta até ao Tejo. A França ameaçou com uma intervenção armada, que não diminuiu o vigor do pensamento de Sá da Bandeira contra a escravatura, mas o processo acabou com a condenação portuguesa a restituir o navio e pagar ao proprietário uma enorme indemnização. A humilhação foi ressentida pelo povo português, no período marcado pelo triste reinado de D. Pedro V. As vitórias obtidas, com a intervenção arbitral do presidente Grant dos EUA, reconhecendo a soberania portuguesa, contestada pela França, sobre a Ilha de Bolama, na Guiné, da intervenção arbitral de Mac-Mahon a favor da igual soberania em Lourenço Marques, não compensaram. Mas não vinha longe a questão do Mapa Cor-de-rosa, que Barros Gomes, em 1887, apresentou ao Parlamento, reivindicando uma espécie de Província Africana de Angola a Moçambique, quando Cecil Rhodes, fundador da “Chartered Cy” que pretendia estabelecer um alinhamento de caminho-de-ferro do Cabo ao Cairo, provocando um incidente, de que foi vítima Serpa Pinto quando, para defender-se de um ataque dos africanos makololos, decidiu responder, com a infelicidade de não ter respeitado o facto de eles erguerem a “Union Jack”, que lhes fora dada por missionários protestantes, e deste modo ofender a Grã-Bretanha. Daqui ao *Ultimatum* de 1890, uma forma de agir que tem sempre a solução de a potência mais poderosa impor a sua vontade, implicou a renúncia às pretensões do Mapa, com a demonstração da fraca administração colonial que de 1839 a 1851 tivera 18 ministros do ultramar, e uma profundamente sentida humilhação nacional,

que o sacrifício de Silva Porto ao fazer-se explodir para não sofrer indignidades que cometeriam sobre ele nativos, nem os feitos da geração que incluiu Paiva de Andrade, Caldas Xavier, Aires de Ornelas, Freire de Andrade, Paiva Couceiro, António Enes e Mouzinho de Albuquerque; este o que mais impressionou a população portuguesa, ao vencer e prender o Gungunhana, nome que significa o Invencível, antes graduado militarmente (coronel honorário, com uniforme e pensão) e a quem todavia a Rainha Vitória enviara uma taça de prata com esta gravação: “To Gungunhana from Vitoria Queen”, com acompanhamento de mil espingardas de boa marca.¹ Isso não impediu que a Monarquia fosse atingida pela crítica de não ser um regime sequer capaz de defender os interesses ultramarinos nacionais, que os republicanos criassem o hino que seria o Hino Nacional depois de 1910, embora com o cuidado, na mudança, de substituir o apelo à “marcha contra os bretões”, pela mais ampla e nobre de “marcha contra os canhões”. O assassinato do Rei D. Carlos e do seu Príncipe Herdeiro, o jovem D. Luís, Duque de Bragança, sendo breve o reinado de Dom Manuel II, foi o preço do triunfo republicano. Este sentimento foi aparentemente o que levou Afonso Costa, chamado “o Rei sem coroa” do início do novo regime, e, depois de vários outros cargos ministeriais, Chefe do Governo em 1913–1914, 1915–1916, e 1917, a assumir a intervenção na Guerra de 1914–1918, tendo certamente presente as experiências que dinamizaram o republicanismo, e a esperança de Portugal estar no processo de negociação dos vencedores, onde a partilha de interesses poderia incluir a expropriação das colónias portuguesas. Nesta evocação do 1.º Centenário da Participação de Portugal na Guerra de 1914–1918, a comparação entre a concentração global de efetivos aliados e de meios de ação, explica porque é que os aliados não pretendiam a nossa participação militar, cuja debilidade conheciam, mas não poderiam impedir que a geografia exigisse usarem o *poder funcional* de algumas das nossas possessões, designadamente no Atlântico. Por isso, a nossa África de então foi envolvida no Teatro de Operações Africano, em Angola e Moçambique, em resultado da agressão alemã, e ali os nossos soldados sofreram com as graves faltas das capacidades necessárias, desprovidos designadamente de assistência. Pelo que respeita à intervenção na Europa, ficou como símbolo do sacrifício a imagem do Soldado “Milhões”, um pastor transmuntano que recebeu

¹ Chantal, S., *Historie de Portugal*, Editorial Surco, Barcelona, 1960, pp. 441 e ss.

a Torre e Espada: uma fotografia da época mostra o General Gomes da Costa perfilado e fazendo a continência ao soldado que ficou conhecido pelo nome que lhe deu o Tenente-Coronel Ferreira do Amaral, querendo sublinhar o valor da sua ação exemplar. O monumento que, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, recordava a Batalha da Flandres, perdeu a celebração anual do desfile que recordava o acontecimento, com o argumento de que nenhum país tinha um monumento à derrota: tinha sido esquecido que era um monumento à coragem. Quanto às causas da guerra, distingue-se uma advertência de Bismark no sentido de que uma simples leviandade poderia desencadear um cataclismo. E embora tenha de recordar-se que a Internacional Socialista, desde o seu Congresso de 1907 em Stuttgart, tinha retomado o esforço, tantas vezes frustrado na história europeia, de estabelecer um programa impeditivo de mais uma guerra, a organização das alianças correspondia à precaução dos Estados quanto à confiança recíproca: a França, dirigida por Raymond Poincaré, pretendia a aliança da Rússia, a Alemanha queria manter a aliança com o Império Austro-Húngaro. A leviandade foi o assassinato, em Sarajevo, na Bósnia, em 28 de junho de 1914, do Arquiduque Francisco-Fernando, herdeiro do Império Austro-Húngaro. A ação militar que este decidiu foi declarar guerra à Sérvia em 28 de julho, desencadeando o processo apoiado no que em França se chamou “Union sacrée” e na Alemanha “Burgfrieden”. Ao contrário do previsto, foi uma guerra que seria chamada “das Nações”, durou mais de quatro anos, provocou mais de 10 milhões de mortos, um número aterrador de mutilados e doentes, e destruições, incluindo navios, de valor incalculável. A estrutura política estava abalada, com os Impérios (Alemão, Russo, Austro-Húngaro e Turco) esmagados, e com os valores das sociedades civis desacreditadas. Em 11 de novembro de 1918, a Alemanha assinaria o armistício, e finalmente tinha de enfrentar as dificuldades do Tratado de Paz, assinado em Versailles em 28 de junho de 1919, seguido dos Tratados com a Áustria (10 de setembro de 1919), com a Bulgária (27 de novembro), com a Hungria (1920), com a Sérvia (1920), este substituído por novo texto em 1923². Vejamos alguns princípios que resultaram de uma nova hierarquia das potências, que resultaram do confronto de Clemenceau, que representava o espírito do passado europeu e, portanto, incluindo a não esquecida hegemonia da França,

² Carpentier, J. & Lebrun, F. (Direction), *Histoire de L'Europe*, Editions du Seul, Paris, 1989, passim.

e, pela primeira vez, a revelação da supremacia dos EUA representados pelo presidente Wilson, um idealista da paz universal. No ideário de Wilson estava dominante o conceito americano do seu “destino manifesto”, que os levaria do Atlântico ao Pacífico, do “interesse nacional permanente, de conteúdo variável”, de ser “a casa no alto da colina” visando a proeminência mundial. A unidade de referência da organização proposta dava por destruídos os impérios, em favor do princípio dos Estados-Nações. Tendo Clemenceau obtido o que considerava a segurança da França pela imposição da limitação da capacidade militar da Alemanha, que extinguiria o seu Estado-Maior e desmilitariza a fronteira do Reno, foi o idealismo de Wilson que dominou o Tratado. Da destruição dos Impérios resultou uma total remodelação da geografia política europeia, e, pela primeira vez na história, a tentativa de organizar o *globalismo*, este ainda sem batismo, com a aprovação dos “14 pontos” que Wilson apresentara ao Congresso em 1918, e que, apoiado nesses pontos, negociara, a paz com os alemães: e finalmente vinha à Europa um Presidente americano para orientar a criação de uma Sociedade das Nações. De facto, a Europa foi secundária nos trabalhos, a igual dignidade dos Estados não foi respeitada e os EUA identificam-se não como “aliados”, mas como “associados” dos vencedores. Como muitos dos 27 Estados considerados vencedores não tinham tido participação apreciável na guerra, no próprio texto se inscreve o princípio do Diretório com o “Conselho dos 10”, sendo dois da França, os EUA, a Inglaterra, a Itália e o Japão, reduzido em poder diretivo pelo que foi chamado “conselho dos 4”, Clemenceau (França), Wilson (EUA), Lloyd George (Inglaterra), Orlando (Itália), de facto, Wilson e Clemenceau. Portugal ganhou estar na Mesa de Conferência, desfilar as tropas sob o Arco do Triunfo em Paris, salvaguardar o domínio colonial, tentar reorientar a política interna com o breve governo de Sidónio Pais que seria assassinado, e chamando Afonso Costa a ser por Portugal representante na Conferência de Paz em Versalhes, e depois na Sociedade das Nações, tudo como que uma simples apaziguadora homenagem. Consta que um general alemão declarara que o Tratado de Versalhes não era um Tratado de Paz, mas um Tratado de Armistício para vinte anos. Se verdade, tinha talvez presente que a Alemanha não se conciliaria com a severidade das obrigações que feriam a ideia da “paz sem vitória”, designadamente “reparar” os desastres dos conflitos: coisa de que, justamente 20 anos passados, um antigo cabo do exército alemão vencido, Hitler, usaria para excitar

o nacionalismo alemão e desencadear a Segunda Guerra Mundial. Politicamente a Europa iniciou o declínio político, Wilson veria o senado Americano recusar a ratificação do Tratado de Versailles, a Sociedade das Nações, em que os EUA não entrariam, não adquiria a autoridade suposta, e a nova geografia política da Europa ficava semeada de disputas territoriais e de minorias. Em todo o caso, à Europa sangrenta da Guerra de 1914–1918, seguiu-se uma época de regresso à normalidade, de prosperidade material, embora, como foi notado, com uma Europa da Revolução, uma Europa da Contra-Revolução e uma Europa da Democracia, mas na hierarquia dos poderes, uma Europa enfraquecida. A ata final do acordo de Locarno (16 de outubro de 1925) anunciava a união dos governos alemão, belga, britânico, francês, italiano, polaco e checoslovaco para encontrar a Paz, coroando os esforços de Aristide Briand. Isso não impediu que as diferentes Europas fossem desafiadas pelos totalitarismos, avançando para a tragédia de 1939–1945, ficando pelo caminho a falência da credibilidade da Sociedade das Nações, paralisada historicamente quando o Negus da Etiópia ali proferiu o histórico discurso em que pedia a defesa do direito contra a invasão italiana. O problema angustiante neste ano da graça de 2018 é saber se a Paz dessa última guerra é também apenas um armistício em vista da Arena Global em que a “terra casa comum dos homens” se transformou.

Num artigo já de 2013, Dominique Vidal, um jornalista atento à Relações Internacionais, abordou, apenas por enumeração, “Uma Análise Geopolítica dos Conflitos”, pondo em destaque os acontecimentos da Ucrânia, referência alarmante que o levou a concluir, em 2015, no quadro do panorama dos conflitos contemporâneos, que estava reaberta a tensão entre a Rússia e os Estados Unidos da América, apenas dois decénios corridos desde a vitória do Ocidente sobre a União Soviética. O intervalo que, desde a data em que assinaram a paz da Primeira Guerra Mundial, agora celebrada pelo centenário, algum dos interventores alemães vaticinara que se tratava, não de uma Paz, mas de um armistício para vinte anos. Foi o que aconteceu. Seguindo as suas inquietações e tendo inevitavelmente presente as variedades típicas dos conflitos, Vidal introduziu uma distinção entre “conflitos interestaduais, conflitos não estaduais, e violência unilateral”. De facto estava a tornar-se problemática a suposta supremacia global dos EUA, colocando em questão a segurança com que Fukuiama anunciara “o fim da história”, com o globalismo a multiplicar os desafios no que respeita à

governança atribulada, com os desastres do Iraque e do Afeganistão a servirem de aviso, com o abalo da crise financeira e económica a destruir a hierarquia suposta das potências vista a dispersão das capacidades, não apenas económicas e até científicas, mas sobretudo militares, nestas últimas destacando-se a multiplicação dos titulares das armas nucleares e estratégicas. A referida diversificação dos conflitos, adotada pela Uppsala Conflict Data Program, em cada ano vai permitindo anunciar as parcelas dos milhares de mortos que atribui aos modestamente chamados “conflitos menores de base estadual”, mas certamente foi a demonstrada capacidade de o fraco vencer o forte, comprovada pelo ataque às Torres Gémeas em New York, e de os Estados militarmente menos poderosos alimentarem a solidariedade entre novos poderes, sendo que a lista é cada vez mais numerosa. As estatísticas, que fortalecem o aviso de Vidal, apontam mais de uma dúzia de riscos na Ásia, devendo acrescentar-se os conflitos dinamizados pelos movimentos revolucionários que não poupam nem o Médio Oriente, nem o continente americano. O que parece, neste 2018 atribulado, mais alarmante, é que um conflito surgido entre potências atómicas, em mais de uma oportunidade apareceu possível pela relação inovadora no diálogo, sobretudo intermediado pelos meios de comunicação mundiais, entre o suposto forte EUA e o suposto fraco Coreia do Norte, capaz de criar uma leviandade responsável pela destruição da Terra. Já depois de escrito este texto, o General Ben Hodges, ex-comandante das forças dos EUA na Europa, antecipa que “EUA e China estão em guerra dentro de 15 anos”.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019)

A I Guerra Mundial e o Pós-Conflito, Político e Militar

JOSÉ LUIZ PINTO RAMALHO

Quando, na manhã do dia 11 de Novembro de 1918, o telegrama remetido pelo Comando Britânico anunciava ao CEP, o Armistício que o Marechal Foch, por parte dos Aliados acabava de assinar em Compiègne era lacónico, “Hostilities cease at 11-00 hours today 11th”, o sempre tão recordado, “11 do 11 às 11 Horas”. Ao silêncio das armas, seguiu-se, por toda a Europa àquela hora, o repicar dos sinos, das aldeias às cidades, anunciando o fim do conflito e acabando para milhões de famílias a angústia da hora da chegada do correio e da apreensão de que o carteiro pudesse aparecer à porta com uma notificação de morte.

A seguir ao Armistício seguiu-se a preparação do Tratado de Versalhes, tendo a sua construção sido levada a cabo pela Conferência da Paz que teve lugar nos arredores de Paris, decorreu entre 18 de Janeiro e 28 de Junho, incluiu 58 Comissões diversas e reuniu em conjunto 1 646 vezes. A assinatura do Tratado de Versalhes teve lugar na Sala dos Espelhos, a 28 de Junho de 1919, precisamente cinco anos depois do assassinato do arquiduque Francisco Fernando em Sarajevo.

Os famosos catorze pontos constituíam os princípios e objectivos da entrada na Guerra por parte dos EUA, com destaque para a diplomacia aberta, liberdade marítima, desarmamento geral, retirada das barreiras comerciais, decisão imparcial quanto às pretensões coloniais, devolução da Bélgica, evacuação do território russo e fundação da Sociedade das Nações.

Com a assinatura do Tratado de Versalhes e de outros que se lhe seguiram, assistiu-se ao que poderemos chamar do estabelecimento de uma nova ordem internacional, com novas regras e novos actores e com um novo mapa político, mas também à prevalência de um clima de ressentimentos, que não evitou sentimentos escondidos de vingança, desforra e de humilhação os quais, desde essa data, fragilizaram a intenção de uma paz duradoura.

O Tratado de Versalhes juntou, na sua preparação, trinta e dois países, excluindo os vencidos e a URSS (que assinara o tratado de Brest-Litovsk com a Alemanha,

em Março de 1918), estiveram presentes 70 representantes plenipotenciários, mas as decisões foram tomadas pelos EUA, Grã-Bretanha e França (por esta ordem).

Os vários Tratados que modificaram o equilíbrio geopolítico na Europa começaram com o Tratado de Saint Germain-en-Laye (1919) e de Trianon (1920), que extinguiram o Império Austro-Húngaro, o Tratado de Neuilly (1919), que dividiu a Bulgária pelos países vizinhos, o Tratado de Sévres (1920), que consagrou o desmembramento do Império Otomano e, ainda, a constituição da Sociedade das Nações, sediada em Genebra em 1920, que irá conferir um mandato à Grã-Bretanha sobre a Palestina e a Mesopotâmia e outro à França sobre a Síria e o Líbano. Foram ainda constituídos novos Estados, a Finlândia, a Estónia, a Letónia e a Lituânia emancipando-se da tutela russa, reconstituiu-se a Polónia, também a Checoslováquia, a partir das províncias do norte da Áustria-Hungria, e formou-se a Jugoslávia com sérvios, croatas, eslovenos, mais o Montenegro, a Bósnia-Herzegovina, a Dalmácia e parte do território da Macedónia.

A União Soviética perdeu vastos territórios que pertenciam ao império czarista, milhões de europeus foram deslocados das suas regiões de origem ou tiveram de fugir da opressão, em várias áreas as aspirações nacionais das populações foram frustradas, ou ficaram sob tutela de outra minoria e os conflitos nacionalistas e as revoltas trouxeram clara instabilidade à Europa do pós-guerra.

No final da guerra, como seria de esperar, a economia mundial, e em particular a europeia, estava fragilizada com fortíssimos endividamentos resultantes do conflito, situação económica e social que, dez anos depois da assinatura do Tratado de Versalhes, em 29 de Outubro de 1929, com o *crash* da bolsa de Nova Iorque e o início da Grande Depressão, terá na Europa influência decisiva na criação de partidos radicais. Esta situação esteve na origem de uma radicalização europeia que fez os eleitores europeus aderirem aos partidos extremistas de direita ou de esquerda. Na Grã-Bretanha e França, a democracia foi suficientemente forte para resistir, mas na Alemanha e nos países do Leste Europeu surgiram os regimes autoritários que esmagaram as oposições, assim como em Espanha e na Itália. A situação social passou a ser explosiva, com cerca de 23 milhões de desempregados no mundo e, no caso da Alemanha em 1932, a taxa de desemprego era de 40% e a produção baixara aos níveis do século XIX.

Esta era a situação político-social na Europa depois do Armistício e durante um período de vinte e um anos, em que esperança de uma paz duradoura se foi

dissipando, os ressentimentos do passado recente se agudizaram e levaram a uma nova guerra. Importa assim não perder de vista esta evolução, embora descrita de forma breve, considerando igualmente as grandes questões que marcaram o decorrer da I Guerra Mundial, tirando lições das mesmas e situando também aquilo que foi a participação nacional. Voltarei a mais alguns aspectos sobre esta temática, no decorrer da minha intervenção.

Nestes últimos anos, temos assistido a uma reflexão aprofundada sobre a participação nacional na guerra, nas suas múltiplas dimensões, o que constitui um exercício muito positivo e que deve permitir gravar um conjunto de lições aprendidas, que a memória nacional não poderá esquecer, para o futuro.

Na evocação do 1.º Centenário da Primeira Guerra Mundial importa realçar que a participação nacional tem duas dimensões, conhecidas de forma diversa. O desempenho do Corpo Expedicionário Português (CEP) no Teatro de Operações Europeu, mais concretamente na Flandres, bem conhecido e profusamente documentado, e outra, que teve lugar antes da “declaração formal da guerra” pela Alemanha e que ocorreu no Teatro de Operações Africano, em Angola e em Moçambique, num esforço militar de defesa da integridade daqueles dois territórios.

Neste primeiro conflito, designado de mundial, confrontaram-se duas visões estratégicas da guerra, que constituíram os fundamentos das modernas doutrinas militares, que vieram a ter expressão estratégica visível em 1939–45, na II Guerra Mundial. Em 1914, confrontaram-se o rumo da diplomacia e pensamento militar alemão, influenciado pela visão Clausewitziana do mundo e da sua percepção de que a guerra era a continuação da política por outros meios, com o pensamento militar francês, ainda fortemente influenciado pelas doutrinas napoleónicas, com o exército de massas, apoiado nos valores nacionais, continuando a apostar na ofensiva frontal, para provocar a ruptura física e moral do adversário.

Durante a I Guerra Mundial, assistimos a uma concentração de efectivos e de meios de apoio de fogo, a par da necessária tonelagem de munições nunca vista, até então. Uma frente marcada por uma linha de trincheiras, guarnecidas por efectivos significativos, apoiadas por milhares de metralhadoras, morteiros, obuses e peças de artilharia de diversos calibres, dispondo ainda de reservas de efectivos, em quantidade e prontidão, para reconstituir as linhas de defesa. Viviam-se o paradoxo das condições de vida que tinham erradicado o flagelo da doença

como principal causa de morte durante a guerra, o declínio da mortalidade infantil e um aumento de esperança de vida, em relação ao século anterior, para uma disponibilidade de recrutamento e mobilização de efectivos, que avançavam para uma chacina que aumentava de forma descontrolada de ano para ano.

Em Setembro de 1915, o exército francês já tinha contabilizado um milhão de baixas, cerca de um terço mortos nas batalhas de Marne, Aisne, Picardia e Champagne; na batalha de Verdun, em 1916, perdeu 500 mil soldados, entre mortos, feridos e desaparecidos e o exército alemão mais do que 400 mil. Em Novembro de 1918, a França tinha perdido 1,7 milhões de jovens de uma população de 40 milhões, a Itália 600 mil em 36 milhões, o Império Britânico cerca de 1 milhão, dos quais 700 mil dos 50 milhões que viviam nas ilhas Britânicas. A Alemanha perdeu mais de 2 milhões de uma população de 70 milhões antes da guerra.

A industrialização, o caminho-de-ferro, a mecanização da agricultura, a par da disponibilidade dos exércitos nacionais de conscrição, permitiam concentrar nas frentes de combate, nas trincheiras, “uma multidão” de militares, toneladas de munições e sustentar os efectivos mobilizados; em termos militares, a velocidade logística e o repletamento de efectivos eram superiores à velocidade operacional, o combate fazia-se a pé ou a cavalo, pois o motor só no final da guerra terá uma actuação mais preponderante, assim como o carro de combate e o avião que, só nessa altura, deixam de ser encarados como vectores de apoio ou de recurso.

Estas eram as realidades da estratégia militar nos teatros europeus. Nos “designados campos de operações exteriores”, nos teatros extraeuropeus, o planeamento metódico da guerra, nos moldes doutrinários praticados pelos estados-maiores, num quadro operacional de frentes bem definidas, nem sempre foram válidos ou possíveis. Nesses teatros, o sucesso militar e político foi obtido através de uma manobra militar, que combinava acções de combate tradicionais, com a revolta das populações autóctones, com acções militares clandestinas, incluindo a sabotagem e as acções sobre a retaguarda inimiga.

A pouca divulgação das operações que constituíram as campanhas no Médio Oriente e em África contribuiu para que se tornassem lições esquecidas, quer no domínio das acções clandestinas, quer da acção psicológica, que teriam evitado não só naquelas regiões, como também na Ásia, que o Ocidente fosse surpreendido pelo despertar dos nacionalismos e pelo sentimento de autodeterminação,

espontâneo ou provocado, dos povos sob tutela. Merece especial destaque, a obra do Coronel Lawrence “Os Sete Pilares da Sabedoria”, sobre a Guerra no Médio Oriente, nos domínios psicológico e ideológico, assim como a descrição de operações tácticas e de nível estratégico, mas conduzidas fora das normas doutrinárias da I Guerra Mundial.

Porque é importante aprender com os erros para, pelo menos, os não repetir, lembro as recentes palavras de S. Ex.^a o Presidente da República, na Cerimónia Militar do dia 10 de Junho, e passo a citar: “Lançado inesperadamente numa Guerra que estava longe de prever, o país viu-se em dificuldade, com um Exército desprovido de organização apropriada, sem uniformes, sem armamento, sem munições sem transportes e sem dinheiro (...) Houve incúria na preparação, alheamento na execução e esquecimento no regresso. As decisões tomadas nos corredores de Lisboa não se revelaram ajustadas, ignoraram os avisados pareceres militares, interferindo abusivamente na acção de Comando”.

Infelizmente, na actualidade, perante uma atitude reducionista, persistente, de efetivos e de capacidades, relativamente às Forças Armadas, sob a capa reformista, tornam estas afirmações como percepções premonitórias de uma indesejável realidade, objeto de múltiplos alertas, mas não tida em conta, nem discutida, fruto de uma opacidade justificativa, no mínimo, escudada numa perigosa indiferença.

Actualidade, porque se assiste na Europa a um conjunto de acontecimentos perturbadores da paz e estabilidade internacionais, ao não atendimento de importantes questões ligadas à segurança, quer sejam os conflitos abertos, quer os radicalismos políticos ou de qualquer natureza, as tendências separatistas, os nacionalismos xenófobos, ao racismo e a uma maior expressão política dos partidos políticos extremistas. A indiferença europeia, leia-se dos seus Estados-membros, relativamente às questões de segurança que lhe dizem directamente respeito é, no mínimo, preocupante.

Tal como no período que antecedeu a I Guerra Mundial, hoje, a insegurança e a alteração do protagonismo de certos países na Europa, embora não de cariz militar, levantam os mesmos receios do passado e materializa uma outra ordem social, económica e política, que percepção uma alteração qualitativa e o desfazer de uma previsibilidade da ordem em que se vivia.

A I Guerra Mundial foi um laboratório de ideias e de experiências, quer no plano e exercício da política, quer no domínio militar, e teve dois pólos de

exercício e execução, que são conhecidos de forma desigual, mas cuja relação estratégica não deve ser ignorada e constitui, ainda hoje, campo de investigação a estimular.

Na Europa, a avaliação do conflito, das causas e consequências políticas e da atuação militar estão profusamente documentadas, contudo, nos “campos de operações exteriores”, o mesmo não acontece, seja em termos internacionais seja, em particular, no caso nacional. A pouca divulgação destas campanhas dedicada ao esforço militar de Portugal nos teatros africanos de Angola e de Moçambique, constituiu lições esquecidas, que irão surpreender os poderes coloniais, a partir da década de cinquenta, do século passado.

De entre os objetivos políticos e estratégicos da Alemanha, na I Guerra Mundial, para África e para o Médio Oriente, constava, a partir das palavras do Kaiser, “que era necessário inflamar o nacionalismo do mundo islâmico e africano, contra essa nação odiada de mercadores (leia-se a Inglaterra) e empatar os exércitos coloniais, dividindo forças e evitando o reforço da Europa com aqueles meios — esta situação permitiria compensar o impasse europeu e procurar sucessos e vitórias nos territórios extraeuropeus.

Da informação disponível, o empenhamento militar nacional nos teatros de Angola e de Moçambique materializou-se num esforço que fez passar uma guarnição militar, basicamente de recrutamento ultramarino, enquadrada por quadros provenientes do continente, de cerca de 1 500 soldados, para um reforço de efetivos naqueles territórios de quase 50 000 militares, durante todo o período da guerra. Destes efetivos, estão contabilizados, segundo as estimativas mínimas, um total de mais de 5 500 militares mortos e um número indiscriminado de indígenas, guias, carregadores e auxiliares, que certamente excedem as estimativas referidas, em Angola e em Moçambique, durante o período do conflito.

Durante os primeiros anos da I Guerra Mundial, e em particular durante o ano de 1918, as forças portuguesas, juntamente com ingleses e belgas, irão combater as forças coloniais germânicas, designadamente as comandadas pelo Coronel Paul Von Lettow-Vorbeck, em Moçambique, na África Oriental Alemã e no norte da Rodésia.

O envolvimento militar de Portugal Na I Guerra Mundial, e sua preocupação em garantir a soberania em Angola e em Moçambique, tem razões políticas bem conhecidas, ligadas, em primeiro lugar, à legitimação do regime, nascido a 5 de

Outubro de 1910, mas também à presença colonial naqueles territórios, assim como alguma expectativa de que, no final do conflito, a mesma pudesse ser, inclusive, ampliada. São conhecidas as movimentações nacionais, embora não atendidas, relativamente à África Oriental Alemã, antigo Tanganica e a actual Tanzânia, que faz fronteira com Moçambique; dessas pretensões serão apenas respeitadas as nossas legítimas reclamações relativas ao triângulo de Kionga, no norte, junto ao Rovuma.

Quanto ao empenhamento na Europa no Teatro de Operações da Flandres, traduziu-se, em termos nacionais, na mobilização de cerca de 60 000 militares para França, e nas características do próprio conflito que, em termos operacionais e táticos, fazia uma utilização da infantaria de forma massiva e temerária, que a metralhadora massacrava, que criou o impasse da guerra de trincheiras e passou a utilizar os sapadores para construir túneis e minas, criando uma nova vertente tática daquele combate, de minas e contra-minas, escavando de ambos os lados dos contendores, quilómetros de galerias; também a guerra química, o uso de gases a partir da batalha de Ypres, pelos alemães, tornou ainda mais diferente, qualitativamente, o combate. Serão o avião e o carro de combate, no final da guerra, que farão a diferença e determinarão o término e o resultado do conflito de 1914–18.

Continuam a ser necessárias, e sempre muito úteis, as iniciativas que trazem ao conhecimento das opiniões públicas, quer internacional, mas em particular em termos nacionais, o que se passou com o País e com as Forças Armadas, nos momentos, nas circunstâncias e nas consequências, sempre que foi necessário utilizá-las para garantir e defender o interesse nacional.

Quando se prefere ignorar os factos, aqueles que elegem as suas opções em função do compromisso político, em detrimento da coerência estratégica e, relativamente à estratégia militar, privilegiam o que “querem fazer” em vez de responderem às exigências da conjuntura, criam irresponsavelmente condições para os desastres e, tal como ontem, hoje, perante a conflitualidade actual e a sua dimensão política e estratégica, “não há milagres de Tancos”, que os possam atenuar.

Portugal entrou oficialmente na guerra, na Europa, depois da Declaração de Beligerância por parte da Alemanha, em 9 de Março de 1916, sendo também de referir, pelo seu significado, a chegada das primeiras tropas dos EUA, a França, em Abril de 1917.

A ideia alemã de que o conflito conduzido de acordo com o Plano Schlieffen levaria à derrota da França, em poucas semanas, tornou-se e transformou-se numa guerra de atrição e de fixação de trincheiras, desde a fronteira suíça até ao Canal, onde se acumulavam materiais e efectivos e em que, durante anos, a artilharia procurava abrir brechas, numa floresta de organizações de terreno, de crateras de projecteis anteriores, de arame farpado e de destroços humanos e materiais, que permitisse uma efémera exploração do sucesso e que, no final da sua avaliação, se traduzia em milhares de mortos, feridos, desaparecidos e no impasse da situação operacional.

A I Guerra Mundial assumiu-se, essencialmente, como uma guerra de trincheiras, onde predominava a organização do terreno e o arame farpado e em que a Artilharia e a Metralhadora eram as armas por excelência e também, como refere John Fuller, progredir 100 metros equivalia a muitos milhares de mortos e de feridos.

Durante todo o período do conflito, as lideranças político-militares encararam, de forma condenável, o factor humano como uma “commodity”, de utilização intensiva, cuja única preocupação era provocar a exaustão do lado oposto. Os comboios transportavam efectivos como se fossem “turnos de trabalhadores”, cuja primeira tarefa era serem empregues na construção e manutenção das trincheiras, dos abrigos subterrâneos e nas sapas, constituindo estas, como refere Neil Fergusson em a “Guerra no Mundo”, uma espécie de exploração mineira.

Como que se tratasse de intervalos desses trabalhos, eram chamados a agirem operacionalmente, saíam das trincheiras e expunham-se aos fogos de artilharia, os maiores responsáveis pelo número de baixas causadas, assim como às metralhadoras, a arma mais importante da guerra das trincheiras que dizimavam as formações da infantaria, que tentavam atravessar e progredir na “terra de ninguém”.

Sobre a realidade da vida nas trincheiras, John Keegan no livro “Uma História da Guerra”, relata a experiência de um aviador francês que, das alturas observava as movimentações no terreno e referia: “as trincheiras pareciam tocar-se, os homens movimentavam-se lentamente e eram meros pontos, contudo duas manchas negras permaneciam imóveis; eram duas missas em lados opostos e à mesma hora; a vida de cada uma das trincheiras era o reflexo da outra”.

A contagem das baixas da I Guerra Mundial continua a fazer-se ainda hoje, nos terrenos de Verdun; o memorial ali existente continua a receber ossadas,

encontradas em escavações que vêm sendo feitas nos locais das trincheiras e dos quilómetros de minas, cavados pelos sapadores durante o conflito. Estima-se que o conflito tenha provocado nos beligerantes 10 milhões de mortos e 30 milhões de feridos, desaparecidos e inválidos, representando, em todos os países intervenientes, uma geração desperdiçada. Aquando do Armistício, o CEP tinha registado 2 160 mortos, dos quais 239 em processo de identificação, 5 224 feridos e 6 678 prisioneiros no inimigo; todas estas baixas representavam cerca de 24% do seu efectivo total, que ultrapassava os 60 000 militares. No cemitério militar português de Richebourg-l'Avoué, em França, são mantidas 1 831 campas e no cemitério de Boulogne-sur-Mer existem mais 44 campas.

O Tratado de Versalhes constituiu o resultado de uma negociação extremamente difícil, entre os vencedores, e que nunca conseguiu ultrapassar as divisões, diferenças de posições e objectivos nacionais e acabou por criar ressentimentos entre os participantes. A França estava empenhada em esmagar a Alemanha, o Reino Unido queria utilizar esta como um instrumento político relativamente à Rússia, esta sentia-se num ambiente em que era vista com desconfiança e os EUA, pela mão do Presidente Wilson, assumiu uma postura de superioridade moral, mal aceite por todos os outros, designadamente em relação ao seu plano de 14 pontos, (Clemenceau referia-se ao exagero do mesmo, acrescentando que Deus quando escreveu os mandamentos tinha-se ficado por 10). Relativamente à Itália, esta sentia-se traída por não receber os territórios que lhe tinham sido prometidos quando se juntou aos Aliados, assim como o Japão a quem, para além de situação idêntica, lhe foi negada a “cláusula de igualdade” de grande potência, de uma forma discriminatória. A assinatura do Armistício e a imposição das condições de paz à Alemanha, através do Tratado de Versalhes, ao contrário de concretizar o “fim da guerra que acabava com todas as guerras”, acabou por lançar os ressentimentos que conduziram, vinte e um anos depois, a um novo conflito mundial; a tradicional euforia da vitória, associada à indiferença relativa à evolução da conjuntura internacional, para além da imprevidência dos aliados, a falência da Sociedade das Nações, prevista no Tratado, a passividade perante o rearmamento alemão e as profundas consequências sociais causadas pela I Guerra Mundial, na Rússia e na Europa Central, acabaram por conduzir a tal desfecho.

O fim da I Guerra Mundial demonstrou a importância do emprego do carro de combate e do avião, alterando decisivamente o curso dos acontecimentos a

favor dos Aliados e a derrota da Alemanha. Mas esta será um lição aprendida pela estratégia militar alemã, que associava às causas do insucesso da sua Infantaria o facto de terem perdido a “guerra das tecnologias”, para os aliados, não dando a importância devida “ao telégrafo sem fio, às metralhadoras, aos carros de combate, ao aeroplano, à guerra de gás, ao submarino e à utilização do torpedo”; igualmente o inconveniente do comando de Moltke, a centenas de quilómetros da frente dos exércitos e o atraso na informação sobre o desenvolvimento das operações, não deixou de ser devidamente avaliado.

O fim da I Guerra Mundial e o começo da Segunda ilustram bem as Leis da Guerra, respectivamente, da Semelhança (a próxima guerra começa como terminou a anterior) e da Evolução (a melhoria dos materiais e sistemas de armas, a par da actualização e aprofundamento das doutrinas militares), se tivermos em conta que o rearmamento alemão estabeleceu as suas prioridades no levantamento das suas Divisões Panzer e na doutrina da *blitzkrieg*, na produção de submarinos U-boat e na concretização da sua nova *Luftwaffe*; será com estes instrumentos militares que a Alemanha irá dar início ao novo conflito.

Um conjunto de personalidades fará escola na I Guerra Mundial, na guerra das trincheiras ou participará na acessória das decisões militares; vinte e um anos depois seriam actores principais após a eclosão da II Guerra Mundial.

Hitler foi Cabo Mensageiro na guerra das trincheiras, ferido várias vezes, gaseado e condecorado várias vezes também, será desmobilizado; junta-se aos demais veteranos, que partilham a revolta pela humilhação que consideravam ter sido a assinatura do Tratado de Versalhes, universo que irá constituir o núcleo de um partido paramilitar em 1921, mais tarde o Partido Nacional Socialista, partido nazi que pronuncia uma nova ordem. Em 1933 é eleito Chanceler e irá fundar o III Reich; durante todo este tempo, nunca escondeu a sua admiração por Mussolini e pela simbologia legionária que este utilizava, tendo adoptado inclusive a “saudação romana” para a sua manifestação política.

Winston Churchill vai fazer a guerra das trincheiras como forma de, pessoalmente, se redimir daquilo que considerava terem sido as suas responsabilidades no desastre de Galipoli e, depois da guerra, volta a ser nomeado para o mesmo cargo que já desempenhara no Almirantado e chega a Primeiro-Ministro, em permanente desconfiança para com a política que a Alemanha desenvolve e será na Guerra o seu principal opositor.

De Gaulle é preso durante a guerra durante dois anos na Alemanha, libertado no final, volta ao Exército, sendo colocado na Escola Militar, encarregado do ensino do emprego operacional dos carros de combate e virá a ser a voz e a face da Resistência e da França Livre.

MacArthur e George S. Patton conhecem-se no campo de batalha, na ofensiva de Saint Michel, durante a I Guerra Mundial e, no final da guerra, o primeiro vai comandar a Academia de West Point e o segundo é colocado em Fort Meade, onde se dedica a desenvolver a doutrina de emprego dos carros de combate; na II Guerra Mundial o primeiro assumirá o comando das forças americanas no Pacífico, contra o Japão, e o segundo voltará à Europa e estará presente em várias campanhas, designadamente, à frente do III Exército que travou a última grande ofensiva alemã das Ardenas.

Do lado italiano, Benito Mussolini tem uma passagem breve na I Guerra Mundial, cerca de oito meses, contudo atinge o posto de sargento, por mérito e é ferido com gravidade e desmobilizado; torna-se jornalista político, pugna pela reposição da dignidade da Itália que considerava desrespeitada pelo Tratado de Versalhes, virá a fundar o Partido Fascista em 1919, assume o “Poder” em 1923, tornando-se o Duce e vai dar início uma política agressiva, que o leva a invadir a Abissínia, em 1935, e, em 1939, a Albânia.

Quanto a Lenine e Estaline, fazem a Revolução Bolchevique na Rússia, assumem o poder em 25 de Outubro de 1917, fazem a paz com a Alemanha com o tratado de Brest-Litovsk, o que permitiu a esta encerrar a frente leste e concentrar as suas forças a oeste; a URSS é implantada em 1922 e, paralelamente, a III Internacional, o Komintern, inicia uma política ideológica de divulgação na Europa, do internacionalismo marxista.

No Japão, Hideki Tōjō, oriundo de uma família de Samurais, luta na Sibéria na guerra de 1904–1905 e ganha o seu anti-americanismo fruto de um sentimento nacional, de que o Tratado de Portsmouth que pôs fim à guerra, conduzido por Theodore Roosevelt tinha servido para enganar os japoneses. Em 1919 vai para a Alemanha como adido militar e acompanha e sente como suas, as queixas alemãs relativas ao desenrolar da Conferência de Paris, considerando também ele que era necessário repor a dignidade nacional do Japão. Chegará em 1941 a Primeiro-Ministro e foi uma das vozes apoiantes do ataque a Pear Harbour.

Em termos nacionais, eram evidentes as dificuldades de organização, as carências de equipamentos e armamento, incluindo munições, as incúrias na preparação e na execução, para além de intromissões abusivas na acção de comando e ignorância dos pareceres militares pela tutela política, que necessariamente influenciaram o desempenho operacional do CEP.

O jornal *A Capital*, de 7 de Junho de 1915, também já transcrito no *Jornal do Exército* de Março deste ano, referia o seguinte: “o Exército sabe muito bem que a sua missão é bater-se (combater), quando e onde a nação entender que é necessário (...) mas o Exército porém sabe muito bem é que não dispõe dos meios para se bater com honra, porque o Exército não tem preparação alguma, não possui armamento nem munições, nem material, nem uniformes, nem calçado (...) e a responsabilidade não é do Exército, é da monarquia que o deixou cair e dos republicanos que não souberam ou não o quiseram levantar”.

Quando os nossos militares do CEP chegaram a França passaram a usar capacete, que não tinham, receberam a espingarda britânica Lee-Enfield diferente da Mauser que tinham utilizado até essa altura, receberam ainda a metralhadora ligeira Lewis e a metralhadora pesada Vickers, que não conheciam.

É sempre oportuno a este respeito, recordar as palavras de S. Ex.^a o Presidente da República no seu discurso do 10 de Junho em 2014: “Pode dizer-se que os militares que foram para a Flandres e para África nada tinham senão a Coragem”. Esta é uma situação que as Instituições e a Sociedade Civil, não podem permitir que volte a acontecer, sendo necessário e indispensável denunciar tudo aquilo que possa contribuir para isso.

Não haverá encargo mais negativo e expressão de maior inutilidade, a par do carácter redutor em termos de liberdade de acção política, do que manter umas Forças Armadas obsoletas, incapazes de responder à garantia da defesa da soberania e de resposta aos compromissos internacionais que o país decide assumir e, neste domínio, ser no seio das Alianças e Organizações Internacionais a que pertença, não só um país membro dispensável, como também uma preocupação de segurança.

As Forças Armadas necessitam de investimento e de modernização como qualquer sector estruturante da nossa sociedade. Os hiatos no processo de planeamento e a deficiente ou não execução das Leis de Programação Militar agravam a situação, adiam projectos de modernização e acabam por exigir, mais tarde, a necessidade de maiores investimentos, por vezes em quadros político-militares de uma

necessidade urgente. O processo de reequipamento militar das Forças Armadas deve fazer-se garantindo o equilíbrio entre os Ramos, tendo em conta as disponibilidades financeiras do País e a sua dimensão estratégica, mas deve ser feito.

Hoje, as Forças Armadas, têm um pendor conjunto muito acentuado, a obsolescência de um ramo, compromete a eficiência e a eficácia operacional dos outros, não sendo possível ignorar que cada um deles actua em ambientes diversificados (Ar, Terra e Mar); que têm equipamentos específicos, sendo a Marinha e a Força Aérea intensivos do ponto de vista tecnológico e o Exército, não dispensando as novas tecnologias, intensivo em termos de recursos humanos. Esta constatação não dispensa a necessidade de uma exigência de modernização coerente em todos os ramos, indispensável para permitir também, uma actuação integrada com as forças militares congéneres, no seio da Aliança e das Organizações Internacionais em que participamos.

Evocar na atualidade o centenário da I Guerra Mundial constitui uma sentida homenagem a todos os combatentes portugueses que actuaram nos teatros africanos e europeu, aos seus familiares que sofreram a dor das baixas e a todos aqueles que receberam e cuidaram dos inválidos; foi o sacrifício de todos eles que permitiu que Portugal participasse, legitimamente, na Conferência da Paris, na defesa plena dos seus direitos.

Muito obrigado pela vossa atenção.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019)

Crónica (geral) de Espanha de 1344: o códice medieval da Academia das Ciências de Lisboa, — em encadernação recuperada e em revisitação de leituras

AIRES A. NASCIMENTO

1. UM CÓDICE DA ACL: CRÓNICA ANTIGA, EM PERSISTENTE DESAFIO DE LEITURAS.

Tem a Academia das Ciências de Lisboa nas suas colecções um livro manuscrito (Ms.1 A[zul]) que remonta a tempos medievais, mas chegou à sua biblioteca apenas em finais do século XIX: como manuscrito é necessariamente singular e único, na contraposição a fazer ao livro impresso; como singular, apresenta particularidades específicas que a análise deve revelar tanto na sua materialidade como na sua qualidade de testemunho textual; como livro de leitura difere em tamanho daqueles que temos à nossa disposição e esconde segredos que desafiam a nossa curiosidade e atenção.

Rendemo-nos à análise que, em seus dias, Luís F. Lindley Cintra constituiu com notável proficiência, em estudo apresentado como tese de doutoramento à Universidade de Lisboa¹: prestamos-lhe o nosso preito de homenagem, enquanto universitário e enquanto académico, que continuamos a lembrar, agora que se vão perfazer 70 anos de prestação pública das suas provas de doutoramento².

Porém, se continuamos a servir-nos das suas lições, não nos podemos dispensar de interrogar as suas leituras e análises, pois consideramos que elas fazem parte de um processo que nunca está acabado e nos pertence continuar — enquanto não abdicarmos de ser leitores e aceitarmos que essa condição tem implicações que nos levam a partilhar responsabilidades de pertença a uma comunidade de vida e de história a rever³. Na base está um livro e na sua génese está um autor: questões decisivas como interrogação...

¹ Lindley Cintra, L. F., *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, INCM, 1951, Vol. I.

² Luís F. Lindley Cintra, ao tempo, era académico correspondente da classe de Letras de ACL.

³ Chauveau, G., "Acte de lecture et décodage", *Spirale. Revue de recherches en éducation*, n.º 3, 1990, pp. 31-50.

Na análise do manuscrito, teremos de nos ocupar da sua materialidade e de discutir a sua identidade textual: tal como acontece com uma obra de arte, segundo acentuou Paul Valéry, o livro deve ser lido como música (já que se desenrola no tempo) e tem de ser reconhecido como arquitectura (pois na sua forma material tem uma vinculação com o tempo da sua execução)⁴.

Com este livro regressamos a tempos medievais: como texto, remonta aos dias que vêm de Afonso X, o Sábio, e tem com ele o esforço de tradução e de reajustamentos que passaram por diversas mãos, a começar por D. Afonso, Conde de Barcelos, e com outros que não sabemos bem divisar.

Recentemente, tivemos ocasião de voltar a este códice, quando, por encargo da Academia das Ciências, fomos chamados a acompanhar o trabalho de reenquadratura a que se tornou imprescindível proceder⁵: trabalho técnico que exige mãos hábeis e não dispensa regresso à identidade material do códice; no seguimento disso, julgamos ter contraído obrigação de contribuir para alargar perspectivas de análise material e acentuar aspectos de análise textual, que, entretanto, foram trazidos a lume por investigação própria e por trabalho entretanto levado a cabo por investigadores de mérito comprovado.⁶

⁴ Valéry, P., *Les deux vertus d'un Livre*, Paris, Arts et Métiers Graphiques, 1927.

⁵ Em data anterior, em 1996, tínhamos sido chamado à Academia das Ciências de Lisboa, pelo seu Presidente, José Manuel Toscano Rico, que procurava responder a um projecto de apresentação do códice na Feira Internacional da Frankfurt onde seria anunciado também que, no ano seguinte, esse certamente seria dedicado a Portugal e à literatura portuguesa: segundo me era comunicado, pretendia-se preparar um fac-símile do códice da *Crónica Geral de Espanha* em edição que reportasse dividendos económicos à Academia. Pediram-me conselho: firmado em experiência por contactos com editor de fac-símiles, expus as exigências que me pareciam de tomar em conta e sublinhei a importância de uma escolha criteriosa para a execução do fac-símile, pois se sabia que circulavam oportunistas que se ofereciam para o trabalho, mas não ofereciam qualidade; em decisão final, não mais fui consultado e soube depois que o processo havia sido entregue a entidade que eu desconhecia e da qual apenas tinha vagas referências por anteriores resultados falhos de qualidade. Entretanto, soubemos que, independentemente da preparação do fac-símile, o códice havia sido desmontado da sua encadernação, por motivos que alegadamente estariam relacionados com eventual infestação de insectos que importava eliminar: do processo apenas conheço um esquema da estrutura dos cadernos, sem interpretação complementar. Por uns dez anos assim permaneceu o códice, sem encadernação, com risco evidente de se desmembrar a estrutura e se perderem materiais. A seu tempo, quis obviar-se a essa situação, mas falhou uma tentativa de preparar dossiê preparatório para solicitar apoio para o trabalho de reenquadratura; só em 2018 foi possível reverter o processo, mediante novo projecto apresentado pela ACL à Fundação Calouste Gulbenkian, que generosamente o patrocinou. Por incumbência superior, acompanhei com gosto o trabalho de reenquadratura que foi realizado pela técnica de restauro Doutora Inês Correia, assessorada por outra técnica de restauro, Isabel Zarazúa Astigarraga. É na sequência dessa responsabilidade que me apresento perante a Academia a dar conta do trabalho que segui com atenção (Academia das Ciências de Lisboa, 2019. 02. 28).

⁶ Sucederam-se os estudos e as análises; são exemplo: Catalán, D., [Menéndez Pidal], *De Alfonso X al conde de Barcelos*, Madrid, Gredos, 1962; Id., "La expansión al occidente de la Península Ibérica del modelo

Quanto ao códice em si, temo-lo na Academia das Ciências, por esta o ter adquirido em leilão, em finais do séc. XIX (circunstância a que voltaremos mais adiante).

Trata-se de um grosso volume, cujo peso anda pelos 15 quilos. Havemos de salientar, todavia, que as dimensões actuais não são as primitivas, pois elas perderam algo das origens, por aparo resultante de reencadernações menos avisadas, ou mesmo toscas (não assinadas); quanto ao tamanho, havemos de saber reportá-lo, ao menos virtualmente, às dimensões naturais (não previsíveis) da pele que serviu de material de suporte (para a escrita), em tempos que consideramos serem do século XV.

O códice mede 447mm x 325mm: trata-se de tamanho avantajado, mas não nos ficaremos por tentar reconstituir a corpulência dos animais cujas peles foram aproveitadas para o suporte. Ao examinar a materialidade, o codicólogo, de imediato, tentará verificar o grau de cultura e preparação técnica do livro: questão primária é verificar se nele se encontra respeitada a chamada Regra de Grégory⁷,

historiográfico “Estoria de España” – Nuevas precisiones”, in *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários in Memoriam Celso Cunha*, Cilene da Cunha Pereira e Paulo Roberto Dias Pereira, (orgs.), Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995, pp. 521-535; Fernández-Ordóñez, I., “La versión crítica, presentación y reconstrucción textual de una nueva versión alfonsí de la Estoria de España”, in *Actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, (Lisboa, 1-5 Outubro 1991), Aires A. Nascimento e Cristina Ribeiro (coord.), vol. 3, 1993, ISBN 972-8081-04-9, pp. 91-96; Ferreira, M.^a R., (coord.), *O contexto hispânico da historiografia portuguesa nos Séculos XIII e XIV: em memória de Diego Catalán*, Coimbra, 2010; Barros Dias, I. M.^a, *Metamorfoses de Babel: a historiografia ibérica (sécs. XIII–XIV). Construções e estratégias textuais* (Universidade Aberta, 2000), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003; Barros Dias, I. M.^a, “The Redactor of the Second Version of the Chronicle of 1344: Initial Traits for the Drawing up of a ‘Facial Composite’”, *Portuguese Studies*, 32, no. 1, 2016, pp. 7-22; Alves Moreira, F., *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*, Porto, Estratégias Criativas, 2008; Alves Moreira, F. e Askins, A. L., “A «Crónica de 1344» para além de Pedro de Barcelos: perspectivas recentes e novidades”, *eHumanista. Journal of Iberian Studies (Monograph, Homenagem a Aida Fernanda Dias oferecida pelos seus colegas de Philobiblon)*, 31, 2015, pp. 64-79. De mencionar são, em data mais recente, os resultados de projecto “A Crónica de 1344 e a historiografia pós-alfonsina”, publicados em *Revista e-Spania*, n.º 25, Outubro 2016: tal projecto foi orientado por Maria do Rosário Ferreira e nele participaram investigadores como José Carlos Miranda, Filipe A. Moreira, Isabel Barros Dias, Ana Sofia Laranjinha, María Pandiello, Ingrid Vindel Pérez, Rosa M.^a Rodríguez Porto. Resumindo tais resultados, sublinha a responsável pelo projecto, em nota de publicação: “A Crónica de 1344”, da autoria de Pedro de Barcelos, filho natural do rei D. Dinis de Portugal, é uma das mais emblemáticas obras da cultura ibérica do século XIV, com larga fortuna em Portugal e em Castela ao longo dos séculos seguintes”.

⁷ Caspar René Grégory, teólogo e filólogo germano-americano, doutorado em Leipzig, combateu na I Grande Guerra, inscrito nas fileiras alemãs, em Agosto de 1914; caiu em combate na frente ocidental em 1917. Interpretando o trabalho de constituição dos manuscritos, enunciou a Regra que é conhecida com o seu nome, segundo a qual o caderno se constitui por sobreposição de lado carne contra lado carne e lado pelo contra lado pêlo (CPPC).

pelo que haverá que examinar se a estrutura dos cadernos obedece à sequência natural de CPPC, que opõe lado carne e lado pêlo; ficará atento o investigador a qualquer infracção para daí inferir, de imediato, a qualidade do scriptorium de origem ou a falta dela, eventualmente. O filólogo seguirá outros caminhos, para o texto, e a eles voltaremos, mesmo que sumariamente.

Outras razões nos levam também ao exame da materialidade do códice, pois ela tem interferência na acessibilidade e no manuseio dele. Tem vulto de **monumento**, pela sua imponentia; porém, não o designaremos assim, porque reservamos tal termo para documentos de tipo diferente: talhado em pedra, monumento é sinal erguido contra o tempo (físico e cronológico); não tem de afirmar nem tem de negar, mas constituiu um sinal, como dizia Heraclito a respeito do senhor que está em Delfos (Frag. 93)⁸: às vezes, o monumento tem mensagem inscrita, como pedra que fala⁹; quase sempre, a inscrição se dirige a um forasteiro que passa, tratando-o por *hospes*, que assim era o ξένοç grego: porque não se tratava de elemento quotidiano (muito menos de trazer por casa ou para casa) ficava exposto fora, no caminho em que todos passavam. Não era assim o **códice**: como livro, o códice tem a sua mensagem no interior. Para a reconhecer no seu conteúdo textual, é necessário abri-lo e lê-lo, que é uma operação complexa e apenas se revela na linearidade da escrita: para analisá-lo é preciso compreendê-lo na sua estrutura; ficaremos mais próximos do texto se o entendermos também como estrutura de livro.

É de pergaminho o nosso códice: indesmentivelmente menos rígido e mais maleável que o mármore, não desafia menos os séculos; tal como pretendia Horácio para os seus poemas¹⁰: é (e continua a ser) capaz de enfrentar as intempéries dos séculos: assim o entendia Johannes Trithemius¹¹, quando contrapunha

⁸ As traduções do fragmento não coincidem; pela nossa parte, há muito interpretámos: “O senhor que está em Delfos nem fala nem esconde, apenas dá um sinal”: cf. Nascimento, A. A., “«Sapientia proposuit mensam» (Prov. 9,1): révelation et partage”, *Colóquio Internacional “Revelação e aprendizagem nos textos Gregos e Latinos”*, org. Abel N. Pena, Inês de Castro e Ornelas, Joël Thomas, Centro de Estudos Clássicos, Lisboa, 2011, pp. 57-68.

⁹ Nascimento, A. A., “Escrita na pedra”, in *Epigrafia Latina do Museu Municipal Hipólito Cabaço (Alenquer)*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, 2001, pp. 3-7.

¹⁰ Horácio, *Exegi monumentum aere perennius* – Odes, III, p. 30.

¹¹ Do autor, cuja vida cheia de aventuras constitui uma epopeia ao livro e à arte da composição da escrita, pela imaginação de alfabetos, apraz-nos citar o seu *De laude scriptorum*, 1492: cf. Brann, N. L., *The Abbot Trithemius (1462–1516): the renaissance of monastic humanism*, Leiden, Brill, 1981.

a resistência do pergaminho à fragilidade do papel, suporte acessível, mas exposto na sua exilidade e na sua banalização aos contrastes da natureza; exigido pela actividade impressória, o papel retirou ao livro a resistência celebrada pelo poeta latino. Com os suportes virtuais de hoje ganhámos a virtualidade de manejo, mas perdemos-lhe outras qualidades: não podem ser abraçados como um todo e correm o risco de evanescência, no tempo, e não deixam testemunho patente de estado anterior: a banalização do uso tem consigo o risco da obsolência do sistema de intermediário de leitura; na virtualidade de rolo, em sequência de leitura ficam esquecidos outros dados. Fixemo-nos na materialidade do códice: é visível e imponente¹²...

2. INSTRUMENTO DE LEITURA, EM CONTEXTO COLECTIVO...

Continuamos a admirar o livro manuscrito, em modo e formato de códice, ordenado por cadernos, e visto na sua funcionalidade de instrumento de leitura. Fundamental é a sua ordenação, segundo planeamento da superfície de escrita. Não nos demoraremos na análise, mas havemos de acentuar que numa materialidade de livro há marcas que respondem a estruturas significativas.

Porque obedece a estrutura singular, o livro/códice é instrumento programado, mesmo antes de o ser na sua identidade de texto e de planeamento de leitura: nem tudo é dito, mas tudo é objecto de ordenação. Por isso o livro tem de ser observado e descrito, para nele descortinarmos a intenção do processo.

Passando da materialidade ao texto, em análise atenta, não nos pode escapar a armadura textual da caixa de texto e a estruturação da sua forma: é ela tanto mais falante e operativa quanto melhor se reconhecer a sua configuração própria e a correspondência racional com um projecto previsto: também nisso há um encanto a desvendar...

¹² Quisemos tê-lo na nossa frente, durante a nossa exposição, na Academia das Ciências, para que os académicos pudessem aperceber-se da sua materialidade e eventualmente aproximar-se da beleza das suas ilustrações (iluminuras).



Começemos por nos debruçar sobre os elementos de reconhecimento. Sabemos que o texto é uma sequência de capítulos, articulados em parágrafos, unidades que associam frases organizadas para formarem uma sequência (por isso se reconhece no todo uma tessitura): na sua linearidade, essa unidade textual distribui-se espacialmente e engloba diversos elementos convergentes para um todo de significação (em que participa a mensagem do texto e o complemento da imagem¹³).

No livro/códice, procuramos um instrumento de leitura: será ele tanto mais funcional quanto responda em condições optimizadas à visibilidade do texto; para tal cabe-lhe uma configuração visual. Reparemos nessa configuração: 2 cols.; 43 linhas. Largura: 45 + 101 + 29 + 45 (220) x Altura: 25 + 356 + 66 (446mm). Na distribuição das linhas, $UR = 356/42$ linhas (= 43-1) = 8,476mm: o regramento é feito a tinta azul-violeta, talvez resultante duma receita de tornesol, como que a evitar sobressair, mas a deixar indício concreto para servir a linha de escrita sem distorcer a sequência.

¹³ Nascimento, A. A., “«Pictura tacitum poema»: Texto e imagem no livro medieval”, in Maurilio Pérez González (ed.), *Actas del III Congreso Hispánico de Latín Medieval* (León, 26–29 de Septiembre de 2001), León, Universidad, 2002, vol. I, pp. 31-52.

Fixemo-nos no rectângulo do texto (356mm x 220mm): apresenta a proporção de 1,618; chama a atenção tal facto, pois a razão do rectângulo é escolhida pelo efeito que cria: é que esse rectângulo apresenta proporções áureas na relação 8/5, tecnicamente representada por ϕ — phi, que é bem conhecida em arquitectura, desde Fídias, no Pártenon (a inicial do nome Pheidias representa esse valor): certamente, o empaginador teve consciência de que essa relação permitia bom aproveitamento do suporte material e simultaneamente favorecia a superfície de leitura em grau excelente.

Procurou o executante embelezar o texto e marcar-lhe as unidades, para melhor se reconhecer a articulação que estabelece no todo do fólio¹⁴: a isso responde sobretudo por elementos marcados, como é a iluminura que decora a sequência dos fólhos do códice e pelas marcas de segmentação das suas unidades; em razão disso, há que descortinar motivos e correlações, sem se deixar enfeitiçar pelo encanto das cores, mas também sem deixar de as perceber, porque há que descobrir as razões que lhe estão subjacentes (ainda que a distribuição pudesse ser aleatória, há que partir da presença das letrinas iluminadas e descobrir a relação da marca como sinal e da sua significação — *senefiance*).

É pródigo em **iluminuras** o nosso códice¹⁵: revela solenidade, mas encanta igualmente por esses traços e constitui uma linguagem que o aproxima de outros manuscritos e o situam no scriptorium de origem (que terá sido, em hipótese, a corte de D. Duarte)¹⁶. Estamos perante elementos mudos, certamente, mas, se interrogados, bastam para nos situarem¹⁷.

¹⁴ Nascimento, A. A., “Iluminura, um traço distintivo”, in *A Torre do Tombo na viragem do século – Catálogo de Exposição*, Lisboa, ANTT, 2000, pp. 29-33.

¹⁵ Retenho a reflexão de Rosa M. Rodríguez Porto, pois exprime um programa de leitura no scriptorium do rei D. Duarte: “Teniendo en cuenta la inusual reivindicación de figuras regias femeninas como las de Urraca o Violante y la exaltación que en ella se hace de la casa real aragonesa en las figuras de Pedro III y Jaume II, ¿no sería más adecuado ver en el manuscrito una obra realizada a instancias de la reina Leonor de Aragón (1402–1445), esposa de D. Duarte?” in “La Crónica Geral de Espanha de 1344 (ms. 1 A de la Academia das Ciências) y la tradición alfonsi”, *e-Spania* [En ligne], 25 | octobre 2016, mis en ligne le 01 octobre 2016, consulté le 31 août 2018. URL: <http://journals.openedition.org/e-spania/25911>; DOI: 10.4000/e-spania.25911. As afinidades com as iluminuras do *Leal Conselheiro*, manuscrito oferecido pelo rei a sua esposa, a rainha Dona Leonor respondem às dúvidas expressas pela investigadora.

¹⁶ Peixeiro, H. A., “Imagem e Tempo. Representações do poder na «Crónica Geral de Espanha»”, in *Revista de História da Arte*, n.º 7 (2009), pp. 153-176; Nascimento, A. A., “O poder da imagem: encantos, ambiguidades e valorizações”, *Revista de História da Arte*, 7, 2009, pp. 17-41.

¹⁷ Quanto ao estilo das iluminuras do nosso manuscrito, têm sido reportados vários modelos: o primeiro

É abundante e esplêndida a iluminura: frequente nas margens laterais e na do intercolúnio, alarga-se por 311 dos 324 fólhos em que se documenta: contamos nada menos que 523 imagens, muitas delas cobertas a ouro e tratadas a cor, com ornatos múltiplos; por vezes, descortinamos motivos históricos nas letrinas habitadas e neles percebem-se indicações de figuras que remetem para lugares longínquos: evocam nomeadamente os da Casa de Aragão, cujas memórias eram guardadas pela Casa Real portuguesa, pois a Aragão foi ela buscar Princesas para casarem com Príncipes portugueses: tal acontecera com Dona Isabel, filha de Pedro III e irmã de Jaime II; a memória familiar prolonga-se em Dona Leonor de Aragão, casada com D. Duarte, e em Dona Isabel de Urgel, casada com o Infante D. Pedro, numa sequência que pertence aos primeiros leitores do códice.

Impõe-se-nos este códice pela imponência do volume: a sua configuração ultrapassa as dimensões de um livro que pudéssemos abrir e colocar na mão para o manejarmos e transportarmos connosco. Havemos de imaginar para o nosso códice uma **implantação em sala**: a ele se acedia em momentos de solenidade e em modo ritual — não tanto para colher algumas notas avulsas, mas para fruição do texto, ouvido de alguém que tomava a função de leitor¹⁸.

Sabemos que o mundo da **oralidade** representa um ambiente de proximidade, em convocação familiar, de convivência e de partilha¹⁹, em colectividade: não por

estará representado nos cadernos 1, 6, 16 e 17, 19, 21, 24 e 28; nos últimos seis cadernos há alguns fólhos isolados que não seguem esse modelo; outro modelo será o dos cadernos 2, 27, 29 e 33, a que se associa o fl. 285r^o; ao terceiro modelo pertenceriam os cadernos 3, 8, 9, 20, 23, 28, 29 e 30, além de parcialmente também fólhos dos cadernos 17, 18 e 28; finalmente, haverá um submodelo 3 nos cadernos, 4, 5, 7, 10, 11, 13, 14, 15, 18, 22, 26, 31, 32 com algumas letrinas de fólhos dispersos: assim sistematiza María Pandiello, “Las imágenes de *La Crónica Geral de Espanha de 1344* (Ms. 1 Azul de la Academia das Ciências). Filiaciones artísticas y pautas iconográficas”, *e-Spania* [em linha], 25 | octubre 2016, entrada a 01 octubre 2016, consulta em 31 agosto 2018. URL: <http://journals.openedition.org/e-spania/25893>; DOI: 10.4000/e-spania.25893; diferentemente, com quatro modelos de desenho com várias morfologias (de figuras humanas e animais) e apontamento para formas inacabadas e suspensas, com minúcia digna de nota, assinalamos o trabalho de três iluminadores principais, cf. Martins Tibúrcio, C., *A iluminura do Manuscrito 1 Série Azul da Crónica Geral de Espanha de 1344 da Academia das Ciências de Lisboa: da técnica e do estilo individual ao posicionamento no seu ambiente criador*, Lisboa, Diss. Mestrado apresentada à Faculdade de Letras, 2013, pp. 53-119: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10023/1/ulfl147996_tm.pdf. (consultado em: 2019. 02. 25). Dispensamo-nos de referir o acompanhamento que, por indicação superior, fizemos do acesso ao códice.

¹⁸ Havemos de imaginar um atril adornado, como um ambão de evangeliário, a que o leitor acedia com a solenidade requerida pelo ambiente criado em torno do livro. Cf. Denis Muzerelle, *Vocabulaire codicologique: répertoire méthodique des termes français relatifs aux manuscrits*, Paris, Editions CEMI, 1985.

¹⁹ *Histoire de la lecture dans le monde occidental*, Guglielmo Cavallo, Roger Chartier (dir.), Paris, Éditions du Seuil, 1997.

toque, mas por convocação para a leitura e eventualmente em partilha de comentários, em acção colectiva e em *ritual* marcado e não banal.

Julgamos assim dever imaginar um ambiente composto por fidalgos convocados para celebrarem algum episódio da crónica — “quando o prazo foy cumprido aquando avyã de lydar Martym Gomez & Rrodrigo sobre Callaforra”.

Ao nosso códice convinha-lhe certamente o ambiente da corte de Avis: seria a de D. João I, por alguma razão dito de “boa memória”; mais propriamente, seria a rei D. Duarte dito “o eloquente”, figura que sente a envolvimento dos textos e da sua leitura (disso é sinal a importância por ele dada à tradução de textos e ao seu enquadramento — *LC*, cap. 90); o ambiente prolongava-se na corte do Infante D. Pedro, durante a menoridade de D. Afonso V, ou ainda na corte deste, que é o momento em que sabemos ter existido uma biblioteca, à guarda de Gomes Eanes de Zurara²⁰.

À corte acudiam homens que procuravam rever e retomar a memória de tempos passados, em textos recolhidos por solicitude de homens próximos dos acontecimentos ou interessados em reverem-se em leituras para atenderem a genealogias que tinham a seu cuidado.

O prólogo do nosso manuscrito (ainda que não esteja marcado formalmente como tal), responde a essa **função de memória** e acentua intenções: para “aprender os bõos costumes e saber os famosos feitos que fezerom os antigos” (...) “por que nõ caessem em olvidamento” e assim mostrarem “maneira per que o soubessem os que avyam de viãr depos eles”²¹.

²⁰ O documento que pode comprová-lo andou perdido, mas foi comprado por J. V. Pina Martins e permitiu-nos ele publicá-lo. Por ele se comprova que, em 1462, o rei D. Afonso V (filho de D. Duarte e casado com Dona Isabel, filha do Infante D. Pedro, Duque de Coimbra) concede ao seu conde palatino isenção de pagamento de empréstimo de um *Especulo* que existia na sua biblioteca (nada menos que uma obra que fora organizada por Afonso X, o Sábio, com obras de Direito).

²¹ Quanto ao tema da decoração, remetemos para vários dos nossos ensaios que lhe dedicámos: cf. Nascimento, A. A., “A Imagem no texto: esplendor do livro e marcação de leitura no manuscrito medieval”, in *Arte, História e Arqueologia: Pretérito (sempre) presente – Homenagem a J. Pais da Silva*, coord. Pedro Gomes Barbosa, Lisboa, Ésquilo, 2006, pp. 79-113. Idem, “As livrarias dos Príncipes de Avis”, *Actas do Congresso do VI Centenário do nascimento do Infante D. Pedro, Duque de Coimbra*, in *Biblos*, 69, 1993, pp. 265-287; Idem, “Manuscritos e textos dos Príncipes de Avis: o *Leal Conselheiro* e outros manuscritos – problemas de deriva filológica e tentativa de reintegração”, in *Medieval and Renaissance Spain and Portugal – Studies in honor of Arthur L.-F. Askins*, ed. Martha E. Schaffer & António Cortijo Ocaña, Woodbridge, Tamesis, 2006, pp. 269-288.

3. VICISSITUDES DO TEXTO EM HISTÓRIA LONGA.

Venhamos ao texto. Vinha ele de longe e a nós pertence-nos perceber a sua tradição: a análise filológica descobre na *Crónica Geral de Espanha* uma **tradição de leituras** que remonta a momentos marcados (alguns mais que outros).

A primeira redacção desse texto sobe a um original castelhano elaborado por Afonso X, o Sábio, mas passado para versão portuguesa pelo 3.º Conde de Barcelos, D. Pedro, filho bastardo de D. Dinis²². A constituição do texto passou por diversas mãos até receber o teor da versão que nos foi transmitida: ao longo de um século terá havido reformulações. Nisso se têm ocupado nas últimas décadas as análises filológicas dos investigadores.

Considera-se hoje que as intervenções finais tiveram lugar durante a monarquia de Avis: propôs-se como provável a data c. 1400, mas há traços de outras intervenções que vêm de 1460; pelo meio, o texto conheceu tradução para castelhano e algo se foi alterando e perdendo nesse percurso.

As vicissitudes da tradição textual, há que descortiná-las já em percurso bilíngue; quer isso dizer que essa tradição teve “movências”²³ e tem lacunas. Considera-se hoje que não podemos prescindir de retroversão castelhana, entretanto elaborada, para reconstituir a sua história e chegar ao arquétipo original.

Importará referir ainda que, apesar de o texto ter sido objecto de duas edições críticas (por Lindley Cintra e por Diego Catalán), há sectores que continuam inéditos (nomeadamente a secção final que abrange os reinados castelhanos de Afonso X a Afonso XI).

Explicuemos: Lindley Cintra publicou, entre 1951 e 1990, o texto português da reformulação c. 1400, que termina em Fernando III. Anos depois, Diego

²² O 1.º Conde de Barcelos foi João Afonso Teles de Meneses (m. maio de 1304) que procurou refúgio junto de D. Dinis; serviu-o como Procurador-Geral e, por carta assinada em Santarém, foi feito primeiro conde de Barcelos, a 8 de Maio de 1298. Quanto a D. Pedro, cf. Martin, G. e Ribeiro Miranda, J. C. (eds.), *Legitimação e linhagem na Idade Média peninsular: homenagem a D. Pedro, Conde de Barcelos*, Porto, Estratégias Criativas, 2011.

²³ Zumthor, P., “Intertextualité et mouvance», *Littérature*, 41, 1981, pp. 8-16: “la production du texte est actualisation d’un donné traditionnel; mais elle n’est évidemment pas que cela. Le donné traditionnel existe, comme virtualité à la fois poétique et discursive, dans la mémoire du poète et du groupe auquel il appartient: dans la mesure où il est d’ordre structurel et compositionnel, il est, par le texte, plus ou moins fidèlement réalisé; dans la mesure où il est discours, il se trouve reproduit et intégré à un autre discours, qu’il informe et qui en retour le sémantise ou le re-sémantise, dans le fil d’une intention originale”.

Catalán, em 1970, deu à estampa a secção inicial da crónica original, radicalmente alterada pela reformulação que subsiste apenas em tradução castelhana; no entanto, a secção do texto posterior à morte de Fernando III, cujo teor se conserva também apenas em castelhano, continua ainda inédita, em redacção manuscrita²⁴.

4. LACUNAS RECONHECIDAS.

Atendemos aqui directamente à versão do nosso manuscrito. Como elemento de identidade de livro, esperaríamos um título a anteceder o texto²⁵. Ora, **falta título** no nosso códice. Constituía muitas vezes elemento interno identificativo da estrutura textual, no início, juntamente como a indicação do **nome do autor**. Esperaríamos, aliás, que o título correspondesse ao conteúdo do texto, embora as variações sejam múltiplas e as gradações sejam de admitir²⁶.

Num livro organizado, esperaríamos também que se seguisse uma **tabula capitulorum** (dita *Tavoada*), como se encontra na *Crónica del Rei Dom Joham primeiro, Rei de Portugal deste nome*²⁷.

Ora, nem um nem outro elemento constam do nosso códice. Perderam-se eles, devido a acidente material? Quando? Em questão está por determinar a data em que isso aconteceu. De facto, há indícios de que se perdeu o primeiro fólio do nosso manuscrito: reportamo-nos aos efeitos negativos da falta do primeiro fólio ou de outros de guarda que lhe tivessem servido de protecção. Deve isso servir de baliza temporal: a perda afectou já o manuscrito *P*, que pertenceu ao Condestável D. Pedro (hoje em Paris).

Facto é que a revertida tradução castelhana, nos mss *M* e *E*, que depende da versão portuguesa, revela indícios de que havia uma parte inicial mais larga: o manuscrito de Madrid, *M*, embora também mutilado no início, transmite o texto

²⁴ Diego Catalán e Maria Soledad de Andrés (eds), *Edición crítica del texto español de la Cronica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso*, Madrid, Gredos, 1970.

²⁵ Muitas vezes, vem precedido da palavra *incipit*; frequentemente veio a ter um rótulo pousado, não na lombada, mas no segundo plano da encadernação, que era o que ficava visível a um primeiro encontro com o livro, pois era previsível que, depois de consulta, fosse esse o plano de fecho, ao ser terminada a leitura; só mais tarde esse rótulo foi colocado na lombada.

²⁶ Hoek, L. H., *La marque du titre*, La Haye/Paris/New York, Mouton éditeur, 1981.

²⁷ Para confronto, cf. ms. Madrid, BN, ms. Vitr. 25-8, *Crónica de D. João I*, ed. facs. Madrid, Ediclube, 1995.

desde o final da terceira idade (Juízes de Israel) até ao monarca de Castela Afonso XI, que reinava ao tempo da composição da crónica.

Admitiremos assim que se perdeu material do início do códice. Porém, hesitamos em identificar os inícios da versão portuguesa.

Reconhece-se que os capítulos se sucedem por ordem cronológica, até a sequência ser interrompida ao chegar ao anúncio da 5.^a idade, “a Encarnação de Nosso Senhor Jesus Cristo, filho de Deus e da Virgem Maria”. Com este dado passa-se à Era cristã; a partir daí atende-se às genealogias universais, que trazem à consideração os primeiros povoadores da Península até Pelágio das Astúrias, com que se inicia a Reconquista e a sequência dos reis peninsulares.

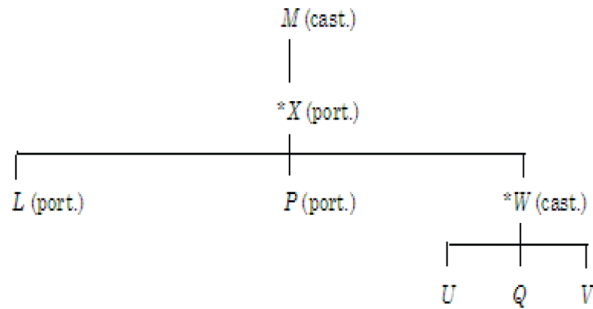
Em reconstituição, por confronto com a versão de Afonso X, o Sábio, admite-se que estão em causa os cap. 1-27, a que se seguiriam os cap. 28-78, com o sector geográfico da Península, e depois os reis godos dos cap. 71-75; viriam ainda os cap. 76-126, com a invasão muçulmana e depois o governo dos emires, cuja lista ocuparia os cap. 127-129; seguir-se-iam depois os cap. 130-573, com os reis hispânicos, desde Ramiro I a Afonso XI.

Segundo Luís F. Lindley Cintra, “é provável que a história genealógica se iniciasse com os sumários das cinco Idades do Mundo anteriores àquela em que vivemos, de que já falava S. Isidoro de Sevilha nas suas *Chronica Maiora*, de acordo com S.^{to} Agostinho”²⁸. A 6.^a Idade, aliás, iniciava-se já, segundo Fernão Lopes, com a Dinastia de Avis.

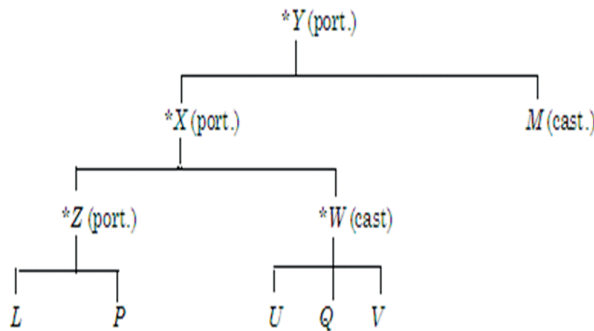
Hoje, a reconstituição crítica reconstitui a genealogia dos manuscritos de forma algo diferente da que foi apontado por Luís Cintra: alarga-se o universo dos testemunhos da tradição e buscamos-lhe uma linha de continuidade, a partir da fonte afonsina primitiva; servem-nos sobretudo os dois manuscritos principais da nossa tradição, L (Lisboa — manuscrito que representa versão tida como de D. Duarte) e P (Paris — manuscrito que pertenceu ao Condestável D. Pedro, que possivelmente o recebeu da biblioteca de seu pai, o Infante D. Pedro)²⁹. Repare-se no *stemma codicum*, com a sua revisão:

²⁸ Cf. op. cit., 1, p. XXXI.

²⁹ Assim, Vindel Pérez, I., “Primera redacción de la *Crónica de 1344*: texto, contenido y fuentes”, *e-Spania* [En ligne], 25 | octobre 2016, mis en ligne le 01 octobre 2016, consulté le 31 août 2018. URL: <http://journals.openedition.org/e-spania/25921>; DOI: 10.4000/e-spania.25921. Cf. Lindley Cintra, L. M., op. cit., p. DXXXII-DXLII.



Alargando a tradição, chega-se a um arquétipo, postulado pelo texto:



Quanto ao início do texto do nosso códice, presume-se, como referimos, que houve certamente descuido na preservação e guarda de materiais: com o livro deixado ao abandono e exposto à luz do sol, além da falta de resguardo da encadernação, a imagem e o texto, que hoje temos à disposição no códice da Academia das Ciências, sofreu perdas de texto inicial.

Quanto à **tábula dos capítulos**, sabemos que tal elemento começou a ser constituído em ambientes académicos, como se pode acompanhar pela elaboração das *Concordantiae* de Hugo de Saint-Cher, de Paris, ca. 1240³⁰; entre nós divisamos-lhe antecedentes em códices como o Alc. 5, constituído pela *Summa sermonum* de Fr. Paio Abril³¹.

³⁰ Nascimento, A. A., "Tratamento de textos em computador - Concordâncias verbais", *Classica*, 4, 1979, pp. 6-18.

³¹ Cf. Costa Marques, B. F. da, *Mundividência cristã no Sermonário de Frei Paio de Coimbra: edição crítica da Summa Sermonum*, Coimbra, 2010 (diss. doutoramento).

Falta, pois, um elemento característico do livro tal como o conhecemos³²: nada que seja alheio a um processo que pertence ao desenvolvimento da prática de leitura e da sistematização do texto³³.

Retomando a situação, havemos de reconhecer que o nosso texto é resultado de **compilação** tomada de antigas crônicas: ficou sujeito a perdas, por acidentes materiais e eventuais saltos de texto.

Retenha-se, sobretudo que, nos primeiros tempos, houve sucessivas reformulações destinadas a guardar e promover a memória de tempos passados, mas também a prolongarem as gestas de gentes fidalgas e sobretudo a celebrarem a memória dos que estiveram ao lado dos primeiros reis de Portugal³⁴.

Difícil se torna perceber todos os meandros que a compilação foi tomando desde as origens até dar **entrada na corte de Avis**, em que assumimos estar representada pelo manuscrito L.

A investigação mais recente reconhece intervenções de vária natureza durante tempos posteriores à primitiva versão do Conde de Barcelos: foi-lhe reconhecida, entretanto, uma tendência espiritualizante, marcadamente franciscana, com traços de acentuada dedicação à hierarquia eclesiástica e de afirmação de virtudes (castidade, dedicação aos pobres e assistência aos desamparados), mas recolhe também ensinamentos que se tornavam acessíveis em fontes escolares (João de Salisbúria, Tomás de Aquino, Gil de Roma, Álvaro Pais, com obras como *Specula principum*) e até influências de doutrinas acolhidas em livros de cavalarias, em que Hércules ganhava importância como herói de virtudes³⁵.

³² Cf. *Lecteurs, lectures et groupes sociaux au Moyen Âge – Actes de la journée d'étude organisée par le Centre de recherche "Pratiques médiévales de l'écrit" (PraME) de l'Université de Namur et le Département des Manuscrits de la Bibliothèque royale de Belgique, Bruxelles, 18 mars 2010*: ed. X. Hermand, E. Renard, C. Van Hoorebeeck, Turnhout, Brepols, 2014.

³³ Hasenohr, G., "Les systèmes de repérage textuel – Index et éditions critiques", in *Mise en page et mise en texte du livre*, dir. Henri-Jean Martin e Jean Vezin, Paris, E. C. L. Promodis, 1990, pp. 273-288; Rossi, P., *La memoria del sapere*, Bari, Laterza, 1989; Maniez, J. e Maniez, D., *Concevoir l'index d'un livre : histoire, actualité, perspectives*, Paris, ADBS, 2009.

³⁴ Houve aproveitamentos de textos e alargamentos, com interpolações e amplificações, mas também com reduções segundo intencionalidades que se sobrepunham à realidade dos dias — com recurso a fantasias novelescas ou exaltações de gestas, eventualmente já elaboradas (são múltiplos os artificios da memória histórica — feita por homens para outros homens, enfim, "les hommes vivants", na expressão cara a Jacques Le Goff, para acentuar a diversidade das condições de vida e das experiências humanas).

³⁵ Apoiamo-nos aqui sobretudo em Barros Dias, I., "The redactor of the second version of the Chronicle of 1344: initial traits for the drawing up of a 'facial composite'", *Portuguese Studies*, 32, 1, 2016, pp. 7-22.

Em plano de dúvida metódica, permitimo-nos comentar que importa não desmerecer do decurso dos tempos nem ficar cativos de uma visão restritiva de tradição textual: há certamente dificuldade em delimitar no tempo fenómenos culturais que são colectivos; se passam por registos de escrita, nem tudo fica documentado no tempo em que (se) construíram (construção reflexa, certamente).

Assim, julgamos de contrapor, ainda que não negando, embora em dúvida metódica: a) a influência franciscana está já assumida e documentada na personalidade da rainha Santa Isabel, cujo perfil realiza os traços principais da espiritualidade franciscana, tanto na piedade como na dedicação aos pobres, acabando na sua vinculação com a comunidade das clarissas de Coimbra e na relação com o seu confessor, Fr. Salvado Martins, que a assistiu no final da vida e lhe traçou o perfil de santidade³⁶; b) a relação da rainha com Pedro Afonso não pode ser posta em dúvida, desde a aceitação dele na corte, onde ela lhe dá acolhimento pleno, até à associação que ela promove em representações públicas, como eram as relações com Aragão, para onde, aliás, ela encaminhou o segundo casamento dele com senhora das suas relações; c) quanto a ambiente cultural alargado, há-de lembrar-se a fundação da Universidade por D. Dinis, o que nos leva a perguntar pelas consequências que daí terão surgido, nomeadamente quanto ao alargamento de relações culturais, ou eventualmente também recursos textuais; d) enfim, sabemos que as próprias novelas de cavalarias entraram em língua portuguesa ainda em tempos do rei D. Afonso III (sabemo-lo pela tradução de João Vivas para o livro de *José de Arimateia* que depressa chegou a contexto universitário³⁷); e) quanto ao carácter “fugidio” da identidade do Conde D. Pedro como autor, já hoje não temos reboços em admitir a diversidade da sua obra na cronística e na genealogia, na poética (com elaboração de poemas e a compilação de cancionero de poesia trovadoresca até à fixação de uma arte de trovar), havendo dúvidas, no entanto, em reconhecer que por ele tenham passado romances de cavalaria³⁸...

³⁶ Entretanto, publicámos um pequeno volume: Nascimento, A. A., *Santa Isabel de Portugal, a Menina de Aragão coroada Rainha em terras portuguesas*, Lisboa, Colibri, 2019; por isso nos dispensamos aqui de mais pormenores.

³⁷ Nascimento, A. A., “As voltas do «Livro de José de Arimateia»: em busca de um percurso, a propósito de um fragmento trecentista recuperado”, *Península*, 5, 2008, pp. 129-140.

³⁸ Fixamo-nos no elenco traçado por Ferreira, M.^a R., “A estratégia genealógica de D. Pedro, Conde de

Quanto às condições de tradição dos textos, sua compilação e reformulação para a respectiva transmissão, trata-se de tema que suscita reflexões de largo alcance³⁹; a tradução, por outro lado, é tema que importa também aprofundar, sobretudo para avaliar os critérios de liberdade havida em plano horizontal (entre línguas equivalentes e aparentadas, como era o castelhano e o português, particularmente em período medieval): a liberdade de apropriação era tanto maior quanto nos tempos medievais a obrigação de declarar a autoria não era convenção reconhecida e a apropriação era hipótese a que poucos terão resistido: o registo cronístico, sendo de índole colectiva, facilmente entrava na apropriação quando se tratava de dar-lhe transmissão⁴⁰.

5. MANUSCRITO DE SOLENIDADE, EM LEITURA COLECTIVA.

A Filologia permanece vinculada a Mercúrio, mesmo que este se esconda em disfarces; por seu lado, a leitura é exercício de liberdade, sem vínculos, mas sujeito a caução quanto ao acesso do livro. Acentue-se, porém, que, independentemente da qualidade maior de “promotor” ou de “compilador” do Conde de Barcelos, em contraposição à sua qualidade de “autor”, e apesar das vicissitudes sofridas pelo texto da *Crónica Geral de Espanha de 1344* e de eventuais falhas materiais, o códice da Academia das Ciências de Lisboa, Ms 1 A, deve considerar-se como principal representante de uma tradição que não se limitava a transmitir (porque admitia variâncias).

Barcelos, e as refunções do *Livro de Linhagens*”, in *Legitimação de Linhagem na Idade Média Peninsular – Homenagem a D. Pedro, Conde de Barcelos*, ed. Georges Martin e José Carlos Ribeiro Miranda, Porto, Estratégias criativas, 2011, pp. 99-129. Quanto a *Arte de Trovar do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa*, ed. Giuseppe Tavani, Colibri, 1999, lembramos, com enlevo, a resposta pronta que recebemos do editor, que nos honrou com um trabalho que demorava tempo a aparecer.

³⁹ A distinção entre “auctor, compilator, commentator et scriptor” faz parte de uma cadeia aceite já por Boaventura de Bagnoregio e consagrada em âmbito universitário: eram, porém, os textos de “autoridades” que estabeleciam diferenças, contrariamente aos textos correntes, em linguagem vulgar; o tradutor não era “scriptor”, que valesse por simples transcritor de texto alheio; a liberdade perante o texto levava a tê-lo como pretexto em que basear expressão própria. Cf. Kraebel, A., “Modes of Authorship”, in *The Cambridge Handbook of Literary Authorship*, cap. 7, Cambridge University Press, 2019, pp. 98-114; Michel Zimmermann (ed.), *Auctor et auctoritas: Invention et conformisme dans l’écriture médiévale*, Paris, École des chartes, 2001.

⁴⁰ Cf. Riché, P., *Histoire et culture historique dans l’Occident medieval*, Paris, Aubier, 1980, pp. 332ss.

A esse manuscrito podemos tomá-lo como representante de uma colectividade que se revia naquilo que acolhia e por isso não se limitava a ser transmissora: como tal, o leitor do século XV assumia-o no que ele representava e ordenava-o sem os constrangimentos que hoje a transmissão de texto nos impõe. Pelo que podemos reconhecer, o nosso códice é considerado o melhor e mais rico manuscrito da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, tanto pelo texto como pelo ornato das suas iluminuras. Alguns dados nos parecem relativamente assentes a seu respeito:

Temos razões para admitir que o texto do nosso códice foi copiado a partir de uma versão “da *Crónica de Portugal*, começada a escrever no dia 1 de Julho de 1419” (assim se escreve nele, mas o seu autor principal deve ter falecido por 1354);

“Há fortes motivos para crer que o códice, luxuoso, magnificamente iluminado (...), tenha pertencido à biblioteca régia e seja uma das duas *Crónicas de Espanha* que se registam na lista dos livros da biblioteca de D. Duarte”⁴¹.

No entanto, não temos dados que documentem que a versão tenha sido ordenada directamente pelo próprio D. Duarte: foi, porém, certamente constituído por alguém que estava ao seu serviço; o *Livro dos Conselhos*, na sua forma actual, já se serviu dele, pelo que estava acabado, na sua forma textual, em 1434⁴².

Todavia, em anos tão exíguos como foram os do reinado do Rei eloquente (que sucumbiu à peste e não descreveu directamente a sua biblioteca), a constituição do nosso códice deve ter estado entregue a alguém com responsabilidade nos seus livros: o nome que mais imediatamente vem à mente é o daquele que era guarda das escrituras do Tombo e escrivão dos seus livros, isto é, Fernão Lopes; não necessariamente por mão dele: sabemos, efectivamente, que outros tinham o encargo de “escrivão da puridade” do Príncipe, como era João Gonçalves, nome pouco conhecido, mas suficientemente documentado⁴³.

⁴¹ Luís F. Lindley Cintra, *op. cit.*, p. CDIX ss.; Nascimento, A. A., “As livrarias dos príncipes de Avis”, *Actas do Congresso do VI Centenário do nascimento do Infante D. Pedro, Duque de Coimbra*, in *Biblos*, 69, 1993, pp. 265-287. Note-se que é o registo dos livros não é da mão de D. Duarte, mas de alguém após a morte do rei e que esse registo se reporta à biblioteca de mão do rei, não se sabendo se havia outra fora de mão.

⁴² Cf. *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte: Livro da Cartuxa*, ed. João José Alves Dias, A. H. de Oliveira Marques, Teresa Ferreira Rodrigues, Lisboa, Presença, 1982. Embora haja quem situe o LC em 1435, data da carta do rei aos seus cunhados de Aragão, J. M.^a Piel defende que se deve situar entre 1437 e 1438, baseado na referência à morte do seu confessor, Frei Gil Lobo, no cap. 91, onde se lhe refere como “que Deos perdoe”; como ele morreu em meados de 1437, tem fundamento a datação nesse enquadramento: cf. prefácio a Dom Duarte, *Leal conselheiro*, ed. crít. anot. por Joseph M.^a Piel, Lisboa, Bertrand, 1942, pp. ix-x.

⁴³ Assim consta da *Vita Christi*, na parte que foi copiada na corte do rei, já que é esse o nome que lemos

Não temos hoje dúvidas de que havia um scriptorium na corte devidamente estruturado⁴⁴: o trabalho de iluminura do Códice 1 A da ACL tem afinidades com a do *Leal Conselheiro*, que conhecemos do manuscrito parisiense entrado na biblioteca real de Blois, em França, depois de ter pertencido a Dona Leonor, esposa de D. Duarte, ou de, pelo menos, ter passado por um intermediário hispânico antes de chegar àquele estabelecimento dos reis de França⁴⁵.

Quanto ao texto, assume-se, desde Lindley Cintra, que ele remonta ao 3.º Conde de Barcelos, D. Pedro, filho bastardo de D. Dinis, o qual terá recolhido materiais para isso. Porém, é discutível que tenha sido ele a redigir a versão que se reconhece em vários ramos da tradição; se foi compilador, não foi certamente “scriptor”, mas também ele não se terá limitado a reproduzir em língua nova os textos compilados, pois interveio neles e alterou-lhes o respectivo teor.

Essa tendência manteve-se em intervenções posteriores, com inflexões significativas: hoje, a problemática alarga-se e coloca-se em dúvida o processo textual, remetendo-o para um anónimo, representativo de uma colectividade, em que se fariam sentir influências culturais diversas, com correntes espirituais de índole franciscana, também elas sensíveis a leituras de romances de cavalarias.

Em domínio pouco documentado e pouco documentável, havemos de considerar que em tempos medievais os textos são mais de domínio colectivo que individual e as influências culturais pertencem ao modo de recepção de textos e esta fica menos restrita quando o regime da oralidade domina sobre o registo escrito, pelo que a análise filológica tem de contar com a “movência” exposta à

no final do caderno VI, que foi copiado na corte e depois transmitido a Alcobaca, onde a cópia foi continuada. Cf. Nascimento, A. A., “A *Vita Christi* de Ludolfo de Saxónia, em português: percursos da tradução e seu presumível responsável”, *Euphrosyne*, 29, 2001, pp. 125-142.

⁴⁴ Em outro momento, apontámos afinidades do *Leal Conselheiro*, ms. Paris, português 5, com o de *Vida e Feitos de Júlio César*, Escorial, Q-I-37, cujo primeiro fólio ostenta um escudo de príncipe e que se sabe ter estado na biblioteca do Condestável D. Pedro de Portugal; também o mesmo ar de família no que respeita à ornamentação se estende ao Alc. 62, *Ordinarium monasticum ad usum cisterciensium*, concluído em 1475 e igualmente ao Alc. 459, *Missale cisterciense perantiquum*, ca. 1470, e ms. Torre do Tombo CF 131, um *Livro de Horas alcobacense*.

⁴⁵ Lopes de Castro, M.ª H., “*Leal Conselheiro – Itinerário do manuscrito*”, *Penélope*, 16, 1995, pp. 109-24. A seu tempo, procurámos apurar com Maria Helena a origem da informação que se encontrávamos em *Manuscrits enluminés de la Bibliothèque Nationale. Manuscrits de la Péninsule Ibérique*, Paris, Bibliothèque Nationale, 1983: pudemos concluir que tal informação havia partido da própria investigadora quando comunicou à secção de manuscritos da BNF, de Paris, os resultados das suas pesquisas; essa informação foi usada sem ser reportada à sua autora.

oralidade, que não se restringe à forma do texto: assim, a tradição não deve limitar-se ao que está formalmente documentado.

Caracterizando o processo das origens, em termos gerais, concluímos que se tratou de prolongar memórias hispânicas, em versão favorável à parte portuguesa; provavelmente quem constituiu a compilação mais antiga não se coibiu de nela refazer a redacção, imitando, a seu jeito, e impondo o seu talento de artista, ao menos para integrar também glórias mais recentes que prolongavam as do passado e assumiam eventualmente o esforço de autonomia da faixa hispânica ocidental até determinar a sua independência de outros reinos⁴⁶; outro tanto terão feito aqueles que se lhe seguiram, em regime discreto que tinha em vista os imediatos leitores.

O processo não é plenamente manifesto e, no estado actual de investigação, havemos de reconhecer que é incerto o curso da redacção do texto da *Crónica Geral de Espanha*, dita de 1344: valha a advertência para, em tema desta magnitude, conceder que a investigação tem direito a problematizar leituras e a sentir-se responsabilizado por elas⁴⁷.

6. IDENTIDADE MATERIAL DO MS 1 A DA ACL.

Responsabilidades maiores temos nós perante um códice que a ACL porfiou em comprar e guarda na sua Biblioteca: marca e representa ele um tempo, que foi dos mais prestigiosos da história portuguesa; serve de referência a uma idade que era de remontada: até os dragões que servem de ornamento (cf. fólio ao lado), no movimento de que tudo vencem antes de mergulharem na taça de veneno onde vão procurar regeneração, devem servir de inspiração na luta titânica contra o mal, luta que será ganha pela solidariedade garantida na luta⁴⁸.

⁴⁶ Cf. Lindley Cintra, L. F., *op. cit.*, p. CDXVIII ss.

⁴⁷ Cf., entre outras investigações já citadas, a de Rodríguez Porto, R. M., “La *Crónica Geral de Espanha de 1344* (ms. 1 A de la Academia das Ciências) y la tradición alfonsí”, *e-Spania* [En ligne], 25 | octobre 2016, mis en ligne le 01 octobre 2016, consulté le 31 août 2018. URL: <http://journals.openedition.org/e-spania/25911>; DOI: 10.4000/e-spania.25911

⁴⁸ Na tradição ocidental, o dragão tem aspecto de criatura reptilínea que voa e sopra fogo, mas necessita de taça de revigoramento para prosseguir as suas funções (seja de guarda de tesouro escondido em caverna, seja de protecção de gente frágil — a virgem a que falta o pai que saiu para longe): é criatura atroz e tanto

Sendo problemática a forma do texto, ganha vulto o elemento material desse testemunho e por isso lhe devemos prestar atenção e entender a sua configuração nas marcações que apresenta.

Começemos a observação pelo suporte material que serviu para a escrita. É pergaminho espesso, mas alisado com qualidade: nele não se notam defeitos que fossem de interpretar como incisões de descuido na raspagem nem se reconhecem marcas de picadas de insectos que tivessem danificado o pergaminho no espaldar da secagem: tudo isso deixa indicações relativamente à qualidade do pergaminheiro e à escolha do material bem como ao resguardo em que os materiais estiveram expostos ou cuidado tido na selecção de materiais de suporte para a escrita.

Discriminando os cadernos, contamos 33, quase todos em formato de quínio (5 bifólios); exceptua-se o cad. 20, que é quaterno; dois outros, quínios (27 e 33) são materialmente incompletos, mas não se nota perda de texto, pelo que concluímos que o material de base falhou nalguma parte, mas foi considerado conveniente para preservar a pestana que se impunha para formar o festo do fólio que permite a costura. O volume apresenta uma lombada larga, quando fechado, uma vez reunidos os seus 324 fólhos dobrados — bifólios, tecnicamente.

Ao tamanho actual (447 mm x 325 mm) há que contrapor, em reconstituição virtual, o tamanho primitivo: efectivamente, as actuais dimensões são resultantes do aparo dos fólhos (tanto à cabeceira como ao pé e à goteira), devido a reenca-dernações sucessivas que, em fases adiantadas, lhes amputaram algum material, embora sem atingir o texto. É problemático refazer as dimensões primitivas, mas podem elas ser calculadas, pelo menos à altura; a análise codicológica terá que apreciar as relações das margens, particularmente no que se refere à cabeceira, pelo menos se admitirmos que a margem de dorso é equivalente à margem de cabeceira e aceitarmos também que, ao menos em alguns casos, se mantiveram as dimensões originais, que nos servem para confronto.

Assim, damo-nos conta de que a margem de dorso actual (44 mm) é maior que a margem de cabeceira (24 mm): razão há para supor, de imediato, que houve

mais temível quanto suscita solidariedades, mas pode ser combatida por heróis benignos (como a fada madrinha) ou por heróis salvadores que restauram a ordem no mundo e livram das insídias diabólicas e do seu domínio fatídico; o arcanjo S. Miguel simboliza o herói que lança a protecção em tempos últimos de uma geração, mas abre para a novidade do novo Céu e da nova Terra (Apocalipse de salvação).

amputação de suporte material; com isso somos levados a admitir que o aparato cortou uns 20 mm; secção igual, e talvez maior, deve ter sido eliminada na margem de goteira (45 mm); por último, reconstituímos a margem de pé (66 mm), pela dimensão maior nessa margem e a partir dela estabelecemos a nossa conjectura⁴⁹; sabemos, porém, que a margem de pé é menos calculada que as outras margens, até porque o ângulo de leitura vai diminuindo e inversamente requer maior dimensão de espaço⁵⁰.

Passemos da materialidade à análise do **processo de empaginação**. Está ele patente nas linhas que aparecem traçadas para o alinhamento da caixa do texto; daí deduzimos o processo de ordenação que presidiu à estruturação da caixa do texto e daí podemos admirar a solenidade do códice. Apreciemos a distribuição dos espaços no fol. 52⁵¹:

2 cols.; 43 linhas. Largura: 45 + 101 + 29 + 45 (220) x Altura: 25 + 356 + 66 (446 mm) UR = 356/42 linhas (= 43-1) = 8,476 mm: o regramento é feito a tinta azul violeta, talvez resultante de mistura de tornesol.

Fixemo-nos no **rectângulo do texto** (356 mm x 220 mm): apresenta a proporção de 1,618; chama a atenção tal facto, pois a razão do rectângulo está no efeito que cria: apresenta proporção áurea, na relação 8/5, representada por ϕ – phi.

Não se tratando de elemento natural, admitiremos que o empaginador teve consciência de que essa relação permitia bom aproveitamento do suporte material e simultaneamente favorecia optimização de leitura. O seu planeamento não é difícil de executar, mas exige racionalidade: sobretudo quando se procura efeito estético assegurado e efeito de funcionalidade de leitura⁵².

⁴⁹ A seu tempo, acompanhámos a análise levada a cabo pela Dr.ª Sílvia Miranda, em exercício para a disciplina de Crítica Textual, em 2012.

⁵⁰ Um caso típico foi determinado por M. C. Díaz y Díaz no célebre Códice Calixtino; cf. a nossa recensão crítica em Díaz y Díaz, M. C., *El Códice Calixtino de la Catedral de Santiago*, in *Euphrosyne*, 18, 199.º, pp. 437-439: num fólio típico, descobre-se uma construção sobre um duplo rectângulo de Pitágoras.

⁵¹ Para comparação, tomamos o mss. Madrid, BN, mss. Vitr., pp. 25-8, *Crónica de D. João I*, (ed. facs. Madrid, Ediclube, 1995). L: 40 + 130. 27. 130 + 60 (387 mm) x A: 47 + 380 + 108 (535 mm). Le 44 Lr 43 UR 7,1. Bem diferente é a empaginação do mss P, da BNF, port. 4, que é considerado originário do mesmo scriptorium régio de Portugal: não é dividido em colunas (dimensão: 303 x 215) e não apresenta iluminuras, pois tem apenas letrinas de escassas dimensões e traçadas a cor; foi parco e pouco exigente o Condestável D. Pedro, que se terá limitado ao escudo com as armas de Portugal, com a cruz de Avis (com a divisa *Peine pour joie* do Condestável) e à grande inicial do prólogo, habitada por uma “figura de rei, com opa de púrpura e coroa de ouro de bicos, na cabeça, sentado com huma penna na mão, e diante de si um livro em que parece estar para escrever”, segundo anotação de António Nunes de Carvalho, reproduzida por L. F. Lindley Cintra, op. cit., p. DVIII.

⁵² Não é difícil de calcular: admitindo que $a : b = a + b : a$; no triângulo rectângulo, em que os lados são

As margens terão obedecido a algum esquema relacional também, mas, devido ao recorte operado pelas sucessivas reencadernações, ficou desfeita a harmonia, por aparo das margens de cabeceira e de goteira. Em reconstituição, havemos de admitir que a de dorso e, eventualmente, a de pé mantêm dimensões reais (dorso) e aproximadas à primitiva (pé): a de dorso e a de cabeceira dever-se-iam aproximar, enquanto a de goteira devia ter maior amplitude; a de pé não terá sido apenas um resultado final e todo o conjunto terá sido calculado para um equilíbrio final de relação entre as margens que em termos absolutos era $1 \times 1 \times 1,5 \times 2$. A análise não é inútil, pois nos leva a apreciar o modo de apresentação do texto a partir das dimensões com que foi delineado.

A empaginação está distribuída por duas colunas: tal estratégia era necessária pelo movimento dos olhos na leitura; dispensámo-nos de proceder a discriminações, mas retenha-se que, por vezes, a coluna da direita tem tendência a ser menor que a da esquerda, por razões da rotação da cabeça e alargamento do ângulo do olhar — movimento que já Quintiliano, retor latino, havia notado; o planificador não chegou a tanto no nosso códice⁵³...

Atendamos ao texto. Está ele dividido em capítulos, subordinados a títulos, iniciados por letrinas, em que podemos reconhecer alguma hierarquia, ao menos pelas dimensões medidas em unidades de regramento, mais que quanto à tipologia do ornato: iniciais maiores, compreendendo 9/10 UR, marcam o início dos reinados dos soberanos; as outras ocupam, em regra, 4 UR.

Há variedade na tipologia do ornato, que se estende pelas margens e pelo intercolúneo; observamos que há sequências alternadas de famílias de motivos, mais perceptíveis em final de caderno: em análise minuciosa, foi possível identificar vários estilos e agrupá-los com variantes, sendo de apreciar a variação de elementos graves e folgazões ou até infantis⁵⁴.

1 e 2, basta prolongar a hipotenusa para o lado menor e obtém-se a altura, ou seja, $1^2 + 2^2 = (\sqrt{5})^2$, o mesmo que $1 + \sqrt{5} / 2 = 1,618$. Há modos mais empíricos para traçar o rectângulo de ouro: bastará dividir o quadrado de base em dois e somar uma dessas partes à altura...

⁵³ Cf. Nascimento, A. A., "A «mise en page», uma base operativa de reflexão codicológica: dados e problemas de Fundos medievais portugueses", in *Actas del VIII Congreso Internacional de Paleografía e Codicología (Madrid, 1987)*, Madrid, 1990, pp. 139-147.

⁵⁴ Cf. Peixeiro, H., "Imagem e Tempo: representações do poder na *Crónica Geral da Espanha de 1344*", *Revista de história da arte*, 7, 2009, pp. 153-177. Posteriormente, María Pandiello, loc. cit., apresenta uma sequência de modelos que tomamos como referência.

7. O PESO DO VOLUME E A POSSÍVEL ENCENAÇÃO DE USO.

É pesado o volume e por isso tornava-se difícil deslocá-lo; o transporte menos atento ou a colocação ao alto, como se fosse um livro banal, foi ruinoso para a encadernação: havemos de imaginá-lo posto em estante inclinada para não correr riscos de esgaçar a lombada, ao manejá-lo. Terá sido a falta de cuidado no manejo que rebentou ou esgaçou os nervos (6, fora as tranchefilas); salvaram-se as tábuas de encadernação, mas os efeitos notam-se bem nos desajustes que as cordas dos nervos apresentam relativamente às chanfraduras das tábuas.

Por permissões consentidas em tempos que testemunhámos (falta documentação para momentos anteriores), o volume permaneceu, pelo menos uma década, desmontado da encadernação que trouxera quando entrou a fazer parte da Biblioteca da Academia das Ciências. Finalmente, conheceu as mãos hábeis de técnicas competentes que lhe proporcionaram tratamento adequado.

*

Como acentuámos, este códice é um testemunho de tempos idos: como testemunho é falante e merece o respeito de leitura; reclama consideração pela sua singularidade e atenção aos aspectos técnicos que envolveu. Interessa como monumento bibliográfico e representa um dos códices que vale a pena admirar pelo esplendor das suas iluminuras e rever porque testemunha as capacidades técnicas e artísticas dos agentes do scriptorium que dele se encarregou: não lhe faltava engenho e arte para despertar imaginação nos leitores.

8. GÉNERO TEXTUAL.

Será útil colocarmo-nos em registo textual e perguntarmo-nos pelo género de texto. Textualmente, trata-se de um livro de Crónicas. Ora, o género literário de *Crónica* do período medieval pouco ou quase nada tem a ver com o que hoje entendemos por tal designação; hoje prende-se com o comentário circunstancial do quotidiano, enquanto em período medieval era a integração de um tempo contemporâneo na história do mundo, ordenada por períodos de eras e de

reinados, a começar pela Criação bíblica e continuada até aos tempos chegados aos dias do autor da narrativa.

Composto pelo engenho de um cronista, procurava ele um mínimo de ornato retórico concedido à história (ao modo ciceroniano, *historia opus oratorium maxime*) e por isso não deixava o narrador de embelezar o discurso, fazendo-o, porém, a seu modo, por recurso a narrativas que constavam da tradição e inserindo outras nascidas do que o próprio autor havia testemunhado nos seus dias ou daquilo que ele havia coligido. Pautava-se o autor por um esquema firmado na tradição.

Não se tratando de recolha de lembranças próprias, em causa estava sobretudo enaltecer a linhagem dos que haviam estado à frente da colectividade que se sentia cada vez mais responsável pelos destinos de um povo. Para isso retinham-se relatos (mantidos na memória) e aduziam-se fontes históricas (ainda que em sentido largo, de construção de um tempo apurado), com o objectivo de criar laços de coesão social e promover identidades geradas pela consciência do viver em comum e eventualmente apresentar modelos de vida e defender valores comuns.

Em torno desses pressupostos se formavam intenções: nem sempre eram explicitadas em prólogo, mas estavam assumidas e têm que ser escrutinadas para tempos em que a escrita não era tarefa banal e o texto tinha de manter a grandeza de quem servia a memória colectiva⁵⁵.

Crónica é uma categoria que faz parte dos géneros literários histórico-medievais: contrapondo-se a anais, que são apenas anotações de ocorrências, distancia-se de história, forma retoricamente mais elaborada e mais preocupada não tanto com a exactidão dos factos testemunhados, mas o seu significado, razão pela qual pronuncia um juízo de mérito dos mesmos e procura ordenação em sequência narrativa. Se a intenção de memória predomina na crónica, ganha também favor a linhagem e sua integração em dinastia de uma descendência ou de uma região⁵⁶.

⁵⁵ Não são unânimes os teóricos do género e preferem alguns ficar por cronistas individuais e considerar cada um como “janela do seu tempo” defendendo que fazem parte de um fresco compósito: não nos satisfaz essa concepção, por fragmentária e poria em causa a unidade de um todo que está representado na *Crónica Geral de Espanha*.

⁵⁶ Guenée, B., “Histoires, annales, chroniques. Essai sur les genres historiques au Moyen Âge”, *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 28, 4, 1973, pp. 997-1016.

*

Começa o texto da nossa Crónica por prólogo, a enunciar a urgência de preservar a memória dos feitos “dos *muy* nobres baroões & de grande entendimento, que screueron & as storias antigas & dos outros nobres feitos”⁵⁷. Entre os mais antigos e mais nobres estão os do “grande Hércules de Grécia” (fl 2r), que remonta aos tempos primitivos e permite passar para os tempos do acontecer hispânico, em articulação com os tempos bíblicos.

Hércules é homem de ilustres façanhas e grandes andanças, “batalhador honrado e acabado em força e em lide”, herói que é apresentado como modelo. As suas façanhas alongam-se por cinco capítulos, a começar por “como entrou em Espanha e das obras que em ela fez” (fl 4v) — construiu torres, a primeira das quais, “mui grande e por encima hũa imagem de cobre” (fl 4v), que levantou em Cádiz; depois, ergueu outra estátua em Sevilha; passou por Lisboa, “povoada depois que Troia foi destruída a segunda vez” (fl 5v) e daí foi à Galiza combater Gerião, que venceu, e logo ali assentou os alicerces de uma torre de onde podia espiar o oceano; sobre a cabeça do monstro “mandou logo em aquele lugar fazer uma grande torre”, na cidade de Corunha; desceu depois ao rio Guadiana, “Augua de Diana”, deixada livre por ele próprio a ter libertado do monstro que a dominava, para logo a tornar terra propícia para caçar, criar gado e oferecer os jogos de Diana (fl 6v).

Herói fundador é combativo e modelo a seguir: “Hércules era da linhagem dos gigantes e mui forte, pero non era cruel nem de mau senhorio; ante era mui piedoso aos bons e forte aos maus” (fl 6v).

A figura de Hércules aparece em iluminura, no fundo do intercolúquio, com os atributos da clava e da pele retirada do Leão de Nemeia. Se este dado é falante, fica algum tanto obscurecido pelo apagamento da imagem, na letrina O com que abre o 1.º capítulo da *Crónica*: no apagamento da letrina divisamos a saída do caos para o cosmos, em nascimento de mundo entrevisto nas quatro figuras

⁵⁷ É problemático o início do texto; em reconstituição: “Os *muy* nobres baroões e de grande entendimento, que escreveron as storias antigas das cavalarias e dos outros nobres feitos e acharon os sabedores e as outras cousas de façanhas per que os homens podem aprender os boos costumes e saber os famosos feitos que fezeron os antigos”... Cf. Luís F. Lindley Cintra, vol. II.

humanas que abraçam o orbe terrestre e se desembaraçam das serpentes que se lhes haviam enroscado no pescoço, ao tempo em que do lado oriental se levanta o Sol que afugenta monstros e impõe a luz benfazeja sobre a superfície do Oceano.

A imagem (hoje de difícil leitura) leva-nos a associá-la o mito de Hércules que conquista o Jardim das Hespérides, depois de ter fugido a Atlas que deixou a sustentar o Mundo. Uma mensagem parece evidente: o esforço humano vence as forças telúricas e malignas; o herói põe termo à desordem das terras e a ele cabe levantar uma nova terra, fecunda e liberta das forças do mal.

9. MODOS DO TEXTO DA *CRÓNICA*.

À *Crónica de 1344* deve ter presidido um plano: partindo de um enquadramento geográfico da Hispânia, apresentaria depois um esboço de história universal de intenção genealógica, postulada por interesses linhagísticos⁵⁸.

Se o esquema se nos afigura linear, o texto da nossa *Crónica* ficou sujeito às vicissitudes e contingências da compilação de fontes disponíveis para o redactor e sujeito igualmente à reconfiguração da narrativa até à redacção final: efectivamente, a *Crónica* apresenta-se como texto aberto; o redactor quer manter o que julga indispensável para a sua audiência, abrevia ou introduz elementos novos, em renovação de memória e segundo o envolvimento dele próprio nos acontecimentos ou nas relações que vai construindo⁵⁹. Se era livre de associar dados, não

⁵⁸ Abrangeria os tempos bíblicos, compreendendo os Patriarcas e a implantação de Israel na Terra Santa (1.^a e 2.^a Idade) e passando depois pela 3.^a Idade do Mundo (Juízes de Israel) e continuando pela 4.^a Idade (de David a Jeremias), seguindo depois pela 5.^a Idade (de Jeremias à Encarnação), chegando, seguidamente, à História profana (Egipto, Pérsia, Gregos e Romanos); ocupar-se-ia, por fim, dos tempos hispânicos, aludindo à história dos Godos (de Atanalgido a Vitiza) e chegaria à invasão árabe e daria relevo à Reconquista pelos reis das Astúrias e seus sucessores até compreender os reis Hispânicos mais chegados, o último dos quais era D. Afonso de Castela.

⁵⁹ Distinguiam os medievais entre o trabalho de autor (que escreve o que é seu) e o trabalho do compilador (que associa o que é de outros) e bem assim o trabalho do comentador ou glosador (que se serve do que é de outros e julga sobre ele acrescentando o que é dele). Segundo Boaventura de Bagnoregio, “alguém pode escrever as obras de outros, sem qualquer acréscimo ou alteração, e nesse caso ele será chamado simplesmente um “escrevente” (*scriptor*); um outro escreve os trabalhos de outros, com adições que não lhe são próprias; será então chamado de “compilador” (*compilator*); um terceiro escreve tanto obras suas como alheias, mas dando o principal lugar à alheia, e reservando a sua intervenção para introduzir explicações: a ele chama-se “comentador” (*commentator*) [...] Um último escreve tanto obra sua como alheia, mas reservando o lugar

é de admirar que devamos admitir versões que não chegaram ao fim ou foram alteradas ao longo do percurso redactorial⁶⁰.

Porém, um texto medieval, mais que obra individual, é obra colectiva. Problema posto pela crítica é o da identificação do Autor da *Crónica*, na versão portuguesa: não havendo assinatura fiável, a responsabilidade do texto tem de ser deduzida de indícios.

Foram eles decididos, com argúcia e fundamento pertinente, por Luís F. Lindley Cintra, em 1951, em favor do Conde D. Pedro de Barcelos, mas, como atrás ficou expresso, a leitura dos testemunhos, com a análise das versões, obriga-nos a sermos menos categóricos.

Voltando a ele, lembremos os traços biográficos do Conde: filho bastardo do rei D. Dinis, e de Grácia Anes, nasceu por 1280; cedo foi associado à vida da corte, apesar da sua bastardia, graças à aceitação que lhe dispensou a rainha Isabel, que veneramos como santa: acompanhou ele o rei a Aragão quando lhe coube arbitrar conflitos entre o rei de Aragão e o rei de Castela justamente porque a isso o associou a rainha; relacionou-se com famílias importantes, como a de Portel, por casamento com Branca Peres, da casa dos Sousa, filha de Pêro Anes de Portel, descendente de duas das famílias mais opulentas de Portugal; faleceu ela poucos anos depois do enlace matrimonial e o segundo casamento com Maria Ximenes, dama de uma das mais honradas famílias de Aragão, foi patrocinado pela mesma rainha Dona Isabel e isso trouxe-lhe prestígio ainda mais largo.

Seguro das suas tradições, D. Pedro soube manter fidelidade não só ao rei D. Dinis, seu pai, mas também ao irmão, o Infante D. Afonso IV, apesar dos ciúmes que entretanto foram ultrapassados: não se envolveu em conflitos secundários e evitou-os quando eles surgiram entre o pai e o irmão; em 1307 é nomeado mordomo-mor da casa da Infanta Dona Beatriz de Castela, noiva prometida a D. Afonso, herdeiro natural do reino; afastou-se para longe e aproveitou as relações que ia criando, como aconteceu no período de 1317 a 1325, em que caiu em

principal para a sua e juntando a de outros para fins de confirmação; tal homem será chamado de “autor” (*auctor*). Cf. A. Minnis, *Medieval theory of authorship*, Pennsylvania Press, 1988, p. 94.

⁶⁰ A noção de “movência”, que hoje reconhecemos nos textos, pertence ao regime feudal de posse das terras em dependência do suserano; o termo terá sido usado já por Suger, abade de Saint-Germain, em Paris; foi retomado no estudo dos textos medievais, a partir dos anos 1970: cf. Paul Zumthor, *Essai de poétique médiévale*, Paris, Seuil, [1972], 2000, pp. 84-96: “Anonymat et mouvance”; Bernard Cerquiglini, *Éloge de la variante*, Paris, Seuil, 1989.

desgraça com seu pai e se afastou para a corte castelhana: nesta corte foi recebido pela regente, Dona Maria de Molina, e demonstrou ser homem de cultura, compilando leituras e ganhando gosto pela redacção de textos que foi lendo em clave ocidental. Deve ter sido atraído para a historiografia a partir da Escola que continuava os trabalhos de Afonso X, o Sábio, seu bisavô, e aproveitando os saberes que se continuavam nas cortes de Sancho de Castela e de Afonso XI.

De espírito conciliador, procurou aproximar o rei D. Dinis ao Infante D. Afonso, acompanhou a rainha Dona Isabel nas desavenças entre pai e filho; soube, em momento oportuno, recolher-se às suas terras em Barcelos que o rei lhe entregara em 1314; evitando animosidades contra o rei D. Dinis, seu pai, apoiou as razões do irmão, o Infante D. Afonso, em dissídio com o rei e não lhe criou entraves; após a morte de D. Dinis, o Conde retirou-se para o seu refúgio de Lalim e aí se entregou a actividades culturais, fazendo recolhas para um *Cancioneiro*, depois de se ter dedicado à elaboração de um *Livro das Linhagens* dos nobres portugueses.

É incerto o momento em que terá passado à compilação de uma *Crónica* que correspondesse ao que encontrara em Castela, na *Primeira Crónica Geral de Espanha*. É verosímil que, atento ao que se passava à sua volta e evitando querelas, tenha recolhido gestas atribuídas a nobres mais chegados e tenha também querido engrandecer Afonso IV, que acorrera a levar ajuda a Castela para a batalha do Salado, a instâncias de Dona Beatriz, filha do mesmo Afonso IV; ele próprio, por motivos de doença, viu-se impedido de acompanhar o irmão. Na diversidade de relações que manteve com Castela, o Conde mostrou-se empenhado em promover a terra portuguesa a que pertencia e percebeu as razões para celebrar a sua soberania independente e reconhecer a sua identidade, defendendo-a em paridade com Castela.

Homem de cultura, toma conhecimento dos textos que circulam na corte de Afonso XI e acompanha os acontecimentos que se passavam na sua terra; nas horas de inspiração poética não evitou os atractivos da arte de trovar, ainda que não tivesse revelado dotes particulares nem originalidade própria⁶¹. Com o *Livro de Linhagens* ganhou renome⁶², mas nem por isso ficou líquida a atribuição do seu

⁶¹ *Il Canzoniere di D. Pedro, Conte di Barcelos*, ed., not., glossario e introdução de Manuel Simões, Roma – L'Aquila, Japarde, 1991.

⁶² *Livro de Linhagens do Conde* é hoje datado do ano de 1340.

nome a essa obra: aceita-se o juízo feito por Fr. Francisco Brandão que dela reteve ser ela “a escritura de maior utilidade que temos em Espanha”. Dele constava, efectivamente, que “este conde dom Pedro foy o que fez muito a fidallgos em Portugal e que os pôs nas muy gramdes contias (...) e foy o que erdou alguuns filhos d’algo em sas erdades e que ouue os melhores vassalos que [nem] ouue outro comde nem homens boos dos que dantes foram”⁶³.

Tanto quanto se pode perceber, para a composição da *Crónica de Espanha de 1344*, serviu-se D. Pedro de textos cronísticos disponíveis nas casas que herdou: de entre eles se deve apontar a *Crónica do Mouro Razis*, que encontrou à mão em tradução de Gil Peres, clérigo de Pero Anes de Portel, feita a pedido do rei D. Dinis: o Conde conhecia-a possivelmente por via matrimonial, por ter casado com Branca Peres, filha do dito Pero Anes de Portel (a. 1305)⁶⁴. Serviu-se também de outras fontes e organizou, uma compilação de textos disponíveis a que foi dando planeamento geral, com refundições de cunho particular e adequação das fontes a interesses de ordem linhagista ou nobiliárquica; não discutia a natureza dessas fontes, como era o caso dos Poemas de Fernão Gonçalves ou o cantar dos Infantes de Lara e outros ou também breves histórias genealógicas dos reis, com núcleos em torno de personagens centrais, como a de Carlos Magno.

Em tanta variedade é difícil reconhecer a coerência de quem o faria como primeiro autor; tudo refundia: terminava a compilação da *Crónica* com a história dos reis de Castela e Leão (de Afonso X à batalha do Salado/Tarifa); seleccionava e organizava os materiais: afastava-se de relatos elaborados por outros. Na introdução, abrevia e substitui uma longa exposição de dominadores hispânicos (gregos, almonizes, romanos e godos) por uma breve história universal de teor genealógico, baseado em cronicão de origem navarro-aragonesa (*Libro de las generaciones*); trata com autonomia os inícios da história portuguesa, que na *Crónica Geral* eram integrados no reinado de Afonso VII (como acontecia por exemplo no *De rebus Hispaniae* de Rodrigo de Toledo); alarga a compilação por sete reinados: o de Afonso Henriques ganha maior dimensão, mas admite aspectos lendários

⁶³ *Livro de Linhagens*, PMH, Script., I, p. 290, l. 184v-185.

⁶⁴ Sobre o aproveitamento desse texto, cf. Fournier, A., *A primeira parte da Crónica Geral de Espanha de 1344: o texto e sua construção*, Lisboa, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1996.

e omite traços que eram desfavoráveis ao rei (como o desastre de Badajoz em que ficou à mercê do rei D. Fernando, de Leão); quanto à figura de D. Dinis, ele próprio se dá como testemunha de acontecimentos. A sua narrativa fica incompleta para o reinado de D. Afonso IV, pelo que se considera que lhe faltou tempo para a levar até ao fim.

A liberdade do compilador permitiu a quem se lhe seguiu retomar com certa liberdade a sua refundição, com omissões e suturas de secções do texto⁶⁵.

10. SITUANDO A VERSÃO E A HISTÓRIA DA SUA ENTRADA NA ACADEMIA.

A versão do códice da Academia das Ciências, como já acentuámos supõe uma versão anterior, considerada como arquétipo perdido. Aceitamos hoje que esta versão representa a mais antiga das que se conservam, mas havemos de distinguir nela o que mantém de primitivo e aquilo que apresenta de lacunar que pode ser sanado a partir de testemunhos laterais, fragmentários ou não. Conhecido o texto como *Crónica Geral de Espanha de 1344*, tal título reporta-se a tempo em que prosseguia a redacção do texto (a 21 de Janeiro de 1344). Importante é que seja um dos primeiros ensaios da prosa em linguagem portuguesa⁶⁶. Significa sobretudo a consciência da novidade de um novo tempo na Terra portuguesa e por isso não estranhámos que haja nessa versão reajustamentos narrativos⁶⁷.

Da primeira redacção em português não se conhece qualquer manuscrito, mas Luís F. Lindley Cintra postula a existência de um arquétipo, designando-o com a sigla *Y⁶⁸, que deve ter sido de conhecimento por parte de quem escreveu

⁶⁵ Idem, p. xxxvi.

⁶⁶ Apontada, primeiro, por Menéndez Pidal foi depois confirmada a autoria por outras individualidades: cf. Lindley Cintra, L. F., pp. xcv ss, por relações textuais entre a *Crónica* e o *Livro das Linhagens* (derivação do *Cantar dos Infantes de Lara*), por derivação de uma fonte arturiana, por derivações da *Crónica de Castela*. Luís Cintra admite que o *Nobiliário* é anterior à *Crónica*. Entretanto, Diego Catalán anotara a existência de uma crónica de Acenheiro: muito tempo perdida, depois de ter sido emprestada por Alcobaça à Academia das Ciências e depois de ter ido parar à biblioteca da Condessa de Azambuja, foi recentemente identificada no Arquivo Distrital de Braga; cf. Nascimento, A. A., *O scriptorium de Alcobaça: o longo percurso do livro manuscrito português*, Alcobaça, Mosteiro, 2018, pp. 287 ss.

⁶⁷ Teresa Amado, "As imagens e o Texto Manuscrito Iluminado da Crónica Geral de Espanha 1344", *ARIANE, revue d'études littéraires françaises*, n° 16, Lisboa, 1999-2000, pp. 42-43.

⁶⁸ Luís Cintra, p. LXXXVII.

a *Crónica de Portugal de 1419*. Por sua vez Isabel Barros Dias apontou razões para admitir a segunda redacção do Conde ainda pela década de 1380, em período de grave crise económica e política⁶⁹.

*

Quanto à história do manuscrito, pelos testemunhos que chegaram até nós, costuma apontar-se, em primeiro lugar, que consta dos livros da biblioteca de D. Duarte o registo da existência de vários livros de Crónicas, com as seguintes designações: *Historia Geral*; *Coronica d’Espanha*; *Coronica de Portugal*; *Coronica d’Espanha (em cadernos)*⁷⁰. O título não consta explicitamente desse elenco, embora se possa divisar no registo de *Coronica de Portugal*.

Indícios materiais levam a admitir afinidades codicológicas entre o códice da Academia das Ciências e outros saídos do scriptorium da corte de D. Duarte⁷¹. No fl. 322, lemos uma nota que se poderia interpretar como indicação de título dado no séc. XV/XVI: “Cronica abreviada de Portugal”. Será essa nota indício de quem se dava conta de que o “abreviamento” era insuficiente (é pelo menos hipótese admitida).

Há outra indicação do percurso do nosso códice: “Livro do sōr luis de alcaçoua carneiro”; no fólio em branco imediato, vem a indicação da localização do códice na casa desse fidalgo, na segunda metade do século XVI⁷².

⁶⁹ Barros Dias, I., *Metamorfoses de Babel. A Historiografia Ibérica (Sécs. XIII-XIV): Construções e Estratégias Textuais*, Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian e FCT, 2003, pp. 93-118.

⁷⁰ Cf. Nascimento, A. A., “As livrarias dos Príncipes de Avis”, *Actas do Congresso do VI Centenário do nascimento do Infante D. Pedro, Duque de Coimbra, Biblos*, 69, 1993, pp. 265-287; Idem, “Libros manuscritos de la Dinastía de Avis y de otros, en Portugal (siglo XV): de la devoción a las Crónicas”, *Seminário/Colóquio Manuscrits Il·luminats: La tardor de l’Edat Mitjana i les noves Llums del Renaixement*, Lérida, 17-18 de Novembre de 2014, in *Manuscrits Il·luminats. La tardor de l’Edat Mitjana i los inicis del Renaixement*, ed. Josefina Planas, Lleida, Universitat, 2017, pp. 153-176.

⁷¹ Já por outras vezes apontámos analogias com outros códices que se aproximam codicologicamente, por traços de iluminura que denunciam origem no scriptorium eduardino: *Vida de Júlio César – 1446–85*; *Ordinários do Ofício divino – Alc. 62 (1475) e 63 (1483)*; *Missal Cisterciense – Alc. 459*; *Livro da Virtuosa Benfeitória – cód. 9*, Madrid, Real Ac. de Hist. – que pertenceu ao filho de D. Pedro, o Condestável – ca. 1430; *Vida de Cristo de Ludolfo de Saxónia – Alc. 451-453*: no Alc. 451, fl. 56v, pode ler-se: “Ata aqui fez o scripvam del Rey” e no fl. 57r consta a indicação de continuou a escrevê-lo e o encadernou Fr. Bernardo de Alcobaça, 1445-1446. O escrivão de pureza de D. Duarte era João Gonçalves: cf. Nascimento, A. A., “A *Vita Christi* de Ludolfo de Saxónia, em português: percursos da tradução e seu presumível responsável”, *Euphrosyne*, 29, 2001, pp. 125-142.

⁷² Cf. Lindley Cintra, L. M., *op. cit.*, CDXCIV.

Apurou Lindley Cintra, ajudado por António Machado Faria, da Academia Portuguesa da História, que Luís de Alcáçova Carneiro era o filho primogénito de Pedro Alcáçova Carneiro, que foi secretário de Estado no reinado de D. João III e de D. Sebastião, desempenhando depois, ao tempo do Cardeal D. Henrique, as funções de conselheiro de Estado e vedor da sua fazenda; era ele neto de António Carneiro, escrivão da câmara de D. João II e de D. Manuel, e bisneto de Pedro da Alcáçova, escrivão da fazenda de D. Afonso V e de D. João II, de quem também foi secretário e vem mencionado como tal no testamento deste rei⁷³.

Propõe Luís M. Lindley Cintra que o códice em questão pode ter sido um presente real oferecido a um dos antepassados de Luís de Alcáçova; para o ser, certamente se esvanecera a relação com o rei D. Duarte ou algum facto se intrometeu que levou a quebra de afecto: ora, a ter isso acontecido, não era caso único nos tempos do seu neto, D. Afonso V⁷⁴.

Enfim, depois da batalha de Alcácer-Quibir, em 1578, em que pereceu o seu proprietário, o manuscrito foi herdado pela sua filha, Dona Luísa de Távora, que casou com o 6.º Visconde de Vila Nova da Cerveira: foi transmitido entre familiares até figurar na biblioteca do 5.º Marquês de Castelo Melhor, João de Vasconcelos e Sousa Caminha Faro Veiga.

⁷³ António Machado Faria conhecemos nós como Secretário da Academia Portuguesa de História.

⁷⁴ Os avatares da biblioteca de D. Afonso V são conhecidos apenas parcialmente; sabe-se, porém, que constituiu a primeira biblioteca pública, dirigida por Gomes Eanes de Zurara, com acesso por autorização régia: cf. Carta de **D. Afonso V** em favor do Chanceler-mor Rui Gomes de Alvarenga Vasconcelos, que pretendia consultar um dos livros aí existentes, que nós conjecturámos tratar-se de uma obra de Afonso X, “Libro del fuero”, ou melhor, “Libro del Espejo de Derecho”, que se julga ter servido de base para as *Sete Partidas*: hoje temos a edição publicada por Robert A. MacDonald, *Espéculo – Texto jurídico atribuído al Rey de Castilla Don Alfonso X, el Sabio*, Madison, Univ. de Richmond, 1990. Demos imagem do documento noutra momento de homenagem a Pina Martins, in *Catálogo de Exposição – José V. de Pina Martins, uma Biblioteca Humanística*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2015, pp. 88-95. Deve-se, efectivamente, a J. V. Pina Martins o resgate do documento em leilão por ele advertido. Para outras considerações, cf. Gomes, S. A., *D. Afonso V, o africano*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2009; um dos casos que deve ser tido em conta é a saga da Bíblia, em catalão, que lhe pertenceu e o rei vendeu, estudada por pessoa a quem confiámos o seu estudo e não descansou enquanto não esclareceu o que devia ser tido em conta, nomeadamente, uma velha versão do Livro dos Macabeus: a venda dessa Bíblia a Pero Benitez, por reversão dos acontecimentos, voltou às mãos da Casa de Bragança e entrou de novo na biblioteca real, possivelmente em tempos do Cardeal D. Henrique; cf. *La Biblia de Ajuda y la Megil.lat antiochus en romance*, estudo e edição de **Gemma Avenzoza Vera**, Madrid, CSIC, 2001.

Em 1878, aquando da morte do Marquês, a biblioteca foi posta em leilão pela família a fim de satisfazer dívidas em atraso que exigiam pagamento⁷⁵. A esse leilão se habilitou a Academia das Ciências de Lisboa que assim comprou para a sua biblioteca o códice por 202\$000 réis⁷⁶. O preço pode parecer modesto, ou mesmo irrisório: aceite-se, porém, como termo de comparação que, ao tempo, aquela quantia representava o valor do salário de cerca de mil dias de salário de um trabalhador vulgar⁷⁷; além disso, havia informação de que o códice tinha defeitos; sobretudo, é de presumir que um livro manuscrito (de leitura não imediata) não gozava de grande apreço (sobretudo por, ao tempo, se desconhecer a sua história); por outro lado, ainda, as circunstâncias da venda (liquidação de dívidas de família) e a representação da Academia das Ciências na licitação eram dados relevantes que influíam nos preços propostos.

⁷⁵ O *Catálogo dos preciosos manuscritos da bibliotheca da casa dos Marquezes de Castello Melhor*, Typographia Editora Mattos Moreira, Lisboa, 1878, pp. 2 e 5, aponta o título de “Cronica d’Espanha ou Chronica Geral de Hespanha” como encomenda real.

⁷⁶ Cf. *Livro das Actas da Assembleia-geral de 18 de Maio de 1876 a 1895*, Sessão de 6 de Março de 1879, p. 43v: aí se regista que houve interesse por parte dos membros da Academia em atender ao leilão da biblioteca dos Castello Melhor; na sessão de 6 de Março de 1879 salienta-se a importância de a ACL estar representada no leilão e por isso defende-se o envio de alguém, entendido em manuscritos, para averiguar da conveniência do que estava em hasta pública, reconhecendo-se, porém, as limitações financeiras da Academia. A 27 de Março, encontra-se anotada a arrematação de um manuscrito: em tempo algum se identifica o códice, porém tudo leva a crer que se tratasse do que veio a integrar a biblioteca como Ms. A. 1 da ACL. No catálogo para o leilão encontra-se a seguinte advertência: “O nosso codice está damnificado pela agua na parte inferior de todas as folhas sem interessar (leia-se “atingir”) o texto, atacando apenas as illuminuras que occupam a margem inferior, sem comtudo as destruir de modo que não se perceba o que representam, sendo fácil restaura-las. A encadernação é de madeira coberta de moscovia, com ornatos, tendo a lombada em mau estado”.

⁷⁷ Devo esta precisão ao senhor académico Prof. Jaime Reis, que teve também a gentileza de me disponibilizar documentação relativa a elementos da venda de livros da biblioteca do Visconde de Pereira (Joaquim Pereira da Costa), cujo acervo apresentava mais de 2.000 títulos, entre os quais se contava um exemplar do *Bosco Delytoso*, de 1515, que foi vendido por 405\$000 réis e uma primeira edição de *Os Lusíadas*, vendida por 102\$000 réis. Cf. *Catálogo dos livros antigos, raros e classicos que compõem a magnifica e mui conhecida livraria do falecido ex.mo Joaquim Pereira da Costa*, Lisboa, Imprensa nacional, 1873 (apresenta 2.286 entradas ou títulos). Em complemento, tomei a meu cargo voltar ao *Catálogo da importante e copiosa bibliotheca dos marquezes de Castello Melhor, cujos livros serão vendidos em hasta publica, tendo a venda começo o mais brevemente possível*, por Casa de Castello Melhor, 1878: compreendia 3.923 títulos, mas não apresentava valores de leilão. É facto que o preço dos livros pertence a um mundo flutuante e sujeito aos interesses do público e aos vai-e-vens da Fortuna que, se é ciumenta, aprecia as coisas pela aparência e pela disputa que provocam: no caso, por comparação, chama atenção o interesse pelo *Bosco Delytoso* em contraste com a edição de *Os Lusíadas*. A morte do Marquês de Castelo Melhor e a reclamação das dívidas deixavam ao desbarato o espólio da sua biblioteca, mormente os manuscritos e por isso havemos de nos louvar no zelo da Presidência da ACL em mandar adquirir o códice, apesar das reticências de alguns sócios e das limitações financeiras.

Manteve-se o códice na Academia: ms 1-A, Série Azul (criticamente designado como L, por contraste com outros, nomeadamente o P).

Por vicissitudes várias, não nos chegou o códice na sua materialidade primitiva: era perceptível que a encadernação originária se perdera e a análise dos seus materiais obrigava a reconhecer que tanto os nervos de articulação como as tábuas de cobertura e o seu revestimento eram de data tardia, sem que se pudesse decidir a data exacta em que se procedera à substituição; aliás, as chanfraduras das entradas das tábuas não coincidiam com o enfiamento dos nervos que haviam pertencido à primitiva costura. Tudo isso podia conduzir a entrever alguma sucessão de dados, mas, se hoje somos sensíveis a esse dado, ao tempo da aquisição, os membros da Academia não tinham ao tempo capacidade de reagir a ele; valeu o sentido patrimonial para obter um códice que se tornou cada vez mais objecto de estima e de apreço mediante a análise a que dedicaram os investigadores de várias gerações. Os elementos semiográficos levaram a concluir em favor de data bastante antiga: pelo traço de escrita, o manuscrito L foi de há muito considerado como pertencente ao primeiro quartel do século XV. Quanto ao texto, a análise notou omissões, advertidas pelo copista, e alterações que não podem deixar de ser tomadas por intencionais. Das primeiras, devem apontar-se algumas que chamam à atenção: na história do Cid (fl. 265v)⁷⁸, na história dos reis de Portugal (fl. 270v), no cerco de Badajoz por Afonso Henriques (fl. 273v), na substituição do texto da Crónica pelos primeiros dez capítulos da Crónica de Afonso X, exceptuando o prólogo (fls. 318r-322v).

Têm sido objecto de escrutínio as variantes de redacção registada nos diversos testemunhos. Da segunda redacção temos sete manuscritos completos: quatro portugueses e três castelhanos. Os dois manuscritos mais antigos são datados do século XV: L e P, assim designados pelas iniciais das cidades onde os manuscritos se encontram actualmente — Academia das Ciências de Lisboa (L, ms 1-A, Série Azul) e Biblioteca Nacional de França (P: Portugais 9/Reg. 10253, Mazarine 484)⁷⁹.

⁷⁸ No fôlio em branco, Lindley Cintra leu a anotação: “estas folhas ficaram pera a morte do çide que eu vy em outra cronica no semelhãte lugar”.

⁷⁹ Este último códice pertenceu ao Infante D. Pedro, cuja divisa se encontra na base do fol. 1 — *Paine pour*

Pertinentemente, Lindley Cintra optou pelo manuscrito L, por este ser o testemunho mais antigo e por fornecer texto que se afigura ser o mais próximo do original, não obstante o reconhecimento de lacunas: o P com outros testemunhos servem de colação e permitem recuperar lições, corrigindo e sanando lacunas de L.

Enfim, a *Crónica de 1344* situa-se numa tradição textual: representa um testemunho que há que situar e reconhecer na sua singularidade e no tempo próprio; como texto é obra de compilação e refundição de versões pertencentes a vários agentes e de diversas procedências. Começada essa versão pelo conde de Barcelos, D. Pedro Afonso pouco tempo depois da Batalha do Salado (1340), intentava ele celebrar a participação do reino de Portugal, ao lado de outros reinos hispânicos, ao enfrentarem os exércitos muçulmanos. A versão do conde alargava-se a celebrar a glória do reino de Portugal como nação e integrá-lo no concerto da história hispânica. Se remonta a textos anteriores, foi assumido por uma comunidade de leitores que nele reviam as origens de uma nação que emergia da colectividade de barões e buscava razões de coesão como país.

A geração de Avis foi determinante para a recepção dessa versão: os Príncipes de Avis, nomeadamente D. Duarte e D. Pedro (este continuado em seu filho, o Condestável), foram decisivos para essa recepção pelo acolhimento que lhes deram nas suas bibliotecas; em juízo de valor está a variante que nos transmitiram numa tradição que tem o seu peso e supõe a sanção dos nossos leitores.

joie; dele passou ao filho, Condestável de Portugal: no texto há referência ao regresso dele à Catalunha, 1457, o que deixa supor que o códice foi redigido entre 1456 e 1464, com algumas reduções de frase e com referências cronológicas convertidas em data do nascimento de Cristo, além de acrescentos de reinados relativamente à versão de L. Entrou este códice na Bib. Mazarine em 1668; a iluminura dele apresenta traços similares ao ms Escorial, *Vida de César*, ms. Q. I. 17, que pertenceu também ao Condestável D. Pedro e remonta a seu pai, o Infante, que foi regente do reino, na menoridade de D. Afonso V. À tradição textual da *Crónica* pertencem dois outros manuscritos portugueses tardios, já do século XVII, designados por Lindley Cintra com iniciais de localização seguidos de minúsculas: Li, BNP de Lisboa; Ev da BP de Évora. Quanto aos códices castelhanos, foi R. Menéndez Pidal que lhes atribuiu as siglas identificadoras: U, da antiga Biblioteca de D. Francisco Zabáburu, pertencente ao Marquês de Heredia Spínola em Madrid; Q, Biblioteca Nacional de Madrid; V, Biblioteca do Palácio Real de Madrid. Além destes manuscritos completos há notícia de outros fragmentários: tal é o fragmento, em português, designado pela sigla C, que provém de códice de Santa Cruz de Coimbra, hoje na BPM do Porto, e é testemunho da primeira redacção; de vários manuscritos castelhanos, também fragmentários, só um representa a primeira redacção: de entre todos há que destacar, até por remontar a essa primeira redacção, um que apresenta a versão da *Crónica do Mouro Rasis*: pertenceu à biblioteca do erudito Ambrósio de Morales e encontra-se na Biblioteca Nacional de Madrid; foi designado por L. Cintra com a sigla E, por ser proveniente do Mosteiro do Escorial.

A ACL tem o privilégio que ter acolhido o códice que maior prestígio merece nessa tradição: a ele demos toda a atenção para preservarmos a sua materialidade e garantirmos a possibilidade interrogar um manuscrito fundamental na construção de uma leitura que seja idónea e merecedora de confiança para quantos procuram este testemunho textual.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019)

Padre Manuel Antunes: Uma voz de plenitude e novidade na Faculdade de Letras de Lisboa

AIRES A. NASCIMENTO

1. UMA VOZ NOVA.

A voz é elemento identificador da pessoa, ainda que não único nem principal: há um timbre, uma inflexão de discurso, uma forma de entoação que não enganam na identificação da pessoa; em tempos, por razões de ofício pastoral, habituei-me, intuitivamente, a perceber a voz como dado que me permitia identificar alguém pelo timbre e pela inflexão dada nas suas expressões vocais, ainda que falando fora do meu olhar e em surdina — um pouco como faz um invisual que se apercebe de uma pessoa e retém o que outros deixam de lado, por parecer supérfluo.

Há vozes que, efectivamente, nos trazem ressonâncias (mais que timbres) e por isso são indisfarçáveis e indisfarçadas: algumas não se esquecem, mas de entre elas tendemos a distinguir as que mais nos influenciam, como se fossem um ἔπος que impulsiona e vai direito ao objectivo procurado (como a voz homérica, versátil e certa, tantas vezes apelidada de “alada”). A elas voltamos para, em análise, identificarmos a sua influência: porque conferem sentido à vida, articuladas e inteligíveis, integradas em ritmo e em frase sonora, como as que soltava o aedo, capaz de ἄδειν, ou o profeta, a quem se pede conselho de acção. Especial atenção merecem aquelas vozes que deixam perceber o λόγος, que é resultado de pensar, que diz e conforma, porque, sendo conhecimento, estrutura, informa e relança: se nos



¹ Castarède, M.-F. et Konopczynski, G., *Au commencement était la voix*. Paris, Érés, 2005; Martin-Achard, F., *Voix intimes, voix sociales Usages du monologue romanesque aujourd'hui*. Paris, Classiques Garnier, 2017.

prendem ao *sermo*², neste a Palavra toma sentido pleno, assume-se fora da glosolalia de todos os dias, e coloca-nos em demanda do saber e da sabedoria³.

A voz de Manuel Antunes era uma delas: não porque fosse melódica (era um tanto velada) nem porque se impusesse por brado de comando (era branda); bastava-lhe o peso das palavras, que articulava pausadamente para deixar entender o conteúdo do que dizia: com isso ele deixava em suspenso um auditório inteiro, exigente e crítico, como era previsível em universitários que despertavam para a vida. Às vezes, juntava-lhe um pequeno gesto, pouco rasgado, mas a esse complemento a audiência raramente atendia, pois estava voltada para o registro da escrita em que retinha o que ia ouvindo silenciosamente — em escuta respeitosa e criativa.

*

Fez-se ouvir essa voz, pela primeira vez, na Faculdade de Letras de Lisboa no início do ano civil de 1958, ia o ano académico a entrar no 2.º trimestre. Não era a voz dos Cantares que se ouvia, até porque não era tempo de Primavera⁴; era ainda Inverno, porque só em finais de Dezembro de 1957 se concluíram os formalismos burocráticos, que lhe abriam o caminho do ensino universitário⁵.

No entanto, não começou por proclamar que era *vox clamantis in deserto* — “a voz daquele que clama no deserto” (Iohan. 1, 23); vinha atrasado, sim, por culpa de burocracias, mas nada reivindicava e a ninguém assacava culpas: era suave

² A tradução de *logos* para latim deu lugar a *verbum*, na Vulgata, embora S. Jerónimo porfiasse por *sermo* e a este termo tivesse pretendido regressar Erasmo: cf. Marcel Bataillon, *Études sur le Portugal au temps de l'humanisme*, Coimbra, Universidade, 1952, p. 39; Marc'hadour, G., *Thomas More et la Bible: la place des livres saints dans son apologétique et sa spiritualité*, Paris, Vrin, 1969, p. 497; M. O'Rourke Boyle, “Reopening the conversation on translating Jn 1,1”, *Vigiliae Christianae*, 31, 1977, 161-168; Jean Lecointe, *L'idéal et la différence: la perception de la personnalité littéraire à la Renaissance*, Genebra, Droz, 1993, p. 420.

³ Cf. Sabina Crippa, “Réflexion sur la théorie de la voix en Grèce ancienne”, in *Puissances de la voix: corps sentant, corde sensible*, dir. Sémir Badir et Herman Parret, Limoges, Pulim, 2001, pp. 37-50; a identificação pela voz faz parte de explorações complexas de que se ocupa a biometria; cf. Béatrice Bloch, “Voix du narrateur et identification du lecteur”, *Cahiers de Narratologie* [En ligne], 10.1 | 2001, mis en ligne le 24 octobre 2014, consulté le 19 février 2018. URL: <http://journals.openedition.org/narratologie/6944>.

⁴ *Vox turturis audita est in terra nostra* — “a voz da rola ouviu-se na nossa terra”, Cant. 2, 12.

⁵ O cronograma desse percurso pode consultar-se em *Obra Completa do Padre Manuel Antunes, s.j.*, Vol. VI, coord. Aires A. Nascimento, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pp. 20-25; só depois da tomada de posse definitiva, em 7 de Janeiro, após publicação em DG a 30 de Dezembro de 1957, era legal a leccionação.

essa voz e só quem estivesse disponível para o saber lhe atenderia para seguir o percurso que se propunha traçar.

Entrou com a simplicidade de quem ia directo ao tema: *in medias res*, como mandava a retórica clássica — sem rodeios nem inflexões de *confessio humilitatis*; oferecia as categorias necessárias e úteis como elemento de formação e de aplicação operativa. Em esquema trazia aquilo que tinha de seu, que era resultado da sua inteligência e fruto de leituras abundantes e selectivas, em bibliografia que desdobrava imediatamente antes de começar a lição; isso revelava a preparação para uma tarefa que hesitara em assumir, mas tomara a peito, depois de a aceitar, e fazia-o de coração livre e desassombrado.

A voz era suave, mas firme; sem hesitações nas palavras e sem titubear no que dizia. Não precisava de outras credenciais.

2. UM TEMPO NOVO NA ACADEMIA.

A FLL abria as suas portas em edifício novo, no mês de Outubro. A inauguração oficial surpreendera o próprio Director, Vitorino Nemésio, que, descontraído, prosseguia as suas digressões culturais pelo Brasil.⁶ Ele, Manuel Antunes, iria chegar no início do Novo Ano, com atraso de um trimestre — porque tinham de ser respeitados os trâmites administrativos e a burocracia não era expedita nem se compadecia com as exigências de um ensino programado.

Noutras circunstâncias, Manuel Antunes ousaria apelar à urgência do tempo que ia adiantado e não esperava⁷: tinha ele ritmo próprio, que se impunha a si mesmo, porque, por temperamento e por educação, era disciplinado; não protestava nem dava mostras, em público, dos seus estados de alma — uma vez ou outra, em momento de descontração, permitia-se uma anedota ou um dito espirituoso, com uma ironia que alegrava os mais sorumbáticos.⁸ Naquele dia, em

⁶ A inauguração não foi adiada e Vitorino Nemésio considerou-se preterido e por isso apresentou a demissão do cargo, sendo substituído por Orlando Ribeiro, mas este apenas se demorou alguns meses em funções.

⁷ Assim o recordou Maria de Lurdes Ferraz, ao recuperar lembranças de um ano, 1960-61, em que o contrato andou atrasado e perdido em tempos mortos: cf. *Obra Completa*, VI, pp. 373-378.

⁸ Em aula de “Cultura Romana”, em 1967, em plena campanha eleitoral americana, ouvimo-lo comentar, com humor, que o mundo podia cair em volta da América que os americanos não levantavam os olhos para fora das fronteiras, não obstante a morte de Conrad Adenauer e a morte de Che Guevara ou a guerra do

que a leccionação começava, não ousou dizer que vinha atrasado nem tinha que pedir desculpas, porque, se o fizesse, teria de inculpar o sistema⁹: a brevidade do tempo levava-o a ir directamente ao essencial. Por isso, sem mais delongas, enunciou logo o conteúdo da disciplina que lhe havia sido confiada.

3. FRENTE AO TEMPO DAS NOSSAS ORIGENS.

Tratava-se de *História da Cultura Clássica*: disciplina nova e não agrupada. Tal condição dava-lhe a ele, responsável pela respectiva docência, uma responsabilidade multidisciplinar, porque se dirigia a alunos de diversos cursos universitários: Filologia Clássica, Filologia Românica, Filologia Germânica, Filosofia.

Considerou que não havia razão para enunciar todas as precauções que só a si diziam respeito. De facto, Manuel Antunes diversificava o ensino, mas, quem o seguisse de fora, imaginaria o contrário: não se podia multiplicar por encanto, mas procurava a todos ser útil cientificamente e sapientemente — ainda que alguém, em caricatura benigna e elegante, não tivesse deixado de lhe dar um epíteto que o remetia para as origens, como “ovo cósmico”, dos órficos, e outro também considerasse que as suas aulas eram monótonas.¹⁰

De olhos postos no fundo do anfiteatro, Manuel Antunes retomava pausadamente o que escrevera, de uma vez por todas — como se o considerasse um κτήμα ἐς αἰεί; trazia a sequência expositiva organizada, mas fazia por se ater aos ritmos dos ouvintes que iriam habituar-se a uma linguagem nova — vocabulário

Vietname, embora se soubesse da importância do primeiro e do envolvimento da polícia americana no crime que vitimou o segundo e soassem as bombas que caíam sobre Saigão.

⁹ Mais adiante nos referiremos ao processo de contratação de Manuel Antunes e do papel tido no convite por António Gonçalves Rodrigues.

¹⁰ Escrevia Manuel Antunes em 1978: “Desde bastante cedo, o autor deste breve elenco entendeu que uma sã interdisciplinaridade deveria ser precedida, mesmo a nível individual, por uma pluridisciplinaridade tão larga quanto a cada um fosse possível, para não se cair numa glossolalia de surdos. Entendeu também, ao longo dos anos foi entendendo, que o vínculo unitivo dos *disiecta membra* deveria ser a Filosofia”. (Lx., 4-12-1978). O epíteto referido acima corria entre os alunos (e era interpretado por Jorge Silva Melo, com humor, e recebido com bonomia), mas era respeitoso e reflectia o que professor ensinava; Luís Miguel Cintra, não obstante toda a amizade que mantinha por Manuel Antunes, não escondeu, em referência posterior, o seu desencanto pelo desempenho menor da leccionação do Mestre (em 1966 um adolescente de 1.º ano de Filologia Românica reagia à sua maneira, com a familiaridade que lhe dava alguma liberdade).

novo, discurso novo, referências novas, bibliografia nunca antes ouvida (esta era antecipadamente facilitada no quadro, onde a mão do professor fazia questão de previamente a escrever).

Parecia que tudo iria ser uniforme, mas o mestre atenderia sobretudo à capacidade de construir uma personalidade: haveria duas frequências, ao logo do ano; o mestre procuraria, através delas, conhecer os alunos (e eles eram centenas); no final do ano, contudo, diversificava o interrogatório do exame oral (de tal modo que o exame de um aluno de Românicas diferia de um de Filosofia, um de Clássicas não se correspondia directamente com um de Germânicas).

Manuel Antunes seguia o que trazia escrito: não escrevia na água (Platão, *Fedro* 276c), mas na alma, porque o trazia inscrito no espírito; não se limitava a dizer: tinha presente o que planeava e organizara, mas sabia bem o que escrevera; não improvisava, a não ser quando algum aparte se tornava necessário; construía de raiz, sob rocha firme, como mandava o preceito evangélico.¹¹

4. UM MÉTODO DE ENSINO: ELUCIDAÇÃO E REFONTALIZAÇÃO.

Porque não cabiam delongas ou dúvidas, de entrada, o Mestre definia estratégias e começava por definir o método de abordar o conteúdo: 1) método genético-evolutivo-homogéneo; 2) método genético-evolutivo-heterogéneo; 3) método comparativo. Seria este o método preferido para o curso, advertindo que, tratando-se de duas culturas, grega e latina (“Cultura Clássica”), com a sua identidade e com o seu percurso próprio, elas, a partir de uma fase da sua história, vieram a influenciar-se mutuamente, como que reconhecendo-se no que cada uma delas era no início e como continuava a sê-lo na deriva e diversidade de rumo que planeava seguir.

¹¹ Em relação próxima com os alunos, Manuel Antunes iria revendo os apontamentos que lhe eram regularmente submetidos por um dos alunos; não conhecemos a versão primigénia, mas, casualmente, em mesa de alfarrabista, adregámos adquirir um exemplar da sebenta de 1958-59, que tomamos como equivalente àquela e correspondente a um ano académico mais preenchido que o primeiro. A edição que se veio a publicar deveria ter obrigado a constituir um processo genético, que os organizadores do vol. I das *Obras Completas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, não adregaram respeitar; por nós, teríamos estabelecido um quadro de diferenças: elas revelariam matizes que, nas variantes, deixariam entender percepções e variantes de ensino que se ia fazendo com a progressão do docente e suas aquisições disciplinares.

Passava o Mestre, de imediato, a definir o seu modo de trabalhar, traçando o sentido do curso: anunciava a procura do “sentido de elucidação” e a busca do “sentido de refontalização”. Filologia e Filosofia eram duas constantes indelevelmente presentes.

Não se tratava de questões longínquas, que se pudessem ver de longe, mas tratava-se de questão concreta que tinha incidência pessoal: “afinal, quem somos nós?”.

Respondia de imediato: “a nós, europeus, com orientação universalista, fizeram-nos três realidades, três formas maiores — o Helenismo, no pensamento, na ciência e na arte; Roma, na estruturação jurídico-política; o Cristianismo, na visão religiosa — enfim, Atenas, Roma, Jerusalém.

Para que nada parecesse abstracção ou simples erudição, ficava a interpelação pessoal com solicitação para esforço a uma leitura directa do passado: “um encontro com os que durante muitos séculos nos precederam e, em última análise, um encontro com nós mesmos: nós somos nós e somos eles também”; às vezes, nós e o seu contrário, na procura de uma totalidade que nos transcende.

Havia um objectivo e um modo de trabalhar: como diziam os humanistas do Renascimento, estava em causa *excolere litteras humaniores*, cultivar as letras, estas que são o cimento de uma cultura, que devia ser objectivamente humana e era destinada a tornar os homens mais humanos. A refontalização e a atenção à construção do próprio tempo tornavam-se processo imprescindível: em ciclos que não se fecham sobre si mesmos, mas se vão superando, com a integração de conhecimentos adaptados a cada idade, que se vai erguendo e se deve assumir para se tornar memória de tempos vindouros.

Com este introito, passava-se à proposta de conteúdos, para definir os termos que constavam da designação da disciplina: havia que saber o que eles significavam e sobre os quais havia que reflectir. Começava-se por *história*; em fase já adiantada, havia de defini-la na respectiva semiogonia e semiologia, reportando-a particularmente a exercício de indagação crítica (ἱστορία) e respectiva interpretação (exegese). Quanto a *cultura*, definia-a na sua polissemia: em regime escolar, convinha saber que atrás deste segundo termo está *paideia* (παιδεία – capacidade de se promover na excelência moral, pelo máximo de potencialidades mentais e físicas até formarem um carácter íntegro, que respondesse às responsabilidades de cidadão integrado): o termo é de matriz grega, mas encerra um processo

assumido na sua secundariedade latina; o segundo termo remetia para o primeiro, mas havia que explicitar o significado de *colo*, que, de amanho da terra e delimitação de espaço, passara a exprimir dimensão cultural, para depois abranger sobretudo manifestações culturais, pois o homem faz-se a si mesmo, num processo de procura e de superação contínua e incessante — *in faciendo fit faber*.

O qualificativo de *clássico* abria horizontes para um tempo em que tudo tinha começado para a Europa e a que se tornava obrigatório voltar, para se reciclar, porque o tempo antigo era auroral e seminal.

Outras categorias viriam encaixar-se nesse quadro, que era moldura de aplicação variável: notáveis foram os alargamentos para explicar as noções de *tempo*, de *mito*, de *logos*, de *mística*, de *teoria dos conjuntos*¹²; não sei se nalguma versão o desenvolvimento discursivo incluiu a categoria de *espaço* ou de *lugar*, mas quero supor que sim, numa economia de tempos em que por vezes haveria contracção e outras vezes alargamento/diástole, porque no *mundus* romano, continuação do etrusco, tudo se reflectia e o *cosmos* significava mundo harmonioso e organizado em templo inscrito na terra e reflectido do *caelum* de onde o *augur* o recolhe...

Em modo de apresentação, e atendendo ao percurso a fazer (que dizia ser íngreme¹³), Manuel Antunes não precisava de esclarecer uma relação pedagógica que iria ter em conta: já antes tinha escrito algo que podia ser entendido então por quem tivesse atendido à sua personalidade; a respeito da relação entre críticos e autores, escrevera ele: “cumprindo a sua missão ou seguindo o seu destino, estão eles feitos para se entenderem no terreno comum da realidade objectiva”¹⁴. Afinal, Mestre e discípulos estavam no mesmo barco, o da construção do Homem no seu tempo, o da “poética” e o da “história”: como acentuava Ápio Cláudio Cego, *Homo, faber est suae quisque fortunae* — “cabe a cada um traçar o seu destino” e não deixá-lo à sorte do *Fatum*.

Propósito a atingir era perceber o supremo sentido do bem e do belo, definido no *καλὸς κἀγαθός* dos gregos, o qual, segundo se podia ler em Werner Jaeger, compreende a totalidade de valores que formam o “ideal da excelência da

¹² Atemo-nos aqui a Manuel Antunes, *Teoria da cultura*, coord. Maria Ivone de Ornellas de Andrade, Lisboa, Colibri, 1999, por ser a exposição que mais se aproxima daquela que nos foi proposta no ano em que frequentámos a disciplina.

¹³ Fiama H. Paes Brandão hesitou em apresentar-se a exame e só o fez depois de dois anos de estudo.

¹⁴ Lemos o mote em Manuel Antunes, *Legómena*, org. Maria Ivone de Ornellas de Andrade, Lisboa, INCM, 1984, p. 13, onde a situação é de diálogo entre críticos e autores; o texto era já de 1952.

personalidade humana que compreende harmonia de alma e de corpo, destreza tanto para o combate como para o uso da palavra, para o canto e para a acção”¹⁵.

5. O HOMEM, EM PRIMEIRO LUGAR: ΓΝΩΘΙ ΣΑΥΤΟΝ – GNÔTI SAUTÓN, NOSCE TEIPSUM

Ao ouvirem aquela voz ressoar no Anfiteatro I, as atenções fixavam-se em articular palavras que o som sugeria; a voz pouco tinha de melódico: era suave e serena, quanto bastasse, mas fixava-se na palavra; tinha que haver alguma concentração para atender a uma figura exígua e quase tímida que subira à mesa e daí dera início a uma exposição um tanto melancólica. Surpresa?

Manuel Antunes ficara frente a uma plateia de jovens ainda adolescentes, mas ávidos de saber; com humildade, haveria de lhes lembrar, mais adiante, a máxima suprema que se erguia no templo de Delfos: *gnôti sautón* – Γνωθι σαυτόν.

Exigia explicação essa sentença, não porque fosse revelação divina, mas pelas implicações que tinha como modelação antropológica: *conhece-te a ti mesmo e não aspires a outra coisa*; em comentário, acrescentava: *Homem toma consciência dos teus limites e não tentes medir-te com os deuses, pois seria desmedida (ὕβρις) que eles não perdoariam e a Némesis castigaria*. Poderia o Mestre invocar muitas autoridades, que lhe eram familiares, para sublinhar a tradição daquela máxima vivida ao longo dos séculos, que animara o sentido da introspecção, da contemplação e da entrega à meditação das verdades fundamentais da vida humana¹⁶; bastava reportá-la ao oráculo de Delfos e deixar-lhe o sentido dessa máxima — lapidar e escultórica.

¹⁵ Jaeger, W., *Paideia. los ideales de la cultura griega*. trad. Joaquín Xirau y Wenceslao Roces, Fondo de Cultura Económica, México-Madrid, 1960; no original, *Paideia: The Ideals of Greek Culture* (3 vols.), Oxford University Press, 1945; a tradução portuguesa apareceria mais tarde por trabalho de Artur M. Parreira, que aprendera a lê-lo com o Mestre Manuel Antunes (ed. Lisboa, Aster, 1979).

¹⁶ Considera-se hoje que a máxima procedia da tradição egípcia, pois se encontrava já no templo de Luxor, onde o visitante era advertido de que apenas deveria passar para a parte interior depois de reflectir sobre o significado da sentença e se considerar disponível para conhecer as suas limitações humanas: cf. Parke, H. & Wormell, D., *The Delphic Oracle*, Londres, Basil Blackwell, 1956, vol. 1, p. 389, conhecemos hoje a obra de Pierre Courcelle, «*Connais-toi toi-même*», de *Socrate à saint Bernard*, Paris, Études Augustiniennes, 1975, 3 vol., 790 pp. Fará bem o leitor, que não tenha outras autoridades à mão, ler as judiciosas anotações feitas por I. H. Marrou, *Journal des savants*. 1977, vol. 2, n.º 1, pp. 129-134.

Havia vibração na palavra do Mestre: algum dos alunos mais afeito a leituras dava-se conta de que a voz que escutava o remetia para um artigo que alguma vez lhe havia suscitado interesse: pelos contrastes em que se exprimia e pela sua linguagem analítica, era inconfundível o modo como se declarava. De facto, ainda jovem, revelara-se na sua frescura de subir aos cumes oraculares para interpelar os próprios criadores da poesia¹⁷.

Depressa os ouvintes se apercebiam da frescura daquela voz e, a pouco e pouco, foram percebendo que ela se desdobrava em palavras e que estas ganhavam sentido em nova gramática. Decompondo o que o Mestre enunciava, os ouvintes eram convidados a sentir o *logos* na densidade do tempo do mundo e na leitura dos seus cultores maiores, os filólogos e os filósofos, com os poetas por mediadores; no recorte cinzelado das frases, os alunos apressavam-se a fixar as palavras por escrito para não as perderem, ainda que não as percebessem de imediato: a análise vinha por partes, fazendo que o conceito se desdobrasse em *sermo*, que já não era apenas *verbum*, pois retomava forma maior no reconhecimento do ἔπος a que remontava; este solicitava o *poein* (de ποιέω), que tendia a construir o Homem, medida de si mesmo, à procura do divino, e o depunha numa história que se responsabiliza por ela própria, conjugando ética e estética.

Poucos eram capazes de entender de imediato todo o processo, mas este começava ali. A confirmação viria de Vitorino Nemésio, que era poeta do fundo da alma: certa vez, em 1964, foi ouvi-lo falar do “Platonismo em Fernando Pessoa”; no final, não se conteve que não comentasse para João Maia, que era jesuíta, como Manuel Antunes: “o nosso amigo mete os poetas com tanta arte em sua casa que, quando eles de lá saem, ainda vêm mais poetas”¹⁸.

Havia surpresa nas palavras escutadas e a surpresa havia de chegar à admiração e esta abria ao diálogo depois: algum desapontamento também, por parecer que era um exercício passivo o das aulas expositivas, mas havia que lançar a

¹⁷ Manuel Antunes, “A Poesia Modernista. De *Orpheu* a *Altitude*”, *Brotéria*, 31, 1940, pp. 300-320; só depois saiu para as livrarias o volume *Ao encontro da Palavra. Estudos de Crítica Literária*, Lisboa, Moraes, 1960, e o volume *Do Espírito e do Tempo*, Lisboa, Ática, 1960.

¹⁸ Quem o escutou foi o P.^o João Maia que convivia com o P.^o Manuel Antunes todos os dias: cf. Manuel Antunes, *Obra Completa*, VI, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 348 e 380. A conferência foi publicada em *Brotéria*, 78, Fev. 1964, pp. 137-148.

semente e esta teria de amadurecer; o terreno, porém, era apetecível para ser fértil e os resultados apareciam em reflexões e em interrogações que brotavam de vários lados.

6. PRIMADO DA PALAVRA PLENA, EM MATURIDADE DE SENTIDO.

Chegava Manuel Antunes à Faculdade de Letras de Lisboa em tempo de maturidade plena: o lugar parecia favorável à sementeira. Nova era a estrutura curricular que ele fora convidado a partilhar na Faculdade de Letras de Lisboa¹⁹: quando o Vice-Reitor da Universidade, Prof. Doutor António Gonçalves Rodrigues, lhe dirigiu o convite, Manuel Antunes hesitou, demorou três meses a reflectir e depois foi ao encontro dele para lhe comunicar que não se encontrava preparado para o desafio; instado de novo pelo mesmo A. Gonçalves Rodrigues, que se empenhara na nova Reforma e a secundava na Faculdade de Letras, deu um dia depois o seu assentimento e teria mais tarde a oportunidade de confidenciar essas hesitações. A decisão fora tomada em rebate de consciência num *bivium* de Hércules, que não foi necessário esclarecer porque fora sentido como *βίος/βίος* de Heraclito (DK 48), a um tempo “tensão” e a outro tempo “vida”; apaziguado ficara A. Gonçalves Rodrigues, mas, discretamente, como Vice-reitor, haveria de acompanhar os desenvolvimentos que o próprio Reitor tivera de apaziguar.²⁰

¹⁹ Em outras ocasiões nos obrigámos a comparar os currículos universitários e pudemos concluir que a Reforma universitária de 1957 iniciava novidades no ensino da Faculdade de Letras. Trabalhou nessa Reforma o Prof. Doutor António Gonçalves Rodrigues e empenhou-se em dar-lhe seguimento, ao mesmo tempo que cuidou em proporcionar-lhe um novo edifício, na Alameda da Universidade, para onde transitou do antigo edifício do Convento de Jesus, onde funcionara ao lado da Academia das Ciências. Cf. Aires A. Nascimento, “O estudo das Letras, caminho para a sabedoria: evocação do 150.º aniversário da fundação do Curso Superior de Letras de Lisboa por D. Pedro V”: Comunicação à Academia das Ciências de Lisboa, em 25-02-2010, *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, 2010.

²⁰ Se é verdade que a proposta de contratação formal é assinada por Vitorino Nemésio, seria simplificar e faltar à verdade não tomar em conta que isso representava o termo de um processo de contratação; atribuir o empenho de convite a quem não tinha sentido administrativo e andava ocupado sempre com as suas elucubrações literárias é desconhecer a realidade. Mário Sottomayor Cardia (cf. *Obras Completas*, VI, pp. 490-515, concretamente, 496) interrogou-se se não teriam sido afinidades entre os dois que teria desencadeado o convite, por um ter reparado nas qualidades críticas do primeiro ensaio de Manuel Antunes: é passar a esquema literário o que teve outra configuração. Tudo nasceu da iniciativa do Prof. António

Entrava Manuel Antunes ao serviço de homens que desabrochavam para a vida. Perante ele levantava-se o ideal humanista da formação humana, que devia abranger todo o humano para o fazer mais humano, pois se tratava de servir as *litterae humaniores*.

Revia-se ele na máxima de Terêncio, *homo sum, humani nil a me alienum puto* — “sou homem, nada do que é humano considero que me é alheio”: significava isso assumir o humano em toda a diversidade possível em unidade, apesar da dispersão; através do saber, assim o queria ele, ao recomendar *Les Degrés du savoir: Distinguer pour unir*, de Jacques Maritain, logo no início do seu Curso. Transcender o humano, respeitando-o; assumi-lo na sua complexidade, abrindo-o ao divino.

Tarefa ingente, sem dúvida, pesava sobre os seus ombros. Era ele figura de compleição frágil, presença discreta, aparência modesta: sobrava-lhe um olhar vivíssimo para descobrir o mundo e os homens; a voz era débil, mas “esse mínimo de voz tinha peso”, e tudo fazia vibrar, “no peso de cada palavra”, como anotou Salette Tavares²¹.

Afirmativo nos paradoxos em que, pela contradição, se superava a si mesmo, desafiava os mais novos a superarem-se no que ele lhes propunha, mas acolhia com um sorriso quem se lhe dirigisse e, atento ao seu interlocutor, falava-lhe como se tivesse todo o tempo do mundo à disposição; eventualmente, compensava no gesto breve o que eventualmente ficara à espera de uma explicação na ressonância de uma sala (auditório I) que tinha dificuldade em preencher porque

Gonçalves Rodrigues, que estabeleceu os primeiros contactos e teve a persistência necessária para vencer relutâncias e chegar à anuência do próprio. Partíramos nós de indícios (nos quais incluímos conversas havidas com o próprio Prof. Gonçalves Rodrigues), mas as suspeitas foram-nos confirmadas por António Jorge Gonçalves Rodrigues, filho do Prof. A. Gonçalves Rodrigues e nosso antigo colega de Faculdade, que foi aluno do Padre Manuel Antunes no primeiro ano da docência deste na Faculdade de Letras; sim, confirmou-nos ele: “quem se dirigiu ao P.º Manuel Antunes para ensinar “Cultura Clássica” na Faculdade de Letras foi o meu pai”. Agradecemos-lhe também aqui a gentileza de nos responder quando o interrogámos sobre eventuais trocas de impressões com seu pai a respeito do novo professor que ele encontrara pela frente no 1.º ano da vida universitária. Temos para nós que a Faculdade de Letras tem para com o Prof. António Gonçalves Rodrigues uma dívida que tem demorado a saldar: em outro momento, em conversa com J. V. Pina Martins tivemos a confirmação da intervenção de A. Gonçalves Rodrigues em outros convites, como foi o dele próprio que, tendo acabado de assinar contrato com a Universidade de Montpellier, o rescindiu para aceitar a proposta que lhe endereçou aquele Professor para assumir o ensino na Faculdade de Letras; Pina Martins partilhou nesse ano a cadeira de História da Cultura Clássica com Manuel Antunes, que foi apanhado desprevenido e reagiu ameaçando abandonar o cargo; apenas o Reitor da Universidade, Marcello Caetano, o fez desistir de tal intento. Voltaremos mais adiante a este episódio.

²¹ Cf. *Obra Completa do Padre Manuel Antunes*. VI, p. 362.

o anfiteatro onde ele falava estava sempre repleto e a sua voz tinha de ser escutada na plenitude de si mesma.

Jogo de palavras? Não: frontalidade de homem que só tinha a palavra como modo de expressão. Na sua modéstia, terá ele sentido um frémito de alma quando Almada Negreiros, depois de o ouvir, ao vê-lo afastar-se, proclamou, à esquina do Dona Maria, no Rossio, o que era uma revelação: “sim, senhor, vi hoje um homem que é só espírito”²². Terá sentido um frémito no fundo da alma, porque a declaração pública o identificava.

À voz da conferência por ele feita imaginamo-la nós, que facilmente recordamos aquela que serenamente ele tinha no Anfiteatro I da Faculdade de Letras: enchia o espaço, sem esforço, apesar da ausência de microfones, e tinha por ele a atenção de uma multidão voltada para ele: de pé, às vezes em pequenos gestos, sublinhava o significado de alguma palavra a reter; mantinha sempre o sorriso, que nele era permanente, embora discreto.

Reconhecemo-lo como homem adulto: porque nasceu adulto, como ele escreveu, um dia, a respeito de Kierkegaard: “Alguém que nunca foi criança, nunca foi adolescente; nunca foi jovem, mas adulto, sempre adulto”²³. Assim parecia ele retratar-se a si próprio, quando, aos 28 anos, entregou o texto das suas cogitações filosóficas na Faculdade de Ensino de Granada.

Guardou recordações da infância: algumas delas amargas²⁴, mas nunca esqueceu os cerros da ribeira da Sertã (onde ele nasceu em 3 de Novembro de 1918); dela se despediu, mas ali voltava em pseudónimos que espalhou por centenas de artigos

²² Cf. *ibidem*, p. 279: foi o P.º João Maia, S.J., quem referiu o episódio: Almada Negreiros, acabara de escutar Manuel Antunes e, da esquina do Teatro Nacional, virado para o Rossio, embevecido e transfigurado, terá clamado para quem o quis ouvir que acabava de ver um homem que era só espírito; espírito incarnado, seguramente, embora para os dois que se haviam encontrado, frente a frente, despertos na interpeleção recíproca que lhes avivava a alma, um corpo breve bastasse para dar presença ao espírito que vibrava por dentro da matéria somática.

²³ Lemos esse elogio em João Bénard da Costa, *Público*, 18 de Dezembro de 2005, ao associar-se ao Congresso do 20.º aniversário do falecimento do P.º Manuel Antunes; registemos, porém, o título da tese de licenciatura apresentada pelo homenageado, aos 28 anos, na Faculdade de Teologia, em Granada, *Panorama da Filosofia Existencial de Kierkegaard a Heidegger*.

²⁴ Sabia que guardara tão bem os sapatos que um dia o pai lhe dera com a recomendação de não os estragar que, quando os foi buscar para ir fazer exame da 4.ª classe primária, os pés não cabiam dentro deles e teve de se apresentar descalço e de lágrimas nos olhos (a recordação conservou-a a sua irmã, Maria do Céu Antunes: cf. *Obra Completa*, tom. VII, p. 24).

na *Brotéria*²⁵; teria sido entusiasmante subir com ele ao talegre da serra da Melriça, onde Vergílio Godinho plantou a velhinha que, quando alcançou o cimo, se deixou tomar de espanto para dizer aos netos que nunca supusera que o mundo era tão grande²⁶... Sim, o mundo era seu e ficou maior, quando ele saiu de lá à procura dele.

7. O ASSOMBRO QUE É O HOMEM.

Manuel Antunes procurou o Homem e colocou-se ao serviço do Homem. Conhecia ele de cor o tema que entoava o coro da Antígona de Sófocles: “Há no mundo muitas coisas assombrosas, / mas nada há mais assombroso que o homem” (vv. 332-62)²⁷: tomando a expressão grega, arrepia um pouco ver o homem confrontado com um neutro, um *deinóteron* pelo que é capaz de fazer; atendamos, porém, que o comparativo é grau de distinção pelas suas capacidades — fica fora do *δαινότατον*, porque, afinal, o humano fica no nosso âmbito; se é *deinón* é-o pelo que consegue ultrapassar-se no que faz no dia a dia.

*

Ao serviço do Homem, Manuel Antunes ampliou a vida: por actuação, que marcou várias gerações de universitários e homens de cultura.²⁸ O coro unânime de elogios celebrativos, que vieram a público após a sua morte, alargou as melhores recordações guardadas do contacto com ele como professor, por efeito da sua

²⁵ São nomes escolhidos de entre os topónimos de localidades e ribeiras do concelho da Sertã: quem será capaz de situar a ribeira do Trízio, por exemplo? Com o turismo tudo se tornou mais familiar, mas ao longo de décadas do século XX os lugares das aldeias ficavam perdidos e só os amantes da natureza os sabiam encontrar na geografia do concelho da Sertã.

²⁶ Godinho, V., *Calcanhar do mundo*, Lisboa. Gama, 1941. O romance foi agraciado com o Prémio Ricardo Malheiros da Academia das Ciências, em 1942.

²⁷ O termo grego é *deinós*: ocorre 14 vezes na peça, distribuído diversamente: Antígona (96, 914), Guarda (243, 323, 408), Coro (332, 333, 951, 959, 1091), Hémon (690), Creonte (1046, 1096, 1097). O drama desenrola-se numa intensidade dramática: Antígona e Creonte são duas personagens centrais e eles servem-se do termo *deinós*; este associa-os perante o sagrado de que são intérpretes.

²⁸ Agradecemos aos responsáveis pelos Serviços de Arquivo Histórico da Faculdade de Letras (Dr.^a Cristina Faria) e de Divisão de Alunos e Docentes da Reitoria da Universidade de Lisboa (Doutor Carlos Sirgado) o apoio prestado para recolher informação. Igual agradecimento endereçamos às autoridades da Faculdade de Letras (nomeadamente da Secretária da Faculdade, Dr.^a Teresa Matos) pela compreensão com que atenderam o nosso pedido para consulta do Arquivo.

passagem pela Faculdade de Letras.²⁹ Poderiam essas recordações soar a amplificação de algum sonho de ambiente universitário menos fagueiro noutros contactos, mas o coro de elogios alargou-se a gente atraída para o ouvirem: não havia chamada de presença nas suas aulas e por isso muitos iam sentar-se nas bancadas do Anfiteatro I da Faculdade e aí ouvirem as suas lições, sem estarem inscritos na disciplina.³⁰

Estava Manuel Antunes na Universidade como na vida. Quanto à instituição que servia, teve ele um percurso universitário atípico, mas simultaneamente lumi-



noso e irradiante. Atípico³¹, sem dúvida: nunca se apresentou a provas curriculares na Universidade e entrou nela sem, rigorosamente, ter diploma de licenciatura reconhecido³²; luminoso também foi esse percurso, pois brilhou pelo conhecimento (de ciência e de sabedoria), que irradiava sem alardes, sereno e firme, com convicção e exigência de rigor (de si e de todos), na multidisciplinaridade de interesses científicos que traçara como meta e na interdisciplinaridade como intenção de trabalho; irradiante, notoriamente o foi e mais o pudera ter sido, se não lhe fosse necessário conformar-se com alguns formalismos, que dispensaria.

²⁹ O volume das *Obras Completas*, VI, a que já nos referimos antes, é básico para reconhecer esses testemunhos.

³⁰ Para referir apenas o caso de José Mariano Gago, lembrava ele que, quando podia, em intervalo de aulas no Instituto Superior Técnico, não deixava de passar pelas aulas de Manuel Antunes.

³¹ Não é o único caso, pois outros foram admitidos em lugares de Assistente/Professor Convidado, ao longo dos anos, mesmo sem diplomas universitários ou prestação de provas de doutoramento; no primeiro caso, está o P.^o Honorato Rosa (José Honorato Gomes Rosa, de seu nome completo), que entra na Faculdade de Letras em 1960, para ensinar *História do Cristianismo*; irradiava ciência e bondade, mas faleceu prematuramente em 1967. Citar outros? Mário Chicó, por exemplo. A Universidade tem consciência de que nem sempre é livre nas suas decisões científicas e não consegue ultrapassar condicionamentos internos e externos; tem de dar testemunho que nem todos foram iguais e nem todos ocuparam com igual dignidade o (en)cargo que lhes confiou; de alguns recebeu mais do que lhes deu, mesmo em consideração e respeito.

³² Podia ele advogar o equivalente a licenciatura, por ter realizado o Curso Teológico na Faculdade de Teologia de Granada (Espanha) e ter frequentado o Seminário de Namur (Bélgica), entre 1946–1951, concluídos com a máxima classificação; verdade é que os Cursos dos Seminários ou de Universidades Pontifícias não eram reconhecidos pela lei portuguesa (inclusivamente, quem se quisesse candidatar à frequência da Universidade, após a conclusão do Curso de Seminários, tinha que sujeitar-se a exame de 7.^o ano, em caso de pretender seguir Letras, e 5.^o e 6.^o de Ciências, no caso de optar por outra via).

O enguiço havia de quebrar-se no dia em que Orlando Ribeiro, desencantado com o panorama que divisava em “visita de campo” às classes menos graduadas dos docentes da Faculdade de Letras, a poucos dias de entrada no cargo efémero de Director que ocupou, em 1958: resolvera ele conhecer a Faculdade de que passara a ter encargo e quis auscultar os docentes de escalão inferior; ficou então surpreendido com o recorte das pessoas que ia auscultando: em contraste com alguns, eram firmes e prontas as convicções e a serenidade de Manuel Antunes, que sabia questionar-se na sua circunstância de docente universitário.

Nesse dia, decidiu Orlando Ribeiro levar a Conselho Escolar uma proposta que mudasse a categoria administrativa de Manuel Antunes, advogando a sua passagem a Professor convidado da Faculdade. Não lhe foi difícil concitar adesões e votos entre os membros do Conselho Escolar³³.

Já nessa altura a personalidade de Manuel Antunes era conhecida dos meios culturais, pois com eles convivia, como vanguardas que ele entendia e apoiava.³⁴

Orlando Ribeiro haveria de caracterizá-lo, mais tarde, ao escrever em dia do funeral de Manuel Antunes: “sem dureza ou frialdade, sempre pronto a conversar, de modo discreto, quase tímido, mas em quem logo se sentia o pleno domínio das ideias, o vigor e a clareza da exposição e a tolerância perante o interlocutor”³⁵. Não era diferente o juízo formulado por outros que o conheceram em contextos mais largos, como foi o caso de Sofia de Mello Breyner Andresen.

Entrou ele adulto na Universidade: o diálogo que mantinha com escritores reconhecidos e outras personalidades da cultura permitir-lhe-ia, se quisesse, invocar estatuto de maioria, mas não o fez³⁶: sustentava-se em maturidade do espírito e não apenas nos anos de vida (próximo dos 40 anos); tinha lucidez e perspicácia de análise que discorria e argumentava por conhecimento próprio, sem precisar de encosto a autoridades; apresentava-se com a certeza de uma linguagem esclarecida, que se servia de contrastes para ser distintiva e na

³³ Cf. *Obras Completas*, VI, pp. 322-325.

³⁴ O grupo da *Presença* buscou o apoio dele, mas também o quis Francisco Costa, que esperava um apoio para o seu catolicismo confesso.

³⁵ Orlando Ribeiro, “Manuel Antunes, uma vida do espírito”, *Diário de Notícias*, 31-01-1985 (em artigo de homenagem escrito no próprio dia em que foi conhecido o falecimento de Manuel Antunes, a 18 de Janeiro de 1985).

³⁶ O rascunho de Vitorino Nemésio apenas menciona em apoio da proposta de contratação a bibliografia mais adequada às funções para que era feito o recrutamento.

distinção procurava ser abrangente; firmava-se em espírito de indagação, capaz de subir até Delfos e aí colher a sabedoria do *gnôti seautón* — Γνώθι σεαυτόν que lhe serviria para ajudar outros a interrogar-se a si mesmos nas suas debilidades e nas suas aspirações, sem esquecer o sentido da medida frente ao Outro, na sua singularidade e na distância do transcendente, evitando a *hybris*, sentimento de filáucia e ultridade que desencadeia as iras da divindade, mas, contida na sua dignidade própria, reconhece a condição humana nos seus limites próprios³⁷. Acima de qualquer circunstância apontava como ideal o *homo misericors* oposto ao *homo mechanicus* — assim regista num ensaio de 1972 e 1973³⁸.

8. RECONHECIMENTO DE MÉRITOS.

Gerações sucessivas de alunos e de professores conviveram com Manuel Antunes no interior de uma Faculdade que foi capaz de perceber os seus dotes e o admirava; ele dedicou-lhe o carinho que faz parte do humanismo que alarga os seus horizontes ao tamanho do mundo. Ao seu ensino e aos seus méritos científicos prestou homenagem o corpo académico quando, por unanimidade, embora os tempos fossem de espíritos ainda crispados, em 1981, propôs Manuel Antunes para o Doutoramento “Honoris Causa” pela Universidade de Lisboa.³⁹

Firmava-se tal reconhecimento em ciência adquirida por reflexão sólida de momentos de recolhimento (mais que de isolamento, era de retemperamento): de facto, foi ele capaz de proporcionar a sucessivas gerações de universitários a possibilidade de se tornarem adultos, tornando-se autónomos no pensar e decididos

³⁷ A máxima tornou-se referência para a cultura ocidental: Pierre Courcelle, op. cit.

³⁸ Antunes, M., “O homo mechanicus e o homo misericors”, *Brotéria*, 95, 1972, Dezembro, pp. 507-518; *Idem*, “O homo misericors”, *Ibidem*, 96, 1973, Janeiro, pp. 14-22.

³⁹ Muitos solicitaram conselhos a Manuel Antunes; a todos os dava sem se substituir na decisão individual. O signatário destas linhas de homenagem também procurou ouvi-lo no momento de decisão para aceitar convite de ensino na Faculdade de Letras; a delicadeza com que colocou a sua experiência em confronto não podia deixar de tocar-me e não menos útil foi o sentido de liberdade em que me deixou decidir. Ajudava quanto estivesse ao seu alcance: é-me dado saber que certo dia, uma antiga aluna teve um problema de gravidez que outros de família queriam travar, por suspeitarem de consequências que pretendiam evitar; ela andava preocupada e isso transparecia no seu rosto; Manuel Antunes apercebeu-se e ela desabafou com ele: não descansou ele enquanto não buscou resposta dos mais reputados especialistas em genética; tudo correu bem e a pessoa em causa é homem de grande rasgo e com filhos criados.

a serem empreendedores por responsabilidade própria no meio dos homens (adultos, que se recusavam a serem astutos, por serem verdadeiros).

A Universidade, que em 1957 passava por uma benéfica renovação, teve o mérito de lhe perceber as capacidades de origem; terá agido seguidamente de forma passiva por se abster de lhe propor algo que dinamizasse a investigação, quando sabia das suas capacidades: para isso teria sido necessária inovação no sistema de funcionamento — o que não era possível em unidades padronizadas; não o aliviou de multidões que seguiam as suas aulas, mas das quais apenas uma pequena percentagem aceitaria seguir rumos por ele traçados: convenhamos que isso teria sido uma aposta transformadora com efeitos multiplicadores no tempo.

Em todo o caso, uma consequência benéfica se verificou: muitos usufruíram de um contacto que os marcou para a vida. Fruto desses contactos é a irradiação que cedo começa e se prolonga por 23 anos — de 1958 a 1981: os dois últimos anos, 1981–1983, foram vividos em doença, mas, mesmo na ausência, não foram eles menos seguidos por todos os que com ele haviam contactado e se perguntavam pela sua saúde.

Que nos diria ele se quiséssemos interrogá-lo sobre esses anos todos? Na cerimónia de doutoramento “*Honoris causa*”, em 1981, Manuel Antunes só teve palavras de agradecimento, acabando e terminando com a mesma epígrafe, de teor senequiano: “Saber dar e saber aceitar um benefício, eis aí uma bela, uma divina coisa”.

A reciprocidade ditava-lhe as atitudes, mas percebia-se que tinha dado mais do que tinha recebido. A sua intervenção terminava em interrogação a si próprio, em exame de consciência na apresentação pública: “A Universidade Clássica de Lisboa soube certamente dar. Terei eu sabido corresponder na mesma medida?!”.⁴⁰

A forma da pergunta era de uma humildade sem disfarce e dava a medida do seu espírito generoso e exigente consigo próprio.

Possivelmente, a acção de Manuel Antunes nunca teria sido a mesma sem o convívio com a vida universitária — pela consciência científica que ele desenvolveu, pela inquietação humana que daí retirou, pela exigência de rigor que se

⁴⁰ A frase é interrogativa, mas o tom é também de surpresa; a pequena monografia, *Doutoramentos Honoris causa*, Lisboa, Reitoria da Universidade de Lisboa, 1981, que recolhe os discursos pronunciados fez bem em conservar o ponto de admiração que é original e deixa entender a complexidade de quem se expõe perante a admiração de outros.

impôs a si mesmo para transmitir aos outros.⁴¹ Revertendo o processo, há que reconhecê-lo, a Universidade de Lisboa teria sido mais pobre se para ela não tivesse ele levado o espírito da liberdade interior, habitada pela meditação dos problemas, pequenos e grandes, e pelas preocupações permanentes do Homem (em imanência, de-si-em-si, em relação com o Transcendente, de-si-para-o-Outro, em transcendência de si, mesmo que não fosse a religião a temática que devia expor, porque o sentido de *pietas* vivia nele, como no *pius Aeneas*, que também é *magnanimus, magnus, heros, bonus*).⁴²

Caminhando pelos corredores da Faculdade, leve e pressuroso, sem ser esquivo nem fugaz, com a ligeireza de quem não queria molestar, mas advertindo em quem estava — para dar passagem e armado com a paciência do mundo todo para responder a quem o interpelasse, se necessário — tinha a discrição máxima para guardar o sentido de quem sabia não ser dali, embora ali estivesse permanentemente.

Sem se colocar em evidência, mesmo que na margem, era impossível não advertir na sua palavra — que aliava a reverberação da Antiguidade com as notas de Modernidade: lia Homero com o *Ulisses* de James Joyce ao lado; apreciava Platão e teve planos para investigar os caminhos de Plotino, a quem procurava nas lições dos melhores investigadores de Oxford ou de Munique; tinha também consigo a lição das novas gerações de poetas e convivia com eles pela lição que eles lhe pediam ou ele lhes sugeria; tinha o sentido da intuição pela singularidade e apreciava o que se abria à integração cultural e ao significado proposto.⁴³

Tão frágil e vibrátil como Séneca (segundo a sua caracterização), não foi menos sensível ao mundo que o rodeava, como fizera o filósofo de Córdoba — *ingenium temporis eius auribus accomodatum* — “espírito atento para escutar o que lhe

⁴¹ Haverá que comparar os trabalhos publicados antes e depois da entrada na Faculdade de Letras; no entanto, é bem claro que Manuel Antunes apresentava de há muito uma análise superiormente estruturada, um juízo clarividente dos conteúdos, uma linguagem serenamente “ontológica” (se nos é permitido servir-nos desta caracterização, que, se não é infiel a Manuel Antunes, pretende ir do dizer ao ser e do ser ao dizer). Vejam-se as reflexões de índole literária que publica como “prática crítica”; cf. *Legómena*, Lisboa, INCM, 1987.

⁴² Raramente Manuel Antunes se afastava do esquema da lição; havia, no entanto, situações em que se desprendia do que havia preparado e, saindo do texto, discorria por temas da actualidade, como que em aplicação da lei da vida, inexorável nas suas ocorrências: da História Romana passava facilmente, por similitude a situações de actualidade, como seria o fenómeno das eleições americanas.

⁴³ A Amândio César queixava-se Francisco Costa, romancista que fazia profissão de católico, de que Manuel Antunes mantinha a sua “habitual reserva”; mais tarde haveria de o receber para longa conversação.

queriam dizer os tempos que passavam” (se assim podemos traduzir): recolhido em tempos de *otium* activo e contemplativo, atendia às correntes culturais dos seus dias, sem se deixar iludir nem por fogos-fátuos nem pelo *cursus honorum* do poder — porque nunca se limitou a ver a superfície e mergulhava no fundo das intenções; nunca aspirou ao fastígio do rei-filósofo, mas aceitou servir quando os acontecimentos assim exigiam e tolerou até o que para todos seria intolerável.⁴⁴

Desde o início da vida universitária (que nunca foi carreira), Manuel Antunes está aquém e além da Universidade, estando nela e atravessando-a luminosamente. Ainda que sem nunca ter realizado obra monográfica que ele considerava devida à investigação em trabalho exaustivo e definitivo (a sua ambição era tratar de *Mística e Filosofia em Plotino*) e sem ter participado em pleno da capacidade de intervir (porque nunca foi do quadro da Universidade), sem ter promovido directamente a ciência em discípulos apresentados ao doutoramento e por ela julgados, sem ter requerido dela, em provas públicas, o juízo contraditório que obrigasse à resposta, ele habitou plenamente a Universidade, pelo juízo que fazia das situações, do sistema, dos alunos que lhe cabia avaliar.

Contradições, porventura, de um homem sumamente dotado de inteligência e de juízo crítico, de lucidez para perceber o registo dos outros e de facilidade para expor os conhecimentos que assimilava, conhecedor, como poucos, de uma bibliografia imensa e actualizada, senhor de sentido agudo das exigências da vida universitária, partilhando ciência com todos quantos precisavam do seu conselho, deixava o assombro em todos quantos o abordavam...

Só temeu ser chamado a interrogatórios políticos, certamente por temer efeitos daí derivados para outros e também porque conhecedor dos segredos recônditos da alma humana e porque conhecedor da fragilidade perante as prepotências praticadas por gente que se apegava ao poder à custa dos outros.⁴⁵

Por si revia-se na lição de Platão, quando no *Teeteto*, lembrou que “quem disse que Tauma — a admiração — é filha de Íris — a lucidez — disse uma bela coisa”. Manuel Antunes lia abundantemente e sabia entender o que merecia admiração.

⁴⁴ Valerá a pena ler o ensaio que Manuel Antunes dedica a Séneca nos *Grandes Contemporâneos*; dos antigos é o único que ali figura, em muitos traços um auto-retrato.

⁴⁵ Multiplicou-se em pseudónimos, embora soubesse que lhe era difícil escapar à identificação e não cultivou heterónimos, embora soubesse que, na sua própria identidade, era ele e o seu oposto, em convívio paradoxal, nunca resolvido.

9. CAMINHOS QUE SE FAZEM CAMINHANDO.

Manuel Antunes chega à Universidade por convite (e não por concurso). Não cabia na Universidade e transcendia-a, mas serviu-a na busca do universal (*unus ad omnia versus*). A Universidade teve o condão de o cooptar e de o acolher, de lhe reconhecer os dotes, sem lhe recusar a identidade de jesuíta — filho de Santo Inácio e membro da Igreja.

Não precisa de ser apregoado o acolhimento que lhe foi prestado, pois ele é público — nem teria de ser acentuado se ele próprio não o tivesse provocado (para se situar, imaginando o que a discrição não consentia, mas não se privou de se referir a si com uma ponta de ironia socrática⁴⁶).

Falta analisar a influência que ele irradiou entre os seus pares ou a integração que eles fizeram do seu exemplo, pois eram e são muitos os que nele reconhecem a luminosidade de sabedoria que os marcou para a vida inteira, quando ela começava a ganhar ritmo humano nas suas experiências pessoais.

Alguns pretendem ver em Manuel Antunes a excepção universitária que o distanciava na construção do conhecimento e no serviço da ciência. Com respeito pela verdade, não se pode contrapor o que nunca foi contraposto nem ele alguma vez, que notássemos, admitiu. Sendo diferente, não era “outro”.

A Faculdade de Letras de Lisboa ficou marcada pela sua presença e sem ele não teria sido igual. Não se podem, de facto, esquecer outras figuras que na mesma Faculdade o acolheram e nela se destacaram e dela irradiaram.



O percurso de Manuel Antunes na Universidade é sem interrupções, mas não sem conturbações, ao longo de 23 anos (entre 1958 e 1981, pois os dois anos seguintes foram de recolhimento, e não de afastamento, por doença⁴⁷).

⁴⁶ Nunca foi 3.º Assistente (categoria que nunca existiu — o ter sido alguma vez indicada por Manuel Antunes só o podia ter sido em tom jocoso, que eventualmente alguém não percebeu); cedo foi admitido como Professor convidado (na categoria de Professor Ordinário cabiam os docentes universitários do quadro efectivo de pois de aprovados em provas de Professor Extraordinário — o Doutorado era 1.º Assistente e a carreira começava como Assistente eventual; nenhum destes pertencia a órgãos de gestão).

⁴⁷ A contagem do tempo de serviço, solicitada a 26 de Setembro de 1983, atribui-lhe 25 anos e 198 dias.

O reconhecimento das suas múltiplas competências fica comprovado logo em 1 de Outubro de 1958, quando é solicitado a integrar júri de tese de licenciatura⁴⁸; em 1967, participa em provas de Doutoramento e outras se lhe seguiram⁴⁹. Foi longo o percurso académico de Manuel Antunes: é isso tema propício para crónica que deveria revelar meandros de um mundo universitário onde nem sempre as vaidades de alguns estavam ausentes.

No ano seguinte, de 1961, ocorreu uma situação perturbadora no percurso académico de Manuel Antunes, quando se coloca a conveniência de ele repartir o ensino de *História da Cultura Clássica* com outro docente, o Dr. José Vitorino de Pina Martins.

A situação está mal documentada e só é possível reconstituí-la pela boa memória deste último (que no-la confiou a seu tempo): tinha ele (Pina Martins) sido convidado para leccionar *História da Cultura Moderna*; ora, outro professor, catedrático, que tinha a seu cargo a leccionação de *História da Filosofia Moderna*, reclamou para si também a outra cadeira, alegando afinidades entre as duas disciplinas. Pina Martins era completamente desconhecedor e estranho ao que se passava; aliás, J. V. Pina Martins era uma das pessoas a quem Manuel Antunes, em exposição ao Director da Faculdade de Letras, Prof. Manuel Heleno (que sucedeu a Orlando Ribeiro, na Direcção da Faculdade de Letras, após renúncia de Vitorino Nemésio), em 31-12-1960, propusera para o acompanhar no ensino da sua cadeira.⁵⁰

⁴⁸ Tratou-se do acto final de licenciatura de Álvaro Júlio Ferreira Machado dos Penedos, em que a dissertação tinha por título *A existência de Deus e a Sabedoria divina em S. Boaventura*.

⁴⁹ As primeiras provas académicas de que temos conhecimento foram, em 1969, a de Maria Helena T. C. Ureña Prieto e a de Fernando de Mello Moser. Não sendo possível fazer investigação relativa a todas as participações em júris de doutoramento, apontaremos, por todas, a sua intervenção nas provas de doutoramento, no ano lectivo de 1979-1980, de José Adriano Barata-Moura, seu antigo aluno e mais tarde Reitor da Universidade de Lisboa.

⁵⁰ A análise de situação de um número largo de alunos que frequentava a cadeira de *História da Cultura Clássica* devia ter sido feita pelo Director e pelo Conselho Escolar. Na sua exposição, Manuel Antunes manifesta-se agradecido, mas incapaz de decidir cabalmente, por dois motivos: a) de entre os seus alunos que frequentaram a disciplina, não há ainda nenhum que tivesse completado a licenciatura; b) ninguém dos seus conhecimentos directos aceita tomar o encargo. Transferindo a decisão para o Director da Faculdade, propõe os nomes de quatro pessoas que poderiam ser contactadas (explicando que por escassez de tempo e sobretudo por motivos de doença, que há uma semana o retém em casa, não teve possibilidade de indagar da sua disponibilidade); essas pessoas são: José [V.] de Pina Martins (Leitor em Poitiers), Laura Arminda de Carvalho (Instituto de Odivelas), Maria Ana Almendra (Instituto de Odivelas), Maria Luísa Santiago Ribeiro (Liceu de Oeiras). Em alternativa, sugere a abertura de concurso. Na margem superior do documento, alguém, em letra que não logramos identificar, apontou também o nome do Dr. Almeida Pavão (que era docente no Liceu de Ponta Delgada).

Os factos podem reconstituir-se por testemunho dos intervenientes neles: J. V. Pina Martins, fora convidado pelo Prof. Gonçalves Rodrigues e, mediante este, pelo Conselho Escolar para se encarregar do ensino de *História da Cultura Moderna*; para tal teve ele de renunciar às funções de Leitor de Português na Universidade de Poitiers, onde se encontrava (depois de ter passado por Roma em idênticas funções).

No dia em que a proposta de contratação chegou ao Conselho Escolar, Delfim Santos, catedrático de Filosofia, reclamou para si a docência que era considerada afim à da sua regência (*História da Filosofia Moderna*).

Nestas circunstâncias, sem que tivesse sido dado andamento ao pedido feito por Manuel Antunes para ter colaboração de um assistente, e sem que ele tivesse sido avisado nem houvesse conhecimento de J. V. Pina Martins, alvitrou-se uma solução: a disciplina de *História da Cultura Clássica* ficaria repartida.

De facto, J. V. Pina Martins é autorizado pela Reitoria, em 20 de Julho de 1961, para “o exercício de funções de 2.º Assistente da cadeira não agrupada de *História da Cultura Clássica*”, sendo em processo seguinte, de 7 de Novembro, autorizado a reger aulas teóricas da mesma disciplina — situação que se repete no ano seguinte, 1962).⁵¹ Manuel Antunes não se conformou e tomou os factos como desconsideração, pelo que chegou a apresentar renúncia de funções; opôs-se o Reitor, Prof. Marcelo Caetano, com quem o Jesuíta, aliás, colaborava de perto na redacção da *Enciclopédia Verbo* — que estava em preparação e seria publicada a partir de 1963.

No ano de 1963, porém, Pina Martins passa à secção de Filologia Românica (para leccionar Literatura Italiana e outras disciplinas — argumentando os Catedráticos da Secção em Conselho Escolar com a ausência da Prof.^a Maria de Lurdes Belchior).

A partir daí, Manuel Antunes é coadjuvado nas aulas práticas de *História da Cultura Clássica* por Victor Buescu, o qual, na Faculdade de Letras, estivera integrado na secção de Filologia Românica, no desempenho de funções de Leitor de Romeno.⁵²

⁵¹ Note-se que a atribuição de regência era uma forma de compensar, com um suplemento económico, os baixos salários que auferiam os membros do corpo docente da Universidade, particularmente os Assistentes (os Leitores eram financiados pelas embaixadas).

⁵² De origem romena, era doutorado em Filologia Clássica pela Universidade de Bucareste, em 1939, com uma tese sobre os *Aratea* de Cícero, fez estudos da Sorbona e, depois de trabalhar aí como leitor de língua

Por decisão sua fica Manuel Antunes afecto ao Grupo de História da Faculdade de Letras: na sequência disso, em 1965, a 16 de Janeiro, sendo Directora da Faculdade a Prof.^a Virgínia Rau, é-lhe entregue a disciplina de *História da Civilização Romana*.

Nesse mesmo ano de 1965, no seguimento de “missão de estudo fora do país”, Manuel Antunes apresenta relatório ao IAC, mas — para satisfazer formalidades relativas a processo de expediente — é-lhe também solicitada entrega de cópia para a Reitoria (fica, aliás, na Faculdade esse relatório enumerativo e sucinto, de uma página, com a data de 30 de Dezembro de 1965; a “missão de estudo fora do país” reporta-se ao período “entre 5 de Maio e 5 de Julho de 1965” — notamos que coincide com a participação na XXXI^a Congregação Geral da Companhia de Jesus⁵³). Já em 26 de Junho de 1961, fizera pedido similar para o período de férias estivais.

Tomará lugar de equiparado a Prof. Catedrático, especialmente contratado, em 1970, entregando para tal a documentação necessária: a proposta é aprovada, em Conselho Escolar, na data de 14 de Abril, é transmitida a proposta à Reitoria, mas esta volta a requerer fundamentação em 19 de Maio, seguindo-se o currículo apresentado por Manuel Antunes em 14 de Agosto; entretanto, dera-se publicação em DG II sér. 182, de 7–8–1970, e a isso se deu despacho a 8–9–1970, com tomada de posse como Professor “especialmente contratado” de *História da Cultura Clássica*, situação que ocorre em 19 de Setembro de 1970.

Por uma única vez, no seguimento de alterações no sistema universitário, em Julho de 1974, Manuel Antunes faz parte da Comissão Directiva da Faculdade de Letras (juntamente com L. F. Lindley Cintra), mas a experiência malogrou-se ao fim de um mês (por impossibilidade de congregar os ânimos entre alunos em reuniões de Comissão Directiva).

e literatura romana (1934–1938), desempenhou funções de Assistente na Universidade de Bucareste (1939–1943), depois do que chega a Portugal, em 1943, e entra como Leitor de Romano na Faculdade de Letras de Lisboa, passando à situação de Assistente, em 1963, justamente quando transita para a disciplina de História da Cultura Clássica (Cf. *Verbo*).

⁵³ O relatório de 30 de Dezembro de 1965, esclarece que a missão fora solicitada “sem encargos materiais”, o que significava situação de equiparado a bolseiro; os locais de trabalho foram as cidades mortas de Óstia, Pompeia e Herculano; os Museus da Antiguidade em Roma (Vila Giulia e Museo della Civiltà Romana), Florença (Archeologico), Tarquinia (Nazionale), Tívoli (Villa Hadriana), locais arqueológicos (Foros Romanos), Bibliotecas Vaticanas; além disso, menciona “encontros com eminentes personalidades estrangeiras”. Compreende-se o teor do relatório; sendo verdadeiro no que enuncia de natureza científica, não tinha de mencionar outros factores que se devem entender por documentação complementar.

Por fim, em 11 de Março de 1977, a pedido da Comissão Nacional Interuniversitária de 29 de Dezembro de 1976, uma Comissão, composta por diversos professores de Filosofia (sector em que Manuel Antunes passara a leccionar a partir de 1974), emite parecer favorável à permanência de Manuel Antunes na situação de equiparado a Prof. Catedrático: o relator designado para tal parecer foi o Prof. José Sebastião da Silva Dias e o mesmo é subscrito por unanimidade pelos restantes (Francisco da Gama Caeiro e Joaquim Cerqueira Gonçalves).

As condições de saúde de Manuel Antunes haviam entrado em situação precária. Na data de 27 de Julho de 1980, solicita ele “férias sabáticas” de 1 de Outubro de 1980 a 30 de Setembro de 1981; recebe parecer favorável do Conselho Científico da Faculdade, em despacho de Fernando Mello Moser, Presidente daquele órgão.

A 12-12-1980 (na sequência da aplicação do ECDU), é aprovada em Conselho Científico da Faculdade de Letras a proposta da sua contratação como Prof. Catedrático Convidado: foi essa proposta veiculada, nessa mesma data, para a Reitoria, assinada por mim próprio, em nome do Conselho Directivo da FLUL, de que eu fazia parte, e por deferência do seu Presidente, Prof. Ernesto d’Andrade Pardal, que em mim delegou. Por atraso nos trâmites do processo, apenas assina contrato em 25-7-1981, mas com efeitos retroactivos a 1-12-79 (como previsto na Lei, o contrato é válido por um quinquénio).

Entretanto, em 24-01-1981, o plenário do Conselho Científico havia aprovado por unanimidade e aclamação a proposta de Doutoramento “Honoris causa” para Manuel Antunes, fundamentando a votação em que “a formação científica de Manuel Antunes ultrapassa os quadros dum saber científico, sendo caracterizada pela multidisciplinaridade”.

Decorreu a cerimónia de entrega de Diploma na Reitoria, em sessão solene, em 15 de Fevereiro de 1981, presidida pelo Reitor, Raul Miguel Rosado Fernandes, e integrada em doutoramento atribuído “honoris causa” a mais sete personalidades de ciência: entre outras personalidades estavam algumas que em tempos anteriores haviam sido afastadas do ensino universitário.⁵⁴

⁵⁴ Foram eles: Manuel C. Díaz y Díaz (Univ. Santiago de Compostela); Joseph Maria Piel (Universidade de Trier e antigo professor da Faculdade de Letras), Baltazar Lopes da Silva (Cabo Verde); Manuel Antunes (Universidade de Lisboa); Hans Popper (Universidade de Harvard); Sheila Sherlock (Universidade de

Nesse mesmo ano de 1981, a doença que o havia de vitimar torna-se irreversível: ele recolhe a casa e é depois internado no Hospital de Santa Maria. É agraciado com o grau de “Grande Oficial da Ordem Militar de Cristo”, a 8 de Junho de 1983. É dispensado de assinatura para renovação de contrato em 1984. Por atraso na publicação em *Diário da República* do despacho do Vice-Reitor da Universidade de Lisboa (que é de 17-12-1984), só a 25-1-1985 o Tribunal de Contas visa o contrato que transfere Manuel Antunes de “professor de História da Cultura Clássica, como pessoal especialmente contratado, equiparado a professor catedrático além do quadro da Faculdade de Letras desta Universidade, rescindindo, a seu pedido, o respectivo contrato, a partir de 1-12-1979, por ter sido provido noutra lugar”.

Na data referida no despacho, já o Padre Manuel Antunes falecera, a 18 de Janeiro de 1985, atingido pela doença degenerativa de Parkinson.

A produção científica de Manuel Antunes processa-se ao longo dos anos em forma diversa, por vezes intensa e extensa, assinada com nome próprio ou com pseudónimos. Em relatório curricular de 1970, dá conta de vários livros onde reúne estudos publicados em *Bro-téria* e informa de que “trabalha na elaboração de uma «História da Cultura Ocidental desde os Gregos aos nossos dias», para a qual tem reunido, desde 1952, abundante material designadamente no sector da história do platonismo, neoplatonismo e estoicismo”.



Londres), Jules François (Universidade de Gand); Manuel Valadares (CNRS-Paris); Aurélio Quintanilha (Instituto Botânico). Presidiu à cerimónia o Reitor, Prof. Doutor Raul M. Rosado Fernandes. Os discursos da cerimónia encontram-se publicados pela Reitoria da Universidade de Lisboa, em monografia: *Doutoramentos Honoris Causa*, Lisboa, Reitoria, 1981; infelizmente não há crónica da cerimónia nem sequer data em que tenha ocorrido, mas confirmámo-la pelos diplomas entregues, 15 de Fevereiro de 1981 (nisso tivemos a função de *scriptor academicus*); saliente-se da intervenção do Reitor a afirmação da autonomia universitária perante o poder político e o recomeçar de uma tradição interrompida durante oito anos, sinal de uma nova atitude na vida académica. O elogio da praxe para Manuel Antunes coube a Francisco da Gama Caiiro: sublinhou ele a qualidade e a projecção do ensino universitário do doutorando e a reflexão por ele feita sobre a vida universitária, tomando a Universidade como instância promotora de cultura em historicidade e como tal em permanente crise de busca de superação (ressalve-se a omissão da docência na disciplina de *História da Cultura Clássica* — lapso mais que evidente, tanto mais que se refere o número tópico de 15.000 alunos que terão frequentado as suas aulas). No seu agradecimento protocolar, Manuel Antunes faz questão de mencionar os nomes de Vitorino Nemésio e Orlando Ribeiro, por estarem na origem da situação académica que manteve na Faculdade de Letras e Victor Buescu, pelo acompanhamento que lhe fizera no ensino.

Tal produção científica concretiza-se em ensaios que publica, com regularidade e assiduamente, em números sucessivos da revista *Brotéria*, desde 1952 (com a responsabilidade de Director desde 1964), nas secções de História da Cultura, Filosofia, Crítica Literária e Sociologia das relações internacionais. Em apontamento de 4-12-1980 — que pela proximidade da data se pode depreender tratar-se de documento preparado para efeitos de aplicação do ECDU no Conselho Científico, Manuel Antunes, meticulosamente, anotou as publicações dos últimos anos e deixou expressa a razão que o vinculava à Secção de Filosofia a que passara a pertencer.⁵⁵

10. UMA VIDA – UMA OBRA QUE SE PROLONGA.

A obra prolonga o homem. A vida de Manuel Antunes foi curta para o que ele se propunha fazer. A doença foi traiçoeira e não lhe consentiu sequer ordenar por si próprio os ensaios que fora publicando ao longo da vida.

Naqueles que publicou em anos espaçados pouco ou quase nada alterou do que fora primitivo. Dificilmente algum ensaísta se reconhecerá na mesma identidade ao longo de anos, sobretudo quando os tempos foram marcados por rupturas. Não assim com Manuel Antunes; por isso se lhe pode aplicar o que ele escreveu de Kierkegaard: nascido adulto e adulto se manteve sempre! Na realidade, a capacidade de abstracção de Manuel Antunes levava-o a um nível que não cedia perante as intempéries: a historicidade ficava marcada pelos pilares que ia construindo com a mesma firmeza ao longo dos anos.

⁵⁵ O documento, em terceira pessoa, foi publicado, em *fac-símile*, pelo *Diário de Notícias*, em complemento ao artigo de Orlando Ribeiro. É o seguinte o seu teor: “1) Segundo cálculos muito aproximados, devem ter passado pelos seus cursos cerca de quinze mil alunos. 2) Nos dois volumes suplementares de ‘Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura’, publicou mais seis artigos, relativamente longos de temática filosófico-cultural, o que perfaz na mencionada obra um total de 240 (duzentos e quarenta) artigos. 3) Contribui para o volume colectivo “Ideia e Matéria” – Comunicações do Congresso Hegel – 1976, com o texto *A Filosofia do Trabalho na Filosofia do Direito de Hegel* (II, 188-208), Ed. Livros Horizonte, Lx, 1978, pp. 389-408. 4) De temática filosófica, ainda [além da?] mencionada, publicou: – As cinco revoluções do idealismo, in *Brotéria*, vol. 104, 1977, pp. 123-146. – Do materialismo dialéctico, *ib.*, *ib.*, pp. 255-276. – Poesia e Ontologia, *ib.*, vol. 108, 1979, pp. 125-133. 5. Desde bastante cedo, o autor deste breve elenco entendeu que uma sã interdisciplinaridade deveria ser precedida, mesmo a nível individual, por uma pluridisciplinaridade tão larga quanto a cada um fosse possível, para não se cair numa glossolalia de surdos. Entendeu também, ao longo dos anos foi entendendo, que o vínculo unitivo dos *disiecta membra* deveria ser a Filosofia. Lx., 4.XII.1978 – Manuel Antunes”.

A Academia das Ciências de Lisboa acolheu Manuel Antunes nas suas fileiras, por proposta apresentada por Francisco Rebelo Gonçalves e subscrita por Gustavo Cordeiro Ramos, Jacinto do Prado Coelho e Luís F. Lindley Cintra, em finais de Janeiro de 1967.⁵⁶

Essa mesma Academia confiou-me o encargo de o recordar neste ano em que passa o centenário do seu nascimento. Antecipamo-nos, pois à data que apenas ocorre em Novembro: pouco interessa que seja antes do dia exacto (3 de Novembro), já que ele adquiriu direito a um tempo que está para além do tempo, na nossa lembrança e no que ele nos deixou.

⁵⁶ Cf. *Obras Completas*, VI, pp. 249-250.

* A presente comunicação não segue a grafia do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Justiça e poder em António Vieira

ACÍLIO DA SILVA ESTANQUEIRO ROCHA

Sobre o Padre António Vieira (1608–1697), várias foram já as intervenções, versando diversos aspectos da sua obra, proferidas por ilustres confrades nesta Academia; não posso, porém, olvidar a que foi aqui pronunciada por Egas Moniz, da classe de Ciências, em sessão plenária da Academia (10/01/1952), intitulada “Sobre uma frase do Padre António Vieira”¹, que o apresenta como precursor da teoria organicista das doenças mentais — um texto tão extraordinário quanto imprevisto, que merece ser lido.

Hoje, pretendo reflectir sobre o pensamento sociopolítico do nosso insigne Orador, cuja vida longa, quase nonagenária, lhe permitiu uma existência cheia de palavra e de acção; essa, aliás, a sua maior glória — a da *palavra* —, e disso tinha consciência, exercendo-a avidamente nos púlpitos, fossem eles de talha dourada (diante de reis, cardeais, nobres ou do povo que aí afluía), ou cobertos de palha de coqueiro (junto dos predilectos nativos), sabendo bem, entre os primeiros, como a manejar, ou como seduzir os tapuias dos sertões temerosos do Brasil.

1. A QUESTÃO ANTROPOLÓGICA E O LIVRE ARBÍTRIO

1.1. Subjacente a um pensamento político há, em geral, uma concepção antropológica, como a perfilhada então pelos jesuítas, que não se afastava muito do optimismo antropológico dos humanistas — em contraposição ao pessimismo perfilhado pela Reforma —, inspirada em reflexões de escritos renascentistas², donde refulgia a aura da bondade humana, a dignidade do homem como ser aberto ao mundo sem com ele se identificar, a capacidade de escolha que

¹ Moniz, E., “Sobre uma frase do Padre António Vieira”. *Memórias da Academia das Ciências*, Classe de Ciências, tomo VI, 1954, pp. 383-402.

² Refiro-me à *Utopia* de Thomas Morus, *Elogio da loucura* de Erasmo, *Cidade do Sol* de Campanella, *Discurso sobre a dignidade do homem* de Pico della Mirandola, *Da razão de Estado* de Botero, *Teologia platónica* de Marsílio Ficino, entre outros.

caracteriza a sua liberdade de agir e, ainda, a experiência das descobertas do Novo Mundo, em particular no Brasil, com óbvia pregnância em Portugal — com influxo na obra de Molina.

“As cinco pedras da funda de David em cinco discursos morais”³ tornam isso patente: proferidos (Quaresma de 1674) em Roma (em italiano), diante da rainha Cristina da Suécia e dos mais altos dignitários da corte pontifícia, difundem uma imagem do humano que, ao tentar superar-se, se aproxima do divino — por isso mesmo, morais (e práticos). O “conhecimento de si mesmo” foi o I Discurso — a primeira pedra lançada, e uma pedra mui espinhosa: “conhecer-se a si mesmo” é, desde a Antiguidade, tarefa árdua; e quem por si tem baixa estima, o mais certo é não empreender grandes acções; se, na história bíblica, o gigante Golias duvidava da vitória, David não⁴. Vieira é peremptório: “Todos comumente cuidam que as obras são filhas do pensamento, ou ideias, com que se concebem, e conhecem as mesmas obras: eu digo que são filhas do pensamento, e da ideia, com que cada um se concebe, e conhece *a si mesmo*”⁵; e, sendo este acto resultante da verdadeira ciência — acções como “filhas do pensamento” —, é “força tão poderosa sobre as próprias acções”. Ora, “sendo também o homem um composto pouco menos que quimérico, formado de duas partes tão distantes, como lodo e divindade, ou quando muito um sopro dela [...]” — refere Vieira, na esteira de Séneca (4 a.C. – 65), ao insistir com ênfase na distinção corpo-alma, tensão que perpassa os seus escritos —, importa “definir ao homem o útil conhecimento de si mesmo”, salientando: “porque eu faço um conceito mui alto do homem [...]”⁶, na medida em que o verdadeiro conhecimento brota do interior do indivíduo, isto é, da alma.

Tudo fazer para que se reconhecesse no índio e no escravo a condição de seres dotados também de alma, foi batalha valorosa à época travada pelos jesuítas, com Vieira na frente de combate. Ademais, o homem é um ser dotado de razão

³ Padre António Vieira, “As Cinco Pedras da Funda de David, em Cinco Discursos Morais” (Roma, 1674), *Obra Completa*, dir. José Eduardo Franco e Pedro Calafate. S.l.: Círculo de Leitores, 30 vols. (2013–2014), II, IV, p. 45 (nas citações, referem-se o tomo, o volume, a paginação).

⁴ A luta do pequeno pastor David contra o gigante Golias, frequentemente evocada, é metáfora para a possibilidade de alguém ou de um grupo, mais fraco, vencer adversários mais poderosos. Aqui, cinco são as pedras lançadas aos ouvintes: “o conhecimento de si mesmo”, “a dor do bem perdido”, “o pejo do mal cometido”, “o temor do castigo futuro”, “a esperança do gosto eterno”. Se a David bastou uma, não é o caso de Vieira: “porque o braço não é o seu, nem sabemos qual das cinco pedras foi a atirada, e a que ganhou a vitória, será necessário repetir o golpe, e tentar, e provar todas cinco”. *Ib.*, II, IV, p. 45.

⁵ *Ib.*, II, IV, p. 46. Itálico nosso.

⁶ *Ib.*, II, IV, pp. 48–49.

natural, o único entre as outras criaturas — verdade inquestionável com que admoesta, no Maranhão (1654), a conduta dos colonos: “Poderia cuidar que os peixes irracionais se tinham convertido em homens, e os homens não em peixes, mas em feras. Aos homens deu Deus uso de razão, e não aos peixes: mas neste caso os homens tinham a razão sem o uso, e os peixes o uso sem a razão”⁷. A proposição filosófica não surge como abstracta, mas revestida de força semântica e dum colorido retórico persuasivo.

1.2. Todavia, a questão antropológica inscrevia-se na longa disputa em torno do *livre-arbítrio*, que concitou os ânimos nos séculos XVI e XVII, e que remontava longe no tempo. De facto, para Santo Agostinho, o pomo das discórdias contra os pelagianos estava em que, para estes, a liberdade humana individual não fora significativamente afectada pelo pecado original; e, tão logo houvesse arrependimento, ressurgiria a capacidade em escolher o bem; ao invés, para Agostinho, dada a corrupção da nossa natureza pelo pecado, o bom uso do livre arbítrio não se dá sem intervenção divina.

A publicação de *Concordia* (Lisboa, 1588) — súpula das lições de Luís Molina (1535–1600) em Évora — reacendeu a polémica, entre dominicanos e jesuítas, sobre a relação entre a graça divina, a predestinação e o livre-arbítrio; se os primeiros, liderados pelo dominicano Domingo Bañez (1528–1604), acusavam a obra de Molina de recair no erro do pelagianismo (condenado no Concílio de Trento), os jesuítas contra-atacavam, apodando os dominicanos de fatalistas e defensores da doutrina de Lutero⁸. Segundo Molina, o homem, no pleno uso do seu livre-arbítrio, escolhe e decide, carecendo, contudo, do concurso divino para poder levar a cabo os seus planos, sem que, no entanto, esse auxílio o pré-determine; por outras palavras, a sua solução tentou compatibilizar a liberdade humana com o conhecimento prévio de Deus — que distinguia da predestinação —, como aliás sugere o título longo da obra⁹.

⁷ “Sermão de Santo António” (São Luís de Maranhão, 1654), II, X, p. 141.

⁸ A doutrina de Lutero sobre a liberdade foi exposta no seu livro *De servo arbitrio* (1525), em resposta a Erasmo, significativamente intitulado *De libero arbitrio* (1524). À questão, se fazemos todas as coisas por necessidade, Lutero responde com uma doutrina determinista, afirmando que Deus faz tudo o que prevê com uma vontade eterna imutável — eliminando o livre arbítrio —, afinal já um debate sobre a predestinação e o livre arbítrio.

⁹ *Concórdia do livre arbítrio com os dons da graça, divina presciência, providência, predestinação e reprobção* (Lisboa, 1588). Com esse escopo, Molina defendia que “devemos distinguir em Deus uma tríplice ciência,

Se Bañez — na esteira de S. Tomás — afirmava a inclinação natural da vontade humana para o mal, carecendo da Graça como auxílio constante e especial de Deus, sem a qual não faz o bem que deve praticar, e não consegue evitar o mal, Molina sustém precisamente o contrário: o ser humano, apesar do pecado original, possuía, na sua natureza, forças para escolher o bem, mesmo em momentos de extrema dificuldade, o que era uma heresia para os tomistas. Molina procurou assim solucionar a difícil questão de conciliação da presciência divina com a liberdade humana: no plano da acção moral, a vontade é livre, soberana; mesmo quando recebe auxílio especial, este só actua na medida em que é aceite e utilizado pela livre vontade, que é responsável pela situação e suas consequências; quer dizer: para que a graça seja eficaz, requer-se o concurso do livre-arbítrio daquele a quem ela é concedida. O molinismo, diversamente do que virão a defender os jansenistas (Jansenius, Pascal, Racine, La Fontaine, Arnauld, entre outros), rejeita a predestinação — qual decisão anterior ao mérito por parte dos humanos —, e a graça é suficiente e eficaz pela acção humana, sendo a pessoa um agente activo da vontade divina. Sem o conhecimento desta controvérsia, não se compreende bem o século XVII¹⁰, embora ela remonte longe no tempo.

Vieira torna-se eco desta questão quando apregoa que “o leme da natureza humana é o alvedrio [arbitrio], o piloto é a razão: mas quão poucas vezes obedecem à razão os ímpetos precipitados do alvedrio?”¹¹ Recordando que “dos futuros condicionais, e contingentes, ninguém é sabedor, senão Deus”¹², expõe:

se não queremos errar ao tratar de conciliar a liberdade do nosso arbitrio e a contingência das coisas com a presciência divina” (Ludovicus Molina, *Liberi arbitrii cum gratiae donis, divina praescientia, providentia, praedestinatione et reprobatione concordia*, editionem criticam curavit Iohannes Rabeneck, Oniae-Matriti: Soc. Edit. “Sapientia”, 1953, d. 52, 9, p. 339). Assim, além da “ciência natural” ou “ciência de inteligência simples” (*scientia simplicis intelligentiae*), pela qual Deus conhece todas as coisas possíveis, e da “ciência livre” ou “ciência de visão” (*scientia uisionis*), pela qual conhece todas as coisas passadas, presentes e futuras — admitidas pelos teólogos —, Molina propõe a “ciência média” (*scientia media*), pela qual Deus conhece os “futuríveis” (futuros livres condicionados); por esta, sabe como toda criatura humana, imersa nas mais variáveis circunstâncias — se quisermos, as “contingências da liberdade” — se comportaria, e assim distribui os dons da graça — a “graça eficaz” (aquela que será certamente aceite) e a “graça suficiente” (a que por si bastaria para a salvação, mesmo que rejeitada por quem ela é outorgada). Cf. *ib.*, d. 52, 9, pp. 339-340.

¹⁰ Osvaldo Market, “Implicaciones filosóficas de la polémica sobre la gracia y la libertad en Molina”, in Irene Borges-Duarte (org.), *Luís de Molina regressa a Évora* (Actas das Jornadas), Évora: Fundação Luís de Molina (1998), p. 208.

¹¹ “Sermão de Santo António” (São Luís de Maranhão, 1654), II, X, p. 145.

¹² “Sermão da Primeira Oitava da Páscoa” (Cidade de Belém, Grão-Pará, 1656), II, V, p. 131.

“E como a nossa Predestinação se funda nas obras de nossa vida, daqui se segue que enquanto vivemos, se quisermos, nos podemos fazer do número dos Predeterminados. [...]; porque as nossas obras não são boas, porque Deus sabe que nos havemos de salvar; mas sabe Deus que nos havemos de salvar, porque as nossas obras, cooperando com Sua Graça, hão-de ser boas, e dignas de salvação”¹³. Sem dúvida, estes incisivos tornam manifesto o seu “molinismo”.

Além de *Concordia*, Molina escreveu também sobre temas sociais e políticos (a justiça, a guerra e paz, questões económicas, a escravatura, etc.), explanados em *De Justitia et Jure* — a sua obra magna (5 volumes)¹⁴, publicada postumamente —, que compendia a sua filosofia política. Aí vemos como a sua posição acerca da controvérsia teológica sobre a graça e o livre-arbítrio se prolonga na esfera social, mediante o conceito de agente activo, cujo foco é a vontade livre: a liberdade humana está na base da visão de Molina da sociedade civil, onde as pessoas são livres para agir virtuosamente como cidadãos, tomando as suas próprias decisões.

Assim, contra os que apregoavam que só a fé importava, Vieira fez sua também a valorização da acção humana, e portanto a temporalidade histórica: “No nascimento somos filhos de nossos pais, na ressurreição seremos filhos de nossas obras”¹⁵. É dessa concepção antropológica que também decorre toda uma vida cheia de *palavra*, mas também de *acção*, bastando tão-somente referir as 15 grandes viagens — 7 transatlânticas (marítimas), 8 pela Europa (mar e terra) —, sem contar as longas travessias por terras e rios brasílicos, em maior número e não menos perigosas.

2. DA INOCÊNCIA NATURAL À SOCIEDADE POLÍTICA

2.1. Quando Vieira alude (sermão na Capela Real) a um “estado de natureza”, ao descrever as origens — “sendo todos iguais, e livres por natureza”¹⁶ —, num tempo em que não havia ainda poder algum do homem sobre o seu semelhante, portanto, vivendo em comunidades pré-políticas, é à teoria do contrato social da

¹³ “Sermão XXIV” [Ciclo “Maria Rosa Mística”], II, IX, pp. 284-285.

¹⁴ Luís de Molina (1593), *Tratado da Justiça e do Direito: debates sobre a justiça, o poder, a escravatura e a guerra*. tradução do latim por C. Teixeira, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

¹⁵ “Sermão da Primeira Domingo do Advento” (Capela Real, 1650), II, I, p. 151.

¹⁶ “Sermão da Primeira Domingo do Advento” (Lisboa, 1644), II, I, p. 114.

Escola que se desenvolveu em Salamanca, Coimbra e Évora — o “século de ouro” da filosofia peninsular — que o nosso Orador se referia: “Os homens naquela primeira infância do mundo todos vestiam de peles, todos eram de uma cor, todos falavam a mesma língua, todos guardavam a mesma lei. Mas não foi muito o tempo em que se conservaram na harmonia desta natural irmandade” — um estado pré-civil e de inocência, espontâneo e inorgânico, numa economia de troca de gêneros¹⁷. Essa inocência primordial estava patente nas sociedades primitivas do Brasil — qual epítome do “bom selvagem” que não tardará a ser descrito por outros —, mas que Vieira, em carta (do Maranhão) reconhece aos índios do Amazonas, que tão bem conhecia: “E como esta gente não tem os vícios, nem os embaraços de consciência com que vivem pela maior parte os homens de maior polícia, porque neles nem há ódios, nem invejas, nem vinganças, nem cobiças, nem ambições, nem restituições, nem demandas, nem heranças, nem testamentos, [...]”¹⁸. O “estado de natureza” é estado de inocência, mas num sentido secundário, pois a autêntica inocência é anterior ao pecado original, que retirou o homem “[...] do estado da inocência ao da culpa, da imortalidade à morte, da pátria ao desterro, das flores às espinhas, do descanso aos trabalhos, e da felicidade suma ao sumo da infelicidade e miséria”¹⁹. Não somente a queda original expressa o término de uma vida harmoniosa, como o homem perdeu a própria igualdade e liberdade originais.

2.2. Ora, esta situação, não completamente apartada da inocência primitiva, depressa se esvai; e por duas causas: uma primeira — influxo de Juan de Mariana (1536–1624) —, assim resumida: “Diminuídos os homens nos corpos, e nas idades, quando tinham a morte mais perto da vista (quem tal crera!), então cresceram mais na ambição, e soberba. E sendo todos iguais, e livres por natureza, houve alguns que entraram em pensamento de se fazer senhores dos outros por violência, e o conseguiram”²⁰. Os efeitos nefastos de tal violência levaram à institucionalização dos reinos e das primeiras sociedades políticas, com “[...] o primeiro que se atreveu

¹⁷ Cf. Vasco Pulido Valente, “A sociedade, o estado e a história na obra de António Vieira”, *Estudos sobre a Crise Nacional*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980, pp. 125-131.

¹⁸ “Carta ao Padre Provincial do Brasil” (Maranhão, 1654), I, II, 146, pp. 136-156.

¹⁹ “Sermão da Primeira Dominga do Advento” (Lisboa, 1644), II, I, p. 113.

²⁰ *Ib.*, II, I, p. 114.

a pôr coroa na cabeça”²¹. No entanto, para além deste argumento, de índole mais exterior, há — como dizíamos — uma segunda causa, esta mais profunda, de inspiração senequista: os bens, após a queda, não são de apropriação simultânea: “Neste mundo, onde os homens são mortais, e os bens também mortais, cada um logra somente o seu”²². Note-se que, antes, Vieira já havia feito um contraste: “Pois esta é a diferença que há entre os bens do Céu, e os do mundo. Os do mundo [...], logra cada um os seus: os do Céu não só logra cada um os seus, senão também os de todos”²³. Ora, estando a natureza humana decaída em indigência e carência, os bens existentes não chegam para satisfazer as suas necessidades. Também Séneca atribuíra a emergência da sociedade política à concupiscência humana e, por ela, ao desejo de propriedade e propensão para a violência.

Em época de escassez de bens e desenfreado apetite acumulativo, a procura de propriedade não é pacífica. Na quaresma de 1655, Vieira advertia: “Antes parece que porque no mundo há meu, e teu, por isso havia de lograr cada um o seu pacificamente, e sem contenda: eu o meu, porque é meu; e vós o vosso, porque é vosso. Mas não é assim. Eu para lograr o meu, hei-me de guardar de vós: e vós para lograr o vosso, havei-vos de guardar de mim”²⁴. O turbilhão de conflitos originado seria tal que só o trânsito a uma sociedade política o poderia obviar: “Para guardar a casa inventaram as portas, e as fechaduras; mas pela mesma abertura, por onde entra a chave, deixa também aberta a entrada para a gazua. [...]”²⁵; por isso, vieram os “muros, os fossos, as torres, as fortalezas, os presídios, a artilharia, a pólvora [...]”; e “mais inventaram, e fizeram os homens a este mesmo fim de conservar cada um o seu. Inventaram, e firmaram Leis, levantaram Tribunais, constituíram Magistrados, deram varas às chamadas Justiças com tanta multidão de Ministros maiores, e menores, e foi com efeito tão contrário, que em vez de desterrarem os ladrões, os meteram das portas adentro; e em vez de os extinguirem, os multiplicaram: e os que furtavam com medo, e com reбуço, furtam debaixo de Provisões, e com imunidade”²⁶. Eis a nova ordem de emergência sociopolítica do poder.

²¹ *Ib.*, II, I, p. 114.

²² “Sermão da Segunda Dominga da Quaresma” (Lisboa, 1655), II, III, p. 73.

²³ *Ib.*, II, III, p. 72.

²⁴ *Ib.*, II, III, p. 68.

²⁵ *Ib.*, II, III, p. 69.

²⁶ *Ib.*, II, III, pp. 69-70.

A Sociedade e o Estado devêm assim formas organizadas e legitimadas de conter a violência, já que a natureza social do homem é uma natureza decaída — tema incontornável no quadro teológico do Barroco. Vieira insiste: “Antes de haver meu, e teu, havia amor, porque eu amava-vos a vós, e vós a mim: mas tanto que o meu, e teu se meteu de permeio, e se atravessou entre nós, logo se acabou o amor; porque vós já me não amais a mim, senão o meu, nem eu vos amo a vós, senão o vosso”²⁷. Em suma, a violência é uma força latente na sociedade política, sempre pronta a irromper, contida pelo Estado e a autoridade: a sentença de Plauto — *homo hominis lupus* — retoma aqui sentido, como ocorreu com Hobbes, mas noutro enfoque interpretativo.

3. UMA PECULIAR CONCEPÇÃO DE SOBERANIA

3.1. A teoria da soberania que desponta é de matriz suareziana²⁸, reformulada em novos termos, em que se refuta a que defendia que a autoridade régia era de “direito divino” (segundo Jaime I de Inglaterra, o rei recebe de Deus o poder de governar directamente). Ao invés, para Suárez — “*eximius Theologus*”, ou “*aquilae Theologorum*”, como Vieira o apelida na *Clavis Prophetarum*²⁹ —, o poder político dos reis não é recebido directamente de Deus, mas é o povo organizado em comunidade política que o transmite aos reis, na condição de que governe para o bem comum. Esta é também a mundividência filosófica que pôs Vieira à frente do seu tempo.

Vieira foi, pois, adepto da tese da origem popular do poder³⁰, “[...], porque os Reis todos receberam o domínio, e jurisdição da mão, e consenso dos Povos”³¹ — como proclamou na Capela Real (1651). Aliás, se o poder fosse conferido por Deus, a Restauração portuguesa dificilmente seria legitimável; para o nosso

²⁷ *Ib.*, II, III, p. 69.

²⁸ Francisco Suárez (1548-1617), foi professor da Universidade de Coimbra, tendo-se celebrado, em 2017, o 4.º centenário da sua morte.

²⁹ “A Chave dos Profetas”, traduzido do latim por António Guimarães Pinto, III, VI, 419, p. 425.

³⁰ Pedro Calafate, *Da Origem Popular do Poder ao Direito de Resistência: doutrinas políticas do século XVII em Portugal*. Lisboa, Esfera do Caos, 2012, pp. 53-54.

³¹ “Sermão da Segunda Oitava da Primeira Sexta-Feira da Quaresma” (Capela Real, 1651), II, II, p. 201.

Orador, “omnia potesta a Deo *per populum*”³². Ao versar os títulos de aquisição do poder temporal por Cristo, na *Clavis*, Vieira, dessa vez também concordando com Suárez, sustém que o poder político, nas comunidades humanas, “tem o seu fundamento na vontade humana, ao qual é atribuída a jurisdição ou poder temporal, que a comunidade dos homens entrega aos reis para defender o Estado e conservá-lo em paz e justiça”³³. Então, o fim do Estado — numa época em que ainda não estavam separadas as várias instâncias sociais (teológica, política, jurídica, etc.) — era a união de todos pelo anelo de paz: “De maneira, que na casa, ou família, que é uma República pequena, e na República, que é uma casa, ou família grande, toda a paz consiste em que o império do que manda, e a sujeição dos que obedecem, ele ordenando, e eles subordinados, estejam concordes. Até aqui a doutrina fundamental de Santo Agostinho, de São Tomás, e de todos os Teólogos”³⁴ — proclama Vieira.

3.2. Neste quadro, não deixa de realçar a relevância política da *opinião*: “A Alma dos Reinos principalmente em seus princípios é a opinião. [...] A mais perigosa consequência da guerra, e a que mais se deve recear nas batalhas, é a opinião. Na perda de uma batalha arrisca-se um exército: na perda da opinião arrisca-se um Reino”³⁵ — como disse no “Sermão pelo Bom Sucesso de nossas Armas” (Capela Real). Aliás, se a literatura do tempo aconselhava o monarca a escutar os conselhos, vários são os sermões que Vieira dedica ao “bom conselho” — ofício que conhecia por experiência própria —, que deve nortear-se pela busca do bem comum, para a boa governação; porém, o seu pessimismo crítico roça também o sarcasmo: “O Paço a ninguém fez melhor: a muitos, que eram bons, fez que o não fossem”³⁶. E, em carta, desabafa: “[...] e sofra-nos Vossa Majestade fazermos-lhe estas lembranças, porque servir aos reis a seu gosto, é gosto, mas servi-los, dizendo-lhes às vezes o que poderá não lhes contentar, é virtude [...]”³⁷.

³² Cf. Vasco Pulido Valente, *op. cit.*, p. 172.

³³ “A Chave dos Profetas”, III, V, p. 298.

³⁴ “Sermão da Segunda Oitava da Páscoa”, II, V, p. 142.

³⁵ “Sermão pelo Bom Sucesso de nossas Armas (1645)”, II, XIII, p. 137.

³⁶ “Sermão da Terceira Quarta Feira da Quaresma”, na Capela Real (1651), II, III, p. 224.

³⁷ “Papel que o Secretário de Estado [...] leu na Casa de Despacho a El-Rei Dom Afonso Sexto [...], 16 de Junho de 1662”, IV, I, pp. 121-122.

Não deixará, porém, de advertir o monarca: “Agora estareis mais empapelado, mas nem por isso mais bem aconselhado”³⁸, verberando, na Capela Real (1662), contra a burocracia do tempo.

Daí que ele mesmo aconselhe (Capela Real, 1670³⁹): “Persuada-se o Príncipe que o que se concede a um, porque o pede, também se há-de de conceder aos outros, ainda que o não peçam. Entenda que as dispensações, e privilégios não só são feridas da Lei, mas feridas mortais, e que a Lei morta não pode dar vida à República: considere que as Leis são os muros dela, e que se hoje se abriu uma brecha, por onde possa entrar um só homem, amanhã será tão larga, que entre um exército inteiro”⁴⁰. Contrariamente à época áurea de seu pai⁴¹, a frieza que o regente D. Pedro lhe dispensara e a antigos conselheiros, mantendo-os à distância, levou-o, tomando como exemplo Reboão, a afirmar: “a causa próxima da ruína foi deixar o maduro conselho dos velhos experimentados, e tomar o dos moços orgulhosos, e sem experiência”⁴². E numa crítica inequívoca, comenta: “Esta é a cegueira, em que ordinariamente caem os filhos dos Reis, e por isso em sucedendo no governo mudam criados, e ofícios, e quanto seus Pais tinham ordenado; não advertindo que em matéria de prover lugares, sabem mais os Pais com os olhos fechados, que os filhos, por mais sábios que sejam, com eles abertos”⁴³. E note-se como, enfaticamente, Vieira refere “seus Pais”, numa inspeção e censura propositadas.

³⁸ “Sermão da Sexta Sexta-Feira Santa da Quaresma” (Lisboa, 1662), II, IV, p. 423.

³⁹ Não poderia ter sido nesse ano, referido na edição *princeps* (cf. *Sermoens do P. Antonio Vieyra*. Segunda Parte. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1682, p. 86), pois, nessa 3.ª quarta-feira da Quaresma, Vieira encontrava-se em Roma, para onde partiu, desiludido com D. Pedro, em 15 de Agosto de 1669 (chegou a 21 de Novembro), também para promover a canonização do missionário Inácio de Azevedo e seus companheiros jesuítas (mortos por piratas calvinistas franceses), embora o motivo principal fosse obter um Breve pontifício que o isentasse da jurisdição da Inquisição (é-lhe concedido em 17 de Abril de 1675, que o torna submetido unicamente ao Papa). Vieira deixou Roma a 17 de Maio de 1675 — onde granjeou fama de grande orador —, chegando a Lisboa a 23 de Agosto de 1775, pelo que o sermão terá sido pregado na 3.ª quarta-feira (11 de Março) da quaresma de 1676, sem excluir a última quaresma passada em Lisboa (27 de Março de 1680), cidade que deixou de vez em 17 de Janeiro de 1681, rumo ao Brasil (Baia, 1681). Cf. João Francisco Marques, “A crítica sócio-política de Vieira na parénesis quaresmal dos sermões dos pretendentes”, in José Cândido de Oliveira Martins, *Padre António Vieira: Colóquio*, Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia (2009), pp. 52-53.

⁴⁰ “Sermão da Terceira Quarta-Feira da Quaresma” (Capela Real, 1670)”, II, III, p. 265.

⁴¹ Desde que entrou na corte, “e enquanto permaneceu nela, se pode dizer que D. João IV caminhou sempre de braço com ele e com a Rainha, e que nenhuma resolução grave sem o voto de ambos empreendeu”. Cf. Lúcio de Azevedo, *História de António Vieira*, I, Lisboa, Clássica Editora, 1918, p. 58.

⁴² “Sermão da Terceira Quarta-Feira da Quaresma” (Capela Real, 1670)”, II, III, p. 275.

⁴³ *Ib.*, II, III, p. 277.

3.3. Quanto à administração de Estado, a obra de Vieira emerge na contracorrente do pensamento da ciência política moderna que floresceu a partir de Maquiavel, sobretudo quando critica o príncipe (o homem público), tendo em mente os preceitos da lei natural e o imperativo da justiça. Se o florentino não divisava a fronteira entre acto político e acto moral, já que lhe importava mais ganhar e manter o principado, Vieira vê mais longe: a política não deve conformar-se ao poder e contrariar a moral, mas, através desta, ser afã de legitimação: não é um fim em si mesmo e deve estar ao serviço de valores mais elevados.

Assim, na senda dos mestres de Salamanca, de Coimbra e de Évora, entre os quais Vitoria, Soto, Suárez e Molina, que desenvolveram uma concepção funcional e orgânica do poder, este não existe em função do governante, mas sim do bem da comunidade: nesta, o governante insere-se como parte de um todo na prossecução do bem comum, que, como tal, coloca eticamente limites ao exercício do poder. No sermão proferido na Sé de Lisboa (1662), Vieira afirma claramente o primado da ética e da justiça: “O poder tudo consiste em poder algumas coisas, e não poder outras: consiste em poder o lícito, e justo, e em não poder o ilícito, e injusto”⁴⁴. O soberano deve respeitar a lei natural, que é a fonte do justo e do lícito; e, como a lei positiva dimana da sua jurisdição, esta não deve infringir aquela. Vieira, na Capela Real (1670), sem sofismas, partilha da concepção de resistência activa ao poder tirânico: “O Rei pode tudo o que é justo: para o que for injusto, nenhum poder tem”⁴⁵. Em suma, o rei não é absoluto e o seu poder está limitado, quer pelo seu fundamento quer pela sua finalidade.

Sobre a conduta do “homem público” — do “político”, diríamos hoje —, também no tempo de Vieira havia corruptos e, tal como hoje, o estigma recai sobre a parte mais fraca, como escreveu em longa carta política: “[...] abatido ficou sempre o fiel da igualdade, e prostrada a fidelidade que se deve à justiça, quando os que pesam menos nos merecimentos sobem mais, e quando os que haviam de subir mais descem muito”⁴⁶. São graves as suas advertências quando disserta sobre o antídoto da corrupção de Estado, baseando no *mérito* o cargo do homem público, como diz alto e bom som, na Igreja da Misericórdia (1655): “A porta por

⁴⁴ “Sermão da Terceira Dominga *post Epiphaniam*” (Lisboa, 1662), II, I, p. 409.

⁴⁵ “Sermão da Terceira Quarta-Feira da Quaresma” (Capela Real, 1670), II, III, p. 261.

⁴⁶ “Carta Política ao Conde de Castelo Melhor no tempo da sua privança”, I, V, 209, pp. 172-233.

onde legitimamente se entra ao ofício, é só o merecimento. E todo o que não entra pela porta, não só diz Cristo que é ladrão, senão ladrão, e ladrão: *Fur est, et latro*. E porque é duas vezes ladrão? Uma vez porque furta o ofício, e outra vez pelo que há-de furtar com ele. O que entra pela porta poderá vir a ser ladrão; mas os que não entram por ela já o são. Uns entram pelo parentesco, outros pela amizade, outros pela valia, outros pelo suborno, e todos pela negociação⁴⁷. Com a mesma veemência que recorreu ao par de significantes latinos para o mesmo significado, responde, decididamente, em carta do Maranhão (1654), a D. João IV, quando este lhe perguntou se seria melhor enviar, para o governo do Maranhão, um ou dois capitães: “Digo que menos mal será um ladrão que dois; e que mais dificultos serão de achar dois homens de bem que um”⁴⁸. Neste assunto, a sua posição foi sempre clara e decidida.

Quando inicia o Sermão do Bom Ladrão (1655), salienta a diferença em estar ali, pregando na Igreja da Misericórdia com uma prédica que seria mais oportuna na Capela Real, frequentada por reis e homens públicos, pois é a eles que se dirige: “Nem os Reis podem ir ao Paraíso sem levar consigo os ladrões; nem os ladrões podem ir ao Inferno sem levar consigo os Reis. Isto é o que hei-de pregar. [...] Mas o que vemos praticar em todos os Reinos do mundo é tanto pelo contrário, que em vez de os Reis levarem consigo os ladrões ao Paraíso, os ladrões são os que levam consigo os Reis ao Inferno”⁴⁹. Quando necessário, nem o próprio soberano, figura sagrada para o regime, escapava às suas admoestações, como em sermão na Capela Real (1650): “Sabei, Cristãos, sabeis, Príncipes, sabeis, Ministros, que se vos há-de pedir estreita conta do que fizestes, mas muito mais estreita do que deixastes de fazer. Pelo que fizeram, se não-de condenar muitos, pelo que não fizeram, todos”⁵⁰. Era, pois, uma nova ordem política pautada pela justiça por que o Crisóstomo lusitano pugnava.

⁴⁷ “Sermão do Bom Ladrão” (Igreja da Misericórdia de Lisboa, 1655), II, IV, p. 442.

⁴⁸ “Carta ao Rei D. João IV” (Maranhão, 4 de Abril 1654), I, II, p. 157.

⁴⁹ “Sermão do Bom Ladrão” (1655), II, IV, p. 433.

⁵⁰ “Sermão da Primeira Domingo do Advento” (Lisboa, 1650), II, I, p. 162.

4. A JUSTIÇA: DOS DIREITOS À PAZ

Na economia global da obra vieiriana, o tema da justiça é nuclear, tal como proclama no Maranhão (1654): “A verdade é filha legítima da justiça; porque a justiça dá a cada um o que é seu”⁵¹ — *suum cuique tribuere* —, uma disposição constante que é comutativa, distributiva e legal, respectivamente, conforme se faz entre iguais, do soberano para os súbditos, ou destes para com aquele; porém, num ambiente onde campeavam as injustiças, exclama em Sermão do Advento (Capela Real): “E se isto se passa na Justiça comutativa, onde enfim há número, há peso e há medida; que será na distributiva, e na vindicativa?”⁵². Neste domínio, sublinha: “[...] no juízo de Deus geralmente basta só o testemunho da própria consciência; no juízo dos homens a própria consciência não vale testemunha”⁵³. É necessário presumir a inocência, como escreveu em carta (1655), “sendo direito natural que ninguém possa ser julgado sem se lhe dar defesa e tempo necessário para ela [...]”⁵⁴, tal como “sobre presunções não assenta bem alguma condenação de direito, principalmente quando é grave”⁵⁵ — escreveu ele de Roma a favor dos cristãos-novos —, “não permitindo que lei alguma se pratique nos casos passados, nem nos que ainda estivessem sem ser sentenciados e castigados”⁵⁶, opondo-se, portanto, à execrável prática do tempo em que a suposta culpa passava aos ascendentes e descendentes.

Aliás, se “é mais santo e justo ficar o crime sem castigo, que castigar o inocente”⁵⁷ — como assevera no “Memorial exposto ao Príncipe Dom Pedro” (Roma, 1674), apregoa, em sermão, que “[...] o justo com mais vontade absolve, que condena; o justiceiro com mais vontade condena, que absolve. A justiça está entre a piedade, e a crueldade: o justo propende para a parte de piedoso; o justiceiro para a de cruel”⁵⁸. Deste modo, Vieira modelou o discurso concionatório com uma marca moral, extraindo frequentes ilações de carácter prático.

⁵¹ “Sermão da Quinta Dominga da Quaresma” (São Luís no Maranhão, 1654), II, IV, p. 152.

⁵² “Sermão da Primeira Dominga do Advento” (Lisboa, 1650), II, I, p. 165.

⁵³ “Sermão da Segunda Dominga do Advento”, (Lisboa, 1650), II, I, p. 208.

⁵⁴ “Carta a D. Rodrigo de Meneses” (Coimbra, 14 de Setembro de 1655), I, II, p. 545.

⁵⁵ “Papel que fez o Padre António Vieira, estando em Roma, a favor dos Cristãos-Novos [...]”, IV, II, p. 95.

⁵⁶ *Ibidem*, IV, II, p. 92.

⁵⁷ “Memorial a favor da Gente de Nação Hebraica (...)” (Roma, 1674), IV, II, p. 200.

⁵⁸ “Comento, ou Homilia, sobre o Evangelho da Segunda-Feira da Primeira Semana de Quaresma” [póstumo, designado também por “Vozes Saudosas”], II, II, p. 296.

Entretanto, num enfoque novo para o tempo, a justiça é ainda vista numa amplitude ainda maior, como esclareceu num sermão em Roma: “a justiça particular tem obrigação de dar a cada um o seu, [...]; porém a justiça universal, e comum tem obrigação de ser igual com todos, e desta igualdade que a todos satisfaz, e abraça, nasce a verdadeira, e constante paz”⁵⁹. Então, a política deve nortear-se conforme aos cânones da justiça: “Abraçaram-se a justiça, e a paz, e foi a justiça a primeira, que concorreu para este abraço: *Justitia, et pax*. Porque a justiça não é a que depende da paz (como alguns tomam por escusa), senão a paz da justiça”⁶⁰ — prega na Baía. E, em Roma, enfatiza: “A paz não se conquista com exércitos armados, conquista-se com uma espada, e com dois escudos: com uma espada, que é da justiça; e com dois escudos, que são as suas balanças”⁶¹.

Vieira pregou a justiça social, sendo acérrimo defensor dos índios, protestando contra a exploração dos nativos do Brasil, comparando-os aos hebreus escravizados no Egito. Num sermão na Baía, clamava: “Perde-se o Brasil, Senhor (digamo-lo em uma palavra), porque alguns Ministros de Sua Majestade não vêm cá buscar nosso bem, vêm cá buscar nossos bens”⁶². Se condenava a cupidez e abusos dos colonos, desenfreadamente movidos pelo lucro, reprovava também a conduta dos capitães e dos representantes locais do poder central. Nesta ordem de ideias, Vieira expende a doutrina segundo a qual não só a política deve ter como respaldo a justiça, como os actos governativos devem reger-se por princípios éticos que norteiam a filosofia política humanista de que ele foi um arrojado arauto.

5. “DIREITO DAS GENTES”, UM PROLÍFICO CONTEÚDO

5.1. “Este mundo, Senhores, composto de tanta variedade de Estados, ofícios, e exercícios públicos, e particulares; políticos, e económicos, sagrados, e profanos: nenhuma outra coisa é senão uma praça, ou feira universal, instituída, e franqueada por Deus a todos os homens para negociarmos nela o Reino do

⁵⁹ “Sermão da Segunda Oitava da Páscoa” (Roma), II, V, p. 145.

⁶⁰ “Sermão ao Enterro dos Ossos dos Enforcados” (Baía, 1637), II, XIV, p. 89.

⁶¹ “Sermão da Segunda Oitava da Páscoa” (Roma), II, V, p. 145.

⁶² “Sermão da Visitação de Nossa Senhora” (1640), II, VII, p. 95.

Céu”⁶³ — apregoa, num assomo de globalização. Na verdade, segundo o pensamento internacionalista dos mestres peninsulares — já então muito progressivo —, as nações não se bastam a si mesmas e ordenam-se a uma comunidade internacional: “O direito das gentes não só tem força pelo pacto e convénio dos homens, mas verdadeira força de lei [...] e nenhuma nação pode dar-se por não obrigada, já que está dado pela autoridade de todo o orbe”⁶⁴. Fica claro: se o direito natural e o positivo regulam a lei duma determinada sociedade, o direito das gentes estabelece normas com força de lei, que obrigam quer aos indivíduos quer às nações. É interessante como Vieira parte da ordem internacional, instância decisiva das relações externas e das trocas comerciais.

Por essa razão teceu fortes críticas à legislação portuguesa sobre os judeus, precisamente pela respectiva inconformidade com o *jus gentium*. Pode o soberano estabelecer a lei positiva, todavia não pode impedir que os cristãos novos instituem morgados, “[...] senão com abuso notável do seu real poder”, “[...] porque as tais instituições ou se fazem em contratos ou em testamentos, e uns e outros são também de direito das gentes, sobre o qual não deu Deus poderes aos príncipes”⁶⁵. E, se havia quem então defendesse a modernização da economia e da

⁶³ “Sermão da Rainha Santa Isabel” (Roma, 1674), II, XI, 77. Cf. Acílio da Silva Estanqueiro Rocha, “António Vieira: uma Vida feita Palavra”, *Colóquio / Letras*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, n.º 201, Maio-Agosto de 2019, pp. 160-161.

⁶⁴ Francisco de Vitoria, “De potestate civili” (1528), *Obras de Francisco Vitoria: relecciones teológicas*, ed. bilingue de T. Urdánoz, Madrid: B.A.C. (1960), p. 192. Francisco de Vitoria (1483–1546) afirmava o bem comum universal e a igualdade natural das soberanias, sob a égide do Direito Natural e do Direito das Gentes. Se a sociedade internacional resulta da sociabilidade natural do homem, cujo alcance é universal, o seu vínculo é o *jus gentium*, que Vitoria concebe como um direito universal da humanidade. Daí decorre, segundo o mestre salamantino, o “direito natural de sociedade e comunicação” (*ius naturalis societatis et communicationis*): isto é, a comunidade jurídico-internacional não se concebe sem a natural comunicação entre seus membros; com efeito, um Estado isolado é incompatível com a comunidade dos povos. *Ib.*, p. 598. Francisco Suárez, (1548–1617), o insigne professor da Universidade de Coimbra já acima mencionado, no *De legibus* (1612), acentua o carácter jurídico da sociedade internacional: “(...) embora o género humano não tenha sido congregado num só corpo político, mas sim dividido em distintas comunidades, contudo, para que essas comunidades pudessem ajudar-se mutuamente, e entre si se conservarem na justiça e na paz — o que importa para o bem da humanidade —, conveio que entre si observassem alguns direitos comuns, por um pacto comum e um comum consentimento. E é a estes que chamamos direitos das gentes”. Francisco Suárez, *De legibus*, I, III, cap. II, 6; cf. *Tratado de las Leyes y de Dios Legislador* [en diez libros, reproducción anastática de la edición príncipe de Coimbra, 1612], trad. esp. J. R. Eguillor Muniozgueren. Madrid: Instituto de Estudios Políticos (1967), vol. II [Libros III y IV], p. 203.

⁶⁵ “Papel que fez o Padre António Vieira, estando em Roma, a favor dos cristãos-novos”, IV, II, 99. Cf. Vasco Pulido Valente, *op. cit.*, pp. 179-180.

sociedade portuguesa, não faltavam forças conservadoras para abafar tais vozes; num rasgo de realismo político, invocando exemplos europeus, Vieira, com a sua audaciosa “Proposta feita a El-Rei”⁶⁶, reforça tal desígnio, baseando a sua análise em vertentes sociais e diplomáticas básicas, a que não falta um minucioso enquadramento económico; se o respaldo económico do Reino era o comércio, a “razão de Estado” de Portugal soçobraria, lançando fora os mercadores, e prosperariam outros reinos que os acolhessem.

5.2. Do *jus gentium* decorre também a sua visão inovadora das relações com as comunidades indígenas do Brasil, que deveriam reger-se pelo direito internacional, limitando-se as leis positivas a regular os princípios da lei natural e das gentes. Então, para o Padre António Vieira, o índio deve ser visto “como membro que é do corpo e cabeça política da sua nação, importando igualmente para a soberania da liberdade tanto a coroa de penas, como a de ouro, e tanto o arco como o ceptro”⁶⁷ — conforme a esse seu destemido “Voto” (1694). Segue-se, pois, que a soberania das nações indígenas é de direito natural e os seus chefes são legítimos — princípios então arrojados, e hoje ainda actuais. Não admira que os nativos o tenham reverenciado como *Paiáçu* [“Grande Pai”], pela vida nova que lhes trouxe, apesar de, por quem os exploravam, ser odiado.

No entanto, não se olvide, essa ordem internacional é periclitante, sobretudo pelas constantes ameaças à paz: “Os modos de guerrear são tantos, quantos tem inventado o amor para a defesa própria, e o ódio para a ruína do inimigo”⁶⁸. Aliás, dissimula-se dos mais diversos modos, já que “[...] a paz do mundo é guerra que se esconde debaixo da paz. Chama-se paz, e é lisonja; chama-se paz, e é dissimulação; chama-se paz, e é dependência; chama-se paz, e é mentira, quando não seja traição”⁶⁹ — disse em Roma. Em escrito mais ligado a assuntos de Estado, e não já doutrinal — como é o concionatório –, é ainda mais expressivo: “Descendo mais ao particular, os dois nervos da guerra são gente e

⁶⁶ “Proposta feita a El-Rei Dom João IV, em que se lhe representava o miserável estado do Reino e a necessidade que tinha de admitir os Homens de Nação Mercadores” (Julho 1643), IV, I, pp. 13-48.

⁶⁷ “Voto do Padre António Vieira sobre as dúvidas dos moradores de São Paulo acerca da administração dos Índios” (1694), IV, III, p. 276.

⁶⁸ Sermão “Xavier Dormindo”, “Sonho Primeiro”, II, XII, p. 53.

⁶⁹ “Sermão da Segunda Oitava da Páscoa”, Roma, II, V, p. 163.

dinheiro: e que gente, e que dinheiro é o que temos? [...]”⁷⁰ — adverte (1648) o inaciano num rebate realista.

6. “CADA UM É DA COR DO SEU CORAÇÃO”⁷¹

6.1. Esta asserção nega peremptoriamente qualquer diferenciação entre os humanos pela cor da pele. E sobre a cor preta, diz com ironia: “[...] ninguém haverá que não reconheça, e venere na cor preta duas prerrogativas muito notáveis. A primeira, que ela encobre melhor os defeitos, os quais a branca manifesta, e faz mais feios; a segunda, que só ela não se deixa tingir de outra cor, admitindo a branca a variedade de todas; e bastavam só estas duas virtudes para a cor preta vencer, e ainda envergonhar a branca”. E prossegue: “Os Filósofos buscando as propriedades radicais [...], dizem que da cor preta é próprio unir a vista, e da branca disgregá-la, e desuni-la. Por isso a brancura da neve ofende, e cega os olhos. E não é isto mesmo o que com grande louvor dos Pretos, e não menor afronta dos Brancos, se acha em uns, e outros? [...]”⁷². Em carta de Cabo Verde, enfatiza: “É o caso que nesta ilha de Santiago, cabeça de Cabo Verde, há mais de 60 mil almas, e nas outras ilhas, que são oito ou dez, outras tantas, e todas elas estão em extrema necessidade espiritual [...]. São todos pretos, mas somente neste acidente se distinguem dos europeus”⁷³.

Uns meses depois (1653), já no Brasil, na Cidade de São Luís do Maranhão, exorta os colonos a libertarem os seus escravos: “Há algum de vós com o *lume natural* [a razão] que o negue? Pois em que duvidais?”⁷⁴. E admoesta: “Porque melhor é sustentar do suor próprio, que do sangue alheio. Ah fazendas do Maranhão, que se esses mantos e essas capas se torceram, haviam de lançar sangue!”⁷⁵. Em defesa dos índios, adverte: “El-Rei poderá mandar que os cativos sejam livres;

⁷⁰ “Parecer que deu Padre António Vieira sobre se entregar a campanha de Pernambuco aos holandeses, em 21 de Outubro de 1648” [“Papel Forte”], IV, I, p. 93.

⁷¹ “Sermão XX” [Ciclo “Maria Rosa Mística”], II, IX, p. 177.

⁷² *Ibidem*, II, IX, p. 169.

⁷³ “Carta ao Padre André Fernandes” (Cabo Verde, 25 de Dezembro de 1652), I, II, p. 71.

⁷⁴ “Sermão da Primeira Dominga da Quaresma” (1653), II, II, p. 237. O itálico é nosso.

⁷⁵ *Ibidem*.

mas que os livres sejam cativos, não chega lá sua jurisdição⁷⁶. Maior clareza não poderia haver!

É uma nova ordem social que Vieira propugna, fundada em valores de tolerância, seja com os judeus — como vimos —, ou com os indígenas e os escravos. Assim increpa esse modelo político da colonização que conta já com milhares de vidas ceifadas, e que se alimenta da exploração. E, qual toque de clarim de viragem antropológica, fustiga: “Não nos podemos sustentar doutra sorte, senão com a carne, e sangue dos miseráveis Índios! Então eles são os que comem gente? Nós, nós somos os que os imos comer a eles⁷⁷. E descreve-os, para melhor entendimento: “Uma gente, com quem meteu tão pouco cabedal a natureza, com quem se empenhou tão pouco a arte, e a fortuna; que uma árvore lhe dá o vestido, e o sustento, e as armas, e a casa, e a embarcação. Com as folhas se cobrem, com o fruto se sustentam, com os ramos se armam, com o tronco se abrigam, e sobre a casca navegam⁷⁸. Sobre os índios, Vieira é intransigente: não sendo antes escravos, havia que impedir que então o fossem.

Vieira proclama, em Roma (1674): “*Pax vobis*; e sem igualdade, e igualdade com todos, não há paz⁷⁹, donde o jusnaturalismo cristão que fundamenta as suas teses jurídico-políticas na defesa dos índios e escravos. Alvos fáceis da cobiça dos colonos, eram submetidos a condições degradantes, que o padre jesuíta verberava (Baía): “Oh trato desumano, em que a mercancia são homens! Oh mercancia diabólica, em que os interesses se tiram das Almas alheias, e os riscos são das próprias! [...] Os Senhores poucos, os Escravos muitos; os Senhores rompendo galas, os Escravos despídos, e nus; os Senhores banqueteados, os Escravos perecendo à fome; os Senhores nadando em ouro, e prata, os Escravos carregados de ferros [...]”⁸⁰. E ao assistir à progressiva extinção dos índios, massacrados pelos colonos e dizimados por epidemias, escreve, perturbado, do Maranhão (1657), ao Rei (D. Afonso VI): “[...] em espaço de quarenta anos se mataram e se destruíram por esta costa e sertões mais de dois milhões de índios, e mais de quinhentas

⁷⁶ “Sermão da Primeira Dominga da Quaresma” (1653), II, II, p. 241.

⁷⁷ “Sermão da Epifania” (Capela Real, 1662), II, I, p. 385.

⁷⁸ *Ibidem*, II, I, p. 372.

⁷⁹ “Sermão da Segunda Oitava da Páscoa” (Roma, 1674), II, V, p. 143.

⁸⁰ “Sermão XXVII, com o Santíssimo Sacramento exposto” [Ciclo “Maria Rosa Mística”], II, IX, pp. 340-341.

povoações, como grandes cidades, e disto nunca se viu castigo”⁸¹. Na defesa da liberdade dos índios, já no Maranhão, já na Corte de Lisboa, e, apesar de expulso do Brasil por os defender contra a exploração dos colonos, mantém firme a mesma atitude, pois o nativo, mais que um ‘outro’ — diferente ou exótico —, era o *próximo*.

6.2. Vieira, “mais ainda que novos cristãos, foi o defensor dos Índios” e, “com ele, a luta toma um carácter épico”⁸². Todavia, havia títulos que legitimavam a escravatura⁸³, respaldados na estrutura jurídica de então, que era esclavagista, aceite até nas universidades; pôr-se fora da lei vigente seria anular-se, no mínimo ser expulso; não obstante, afirma, depreciando tais títulos: “[...] porque nós queremos só os lícitos e defendemos [contrariamos] os ilícitos, por isso não nos queremos naquela terra e nos lançam dela”⁸⁴ — assim protestando no sermão que se seguiu à sua expulsão, por defender o fim da exploração.

Com desespero, debatia-se entre a lógica dos princípios e o choque das situações: é nessa ordem colonial, retrógrada e excludente, que deve compreender-se a obra do Padre António Vieira. É um anacronismo projectar no passado noções modernas, quando nem havia a nossa noção de liberdade e dos direitos; porém, sempre pugnou por melhores condições de vida dos escravos, exigindo até que os índios fossem remunerados: não vale a fraca alimentação, o pouco pano para vestir e a débil assistência na doença, mas um pagamento “[...] com que se lhes pagará o trabalho do seu serviço. É matéria, de que se rirá qualquer outra Nação do mundo, e só nesta terra se não admira”⁸⁵. Deste modo, “não há maior maldição

⁸¹ “Carta ao Rei D. Afonso VI” (Maranhão, 20 de Abril 1657), I, II, pp. 226-227.

⁸² Raymond Cantel, *Prophétisme et Messianisme dans l’Œuvre d’Antonio Vieira*. Paris: Ediciones Hispano-Americanas, 1960, p. 17.

⁸³ Eram cativos os tomados em guerra justa, os já prisioneiros de outros e destinados à morte (por exemplo, “serem comidos” em cerimónia tribal — “índios de corda” —, a menos que fossem resgatados), ou a escravidão voluntária (por extrema necessidade). Alude a esses títulos, procurando denunciá-los, por exemplo: “Bem sei que alguns destes cativos são justos, os quais só permitem as Leis, e que tais se supõem os que no Brasil se compram, e vendem, não dos naturais, senão dos trazidos de outras partes; mas que Teologia há, ou pode haver, que justifique a desumanidade, e sevícia dos exorbitantes castigos, com que os mesmos Escravos são maltratados? Maltratados disse, mas é muito curta esta palavra para a significação do que encerra, ou encobre. Tiranizados devera dizer, ou martirizados; [...]”. “Sermão XXVII” [Ciclo “Maria Rosa Mística”], II, IX, p. 366.

⁸⁴ “Sermão da Epifania” (Capela Real, 1662), II, I, p. 384.

⁸⁵ “Sermão da Primeira Dominga da Quaresma” (Maranhão, 1653), II, II, p. 240.

numa casa, nem numa família, que servir-se com suor, e com sangue injusto”⁸⁶, exclama indignado.

Todavia, a força das razões de Estado e sua conciliação com a religião é bem patente nas 19 medidas da Carta que envia a D. João IV, para que “se mude e melhore a forma por que até agora foram governados os índios”⁸⁷, onde, para que “sejam pagos de seu trabalho”, importa que este não se faça “sem se lhe depositar primeiro seu pagamento”; e, para esse depósito, “haverá uma arca com duas chaves em cada aldeia [...]”⁸⁸ — insistindo assim na remuneração do trabalho.

No entanto, se Vieira lutou impetuosamente contra a escravidão dos índios, chegou a admitir a dos negros, pois esse era o sistema jurídico-político do Brasil colonial, pugnando corajosamente e sempre por uma maior humanização das condições de trabalho. Como homem de Seiscentos e homem da Igreja, esclarece que a nova situação é melhor que a anterior, no continente africano, onde dificilmente poderiam abraçar a fé; quer dizer: por mais injusto que seja o valor negativo do cativo, ele é menor que o valor positivo da conversão.

O historiador C. R. Boxer — com gosto o conheci —, implacável acerca do colonialismo português, muda de tom quando fala do inaciano: “O mais famoso paladino da liberdade dos ameríndios foi o célebre P.^e António Vieira S.J., que passou grande parte da sua longa vida batalhando e interpelando em favor dos escravos, quer como missionário, no Brasil e Maranhão, quer como advogado da sua causa em Lisboa e Roma”⁸⁹. Também David Brion Davis, na sua obra clássica sobre escravidão, afirma que “Vieira lutou bravamente pelos direitos dos índios”, e até “se aproximou da veemência do abolicionismo radical”⁹⁰. Os negros, mais

⁸⁶ *Ibidem*, II, II, p. 241.

⁸⁷ “Carta ao Rei D. João IV” (do Maranhão, em 6 de Abril de 1654), I, II, p. 172.

⁸⁸ *Ibidem*, I, II, p. 174.

⁸⁹ C. R. Boxer, *Relações Raciais no Império Colonial Português, 1415-1825* (1963), trad. Sebastião Brás. Porto: Afrontamento (1977), p. 93.

⁹⁰ David Brion Davis, *O Problema da Escravidão na Cultura Ocidental* (1966), trad. Wanda Caldeira Brant, R.J., Civilização Brasileira (2001), p. 221. Dá, como exemplo, quando Vieira acusa os colonos que “devem serviço”, isto é, ‘mantêm na servidão’: “Todo o homem, que deve serviço, ou liberdade alheia, e podendo-a restituir, não restitui, é certo que se condena; todos, ou quase todos os homens do Maranhão devem serviços, e liberdades alheias; e podendo restituir, não restituem; logo todos, ou quase todos se condenam” (“Sermão da Primeira Dominga da Quaresma”, Maranhão, 1653, II, II, p. 236). Já antes, neste belo sermão, havia pregado: “[...] que quer Deus de vós esta Quaresma? Que solteis as ataduras da injustiça, e que deixeis ir livres os que tendes cativos, e oprimidos. [...] Estes são os pecados do Maranhão; estes são os que Deus me manda que vos anuncie: [...] todos viveis, e morreis em estado de condenação, e todos ides direitos ao inferno. Já lá estão muitos, e vós também estareis cedo com eles, se não mudardes de vida” (II, II, p. 235).

robustos, supriam a fragilidade dos índios, mais frágeis, dizimados por epidemias, que sucumbiam ao trabalho duro dos engenhos, aceitando por vezes que viessem mais negros de Angola, sem os quais o Brasil não subsistiria. Para o historiador Boxer, se Vieira foi acérrimo defensor dos índios, já, quanto aos negros, limitou-se a denunciar os cruéis castigos infligidos⁹¹; todavia, não podendo ir mais longe, aceitar não é defender.

6.3. Nos sermões, cartas e outros pareceres ou relatórios, tem força o que no fundo almeja: a abolição da escravidão; é assim que proclama de modo insofismável, para que não restem dúvidas: “Entre os homens dominarem os Brancos aos Pretos é força, e não razão, ou natureza”⁹² — condenando firmemente a escravatura. Leia-se o que disse em 1662, num dos seus admiráveis sermões, acerca da política de resgates e aldeamentos: “Não posso, porém negar, que todos nesta parte, e eu em particular somos muito culpados [...], porque acomodando-nos à fraqueza do nosso poder, e à força do alheio, cedemos de sua justiça e faltámos à sua defesa [...]”⁹³. É remorso certamente, mas é também acusação: a sua culpa foi tão-somente o anelo de concórdia, todavia insuficiente para demover os inflexíveis colonos; o arrependimento não está em esfalfar-se tanto para conciliar posições tão díspares, mas não ter sido possível chegar a bom porto no maior bem dos cativos.

Vieira fá-lo notar com ênfase, não admite a razoabilidade da escravatura com base na cor da pele, pregando nestes termos: “as Nações, umas são mais brancas, outras mais pretas, porque umas estão mais vizinhas, outras mais remotas do Sol. E pode haver maior inconsideração do entendimento, nem maior erro do juízo entre os homens, e homens, que cuidar eu que hei-de ser vosso Senhor, porque nasci mais longe do Sol, e que vós haveis de ser meu escravo, porque nascestes mais perto?”⁹⁴. Assim denuncia, após ter sido expulso e embarcado à força para Portugal, com outros jesuítas, por lutarem contra um interesseiro e suposto desenvolvimento do Brasil.

⁹¹ Cf. C. R. Boxer, *A Great Luso-Brazilian Figure: Padre António Vieira*. London: The Hispanic and Luso-Brazilian Councils (1957), pp. 22-23.

⁹² “Sermão XX” [Ciclo “Maria Rosa Mística”, 1653], II, IX, p. 169. É nosso o itálico.

⁹³ “Sermão da Epifania” (Capela Real, 1662), II, I, pp. 382-383.

⁹⁴ *Ib.*, II, I, p. 383.

7. NA SENDA DO “REALISMO POLÍTICO”

7.1. A oito dias de morrer, em carta da Baía, Vieira escrevia “ser o Brasil de hoje um retrato do espelho de Portugal em tudo o que Vossa Mercê me diz dos aparatos da guerra sem gente nem dinheiro; da seara dos vícios sem emenda, do infinito luxo sem cabedal, e de todas as outras contradições do juízo humano”⁹⁵. Vieira não era ingénuo e sabia bem que a ordem temporal era urdida de tramas e maquinações; nem alimentava ilusões sobre o quotidiano da política, na busca do interesse e eficácia, e isso até na informação: “Em toda a parte fazem muito mal as mentiras; mas nas terras grandes têm saca [saída], e têm muito por onde se espalhar; nas terras pequenas, todas ali ficam. Em Lisboa muita mentira se diz; mas repartem-se as mentiras por todo o Reino, e por todo o mundo. [...]”, cidade essa donde partem “os nossos correios todos os Sábados, e levam grande cópia de mentiras por todo o Reino”⁹⁶. Cáustico de tais ardis, prestou atenção a vertentes que conformam propósitos praxeológicos.

Assim, como já dito acima, teve de atender a um certo “realismo político” da razão de Estado; se o nosso exímio Orador e Missionário fundava as suas propostas no anelo da expansão cristã, não desprezava as realidades económicas, escrevendo na *História do Futuro*: “Os pregadores levam a fé aos reinos estranhos, e o comércio leva às costas os pregadores. Em quantas províncias achou o Evangelho fechadas e cerradas as portas, e depois que o comércio bateu a elas, as teve abertas e francas! [...] Os pregadores levam o Evangelho, e o comércio leva os pregadores”⁹⁷. Aliás, o comércio foi assunto sobre que muito se debruçou.

Era um homem interessado pelas questões da *res publica*, pelos meandros da diplomacia, pelas intervenções nas esferas do poder deliberativo. Em carta ao conde Ericeira (Baía, 1689), queixa-se, com acrimónia, do juízo pouco elogioso que este lhe fizera, avaliando ele, em jeito de balanço, os benefícios da sua intervenção directa em negócios do Estado⁹⁸. E aí recorda as suas bem-sucedidas diligências para obter o dinheiro necessário à defesa do reino em momento desesperado, a proposta de transferir para o Brasil a produção de especiarias da

⁹⁵ “Carta a Sebastião de Matos e Sousa” (Baía, 10 de Julho de 1697), I, IV, p. 525.

⁹⁶ “Sermão da Quinta Dominga da Quaresma” (Maranhão, 1654), II, IV, p. 165.

⁹⁷ “História do Futuro”, III, I, pp. 497-498.

⁹⁸ “Carta ao Conde da Ericeira” Baía, 23 de Maio 1689), I, IV, pp. 386-397.

Índia para as fazer chegar aos mercados europeus a bom preço, e a criação (1649) da Companhia do Comércio do Brasil — a coroa de glória da sua actuação política —, lamentando que o seu plano ficasse a meio, já que nunca se chegou a criar a Companhia do Comércio do Oriente. Parodiando a primeira bem-aventurança, critica os responsáveis pela situação do país, em carta de Roma (1673): “A nossa pobreza de espírito nos poderá segurar o Reino dos Céus, mas não sei se o da Terra”⁹⁹. A obra do jesuíta reflecte essa tensão constante entre os seus ideais e as necessidades da sobrevivência de Portugal, dualidade essa que se conjugava, qual singular *concordia oppositorum*, num peculiar realismo pragmático.

7.2. Não sem que um certo desgosto dele se apoderasse, desabafa em sermão na Capela Real (1669): “Se servistes à pátria, que vos foi ingrata, vós fizestes o que devíeis, ela o que costuma”¹⁰⁰. Num outro Sermão a Santo António (a quem dedicou nove), em 1671, referindo-se à sua amada pátria como “tão alheia de humanidade, que come seus próprios filhos?”, prossegue nestes termos (Roma, 1671): “De maneira, meu Santo, que deixais Portugal, e vos embarcais para África, porque dizeis que ides buscar martírio? Antes por isso mesmo vós não deveis sair da vossa Pátria”¹⁰¹. Então, resta-nos, como Vieira exclamou noutro sermão ao mesmo Santo (Roma, 1670), num clamor que conecta globalização e localização: “Nascer pequeno, e morrer grande é chegar a ser homem. Por isso nos deu Deus tão pouca terra para o nascimento, e tantas terras para a sepultura. Para nascer, pouca terra: para morrer, toda a terra; para nascer, Portugal: para morrer, o mundo”¹⁰². Assim foi com o Padre António Vieira.

Senhor de grandes causas, lutador estrénuo, pensador vibrante, tendo transcorrido extensa e temível geografia, a sua obra — o que ele disse, escreveu e fez — tem hoje ainda o máximo interesse, passados que são quatro séculos!

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 14 DE MARÇO DE 2019)

⁹⁹ “Carta a Duarte Ribeiro de Macedo” Roma, 7 de Fevereiro de 1673), I, III, p. 297.

¹⁰⁰ “Sermão da Terceira Quarta-feira da Quaresma” (Capela Real, 1659)”, II, III, p. 232.

¹⁰¹ “Sermão de Santo António (Roma, na Igreja dos Portugueses”, 1671; não se pregou, por doença), II, X, p. 256.

¹⁰² “Sermão de Santo António (Roma, na Igreja dos Portugueses”, (1670), II, X, p. 239.

* A presente comunicação não segue a grafia do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

O ideal reformista na oratória de Bartolomeu do Quental

JOSÉ LUÍS BRANDÃO DA LUZ

Bartolomeu do Quental ficou sobretudo conhecido por ter fundado a Congregação do Oratório, em Portugal, em 1668. Os Congregados, que receberam o reconhecimento da Santa Sé, tiveram em Lisboa a sua primeira sede, num velho palácio junto à Capela Real, na rua das Fangas da Farinha, e propagaram-se para o Brasil e Goa. Em Portugal, para além de Lisboa, instalaram-se ainda em Freixo de Espada à Cinta, Porto, Braga, Viseu e Estremoz¹. A origem da congregação, no entanto, reporta-se a uma associação que, em 1659, sob a proteção da rainha regente, D. Luísa de Gusmão, o P.^e Quental constituiu no paço com sacerdotes e leigos desejosos por uma vida interior mais intensa. A associação chegou mesmo a dispor de estatutos próprios, aprovados pelo papa Alexandre VII, e os seus exercícios diários atraíam “não só irmãos, mas outros muitos, que sem o serem lhe assistiam por sua devoção”, conforme o autor relata na dedicatória que escreveu para as *Meditações da Infância de Cristo*.



Bartolomeu do Quental nasceu a 22 de agosto de 1626, nos Fenais da Luz, uma povoação próxima de Ponta Delgada, numa família da ilha de S. Miguel, dos Açores, “da mais antiga e qualificada nobreza”². Saiu da sua ilha, aos 17 anos, em direção ao reino, para tomar os mais altos estudos que o prepararam para o sacerdócio. Ingressou na Universidade de Évora, onde se graduou em Artes e foi “ornado com a borla de doutor em Filosofia”³, em 1647. Três anos mais tarde graduou-se em Teologia, tendo

¹ Cf. Santos, E., *O Oratório no Norte de Portugal*. pp. 71-132; Jean Girodon, *Lettres du Père Bartolomeu do Quental a la Congrégation de l'Oratoire de Braga* (29. IX. 1685–22. XI. 1698), pp. XLI-XLV e LXII-LXXXVI.

² Barbosa Machado, D., *Biblioteca Lusitana*. v. I, p. 474. Para mais elementos biográficos cf. Brandão da Luz, J. L., “Bartolomeu do Quental, pregador da redenção do homem”, pp. 59-65.

³ P.^e Vicente Ferreira de Sousa Brandão, *Recopilação Histórico-Biográfica do Venerável Padre Bartolomeu do Quental*. p. 4.

partido depois para Coimbra para aprofundar os estudos teológicos⁴, distinguindo-se como pregador, ainda antes de ser ordenado presbítero, em 1652, na Igreja do Espírito Santo da Pedreira, em Lisboa. Em 1654, trocou o regresso à terra natal pelo ministério espiritual na casa real, “que exercitou com grande aclamação da corte, pois na veemência dos afetos, eloquência das palavras, e energia das ações se não excedia, certamente igualava ao grande Vieira, que no mesmo tempo era ouvido como oráculo da retórica eclesiástica”⁵. A robustez doutrinária e a consistência argumentativa dos seus sermões, assim como o reconhecimento que recebeu de teóricos da retórica e outros autores, que o apresentavam, entre os “modelos de boa expressão vocabular”⁶, como exemplo inspirador de eloquência sagrada e “um artista da prosa”⁷, não pareceram suficientes para, salvo isoladas exceções, interessar os estudiosos do barroco português, ficando a sua obra ofuscada pela do P.^e António Vieira, seu contemporâneo.

Os *Sermões* do P.^e Bartolomeu do Quental enquadram-se na missão indeclinável de confrontar as pessoas com a sua conduta de vida e, simultaneamente, inspirar a boa governação do reino. Competia-lhe instruir não apenas o comum dos ouvintes, mas também o monarca, os cortesãos, o clero, os dirigentes e administradores do Estado, cujas responsabilidades aumentavam com a posição social que detinham e as funções que desempenhavam. Tomando por base o conjunto de sermões que o P.^e Quental nos deixou, o nosso propósito será procurar acompanhar a forma como deu cumprimento aos seus intentos altamente moralizadores e doutrinadores, fixando-nos em alguns dos seus tópicos. Assim, tentaremos pôr em evidência a eloquência oratória, em trechos do seu sermonário, pródigos em imagens, comparações e exemplos, que nos pareçam elucidativos, e, simultaneamente, destacaremos o seu pendor interventivo, marcado por uma ética política, social e pessoal que é enunciada com veemência, numa série de pontos que variavam conforme o estatuto social do público em presença. Abordaremos, por isso, em primeiro lugar, os temas de incidência política que predominam nos

⁴ Cf. “Recompensa pelos serviços de Bartholomeu do Quental e Sousa”, em *Arquivo dos Açores*, v. VII, pp. 292-293.

⁵ Barbosa Machado, D., *Biblioteca Lusitana*. v. I, p. 474.

⁶ Pinto de Castro, A., *Retórica e Teorização Literária em Portugal. Do Humanismo ao Neoclassicismo*. p. 263; cf. *ibidem*, pp. 267 e 684.

⁷ Pires, M.^o L., “O padre Bartolomeu do Quental, pregador da capela real”, p. 169.

sermões da Capela Real, nomeadamente a equidade na administração da justiça, a atenção aos mais desprotegidos, o zelo e a isenção do rei na administração do reino e a superioridade da lei de Deus que a todos sujeita. Em segundo lugar, atenderemos aos sermões que foram pronunciados fora da Capela Real, em que os temas políticos cedem o lugar à meditação sobre a fragilidade da natureza humana, o aperfeiçoamento da vida interior e a reforma da vida moral. Antes, porém, trataremos de apresentar alguns traços gerais que marcam a sua oratória.

1. O PATHOS NA ORATÓRIA SAGRADA

Bartolomeu do Quental publicou trinta e dois sermões, em dois volumes, seis e quatro anos, apenas, antes da sua morte, ocorrida em 1698. Conforme esclarece no prólogo do primeiro volume, “desenterrei da sepultura do esquecimento de todos, e também do meu, alguns dos que preguei no século, e me pareceram mais doutriniais”, para assim dar satisfação a muitas solicitações que reclamavam a sua publicação. Pronunciou-os, na grande maioria, na Capela Real e os restantes noutros lugares: dois em Setúbal e dez em Lisboa, nas igrejas da Misericórdia, da Sé e em alguns conventos, por ocasião de celebrações com alguma solenidade. Os temas dominantes são a fragilidade humana, a reforma interior e o zelo na administração da coisa pública, num persistente apelo à mudança de vida pela confissão, arrependimento e reparação das ofensas. O tom morigerador do discurso exortava, advertia e aconselhava a refazer a vida pelas exigências das virtudes evangélicas que apontavam para uma vida reta, na justiça, caridade, temor de Deus e amor ao próximo. A certeza da morte iminente, que a qualquer momento poderia surpreender, e a persistência no pecado, que comprometia para sempre a vida futura, alimentavam a retórica argumentativa do pregador, fértil em inventariar situações existenciais e a mobilizar imagens e cenas sugestivas da experiência quotidiana, muito ligada à agricultura e ao mar. Os episódios exemplares da vida de santos e profetas, assim como a evocação da heroicidade de personagens bíblicas, na espetacularidade dos acontecimentos que as rodeavam, eram expostos com o recurso à autoridade de exegetas, num incansável esforço de sensibilização do auditório para o perigo de uma condenação irreparável e para o imperativo da emenda de vida.

O caminho que o pregador apresentava, longe de apaziguar e aconchegar os ouvintes no conforto da sua prática religiosa, colocava-os antes perante a tomada de consciência angustiada do pecado que a sua piedade escondia. Procurando desmistificar algum convencimento generalizado, inclinado a ver sinais da proteção de Deus nos sucessos da Restauração, o pregador denuncia o ilusório desses sentimentos otimistas, lembrando também a convicção corrente do povo em acreditar “que os maus sucessos desta Monarquia são castigo de nossos pecados”. Argumentava ainda, recorrendo aos ensinamentos da memória da história, que nos asseguravam que “Deus Senhor nosso costumou sempre castigar os pecados dos reinos ainda mais mimosos seus, como era o da Judeia, e se o nosso os tem, havia de chegar alguma hora o seu castigo”⁸. E prossegue, advertindo para o estado de pecado que a todos contamina, dizendo que, embora não saiba explicar a relação que eles possam ter com “os apertos do reino”, sabe apenas que “há pecados, e que está o castigo de Deus à porta do reino, como estava no da Judeia”. Será, pois, ilusório pensar-se que, apesar dos sucessos alcançados na causa da Restauração, a proteção que Deus tem concedido a Portugal nos traga especial resguardo do seu castigo: “Não há que fiar em ser reino de Deus para não temer os seus castigos; porque Deus também castiga os seus”⁹.

⁸ Sermão da Quarta Domingo do Advento, Capela Real, 1658, v. II, p. 98. A alusão aos acontecimentos políticos relacionados com a perda e ulterior recuperação da autonomia política do país não tem por alvo justificar ou suscitar nos ouvintes a adesão à causa patriótica da Restauração. O centro do argumento é o apelo à reforma dos costumes, como exigência doutrinária, e só colateralmente se associa a iminência de voltar a abater-se sobre a Pátria os perigos que ainda a ameaçavam. A inclusão do P.^e Quental na lista da parenética portuguesa da Restauração tomou por base um manuscrito da Biblioteca da Ajuda intitulado Sermão da Vinha, pregado na Capela Real em 1663 (Cf. Marques, J. F., *A Parenética Portuguesa e a Restauração 1640–1668*, v. I, p. 58, v. II, p. 382 e Apêndice, 1. Sinopse cronológica dos sermões, 1.1. Sermões manuscritos e impressos, v. II). Não dispomos de informação do teor desse manuscrito que João Francisco Marques dá como tendo sido “impresso com variantes”, no volume I dos *Sermões*, e Maria Lucília Pires identifica como o Sermão da Terceira Terça-Feira da Quaresma, pregado na Capela Real, em 1664, em que ambos têm por tema o controverso *Auferetur a vobis Regnum Dei* (cf. Pires, M.^a L., “O padre Bartolomeu do Quental, pregador da capela real”, pp. 165-166). Este sermão refere os muitos desmandos do reino que convocam o inevitável castigo divino, afirmando que nos não podemos julgar protegidos “com os benefícios que Deus faz a Portugal” (v. I, p. 268), desde logo a recuperação da independência, mas também os sinais milagrosos que se têm manifestado nalgumas igrejas (*ibidem*, p. 277). Há que observar a lei de Deus, uma obrigação dos “maiores” para exemplo dos “particulares”, pois “se os que hão de castigar as desordens da vinha fizerem os ferimentos, e os homicídios; que hão de fazer os mais” (*ibidem*, p. 262)? Tal como o Sermão da Domingo da Septuagésima, também pregado na Capela Real, em 1661, que tem por tema principal o nepotismo e a corrupção do reino, igualmente comparado a uma vinha, o presente Sermão, embora refira os sucessos da Restauração, serve o propósito de tornar mais espessa a linha moralista que norteia a pregação do P.^e Quental.

⁹ Sermão da Terceira Sexta-Feira da Quaresma, Capela Real, 1664, v. I, pp. 276-277.

Ao contrário da justiça humana, que não raras vezes protege os amigos e os mais próximos, a justiça divina é severa no castigo que aplica aos amigos, como aconteceu com os anjos: a proximidade com Deus não impediu que eles tivessem sido condenados, pois vivendo na sua amizade teriam a obrigação de Lhe serem mais fiéis. Assim, da mesma forma que o pecado “fez de um anjo um demônio”¹⁰, também nós poderemos ser atingidos pela mesma condenação se permanecermos nos vícios que nos farão jazer como mortos, à semelhança da personagem do Evangelho que jazia junto a um lago, incapaz de se lançar a ele para alcançar a cura para os seus males¹¹. Reincidir no pecado, permanecer nos vícios e dizer ao mesmo tempo que nos sentimos protegidos de Deus é completamente desprovido de qualquer sentido. Pelo contrário, estas atitudes só fazem aumentar os riscos agravados da condenação, pois “se nós somos mais de Deus, temos obrigação de ser melhores, e como temos maior obrigação, devemos temer maior castigo”¹² e não trilhar caminhos que nos afastem da sua proximidade. Os caminhos de Deus conhecem-se pelos seus sinais, que são o contrário daqueles que conduzem à perdição: largos, planos e repletos de fausto, vaidade, soberba e sensualidade. O caminho que conduz à vida plena é estreito, íngreme e cheio de exigências: é a via da cruz onde se não pode descansar. E sem procurar embalar o auditório com palavras suaves e compassivas, coloca-o perante os mais impressionantes e dramáticos cenários do martírio de muitos santos e do próprio Cristo, dirigindo-lhe lancinantes interrogações:

*Aos seus mimosos não levou Deus por caminhos tão estreito, e tão apertado, que para caberem por ele, a uns cortou a cabeça, a outros vazou o sangue, a outros adelgçou com abstinências, a outros apertou com cadeias, e com cilícios, e a todos despojou do que possuíam, e ainda assim a algum se lhe esfolou a pele? E a seu Filho não o levou pelo mesmo caminho, com os mesmos e maiores apertos, adelgçando-o com jejuns, apoucando-o com desprezos, pisando-o com injúrias, atando-o com cordas, vazando-o de sangue, e ultimamente já no fim do caminho, fazendo-o passar por uma ponte tão estreita, que lhe não couberam os pés, senão um sobre o outro? E ainda assim deixando os vestidos ao pé dela, para passar à sua vontade?*¹³

¹⁰ Sermão da Quarta Sexta-Feira da Quaresma, Capela Real, 1662, v. II, p. 189.

¹¹ Cf. Sermão da Segunda Sexta-Feira da Quaresma, Dia da Procissão dos Passos em Lisboa, Capela Real, 1660, v. II, p. 247

¹² Sermão da Terceira Sexta-Feira da Quaresma, Capela Real, 1664, v. I, p. 276.

¹³ Sermão da Terceira Domingo do Advento, Capela Real, 1659, v. II, p. 82.

O carácter edificante da doutrinação não condescende nem com o ritualismo devoto que cristaliza a vida religiosa e desvia as pessoas do imperativo de reformar o seu estilo de vida, nem com o discurso artificioso e obscuro, portador duma eloquência, incapaz de tocar o coração de cada um e alcançar o seu entendimento. O pregador adapta-se a dois tipos de público, com uma linguagem que mobiliza imagens e exemplos familiares, cumprindo o alto propósito quer de ensinar o povo e persuadi-lo a mudar de vida, quer de alertar os governantes para a sua atuação negligente e perversa, procurando ministrar a todos os remédios que poderão restabelecer a saúde espiritual, abalada por más práticas. Em lugar de distrair o auditório, iludindo a degradação em que se encontra, procura instalar nos corações uma inquietação de mal-estar e angústia. A desolação sofredora é geradora dum *pathos* que desassossega e desinstala as pessoas do aconchego de uma consciência adormecida pela prática religiosa, apontando caminhos de regeneração.

O local e o contexto do sermão não se mostravam indiferentes à sua construção, particularmente atenta à moldura humana do auditório que era preciso comover, despertando-o da rotina ritualista a que estava acomodado e de um “mundanismo espiritual”¹⁴, como hoje se diria, que serviria apenas de lenitivo para apaziguar danos morais, sequelas de procedimentos que teriam lesado terceiros, conforme o pregador deixa transparecer ao reprovar o despudor de práticas generalizadas, como a que apresenta nos seguintes termos:

*Quando nos vemos em algum aperto, ou ameaça de castigo, manda-se expor o Senhor pelas igrejas, e se entraís em qualquer delas, achais quatro pessoas, e dessas umas com tão pouca decência, que fora melhor não estarem; outras, que pelo receio de serem murmuradas não estão como convém; que chegarão a ser matéria de murmuração as ações de piedade: achais também quando muito uma ladainha; mas penitência, conversão, reforma, emenda, nem confissão, tudo como dantes, e pior um pouco; muito boa é a ladainha, mas há de ser junta com a penitência*¹⁵.

O realismo das imagens e dos exemplos, por revestirem uma proximidade familiar facilmente assimilável, punha perante o olhar permeável dos ouvintes os

¹⁴ Expressão utilizada pelo Papa Francisco para denunciar um estilo de vida em que, sob o respaldo de uma religiosidade aparente, muitos se fazem revestir de uma “boa consciência” para fazerem a promoção do interesse próprio e do bem-estar individual (cf. *Evangelii Gaudium*, pp. 93-97).

¹⁵ Sermão da Quarta Domingo do Advento, Capela Real, 1658, v. II, p.101.

desafios doutrinários e os projetos de um ideal de vida que se robustecia com o brilho e os artifícios que a oratória era capaz de utilizar. As epígrafes, longamente glosadas e reforçadas por oportunas referências aos livros sagrados e expositores, envolviam a pregação num cunho de autenticidade que atraía e convencia o auditório, dirigindo-o para junto das fontes mais genuínas da verdade. Todos estes recursos conferiam ao pregador autoridade e prestígio, próprios de um agente qualificado do sagrado, e sublinhavam a elevação da missão em que se encontrava investido. O pendor exemplar da pregação contribuía ainda para desviar a atenção do auditório do fulgor e excessos do pregador e centrá-la, assim, na sua função de dirigente esclarecido da vida moral das pessoas e das famílias, bem como dos responsáveis pela administração social e política da comunidade. A todos haveria que resgatar para a causa da justiça e da retidão, tanto a gente anónima e indiferenciada que reclamava orientação, como as elites e os governantes que careciam de ser instruídos das boas práticas e admoestados dos seus abusos e desmandos.

A proteção do poder régio ao clero e a instituições da Igreja em Portugal gerava um circuito de solidariedade entre o poder temporal e espiritual que contribuía para o fortalecimento de ambas as partes. O rei zelava pela ortodoxia católica, mas beneficiava da vigilância do Santo Ofício, em matéria de fé e costumes, assim como de aconselhamento, em que teólogos e juristas, sem ousarem cercear os direitos e privilégios da Coroa, o assessoravam na procura de soluções que legitimassem os seus interesses. O clero exercia o seu poder doutrinador no púlpito, mas também nas casas de formação das ordens religiosas, onde as jovens vocações eram instruídas e os muitos que, ao desistirem da vida religiosa, acabavam por integrar as elites locais. Também a presença de colégios dos Jesuítas em várias cidades e o próprio ensino universitário constituíam focos de irradiação da influência da Igreja, ao ponto de alguns estudiosos deste período da história falarem de uma “presença tentacular do corpo eclesiástico na vida portuguesa”, que fez crescer o número de clérigos, regulares e seculares, e a sua influência em vários estratos da sociedade portuguesa. A abundância de clero que então existia em Portugal propiciava mesmo uma vivência religiosa que se multiplicava na profusão de cerimónias do ano litúrgico, celebradas em festas paroquiais, capelas particulares, confrarias e conventos¹⁶.

¹⁶ Cf. Marques, J. F., *A Parenética Portuguesa e a Restauração 1640–1668*. v. I, pp. 35-42.

Num universo muito marcado pela atmosfera religiosa, que impregnava a vida social, era fácil fazer convergir num mesmo lugar povo e autoridades, que afluíam às celebrações, em que a pregação constituía mesmo o seu ponto central. Era a ocasião propícia para exortar à reforma dos costumes que pacificasse a convivência social, assim como para conformar a opinião pública a certas causas, designadamente as que fortalecessem a soberania restaurada, protegendo-a de investidas conspirativas que a ameaçavam. Os pregadores da Capela Real e o demais clero que frequentava o paço, para além da missão de aconselhar o rei nas decisões políticas, muitas delas enredadas em dilemas e escrúpulos de consciência, usavam o púlpito para formar a opinião pública quer do ponto de vista político, quer doutrinário, especialmente no domínio moral. O lugar cimeiro que a teologia ocupava no conspecto dos saberes da época não somente acreditava os teólogos para dirimir casos de consciência e tomar a defesa das causas que melhor servissem os interesses do reino ou dos grupos dominantes, mas conferia-lhes também alguma imunidade para cumprirem “o dever de censurar publicamente certas condutas da corte e do próprio monarca”¹⁷. Num período em que vários países europeus, tocados pela Reforma, desenhavam uma nova conceção do Estado que reforçava o poder político e a sua consequente separação da influência do papado, em Portugal e Espanha, as teorias que propalavam a origem popular do poder harmonizavam-se com a visão absolutista do rei, pois este era, ao mesmo tempo, o garante da ortodoxia católica. A ação dos pregadores prolongava esta conceção, procurando envolver a ação política pelos princípios éticos do cristianismo, e evoluindo em redor da ponderação de regras de governação que poderiam consolidar e reforçar o poder do rei, no exercício equilibrado de uma autoridade soberana, absoluta e indiscutível, mas fiel à Igreja de Roma. A prática parenética alinhava, assim, por um pensamento político denominado “política cristã”, que procurava harmonizar a arte de governar com as orientações morais e religiosas de inspiração católica¹⁸, versando temas como

¹⁷ Vieira Mendes, M., *A Oratória Barroca de Vieira*. p. 81. Cf. Ferin Cunha, M., “Os sermões pregados na Capela Real: auditório e outras circunstâncias”, pp. 250-251.

¹⁸ Cf. Reis Torgal, L., *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, v. I, pp. 165-219 e v. II, pp. 135-232.

as relações entre o poder monárquico temporal e a jurisdição eclesiástica, a tirania e o tirano — os limites do exercício do poder —, a cultura e a piedade do rei, a relação com os súbditos, o lugar do valido, dos privados e dos ministros, a prevenção contra os adulares, as mercês, os pretendentes, a justiça distributiva — ou seja, a prática da recompensa com cargos —, a escolha de ministros, a nobreza de sangue e a nobreza de obras, a origem divina do poder, a inveja, cobiça ou ambição dos cortesãos, as guerras santas ou a guerra em geral e, acima de tudo, ocupando mais espaço, as virtudes que competem a um príncipe¹⁹.

2. REFORMA DO REINO

A que teria obedecido a ordenação do sermão do P.^e Bartolomeu do Quental será certamente uma questão difícil de solucionar de forma decisiva, pois nem a menção da data, inscrita em cada sermão, nem a sucessão das festividades do calendário litúrgico a que eles se reportam, nem mesmo os locais em que foram pronunciados proporcionam elementos que nos possam esclarecer. A sua arrumação parece alheia a estes parâmetros, em que datas, locais e até efemérides celebrativas, incluindo cerimônias conventuais e exequiais, fazem suceder os sermões de forma aleatória²⁰, completamente à margem desses critérios. É certo que os dois volumes têm em comum abrirem com um sermão sobre o juízo final, ambos pronunciados na Capela Real, mas, mesmo assim, a cronologia não explica a decisão de selecionar para o primeiro volume um texto que é três anos posterior ao que abre o segundo volume, que ostenta a data de 1657.

A escolha do tema de abertura dos dois volumes dos *Sermões* não parece, no entanto, irrelevante, pois não deixa de enunciar a intencionalidade escatológica que o pregador pretende conferir às restantes peças da oratória que reuniu. A tônica é colocada na insignificância dos bens deste mundo e na vacuidade de um estilo de vida focalizado na ostentação das riquezas, pompas, grandezas, valimentos e aplausos. Perante o completo alheamento que as pessoas manifestam dos princípios e preceitos que lhes poderão traçar o rumo que as proteja na vida futura, o pregador pergunta enfaticamente se essa atitude de abandono do

¹⁹ Vieira Mendes, M., *A Oratória Barroca de Vieira*. p. 83.

²⁰ Cf. Pires, M.^a L., “O padre Bartolomeu do Quental, pregador da capela real”, p. 158.

que lhes pode trazer sentido à vida as não torna comparáveis, a “uma leve cana, por fora verde, por dentro oca, e a qualquer sopro mutável?”²¹ Porque no final dos tempos tudo ficará reduzido a uma ruína, e só a memória dos justos se conservará, é conveniente passar em revista as inúmeras futilidades que prendem indevidamente a atenção dos homens, como as que os levam a viver na ansia por ocupar os primeiros lugares ou a jamais se satisfazerem com o muito de que já desfrutaram, não conseguindo nunca possuir “palácios que lhes bastem, nem lugares em que caibam”²². Para além do conforto temporal, preocupam-se ainda em valorizar a imagem e ostentar a linhagem

*em árvore com um tronco, e raízes tão fundas, e tão antigas, que lá chegam ao centro da terra, pouco menos do que quando Deus a criou, com uma altura tão excessiva, que passam os cedros do Líbano, e lá se vão roçar pelas estrelas: com uns ramos tão listrados, que lá vão confinar com os dos reinos mais vizinhos, e às vezes dos mais afastados; e para lhe assegurarem a duração, lhe atam os esgalhos a novos troncos, com umas folhas tão largas, que podem escrever nelas as suas proezas e as dos seus antepassados, e às vezes tudo é folha: com uns frutos tão abundantes, que podem sustentar grandes faustos; e se talvez faltam os frutos, nem por isso se descuidam da árvore: a sua árvore sempre na sua boca, ainda que para a sua boca faltem os frutos da sua árvore*²³.

E mesmo depois da morte, continua com garbo o pregador, sem disfarçar a ironia, procuram conquistar a imortalidade por meio de inscrições, pinturas e jazigos monumentais em que se “levantem aos ombros de grandes elefantes soberbos mausoléus”. Tudo isto, conclui, não passa de glórias, vaidades e enganos, simples roupagem tecida de fumo com que os mortais se vestem. No final dos tempos, toda a glória do mundo será reduzida a cinza e ninguém perguntará pelos reinos, cidades, palácios, nem demais coisas que nos foram próximas, como propriedades, jardins, quintas, morgadios. Nessa altura, ninguém saberá dizer onde tudo isso estará, mas dirá antes que não está em parte alguma: tudo no mundo estará arruinado, sem lugar em que esteja, pela simples razão de ter deixado de ser seja

²¹ Sermão da Primeira Dominga da Quaresma, Capela Real, 1661, v. I, p. 205.

²² Sermão do Juízo Final, Capela Real, 1660, v. I, p. 21.

²³ *Ibidem*, p. 8.

o que for: “só de um modo estará então o mundo, no nada, de que Deus o tirara, quando o criou; tudo virá a ser nada, e então verão os homens o nada porque se perderam: *Tunc videbunt*”²⁴.

O sermão inaugural do segundo volume retoma o tema da ruína que, no final dos tempos, atingirá, não apenas os bens materiais, mas toda a gente e a própria natureza. Sol, Lua, estrelas, mas também monarcas e nobres, papas, bispos e eclesiásticos, ricos e pobres, sábios e ignorantes, mostrarão nesse dia, sem disfarces, o que realmente são: “breves cinzas”. Diluem-se as diferenças sociais e todos tomarão lugar numa planura imensa, sem montes nem outeiros, para que fiquem ao mesmo nível:

*aí se arrasarão os tronos, os cetros, as coroas, as majestades, isto é, arrasarem-se os montes: aí se alhanarão os títulos, as casas, os valimentos, os postos, as dignidades, isto é, alhanarem-se os outeiros; tudo estará arrasado, tudo estará posto por terra, tudo estará igual com o chão*²⁵.

A narração bíblica da destruição da estátua que Nabucodonosor viu em sonhos (Dn. 2, 32-35) constitui uma antecipação do que irá acontecer. A destruição que a arrasou, ao ser tocada por uma pedra que reduziu o ouro da cabeça e os metais nobres das restantes partes do corpo ao pó em que se desfez também o barro que lhe modelava os pés, prefigura o mundo quando a ruína o atingir: “aí estará o ouro com o barro, a cabeça com os pés, antes não haverá pés nem cabeça; aí estará o mais soberbo monarca com o mais triste pedinte, e tão boa hora que seja assim, que pode ser, e é muito factível, que esteja o pedinte em melhor lugar do que o monarca”²⁶, pois será apenas o merecimento de cada um que ditará o melhor lugar.

Todos serão chamados a dar conta dos seus atos, mas também dos atos dos seus subordinados por quem são responsáveis, conforme deu exemplo o próprio Cristo, no Horto das Oliveiras, ao restituir ao soldado que o foi prender a orelha que Pedro lhe cortou com a espada que desembainhou em defesa do Mestre. Da mesma maneira que Cristo, depois de admoestar o apóstolo, reparou o dano que

²⁴ *Ibidem*, p. 7.

²⁵ Sermão do Juízo, Capela Real, 1657, v. II, p. 12.

²⁶ *Ibidem*, pp. 12-13.

ele provocou no soldado, assim também todos os que não vigiarem os subordinados que têm ao seu serviço responderão por essa omissão. Não se deixando ficar por meras generalidades, passa a concretizar da seguinte forma: o rei, para além de ser responsável pelas suas próprias ações, também responderá pela ações

*de seus ministros, de seus tribunais, de seus estados, do zelo da fé, da imunidade da Igreja, de todo o seu reino; os ministros darão conta dos seus procedimentos, de seus votos, de suas eleições, de suas sentenças, de seus criados; os prelados darão conta do seu exemplo, dos seus súbditos, das suas comunidades, das suas dioceses; e assim os mais darão conta de si, das suas famílias, das suas ocupações, dos seus ofícios*²⁷.

E o mesmo se aplica ao pregador que há de também prestar contas a Deus não somente enquanto homem, cristão e sacerdote, mas também enquanto pregador e confessor: “De três coisas mais principais, em que se encerram outras muitas, me há de Deus pedir contas, da pessoa, do estado, e do ofício”²⁸, incluindo neste último ponto as suas funções de pregador e de confessor, pela obrigação que lhe assiste de orientar a conduta das pessoas pelo caminho da virtude, designadamente se no púlpito cedeu à tentação da lisonja, em prejuízo da verdade, e no confessionário não mandou reparar os danos perpetrados à honra das pessoas, ou restituir os bens roubados e liquidar as dívidas contraídas.

Sobressai, assim, nesta pregação, como nas subsequentes, a preocupação com a vida reta, considerada não apenas do ponto de vista do foro pessoal, mas também na relação com os outros, por via das exigências ditadas pelo exercício das suas ocupações e ofícios. O autor chama a atenção não propriamente para o quadro normativo que assegure o exercício competente das tarefas que cada um tem a incumbência de desempenhar em diferentes repartições, mas para o seu envolvimento ou empenhamento na execução dos serviços que presta. O acento tónico é colocado a montante das competências técnicas e dos protocolos processuais de atuação, ou dos normativos que os regulam, assumindo particular relevância a atitude ou a índole virtuosa que as pessoas imprimem à sua atuação. Alguns estudos no âmbito da ética das profissões têm chamado a atenção para a

²⁷ *Ibidem*, p. 23.

²⁸ *Ibidem*, p. 22.

relevância que reveste o tema da “virtude” para compreender o que confere espessura moral ao exercício “competente” de uma profissão. Mais do que regras ou normas em concreto, a noção de virtude encerra um conjunto de qualidades morais que envolve o desempenho técnico-profissional num projeto de humanização da vida social no seu todo. Augusto Hortal recupera um texto de Max Scheler que fala da necessidade de reabilitar a virtude como um conceito basilar da ética, elencando alguns nomes que a ela se referem, como, por exemplo, “sinceridade, franqueza, misericórdia, generosidade, gentileza, eficácia, eficiência, espírito de iniciativa, diligência, pontualidade, fidelidade, fiabilidade, humildade, afabilidade, respeito pelas pessoas, solidariedade, compaixão, justiça, sentido social...”²⁹. Trata-se, pois, de um conjunto de noções que não será propriamente suscetível de ser codificado em normativos, mas que, ao ser interiorizado, define o carácter e marca a ação moral, mais do que as normas escritas ou a enunciação dos valores³⁰.

É assim que se compreende a ênfase posta na retidão de carácter do rei, dos magistrados e do comum das pessoas como pressuposto básico do exercício das suas funções, aspeto que cresce de relevância quanto mais elevadas forem as responsabilidades de quem as exerce. E dá como exemplo o tratamento desumano a que a administração do reino submete muitos daqueles que têm de recorrer aos seus serviços, pela exploração desenfreada a que os sujeita:

Entra um homem na corte a tratar de uma demanda, e entra com uma capa muito boa, e muito sã, e aos quatro dias está a capa feita em retalhos, um retalho leva o requerente, outro retalho leva o escrivão, outro retalho leva o advogado, e não sei se outro o julgador, mas se o não levar o julgador, leva-o a valia do julgador; já se o pobre homem vem a pretensões de outra qualidade, ainda a capa dará menos, porque não bastará dá-la a pedaços, será necessário dá-la inteira; a quanta gente de bem farão tremer estes retalhos, e estas capas partidas! E porque os pequenos se não vão rindo, também a todos os oficiais de todos os ofícios, hão de lá aparecer os seus retalhos³¹.

²⁹ Hortal Alonso, A., *Virtudes del profesional*. 2007, pp. 36-37.

³⁰ Cf. Silveira de Brito, S. H., *Ética geral e éticas aplicadas*. 2016, pp. 287-298.

³¹ Sermão do Juízo, p. 26.

A falta de equidade dos serviços do reino pesará sobre o monarca, não por ser agente direto de uma justiça desvirtuada, mas por permitir que ela seja exercida de forma corrompida pelos que se encontram sob a alçada da sua nomeação. Servirão ainda de exemplo as situações de perversão na duplicidade de critérios na administração da justiça, em que, “pelos mesmos crimes, nos do vulgo ordinariamente se executa o castigo; os grandes, os ilustres sempre escapam (...); aos do vulgo se lhes põem a lei às costas, e aos que têm melhores costas, não se põe a lei”³². Evoca ainda o exemplo bíblico de Saul (1 Sm 15) que, por não ter executado a ordem divina de castigar pela espada e por igual todo um povo e o seu monarca Agag, se decidiu a poupar o rei, os grandes da corte e os que tinham melhores rebanhos e demais coisas valiosas. Por isso Deus lhe tirou o reino de Israel, pois “rei que pelo mesmo crime castiga o vulgo, e perdoa a Agag, este rei reprova a Deus”³³. A parcialidade em aplicar as leis torna-as semelhantes a “teias de aranha, que prendem as moscas pequenas, e as quebram as grandes: para as grandes são fios, e para as pequenas são laços”³⁴. O rei é o garante do justo funcionamento de todas as repartições do reino, da mesma forma que os chefes dos exércitos, os comandantes dos navios, os guardiões das cidades respondem pelos erros que provocam danos em si próprios, mas também pelo prejuízo que o seu comando poderá provocar nos outros:

*saibam que não de dar conta a Deus de uma frota, de uma armada, de uma fronteira, de um reino; saibam, que não de dar conta de si, e mais dos outros, e que há de ser mais estreita a conta, que Deus lhe há de pedir dos seus officios, que das suas pessoas, porque nos erros de suas pessoas, perdem-se somente eles, e nos de seus officios, perdem-se eles, perdem-se muitos, e perdem-se todos, se se não ajustarem muito com as Leis de Deus, não de dar estreita conta de muitas fazendas, de muitas honras, de muitas vidas e de muitas almas*³⁵.

Bartolomeu do Quental evoca o versículo sapiencial de glorificação das sentenças proferidas por Deus, por serem justos os pesos e a balança do seu julgamento (Pr 16, 10-11), e procura inspiração na antevisão apocalíptica do julgamento

³² Sermão da Circuncisão, Capela Real, 1663, v. I, p. 181.

³³ *Ibidem*, p. 182.

³⁴ *Ibidem*, p. 179.

³⁵ Sermão do Juízo, p. 29.

final que confronta o livro da vida de cada um com as prescrições da Lei de Deus (Ap 20, 12). No final do sermão que abre o primeiro volume dos seus *Sermões*, o pregador alcança a culminância da dramatização teatral, envolvendo-se numa encenação repleta de personagens e movimentos que dão forma ao tribunal divino, onde se fará o juízo “por conta, e mais por peso”, num ambiente em que não faltam o trono do supremo Juiz, a multidão de réus, todos por igual e desprovidos das insígnias que assinalavam o seu poder, os anjos a conduzirem o cerimonial, a balança com os seus pratos suspensos, os livros em que constam os deveres de cada um e as obras efetivamente realizadas, ou seja, “em que está assentada a conta do que se há de pesar na balança”, e todo o procedimento que consiste em colocar num dos pratos da balança “o que está carregado a cada um de nós para dar conta, e no outro a descarga que tivermos para dar, que também estará nos livros”³⁶. E enumera a sucessão ordenada de todo o processo, que se inicia pelo julgamento dos sacerdotes, bispos, confessores e pregadores, com o anjo a pôr num dos pratos da balança os deveres e obrigações e no outro as suas obras. Segue-se depois “o peso, e a conta” dos reis, com o anjo a pôr também num dos pratos da balança o cetro e a coroa, com

*todos os seus tribunais, todas as suas secretarias, e todos os seus ministros, com o cuidado que devia ter de os escolher, e de os vigiar; porá logo a obrigação que tinha de fazer guardar a imunidade da Igreja, e zelar a propagação da fé; e aos do nosso Portugal porá também as cinco chagas que Jesus Cristo lhes deu por quinas, com obrigação de as arvorarem nos muros da infidelidade; porá logo todos os seus vassalos, com a obrigação que tinha de os reformar nos costumes com o seu exemplo, e de os igualar no castigo aos delitos, e no prémio aos merecimentos; porá finalmente todos os seus reinos, e todas as suas conquistas, que de todas há de dar conta*³⁷.

Depois dos reis, segue-se a abertura de um novo ato: chegará a vez dos conselheiros, e outra vez o anjo começará a preparar a balança, colocando num dos pratos os regimentos dos tribunais que os ministros e juizes tinham o dever de cumprir, a isenção no aconselhamento do rei, que os obrigava a decidir em consciência,

³⁶ Sermão do Juízo Final, p. 27.

³⁷ *Ibidem*, p. 30.

“sem paixão de ódio, nem afeição”, a eficácia no atendimento e despacho das petições, sem dilações que causam danos aos peticionários e ao reino. Todo aquele que está investido numa função tem a obrigação moral de a desempenhar com zelo para não prejudicar terceiros, pois qualquer ato negligente ou mau conselho não é um pecado isolado que fica limitado àquele que o comete, mas “é tantos pecados, quantos danos, quantas perdas, quantas ruínas nascem dele”³⁸.

A advertência aos responsáveis pelo governo do país para zelarem pelo bem-comum, particularmente os mais desprotegidos, e não para benefício próprio e dos mais próximos, é uma constante na pregação do P.^e Bartolomeu do Quental, que insiste no dever de ouvir as pessoas nas suas petições, exigindo a todo aquele “que governa tanto, ou mais escrúpulo de não ouvir, que de não julgar; despache quando convier, mas ouça sempre; quando não for conveniente despachar o miserável, console-o ao menos com ouvi-lo”³⁹. E evocando a súplica de Salomão que pedia a Deus um coração capaz de ouvir para bem julgar, lembra a todos os que têm a incumbência de julgar a obrigação de ouvir as partes, expressando-se de forma lapidar do seguinte modo: julgador que ouve o que condena, e não o que livra, tem mau coração:

*Julgador que ouve o que livra, e o que condena, tem bom coração: julgador que ouve o libelo criminal, e não a defesa do réu, tem coração de tirano: julgador que ouve os soltos, e não os presos, tem coração de parcial: julgador que ouve os presos, e os soltos, a defesa, e o libelo, tem coração de juiz*⁴⁰.

O exercício do poder, seja ele político, judicial ou de outra índole que envolva decisão, constitui um serviço exigente que não poderá estar à mercê de interesses, negligências e caprichos de quem o exerce. Quem o detém, um dia irá responder por ele, tendo em linha de conta os danos que a sua atuação ou falta dela poderá ter causado a terceiros.

Ao abordar a parábola dos operários da vinha, no sermão do Domingo da Septuagésima, não se inibe de introduzir o tema do nepotismo, que enche “a

³⁸ *Ibidem*, p. 32.

³⁹ Sermão da Segunda Dominga do Advento, Misericórdia de Lisboa, 1656, v. I, p. 132.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 133.

vinha de tantos cepos como cepas” pelo favorecimento que, com a estranheza e a desconfiança de toda a gente, é dado aos parentes, amigos e afilhados. A proteção abusiva que os responsáveis pela administração pública dispensam aos que lhes são próximos, em detrimento dos melhores ou mais competentes, torna “a vinha cheia de comedores, e vazia de operários”⁴¹. A atuação dos dirigentes políticos será vital para o funcionamento do reino, pois não só deverá garantir a equidade no tratamento de todos os cidadãos, mas servirá também de exemplo inspirador da conduta de todo o povo. Tudo funciona de forma comparável a um organismo vivo, em que “é impossível estarem os corpos sãos, quando as cabeças estão doentes: *cum caput dolet, cætere membra dolente*”⁴², assegura o sermão da Quarta Dominga do Advento. A vida política assemelha-se ao nosso corpo, bastará um desarranjo mental para que todos os movimentos do corpo se desarticulem: “se a cabeça não governa, não dura o corpo em pé”, insiste o pregador, fazendo passar a sua doutrinação por uma comparação tão clara aos olhos de todos, porque remete para a própria experiência de cada ouvinte.

O mesmo procedimento é utilizado na denúncia de usar o poder em benefício próprio, e não do interesse geral. Para acentuar a iniquidade deste procedimento, recorre a exemplos que o senso comum facilmente percebe, como os que comparam o Estado corrompido a uma carruagem em que o carro, os cavalos e as rodas simbolizavam, respetivamente, a corte, os governantes e o povo: “os animais puxavam pelo carro, e as rodas sustentavam o peso”⁴³. Ao mesmo tempo que sublinha a importância dos animais para mover as rodas que deslocam o carro, realça a importância que eles revestem para o movimento equilibrado das rodas e a condução segura de todo o carro, pondo assim em evidência a responsabilidade dos que puxam e guiam o carro, pois os seus erros e negligências não apenas desencaminham os próprios, mas também todos os outros⁴⁴.

Sobre os ombros de quem governa pesa o ónus de responder não só pelos seus atos, mas ainda pelos seus reflexos na vida do Estado, dando como exemplo a corte de Nínive que pela pregação de Jonas (Jn. 3) reformou radicalmente a sua

⁴¹ Sermão da Septuagésima, Capela Real, 1661, v. I, p. 79.

⁴² Sermão da Quarta Dominga do Advento, Capela Real, 1658, v. II, p. 92.

⁴³ *Ibidem*, p. 93.

⁴⁴ Cf. Brandão da Luz, J. L., *Bartolomeu do Quental, pregador da redenção do homem*. p. 75.

conduta, no que foi acompanhada pelos seus habitantes que lhe seguiram o exemplo: “reformaram-se os tribunais, igualaram-se as balanças da justiça, restituíram-se os roubos, deixaram-se os ódios, acabaram-se as invejas, emendaram-se as vidas, cessaram os pecados, converteram-se todos”⁴⁵, pelo que a população inteira foi poupada à destruição que a ameaçava. São assim apresentados os marcos da verdadeira reforma, que não se limita à contrição interior, mas obriga a restituir aos outros o que lhes foi tirado, reparando todos os danos que lhes foram infligidos.

Denuncia o ambiente de dissimulação que se vive na corte, em que muitos calam a verdade e procedem contra a sua consciência pelo medo que têm de perder o lugar, ao desagradarem ou contrariarem aqueles de quem dependem. No sermão da Segunda Dominga do Advento, dois anos após a morte de D. João IV, lembra o episódio dramático de João Batista, preso por Herodes porque “a verdade lhe amargou”, e recorre ao relato bíblico de Isac que, limitado pela sua cegueira, tomou Jacob por Esaú e ungiu-o como seu sucessor (Gn. 27). Foi induzido num erro irreparável por esta dependência que influenciou a sua decisão, por isso o pregador faz votos para que na nossa corte, ao contrário da de Herodes, seja a verdade a prender a dependência: “que prenda na nossa corte a verdade a dependência, já que na de Herodes prendeu a dependência a verdade”⁴⁶. Referindo-se à rede de dependências que existe no paço, alerta para o perigo de se tomarem as vozes fingidas por verdadeiras, lembrando que “em havendo dependência, não há verdade”⁴⁷.

O púlpito da Capela Real serviu de tribuna ao P.^e Quental para denunciar os vícios duma sociedade corrompida e apontar a ordem justa que a poderá regenerar. O Sermão da Circuncisão, pregado no início de janeiro de 1663, já no reinado de Afonso VI, parece até particularmente pertinaz nos termos em que se dirige ao monarca. Antes de cumprir o costume de endereçar ao rei as saudações de Ano Novo, faz votos para que o monarca seja “benigno para os vassalos, guerreiro para os inimigos; para que comece a obrar feitos tão generosos de rei,

⁴⁵ Sermão da Quarta Dominga do Advento, p. 100.

⁴⁶ Sermão da Segunda Dominga do Advento, Capela Real, 1658, v. II, p. 47.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 44.

e de católico”, e assim “começemos a contar bons anos a Portugal apesar do miserável estado em que se vê”⁴⁸. No rescaldo da situação tumultuosa que então se viveu, não deixa de endereçar os bons anos, “hoje particularmente à rainha-mãe; que como a cortou tanto o golpe do filho, recompensou-lhe Deus as dores com as felicidades”, e recorda ao monarca o exemplo de Cristo que, tendo nascido rei, se sujeitou à lei da circuncisão “para mostrar que os ditames que dava aos reis, eram também para os infantes”, ele que já era rei, sendo menino. Como esclarece, mais à frente, de forma direta, na presença do monarca, a lei de Deus a todos obriga, pelo que os “reis que dão leis aos reinos, não devem viver sem lei; hão de ter a de Deus por particularmente sua, por ela hão de medir todos as suas ações, e fazer que se guarde inviolavelmente”⁴⁹.

A um ritmo pendular, o discurso oscilava entre um modelo ideal ou desejável de vida, que tinha na lei de Deus e em diversos episódios da Bíblia a sua principal inspiração, e o mundo desnordeado da experiência vivida, que era representado pela corte. O pregador critica abertamente os vícios dos poderosos. O rei era advertido para os desmandos que lavravam na administração pública e era até objeto de reparo a arbitrariedade dos seus atos, os ministros censurados por se servirem dos lugares de poder em benefício próprio, bem como dos seus parentes e amigos, os funcionários reprovados por serem negligentes nos serviços que prestavam a terceiros e todos, em geral, por dissimularem a verdade ao sabor das suas conveniências. O procedimento era comum à parenética da época que deveria ter por missão apontar aos fiéis, neste caso concreto, uma corte considerada corrupta e perdulária, os caminhos que neste mundo a poderiam reabilitar e conduzir à salvação. Será missão do pregador estimular as pessoas não apenas a cuidarem da vida interior, mas também a conformarem a conduta social e política com os princípios de uma moral que a pudesse cristianizar. A doutrinação por meio da pregação, particularmente valorizada pelo Concílio de Trento, cumpriria este desígnio que o P.^o Quental exerceu de forma desassombada, pelo menos na versão escrita dos seus sermões. O seu propósito não seria tanto agradar ou suscitar a satisfação dos ouvintes, mas sobretudo confrontá-los, de forma direta

⁴⁸ Sermão da Circuncisão, Capela Real, 1663, v. I, p. 101.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 105.

e enérgica, com a necessidade imperiosa de mudar de vida, apontando e recri-
minando em público as culpas e pecados que cada um deveria confessar depois
no recato sacramental do confessorário.

3. REFORMA INTERIOR

Os sermões proferidos fora da Capela Real não versam, em regra, temas de índole política, mas têm por alvo principal orientar as consciências, em geral, para a reforma de vida. Tornava-se premente sacudir o torpor vicioso dos círculos de maledicência permanente, animosidade e ódio entre famílias, vinganças que os pais deixavam aos filhos por legado, usurpação de bens e atentados à honra que lesavam e difamavam pessoas, e até ameaças à saúde e vida que alimentavam uma criminalidade que crescia sem emenda, tudo isto praticado com o conforto de confissões repetidas que serviam apenas para abrir um novo ciclo, em que tudo se reiniciava, muitas vezes com redobrada intensidade. Ao abordar o tema, o autor não se limita a vituperar os vícios, agitar ameaças de condenação, mas, antes, procura fazer ver aos que o escutam que o caminho da regeneração moral passa pelo propósito firme de emenda. A construção do argumento parte de dados que a psicologia do ato voluntário sistematizou, em que o agir humano se apresenta a partir da sua intencionalidade. Os vícios e danos que flagelavam os outros têm origem na falta de retidão da consciência, que é urgente redirecionar. Sem a firme determinação de intervir na causa ou origem dos atos humanos, a prática religiosa da penitência mostra-se destituída de eficácia sacramental, servindo apenas para enumerar o rol de pecados, à margem do que os poderá emendar, ou seja, a renúncia da intenção de os voltar a cometer e a resolução de os reparar. Enunciar uma listagem de faltas, delitos e crimes não desobriga as pessoas, se continuarem presas às causas que provocavam as suas perversões. Por essa razão voltavam a reincidir, deixando “tudo como dantes, e pior um pouco”.

Explorando a vinculação que a intenção inerente à consciência confere ao ato moral, o Sermão da Terceira Domingo da Quaresma, pregado na Misericórdia de Lisboa, procura deslindar o significado das palavras de Cristo ao ordenar que se arrancasse e lançasse fora a mão, o pé ou os olhos que tivessem sido causa de pecado. O significado literal do discurso não poderá deter a descoberta da sua

dimensão profunda, pois, esclarece, “não estamos obrigados ao que as palavras soam, mas ao que significam”⁵⁰. O exagero contido no radicalismo dessas afirmações carece de ser interpretado como um convite para sermos “resolutos em desarreigar a causa de nossos males”, explicando ainda, com apoio de exegetas, a necessidade de se atender à origem do pecado, que não está no uso das mãos, dos pés, dos olhos, ou, como ele designa, no “uso das potências”, mas antes na depravação da vontade. Deste modo, a ordem para arrancar e lançar fora esses instrumentos corporais do pecado entende-se como convite “não a arrancar as potências, mas a desarreigar a causa dos danos”, remetendo assim o auditório para a reconversão da vontade, sem a qual nunca se conseguirá, conclui no mesmo momento, “ter emenda em nossos vícios”. Só reorientando a instância que comanda os nossos atos, desviando-a da má inclinação que a contamina, se opera a reforma interior. A psicologia do ato voluntário e a doutrina das fontes da moralidade dos atos humanos, em que sobressai a intenção do sujeito que age, para além do objeto e das circunstâncias, servirão para mostrar aos ouvintes o embuste da confissão, quando as pessoas se limitam a enumerar um rol de pecados e não confessam a causa por que estão em pecado: “o pecado não está propriamente no uso das potências, mas na intenção da vontade”⁵¹. O caminho que poderá libertar das dependências que as escravizam, acrescenta de imediato, passa pelo “propósito muito firme de os não tornar a fazer”, erradicando da vontade a causa que a orienta à prática do mal. O significado desta passagem do Evangelho não está, assim, no apelo ao radicalismo da automutilação de membros e órgão corporais, mas, pelo contrário, na depuração da consciência. O que ela nos quer ensinar é

a verdadeira contrição de nossos escândalos, e de nossos pecados; e para nos ensinar a verdadeira dor, e o verdadeiro propósito, diz que lancemos fora as potências com que delinqüirmos (...). Sim, que sem lançar não há doer, nem há propor: o que Cristo Senhor nosso nos quis ensinar, foi que nos doêssemos do que delinqüíssemos com estas potências, e para dizer que nos doêssemos, disse que as lançássemos, porque sem lançar não há doer: manda-nos lançar fora a mão, o pé e os olhos; porque de pecado que ainda está da minha mão, mal me poderei doer; de vício que ainda fica com pé,

⁵⁰ Sermão da Terceira Domingo do Advento, Misericórdia de Lisboa, 1659, v. II, p. 481.

⁵¹ *Ibidem*, p. 481.

mal me poderei apartar; de torpeza, em que ainda me vão os olhos, mal poderei propor; e para lançarmos fora, projice abs te, nos manda duas cousas, abscide, e arrancar, erue, porque se há de cortar o vício, e arrancar-lhe a raiz, que importa pouco que o vício se corte, se a raiz se não arranca; vício que se corta, ainda pode crescer; raiz que se arranca, não pode brotar⁵².

E para fazer ver a inutilidade de confissões repetidas sem serem animadas do propósito de mudar radicalmente de vida, apresenta uma sequência de exemplos que vai buscar às Escrituras e que apelam à experiência do quotidiano. Primeiramente, reporta-se ao sucesso bíblico de Sansão que recuperou a força sobre humana, que o fazia mover montanhas e desabar palácios, quando o cabelo lhe voltou a crescer. Porque, à traição, os Filisteus lhe cortaram os cabelos compridos que possuía, mas não lhe arrancaram as raízes, o herói acabou por recuperar o poder da força que possuía nos cabelos. Assim também o pecado volta a despontar quando apenas o combatemos à superfície, sem ir à raiz que o faz renascer. Evoca ainda os exemplos das árvores, que sempre voltam a rebentar se apenas lhe cortamos os ramos, sem remover as raízes, e lembra o que acontece com dor de dentes que reaparece, muitas vezes mais forte, quando se não consegue extrair a raiz. Tudo isto é comparável aos que julgam encontrar alívio para os seus pecados confessando-se amiudadas vezes, mas sem mortificar os pensamentos. São semelhantes àquele que

cortava os cabelos, mas não arrancava as raízes; lá lhe ficava sempre um não sei quê de inclinação ao vício; um não sei quê de afeição desordenada; um não sei quê de má vontade ao próximo; e como nunca arrancou a raiz, cresceu o cabelo, e arruinou o edifício: querem que o edifício se não arruíne? Façam que o cabelo não cresça; querem que o cabelo não cresça? Tratem de que a raiz se arranque.

Esta é a raiz de nossos males, não lhe arrancarmos a raiz. Se ao tirar quebra o dente, e fica a raiz, dói o queixo tanto como dantes, e às vezes mais. Nas árvores, sempre brotam vergôntes, para se acabarem não importa que lhe ponham os ramos ao sol, se lhes deixam as raízes na terra, que se não hão de acabar por cortarem-lhes os ramos, mas por arrancarem-lhes as raízes.

⁵² *Ibidem*, p. 482.

Um pecador florente em seus vícios é uma árvore copada com os seus ramos; a confissão é um machado que corta por estes ramos, e por estes vícios: chega o pecador uma, e outra, e muitas vezes à confissão; chega o machado uma, e outra, e muitas vezes à árvore, e o machado a cortar, e a árvore a crescer: que é isto? (...) Este é o nosso engano nas confissões: eis aqui porque nunca nos emendamos, porque queremos acabar com as árvores pelos ramos, sem chegar às raízes⁵³.

O pregador recorre ainda aos dados da antropologia filosófica de inspiração cristã para lembrar a natureza contingente e precária da realidade humana, agravada pela efemeridade da vida. A epígrafe do Sermão da Cinza que pregou na Misericórdia de Lisboa, *Momento homo quia pulvis es, et in pulverem reverteris*, traz os elementos basilares de uma verdadeira concepção do homem. Bartolomeu de Quental distingue entre a concepção de homem da “filosofia humana”, que o define como animal racional, e a que é adotada pela “filosofia católica”, que toma como sua a definição do próprio Deus: ser pó. Ao contrário da primeira definição, esta traz a garantia do “Autor de toda a verdade, e de toda a fé”, começa por esclarecer, para logo fazer derivar duas propriedades que lhe estão intimamente associadas e assinalam indelevelmente a sua natureza contingente: “ser frágil, e ser breve; frágil na natureza, e breve na duração”⁵⁴. A demonstração da fragilidade decorre da natureza do próprio homem, que, sendo formado de barro, transporta consigo esta propriedade inerente ao próprio barro com que foi moldado, antes mesmo de Deus lhe infundir a alma. O homem “já era frágil antes de ser homem, e se procedemos de um pai, que antes de ser homem já era frágil, primeiro recebemos dele sermos frágeis do que sermos homens”⁵⁵. Por isso, ao criá-lo, logo Deus o quebrou para fazer sair a mulher do barro fendido das costelas de Adão. A fragilidade do barro que modelou o primeiro par da criação, propagou-se a toda a sua descendência, tornando-a quebradiça, propriedade que é inerente ao barro e a tudo o que nele se modela:

O barro nasce de um elemento, e todos os outros três o quebram; nasce da terra, quebra-o a água, o fogo, e o ar; na água abre, no fogo estrala, no ar se rompe (...), e é,

⁵³ *Ibidem*, p. 484.

⁵⁴ Sermão da Cinza, Misericórdia de Lisboa, 1662, v. I, p. 38.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 41.

*que estes mesmos elementos, que quebram o barro, concorrem para o seu ser, e para a sua conservação; sem água, fogo, e ar não pode ser barro, nem ser vaso, porque com a água se amassa o barro, e se forma o vaso, no ar se seca, e no fogo se coze, e é grande lástima da sua fragilidade, que os mesmos que o formam, o quebrem: também esta circunstância não faltou no barro humano; o homem sem água, fogo, e ar não pode ser, nem se pode conservar, porque sem o húmido, e cálido não pode viver; e sem o ar não se pode conservar, porque no húmido radical, e no calor vital, consiste a sua vida, e na respiração do ar a sua conservação; e porque não tivesse a sua ruína muito longe da sua fragilidade, dentro da sua fragilidade pôs Deus, e a natureza a sua ruína, pois estes mesmos com que vive, e se conserva, o quebram e arruinam*⁵⁶.

Da fragilidade natural do barro, ameaçada ainda pela ação de agentes externos que o quebram e do tempo que o desgasta, procede uma outra propriedade, que é ser “breve na duração”. Um sopro de Deus opera a animação do barro da criação do primeiro homem, o que torna a vida humana comparável à luz de uma tocha “que com um sopro se acende, e com outro se apaga”. Mas esta relação de semelhança procura ir mais fundo, explorando outras dimensões que podemos descobrir no paralelismo, pois, faz ver o pregador, assim como a tocha alumia ao mesmo tempo que se vai consumindo, também o homem “vive do que morre, porque arde do que se gasta”. A vida esgota-se na exata medida em que cresce a sua longevidade: “a nossa vida por uma parte a arrasta o tempo, e por outra a atropela a morte”⁵⁷. Quanto mais vivemos, menos tempo nos resta para viver! Em geral, todos sabem que a morte está intimamente ligada à vida, desde que nascemos, no entanto, comportam-se como se fossem possuidores de uma vida longa, pondo-se a fazer projetos de longo prazo, como o rico insensato do Evangelho que mandou edificar grandes celeiros para poder guardar a abundante colheita que naquele ano as suas terras produziram (Lc. 12, 16-21). Pensou garantir, desta forma, o seu futuro por vários anos, porém “não lhe coube nem um dia”⁵⁸, comenta o pregador para logo qualificar a brevidade da vida, que alguns denominam “correio de posta, outros seta que voa, outros sombra que foge, outros sonho que passa, outros

⁵⁶ *Ibidem*, pp. 43-44.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 50.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 52.

vento que desaparece”⁵⁹. Não obstante o realismo destas comparações, muitos sentem-se na vida como os passageiros duma nau, que veem tudo à sua volta em movimento, à exceção deles que confiam na ilusão de estarem parados. A brevidade da vida humana é comparável ao viço das flores: “pouco duram os homens, nada duram as flores; o mesmo dia, que lhes festejou o nascimento, as chora no sepulcro”⁶⁰. E quanto mais delicada é a natureza das coisas, menor a sua duração, como se poderá ver ao comparar o ferro com o vidro. O ferro, porque é mais denso, é mais durável, ao contrário do vidro que, por ser mais transparente, quebra com maior facilidade. Assim também acontece com a natureza humana, quanto mais fino for o barro, maior será a sua fragilidade. A natureza das coisas traz inscrito o grau da sua fragilidade e ruína:

*A rosa tanto que exala todo o cheiro, logo murcha: o Sol tanto que evapora toda a luz, logo declina; e a razão deve ser porque a natureza, nem tem infinidade, nem permanência: como não tem infinidade, chega a estado em que não pode crescer; como não tem permanência, nunca tem estado, em que possa durar; e como chega a estado em que não pode durar, nem crescer, é força diminuir: vive o Sol enquanto vai reforçando seus raios, tanto que chega a estado em que evapora todas as luzes, logo declina para as mortalhas, e de declinar a morrer vai tão pouco, como se vê: e que esta seja a fragilidade das melhores prendas! Que o Sol vive pouco para luzir muito! Que a rosa dure menos por cheirar mais! Que o mais precioso seja o mais mortal!*⁶¹

O homem é em vida o que depois será na morte, pó ou cinza — *pulvis es, et in pulverem reverteris* —, não só ele mas também todos os seus títulos e riquezas. O tema já tinha sido abordado em outros sermões, como os que versaram o Juízo Final, pregados na Capela Real, que tomaram a ruína que atingiu a estátua de Nabuco como exemplo do que acontecerá também aos reis, nobres e poderosos. Porém, neste Sermão da Cinza, o ângulo de incidência não parece centrar-se tanto no nivelamento que a morte opera nas desigualdades sociais, dando ocasião ao

⁵⁹ *Ibidem*, p. 53.

⁶⁰ Sermão das Exéquias da Senhora Dona Leonor Maria de Menezes, Condessa de Atouguia, Convento de S. Francisco de Xabregas, 1664, v. I, p. 444.

⁶¹ *Ibidem*, p. 457.

pregador para fazer o inventário da ostentação de poder e riqueza, lutas por ambições, disputas pelos melhores lugares e por outros favorecimentos. Pelo contrário, o centro da atenção é colocado nas vivências do comum das pessoas, marcadas pela partilha de experiências que o mundo agrário propicia, o que lhe confere um teor meditativo “em que o orador se apresenta como o diretor dos exercícios espirituais, o dador de pontos a meditar”⁶². Assim, as pessoas são confrontadas com a morte, que é comparada ao pó que a debulha do trigo ceivado das searas deixa nas eiras, depois de o cereal ter sido recolhido pelo lavrador e a palha ter sido levada para os animais:

*este mundo é uma seara, nela umas espigas são mais altas, e outras mais baixas; mas todas são espigas, todas em seu tanto são formosas, todas têm sua palha, e seu trigo, e por mais que seja o trigo, sempre é mais a palha, por mais que sejam as riquezas, sempre são mais as vaidades; vem o verão, chega o tempo de segar, entra a morte que é o segador, na seara com a sua foice (...), com a foice corta as espigas, com os pés do cavalo debulha as palhas; o trigo vai para o lavrador, a palha para os animais, e na eira não fica mais que os pós: o trigo, as riquezas, os títulos, as casas vão para os herdeiros, a palha, as vaidades, as delícias, o corpo vai para os bichos, e na cova não fica mais que as cinzas*⁶³.

Ao entrar na seara, o segador trata todas as espigas por igual, lançando a foice sem distinguir as mais altas das mais baixas, as mais maduras das mais verdes, levando-as depois para a eira para serem pisadas. Da mesma forma, por muitos regalos que se deem ao corpo, o seu destino será igual ao de todos. As desigualdades do mundo que diferenciam as pessoas esbatem-se na morte em que todos são cinzas. E perante elas cabe perguntar onde está a formosura do rosto, a suntuosidade dos adornos, a eloquência dos sábios? Perante as mesmas cinzas ninguém poderá “distinguir quais são as do sábio, ou as do ignorante, quais as do rei, ou as do vassalo, quais as do senhor, ou as do servo”⁶⁴.

O remédio para destino tão inevitável é apenas um, conforme prescreve no Sermão da Segunda Domingo do Advento, também proferido na Misericórdia de

⁶² Pires, M.^a L., *O padre Bartolomeu do Quental, pregador da capela real*. p. 167.

⁶³ Sermão da Cinza, pp. 60-61.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 65.

Lisboa: “não há melhor remédio para morrer bem, que viver bem; que se reformem no breve discurso desta vida, para lograr a eternidade da outra”⁶⁵. No caminho desta reforma de vida está o amor universal, que inclui também todo aquele que nos faz mal, não para o seguirmos na sua perversidade, em que ele se mostra mau, mas enquanto pessoa. “O vosso inimigo qualifica a vossa nobreza, e apura o vosso poder”⁶⁶, pois, explica a seguir, amar aquele que nos ama é um ato natural de reciprocidade, mas “amar quem nos aborrece é crédito da pessoa porque obriga o amor a vencer uma repugnância”, dando elevação ao nosso poder:

*Erradamente cuida o mundo que em vingar está o poder, sendo muito pelo contrário, que mais está o poder em não vingar: quem se não vinga, porque não pode, falta-lhe o poder; quem se vinga porque pode, terá poder, mas falta-lhe a generosidade; quem pode, e não se vinga, tem generosidade, e mais poder: o que se não vinga, porque não pode, é fraco, o que se vinga porque pode, é vingativo, o que pode, e não vinga, é generoso; e assim não está o sumo, e o generoso do poder nem em vingar, nem em não vingar, mas em poder, e não vingar*⁶⁷.

É pois no perdoar que radica o maior poder quer em relação ao que perdoa, porque venceu as suas resistências, quer em relação ao seu inimigo que o fez amigo, em lugar de o tornar mais inimigo, se se tivesse vingado dele. Da mesma forma que os discípulos de Cristo, para o defenderem dos guardas que o foram prender, não utilizaram o poder das suas espadas, por determinação do próprio Cristo, “também o poder do homem vê-se mais no que pode vingar, que no que vinga”⁶⁸. Nisto o homem se assemelha a Deus, que mostra o seu sumo poder quando perdoa, como demonstrou Tomás de Aquino, referido pelo autor. Cristo deu o exemplo quando não só não castigou Judas pela sua traição, como o encobriu dos restantes discípulos e ainda o desculpou, tomando o seu ato como cumprimento das Escrituras. As pessoas fazem exatamente o contrário com os agravos que recebem dos outros, “nem os encobrem, nem os desculpam, nem os perdoam”⁶⁹.

⁶⁵ Sermão da Segunda Dominga do Advento, Misericórdia de Lisboa, 1656, v. I, p. 157.

⁶⁶ Sermão da Primeira Sexta-Feira da Quaresma, Misericórdia de Lisboa, 1663, v. I, p. 230.

⁶⁷ *Ibidem*, pp. 239-240.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 245.

⁶⁹ Sermão do Mandato, Sé de Lisboa, 1659, v. I, p. 332.

Um estilo de vida que se deixa contaminar pelo sabor das fantasias do mundo, exorbitando na ostentação, conforto, poder e domínio, recolhe certamente a aprovação social que o confirma e reforça, mas labora em puro engano. Compete à pregação investir na missão de denunciar esta ilusão, chamando os ouvintes ao caminho da autenticidade, pela reforma dos costumes. Os aplausos mundanos agravam a enfermidade moral, e o ritualismo religioso mantém a ilusão de alívio da consciência que continua vergada ao peso dos atos que sobre ela se abate. Haverá que estremecer esta forma acomodada de viver, num vazio de meras aparências que se tomam por verdadeiras, e confrontá-la com as fontes inspiradoras da verdade e do bem que a poderão preencher. Para que nesta vida se logre a eternidade na outra, conforme a exortação que há pouco referimos, o projeto do pregador comporta dois andamentos que se associam, e em que demonstra, com a autoridade das Escrituras, por um lado, a vacuidade do mundo e a inautenticidade da vida presa à sedução dos seus enganos, por outro lado, a fonte inspiradora que a poderá reabilitar. A inautenticidade do mundo ou a sua falsidade é apresentada em vários sermões que sublinham a insanidade de uma vida que nele se apoie. A sábia autoridade do rei Salomão servirá de apoio eloquente a este propósito, por ter sido ele quem dissera, depois de experimentar todas as riquezas, delícias e honras do mundo, que tudo era vaidade⁷⁰. Também o pedido da filha de Jefté para correr o mundo, antes de ser vitimada em cumprimento do voto do pai pela sua vitória sobre os Amonitas (Jz. 11, 30-37), reforça a ideia de um mundo fonte de enganos, mostrando que custa menos deixar o mundo depois de o conhecer do que antes, pois, argumenta o pregador,

o mundo não é cousa tão grande depois de experimentado, como antes de conhecido; antes de conhecido é o que parece, depois de experimentado parece o que é, e como sempre é mais o aparente, que o verdadeiro, mais é o mundo antes de conhecido, que depois de experimentado⁷¹.

O conhecimento coloca-nos no caminho da verdadeira sabedoria, pois permite medir, pesar e avaliar o mundo por padrões ou exigências que põem a descoberto as suas insuficiências. O mundo antes de o conhecermos é uma construção da

⁷⁰ Cf. Sermão na Profissão de uma Religiosa, Convento de Santa Clara, 1663, v. II, p. 227.

⁷¹ *Ibidem*, p. 227.

nossa imaginação, que o desenha e pinta com as formas e as cores do sonho e da fantasia, depois de conhecido, revela-se um modo de ser precário e distante, incapaz de preencher e fixar os sentimentos mais elevados do ser humano. Como o pregador esclarece de forma lapidar:

*O mundo é uma cousa, que tanto, ou mais nos tenta na nossa memória, que na sua realidade; porque na sua realidade tenta-nos como ele é, e na nossa memória, como nós o cuidamos; e como nas coisas do mundo ordinariamente não é tanto o que é, como o que se cuida, mais nos tenta na nossa memória, que na sua realidade*⁷².

O episódio dos convivas que se escusaram a participar num banquete que lhes fora preparado, alegando que tinham comprado, um deles uma quinta que ia ver, outro uma junta de bois que queria experimentar, explora o contrassenso das suas alegações, que compraram sem ver e experimentar. Mas, de seguida, explica ser este o modo que o mundo utiliza para se defender da falta de credibilidade das coisas que nele se compra e vende: “o mundo como se não fia no que vende, nem vende à vista, nem dá à prova: só Deus como se fia no que dá, dá à prova, e mais à vista”⁷³, conclui, colocando em contraste total os critérios e os procedimentos do mundo e os de Deus.

Porque o mundo é falso no que dá, sublinha o pregador, Cristo terá achado necessário reforçar as palavras em que deu a comer a sua carne, dizendo que essa era verdadeira comida (*vere est cibus*): “só Deus dá cousas verdadeiras, porque só Deus é a suma verdade”⁷⁴. A verdade de Deus não se compara com a verdade do mundo, que transporta sempre sombras que a distorcem. As palavras que formam os discursos dos homens para exprimirem as coisas do mundo e os seus sentimentos são exíguas e fonte de obscuridade, só a verdade de Deus não oferece ilusões, mas transparece, sem condições, como Palavra ou Verbo. Mais uma vez nos remete o pregador para a narrativa evangélica, desta feita para o prólogo joanino, onde se diz que a Verdade de Deus se situa na sua Palavra, que executa as obras do seu Poder. Por esta razão o evangelista diz que o Verbo se fez carne:

⁷² *Ibidem*, pp. 241-242.

⁷³ Sermão do Sacramento, Convento da Encarnação, 1660, v. II, p. 455.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 453.

“não diz que Deus se fez carne, mas a Palavra, para que se visse que por essa Palavra não só se faziam todas as obras, mas ela mesma se fazia obra na Encarnação”⁷⁵. Ao remeter-nos para a força do poder do Verbo ou da Palavra como esteio indefetível, capaz de corrigir as ilusões dos sentidos e os erros dos raciocínios precipitados, o pregador coloca perante o olhar de todos o ponto de apoio inamovível que poderá libertar o mundo dos artifícios do erro e do mal, fontes de ilusão dos homens desprevenidos, para dispô-lo segundo a ordem absoluta do bem e da verdade que o Verbo faz transparecer.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 14 DE MARÇO DE 2019)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OBRAS:

- Sermões do Padre Bartolomeu do Quental*, 1.^a parte, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1692.
Sermões do Padre Bartolomeu do Quental, 2.^a parte, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1694.
Meditações da Sacratíssima Paixão e Morte de Cristo Senhor Nosso. Lisboa, Oficina de João da Costa, 1679.
Meditações da Infância de Cristo Senhor Nosso, da Encarnação até aos Trinta Anos de sua Idade. Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1682.
Meditações da Gloriosa Ressurreição de Cristo Senhor Nosso, Sua Admirável Ascensão, Amorosa Descida do Espírito Santo, e Finíssimos Excessos do Diviníssimo Sacramento. Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1683.
Meditações das Domingas do Ano. 3 vols., Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1695-1699.

BIBLIOGRAFIA:

- Arquivo dos Açores* [1885], Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1982, v. VII.
Barbosa Machado, D., *Biblioteca Lusitana*. 4 Vol., Coimbra: Atlântida Editora, 1665.
Brandão, P.^e Vicente Ferreira de Sousa, *Recopilação Histórico-Biográfica do Venerável Padre Bartolomeu do Quental, Fundador da Congregação dos Padres Congregados do Oratório e dos Irmãos Congregantes de N. Senhora das Saudades e S. Filipe Néri*. Lisboa, Tipografia de José Batista Morgado, 1867.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 437.

- Brandão da Luz, J. L., “Bartolomeu do Quental, pregador da redenção do homem” em *Os Açores na Filosofia e na Cultura. Estudos II*, Ponta Delgada: Letras Lavadas, 2022, pp. 59-85.
- Catalano, J., *Vida do Venerável Padre Bartolomeu do Quental, Fundador da Congregação do Oratório nos Reinos de Portugal [1734]*, trad. de Francisco José Freire, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1747.
- Ferin Cunha, M., “Os sermões pregados na Capela Real: auditório e outras circunstâncias”, em Arnaldo Espírito Santo e outros (coord.), *Estudos sobre o Padre António Vieira. I. A Sedução da Palavra: os Sermões*, Lisboa, Imprensa Nacional, 2017, pp. 249-292.
- Girodon, J., “Introduction”, em *Lettres du Père Bartolomeu do Quental a la Congrégation de l’Oratoire de Braga (29. IX. 1685–22. XI. 1698)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1973.
- Hortal Alonso, A., “Virtudes del profesional”, em José Henrique Silveira de Brito (coord.) *Ética das Profissões*, Braga, Publicações da Faculdade de Filosofia, 2007, pp. 33-51.
- Marques, J. F., *A Parenética Portuguesa e a Restauração 1640–1668. A Revolta e a Mentalidade*. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, 2 Vols.
- Pinto de Castro, A., *Retórica e Teorização Literária em Portugal. Do Humanismo ao Neoclassicismo*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2.^a ed., 2008.
- Pires, M.^a L., “O padre Bartolomeu do Quental, pregador da capela real”, em *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas, Anexo V – Espiritualidade e Corte em Portugal, séculos XVII-XVIII*, Porto, Universidade do Porto, 1993, pp. 155-170.
- Reis Torgal, L., *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1981 e 1982, 2 Vols.
- Santos, E., *O Oratório no Norte de Portugal. Contribuição para o Estudo da História Religiosa e Social*. Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1982.
- Silva Dias, J. S., *A Congregação do Oratório de Lisboa. Regulamentos Primitivos*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1966.
- Silveira de Brito, J. H., “Ética geral e éticas aplicadas”, em M. Patrão Neves (coord.) *Ética. Dos Fundamentos às Práticas*, Lisboa, Edições 70, 2016, pp. 287-298.
- Vieira Mendes, M., *A Oratória Barroca de Vieira*. Lisboa, Editorial Caminho, 2003.

Os Desafios da Conjuntura Estratégica Actual para a Política de Defesa Nacional

JOSÉ LUIZ PINTO RAMALHO

Saúdo todos os confrades presentes, expresso a minha satisfação por mais uma vez ter oportunidade de intervir nesta Academia, desta vez na sequência da minha eleição como Sócio Correspondente da Academia de Ciências de Lisboa; escolhi este tema porque me parece ser importante estar atento à evolução da conjuntura estratégica actual e, em face dessa análise reflectir, em termos nacionais se lhe estamos a dar a devida atenção e se o país a considera na elaboração da sua estratégia nacional e que ponderação deve fazer.

Essa avaliação é fundamental para a definição de uma Política de Defesa Nacional e para orientar a sua formulação numa perspectiva de proteger o Estado-Nação, de prever e antecipar a mudança, de actuar preventivamente ou antecipadamente, para planear, construindo um planeamento alargado de contingência e procurando estabelecer parcerias e processos de cooperação que ampliem as suas capacidades e ajudem a minorar as suas insuficiências.

Pode dizer-se que iniciámos o ano de 2019 numa conjuntura estratégica marcada pela incerteza e pela prevalência de comportamentos que podem influenciar decisivamente a estabilidade e a paz mundial.

Assistimos à postura estratégica, cada vez mais interventiva, da Rússia e da China, a par de uma política externa dos EUA marcada pela imprevisibilidade de Trump e a sua disponibilidade para denunciar acordos anteriormente firmados, para a crítica fácil aos aliados e, ainda, periodicamente levantar dúvidas, quer quanto à solidariedade transatlântica, quer mesmo quanto ao papel e interesse da OTAN nesse domínio.

Na Europa, mantém-se o diferendo entre a Rússia e a Ucrânia e as consequências da situação na Crimeia, quer no processo de sanções económicas em vigor, quer na evidência das diversas reacções europeias a esse propósito; também a atitude da Turquia relativamente aos Curdos na Síria e às suas ideias quanto à criação de uma zona tampão no norte daquele país, bem como a sua

predisposição para ir mais longe, assumindo uma evidente anexação de território, invocando razões de segurança.

A situação europeia continua marcada também por uma incerteza quanto à forma como se irá concretizar o BREXIT, com um crescimento económico residual e com os efeitos de uma crise económica e financeira que tarda a dissipar-se, a par das interrogações que se colocam relativamente às eleições europeias, decorrente do crescimento do populismo nos partidos europeus e qual será a configuração final do Parlamento Europeu por esse facto e em função da redução de lugares de 751 para 705, pela saída do Reino Unido. Ainda no domínio económico, os EUA continuam uma fase de contínuo crescimento, assiste-se a uma desaceleração por parte da China e da Índia, a entrar para o grupo dos dez países com maior crescimento económico, com 7,6%.

Também a actual situação na Síria, fruto de um maior controlo da situação no terreno, por parte das forças governamentais e continuado envolvimento da Rússia, com as declarações americanas de retirada daquele país e às intenções, já mencionadas por parte da Turquia, que não são de molde a favorecer a estabilidade e a paz na região. Igualmente a turbulência no Médio Oriente, envolvendo a Palestina, o Irão e Israel, incluindo a questão do acesso à capacidade nuclear, merecem atenção e preocupação.

Neste último domínio, se por um lado são legítimas as expectativas relativas ao entendimento entre as duas Coreias e à desnuclearização da Península, assiste-se por outro, à posição de Trump de denúncia do Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermédio de 1987 (INF); situação que poderá colocar também em causa o Tratado START, assinado em 2010 e que deverá ser revisto em 2021, eliminando-se, pela primeira vez, desde 1972, os limites aos arsenais nucleares abrindo caminho a uma nova corrida armamentista, neste domínio.

Não devem também ser ignoradas as tensões nos mares do sul da China, quer pelas reivindicações territoriais relativas a diversas ilhas, designadamente o caso das ilhas Paracel e Spratly e demais ilhotas e à militarização de algumas delas pela parte chinesa, quer pela relação, sempre difícil, que repetidamente vem a público, entre a China e Taiwan, a discussão sobre as virtualidades de “um país, dois sistemas” e o desejo de uma afirmação cada vez mais autónoma por parte do segundo, situação declarada inaceitável para o primeiro, tudo isto, perante uma nova e clara intenção de investimento e aumento da capacidade militar, assumida pelo Japão.

Este é o ano do 70.º aniversário da OTAN, prevendo-se que, na Reunião de Washington, deverá ser consagrado o seu estatuto de um percurso estratégico de sucesso, de vencedora da Guerra Fria, embora Trump, com a imprevisibilidade das suas declarações, possa sempre estragar a festa. Na actualidade, a Aliança confronta-se com as críticas à sua postura estratégica por parte dos países membros, com fortes correntes populistas; com a diversidade de percepção da ameaça, em que os países membros do norte configuram na Rússia e os do sul que enfatizam as preocupações ligadas à imigração ilegal e a instabilidade na margem sul da bacia do Mediterrâneo; com a Turquia a desenvolver acções militares de sua iniciativa e com especiais relações com a Rússia; e, também, não menos importante o debate com os EUA sobre os gastos e investimentos na defesa, designadamente o objectivo dos 2% e o desagrado pelo apoio europeu à manutenção do acordo sobre o nuclear com o Irão.

Cabe naturalmente a questão, acerca de como se poderá desenvolver o conceito europeu da PESCO neste quadro político-militar e uma maior capacidade de afirmação no domínio da defesa, por parte da União Europeia, quando países como a Áustria, a Itália, a Hungria, a Polónia e a Turquia onde, ou crescem as correntes populistas, ou se desenvolvem políticas de aproximação à Rússia.

Nos últimos anos, a Europa tem estado confrontada com um movimento massivo de imigrantes ou refugiados, de difícil qualificação rigorosa, que sendo também um problema de segurança, é mais premente do ponto de vista humanitário e mostra, simultaneamente, a fragilidade da solidariedade europeia, a verdadeira face de alguns governos europeus e a prevalência dos interesses nacionais sobre os tão repetidos interesses e valores europeus. As soluções propostas e os mecanismos que as deveriam implementar não só estão longe do consenso, como algumas delas se destinam a manter essas massas humanas fora das fronteiras europeias e outras, não conseguem ser concretizadas, face à rejeição de alguns países membros.

Este será contudo um próximo grande desafio, pois os conflitos armados e o desrespeito pelos direitos humanos não são as únicas causas para o movimento dos refugiados ou imigrantes, são também as alterações climáticas que têm transformado zonas agrícolas em desertos, como está a acontecer no Médio Oriente e em África, particularmente na região do Sahel, onde a falta de água é crítica.

No futuro próximo, para além dos refugiados de guerra, poderemos estar confrontados com outros fluxos, provocados por catástrofes climatéricas como cheias diluvianas ou secas severas, que destroem culturas, dizimam rebanhos e a caça e promovem a desertificação, ou a pesca intensiva e a poluição dos oceanos e dos grandes rios, que põem em causa os bancos piscatórios. As alterações climáticas, a poluição, a falta de água, a escassez de recursos alimentares, passam a constituir um multiplicador dos riscos e das ameaças e a gerarem vagas de migrantes à procura não só de segurança, mas também de abrigo e de subsistência, parecendo ser, as designadas “caravanas” que se têm vindo a revelar na América do Sul, em direcção aos EUA, o primeiro indicador deste fenómeno.

A realidade da conjuntura actual configura um novo ambiente estratégico, mais exigente, menos previsível, com episódios de grande conflitualidade e de grande incerteza, em que a gesticulação militar já assumiu o recurso a meios e processos que se tinham por ultrapassados. Uma incerteza que resulta das características de uma nova ordem internacional, em que um conjunto de actores dispõe de uma inesperada liberdade de acção e afirmação política que, no passado recente, era objecto de uma regulação por uma ordem bipolar e que, hoje, o processo da globalização lhes abre possibilidades e oportunidades para a promoção dos seus interesses, quer a nível regional, quer influenciando negativamente a estabilidade internacional.

Uma nova ordem internacional em processo de consolidação, desafiante e não estabilizada, cujos únicos aspectos seguros são o reconhecimento de que a anterior já não é válida, que os novos paradigmas são instáveis, que a mudança é acelerada, que a informação constitui recurso estratégico e que transformou o discurso em acção e que o fenómeno da globalização, sem regulação institucional possível, constitui inegável motor de progresso mas agudizou, também, as desigualdades.

A informação é reconhecida hoje, como constituindo o mais valioso recurso estratégico que, relativamente aos demais que detêm essa qualidade, tem a característica de ser “não finito”, pelo contrário, quanto mais se utiliza mais se amplia e é factor do conhecimento e da inovação. As Tecnologias de Informação Global trouxeram também, naturalmente, o seu impacto estratégico para esta dimensão.

Importa igualmente considerar que os avanços nas tecnologias de informação global levantam algumas interrogações, no que toca aos desenvolvimentos das

aplicações públicas e privadas, no âmbito das redes e sistemas 5G, que se podem transformar num sistema de controlo centralizado de dados, quer pessoais, quer provenientes dos serviços mais sofisticados no domínio da segurança e do “intelligence”, que poderão atingir no futuro, segundo os especialistas, um volume de 4 mil GB diários armazenados em “clouds”, cujo acesso poderá ficar exposto a entidades não consideradas, aquando da sua constituição.

A tecnologia 5G é fundamental para um novo funcionamento mais eficaz e mais eficiente das novas aplicações, que são muitíssimo exigentes em termos de velocidade e volume de dados a tratar, quer para as comunicações móveis de quinta geração, cada vez mais ambiciosas, quer especialmente para a Inteligência Artificial, para a computação quântica, robotização, biotecnologia, veículos não tripulados, medicina de alta performance e indústrias de defesa.

Se o acesso a dados, quer pessoais, quer de outra natureza, resultar de uma acção intrusiva e abusiva por parte do Estado, dos serviços de segurança ou, eventualmente, também por parte dos instrumentos militares, estarão em causa a própria democracia, a privacidade dos cidadãos e a segurança em sentido lato.

Uma incerteza ainda que, perante uma passividade política, tem permitido que poderes autoritários e, em alguns casos, novos actores da cena internacional se apropriem do poder do Estado em proveito próprio, sejam esses poderes autoritários, o terrorismo internacional, de que o DAESH ainda é o exemplo mais significativo, sejam as máfias e/ou os cartéis da droga, sejam os fundamentalistas radicais, ideológicos ou religiosos, mas também os “media”, os mercados e o poder económico que, por ausência de regulação, surgem igualmente, como participantes activos dessa apropriação.

Constituem ainda sérios desafios à segurança internacional, o terrorismo, a pirataria, o tráfico de pessoas e recursos, a proliferação de armas de destruição maciça, a disseminação da tecnologia de mísseis balísticos, o ciberterrorismo, a necessidade da garantia do acesso às fontes e continuidade dos fluxos energéticos, a liberdade de navegação e a escassez dos recursos estratégicos, designadamente a água e o aumento permanente da procura de energia e dos metais raros, indispensáveis às novas tecnologias.

Em matéria de estratégia militar, a incerteza referida e este clima penalizador da estabilidade e da paz levanta a questão, de como encarar e responder à real dimensão estratégica e sociológica dos conflitos abertos, com que temos vindo a

ser confrontados, sejam “intra ou inter” estatais, se os mesmos devem continuar a ser equacionados no quadro daquilo que hoje designamos por guerras híbridas, de baixa intensidade ou de terrorismo e, se é possível, assumir que as guerras entre Estados e de alta intensidade, estão definitivamente erradicadas das relações entre actores e que as estratégias nacionais deixaram de ser determinadas, politicamente, pelos interesses nacionais.

Embora uma avaliação racional da actual conjuntura estratégica aponte, como pouco provável, um conflito aberto entre as maiores potências, a probabilidade da procura de uma hegemonia regional poder levar a um conflito aberto mais alargado, assume outro grau de possibilidade.

Esta incerteza quanto à resposta estratégica, a este tipo de percepção difusa da ameaça, resulta também de uma dúvida, na Aliança, relativamente ao estabelecimento de medidas, capacidades e atitudes operacionais, que não encontram unanimidade relativamente à fronteira ente a dissuasão que as mesmas pretendem garantir e o sentimento de provocação e de escalada que podem provocar no adversário. Dúvida também quanto à forma de lidar com um ataque cibernético; o que deva ser uma resposta proporcional? Uma acção retaliatória? Um ciberataque preventivo, logo que detectados os primeiros indícios de uma acção agressiva? Dúvidas que não favorecem critérios de coesão e de credibilidade.

Tornou-se igualmente claro que os espaços de aplicação estratégica, para além da terra, mar e ar, se ampliaram para o espaço cósmico e para o ciberespaço. O actual ambiente estratégico reconhece a importância, quer do ciberespaço, quer da utilização continuada do espaço sideral em múltiplos domínios, associada à utilização segura da “informação” e do acesso a “dados” de natureza multidisciplinar, pelo que a utilização de ambos tem de ser garantida em permanência, assim como evitar que qualquer actor a possa pôr em causa.

Neste ambiente estão identificados os actuais riscos para a segurança global, que decorrem dos inerentes à violência: a guerra, o terrorismo, a proliferação das armas de destruição maciça, tendências radicais, mas também as máfias e a criminalidade internacional organizada, a que se juntam os riscos decorrentes da introdução de factores de desequilíbrio do ecossistema e as alterações climáticas, os ligados à evolução da tecnologia, incluindo a nuclear e os novos “vírus”, biológicos, tecnológicos e informáticos, que geram as pandemias e afectam decisivamente o ciberespaço.

Estamos já confrontados com a política dos EUA para o espaço cósmico, com a criação do Space Command e com o impulso e investimentos na NASA, em que os novos horizontes incluem o regresso à Lua e a intenção de atingir Marte; paralelamente, são previsíveis os avanços tecnológicos no domínio da Inteligência Artificial, das nanotecnologias, dos materiais compósitos, das “fuel cells”, das hipervelocidades e das potencialidades da Information and Communication Technology (ICT) e as aplicações desses avanços na estratégia militar.

Nestes domínios surgem como novos competidores, para além da Rússia, a China que no passado mês de Janeiro colocou uma sonda na face oculta da Lua e a Índia que, com o veículo espacial Chandrayaan-2 irá, ainda durante este ano executar a sua segunda missão à Lua e fazer alunar a sonda de forma assistida.

Para além da crescente utilização comercial do espaço, a sua importância é reconhecida para a condução das operações militares, dependentes das informações provenientes da rede de satélites de “intelligence”, de comunicações seguras, de previsão do tempo, do GPS e do fornecimento de dados operacionais em tempo real para o comando e controlo dessas mesmas operações. Desta posição americana é legítimo interrogarmo-nos quanto a duas ordens de implicações: por um lado, como conciliar aquela intenção com o Tratado de Utilização do Espaço, assinado em 1967 por 104 países, proibindo a utilização da Lua como plataforma militar e a colocação de armas de destruição maciça em órbita, sendo que as armas anti-satélite, por serem consideradas armas convencionais estão fora dessa proibição; por outro, como escamotear a realidade incontornável de que, quando um actor cria mais um instrumento no domínio da estratégia militar, a sua finalidade última será sempre gerir a coacção militar em seu favor.

Por último, e ainda no domínio da utilização do espaço, como controlar o incremento constante de lançamento de satélites de pequenas dimensões, caso dos LEO (Low Earth Orbit) com órbitas da ordem das centenas de km de altitude, com fins puramente comerciais e que, juntamente com o “debris” que já existe, torna mais provável o choque entre eles, podendo dar origem a situações mais graves de colisão em cadeia, de satélites de outra natureza.

Permitam-me que refira ainda, sobre os desafios da actual conjuntura estratégica, as declarações de responsáveis políticos de três grandes actores da cena internacional: por parte da China, o Ministro das Relações Externas, Wang Yi, chamava a atenção para o facto e passo a citar, “o nosso mundo está a

experimental profundas transformações, pelo aumento da incerteza e dos desafios que se colocam ao sistema e ordem internacionais; a paz e o desenvolvimento estão na ordem do dia, a globalização da economia, a multipolaridade e a aplicação das tecnologias de comunicação global, associadas à diversidade cultural estão a transformar as nossas sociedades profundamente”. No caso da Rússia, assistiu-se no final no ano passado a Putin, parafraseando Mackinder, afirmar relativamente aos desenvolvimentos respeitantes à Inteligência Artificial que, “quem se constituir como líder nesta esfera do conhecimento, governará o mundo”. Quanto aos EUA, Trump declarava em 17 de Janeiro, no Pentágono, “temos de garantir que as nossas capacidades de defesa não têm rival”, fim de citação.

Estamos assim num novo ambiente operacional, em que a tecnologia eliminou a escuridão, permitiu neutralizar a camuflagem e ver no interior dos oceanos e das infra-estruturas, mas que nos permite ampliar a realidade, fazendo coexistir o real com o virtual, gerando “hologramas” tridimensionais sónicos, a par da presença de novos “jammers”, de sensores e de satélites que perturbem ou impeçam a obtenção de dados necessários ao comando e controlo.

O futuro espectro do ambiente operacional apresenta-se, previsivelmente, mais volátil e ambíguo, colocando às forças militares que nele operam, um conjunto de desafios, de que se destaca a “compressão” e maior conexão entre os níveis de decisão — estratégico, operacional e tático — pelas implicações que as acções operacionais, realizadas num dos níveis poderão ter na actuação dos outros.

Neste ambiente operacional, os instrumentos militares têm de ter presente que a revolução da Informação, a conectividade e a presença constante dos “media”, não só permite um permanente escrutínio das acções militares e dos seus efeitos, como a sua divulgação, quer nas redes sociais, quer na comunicação social, ou a partir de um simples telemóvel, levantando questões, quer de segurança para as tropas, quer de interferências no Comando e Controlo e eliminando o confinamento geográfico dos Teatros de Operações, globalizando o seu conhecimento, submetendo a sua avaliação à grande opinião pública, podendo provocar constrangimentos na liberdade de acção e decisão política.

Este clima de esforço de investimento e de investigação tecnológica faz lembrar o lançamento do projecto da “Guerra das Estrelas”, que teve as implicações estratégicas que se conhecem, ajudando a alterar a geopolítica mundial, com as

consequências para a Rússia, à data União Soviética, e para o estatuto das principais potências da altura.

Se no domínio da utilização e aplicação da estratégia no ciberespaço temos assistido a reais capacidades ofensivas por parte de diversos actores, o passo seguinte que agora nos vem sendo sugerido, a utilização do espaço como aplicação do poder nacional para atingir um determinado objectivo estratégico, não parece ser fácil e estar ao alcance de qualquer um, mesmo daqueles que hoje são referidos como grandes potências.

Uma corrente armamentista contém, na sua dinâmica, a possibilidade de consequências imprevisíveis, incluindo a possibilidade da alteração qualitativa de comportamento, daqueles que têm convivido, na cena internacional actual, com a percepção da superioridade militar dos EUA, mas que considerem inaceitável um estatuto assumido por este, de supremacia militar no contexto estratégico internacional.

Esta atitude associada à denúncia de acordos firmados sobre esta matéria parece estar a esquecer os verdadeiros fundamentos do Controlo de Armamentos: reduzir o potencial militar, e limitar as suas condições de emprego, reduzir o risco da guerra e aumentar a estabilidade estratégica, permitindo ainda facilitar a gestão de crises. Não só estes fundamentos parecem ter perdido relevância, como a aposta parece ir em sentido inverso, na procura de capacidades que confirmam nítida vantagem estratégica, situação que altera, decisivamente, a estabilidade estratégica internacional e aumenta o risco da guerra.

A realidade conflitual actual tem demonstrado que a incapacidade de desafiar do ponto de vista tecnológico os países mais avançados neste domínio, tem levado o agressor a procurar situações operacionais, em que a eficácia dessa superioridade seja afectada na sua rendibilidade e escolher Teatros de Operações, que se possam constituir como factores dessa degradação de capacidades e igualizadores do potencial de combate, em que o sucesso não se obtém por acções tácticas, mas sim atingindo o nível estratégico e político, através de acções violentas de grande espectacularidade e a procura máxima do efeito psicológico.

Assim, considerando este ambiente estratégico, a definição de uma Política de Defesa Nacional deve assumir uma metodologia a seguir, que passa pelo estudo dessa conjuntura estratégica com que nos confrontamos, por ter uma noção correcta das nossas potencialidades e vulnerabilidades, o potencial

estratégico nacional imediatamente disponível e aquele que, em tempo, pode ser mobilizável, em definir muito bem os objectivos nacionais permanentes e os que são actuais em função dessa conjuntura, quem são os nossos potenciais aliados e amigos e os prováveis adversários ou inimigos; paralelamente, deverão ser levantados os cenários desejáveis e os adversos, designadamente os mais perigosos, com que poderemos ser confrontados, tendo ainda presente, que uma Política de Defesa Nacional tem uma componente militar e outra civil, ambas igualmente importantes e que devem ser coordenadas e complementares.

Clarificados os objectivos e os espaços estratégicos onde os mesmos têm de ser defendidos ou prosseguidos, conhecedores do estudo de situação estratégica anterior, estamos em condições de dar orientações às estratégias gerais, para desenvolverem a sua acção no sentido da prossecução daqueles objectivos. Orientação realista, que responda a três questões indispensáveis para validar qualquer Acção Estratégica — ser adequada, ser exequível e, muito importante, ser aceitável e gerar a adesão da comunidade nacional.

Importa reconhecer que a força, sem diplomacia, arrisca-se a perder legitimidade; a acção política e a diplomacia sem força perdem credibilidade e capacidade negocial e, as anteriores, sem sustentação económica, deixam de ter a possibilidade de aplicação; mas, mesmo existindo aquelas três, se não houver vontade, se não houver adesão da sociedade nacional, a acção estratégica está votada ao fracasso.

Relativamente aos Objectivos Nacionais Permanentes, não devem oferecer contestação, pelo seu carácter abrangente e consensual, pois isso decorre de desde há muito se encontrarem inscritos em documentos fundamentais, como a Constituição da República e a Lei da Defesa Nacional e nunca terem sido postos em causa, aquando das diversas revisões que foram efectuadas naqueles documentos.

Estes objectivos tem a ver com a garantia da independência nacional, com o assegurar da integridade territorial, com a salvaguarda da liberdade e segurança as populações, a protecção dos seus bens e do património nacional, a garantia da liberdade de acção dos órgãos de soberania, o regular funcionamento das instituições democráticas e a possibilidade de realização das tarefas fundamentais do Estado, o contribuir para o desenvolvimentos das capacidades morais e materiais da comunidade nacional, de modo a que possa prevenir ou reagir pelos meios adequados a qualquer agressão ou ameaça externa, assegurar a manutenção ou

o restabelecimento da paz em condições que correspondam aos interesses nacionais; são objectivos inerentes à condição de um Estado soberano, democrático, independente, moderno e que procura a promoção social, material e moral da sua população, daí a sua aceitação e não contestação desde 1974.

Contudo, a questão que deve ser colocada de imediato, é quais deverão ser os Objectivos Nacionais actuais, tendo em conta a conjuntura estratégica em que vivemos, as nossas vulnerabilidades e as potencialidade, o potencial estratégico de que dispomos, perante os desafios que se nos colocam, os riscos e ameaças, reais ou potenciais, com que nos confrontamos e cuja concretização ou não podem pôr em causa ou contribuir para a consecução ou pôr em causa os objectivos nacionais permanentes.

Nesse sentido, uma reflexão acerca da envolvente internacional e das suas implicações para a segurança de Portugal é indispensável. Fomos sempre um país que, em termos de política externa e na procura do exercício de influência e de poder e de aquisição de recursos (como forma de aumentar o poder nacional), nunca se limitou ao espaço regional, antes pelo contrário, sempre houve a necessidade de se aventurar para espaços mais largados de inserção e de participação; a realidade da conjuntura actual e a situação económica e financeira do país impõem que em cada um desses espaços sejam claras as opções estratégicas nacionais, até porque o poder nacional, como já se referiu, é escasso.

É esta atitude estratégica que deve levar à definição de um Espaço Estratégico de Interesse Nacional (EEIN), onde convivem duas realidades estratégicas — o espaço dos interesses nacionais permanentes e o espaço dos interesses nacionais conjunturais. O país tem assim que clarificar e identificar, onde, como e com que meios faz a defesa desses interesses nacionais, que prioridades têm de estabelecer, que riscos aceita assumir, que ameaças tem de acautelar, em que alianças e organizações internacionais decide participar e que orientações deve dar às estratégias gerais, que devem concretizar os grandes desígnios nacionais — a segurança, o bem-estar e a justiça social.

Parece legítimo poder referir-se a existência de um espaço de soberania, onde se faz a defesa dos interesses permanentes da nação, com especial ênfase, quando esta coincide com o estado, como é o caso nacional e, como temos uma natureza fragmentada, torna-se necessário garantir um espaço de circulação, aéreo e marítimo, que ligue as diversas parcelas; é também neste espaço

geográfico que se define o território nacional, incluindo o mar territorial e espaço aéreo correspondente, onde está o governo e vive a esmagadora maioria da população nacional e que materializa os núcleos geo-histórico e geoeconómico da nação portuguesa.

Desta identidade e coesão Estado-nação pode tirar-se uma primeira grande conclusão: ser aceitável uma avaliação, em termos de desenvolvimento regional e uma coordenação no sentido da sua promoção, mas considerada como artificial e perversa qualquer divisão política que afecte aquela unidade; as autonomias dos Açores e da Madeira justificam-se por uma adjacência, que é política e não territorial e marcada pela geografia, pela circulação e pela especificidade/carência dos seus recursos e que devem propiciar o desenvolvimento; no caso do continente, devem merecer reflexão argumentos de interioridade que, em termos de distância máxima à capital, não irão além da ordem dos quatrocentos quilómetros.

Tem de ser considerado em paralelo, pelas implicações no anteriormente referido, a nossa inserção no espaço de integração política, de desenvolvimento e de segurança, materializado pela União Europeia, caracterizado pelas transferências de soberania, pela moeda única, pela partilha da ZEE, pelo Espaço Schengen, pelas implicações para a agricultura, pescas, pecuária e indústria, pela circulação de pessoas, bens e capitais, etc.

Estamos perante um ambiente estratégico, em que os interesses nacionais convivem ou se chocam, com os interesses do aprofundamento da construção europeia e dos poderes que a impulsionam, por vezes, num claro ambiente de coacção sistémica da própria organização. Mais do que sabermos o que pretendemos da nossa participação, importa ter muito claro, aquilo que se não quer e como vamos usar os fundos estruturais de apoio.

O país é membro fundador da OTAN, um espaço euroatlântico de defesa colectiva, prevenção de conflitos e de gestão de crises, que hoje é indiscutível instrumento da preservação da paz e da segurança internacional, actuando sem constrangimentos fora da área tradicional do Tratado, em processo de alargamento a novos membros e a novas parcerias. É uma aliança que está a ser confrontada com uma estratégia americana mais balanceada para o Pacífico e onde a participação dos seus membros se afirma pela solidariedade política, pela partilha de custos, o “burden-sharing” e, sobretudo, pelo cometimento de tropas nas operações militares que decide conduzir.

No quadro político-militar, na actual conjuntura estratégica e com o fim da Guerra Fria, há uma clara alteração da importância geoestratégica nacional, que se baseava no carácter funcional que representava no contexto de uma estratégia de contenção de blocos, transferida agora para a necessidade da afirmação nacional de país produtor de segurança cooperativa, criando a oportunidade para uma possível função de articulação, fruto dos vários grandes espaços, em que o país se insere.

A existência de uma capacidade militar nacional credível funciona, do ponto de vista político, como elemento diferenciador naquele espaço, entre os actores internacionais que contam e os que são dispensáveis. Concretamente, a existência de Forças Armadas consideradas credíveis, capazes de serem parceiros em operações multinacionais, de actuarem em teatros de operações de grande exigência, sem limitações e com reconhecido profissionalismo e competência, são elemento de prestígio, de afirmação e de credibilidade política do actor no contexto internacional, permitindo-lhe participar, ou não, em determinado acontecimento, por opção política que fundamenta e não por notória incapacidade material do seu instrumento militar para o fazer.

A estratégia nacional de afirmação político-diplomática exerce-se num quadro de relacionamento bilateral e multinacional, que tem como “fora” privilegiado a ONU e a OSCE; são conhecidos, o empenho e a determinação nacional no sentido das nomeações para Secretário-geral, para membro não permanente do Conselho de Segurança, para a presidência da Assembleia-geral e outras Agências, assim como na OSCE. É um espaço global onde é necessário definir com clareza que interesses nacionais devem ser prosseguidos ou defendidos, em ambiente bilateral ou multilateral, estabelecidas prioridades para áreas de especial interesse para Portugal, como sejam os EUA, a África, em particular os países lusófonos, o espaço regional (Espanha e Magreb/Mediterrâneo) e os países emergentes (BRIC).

De referir, ainda, que em todas estas áreas estratégicas o país deve procurar participar nos “fora” multilaterais, constituindo isso, uma clara oportunidade para a diplomacia económica e para o acesso a novos mercados. Este é também um espaço de solidariedade e de segurança internacional, onde se legitimam as operações de apoio à paz, sejam de combate ou humanitárias.

De especial interesse para Portugal a afirmação do espaço da Língua e da Cultura portuguesas, em que participam o Brasil, os PALOP, Timor e as

Comunidades Portuguesas que configuram a Diáspora Lusíada e cujo instrumento dinamizador, para além da língua comum, é constituído pelas políticas de cooperação, em especial a técnico-militar. Neste espaço estratégico, está constituída a CPLP, que deverá ganhar capacidades no domínio da prevenção e gestão de crises, ampliando a sua capacidade de intervenção política; é uma evolução bem percebida pela ONU, que passaria a poder contar com uma organização falando a mesma língua, com países de diversos continentes, pertencentes a organizações e alianças diversificadas (UE, OEA, MERCOSUL, UA, ASEA, OTAN, CEDEAO, CEEAC e a SADC) e liberta dos interesses das organizações sub-regionais africanas.

O espaço da lusofonia está organizado no quadro da CPLP e, tendo em consideração a localização geoestratégica dos vários países membros, relativamente ao Atlântico Sul, configura-se a oportunidade de participação na construção e efectivação de um qualquer mecanismo de segurança que venha a ser institucionalizado para aquela área geográfica; este é também um espaço que propicia a Portugal, uma mais-valia de diferenciação e de poder negocial, relativamente aos outros espaços em que o país participa. De lamentar, o fim da participação de Portugal na operação de paz conduzida no Líbano, a UNIFIL, onde estava a ser implementada uma parceria inovadora, com grande potencial futuro para a CPLP, com o beneplácito da ONU e constituída pela integração de uma pequena unidade das forças armadas de Timor no contingente militar português.

Identificados os interesses nacionais a prosseguir e a defender em cada um destes grandes espaços, define-se um outro, de grande interesse político, de contorno conjuntural e que tem a ver com o esforço de aquisição indispensável de informação estratégica, constituindo a sua identificação, a orientação adequada para o Serviço de Informações da República e para a ligação deste com organizações e serviços congéneres, aliados ou amigos.

Desta reflexão pode concluir-se ser fundamental para a Política de Defesa Nacional, o reconhecimento de que o EEIN é um grande espaço, diversificado, geoestratégico e geopolítico, que abrange o território nacional e outras áreas e actores internacionais de grande importância estratégica para a defesa e concretização dos interesses nacionais permanentes e actuais, com dois domínios de avaliação prioritária, um, onde se jogam os interesses permanentes da nação portuguesa; outro, que tem em conta a evolução, as realidades, os riscos, as

ameaças e as oportunidades da conjuntura internacional e onde se procura a defesa e a afirmação dos demais interesses nacionais.

É para esta realidade estratégica que devem ser indicados os grandes objectivos às estratégias gerais, económica, político-diplomática, psicológica (valores nacionais) e militar. Face à continuada necessidade de uma reforma para o país, economicamente pobre, estão identificadas vulnerabilidades neste domínio, que carecem de correcção, fomentando a agricultura, as pescas, a pecuária, a competitividade das empresas, a indústria de valor acrescentado, a capacidade de exportar e ganhar novos mercados, a aposta nas novas tecnologias e sobretudo na inovação.

As políticas de educação, com exigência, combate ao facilitismo e transparência, de formação profissional, de emprego, de saúde, de habitação e justiça social, devem merecer especial atenção, explicitadas por uma política de verdade, que não se refugie em afirmações de opções inevitáveis, a par de uma comunicação social a que se exija responsabilidade, rigor, isenção e postura deontológica, pois constituem factores de coesão e estabilidade social, indispensáveis a aquilo que hoje se denomina por Boa Governação.

No domínio da educação, dos valores e da igualdade de oportunidades e de criação de condições de participação no processo de afirmação da cidadania, é urgente libertar a sociedade civil da hegemonia partidária, em termos de acção plena na vivência democrática, motivando os jovens, a partir da escola, através de uma adequada e isenta formação para a cidadania, para a defesa do ambiente, para a aceitação e prática dos valores nacionais, para o conhecimento da história nacional, para a defesa dos direitos humanos e para o voluntariado e solidariedade nacional.

A segurança e o desenvolvimento têm vindo a ser procurados, através da integração em grandes espaços, implicando que os actores que compõem esses conjuntos sistémicos, se não possam alhear da relação entre aqueles dois desígnios e, face aos interesses em jogo, o processo decisório assuma particular importância, pelo que estar presente, participar e partilhar as consequências das decisões tem de ser uma responsabilidade inalienável, para a qual é indispensável, também, a capacidade para assumir estas últimas, campo onde a estratégia geral militar é, também por vezes, chamada a dar respostas.

A disponibilidade política nacional para se assumir como um país que conta, no quadro da segurança cooperativa, tem tido expressão nas operações de apoio

à paz, conduzidas pela ONU, pela OTAN e pela EU, nos teatros do Afeganistão, da República Centro Africana, do Kosovo, da Bósnia-Herzegovina, do Líbano, no Golfo da Guiné, no Mediterrâneo e no combate à pirataria, numa referência aos mais recentes; para além do prestígio e reconhecimento internacional trazidos ao país, essa participação já deu excelentes indicações que devem ser tidas em conta na futura orientação para a estratégia geral militar, relativamente às características das forças militares necessárias, ao seu carácter expedicionário e ao treino e tipo de armamento e equipamento de que devem dispor, designadamente quando o país afirma que quer continuar a ser um produtor de segurança, num contexto internacional onde coexistem conflitos com graus de violência diversificados.

É hoje indispensável “patrulhar a Web”, vigiar as auto-estradas da informação para as proteger e garantir a sua utilização e, se necessário, neutralizar os eventuais perturbadores do sistema; a Internet, os “média” e as telecomunicações, são vias e campos de actuação gravosa, através da utilização das ciberferramentas, acessíveis em termos comerciais, dos vírus, das armas de rádio frequência e do eventual efeito EMP; a incapacidade nacional para assumir estas responsabilidades determinará uma grave vulnerabilidade e a atitude irresponsável de só nos apercebermos de que o “sistema” está comprometido quando colapsa.

O ciberterrorismo e a ciberguerra são realidades actuais, podendo criar a questão paradoxal, de um país poder estar sujeito a uma situação de guerra, de ataque às suas infraestruturas fundamentais, políticas, financeiras, produtivas, de controlo do espaço aéreo, de gestão da informação, etc., sem saber quem a conduz; um “hacker” pode, na actualidade, pôr em causa o sistema de funcionamento de uma sociedade, sendo também já uma realidade que as organizações radicais utilizam hoje a “Web” para obter fundos, promover o recrutamento, disseminar propaganda e ideias força, obter informações e conseguir e garantir apoios à estrutura subversiva.

No domínio das capacidades, importa ter presente que para um país com a nossa dimensão estratégica, aquilo que se eliminar, dificilmente será reconstituído e será sempre com custos acrescidos, decorrente de uma necessidade urgente, quer em relação ao material, quer no que toca ao pessoal e aos especialistas para os operar.

Num conceito de Segurança e Defesa Nacional, a segurança tem de surgir como um conceito amplo que se atinge pela actuação sistémica de três

instrumentos fundamentais: às Forças Armadas, a quem cabe a defesa militar; as Forças de Segurança, responsáveis pelas acções de polícia e de segurança interna e os agentes da protecção e socorro às populações, onde se inserem a ANPC, o INEM, os bombeiros, etc. Este resultado sinérgico beneficia da capacidade dual das Forças Armadas, das capacidades que só ali existem e que não faz sentido duplicar e da sua acção supletiva, em situações em que as polícias e os agentes de protecção e de socorro são insuficientes, quer perante a ameaça, quer pela dimensão da anormalidade grave que tenha ocorrido.

Inverter esta prioridade constitucional ou privilegiar a acção das Forças Armadas nas áreas de polícia e de protecção e socorro é uma opção mais cara e menos eficaz e, na prática, o reconhecimento da incapacidade da administração e das polícias e agentes de protecção e socorro, inclusive da ANPC, para cumprirem a missão que lhes está atribuída; para além disso, esta opção pode comprometer a verdadeira missão das Forças Armadas.

Termino salientando que, na definição da Acção Estratégica Nacional (CEDN), uma focalização na estratégia geral militar, em detrimento das outras estratégias gerais (política/diplomática, económica e psicológica) tem sido uma situação recorrente, mas inconveniente. Todos os CEDN deram origem a um CEM, à definição das missões das Forças Armadas, ao Sistema de Forças Nacional e ao Dispositivo; o CEM deve orientar também, a elaboração do orçamento, da LPM e da LPIM, mas em relação a isso o MDN segue as determinações do Ministério das Finanças que, em matéria de defesa, tem manifestado uma postura de indiferença, insensibilidade ou mais grave do que isso, de ignorância. De salientar contudo, que ao longo destes anos e na sequência dos CEDN aprovados, nunca qualquer Ministério elaborou, de forma concorrente, uma simples directiva que desse qualquer seguimento às orientações que, na sua área ministerial, o Conceito Estratégico de Defesa Nacional preconizasse.

Qualquer processo de reforma estrutural das forças armadas, quer em termos de efectivos, quer de estruturas, quer ainda de capacidades, tem de assegurar a sua possibilidade de emprego com oportunidade, adequação, eficiência e eficácia; garantir a segurança das tropas empregues, conferindo-lhes o treino que lhes é devido e o armamento e equipamento necessários e adequados; tornar evidente que o emprego da força militar, face à missão atribuída, tem condições de êxito; permitir a actuação integrada com os aliados ou amigos, nas Organizações

e Alianças em que nos inserimos, ou nas formações multinacionais que decidimos integrar; por último, proporcionar a capacidade logística para participar na projecção da força e para garantir a sua sustentação no TO, em pessoal e material (reservas de guerra).

Em suma, é necessário pugnar pela adopção de opções estratégicas para as diversas estratégias gerais que propiciem crescimento económico, a autoestima nacional, a relevância militar, de acordo com a nossa dimensão estratégica e a liberdade de acção política; que mantenham o país como parceiro internacional credível, como actor pleno da cena internacional, em que os atributos do Estado soberano se exercem na plenitude, sendo capaz de afirmar a sua posição política, os seus objectivos e interesses nacionais, os seus princípios e valores, em quaisquer situações, quer junto de aliados e amigos, quer perante opositores.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 11 ABRIL DE 2019)

La question migratoire au XXI^{ème} siècleregard – africain

DRISS GUERRAOU

C'est avec un immense plaisir et un réel intérêt qu'il m'échoit l'honneur de présenter devant votre illustre Assemblée cette contribution portant sur «la question migratoire au XXI^{ème} siècle, Regard Africain», thème qui revêt une grande importance pour la communauté internationale, qui est d'une actualité brûlante et sur lequel l'Afrique a proposé une vision, une approche et une stratégie, exprimées solennellement par le Roi du Maroc Sa Majesté Mohammed VI, dans son message adressé au 30^{ème} Sommet de l'Union Africaine, tenu à Addis-Abeba en janvier 2018, couronné par l'adoption, lors de la Conférence intergouvernementale des Nations Unies tenue en décembre 2018 à Marrakech, du «Pacte mondial pour des migrations sûres, ordonnées et régulières».

Ma contribution portera sur trois éléments essentiels:

- 1 – Les contours de la nouvelle question migratoire;
- 2 – Les enjeux majeurs des migrations pour l'Afrique;
- 3 – Et les défis futurs pour l'Afrique de la nouvelle question migratoire.

I – LES CONTOURS DE LA NOUVELLE QUESTION MIGRATOIRE.

Par son importance, les nouveaux visages qu'elle prend, ses impacts divers aux niveaux de la géo-économie, la géopolitique et la géostratégie du système mondial actuel, la migration est devenue une question centrale des agendas mondiaux pour le développement durable, pour le climat, le respect des droits humains, le vivre ensemble, la cohésion sociale, la paix, la stabilité, la prospérité des Nations et corrélativement pour la sécurité humaine globale dans le monde.

Les pressions migratoires sont devenues telles à l'heure actuelle sur le plan de leurs structures et des formes d'expression qu'elles prennent, qu'il ne se passe pas un jour sans que l'actualité des drames humains et des détresses qu'elles génèrent

ne rappellent la communauté mondiale l'urgence d'agir par et pour une gouvernance plus responsable, coordonnée et solidaire de la nouvelle question migratoire.

L'importance et l'accélération des flux de migrants expliqueraient cette urgence et rendent ce défi réellement planétaire. En effet, sur le plan de leur volume, selon l'ONU le nombre total de migrants dans le monde en 2017 serait évalué à 258M de personnes, représentent environ 3,4% de la population mondiale. Sur ce total, 90% sont soit des migrants volontaires, soit des migrants économiques et 10% sont des réfugiés.

Sur le total, les migrations Sud-Nord ne présentent que 35% seulement du volume global des migrants dans le monde, par contre la migration intra-Africaine qui est passée de 12,5M en 2000 à 19,4M en 2017, représente près de 80% du total des migrations Africaines.

Par ordre d'importance si les 10 premières destinations des migrants sont les Etats Unies d'Amérique, L'Allemagne, la Russie, l'Arabie Saoudite, le Royaume Uni, les Emirats Arabes Unis, le Canada, la France, l'Australie et l'Espagne, les 10 premiers pays d'origine des migrants l'Inde, le Mexique, la Russie, la Chine, le Bangladesh, la Syrie, l'Ukraine, le Pakistan, le Phillipine et l'Afghanistan.

Cependant, fait important à signaler, les mouvements migratoires sont en train de changer radicalement de visages en cette décade du XXI^{ème} siècle. Ainsi, l'observation empirique de ces mouvements révèle que nous sommes de plus en plus devant:

- 1 – Des migrations de plus en plus massives;
- 2 – Qui s'opèrent sur la base de groupes organisés, portés par des filières bien structurées;
- 3 – Des migrations qui touchent toutes les catégories de la société: les pauvres et les riches, les qualifiés et les non-qualifiés, tous les âges, tous les sexes, et tous les milieux de résidences: les urbains comme les ruraux, avec une tendance à la croissance des filières féminines, des migrations d'enfants mineurs et des demandeurs d'asile;
- 4 – Elles sont à la fois des migrations familiales et individuelles, voire des migrations qui concernent des collectivités entières;
- 5 – Il s'agit, aussi, de migrations qui touchent tous les continents, devenant de plus en plus à géométrie plurielle, puisqu'elles s'opèrent du Sud au Nord, du Sud au Sud, du Nord au Sud et du Nord au Nord;
- 6 – Elles sont des migrations de plus en plus composites au sens où elles sont dues à des raisons à la fois économiques et sociales, mais aussi des raisons politiques, religieuses, climatiques, ethniques ou celles liées à des situations de guerres;

7 – Dans certains pays les formes clandestines et irrégulières ont tendance à devenir plus importantes sur le plan de leur volume que les formes régulières légales;

8 – Il s’agit enfin de mouvements migratoires œuvres de migrants de plus en plus déterminés à émigrer au risque de leurs vies et ce en développant des stratégies leur permettant soit de rester dans les pays où ils ont migré clandestinement, soit à emprunter des voies quasi-suicidaires pour atteindre leurs destinations désirées.

Si ces données, ces réalités et ces tendances doivent être au cœur de toute réflexion sur la question migratoire au XXI^{ème} siècle, quels en sont les enjeux majeurs pour le continent Africain?

II – LES ENJ EUX MAJEURS DES MIGRATIONS POUR L’AFRIQUE

Les enjeux majeurs pour l’Afrique de la nouvelle question migratoire ont trait à trois dimensions: 1) la protection des droits humains fondamentaux des migrants, 2) la régulation positive des impacts des changements climatiques sur les mouvements des populations et 3) la sécurité globale du et dans le continent.

1- Sur le plan des droits humains des migrants, éclairés par l’expérience du Maroc dans ce domaine, un Maroc qui est devenu un pays à la fois de transit et d’accueil attractif pour les migrants du fait de la stabilité politique et de la sécurité qui y règnent, la dynamique économique qu’il connaît, son modèle culturel porté par l’intensité et la qualité du partenariat qui le lie avec ces pays frères d’Afrique, sur ce plan, il s’agit pour les pays Africains et la Communauté internationale de promouvoir des politiques nationales migratoires fondées sur quatre principes directeurs:

- Respecter la dignité des migrants;
- Rendre effectif le principe de non-discrimination à l’égard des migrants;
- Lutter contre l’emploi indécemment dans les secteurs à la fois formel et informel où évoluent les migrants;

Et favoriser l’accès des migrants aux secteurs sociaux essentiels, notamment l’éducation, la santé et la justice.

Dans cette perspective, il apparaît de la plus haute importance à ce que les États de part le Monde fassent du respect des droits humains fondamentaux des migrants une partie intégrante de leurs constitutions nationales. Cette

constitutionnalisation représente un horizon institutionnel appelé à consacrer par la loi fondamentale des Nations les droits humains essentiels des migrants.

2- Le deuxième enjeu majeur de la nouvelle question migratoire pour l'Afrique a trait aux impacts divers des changements climatiques sur les configurations présentes et futures des mouvements migratoires dans le continent. Sur ce plan, force est de constater que les migrants climatiques, qui ont tendance à augmenter de façon accélérée, constitue l'un des aspects majeurs des nouvelles générations de migrations.

Ainsi, selon l'Organisation Mondiale des Migrations, il y aurait en 2050 près de 200 millions de migrants climatiques dans le monde. A cet horizon, sur 100 personnes 45 quitteront leurs terres d'origine à cause des impacts des changements climatiques.

A cet horizon 2050 toujours, selon le deuxième rapport du Groupe d'experts intergouvernemental sur l'évolution du Climat (GIEC) paru en Octobre 2018, l'Afrique qui n'émet que 4,5% des émissions de gaz à effet de serre, sera la région qui subira les impacts les plus externes des changements climatiques, puisque le continent verra la nombre de migrants climatiques atteindre environ 86 Millions de personnes en 2050, suivi de l'Asie du Sud avec 40 Millions de migrants climatiques internes et l'Amérique Latine avec 17 Millions.

Actuellement, si aujourd'hui six des dix pays les plus touchés par les changements climatiques dans le monde sont africains, 65% de la population Africaine est affectée par ses changements. L'Afrique compte déjà plus de 10 Millions de réfugiés climatiques.

Par ailleurs, plus de 500 Millions d'hectares de terres sont disparus du fait des changements climatiques en Afrique causant ainsi l'avancée de la désertification et son corollaire l'insécurité alimentaire. Pire encore, si rien n'est fait à l'horizon 2050, 30% des infrastructures côtières du continent Africain seront submergés à cause de l'avancée de l'eau des océans due à la fonte des glaciers. Cette situation commence d'ores et déjà à avoir des conséquences en termes d'aggravation des pressions migratoires dans le continent. C'est pour cette raison éminemment stratégique que la présidence Marocaine a fait de la COP22, tenue à Marrakech en novembre 2016, une COP Africaine et une COP de l'action. Elle a veillé à intégrer les priorités Africaines dans les priorités de la COP22 en mettant l'accent sur

l'adaptation aux changements climatiques, le renforcement des capacités africaines, le développement de la finance climatique et le transfert de technologies.

La COP22 a été, également une occasion où SM le Roi Mohammed VI a présidé le premier sommet Africain de l'action pour le climat en faveur de la co-émergence de l'Afrique avec la participation de 50 chefs d'Etat Africains.

Ce sommet a vu la création de trois commissions dédiées à trois régions africaines: 1) la région du Sahel présidée par le Niger, 2) la région du bassin du Congo et 3) la région des États insulaires présidée par les Seychelles. Dans ce cadre, le Maroc ayant été invité par les chefs d'Etat Africains à assurer la coordination et le suivi des initiatives Africaines prises en matière de changements climatiques et de développement durable, ainsi que la mobilisation des partenaires du continent pour le financement de ces initiatives.

L'intérêt particulier de la présidence Marocaine de la COP22 pour l'Afrique s'est traduit, enfin, par la mise en place de plusieurs initiatives internationales, dont l'initiative de l'adaptation en Afrique (dite triple A – AAA) lancée par le Maroc, l'initiative triple S (SSS), soutenabilité, sécurité et stabilité en Afrique, portée par le Sénégal et le Maroc et l'Initiative «Water for Africa» proposée sous l'impulsion du Maroc avec le soutien de la Banque Africaine du Développement.

Comme vous le constatez, honorable présence, la nouvelle question migratoire en liaison avec les changements climatiques représentera un enjeu futur majeur pour notre continent et pour le monde. C'est pour cette raison que le Pacte mondial pour des migrations sûres, ordonnées et régulières en a fait une de ses composantes essentielles.

3- Car, cette composante se doit d'être in fine au carrefour de tous les agendas Africains et Mondiaux, parce qu'elle est au cœur des déterminants nouveaux de la sécurité, la stabilité, la paix et le développement humain durable de notre continent en particulier et pour les grands équilibres mondiaux en général. C'est pour cette raison également que les experts et les acteurs institutionnels du développement de part le monde considèrent qu'il y a un lien de cause à effet entre migration et sécurité globale en Afrique et dans monde.

L'examen des contours de la nouvelle question migratoire et l'explication de ses enjeux majeurs pour l'Afrique montrent que les défis à relever en matière de migration sont nombreux pour notre continent.

III – LES DÉFIS FUTURS POUR L’AFRIQUE DE LA NOUVELLE QUESTION MIGRATOIRE

En matière de réflexion sur la question migratoire, l’Afrique ne part pas de rien et ce depuis que les chefs d’Etat du continent ont confié à Sa Majesté le Roi Mohammed VI, lors du 28^{ème} sommet de l’Union Africaine le mandat de «leader de l’Union sur la question migratoire».

En effet, depuis cette date, Sa Majesté le Roi a présenté en juillet 2017 à son Excellence le Président Alpha Condé «les premiers jalons d’une vision africaine commune sur la migration», comme il a soumis au 30^{ème} Sommet de l’Union Africaine, tenu à Addis-Abeba le 29 janvier 2018, «l’Agenda Africain pour la migration», document élaboré selon une approche inclusive et participative sous la base d’une large concertation avec de nombreux chefs d’Etat du Continent.

Dans la vision de Sa Majesté le Roi Mohammed VI, je cite «Cet agenda doit tendre à faire de la migration un levier de Co-développement, un pilier de la coopération Sud-Sud et un vecteur de solidarité». (Fin de la citation)

Partant de là, et pour concrétiser les objectifs de cet agenda, l’Afrique aura à relever quatre défis majeurs:

- 1 – Un défi de la connaissance de la nouvelle donne migratoire africaine;
- 2 – Un défi de gouvernance des mouvements migratoires dans le continent;
- 3 – Un défi d’ordre stratégique;
- 4 – Et un défi de nature sociétale.

LE DÉFI DE LA CONNAISSANCE

En effet, la nouvelle question migratoire souffre d’un réel déficit de connaissance. Car au-delà des données macro-économiques fournis par les institutions nationales et internationales de la famille des Nations Unies et par quelques ONG et Entités nationales crédibles, nous ne connaissons pas avec précision les nouvelles générations de migrants et de migrations, leur importance réelle, leur nature, leurs formes d’expression, leurs filières, leurs impacts divers et leurs évolutions futures.

Nous ne connaissons pas non plus avec précision et rigueur les réseaux de trafiquants et de passeurs des êtres humains, les caractéristiques des acteurs qui

les portent, leurs origines géographiques, leurs modalités d'organisation sur le terrain, leurs modes opératoires, leurs financements, leurs connections et leurs réels objectifs, au-delà de la part du gain que ces trafics leur apportent.

Nous ne connaissons pas non plus avec précision les effets externes positifs comme disent les économistes, de ces migrations dans les pays d'accueil et de résidence en terme de leurs contribution à la création des richesses nationales, d'apports démographiques aux marchés nationaux du travail, de renforcement des compétences et capacités de ces pays, d'équilibre des comptes économiques, financiers et sociaux et aussi en termes de valeurs ajoutées à la diversité culturelle et civilisationnelle des nations d'accueil.

Enfin, hormis quelques chiffres globaux sur leur montant, nous ne connaissons pas avec précision les des transferts de fonds des diasporas Africaines et leur impacts divers sur le développement économique, social et technologique de leur pays d'origine. C'est tout le sens de la création dans le cadre du Pacte de Marrakech en décembre 2018 de «l'Observatoire Africain de la Migration».

Cette dimension connaissance est la clé d'entrée à toute élaboration future pertinente de politiques nationales, régionales et mondiale en matière de migrations fondées sur un système intégré d'informations fiables, précises, pertinentes et scientifiquement valides.

LE DÉFI DE LA GOUVERNANCE DES MIGRATIONS POUR L'AFRIQUE

L'observation objective sur la longue période révèle que pendant longtemps et jusqu'à nos jours, la gouvernance régionale et mondiale des flux migratoires a été et demeure laxiste, inefficente, anarchique, non maîtrisée, non cordonnée, conjoncturelle et éclatée dans son approche. De ce fait, elle n'offre aucune visibilité ni aux Etats, ni aux Unions Régionales, ni aux populations concernées elles-mêmes.

Ce déficit de gouvernance tient à trois formes d'absence:

- L'absence d'une réelle volonté politique commune;
- L'absence d'une vision claire partagée claire sur le mode de gestion des flux migratoires;
- Et l'absence d'une stratégie coordonnée appropriée des mouvements de populations dans le monde et de leurs mobilités.

Ces réalités empêchent la gouvernance actuelle des flux importants d'être portés par une approche globale, concertée, coordonnée, responsable, solidaire et durable et corrélativement efficace et acceptée par toutes les parties. Or, ce mode de gouvernance et cette approche exigent au préalable un renforcement du dialogue politique entre les Etats concernés en vue d'aboutir à une harmonisation, à une cohérence et à une convergence des politiques migratoires.

Aussi, paradoxale que cela puisse paraître, les conditions de réalisation de cette option sont loin d'être réunies à ce jour et les composantes de la communauté internationale les plus directement concernées par la question migratoire sont loin d'inscrire leur action dans le sens d'un consensus nécessaire à cette fin.

UN DÉFI D'ORDRE STRATÉGIQUE

Il s'agit par ce défi pour les pays Africains de s'attaquer aux causes profondes des migrations et ce à partir de trois leviers essentiels:

- Un changement de leurs modèles de développement;
- La co-émergence Africaine;
- Et le renforcement de la coopération Sud-Sud Panafricaine.

Cette perspective stratégique, visant à repenser tout le paradigme du développement en Afrique est seule à même de permettre aux africains de réaliser la stabilité, la sécurité et la paix, facteurs indispensables pour investir et entreprendre en Afrique et pour en faire un continent apte à renverser les flux migratoires actuels du Nord vers le Sud, tout en permettant aux jeunes, aux femmes et aux familles Africaines candidates à l'exil et à la migration aujourd'hui de travailler demain en Afrique, d'investir demain en Afrique et donc de créer demain de la richesse et des emplois en Afrique.

Fait important à signaler à ce sujet, dans cette quête d'un nouveau modèle de développement capable de conduire à une régulation positive de la nouvelle question migratoire dans le continent, aucun pays Africain ne pourra à lui seul réaliser cet objectif dans le contexte de la géo-économie, la géopolitique et la géostratégie mondiale et régionale actuelle.

D'où l'importance pour l'Afrique et les Africains, de bâtir ensemble une grande et nouvelle Afrique Unie fondée sur une nouvelle génération d'intégration régionale et d'établir un nouveau rapport avec le reste du Monde.

UN DÉFI EST DE NATURE SOCIÉTALE

La question migratoire au XXI^{ème} siècle et son mode de traitement interpelle les Etats-Nations et la communauté internationale sur le choix de la société où nous voulons vivre ensemble demain. Une société ouverte aux autres, intégratrice, humaniste, accueillante, solidaire, fraternelle, où règnent la liberté concertée de circulation des personnes, l'égalité de traitement et le respect de la dignité humaine, ou bien une société fermée, xénophobe, où règnent les replis identitaires, le populisme, le patriotisme, la préférence nationale, le racisme, l'antisémitisme et le refus de la différence sur la base de la race, la religion, la culture, la langue et l'origine géographique.

Ces comportements nourrissent dans les pays «d'accueil» la haine et la peur de l'autre, entretiennent des mythes, des clichés et des préjugés construits sur les amalgames entre d'un côté les migrations et de l'autre la sécurité, l'invention culturelle, le péril religieux, les menaces terroristes et le chômage.

C'est à cause de l'exacerbation de ces clichés et amalgames par les forces politiques ultranationalistes montantes dans de nombreux pays et régions du monde que les migrants de tous les continents payent un tribut très lourd, que l'actualité nous rapporte et nous le rappelle chaque jour et que la construction de murs ne saurait constituer une solution responsable durable et efficiente.

C'est pour ainsi dire que la nouvelle question migratoire est éminemment politique et relève d'un choix de société. Aussi, nos Etats doivent faire de l'éducation au vivre ensemble, à l'intégration des migrants et au respect de leur dignité les axes de leurs politiques nationales migratoires, comme ils leur conviennent de criminaliser les comportements discriminatoires à l'égard des migrants et de lutter sans merci contre les réseaux de trafiquants des êtres humains et contre la maltraitance des migrants.

Au-delà de ce regard Africain, notre monde ne peut pas rester insensible au défi planétaire que constitue la nouvelle question migratoire. Les académiciens, les savants, les scientifiques, les intellectuels, les élites politiques et les acteurs des sociétés civiles de nos pays ont une responsabilité réelle et un rôle crucial à jouer dans ce domaine essentiel pour la condition humaine.

Par leur intelligence individuelle et collective, leur génie, leurs poids politique et moral dans la société, ils sauront et devront contribuer à mobiliser l'intelligence

de leurs communautés pour prendre appui sur la conscience universelle citoyenne qui émerge de par le monde pour relever collectivement ce défi.

C'est dans cette perspective que pourront se développer demain dans nos sociétés des contre-pouvoirs citoyens à la faveur de la mobilisation de toutes les composantes agissantes de la communauté internationale pour la mise en œuvre du «Pacte Mondiale pour des migrations sûres, ordonnées et régulières», adoptée par l'Organisation des Nations Unies.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 11 ABRIL DE 2019)

ANNEXES

Stocks de migrants dans le Monde de 1990 à 2017

	Stock mondial de migrants (en millions)			
	1990	2000	2010	2017
Monde	152.5	172.6	220.0	257.7
Régions développées	82.4	103.4	130.7	146.0
Régions en développement	70.2	69.2	89.3	111.7
Pays à revenus élevés	75.2	100.4	141.8	164.8
Pays à revenus moyens	68.5	64.0	70.2	81.4
Pays à revenus bas	8.5	7.7	7.5	10.9
Afrique	15.7	14.8	17.0	24.7
Asie	48.1	49.2	65.9	79.6
Europe	49.2	56.3	70.7	77.9
Amérique Latine et Caraïbes	7.2	6.6	8.2	9.5
Amérique du Nord	27.6	40.4	51.0	57.7
Océanie	4.7	5.4	7.1	8.4

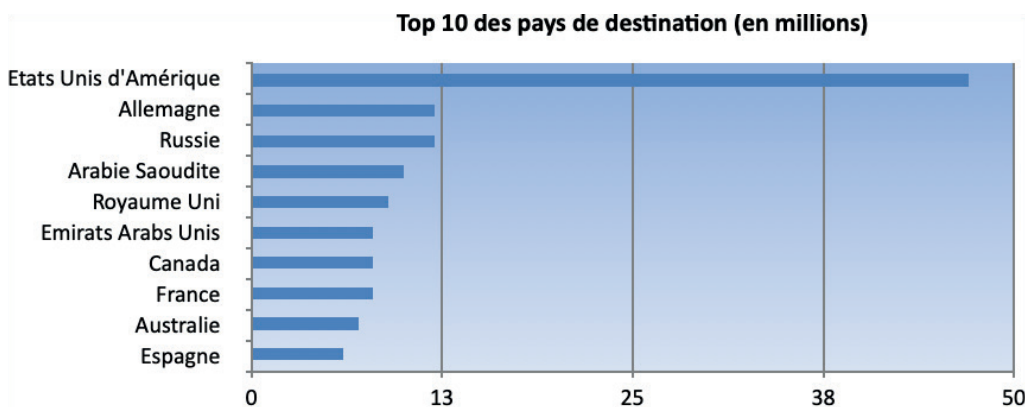
Source: ONU, Département des Affaires Economiques et Sociales, Décembre 2017

Flux migratoires dans le monde durant l'année 2017

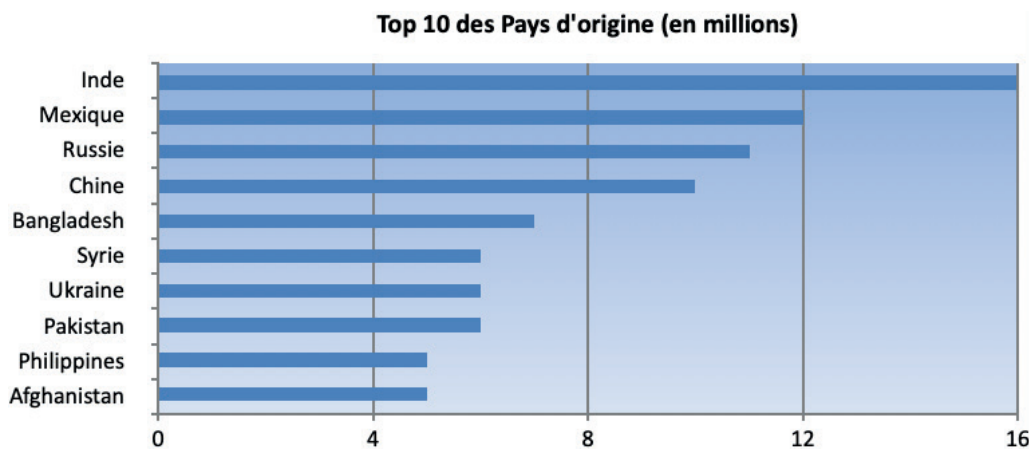
Pays de destination	Pays d'origine									Monde
	Régions développées	Régions en développement	Afrique	Asie	Europe	Amérique Latine et Caraïbes	Amérique du Nord	Océanie	Non connus	
Régions développées	59.6	89.0	12.4	42.6	51.8	31.4	2.5	1.7	3.6	146.0
Régions en développement	14.4	97.4	23.8	63.1	9.4	6.3	1.9	0.2	6.9	111.7
Afrique	2.3	22.3	19.4	1.2	1.0	0.0	0.1	0.0	3.0	24.7
Asie	9.2	70.4	4.4	63.3	7.1	0.4	0.5	0.1	3.7	79.6
Europe	43.3	34.6	9.3	20.5	41.0	4.6	1.0	0.4	1.1	77.9
Amérique Latine et Caraïbes	2.9	6.6	0.1	0.3	1.3	6.1	1.4	0.0	0.3	9.5
Amérique du Nord	9.4	48.2	2.6	17.2	7.6	26.4	1.2	0.3	2.4	57.7
Océanie	4.2	4.2	0.5	3.2	3.1	0.2	0.2	1.1	0.1	8.4
Monde	71.3	186.4	36.3	105.7	61.2	37.7	4.4	1.9	10.6	257.7

Source: ONU, Département des Affaires Economiques et Sociales, Décembre 2017

Classement des 10 pays de départ et de destination des migrants



Source: UNDESA, Banque Mondiale, McKinsey Global Institute, 2016



Source: UNDESA, Banque Mondiale, McKinsey Global Institute, 2016

Tableau comparatif de la Migration internationale entre 2000 et 2017

Pays ou zone	Migration internationale (en milliers)		Migration internationale par rapport à la population totale (en pourcentage)		Migration internationale par groupe d'âge (en pourcentage)			Age moyen des migrants (en années)	
	2000	2017	2000	2017	0-19	20-64	65+	2000	2017
Monde	172.604,3	257.715,4	2,8	3,4	14,0	74,3	11,7	38	39,2
Afrique	14.800,3	24.650,2	1,8	2,0	29,0	65,8	5,2	27,6	30,9
Europe	56.314,4	77.895,2	7,7	10,5	9,0	76,7	14,3	41,1	42,6
Maroc	56,3	101,2	0,2	0,3	22,8	68,1	9,1	35,9	34,8
Portugal	651,5	880,2	6,3	8,5	8,6	82,9	8,5	31,3	41,7

Source: Migration internationale, ONU, Département des Affaires Economiques et Sociales, Division de la Population, New York 2017

RÉFÉRENCES BIBLIOGRAPHIQUES

- Bureau International du Travail, Les nouveaux défis de la question migratoire au Maroc, Cahier des migrations internationales N.° 103F du mois d'avril, Programme des migrations internationales, Genève, 2010.
- Driss, G., Noureddine, A., *l'Afrique des paradoxes, Regards et attitudes des jeunes*. Editions La Croisée des chemins-Casablanca et L'Harmattan-Paris, 2019.
- International Centre for Migration Policy Development, Enquête sur les politiques migratoires en Afrique de l'Ouest, Vienne et Dakar, 2015.
- McKinsey Global Institute, *People on the move: Global migration's impact and opportunity*. 2016.
- Nations Unies, Rapport du Département des Affaires économiques et sociales, Décembre, New York, 2017.
- Nations Unies, Conférences Intergouvernementale chargée d'adopter le Pacte mondial pour des migrations sûres, ordonnées et régulières, Document final de la Conférence, 10 et 11 juillet, Marrakech, 2018.
- Organisation Internationale pour les Migrations, *Migrant Smuggling Data and Research: A global review of the emerging evidence base*, Genève, 2013.
- Organisation Internationale pour les Migrations, Dialogue International sur la Migration N.°18 – Changement climatique, dégradation de l'environnement et migration, Genève, 2012.
- Problèmes économiques, Migrations, quels effets sur l'économie?, N.° 3124 de janvier, La documentation Française, Paris, 2016.
- Smith, S., *La ruée vers l'Europe, la jeunes Afrique en route pour le Vieux Continent*. Editions Grasset, Paris, 2018.
- Wihlto de Wenden, C., *Atlas des migrations, un équilibre mondial à inventer*. 5^{ème} édition, Editions Autrement, Paris, 2018.

Ironias do amor na poesia de Vasco Graça Moura (ou os clássicos nas voltas incertas da sua poesia)

CARLOS ASCENSO ANDRÉ

Debalde o poeta nos impele na indagação da raiz. Em vão nos guia, por ínvios caminhos, em busca da sua certidão de nascimento. Pouco merecedor de confiança há de ser tal cicerone, a julgar por Mallarmé, que nos assegurava ser tão dono da obra e sua leitura o seu autor, depois de ela publicada, como qualquer outro leitor. Triste sina a de quem, achando-se, acaba por perder-se, nos trilhos escusos da sua mesma identidade. Mas porfiam os poetas por interpretar-se, e não deixamos de os ter em conta, fiados, porventura, numa nesga por onde possamos espreitar.

Não escapa à regra Vasco Graça Moura:

“Na verdade nunca escrevemos nada que nos pertença por inteiro, nem nada que nos seja completamente alheio”¹. E deixa-nos, pouco depois, o “catálogo” dos seus mestres, por onde passa Camões, mas também Horácio, Dante, Petrarca. E, à cautela, não vá a memória atraindo-o, respira a generalização: “Intertextualidades de vária ordem e vária intensidade, por vezes ao nível de uma simples inflexão prosódica, podem documentar a sua marca variável e a sua eventual aproximação fragmentária, reelaboradas no que tenho escrito. São algumas presenças de entre os elos possíveis de uma cadeia muito mais longa”². E assim se redime de ocasionais esquecimentos. Que muitos são, em boa verdade, embora o poeta, talvez mais inconsciente de si do que supõe, os não recorde.

Porque a verdade é que a questão da influência é mais complexa do que os pesquisadores da crítica de fontes, não obstante o seu trabalho aturado e a sua memória infinda, nos pretendem fazer crer. As fontes são como poeira suspensa no tempo, coada por uma luz estranha que pode ser a memória de leituras ou a memória de outras memórias de outras leituras — sabe-se lá?

¹ *Poesia*, 1963–1995, p. 486.

² *Ibidem*, pp. 489–490.

Olhemos os clássicos, por exemplo. Entrincheirados no seu reduto de séculos, de milénios, dali deixaram ir-se esvaindo, aos poucos, fragmentos inconsistentes do que escreveram, farrapos de poesia, talvez, gravetos de um versejar perdido na noite voraz do tempo, mas que vieram imprimindo rastros difusos de si um pouco por toda a parte, ao longo da longa viagem. Desde logo pegadas que sobejaram, disfarçadas de uma identidade inconsistente, em outros versos, outras prosas, outras escritas. E assim foram semeando da sua lembrança inconcreta, mas substantiva, esse mar imenso a que damos o nome de literatura universal.

Dito de outra forma: não são fontes, apenas, o que lemos e temos consciência de ter lido; fontes serão, também, o que lemos e nos esqueceu e permanece resguardado nos alicerces da lembrança (ou da deslembrança) e ainda o que não lemos, mas outros leram por nós, para nós, depois, lermos por eles, e que jamais saberemos em que alicerces se resguardará. Essa é, afinal, a recepção de que nos fala Jauss, posto que por outras palavras.

As fontes, em suma, respiram-se. E o ar que respiramos jamais seremos capazes de o sustentar entre os dedos ou de dar-lhe substância. Mas existe. E respiramo-lo. E mantém-nos vivos. Não será diferente a literatura, na sua rarefação, na sua teia invisível, nas suas raízes que fundo mergulham e fundo buscam uma seiva que é, também, uma marca de sobrevivência.

Que fique claro, para memória futura: este é o primeiro pressuposto da leitura que aqui se propõe da poesia de Vasco Graça Moura. Da poesia de amor, antes de mais. Ou desamor, o que, em Vasco Graça Moura, acaba por ser o mesmo.

Mas há um segundo pressuposto.

Vasco Graça Moura não é um académico, ainda que, por vezes, quase pareça. O por vezes, claro, é um certo Graça Moura tradutor ou um Graça Moura leitor de Camões. Mas nem mesmo aí. Foge-lhe o feitio para a provocação, não raro, para a irreverência, muitas vezes, para a ironia, também, que é a sua imagem de marca. Seja como for, académico não será, por opção pessoal. Pelo menos, académico, no sentido professoral, medido de régua e esquadro, laboratorial. É irreverente em excesso, para caber nessas medidas pré-feitas.

Aí radica o segundo pressuposto, a que poderia chamar-se a encruzilhada da descortesia. Descortesia para com Vasco Graça Moura, o provocador, o irreverente, se a leitura aqui proposta for académica, no sentido mais formal (e negligente) do termo. Descortesia para com a academia que acolheu a celebração e organizou a

homenagem onde o presente texto pela vez primeira foi apresentado, se a leitura for feita ao arpejo das regras dessa mesma academia. E para essa outra Academia (a das Ciências de Lisboa), a que ele pertencia, que acolheu também este mesmo texto em idêntica celebração e o aceita para publicação nas suas *Memórias*.

Pois bem, venceu a segunda das descortesias. Pretenderá esta leitura ser fiel a Vasco Graça Moura, o poeta da ironia, da irreverência, do amor sem fronteiras nem recatos, do desamor. O poeta da métrica sem metrônomo. E será, além disso, uma leitura fragmentária. A única que cabe à poesia daquele que é homenageado.

Será, porventura, uma leitura tecida de atrevimentos. Desde logo porque se atreve a vedados términos, que são os que definem a memória dos livros que o poeta poderá não ter lido. Ou dos que, tendo lido, se lhe incendiaram na lembrança e deixaram um rasto frágil de cinza. É ele que o diz, no poema justamente intitulado “o incêndio dos livros”, não por acaso acasalado com um outro, “vozes ténues”³.

Porque ardem os livros, como na pira os corpos. E como ardera Cíntia, a de Propércio, desacompanhada do poeta que cedo partira de quem dele partia. Logo, porém, a sombra regressava, não se sabe se na memória da noite, se na memória dos livros, se na memória dos versos que, no regresso, acusava o poeta de ter incendiado. E na penumbra se despia, talvez, para penetrar de sua nudez — “nua em folha” — a “hora grave”, feita musa, também medusa. Há muito teria morrido, como os livros devorados num incêndio que no tempo se perdera e se perderam, há mais tempo, pelo menos, que ténues são as vozes quando as urnas são de cinzas.

Assim ardem nos versos os corpos, como os livros, penetrados de chamas, para, entre vidros estilhaçados, confiscarem o vazio e dele encherem os silêncios, tão vãos como os corpos.

Ou não será, talvez, Propércio a convocar Cíntia na elegia 4.7, e seja, apenas e tão-somente, um eco difuso dos livros ardidados na memória.

Os poetas de antanho serão, nesse caso, “o poder fulvo das rosas de fogo”; o poder, sim, “arquitecturas de penumbra”. E, a serem assim, são tudo.

Certo não será que o poeta tenha aqui qualquer influência de clássicos. Certo não será, também, que a não tenha. Porque a única que assume, sem regatear, é a de Horácio. Talvez o poeta do amor, talvez o poeta do desamor. Ou talvez, mais do que um e outro, o poeta do não amor.

³ *Poesia*, 1963–1995, p. 356.

Por esse ou outro motivo, Vasco Graça Moura traduziu-o. Uma pequena parte dele, claro, que tão grande era o fascínio quanto a filigrana.

Porque os clássicos são isso mesmo: uma sombra que se pressente, muito antes de se sentir. Ali permanecem, ancorados e resguardados no tempo das sombras, mas também das sobras, no tempo de dizer e no tempo de desdizer, no tempo que nos cansa e no tempo que se alcança. Mal sabia o poeta quando lhe surgiria Horácio ao caminho, no destempero da escrita, ao arrepio da tradição e no fascínio da tradução. E já o sentia, inteiro, a percorrer o tempo e a idade. Muito antes de o traduzir, olhava já “as quatro estações”, e sobre elas “nada te escrevo”, por se sentir incapaz de dizer “do inverno ou das abusadas poéticas do outono”. Preferirá, então, “as durezas de cada estação”, “em sua limpidez agressiva”. Muito antes de traduzir Horácio, tinha consciência de que o tempo flui, dono, apenas, de si mesmo, pelo que amar não “percorre as estações, desarma-as”⁴.

Afinal, reconhece, “o tempo não se rouba, escoar-se como o frio/por uma camisola/até dentro da pele”. Sente o tempo escoar-se, como o poeta latino. E, como o seu herdeiro, Ricardo Reis, senta-se “de guarda à água lisa que viu passar seus bandos/e em que hás-de debruçar-te”⁵.

Mas Horácio esperava-o, um pouco mais adiante, numa encruzilhada da poesia.

Como Eugénio de Andrade se abalançou aos fragmentos de Safo, o nosso poeta decidiu trazer-nos Horácio. Mas, se o primeiro nos deu tudo o que da poeta grega se conhecia, o segundo fez, com a tradução, uma selecção. Seguiu a ordem do poeta latino, o que nos não deixa muita margem de manobra para decifrar as opções e os motivos que as ditaram.

Abriu com as estações do ano, um dos temas predilectos do Venusino, no caso a Primavera. O Inverno que se desfaz, os botes que ao mar retornam, passada a estação de tempo agreste, o folgado de árvores e ninfas, a lição de sempre, a de que a vida é breve (“vai-se o agreste inverno”, 1.4, 2001–2005, p. 311). E não se furta àquela que é, porventura, a melhor expressão do fluir das estações fundida no fluir da vida humana, a ode que vê a neve esvair-se com o Inverno e a Primavera a espreitar por entre as correntes límpidas de ribeiros e arroios. Tudo tem o seu tempo. Mas diferente é o ciclo humano do ciclo do tempo: “o frio afastam

⁴ *Poesia*, 1963–1995, p. 192.

⁵ *Ibidem*, p. 202.

zéfiro, o verão/a primavera, e então/o frutífero outono o expulsa e logo/chega o tempo das brumas". Não assim os homens que pó e sombra são quando o fim acaba por chegar. Para eles, não há retorno nem ciclo incessante; depois da última estação já nada resta. Ou mesmo antes, pois "quem sabe se altos deuses acrescentam um amanhã ao hoje?" ("a neve vai-se e volta a erva aos prados", 4.7, 2001–2005, p. 328).

A serenidade ante o tempo inclemente, quando "alta vai a neve" e não suportam as árvores o seu peso, quando há que recolher gado e acolher-se ao borralho, suprema busca da felicidade horaciana, a lareira, um vinho de bom paladar, uma catraia ou um catraio ao lado, que pouco lhe importava a escolha; e o resto, o resto, "deixa aos deuses o resto" e "o que amanhã vai ser, não o perguntes" ("vês que alta vai a neve", 1.9, 2001–2005, p. 313).

O desprezo pelo tempo que flui, apostado na certeza de que só o hoje é dia que interessa, porque a lição é perene: "colhe o dia, não creias no amanhã". E neste "colhe o dia", bem apreendido no *carpe diem* que tantos equívocos tem originado, se funda muita da mestria que perpassa nos versos deste leitor de Horácio ("não perguntes, Leuconoe", 1.11, 2001–2005, p. 314).

E assim vai sulcando Vasco Graça Moura os versos de um poeta de há dois mil anos, incerto no trilho, duvidoso na chegada, apostado no navegar; navegar sem velas, pois inteiro já não está o pano, e porque "sem remos é teu bordo e quebrado", que "sem cabos mal podem durar quilhas no tempestuoso mar" ("ó nau, tornam-te ao mar", 1.14, 2001–2005, p. 315).

Isso "pede o vate a apolo": nem grandezas, nem excessos, nem riquezas, nem abundâncias desmesuradas, mas, tão-somente, "três ou quatro vezes por ano ver águas atlânticas sem naufragar" ("que pede o vate a apolo", 1.31, p. 319).

Assim persiste, sempre no rumo horaciano, credor assumido de seus versos; o mesmo faz cantar a ambos, mesmo quando "a nau desfeita fundeara nalguma húmida praia", mesmo assim canta, empunha o alaúde e entoia os cantos de que não saberá separar-se ("é conosco: se em ócios", 1.32, 2001–2005, p. 320).

Como Horácio, também, pode ser forçado "a inverter as velas retomando o curso abandonado", que os deuses não são certos e não raro voltam tudo no seu contrário ("dos deuses cultor parco", 1.34, 2001–2005, p. 321).

Mas de Horácio herdou Graça Moura, sobretudo, o amor. Ou melhor, o desamor. Ou, se se preferir, o não amor. O amor sem fulgurações, sem êxtases

fantasiosos, sem desvarios irracionais. O amor que no prazer colhe a sua essência e dele faz o seu fito último. Porque são sempre lúdicos, passe a redundância, os jogos de amor horacianos. E não o serão menos os de Vasco, desde logo quando em Horácio os bebe, para em verso português os cerzir.

Assim se afirma Horácio a Cloe que se esgueira, fugidia, assustadiça, de coração a tremelicar ante a ameaça da sedução. Como se o amor não fora, somente, um jogo de prazer e jamais uma ameaça: “não sou tigre feroz, nem/leão da líbia a perseguir-te:/não vás atrás da mãe./é tempo. segue um homem. (“foges-me, cloé”, 1.23, 2001–2005, p. 316).

Sereno é, pois, o amor que se diverte entre amadas sem conto, entre Lídia e Cloé, entre Fílis e Ília, entre tantas outras, “de belas pernas”, de “alvo pescoço”, de “doces modos”. Em todas elas ou por todas elas o “queima um fogo” que logo se esbate, sem se apagar, para se converter em suave prazer que desagua na tranquilidade dos corpos.

Por todas elas, afinal, viveu, porque por moças militou e a todas chamou aos prazeres, em abril, mês de Vénus, a filha do mar. E nelas se demora o fio tradutor de Graça Moura, hesitante entre o tempo, as estações, a serenidade de quem espera sem desesperar, a pele lisa de alvos braços, os colos sensuais onde se perde sem jamais se perder.

Em Horácio, talvez, talvez em Ovídio, terá o poeta colhido parte da sua ironia, quando de amor ou não amor a plasma, cáustica, azeda, cínica, corrosiva. Auto-corrosiva, também. Poderá ser a recusa dos clássicos, como poderá ser a sua sublimação. Com a mesma ironia com que se lê o Venusino se poderá ler o “fado da pedrada” (2001–2005, p. 56), mais caricatural e sarcástico, embora reflexo, do que dramático. De que outra forma poderia ler-se o “quis fazer do amor um charro... mas fumando não o agarro”? Ou “quis o amor desfeito em pó/e pus-me então a snifá-lo”? Ou “preparei um crack em bruto/e do amor levei um chuto”? E nem mesmo o “pobre amor, em mim és droga” nos leva para longe de uma ironia que, nos clássicos, é em Horácio, em boa verdade, que se encontra, posto que outras fossem as suas drogas.

Descubramos, portanto, os clássicos; não aqueles que Vasco menciona, como se no seu cartão de identidade tivessem lugar, mas aqueles que esconde, que esquece, que disfarça, talvez porque os ignore, talvez porque os menospreze. Mas estão lá.

Como Catulo, fugaz, sem que se saiba porquê (1963–1995, p. 100).

Aparentemente, apenas porque o próprio Catulo, no *Carmen* 5, também não saberia porquê, como era próprio da sua ignorância amorosa:

*espaço textual as clareiras
reintroduzo o corpo: o seu o meu
e as memórias ambas sonoridades
vivamos meu amor atque amemus*

De Catulo, poeta do amor e da desistência, poeta do amor e do seu contrário (e, como Camões, jamais saberemos dizer qual o contrário do amor), não se saberá, pelo ver-se, o que surpreende as encruzilhadas poéticas de Vasco Graça Moura. Com Catulo, faz ele do amor o centro do canto-amor. E do desamor, também, no lugar de convergências estranhas, de perplexos encontros de coincidências e contradições.

Mal disfarçado virá, do mesmo modo, Virgílio, em “sobre um verso de virgílio” (1963–1995, p. 143). Deste, não sabemos (jamais saberemos) que brisa respirava o amor. Sabemos, unicamente, da sua melancolia amorosa, que é uma outra forma de dizer desamor ou a-amor, se a palavra, híbrida de Grécia e Roma (como o próprio Virgílio, em boa verdade), pudesse ser inventada.

“O sol feria as muralhas do amor” podia ser um verso de Virgílio, que nunca o escreveu, como podia ser de Eugénio de Andrade, esse outro poeta do amor às escondidas do amor. Ama-se e morre-se. Assim pensava o poeta, no alento último da rainha de Cartago, empenhada em esgotar na lâmina a sua capacidade de paixão. A mesma que seria sempre a incapacidade do poeta que assim a descreve na ousadia derradeira. Serão essas, talvez, as “sombrias fulgurações dos tempos da narração”, aquelas que do escrever e do contar iluminam os espaços de silêncio. As sombras, enfim, esse estranho fascínio de Graça Moura, sejam elas as que desenham corpos despidos em meio do amor e, porque não?, do desamor, sejam as que, entre paredes de cidades, espreitam o momento por acontecer (ou o momento acontecido, o que, na ironia de Vasco Graça Moura, pode ser o mesmo) de cada vértice.

Porque a cada corpo dirá, decerto, “és o ar que eu respiro” e, como ar que respira, logo se desfaz, como quem busca, em vão, retê-lo por entre os dedos.

Como Virgílio, afinal, que vê Creúsa esfumar-se, diáfana, na noite troiana, ou

Lavínia desaparecer, frágil e inconsistente, nas espumas de um tempo que jamais foi e jamais será o seu.

Porque o amor será isso mesmo, como se percebe mais adiante: talvez um “nó cego”, talvez um “rigor do coração”, talvez “a perdição do amor” (1963–1995, p. 184). Não diria de outro modo Catulo, nem de outra forma o sentiria Propércio, acomodados, um e outro, na suma contradição que três dos poetas do amor exprimiriam de modo sublime: Camões, em “amor é fogo que arde sem se ver”, Catulo, em *Odi et amo* (*Carmen* 85), Ovídio, na elegia 3.11b dos *Amores*.

Será, porventura, essa a “amálgama” que Vasco Graça Moura impõe não seja rasgada, por ser, à uma, “sombra”, “raiz”, mas também “nó cego”, o tal, “indecifrável por dedos de ninguém” (p. 185).

Mas não é fatal o amor. É obsidiante, é certo, no mais literal e genuíno sentido da palavra, sombra sem termo e termo sem sobre, “terra rodeada de amor por todos os lados” e “amor rodeado de terra por todos os lados” (1963-1995, p. 232). Ou de água. Ou de nada, por ser ilha o amor, onde se caça. Dimensão venatória colhida de Camões, na ilha da glória lusa, do apogeu dos marinheiros, que em Ovídio a colheu (a propensão venatória, bem entendido), na *Arte de amar*, arte, também, de predadores, de caçadores, furtivos uns, a descoberto outros.

Amor-mapa, por isso mesmo, do corpo, da ilha, do tudo e do nada ou do assim-assim. Amor que é morte, como o de Propércio, sempre, como o de Virgílio, também, nunca como o de Ovídio ou de Horácio, profissionais do amor sem desvario ou fulguração nem escusado arrebatamento.

Assim o de Graça Moura: amor mapa contra a morte; e contra ambos a música, o canto, a redondilha.

E eis-nos chegados à melancolia, esse outro território onde os clássicos se escondem, onde o poeta os esconde e os disfarça, por detrás da omissão, ou melhor, da não menção, o que não será o mesmo. Catulo e Ovídio, os dois poetas do prazer, e talvez Propércio, poderiam entrecruzar-se, cerzidos, porventura inconscientemente, em “melancholia”, o poema onde a “noite tarda atrás de pedras paradas” e “o anjo aguarda”, “enquanto entras, nua e neutra, de cabelos molhados, uma das mãos cruzando o peito, a outra a cobrir o púbis, o olhar semicerrado e tenso” (1963–1995, pp. 358-359). Pressente-se o retrato de Cíntia, subtilmente desenhado por Propércio, repetidas vezes, ou os retratos ovidianos,

a que se acrescenta, e não por acaso, a suposta neutralidade da nudez, que apenas com Horácio o poderia ser.

Porque melancolia é a marca funda de todos os poetas de amor latinos, os que amaram e os que se limitaram a fantasiar o amor. Feridos de melancolia, todos eles, sem exceção, deixaram esboços dessa tristeza medular que lhes modulava o canto. Como agora, em Graça Moura, o amor “vivido e magoado” e “o amor desgovernado” se mostra “marcado a fogo e calcado/em funda melancolia”. Talvez por ser um “amor dilacerado” e um “amor desenganado”, semente de contradições, quando o sente a “encher-me a vida vazia”, talvez por ser “alucinado”, esse “amor que desvaria”, e por ser “desesperado”, é o único que logra cantar. E esse fatalismo do canto, gêmeo do fatalismo amoroso, saída sem beco e beco sem saída, poderá não assumir a herança dos poetas latinos do amor, mas não pode, sem dúvida, enjeitá-la (“toada do desengano”, 2001–2005, p. 75).

Escondido está Ovídio, seguramente, na “glosa libertina do mote desconstruído”. Lembremos a elegia 2.15 dos *Amores*, a respeito de um anel por si ofertado a uma mulher:

*“Oh, oxalá pudesse eu, de repente, converter-me na minha prenda
[...]
Então, se eu desejar tocar os seios de minha amada,
e que a mão esquerda deslize por sob a túnica,
deixar-me-ei tombar do dedo, por mais justo e preso que esteja,
e assim solto, por artes mágicas, dentro das pregas do manto hei-de cair.”*

O anel desce, como se vê, até à metamorfose desejada, convertido em anel o poeta, a deslizar, em delírios de prazer, no peito da mulher.

Escutemos Vasco, depois de pedir às damas que aligeirem o decote (2001–2005, p. 127):

*Fosse eu tão puro carbono
rodeado de esmeraldas
e de repente no sono
simularia abandono
pra rolar dentro das fraldas.*

*ai de mim, todas as horas
nessa macia descida
me trariam de seguida
só poréns e mais emboras
de me pôr a alma partida.*

Como escondidos ficam os poetas que assinam, sem assinar, esse retrato outro, o da ninfa *aquis extincta*; por ser “terra prometida o seu corpo”, lembra Lavínia, a prometida, ninfa que nunca o foi; mas Lavínia, a de Virgílio e de Eneias, não era prometida no corpo, mas somente no silêncio e no futuro por acontecer e nunca faria da “música das esferas o seu canto”. Talvez, antes, Catulo e os elegíacos, todos eles, cujas mulheres, fossem elas Cíntia, Délia, Corina, Lésbia, eram feitas de corpo e de terra e de canto, como esta ninfa “que era a terra, que era a ilha, que era a noite, que eram os corais a explodirem”. E na explosão se resguardam os poetas que de longe sussurram pequenos acordes assim convertidos em canto novo (“e no fim era a ninfa *aquis extincta*”, 1963–1995, p. 383).

De muitos e diversos modos se pode esconder, afinal, a influência. O mais requintado e o mais perverso será, por certo, aquele que denuncia aquilo que se esconde: “para esconder um verso de Catulo”, assim é o título (2001–2005, pp. 242–243). Esconder um verso de Catulo? Um? Só um? Onde? Mesmo no fim, dirá o leitor mais desatento, que há pouco, uns anos antes, o encontrou, transcrito, mesmo no original latino: “vivamos, minha Lésbia, e amemos”. Ou porque o poeta nos quis iludir, o que nele não seria estranho, ou porque se iludiu a si próprio, o que estranho não seria, também, ou, ainda, porque outro verso, de tão escondido, lhe passou despercebido, a verdade é que este poema esconderijo o é de outros versos e outro poeta. De outro verso de Catulo, desde logo, aquele que desenha a morte como uma flor ceifada antes do tempo, a murchar de corola reclinada sobre o solo; verso que Virgílio acolheu, na morte de Euríalo, e que Camões fez seu, na morte de Inês. Aqui, as flores que murcham não desenharam a morte de ninguém; a não ser das horas, personificação que, eivada de tantos séculos de poesia, adquire um valor sublime: “os dias não são nada,/só, entre desalento/e alento, a diferença/medida pelas flores/que vão murchando e a que/damos o nome de horas,/de modo a que vivamos/a medida de tantos dias/

que são frágeis,/em pétalas de sombra/por isso belas”. E nesta fragilidade dos dias, do tempo, nas suas “pétalas de sombra”, dos dias que são a oferenda votiva cobiçada pelos deuses “quando a luz é mais pálida”, nestas horas que se esvaem sobre uma “pele de pétalas”, nesta incerteza do que falta, é Horácio que se dilui, sereno, a contemplar a melancolia do tempo e dos versos em que se pretende esconder o verso de Catulo.

Escondem-se, ainda, os latinos atrás do fogo, das chamas em que ardiam, de amor consumidos, do fogo que os devorava e que foram, em Camões, a sua herança. Repare-se:

*quando se ateia em nós um fogo-presos,
o corpo a corpo em que ele vai girando
faz o meu corpo arder no teu aceso
e nos calcina e assim nos vai matando*

Poderia ser Propércio, de todos aquele em que *uror* e seus correlatos mais insistentemente se repetem, até à exaustão do excesso, em acessos obsessivos de desvario e irracionalidade. Poderia ser Catulo, que nesses acometimentos precedeu o elegíaco. Seja um, seja outro, as chamas vão sacudindo o poema, num turbilhão contraditório, entre a violência e a serenidade, que desemboca, afinal, no superlativo catuliano dos beijos cem, dos beijos mil, dos beijos mil e beijos cem, aqui volvidos em “beijos tão sem tento/que não sabemos quando/são fogo, ou água, ou vento” e de “beijos tão sem tento,/que perdem o comando/do próprio esquecimento” (“fogo-presos”, 2001–2005, p. 73).

E por falar do que não sabemos. Não sabemos se Vasco Graça Moura leu Ovídio (ou se o tinha, então, lido) e se leu, de Ovídio, a elegia 1.5 dos *Amores*: a luz coada pelo filtro da janela entreaberta, o corpo que se deixa despir, antes, mesmo, do desnudamento, mais pelo olhar que pelas mãos, na fulguração epifânica, a pele a explodir de sentidos estonteantes, a serenidade de quem sabe que amar só pode ser isso, o prazer, o entorpecer, a acalmia que prolonga o delírio. É provável que seja aí que reside a ironia do amor, como tantas vezes a celebrou Ovídio. É certo que é assim a ironia do amor, como a celebra Graça Moura. A penumbra do quarto, o corpo despido, a música da pele, a voluptuosidade dos sentidos. Nem Ovídio conheceria os “saltos” que

semitaconeavam nem podia adivinhar o ar lânguido do cigarro aceso. Mas viveria, como Vasco, amores pontuais, entre um canto melancólico e um riso (talvez sorriso), ao mesmo tempo lúcido e felino. Como o veneno dos poetas de amor.

Talvez por isso, cansa, como cansou Catulo, como cansou Propércio, como cansou Ovídio, três dos poetas do amor intenso, três dos poetas da desistência do amor.

“Pobre Catulo, deixa de ser louco/e o que vês que se perdeu, dá-o por perdido”⁶.

Assim desdobrava o poeta da paixão a sua personalidade, num processo que oscilava entre a autoflagelação, o arrependimento, a revolta, a desistência.

“Não sou já quem era! Um longo caminho transtorna as mulheres!/Tamanho amor, em tão curto tempo, esvaiu-se”⁷.

São estes dois versos de um dos muitos poemas onde Propércio renuncia ao seu amor por Cíntia, cansado das suas afrontas, cansado da humilhação, cansado de um amor que o não era. Tantos poemas de quem desiste, logo seguidos de outros tantos de quem recua na desistência.

E Ovídio, de todos aquele de quem menos seriam de esperar palavras desta natureza, afeiçoado mais ao prazer do amor que ao amor sofrimento, Ovídio o poeta da arte amorosa, cantor do amor vivido na sensualidade do corpo, poeta da consumação física do amor, Ovídio, também ele, não deixa de cair no clamor do cansaço, próprio de quem desiste:

*“Deixa de cair na perdição das carícias e das palavras que outrora/
tinham poder; não sou já louco, como, antes, era.”*⁸

Semelhante terá sido a experiência de Vasco Graça Moura, tenha ou não lido os poetas da desistência do amor, se assim podemos enlaçá-los, em meio das suas infindas contradições e paradoxos. Não que se trate de um processo, quimicamente analisável, de causa-efeito; mas porque se trata, porventura, de um processo, analisável em outros labirintos da consciência (ou da inconsciência), a que

⁶ Catulo, *Carmen*, p. 8.

⁷ Propércio, 1.12.10-11.

⁸ Ovídio, *Amores*, 3.11a.31-32.

outros laboratórios dariam o nome de intertextualidade clandestina, quando não involuntária (“fado das escadinhas do metro”, 2001–2005, p. 57):

*só sei que não te encontravas
onde perguntei por ti
ninguém sabe onde paravas
e por isso desisti*

É, apenas, um dos assomos de renúncia ao amor (ou ao não amor, para lembrar Horácio), assumido ou expresso com a ironia própria de quem nos veio habituando a amar como quem busca as cintilações fugazes do prazer, mas se esgueira, por opção assumida, às agruras de abismos que não deseja.

É por isso que cada capítulo tem o seu epílogo, como cada estação o seu termo, como cada fulguração o seu desvanecer. Mais vale fazê-lo com a convicção de usar a chave certa (“prometo queimar as cartas”, 2001–2005, p. 76): “prometo queimar as cartas”; “rasgo tudo, queimo tudo”; não que tudo isso suceda em vão, sem sequelas ou cicatrizes, que o não amor não é o mesmo que rejeição do amor, tanto mais que “a minha alma arde com elas”, sinal de um capítulo que, mesmo fechado, só estará findo, porventura, outros capítulos adiante, sinal de que, no amor, não há virar de página que corte cerce o fio de quem ama. Processo moroso, reconhece, como Catulo, como Ovídio, poetas da hesitação na renúncia:

*quero coragem, vou tê-la,
mas tê-la assim dói imenso,
ter a vida e desfazê-la,
meu amor, não me convenço.*

Até que desemboca, enfim, nas agruras de Propércio, o desistente que nunca desistiu:

*dei-te tudo e então deitei-me
nas cinzas da minha esperança.*

E sente-se semeado de contradições, incerto entre a culpa e o remorso ou minado por um e outro; assim agia Ovídio, como Propércio, em momentos de raro arrependimento poético. Assim o nosso poeta se penitencia: “não me peças perdão, a culpa é minha” (2001–2005, p. 77). Mas fica-nos a estranha sensação de estarmos a assistir a um enredo já mil vezes desenhado, onde as palavras comandam a emoção e não a emoção as palavras, onde o sujeito poético segue atrás da sua própria retórica, dela prisioneiro e da sua ironia, que é a sua companheira de todas as viagens.

Renunciara Horácio, que depusera as suas vestes de marinheiro (de amante) numa qualquer gruta, apostado (sem convicção, decerto) em nunca mais as envergar. Votos baldados, valha a verdade, que a recaída, em quem por amor verseja, é traço inerente ao retrato. Renunciara Propércio, em meio das prostrações crónicas que a sobrançeria de Cíntia lhe provocava, desesperado de tanto desamor, desvairado por tão repetidos ultrajes. Mas logo o lume do olhar da amada faiscava mais intenso e traçava a rendição: “Cíntia foi a primeira; Cíntia há-de ser a última”. Renunciara Catulo, num ataque de lucidez, um eu contra outro eu, não se sabe se o poético, se o outro, do lado da razão. Mas o desalento marcava-lhe, a cada passo, os versos da renúncia. Renunciara Ovídio, este com um sorriso irónico de quem sabia que não pode nunca renunciar a sério quem nunca se deixou a sério acorrentar. Todas estas negas marcarão Vasco Graça Moura na renúncia, mais impressas, talvez, as de Ovídio e as de Horácio, os que renunciavam a fingir ao amor que sempre fingiram. As palavras enredam-se no seu próprio jogo (“os nossos tristes assuntos”, 2001–2005, pp. 78-79): o adeus à imagem — “já rasguei o teu retrato” — aos objetos — “e o anel que tu me deste/ fui deitá-lo fora ao mar”, até ao despojamento total — “fico sem nada, sem nada”.

E, logo depois, a justificação, como quem acusa, como acusava Propércio Cíntia ou Catulo Lésbia: “fica tu com as mentiras” [...] “fico eu com as verdades” [...] “fico eu com o vazio”.

Mas tudo é jogo, tudo é ironia, tudo é o prazer da palavra, que é o que sobra a um poeta do prazer do amor: “estou comigo e sem mim” [...] “se não sou eu me desgraço,/se sou eu, sinto que morro”.

Porque o amor só pode ser prazer. Assim o ensinou o mestre de todos os amantes, mormente se poetas, Ovídio. Nos seus preceitos não cabe a submissão, não cabe a dor, não cabe a irracionalidade. Cabe, apenas, o prazer, que tem de ser

vivido a dois, numa parceria levada até à exaustão, até à explosão no vértice supremo. O amor é prazer, sim; na entrega e no abandono; na encenação e na realidade; nas fronteiras que nunca se encontram e na mistura de todas as fronteiras; na consumação e na frustração. E as palavras mais não podem fazer do que acompanhar o carácter eminentemente lúdico do amor, vivido por prazer e por prazer cantado (“mais e menos, 2001–2005, p. 70”):

*No amor, regras que contem,
há uma só que não é vã:
amar hoje mais do que ontem
mas bem menos que amanhã.*

Enfim, os poetas clássicos e o herdeiro assumido de todos eles, Luís de Camões. E, neste caso, herança assumida do poeta aqui revisitado. Camões, sempre. Como uma obsessão. O da Dinamene que ninguém sabe quem fora. O de Vénus a acender desejos no pai dos deuses, o cendal a desvendar o que escondia, os desejos, de novo, enrolados pele acima, até se perderem na explosão da gruta resguardada.

Camões, portanto, na “ninha dormindo-se”, que era Dinamene (“ao princípio era a ninfa dormindo-se”, 1963–1995, p. 377). Mas está esta ninfa adormecida. Como Cíntia, na embriaguez de Propércio, levemente inundada pela luz, a atear todos os sentidos, a incendiar de desejo as mãos (e as armas) do poeta. Não teria o elegíaco latino pintado assim o corpo adormecido da sua amada, mas assim a presente, sem dúvida, o poema, “reclinada e nua”, porque não?, a “moldura das ancas a moldar o leve, verde lençol”. Idênticas são, ainda, as “espirais do desejo”, as curvaturas do fogo, o naufrágio pressentido. Ou pode ser que todas as ninfas adormecidas sejam iguais e se torne, assim, veleidade, ousadia e temeroso e insensato acometimento esta busca de parentescos.

Eis-nos perto do fim desta leitura fragmentária de Vasco Graça Moura. Apenas dois fragmentos mais. Em um deles, deixa-nos o poema na encruzilhada que é, no fim de contas, a dúvida permanente que, ao longo desta leitura, nos tem assaltado: “elegia para uma gaivota” (1963–1995, p. 268) é o exemplo supremo da ironia do poeta; mas é a celebração do amor ou a celebração do desamor? “Leonor Teles não podia pensar o prazer” — funda-se a afirmação num axioma incontestável: “não existia em linguagem maneira de exprimi-lo”. Não reside aí

a ironia, mas na conclusão: “devia ser óptima na cama e era tudo”. Essa a luta de há seiscentos anos que ninguém comemora, por ser perigoso o território da luxúria e do prazer sensual, quando em palavras traduzidos. Entre “esplendores”, a “febre dos sentidos” e “o gozo das coisas”, se nos acentua a incerteza e a encruzilhada. Mas resta, no final, a ironia, cáustica, amarga, frustrante, pessimista:

*... o resto passa
como a culpa desastrada ou como a gaiivota morta
que deu à costa. também ela era
lavrador de vénus e criada*

*em sua corte glauca e só lhe resta
a carcaça parda, rapidamente banida
da memória dos homens, como a espuma se esvai
e o voo, pairado se esvazia.*

Vale a pena repetir: amor ou desamor? E a pergunta perpassa, insistente, verso após verso, deste poema e de outros muitos poemas. Tão insistente que nem o poeta saberá, talvez, responder-lhe. Amor ou desamor? Nem ao poeta importaria, talvez, a resposta. Amor ou desamor? É a própria pergunta, aliás, o fio condutor da leitura da poesia de amor de Graça Moura; como o fio condutor da de Horácio será, porventura, uma outra pergunta: amor ou não amor?

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 23 DE MAIO DE 2019)

Operari sequitur esse? Leonardo e as dinâmicas epistémicas na Europa dos séculos XV e XVI

VASCO MEDEIROS

Noto que tudo o orienta: é no universo que ele pensa constantemente, e com rigor (...) Penetra nos hábitos e nas estruturas naturais, estuda-os das mais diversas perspectivas, e acontece que ele é o único a construir, a enumerar, a modificar¹.

Seguindo o pensamento de Paul Valéry em epígrafe, Leonardo di Ser Piero da Vinci (1452–1519) parece ocupar um singular e solitário papel nessa laboriosa dissecação da *machina do mundo* que ao longo dos séculos XV e XVI constituiu as fundações da idade moderna. Inúmeros autores têm contribuído para a instauração de um mito em torno da personalidade de Leonardo da Vinci, intensificando não apenas uma percepção desviante da sua verdade histórica, mas também o equívoco historicista apelidado de “Renascimento”. De facto, na sua *Introdução ao Método de Leonardo da Vinci*, Paul Valéry prefigura claramente o epitome de alguém que face à natureza equívoca da personagem sucumbe a uma hiperbólica caracterização das suas obras: “Alguns trabalhos de índole científica, por exemplo, e muito especialmente os de matemática, apresentam uma tal limpidez de organização que até parecem obra de ninguém. São algo de inumano”². Acontece que esta afirmação não corresponde de todo à verdadeira dimensão do trabalho matemático de Leonardo, de resto, praticamente inexistente e escassamente relevante. Na verdade, os seus textos consagrados à matemática não ocupam mais de cinco por cento de todo o *corpus* tratadístico que produziu, e mesmo estes, limitar-se-ão a emular questões amplamente debatidas nos círculos de erudição coetâneos. Com efeito, a concepção de que os trabalhos matemáticos de Leonardo manifestam uma singularidade e uma independência absoluta em relação ao legado prévio de Nicolau de Cusa, Toscanelli, Andrea de Bussi, Alberti, Ghiberti, Piero della Francesca ou Luca Pacioli, constitui uma percepção disforme

¹ Valéry, 2005, pp. 13-14.

² *Ibidem*, pp. 13-16.

da questão, um lapso historicista sintomático do processo de deificação de que Leonardo foi alvo ao longo dos séculos.

Confrontado com este flagrante desvio à verdade histórica, André Chastel fala da criação de um “mito Leonardiano” de contornos claramente esotéricos e Freudianos como modo de conferir a uma subtil e evasiva personalidade artística, a consistência e a coerência dos heróis novelescos. Será esta a génese, na sua opinião, daquilo que classifica como os diversos desenvolvimentos *naïfs* da lenda de Leonardo: o mago, o necromante, o sábio que tudo antecipa, o técnico que tudo realiza, o artista maldito, etc.³ Recentemente, e no âmbito da rememoração da data da sua morte, foi possível ouvir diversas inverdades que à força da sua repetição acéfala, se tornaram, elas próprias, paradigmas irrefutáveis. A mais comum de todas, refere-se precisamente ao facto de Leonardo, dotado de um espírito inquisitivo único na história da humanidade, ter sido o principal motor do renascimento e da subsequente revolução científica.

Esta espécie de unilateralismo epistémico, ausente de todo e qualquer enquadramento prévio capaz de o explicar do ponto de vista de uma fenomenologia cultural, isola o homem histórico do seu próprio vínculo cronológico; mais, isola-o da sua própria humanidade, tornando sobrenatural um fenómeno perfeitamente enquadrável no seu lapso vivencial. Este aspecto, ou seja, a prevalência exacerbada de romantismos vários em torno da sua personalidade, advirá certamente, do facto de poucas personalidades despertarem efectivamente tanto fascínio pela sua natureza complexa, como Leonardo da Vinci. Note-se, porém, que a fonte desse fascínio permanece hoje obscurecida, envolta em diatribes várias e anacrónicos pressupostos herméticos: seja por via da instauração a partir da segunda metade do século XVI de uma espécie de “lenda negra” em torno da sua homossexualidade, do infeliz destino da sua obra tratadística, praticamente desconhecida até meados do século XVII, ou por meio da instauração do mito romântico do “génio” e do princípio da autosuficiência dos artistas. Certo é, que o primeiro contributo para esta deriva hiperbólica em torno da vida e obra do velho mestre começa com o incontornável Vasari, que, não obstante a sua plena descrença nas virtudes de uma

³ Vinci, *Traité de la Peinture*. 1987, p. 5.

pintura científicada, eleva Leonardo a um quase grau de divinização⁴. Não obstante o tom hiperbólico da narrativa, será igualmente da sua lavra a gênese de parte dessa “lenda negra”, alimentada pelo mito do arrependimento de Leonardo na hora da sua morte: “Sentindo que a morte se aproximava decidiu aprender as doutrinas da fé católica (...) e então, lamentando-se amargamente, confessou-se e arrependeu-se (...) declarou ter ofendido a Deus e à humanidade por não ter trabalhado mais na sua arte, como deveria ter feito”⁵. Note-se que o falso tom encomiástico esconde na verdade uma propositada ruptura para com a verdade histórica.

Longe destas concepções exorbitantes, o Leonardo real, caracterizado pelo historiador Kenneth Clark como o “mais incessantemente curioso de todos os tempos”, incorpora em si o paradigma do *Uomo Universale*, epitome da evolução estatutária caracterizada fundamentalmente por uma irrequieta, inquisitiva e insaciável condição de permanente insatisfação — característica, que conforme veremos, constitui uma síntese integral da idade moderna. De facto, a melhor forma de elogiar Leonardo neste quinto centenário da sua morte, será repor a verdade histórica em torno do seu génio. É inegável que Leonardo foi um génio, mas também é inegável que a origem do seu génio apenas poderá ser entendida à luz das dinâmicas epistémicas que o antecederam. Ao caracterizar-se a si próprio enquanto “*discepolo della sperientia*”, i.e., discípulo da experiência, Leonardo não manifesta qualquer anacronismo com o seu tempo vivencial, antes, estabelece um vínculo com a geração multisciente que o precedeu, reafirmando em pleno a sua divisa, ou seja, vontade de saber, de ver, de compreender, que, conforme veremos, caracterizará esse longo e incansável *Quattrocento*⁶.

⁴ Na edição de 1550 das *Vite*, Vasari descreve Leonardo com um tom claramente encomiástico, tom esse que será amenizado na edição de 1568: “The greatest gifts often rain down upon human bodies through celestial influences as a natural process, and sometimes in a supernatural fashion a single body is lavishly supplied with such beauty, grace and ability that wherever the individual turns, each of his actions is so divine that he leaves behind all other men and clearly makes himself known as a genius endowed by God (which he is) rather than created by human artifice” (Vasari, 2008, p. 284). Também Paolo Giovio (1483–1552) sucumbirá, de certo modo, ao mesmo sortilégio encomiástico, aparentando, no entanto, maior contenção no que concerne à adjectivação das “qualidades celestes” de Leonardo: “Il était d’un esprit amène, brillant, généreux, avait le visage extrêmement attrayant, et comme il était un merveilleux arbitre et inventeur de toutes sortes d’amusements et de loisirs distingués (...) il fut très cher à tous les princes de son époque” (Vinci, 1987, p. 34).

⁵ Nicholl, 2004, p. 537.

⁶ *Ibidem*, p. 26.

A dimensão epistémica de Leonardo, enquanto artista e homem de ciência plenamente comprometido com o fluxo cronológico que o antecedeu, deverá assim ser aferida exclusivamente enquanto continuidade, nunca como ruptura. Este argumento assenta em duas conclusões inequívocas: por um lado, a tão renomada polimatia de Leonardo encontra-se perfeitamente alinhada com o perfil dos artistas que o precederam, caso óbvio de Leon Battista Alberti, de Filippo Brunelleschi ou de Lorenzo Ghiberti; por outro, e à semelhança dos seus pares, Leonardo parece reagir com proficuidade à crescente desconfiança em torno da ortodoxia escolástica. Esta ideia encontra-se claramente exposta no seu *Trattato*, mais precisamente no prefácio da Óptica: “*Examine, lecteur, en quois nous pourrons nous fier aux anciens — ils ont tenu à définir l’âme et la vie, choses qui ne relèvent pas de la démonstration, tandis que celles que l’expérience nous permet à tout moment de connaître ou de démontrer sont restées inconnues pendant des siècles ou mal comprises*”⁷. Esta postura de enfrentamento face às tradicionais formas de conhecimento, mais do que constituir uma novidade, enquadra o autor no espírito de uma lenta revolução em curso cuja origem nos remete obrigatoriamente para o início do século XV.

Leonardo nasce, portanto, neste contexto de absoluta reforma ontológica, período de transição por excelência em que a natureza e os espíritos irrequietos se enleiam numa espiral inteligível e irrefreável. Efectivamente, o ano de nascimento de Leonardo, constitui-se enquanto momento de charneira e de total reconfiguração das diversas dinâmicas ontológicas e epistémicas medievais: seja no epílogo do acriticismo face aos autores clássicos, no primado da observação directa da natureza, na demanda antidogmática da verdade, na progressiva matematização do mundo, na eversão da dessemelhança estatutária entre eruditos/humanistas/cientistas e artesão e artistas, ou no advento editorial de larga escala de uma tradição tratadística como meio de afirmação intelectual. A conjugação de todos estes factores viabilizam em Leonardo a personificação do paradigma ilusório de um novo tempo e de um novo homem, constituindo, de facto, para o imaginário historiográfico pósteros, o evidente paroxismo dessa dupla conjunção entre artista e homem de ciência, aspecto não concretizado plenamente por Alberti, Ghiberti ou Brunelleschi. Esta dinâmica aparentemente súbita que Leonardo incorpora, será, no entanto, não disruptiva, mas sim progressiva, devendo ser compreendida

⁷ Chastel, 2002, p. 24.

no quadro lógico de uma sucessão de aperfeiçoamento transgeracional. Na verdade, as dinâmicas sociais, quando inseridas num *continuum* cronológico, ocultam por vezes as transformações de paradigma que enformam os grandes progressos ontológicos da história. Com efeito, o mundo que recebe Leonardo, na continuidade de uma longa linha progressista, é já um mundo transformado e em vias de profunda reconfiguração política, social, económica, tecnológica, vivencial, e sobretudo, científica. Este aspecto fundamenta, estabelece e intensifica o aparente e ilusório abismo historicista estabelecido entre Leonardo e Alberti. De facto, Leonardo terá usufruído de uma conjuntura específica que importa analisar em profundidade e que se caracterizou fundamentalmente por constituir a primeira liberalização epistémica da história da humanidade⁸. O cabal entendimento do contributo de Leonardo no desenvolvimento e consolidação de uma nova dinâmica epistémica, obriga assim a um diagnóstico formal em enciclias decrescentes que nos remete até ao início do *Quattrocento*.

De facto, a irrupção súbita de traços científicantes nas tradicionais estruturas operativas, constituem um indício claro de um evento súbito, que ocorrendo nas proximidades da primeira década do *Quattrocento*, terá motivado uma transformação *Ex abrupto* nos tradicionais arquétipos oficinais e teóricos da arte. Esse acontecimento terá sido a descoberta dos dez livros de arquitectura de Marco Vitruvius Polião pelo insigne humanista Poggio Bracciolini no ano de 1416. O legado vitruviano mantém ainda intacta a mesma carga encantatória com que terá surpreendido os humanistas italianos no decorrer da primeira década do *Quattrocento*. A primeira reacção possível após uma leitura atenta, é que os dez livros de arquitectura contêm em si o germe seminal da idade moderna, mas muito mais do que isso, parecem constituir o texto fundador de uma protorevolução científica em curso já nos alvares do século XV. Poder-se-á considerar inclusive, que na ausência absoluta dessa obra, da sua reprodução e fundamentalmente da sua disseminação por toda a Europa, todo o panorama evolutivo das ciências e das humanidades teria sido forçosamente distinto.

⁸ Com efeito, se na charneira do século XV podemos considerar efectivamente o primeiro grande movimento de liberalização epistémica com o advento da imprensa e a massificação de carácter filológico e filotécnico, o segundo posicionar-se-á aquando do advento do enciclopedismo do século XVIII, e o terceiro, coetâneo com a liberalização da informação na *world wide web*.

Intuímos, portanto, um claro a.V. e d.V., um antes e um depois de Vitruvius enquanto período onde se distingue claramente a influência subliminar *ab initio* de uma obra incontornável. Para entender esta clara dimensão ontológica que o texto encerra, importa compreender a “novidade” que Vitruvius reinscreve no panorama erudito e oficial, ou seja, a unificação de duas dimensões até aí inteiramente desconexas — a prática e o conhecimento teórico. Este axioma constituirá assim, a instauração de algo que poderemos classificar de “Revolução Vitruviana”, passo seminal para que a futura revolução científica ocorra na Europa dos séculos XVI e XVII. Todo o impressionante universo contido nestes dez livros, apesar de não despojar integralmente a obra de um vulto como Leonardo, contextualiza-o numa lógica agregada ao legado Vitruviano. De facto, e conhecendo de antemão e de forma integral o *De Architectura*⁹, todas as elucubrações tecnológicas e hidráulico/mecânicas, assim como as célebres proposições bélicas que Leonardo estabelece, parecem encontrar-se previamente determinadas nos pressupostos Vitruvianos: seja no famoso veículo blindado, inspirado certamente nos processos construtivos das tartarugas; seja no desenvolvimento da sua gigantesca balesta, proporcionalmente aferível com os escorpiões descritos no capítulo X do mesmo livro. Em face desta prévia caracterização, importa, no entanto, analisar em detalhe todos os aspectos gnosiológicos que a obra contém, desde logo pelas considerações epistémicas em torno da identidade, das características e sobretudo, das capacidades intelectivas que aos arquitectos e demais artesãos seriam exigidas. Vitruvius fará coabitar no arquétipo do *Artifex*, que traduz do grego *technites* [enquanto artista/artesão capaz de conjugar a arte manual e a obra artística], duas componentes dissemelhantes, mas complementares:

A ciência do arquitecto é ornada de muitas disciplinas e de vários saberes, estando a sua dinâmica presente em todas as obras oriundas das restantes artes. Nasce da prática [*Fabrica*] e da teoria [*Ratiocinatio*]. A prática consiste na preparação contínua e exercitada da experiência, a qual se consegue manualmente a partir da matéria (...) Por sua vez, a teoria é aquilo que pode demonstrar e explicar as coisas trabalhadas proporcionalmente ao engenho e à racionalidade¹⁰.

⁹ Fundamentalmente os livros IX e X.

¹⁰ Vitruvius, 2006, p. 30.

O conceito de *Fabrica*, sobreviverá por exclusão de partes, agregada ao *exemplum* e ao didatismo da cópia medieval. Através da prática acrítica, “continua e exercitada”, pretendia assim atingir um estado de mestria evidente. No entanto, essa mestria, quando acéfala e inconsequente, não servia os propósitos maiores do *Artifex* Vitruviano, que deveria ser capaz de expor intelectual e racionalmente a lógica por detrás das operações executadas. Será precisamente esta uma das dimensões mais notórias da idade moderna, atingindo a máxima culminância com Brunelleschi, Ghiberti, Alberti e Leonardo, que cumprirão na integra todos os pressupostos que este novo *Artifex Politechnes* Vitruviano deveria doravante manifestar: não ser ignorante da gramática; conhecer a arte literária, não ser desconhecedor de música para dominar as suas leis harmónicas e matemáticas, não ser inábil no desenho, não ser ignaro na arte escultórica, não desconhecer a medicina; conhecer muitas narrativas de factos históricos, nem ser ignorante nas restantes disciplinas¹¹. Para além de todas estas valências, Vitruvius reserva um especial destaque à matemática e à geometria, disciplinas que na sua óptica permitem ao arquitecto argumentar com destreza por se encontrarem armados com “dardos de muitos saberes”¹². E que tipo de saberes serão esses? A sua descrição parece encerrar muitas das futuras preocupações, funcionalidades e fundamentos da futura teoria matemático/espacial conducente ao advento da *perspectiva pingendi* ou *perspectiva artificialis*. Na verdade, as suas recomendações parecem manifestar já múltiplos aspectos de alguns dos paradigmas que formalizam o advento da arquitectura científicada da idade moderna, nomeadamente através dos métodos de representação gráfica, perspectiva e óptica patentes na referência aos níveis e ao direccionamento de linhas:

A geometria, por seu lado, proporciona à arquitectura muitos recursos. Em primeiro lugar, logo a seguir às linhas rectas, ensina o uso do compasso, com o qual muito mais facilmente se efectuam as representações gráficas dos edifícios nos seus próprios locais, juntamente com a ajuda dos esquadros, dos níveis e dos direccionamentos de linhas. Em segundo lugar, porque, através da óptica, se orientam correctamente os vãos de iluminação nas construções a partir de determinadas zonas da abóbada celeste. E, por último, porque através da aritmética,

¹¹ Vitruvius, 2006, pp. 31-35.

¹² *Ibidem*, p. 36.

se calculam as despesas dos edifícios, se define a lógica das medidas e se encontram soluções para as difíceis questões das comensurabilidades através da lógica e métodos geométricos¹³.

O *De Architectura* cumpre assim a função de mediador entre o mundo da teoria e da transmissão de conhecimento e o mundo da *práxis*, da edificação, do domínio processual e da transformação da matéria. Formaliza-se deste modo enquanto tratado transversal, possuindo concomitantemente um carácter ambíguo, tanto do ponto de vista literário e teórico como tecnológico e operacional. Para Pamela Long, a ambivalência de um texto, cuja elevada complexidade do latim terá exigido uma vasta erudição linguística associada a um conhecimento prático/oficinal, terá cumprido as funções seminais de uma afinidade imparável entre humanistas e artesãos. Humanistas e eruditos interessados em arquitectura clássica, engenharia e mecânica por um lado; e artesãos, arquitectos e construtores com interesse em textos clássicos de forte didatismo, por outro, terão encetado deste modo um proficiente processo dialogante. De forma inversa, mas convergente, um fenómeno de dissipação de grupos sociais dessemelhantes terá tido lugar ao longo do século XV: por um lado, os artesãos eruditos enquanto autores de tratados práticos das suas artes, iniciar-se-ão na aprendizagem do latim com vista a beber directamente nas fontes; por outro, os humanistas sedentos do conhecimento prático das artes mecânicas, irão procurar no labor das oficinas, da *práxis* e dos rudimentos mecânicos, essa matriz. Será este o processo será responsável pelo advento das renomadas *Trading Zones*¹⁴.

Um documento da autoria de Antonio di Pietro Averlino, dito Filarete (c.1400–c.1469), logo, contemporâneo dos processos de assimilação do legado Vitruviano, ilustra na perfeição tanto o deslumbramento como a resistência que esta nova teoria artística terá provocado. Revela, sobretudo, alguns aspectos fundamentais para a compreensão tanto da celeridade como da dificuldade de integração que as novas e abstractas valências como a matemática e a geometria, terão induzido nas diversas estruturas sociais da arte:

Estava eu uma vez num lugar onde um senhor com outros comia, e entre muitos e vários argumentos começaram a conversar sobre o edificar. Um deles

¹³ *Ibidem*, p. 31.

¹⁴ Long, 2011, pp. 65-66.

disse: “Por certo parece que prezais muito esse edificar, e a mim não parece tão grande coisa quanto muitos a apresentam, dizendo ser necessário saber tantas proporções de geometria e desenhos e muitas outras coisas. Julgo ter sabido nestes últimos dias de alguém que falava de não sei que Vetrúvio [sic] e de um outro, que parece que se chamava Arquimedes, os quais haviam escrito sobre esse edificar e sobre medidas e muitas outras novidades que dizem ser necessário saber. Eu não procuro tantas medidas nem tantas coisas quando mando fazer alguma construção, e não me oriento por tantos pontos de geometria quanto dizem eles; e mesmo assim ficam bem”. Disse então um dos outros, que parecia de maior gravidade em seu falar: “Não faleis assim; que, para querer fazer um edifício, creio ser preciso entender bem as medidas e também o desenho (...) e outras partes ainda, creio que precisa entender quem se meta a querer edificar.

Portanto, não faleis assim. Que eu, que não é meu ofício, senão por saber argumentar quando calha, pagaria muito bem para encontrar alguém que me fizesse entender como e que medidas são necessárias para fazer um edifício proporcionado, e de onde derivam essas medidas e por quais razões; e assim eu ainda gostaria de saber de onde têm origem os edifícios”. Eu, ouvindo tais argumentos, porque pertenciam à minha profissão, e naquele local outros não havia que dessa profissão cuidassem, me apresentei (...) ¹⁵.

O texto, de uma sobriedade assombrosa, manifesta muito do espírito que a “revolução” Vitruviana veio introduzir no seio da sociedade. Com efeito parece revelar duas facções opostas, e contraditórias entre si: uma, resistente à teoria, de mentalidade medievá e artesanal; outra, ilustrada e aberta ao conhecimento e à novidade. De facto, a forma como o primeiro interlocutor designa o grupo que havia abraçado a vanguarda, como “eles”, ilustra um evidente abismo cultural que progressivamente se foi erodindo. Já o seu colocutor, representa aqui a dinâmica de uma revolução em curso que erigiu o conhecimento como bandeira e divisa responsável, tal como o texto sugere, por um recrudescimento dos processos de ensino. Um dos destinatários mais entusiastas e gerativos, cuja erudição e perícia manual acompanhará em elevado grau a estatuída convergência entre *Fabrica* e *Ratiocinatio*, será precisamente o primeiro teórico a redigir um tratado exclusivamente teórico sobre pintura, e cuja substância ecoa grandemente o

¹⁵ Rossi, 1989, pp. 33-34.

Vitruviano *De Architectura* — falamos claro está, de Leon Battista Alberti. Com efeito, todo o *Corpus Albertiano*, parece responder aos anseios que o texto de Filarete revela, i.e., prover uma sociedade em flagrante evolução das ferramentas epistémicas necessárias ao seu desenvolvimento, aspecto que se encontra liminarmente evidente na edição do *De Pictura* de 1435. Este modelo, constitui-se assim como fundacional da moderna concepção do artista, enquanto modelo polímata de múltipla abrangência e domínio. De resto, face às considerações que Alberti, Ghiberti, e Piero della Francesca irão estabelecer sobre a pluralidade exigida aos artistas, compreender-se-á onexo causal e fundacional que o texto Vitruviano representa. Alberti preconiza um modelar artista erudito em todas as artes liberais, e acima de tudo, amplamente conhecedor da geometria: “*I want the painter, as far as he is able, to be learned in all the liberal arts, but I wish him above all to have a good knowledge of geometry*”¹⁶. Ghiberti, mais pragmático e generalista, amplia o âmbito às três grandes manifestações artísticas, arquitectura, pintura e escultura designando-as nos seus *Commentarii*, enquanto “*scientia di più discipline*”¹⁷. Toda a estrutura epistémica exposta no *De Architectura*, sugere já os futuros fundamentos responsáveis pela elevação estatutária dos artífices da idade moderna, terão como base, segundo proposta de Pamela Smith, um sistema de troca entre a prática manual e/ou artística e a chamada “epistemologia artesanal” ou “ciência vernacular”¹⁸. De facto, a resposta ao modo como na sua óptica, os artesãos irão encetar um processo conducente ao advento de uma “literacia artesanal”, associando o carácter experimental da *práxis* ao conhecimento produtivo, encontra-se integralmente presente no texto Vitruviano. Para este, a resposta encontra-se no facto de cada uma das artes ser composta por um sistema binário de significação distintamente separado entre a obra [*Opus*] e a sua teoria [*Ratiocinatio*], sistema este que Vitruvius reconhece dividido entre duas concepções opostas de diletantes: por um lado, aqueles “que se exercitaram nas suas especialidades, ou seja, a execução da obra”; por outro, na valência “comum a todos os letrados, ou seja, a teoria”¹⁹. Será, portanto, perante este enquadramento prévio,

¹⁶ Alberti, 2004, p. 88.

¹⁷ Ghiberti, 1447, p. 4.

¹⁸ Smith, 2004, p. 8.

¹⁹ Vitruvius, 2006, p. 35.

que deverá ser entendido o prefácio do *Trattato* de Leonardo, onde este exige, não sem uma certa dose de fanfarronice, uma exclusividade tipológica para os seus leitores: “Não leia os meus princípios quem não for matemático” paráfrase inspirada certamente na cartela que encimava a porta da Academia Platónica, “Aqui não entre quem não saiba geometria”²⁰.

Avancemos um pouco mais na cronologia de forma a analisar a conjuntura específica da primeira metade do século XV, responsável pelo advento de uma filosofia crítica que elegeu precisamente o olhar analítico e o *Hostinato Rigore* como razão axial da sua demanda. Do ponto de vista geoestratégico basta analisar o *timeline* desse fecundo século, para compreender que o ano de nascimento de Leonardo, 1452, revelar-se-ia particularmente preponderante e de charneira. Com efeito, nesse ano, a Europa encontrava-se ainda refém da tenebrosa guerra dos cem anos, opondo durante mais de um século a França à Inglaterra, vindo a culminar precisamente no ano seguinte. De facto, se por este motivo o ano de 1453 poderia ter representado uma auspiciosa oportunidade de absoluta regeneração para a Europa, a queda de Constantinopla às mãos do Sultão Otomano Mehmed II, veio reposicionar umas prioridades e antecipar outras. Também do ponto de vista tecnológico, um outro acontecimento igualmente marcante iniciava também o seu curso. Com um impacto paradigmático nas dinâmicas epistémicas e operativas, esta revolução veio alterar definitivamente a dinâmica da história — falamos, claro está, do advento da imprensa de tipos móveis pelas mãos do ourives Johannes Gutenberg (1400–1468). Todos estes factos desconexos revelam dinâmicas potenciadoras de largo espectro, cuja incidência se fez sentir substancialmente a partir da segunda metade do século XV. Estas vieram precipitar e converter uma lenta e progressiva evolução científica que desde o século XIII se vinha paulatinamente transformando numa disruptiva revolução. Quando analisados em conjunto, compreende-se agora que a simultaneidade destes eventos demonstrou ser vital para a instauração de uma nova era.

Na verdade, uma das mais improváveis consequências da Guerra dos Cem Anos terá consistido precisamente no deslocamento do centro do trabalho científico da França e da Inglaterra, para a Alemanha e a Itália, movimentação esta

²⁰ Vinci, 1986, p. 91.

que originará consequências inevitáveis²¹. Com efeito, um dos vultos que terá efectuado essa ligação entre o mundo filosófico do norte da Europa e a Itália terá sido precisamente Nicolau de Cusa, cuja intrincada rede de ligações que estabeleceu, o torna essencial para a compreensão das dinâmicas epistémicas na Europa dos séculos XV, e cujo impacto em Leonardo, será, conforme veremos, preponderante. No mesmo sentido, Ernst Cassirer estabelece uma relação de indissociabilidade entre a filosofia e as demais manifestações imagéticas e artísticas, veiculando uma vez mais a questão em torno da dimensão nuclear que a obra de Nicolau de Cusa representa. Cassirer clarifica precisamente essa relação através do axioma escolástico *operari sequitur esse* [o operar segue o ser], axioma que manifestamente traduz, no seu entender, a relação intrínseca entre a arte, a *práxis* experimental e a especulação filosófica: “Um traço fundamental da filosofia do Renascimento é o facto de ela não se contentar com a expressão abstracta desses pensamentos, mas de buscar para eles uma expressão pictórica e simbólica²². Da sobreposição entre reprodução da realidade e demanda do conhecimento, seja de cariz filosófico ou de natureza teológica, eclode para o autor uma explicitação ontológica²³. A abrangência e as consequências desta proposição de Cassirer serão inúmeras. De facto, ao escrutinarmos os aspectos mais significativos do pensamento de Cusa, a relevância do seu papel nas transformações epistémicas do *Quattrocento* sobressaem de forma evidente: Seja através dos laços que o ligam aos matemáticos Paolo Toscanelli, Regiomontanus e Andrea de Bussi, e em especial a Leon Battista Alberti; seja através da influência conceptual que a sua *Figura P* terá exercido precisamente no modelo perspético de Leonardo; ou ainda mediante a relação epistémica que estabeleceu entre a actividade experimental e a génese do conhecimento, promovendo precisamente a elevação estatutária dos artífices. Com efeito, a relação entre o Cardeal Alemão e a matriz renovadora que o pensamento Vitruviano instituiu no início do século XV parece relativamente fácil

²¹ Weinberg, 2015, p. 164.

²² “ Cassirer, 2001, pp. 141 e 155.

²³ “Todo o conhecimento autêntico e verdadeiro não se volta para uma mera reprodução da realidade, mas representa sempre uma determinada direcção da actividade espiritual. Toda a necessidade que reivindicamos para a ciência e, especialmente, para a matemática, surge em virtude dessa actividade livre. O espírito só chega à verdadeira compreensão quando se explicita a si mesmo, quando explicita sua própria essência, e não quando meramente reproduz uma existência exterior” (Cassirer, 2001, p. 69).

de estabelecer. De facto, a presença de Nicolau de Cusa entre 1417 e 1423, na Universidade de Pádua, posiciona-o precisamente no âmbito espaço-temporal do primeiro renascimento italiano e da revolução Vitruviana, cujo limiar cronológico se situa precisamente no ano da sua redescoberta em 1416²⁴. A dimensão operativa do seu discurso, contaminado, conforme veremos, pela intrínseca filiação que o Cardeal devotará ao mundo artístico, tornar-se-á claramente notória no diálogo do *Idiota de mente*, obra escrita em 1450, e onde o artesão entabula um profícuo diálogo com o “Filósofo” e com o “Orador”:

IDIOTA: Dedico-me com prazer a estes exercícios que alimentam substancialmente o corpo e a mente. Penso que se esse, que trazes até mim, é um filósofo, não me desprezará por me dedicar à arte das colheres.

FILÓSOFO: Bem dito. Lê-se que também Platão, em certos momentos, se dedicava à pintura, o que, pode pensar-se, jamais teria feito se isso fosse contrário à especulação.

ORADOR: Por isso, talvez Platão tivesse familiaridade com os exemplos tirados da arte da pintura, graças aos quais tornou fáceis grandes coisas.

IDIOTA: Servindo-me desta minha arte, investigo, com símbolos, aquilo que me interessa, alimento a mente, faço colheres e restauro o corpo. Por isso, obtenho todas as coisas que me são suficientemente necessárias²⁵.

Este posicionamento de Cusa, claramente cúmplice para com a operatividade artística, constitui, na óptica de João Maria André, uma óbvia filiação do pensamento Cusano com uma matriz Platónica, onde arte e símbolo se encontram assumidamente integrados enquanto veículo de especulação filosófica²⁶. O artesão, servindo-se da duplicidade que a arte simultaneamente simboliza, tanto na sua dimensão operativa como cognoscente, investiga, reproduz ou experiencia o mundo através de símbolos, dando origem deste modo, a novas formas de conhecimento. Esta dimensão cognitiva das operações afigura-se claramente no discurso de Cusa: “Nesta natureza (a intelectual), Deus quis mostrar melhor as riquezas de sua glória: nós vemos de facto que o entendimento abraça e assimila todas as coisas e tira de si as artes assimiladoras como são a arte do ferreiro ou

²⁴ André, 1997, p. 678.

²⁵ Nicolau de Cusa apud André, 1997, p. 681.

²⁶ André, 1997, p. 681.

do pintor²⁷. Cremos, no entanto, que o alcance especulativo de Cusa, fortemente ancorado sob expressões como: *experimentalis práxis; symbolice investigare; aenigmatica scientia*; reafirma não apenas a já aludida interdependência epistémica entre arte e filosofia, como integra, inclusive, o próprio Cardeal no cerne dessa mesma génese doutrinária²⁸. Com efeito, Gianluca Cuozzo estabelece um arco relacional entre a filosofia de Cusa e o ênfase com que Leonardo, cerca de três décadas mais tarde, irá configurar o seu entendimento entre a obra, seja de carácter artístico, experimental ou tecnológico, e a mão que a enforma enquanto processo formativo e objectificante²⁹. Esta dimensão comum entre a doutrina de Cusa e a transversalidade epistémica de Leonardo, será igualmente apontada por Ernst Cassirer, para quem a luta constante de Leonardo contra a autoridade e a tradição, o aproxima, de facto, de uma nova concepção de conhecimento, para o qual, ele próprio terá criado as primeiras premissas metodológicas. Efectivamente, denota-se na natureza do discurso Leonardiano uma total concordância com a erística com que o *Idiota* desmonta os argumentos dos seus eruditos e letrados interlocutores. Para Leonardo, os pensadores e intérpretes seminais do mundo, os “primitivos” segundo a sua própria designação, teriam empregado exclusivamente uma dimensão experimental na sua análise, ao passo que os seus sucessores, abandonando a natureza e a realidade, ter-se-ão tornado meros emuladores desses exórdios discursivos, longe, portanto, da “lição” da natureza³⁰. De facto, o discurso de Leonardo presente no *Codice Atlantico* (1492–1499), demonstra cabalmente essa mesma postura de desafio face à anterior dimensão escolástica do *Magister Dixit*, ecoando cabalmente o mesmo antagonismo ontológico do *Idiota*:

Bien se que, por no ser yo literato, a algún fatuo le parecerá razonable condenarme, alegando que no soy hombre de letras (...) Dirán que, cariciendo yo de letras, no podré expressar com acierto aquello de lo que deseo tratar. No saben acaso que mis asuntos más han de ser tratados por la experiencia que por las palabras? La experiencia fue maestra de quienes bien escribieron; y así, como maestra la tomo y a ella apelaré en toda ocasión³¹.

²⁷ Cassirer, 2001, p. 98.

²⁸ Cuozzo, 2018, p. 18; Harbison, 1984.

²⁹ Cuozzo, 2018, p. 18.

³⁰ Cassirer, 2001, p. 83.

³¹ Vinci, 1986, p. 94, grifo nosso.

O discurso Cusano, proferido cerca de quatro décadas antes, parece conferir deste modo o germe fundacional de uma matriz libertária, de cuja acção, conforme analisámos, dependerá, não apenas a fundação das futuras *Trading Zones*, fundamentais para a génese da revolução científica, mas sobretudo, para a instauração de uma inovadora filosofia observacional. Com efeito, nos três diálogos *De sapientia*, *De mente* e *De staticis experimentis*, será o *Idiota* — ou seja, o leigo artesão, distante, portanto, do modelar “homem de letras” — o mestre do orador e do filósofo e o intérprete dialógico do pensamento de Nicolau de Cusa. Este posicionamento fica claramente estabelecido no *De sapientia*, a partir do momento em que o leigo entabula um violento diálogo com o orador no foro de Roma:

IDIOTA: A opinião da autoridade conduz-te como o cavalo, livre da natureza, mas impedido com arte, ligado pelo cabresto por onde ele só come aquilo que lhe é fornecido. Teu entendimento pasta, amarrado à autoridade dos escritores, em um pasto alheio e não natural. ORADOR: Se o pasto da sabedoria não está nos livros de sábios, onde está ele então? IDIOTA: Eu não digo que não esteja lá, mas que lá não se encontra naturalmente. Os que primeiro se puseram a escrever sobre a sabedoria não receberam seu crescimento do pasto dos livros, que não existiam ainda, mas primeiro do alimento natural eles se faziam homens acabados e eles ultrapassaram de longe em sabedoria aqueles que criam crescer por meio de livros (...)

ORADOR: Ouço-te, mas sendo tu um idiota pensas que tu sabes?

IDIOTA: Aí está talvez a diferença entre mim e ti: crês-te sábio e como tu não o és, e disso te ensoberbas, quanto a mim, sei que sou idiota, portanto, mais humilde, e por isso, talvez, mostre-me mais sábio³².

A paridade conceptual entre os dois discursos é mais do que evidente. Dir-se-ia que Leonardo segue uma matriz prévia, cuja origem remontará precisamente ao pensamento de Nicolau de Cusa. A designação que Leonardo dirige aos primeiros intérpretes da natureza, “primitivos”, encontra-se cabalmente aferida pelo discurso do *Idiota*, que nos remete para um tempo anterior à forma escrita, ou seja, um período em que da fonte originária do conhecimento provinha ainda um “alimento original”. Esta simultaneidade discursiva encontra o seu nexa na concepção teórica que ambos estabelecem da arte. Leonardo, de resto à

³² Nicolau de Cusa, *Idiotae*, “De Sapientia”, Lib. I, fol. 137, *apud* Cassirer, 2001, p. 85, grifo nosso.

semelhança de Nicolau de Cusa, considera que a força criativa do artista não dependerá apenas da sua capacidade de engendrar uma “segunda natureza”, mas sobretudo de a descobrir e demonstrar. Arte e ciência, encontram-se assim, em pé de igualdade no que concerne ao pensamento teórico e científico — a ciência como uma segunda criação feita com a mente — a pintura como uma segunda criação feita com a imaginação: “*la scienza è una seconda creazione fatta col discorso, la pittura à una seconda creazione fatta colla fantasia*”³³. Esta concepção será substancialmente traduzida, conforme veremos, na procura incessante de uma *mimésis* absoluta, facto que culminará, segundo Cassirer, na teoria científica da experiência e do conceito de “exactitude” com que mais tarde, Galileu e Kepler, enformarão o pensamento moderno, estabelecendo um vínculo inabalável entre teoria da arte e teoria do conhecimento nas ciências exactas.

Tracemos igualmente o rasto do astrónomo Johannes Müller (1436–1476), celebrado como Regiomontanus, de forma a ilustrar de forma inequívoca como essa confluência de factores terá originado um efeito progressivo, originando um lastro de consequências inevitáveis. Natural de Königsberg e tendo aprendido grego em Viena com a finalidade específica de ler Ptolomeu, Arquimedes e Diofanto, Regiomontanus será um dos primeiros a beneficiar da ampla afluência a Itália de textos gregos, oriundos de Constantinopla logo após a sua queda em 1453. Cerca de uma década depois da primeira impressão da Bíblia de Gutenberg entre 1450 e 1455, e dessa ampla afluência e redescoberta de textos clássicos de teor científico, Johannes Müller encontra-se, de facto, a meio caminho de uma revolução em curso. Com efeito, grande parte dos autores lidos por si directamente do grego, serão paulatinamente traduzidos, editados e publicados em versões impressas de grande circulação, caso evidente de Euclides na versão latina de 1482, em grego em 1533 e em italiano em 1543. Entre 1462 e 1464, enquanto publicava o seu *Epytoma in Almagestum Ptolemaei* e a obra *De Triangulis Omnimodis*³⁴, Regiomontanus leccionava uma palestra crítica à astronomia Ptolemaica na Universidade de Pádua³⁵. Esta sua palestra representa um marco

³³ Leonardo *apud* Cassirer, 2001, pp. 263 e 266.

³⁴ Um amplo tratado estruturado nos elementos Euclidianos e que marca o início do estudo da trigonometria na Europa impulsionando o cálculo astronómico.

³⁵ *Alma mater* de Nicolau de Cusa, que de resto, faleceria precisamente em 1464. Também nesse ano, Leonardo, com doze anos, entraria como aprendiz na oficina do seu mestre Andrea Verrocchio.

inequívoco na reacquirição da matemática e geometria gregas e ilustra um momento-chave na reconfiguração das dinâmicas epistémicas em curso na Europa do século XV. A publicação do *Epítome do Almagesto*, assim como as observações de mercúrio levadas a cabo pelo seu aluno Bernhard Walther (1430–1504), serão apenas dois exemplos da ampla conjugação de análises críticas e experimentais que possibilitarão o pósterio rasgo ontológico que Nicolau Copérnico (1474–1543) encetarà com a publicação do *De Revolutionibus Orbium Coelestium* em 1543³⁶. O elevado criticismo de base, inerente a uma revolução eminentemente de ruptura com os cânones instituídos terá sido vital para que esse rasgo se efectivasse. Com efeito, será na relação que Regiomontanus estabelece com as obras redescobertas que o surgimento de uma nova atitude e modelo caracterizará em definitivo as subseqüentes gerações, ou seja, o advento de uma filosofia crítica assente numa progressiva matematização do mundo³⁷. Essa ambigüidade advirá do facto de Regiomontanus não se coibir de discernir, separar e julgar à luz da razão, todos os textos até aí encerrados em dogmáticos vínculos teológicos [fundamentalmente Ptolomeu], e por marcar, em definitivo, uma postura crítica sustentada na observação directa da natureza. De resto, será esta a característica genérica do espírito científico e da demanda da verdade prevalecente na segunda metade do século XV: “I cannot [but] wonder at the indolence of the typical astronomers of our age, who, just like credulous women, receive as something divine and immutable whatever they come upon in books... for they believe in writers [such as Ptolemy] and make no effort to find the truth”³⁸. Este criticismo destemido com que Regiomontanus paulatinamente enfrenta o mundo, sucumbindo ao deslumbramento da realidade, da perfeição universal e da sublime imanência humana; será sustentado e ampliado pela geração subseqüente, encontrando em Giovanni Pico della Mirandola (1463–1494), um ilustre correligionário. De facto, cerca de duas décadas depois da palestra de Regiomontanus na Universidade de Pádua, Pico anuncia em 1486 a fé inabalável no poder da razão em detrimento das trevas góticas, celebrando na sua *Oratio de hominis dignitate*, o nascimento de um homem que se havia tornado, “(...) pelo poder indagador da razão e pela luz do intelecto (...)”,

³⁶ Weinberg, 2015, p. 165.

³⁷ Wootton, 2015, pp. 163-210.

³⁸ *Ibidem*, p. 188, grifo nosso.

intérprete da natureza³⁹. Será sobre este progressivo enfoque libertário e paradigmático sustentado fundamentalmente sobre dois aspectos nucleares: a) a progressiva revogação crítica de um vasto legado filológico; b) a absoluta recusa de tudo o que não correspondesse a uma “observação” directa da verdade universal — que Nicolau Copérnico sustentará em 1514, o seu tímido *Commentariolus*, reconfirmado posteriormente no *De Revolutionibus* de 1543. Esta obra, constitui a súpula de todos os progressos em prol de uma verdade científica consolidada ao longo da segunda metade do século XV, revogando progressivamente verdades teológicas em prol de uma observação directa, sumula esta que se encontra no ápice de um dos mais revolucionários axiomas científicos⁴⁰.

Este tríplice manifesto em prol de uma busca incessante da verdade à luz da razão, mediada por uma exegese matemática das obras dos autores clássicos, será igualmente complementada *in situ* pelo carácter experimental da observação directa. De facto, a aventura marítimo-matemática que os Portugueses levarão a cabo a partir de 1415, contribuirá de modo irrefutável para esta reconfiguração ontológica das crenças nas verdades insofismáveis, através da observação directa e da demolição de um sistema de axiomas até aí inamovíveis. A carta do incontornável Poggio Bracciolini, datada precisamente entre 1448 e 1449, e endereçada ao Infante D. Henrique, ilustra na perfeição o carácter de vanguarda de um mundo em absoluta reformulação experimental que Alberti presenciará de relance, mas que Leonardo vivenciará em toda a sua dimensão paradigmática. Bracciolini, ilustre vulto dos *studia humanitatis*, é claro no tom encomiástico, mas sobretudo, na denuncia de uma clara *libertação* do reino peninsular das amarras restritas de uma *Rinascita* do mundo clássico. Na sua óptica, os feitos admiráveis da aventura marítima Portuguesa, regeneravam a velha Europa pelo carácter inovador que promoviam, tanto de um ponto de vista científico como vivencial, “(...) fora do alcance do ano e do sol, para onde ninguém antes desvendara o caminho”⁴¹. Note-se assim que a insaciabilidade pelo conhecimento denotada por Kenneth Clark ao considerar Leonardo como o “mais incessantemente

³⁹ Mirandola, 2011, p. 53.

⁴⁰ “(...) o Sol ocupa o centro do Universo, o que nos é ensinado pelo princípio que preside à ordem em que todos os corpos ocupam os seus lugares respectivos e pela harmonia de todo o Universo, desde que observemos os factos com os olhos bem abertos, como se costuma dizer” (Copérnico, 1996, p. 46, grifo nosso).

⁴¹ Sousa, 1994, p. 21; Costa, 2014, p. 60, grifo nosso.

curioso de todos os tempos”, constitui na realidade uma divisa transgeracional e transeuropeia, que encontrou no desconhecido o seu desafio particular. Com efeito, basta recordar a primeira das cinco razões que Gomes Eanes de Zurara atribui ao Infante D. Henrique para mandar buscar as terras de Guiné, para compreender a procedência desta infável adição, “(...) porque o dito senhor quis (...) saber a verdade (...)”⁴². Para Thomas Kuhn, este período de viagens e explorações, cinquenta anos antes do nascimento de Copérnico, representam inequivocamente o nexos causal das futuras transformações ontológicas na relação do homem com o cosmos⁴³. O gradual sucesso das viagens empreendidas pelos Portugueses, induziram sistematicamente a necessidade de obter melhores mapas e técnicas de navegação, e estas, encontravam-se em estrita concordância com um gradual e amplo conhecimento dos céus^{44,45}.

Todos estes acontecimentos, claramente encadeados numa espiral de causa-efeito assomada fundamentalmente em torno do ano de nascimento de Leonardo, tornam-se relevantes para o advento de uma idade moderna, precipitando na continuidade a revolução científica. A melhor forma de caracterizar esta aparente insaciabilidade pelo conhecimento, só pode ser caracterizada através da mesma obsessiva denotação visuoracional do mundo, que longe de constituir uma singularidade, encontra plena contextualização numa filosofia crítica. Nicolau de Cusa, Regiomontanus, Pico della Mirandola, Copérnico, Bracciolini, Zurara entre muitos outros, caracterizam essa viragem de século com a aposição clara de verbos onde anteriormente imperava exclusivamente uma adjectivação teológica. Essa transformação integrará paulatinamente no léxico pluridisciplinar novas dimensões epistémicas: encontrar a verdade, indagar a razão, observar os factos, desvendar o caminho. Todas, sem excepção, constituem a estrutura seminal e crítica responsável pela designada “Revolução Copernicana” em toda a sua

⁴² Zurara, 1973, p. 44.

⁴³ “A exploração ajudou, portanto, a criar a necessidade de bons astrónomos europeus, e, assim sendo, mudou-se parcialmente a atitude deles em relação a esse campo” (Kuhn T. , 2017, p. 141).

⁴⁴ Com efeito, o próprio Copérnico no seu *De Revolutionibus*, invoca a notoriedade epistémica das navegações Portuguesas no decorrer do seu axioma *Como a Terra, com Água sobre ela, forma uma esfera*. Ao invocar as «descobertas modernas», cuja relevância permitiria o conhecimento de que a terra seria habitada numa longitude muito maior, Copérnico integra o experimentalismo da expansão marítima Portuguesa nesse vasto rasgo ontológico capaz de viabilizar a revolução Copernicana (Kuhn, 2017, pp. 163-164).

⁴⁵ Kuhn, 2017, p. 141.

dimensão Kantiana, i.e., enquanto problemática subjacente à dependência sujeito/objecto, e a inversão pelo princípio de submissão do objecto ao sujeito que a idade moderna instalou^{46,47}. Thomas Kuhn entende a Revolução Copernicana enquanto combinação de ciência com história intelectual, numa sucessão gradativa de causas, dados e conceitos de amplo espectro, cuja relevância sempre demonstrou uma clara independência com a objectividade específica da astronomia. Todo o conjunto de crenças não-astronómicas e paralelas, assim como os conceitos científicos, constituem para o autor ideias, claramente abduzidas a um comum campo que a “história intelectual” enforma^{48,49}. A cumplicidade entre o mundo da ciência e o mundo da artesanaria e da arte, encontra-se, de facto, escrito nas entrelinhas de uma história que importa desvelar. Um caso sintomático dessa relação, liga Regiomontanus, Paolo Toscanelli, Filippo Brunelleschi e Alberti, numa teia epistémica que tarda a afirmar-se historicamente. Brunelleschi, futuro mentor de Masaccio, não obstante a sua classificação enquanto “homem sem letras”, de resto à semelhança de Leonardo, aprenderá matemática e geometria com Paolo Toscanelli⁵⁰. Toscanelli, por seu lado, amigo de Nicolau de Cusa, de Regiomontanus, mas também de Alberti e Brunelleschi, e amplamente versado em matemática, óptica, astrologia, navegação, horologia, etc., constitui-se enquanto lídimo elo interdisciplinar entre matemáticos, astrónomos,

⁴⁶ Com efeito, para Gilles Deleuze, o princípio legislador e a faculdade de conhecer que a revolução Copernicana instala no ser, confere-lhe um empoderamento súbito. Esta submissão da natureza ao conhecimento do homem, constitui um claro momento de eversão da tradicional relação epistémica com a natureza, “o sábio definia-se de uma certa forma pelas suas próprias submissões, de uma outra forma pelo seu acordo “final” com a natureza”. A oposição de uma filosofia crítica a esta submissão, institui segundo Kant, o homem enquanto legislador da natureza, i.e., analisando, estruturando e edificando as leis do seu funcionamento (Deleuze, 2009, pp. 22-23).

⁴⁷ Cassirer, 2009, p. 20.

⁴⁸ Também Ernst Cassirer, conforme veremos, estabelecerá uma leitura equivalente da fundamentação Kantiana em torno da revolução Copernicana: “Na sua concepção e interpretação idealistas, o ser da matemática e das ciências naturais não esgota toda a realidade, uma vez que ele está longe de abarcar toda a actividade e espontaneidade do espírito humano” (Cassirer, 2009, p. 20).

⁴⁹ Kuhn, 2017, p. 8.

⁵⁰ O relato Vasariano é peremptório a este respeito: “One evening Messer Paolo dal Pozzo Toscanelli returned from his work and happened to be in his garden having supper with some of his friends, and he invited Filippo to join them. Having listened to him discussing the mathematical sciences, Filippo struck up such a friendship with Paolo, that he learned geometry from him. And although Filippo was not a learned man, he was able to argue everything so well from his own practice and experience that he confounded Paolo on many occasions” (Vasari, 2008, p. 114).

navegadores e artistas^{51,52}. Com efeito, as relações entre todos encontram-se amplamente documentadas, ilustrando as virtudes de uma extensa rede de *amicizia*, no estabelecimento efectivo da interdisciplinaridade das *Trading zones*. De facto, o sincretismo entre a história intelectual, artística e científica postulada por Kuhn, encontra aqui a sua fundamentação basilar. Caberá assim a esta justaposição entre matemática, geometria e a capacitação gradual de artífices, construtores de instrumentos científicos e artistas, o advento desse rasgo ontológico que a revolução Copernicana inscreveu, e cujo corolário, deriva directamente da revolução Vitruviana e da paradigmática reconversão epistémica por si instituída. Esta dimensão singular da ciência matemática, geométrica e astronómica em clara sintonia com o mundo artístico, mas também com a descoberta do mundo real promovida pelos navegadores Portugueses, surge claramente ilustrada num *afresco* pintado em 1486 na *Casa Panigarola* por Donato Bramante. Nele podemos ver Heráclito e Demócrito representados através de um autorretrato de Bramante e de uma rara representação de Leonardo, à data com cerca de 36 anos. Note-se que é a descoberta do mundo, que se impõe claramente sobre toda a imagética humanista representada. No ano seguinte à criação deste fresco, 1487, Bartolomeu Dias unificaria pela primeira vez o Atlântico e o Índico, lançando assim as bases formativas de uma idade verdadeiramente moderna, porque conectada com o futuro e não dependente do passado. Todos estes acontecimentos da primeira metade do século XV, claramente encadeados numa espiral de causa-efeito, tornam-se deste modo essenciais para o entendimento da complexa personalidade artística e científica de Leonardo, mas sobretudo, para compreendermos as dinâmicas epistémicas que o antecederam e que lhe permitiram afirmar-se enquanto tal. A cumplicidade entre a descoberta do mundo, o mundo da ciência e o mundo da arte, encontra-se, de facto, escrito nas entrelinhas de uma história que importa desvelar, mas sobretudo, clarificar.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 6 DE JUNHO DE 2019)

⁵¹ Deveremos invocar ainda, a incontornável ligação às navegações Portuguesas, através da famosa carta de Toscanelli ao cônego Lisboa Fernando Martins, onde revela as diligências junto de D. João II em torno da navegação “sempre em direcção ao poente” (Garcia, 2015, p. 44).

⁵² Rossi, 1989, p. 35.

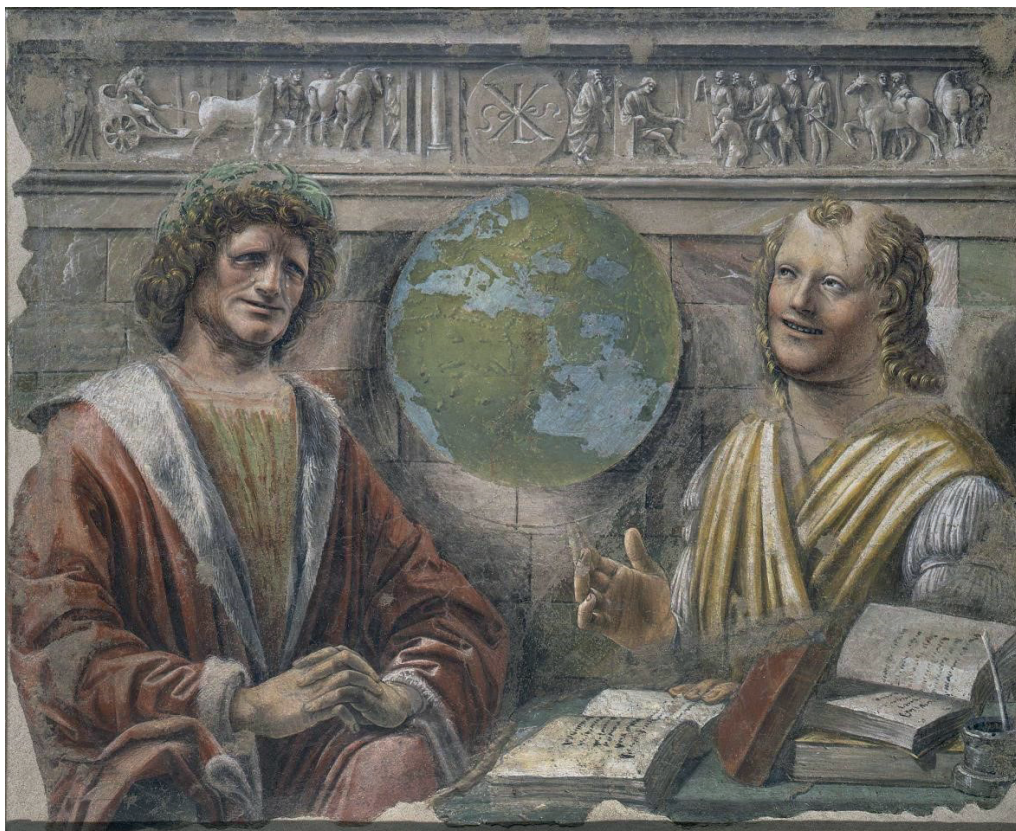


Figura 1. Bramante, Donato (Donato di Pascuccio). (c. 1486). *Heráclito e Demócrito*. Fresco transferido para tela. 102 x 127 cm. Casa Panigarola. Pinacoteca di Brera. Consultada em Junho 2019 em: <https://pinacotecabrera.org/attivita/lincertezza-del-poeta-di-gabriele-tinti-e-alessandro-haber/>

OBRAS CITADAS

- Alberti, L. B. *On Painting*. London, Penguin Classics, 2004.
- André, J. M., *Sentido, simbolismo e interpretação no discurso filosófico de Nicolau de Cusa*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- Cassirer, E., *Indivíduo e Cosmos na Filosofia do Renascimento*. São Paulo, Martins Fontes, 2001.
- Cassirer, E., *A Filosofia das Formas Simbólicas* (Vol. 1), (M. Fleischer, Trad.) São Paulo, Martins Fontes, 2009.
- Cuozzo, G., *Raffigurare L'Invisibile: Cusano e l'arte del tempo*. Milano, Mimesis Edizioni, 2012.
- Cuozzo, G., *Representar o Invisível Nicolau de Cusa e a Arte do Tempo* (1.ª Edição Electrónica ed.), Í. d. Uribe, & L. U. Miranda, Trads., São Paulo, Fontenele Publicações, 2018.

- Ghiberti, L. (1447), *I Comentarîi*. J. V. Schlosser, Ed., Berlin: Im Verlag Von Julius Bard [1912].
- Harbison, C. (Dezembro de 1984). Realism and Symbolism in Early Flemish Painting. *The Art Bulletin*, 66(4), pp. 588-602. Obtido em 20 de Novembro de 2018. <https://www.jstor.org/stable/3050474>
- Kuhn, T., *A Revolução Copernicana*. Lisboa, Edições 70, 2017.
- Long, P. O., *Artisan/Practitioners and the Rise of the New Sciences*. Corvallis, Oregon State University Press, 2011.
- Mirandola, G. P., *Discurso Sobre a Dignidade do Homem*. M. d. Ganho, Trad., Lisboa, Edições 70, 2011.
- Nicholl, C., *Leonardo da Vinci – o voo da Mente*. Lisboa, Bertrand Editora, 2004.
- Rossi, P., *Os Filósofos e as Máquinas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- Smith, P. H., *The Body of the Artisan*. Chicago, University of Chicago Press, 2004.
- Valéry, P., *Introdução ao Método de Leonardo da Vinci*. Lisboa, Veja, 2005.
- Vinci, L. d., *Tratado de Pintura*. A. G. Gracia, Ed., Barcelona, Akal, 1986.
- Vinci, L. d., *Traité de la Peinture*, c. 1490 ed., A. Chastel, Ed., Editions BergerLevrault, 1987.
- Vitrúvio, M., *Tratado de Arquitectura*. M. J. Maciel, Trad., Lisboa, IST Press, 2006.
- Weinberg, S., *Explicar o Mundo. A História da Ciência, da Antiguidade à Era Moderna*. Barcarena, Marcador, 2015.
- Wootton, D., *The Invention of Science*. S. l.: Allen Lane. Penguin Books, 2015.
- Zurara, G. E., *Crónica da Guiné*, Barcelos, Livraria Civilização, 1973.

Fernando Namora e a geograficidade da sua obra: do espírito dos lugares aos diálogos prospetivos

RUI JACINTO

FERNANDO NAMORA, A GEOGRAFIA E A GEOGRAFICIDADE DA SUA OBRA

A obra de Fernando Namora, além de impregnada por uma profunda geograficidade, encerra uma elevada cumplicidade com a Geografia se atendermos ao uso, explícito e recorrente, que faz do termo e à generalidade dos temas que aborda, situados no perímetro desta ciência. Recorde-se, a este propósito, o léxico a que recorre para intitular algumas das obras: *Relevos*, *Mundo* (As sete partidas do), *Mar* (de Sargaços), *Terra*, *Cidade* (solitária), *Montanha* (Um sino na), *Sol* (Os adoradores do), *Vento* (Estamos no), *Pedra* (A nave de), *Rio* (triste), *URSS* (Mal amada, bem amada). A relação íntima com a Geografia é reconhecida, aliás, na hora de balanço duma vida: “Livros sucederam-se a outros livros, correndo idiomas e **geografias** (meu pecado mortal), muitos deles ainda memória dos tempos de aldeão” (Autobiografia, 1987: 40).

A confirmação desta cumplicidade, manifestada desde a juventude até uma fase mais adiantada da vida, pode ser detetada em várias passagens: “o mundo é mudança e não há **geografias fixas**” (verso de *Mar de Sargaços*, 1940); “Na vida de um escritor é preciso conhecer-lhe o “território” e as pessoas que o habitaram”¹. Num outro contexto, adianta que “os meus livros representam quase um itinerário de **geografia humana**, por mim percorrido; as andanças do homem explicam as do escritor”; a Geografia continua presente, noutras circunstâncias, onde emerge e vem à baila sob vários pretextos:

- Quando se refere ao “provinciano de magra bolsa, e num tempo em que viajar era luxo de uns tantos ou estigma de desesperados, levou anos que eu

¹ Jornal sem data, 1988, p. 78.

atravessasse as fronteiras com destino alongado, pois, até aí, fora um ir furtivo à outra margem da raia, em escapadelas de acaso, no ofício de clinicastro de algum camponês **perdido nas geografias**, outras vezes como repórter de dramas, na companhia de contrabandistas arriscadiços”²;

- A propósito de “um giro pelos novos bairros da cidade” em que terá ficado “sem a certeza de estarmos na Portalegre do futuro, desembaraçada dos estigmas do feudalismo rural, se na Amadora carpida pelos ventos. Se num clima frio, se num clima tórrido. Se na montanha, se na beira-mar. É o estilo de não importa onde. Um estilo descaracterizado, efémero, nascido com as negociatas do volfrâmio e depois feito endemia com a «casa do emigrante», ingénuo e dramático desagravo daquele que, partindo de mãos a abanar, precisa que os outros saibam que o seu estatuto social mudou. **Um estilo sem alma nem geografia**. Pergunta-se quem o criou, assim feião e desvinculado do que o rodeia, e quem lhe instiga ou consente a sementeira”³;

- Ao esboçar a sua *Peregrinação*: “Venho de um ermo que não existe/**nas tuas rigorosas geografias**/venho não sei de onde/e nem lá regressar poderei/porque nunca afinal lhe fixei a exacta/fórmula das suas nutrientes matrizes”⁴; já havia escrito, anteriormente, que “foi preciso descer estes degraus no mapa, da Beira Litoral para a Beira Baixa, desta para o Alentejo, para me obrigarem a esse despique sentindo-me progressivamente um estrangeiro no meu país. O alentejano, por exemplo, **limitou a geografia e a vida ao seu mundo**. Se fala dos problemas da nação é dos seus que fala; quando comenta evoluções, crises, interesses, medita apenas nos hectares da sua herdade. Cerrou-se em desconfiança ou em orgulho. Ao que vem de fora não se consentem misturas — é o emigrante, o galego. Se por cá fica, aos filhos e netos ainda se lhes chamará, com a naturalidade do hábito, a Rosa Galega, o Manuel Ratinho, ou o Manuel Galego”⁵.

O percurso pessoal e ficcional de Fernando Namora tem por azimutes Condeixa e Vale Florido (Ansião), Coimbra, Tinalhas (Castelo Branco), Monsanto (Idanha-a-Nova) e Pavia (Mora) antes de passar a observar o Tejo a

² *A Nave de Pedra*, 1975, pp. 304-305.

³ *Sentados na relva*, 1986, pp. 113-115.

⁴ *Nome para Uma Casa*, p. 85.

⁵ *Elogio da minha terra*, in *Revista das Beiras*, 1949, Ano II (Jan.-Jun.), pp. 9-12.

partir duma das colinas de Lisboa. A obra do escritor incorporou este itinerário, assumiu a matriz telúrica dos territórios por onde deambulou e terminou por configurar uma invulgar “geografia literária” daqueles lugares e dos espaços regionais onde se integram. Esta constatação, que nos remete para a relação entre Literatura e Geografia, reforça a necessidade de situar o escritor e a sua obra no espaço e no tempo, assim definida pelo autor: “por muito diferenciada que seja a obra de um escritor, em climas humanos, personagens, temáticas, em todos os seus livros se deteta o mesmo modo de estar no mundo e de o interrogar, o mesmo perseguir de metas. Cada livro seria uma etapa, ou uma incidência, do mesmo itinerário”⁶.

Esta relação, que corresponde a uma discussão antiga no seio da Geografia, não é isenta de controvérsia, como atesta uma nota de Amorim Girão, de 1952, que introduziu o debate desta matéria no seio da Geografia portuguesa: “Acusam-se muitas vezes os geógrafos de literatos, querendo significar que eles desprezam todo o contacto com a realidade, vivendo no domínio da pura fantasia. Fala-se de ‘literatura geográfica’ quase sempre com intuitos de maldizer; e, deturpando muito embora a expressão, também se terá falado de ‘geografia literária’ mais ou menos no mesmo sentido”⁷.

Tanto a Geografia como a Literatura buscam, segundo alguns, por seus métodos e caminhos próprios, investigar, compreender e apresentar a experiência humana sobre a Terra, sustentando ser essa “geograficidade” a verdadeira essência geográfica do mundo. Para os que defendem que toda a obra literária “é essencialmente geográfica implica reconhecer a geograficidade como fundante do mundo e, portanto, de tudo que é vigente. A geografia não é apenas uma forma de ver o mundo (o que também o é), mas é parte da essência do mundo”⁸. Estamos perante debates que se situam na fronteira instável entre campos que recrutam adeptos entre os que contrapõem a racionalidade fria e quantitativa, associada à abordagem científica, ou entre os que valorizam “a poética do

⁶ *Encontros*, p 210.

⁷ Girão, A. de A., *Geografia e Literatura. Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, 4/5, Coimbra, Faculdade de Letras, pp. 105-107 (1952).

⁸ Marandola, E., *Geograficidades vigentes pela literatura*, In: SILVA, Maria A. da; SILVA, Harlan R. Ferreira da (orgs.). *Geografia, literatura e arte: reflexões*. EDUFBA, Salvador, Bahia, pp. 21-32 (2010).

espaço”⁹, manifestando propensão a “uma poética da geografia”, no intuito de fazer surgir “frágil e nova, uma geografia poética”¹⁰.

A obra de Namora, embora datada e possa parecer, hoje, perdida na poeira do tempo, não só tem uma forte identificação com certos territórios (Beira Litoral, Beira Baixa, Alentejo, por exemplo) como retrata ainda melhor diferentes facetas económicas e sociais das comunidades que os habitam. Fornece, por isso, elementos imprescindíveis para compreendermos as suas aspirações, como se vêm e posicionam relativamente aos outros. Pensar um futuro melhor para tais territórios e suas gentes não dispensa a consulta duma obra que reflete, para além das aparências, um dado momento da evolução económica e social daqueles espaços regionais, cujas contradições o escritor acompanhou de perto, como observador atento, empenhado e comprometido. Ao fixar marcas telúricas e perenes da identidade regional e local, não só identificou as suas especificidades como as forças e fraquezas, as oportunidades e ameaças que pairam sobre territórios que o autor viu mudar e adquirir, paulatinamente, melhores condições de vida, enquanto, paradoxalmente, ia perdendo pessoas e densidade demográfica, económica e social.

Importa sublinhar que Namora sempre reagiu a tal estado de coisas posicionando-se contracorrente, ora denunciando (p. ex.: Relatório da Casa do Povo de Tinalhas) ora combatendo um certo obscurantismo reinante, nas crenças e práticas arraigadas na medicina popular ou nas tentativas de reduzir Monsanto a mero ícone, como se fosse possível “congelar um lugar temporalmente visível numa eternidade inexistente”. Esta reação visava evitar que o lugar, ontem como hoje, fosse submerso “sob a espuma da mundialização liberal e da globalização económica”, onde “persistem as correntes, as vagas de fundo, os dinamismos das profundezas eternamente induzidos pela geografia e pelas suas energias telúricas”. As páginas escritas por Namora fixam, pois, um tempo e um modo que vão ao arrepio duma “modernidade” aparente que continua a fabricar “megalópoles todas iguais, é certo, mas não consegue suprimir as geografias”, provando como “a modernidade reduziu a história, mas poupou a geografia”¹¹.

⁹ Bachelard, G., *A poética do espaço*, São Paulo, Martins Fontes, (1957;1993).

¹⁰ Onfray, M., *Teoria da Viagem. Uma poética da geografia*. Quetzal, 2009; 2007.

¹¹ Onfray, ob. cit., p. 89.

ROTEIRO NAMORIANO: O ESPÍRITO DOS LUGARES E A SUA REVISITAÇÃO

A obra de Fernando Namora está contaminada por marcas indeléveis duma vida vivida que permitem estabelecer uma estreita correlação entre o percurso multiterritorial do homem e os diferentes ciclos dum itinerário criativo que o escritor, esquematicamente, demarcou do seguinte modo: “a fase de uma juventude em ambiente universitário provinciano, a fase rural, depois a fase citadina, finalmente a confrontação do homem português com o homem de outros horizontes geográficos e culturais”¹². Situar Namora no espaço e no tempo passa por contextualizar a sua obra, vasta e multifacetada, tecida com tenaz labor ao longo de um largo período; ao fazê-lo percorremos boa parte do país e meio século da sua história, entre o advento da Segunda Guerra Mundial e a adesão à União Europeia. A vivência plena deste itinerário está plasmada em inúmeras páginas que deu à estampa, verdadeiros mapas de um atlas literário onde inscreveu a alma das gentes e o espírito dos lugares onde o escritor criou raízes mais fundas.

Os laivos de atualidade que persistem no legado de Fernando Namora não só conferem uma dimensão intemporal como aconselham a sua leitura, fundamental para melhor compreender o contexto sociopolítico em que foi construído, particularmente importante num tempo em que o pensamento dominante está obsessivamente focado no urbano e procura rever ou tenta apagar a História. A obra de Namora reúne uma feliz conjugação de opostos, é percorrida por uma salutar tensão entre contrários, seja entre o rural e o urbano, nós e o outro, a noite e a madrugada. O autor, que navegou entre a literatura e a pintura, cultivou diferentes modos de expressão através dos quais transmitiu uma leitura do território, o entendimento da relação entre o Homem e o meio, a sua interpretação da interação entre o económico, o social e o político. O seu olhar humanista sobre a vida e o mundo tanto se revelou através da escrita como da obra pictórica; é esse sentimento que percorre tanto as paisagens e as pessoas que pintou como os lugares e as relações sociais que descreveu, bem expresso neste seu *Roteiro*: “ninguém entendeu, e nem tu, estrangeiro,/

¹² *Encontros*, p. 210.

que entre nós não existem cordilheiras/(...) para ultrapassar as fronteiras,/os fossos,/as ironias,/bastaria um só olhar!/(...) vamos misturar o sangue dos rios,/o abismo dos mapas” (*Mar de Sargaços*).

A biografia do escritor é tatuada por acontecimentos e pontuada por lugares que determinaram um processo criativo onde a influência da geografia é equivalente ao potencial que a obra encerra para interpretar, além de superficialidades e aparências, certos contextos locais e regionais. As etapas duma vida ditaram o ritmo da obra e as várias fases dum processo criativo onde a diversidade que tem impressa não abalou a sua unidade: “por muito diferenciada que seja a obra de um escritor, em climas humanos, personagens, temáticas, em todos os seus livros se deteta o mesmo modo de estar no mundo e de o interrogar, o mesmo perseguir de metas. Cada livro seria uma etapa, ou uma incidência, do mesmo itinerário”¹³. As várias etapas deste périplo partem da convicção, como escreveu, que “na interpretação de uma obra nunca se perde em pesquisar o que a vida fez do homem que a realizou”¹⁴. A geograficidade latente na obra de Fernando Namora permite-nos recuar no tempo, percorrer lugares recônditos, visitar o interior mais remoto e profundo, viajar ao acaso acompanhando-o na sua suposta *Peregrinação*: “Venho de um ermo que não existe/nas tuas rigorosas geografias/venho não sei de onde/e nem lá regressar poderei/porque nunca afinal lhe fixei a exacta/fórmula das suas nutrientes matrizes”¹⁵.

O itinerário que propomos sugere uma viagem na companhia de Fernando Namora que se estrutura a partir duma trilogia elementar: *origem, peregrinação* (interior e exterior, dentro do país e além-fronteiras) e *regresso* (sempre desejado, nunca plenamente consumado). Este percurso, transversal ao tempo, esboça uma *Rota Namoreana* que se define na confluência do tempo e do espaço, da cronologia com a geografia: a linha de tempo corre em paralelo à definida pelos lugares, parte de Condeixa, em 1919, até declinar, em Lisboa, no início de 1989. A partida rumo ao desconhecido, no dealbar deste ano, também precipita um inconclusivo regresso às origens, insistentemente perseguido, nunca plenamente alcançado, onde a Casa-Museu Fernando Namora, instalada em Condeixa, e o acervo legado

¹³ *Encontros*, p. 210.

¹⁴ *Encontros*, p. 30.

¹⁵ *Nome para Uma Casa*, p. 85.

pelo escritor, não deixam de representar o gesto símbolo da imorredoura esperança de retorno que sempre acompanha qualquer filho pródigo.

Estamos perante uma geografia literária multiescalar que se movimenta entre lugares (Condeixa, Coimbra, Monsanto, Pavia, Lisboa, etc.) e espaços regionais (Beira Litoral, Beira Baixa, Alentejo, Lisboa e seu entorno), entre o país, a Europa e o Mundo: *Diálogo em Setembro* é um bom exemplo desta abertura ao outro, o desejo de superar todas as fronteiras, das literárias às que persistem em compartimentar o conhecimento. O *Roteiro Namoreano* proposto é desenhado a partir da obra do escritor, da sua geografia vivida e do que acabou por ficar consagrado na toponímia, pois Fernando Namora viu o seu nome atribuído a escolas e inscrito em ruas de muitos lugares de todo o país. A viagem física e ficcional que se aponta permite visitar os principais lugares e paisagens *namoreanas*, fazer diferentes percursos locais e regionais que foram englobados, por comodidade, nas seguintes etapas fundamentais:

1. *Condeixa, a pequena pátria (1919–1934)*. Vale Florido, a Serra de Sicó e a Vila de Condeixa definem a pátria afetiva de Fernando Namora. Condeixa, onde nasce em 1919 e permanece até 1934 quando vai estudar para Coimbra, é lembrada em várias passagens da sua obra, desde *Casa da Malta* a *Nome para uma Casa*, onde este universo matricial está bem presente. A evidente topofilia relativamente à vila, o burgo, como denominava Condeixa, e Vale Florido, aldeia perdida no coração de Sicó, transparece em muitas páginas escritas e em algumas telas pintadas, denunciando uma perene ligação às origens, que nunca rompeu com as ancestrais raízes paternas, que mergulham e se confundem com a escalvada paisagem serrana.

2. *Coimbra, cais de todas as partidas (1935–1942)*. Coimbra foi o “molde”, o liceu e a universidade, a formação académica, profissional, cultural e cívica, das venturas e desventuras do jovem médico que, inesperadamente, se vê abraçado com um doloroso drama pessoal. O *Tempo de Coimbra* foi seminal, de intensa e fraterna cumplicidade, das tertúlias, do ambivalente ambiente académico, vivido entre estudantes e futricas, do acolhimento na maternal casa do João José Cochofel, berço do neorrealismo e Casa da Escrita. Namora faz em Coimbra as primeiras incursões pictóricas e literárias; por obrigação desenha dezenas de caricaturas para vários livros de curso e, por paixão, retrata amigos como Cochofel, Carlos Oliveira ou Alfredo Fernandes Martins (Fred). Foi o tempo do

Novo Cancioneiro e dos *Novos Prosadores*, de *As Sete Partidas do Mundo* e de *Fogo na Noite Escura*, de forjar cumplicidades para a vida, abraçar causas e tomar posições inequívocas contra o tradicional “espírito coimbrão” e uma certa lírica, empenho duma geração que se revelaria decisivo para mudar a paisagem cultural da cidade e do país.

3. *Monsanto, pesadelo e fascínio (1943–1946)*. Tinalha foi poiso breve, mas intenso, lugar onde escreveu, num fôlego, *Casa da Malta* (embora publicado em 1945), livro que já levava na cabeça quando abandonou o seu verdejante Litoral. Aqui iniciou a tarimba e faz a introdução à Beira Baixa, como atesta o Relatório da Casa do Povo de Tinalhas (1943), que contém um interessante ensaio escrito pelo jovem médico sobre as condições sociais, o exercício da atividade e o estado da saúde no meio rural. A passagem para Monsanto acontece no ano seguinte, a vida pessoal encontra um novo rumo ao chegar ao lugar onde “a fraga se torna pesadelo” e “a sombra é azul”. Nestas paragens conheceu ganhões, mineiros, contrabandistas, curandeiros e outros aventureiros, personagens romanescos de muitos dos seus livros. Aqui haviam de levedar *Minas de S. Francisco* (1946), *Retalhos da Vida de um Médico* (1.ª série, 1949) e *A Noite e a Madrugada* (1950); neste calcanhar do mundo, rendido à magia do monte sagrado, criou um verdadeiro observatório de geografia humana sobre este Alentejo Beirão, delimitado por horizontes que se estendem pelas débeis charnecas da Beira, por uma sucessão de patamares, da Campina de Idanha aos Campos de Castelo Branco, que morrem de encontro às longínquas Serras esbatidas contra o céu. Entre pesadelo e fascínio, neste miradouro sobre a *arraia*, iniciou uma peregrinação interior que não terminará, nunca abandonará o lugar em definitivo, aonde irá regressar, insistentemente, como bem atesta *A Nave de Pedra* (1975).

4. *Alentejo, solitário entre malteses (1947–1950)*. Pavia é uma nova etapa dum périplo por amplas campinas, onde o olhar se arrasta e perde em fundos horizontes, conhece o latifúndio alentejano em todo o seu esplendor, convive com a solidão e o isolamento mais pesado, toma consciência da clivagem cultural que distingue o Sul do Norte de Portugal. A este propósito deixou-nos uma referência lapidar: “Que me perdoem os beirões da Beira Baixa e os alentejanos esta meditação de um estrangeiro afeiçoado à sua terra natal; mas não achei assunto neste momento tão solitário com uma renovada crise de adaptação do que este: o de vir falar da experiência de um nortenho num meio estranho, fortemente

individualizado. (...) Foi preciso descer estes degraus no mapa, da Beira Litoral para a Beira Baixa, desta para o Alentejo, para me obrigarem a esse despique sentindo-me progressivamente um estrangeiro no meu país”.¹⁶ O Alentejo de *O Trigo e o Joio* (1954) fecham um ciclo que tem como pano de fundo o mundo rural mais remoto e profundo, onde a gritante desigualdade social convive com a pobreza mais agreste. Contacta na primeira pessoa com malteses e demais deserdados, sobretudo migrantes, tão ratinhos como ele, condenados a suportarem o mesmo destino, obrigados a demandar o Sul na luta pelo pão, contra as precariedades e as incertezas sazonais duma débil agricultura.

5. *Lisboa, entre vivências e exílios (1951–1966)*. Em 1950 radica-se, definitivamente, em Lisboa, quando ingressa no Instituto Português de Oncologia (IPO). Até esta data, além do torrão natal, confinado a uma parcela da Beira Litoral, a geografia de Fernando Namora limitava-se à Beira Baixa, ao Alentejo e a breves viagens a lugares restritos do país. Com a chegada à cidade abre-se um novo ciclo que coincide com o reconhecimento, a nível nacional, entretanto granjeado pela obra do escritor. Foi o primeiro passo para o homem e a obra ultrapassarem fronteiras e conhecerem um imparável processo de internacionalização. A primeira viagem ao estrangeiro, feita em 1952, quando tinha 33 anos, simboliza tanto o início desta nova etapa como a difusão da obra no estrangeiro, que ocorrerá a partir de 1954.¹⁷ *Cidade Solitária* põe em evidência o difícil convívio do autoproclamado campónio com a cidade, período que podemos interpretar a partir das seguintes coordenadas: (i) intensa produção literária, quer poética (*As Frias Madrugadas*, 1959), quer romanesca, adquirindo a cidade enorme centralidade, observando as obras dadas à estampa (p. ex.: *Cidade Solitária*, 1959; *Domingo à Tarde*, 1961); (ii) mudança de registo profissional, passando o João Semana a exercer atividade como Assistente Hospitalar, ficando o médico rural a ter de se confrontar com o ambiente urbano, situação que se irá alterar quando abandona o IPO e a atividade médica, em 1965, para se profissionalizar e tornar escritor em exclusividade. Durante este lapso de tempo aproveitou a experiência granjeada

¹⁶ *Elogio da minha terra*, in *Revista das Beiras*, 1949, Ano II (Jan.-Jun.), pp: 9-12.

¹⁷ A obra de Namora também viajou, também migrou: em 1954 surge a primeira tradução no estrangeiro, quando *Retalhos da Vida de um Médico* é lançado em Espanha; *Minas de San Francisco* será traduzido em França em 1955 e, dois anos depois, *O Trigo e o Joio* e *Casa da Malta* (1957), igualmente em França.

como médico para publicar *Retalhos da Vida de um Médico* (1.^a série, 1949, e 2.^a série, 1963), *Deuses e Demónios da Medicina* (Biografias romanceadas, 1952, e segunda versão, 2 volumes, 1963) ou, mesmo, o romance *O Homem Disfarçado*, 1957); (iii) o período culmina com a edição de *Diálogo em Setembro* (1966), obra angular e de charneira na trajetória ficcional, pondo em evidência a importância que a viagem assume na obra Fernando Namora.

6. *As Sete Partidas do Mundo: viagens aquém e além-fronteiras (1967–1989)*. A partir de *Diálogos em Setembro* (1966), obra que apelidou de *crónica romanceada*, publica diversos livros que reúnem textos de diferentes géneros e dimensões, elaborados com vários propósitos: há títulos que integraram a série que designou de *Cadernos de um escritor*, outros serão classificados como *crónicas* ou *narrativas*.¹⁸ As viagens passam a ser constantes e este nomadismo acaba por contaminar a obra e influenciar a trajetória literária do autor; era, como sublinhou, uma tendência latente, pois, *Diálogo em Setembro* só “convencionalmente demarcando um novo ciclo da minha obra, foi precedido, em termos de escrita, por *Um Sino na Montanha*, e muitas páginas deste são contemporâneas de livros anteriores. O fermento e o pão lêvedo vinham, pois, de bem longe”¹⁹.

O LEGADO DE FERNANDO NAMORA E OS DIÁLOGOS PROSPETIVOS SOBRE O NOSSO FUTURO COLETIVO

O autor reconhece que a sua obra tem as “raízes na terra, a memória das ambiências da infância e da adolescência, o convívio medular com o povo (não o das demagogias, mas o genuíno), penso que tudo isso repercutiu fundo na minha personalidade e, conseqüentemente, nos meus livros. Família, lugares,

¹⁸ Depois de *Diálogo em Setembro* (1966; Crónica romanceada) publicou na série designada por *Cadernos de um escritor* *Um sino na montanha* (1968), *Os Adoradores do Sol* (1971), *A Nave de Pedra* (1975), *Sentados na Relva* (1986), *Jornal sem data* (1988). Estas obras são, quase sempre, estruturadas a partir de três capítulos fundamentais: *Terras e gentes*, onde discorre sobre lugares visitados ou episódios vividos; *Conversas de acaso*, onde incluiu dissertações sobre temas variados, discurso de circunstância ou reflexões avulsas; *Galeria*, onde destaca personalidades ou momentos que mais o tocaram. Estamos perante um conjunto de matérias, com múltiplos afluentes, a merecer análise mais demorada. Motivados pela viagem, editou dois livros com certa amplitude: *Cavalgada Cinzenta* (1977; Narrativa) e *URSS Mal Amada, Bem Amada* (1986; Crónica).

¹⁹ *Encontros*, p. 72.

peçoas, labores desse tempo, posso talvez resumi-los nesta palavra: autenticidade”²⁰ As descrições impressivas que faz das paisagens de certas regiões do país e dos modos de viver das suas gentes, presentes no legado Namoreano, são o resultado dum permanente confronto onde “o encontro com os outros é o verdadeiro encontro conosco”. A este propósito dirá Eduardo Lourenço que “Fernando Namora no seu encontro com a Suíça, como romancista avisado que é, descobrirá nela uma Suíça invisível para suíços, mas acima de tudo descobrirá nela e por causa dela um Portugal invisível dentro de muros caseiros. É uma autêntica aventura terapêutica, uma psicanálise de Portugal e do comportamento português que confere a *Diálogo em Setembro* um inegável e raro interesse”. O rasto impressivo que as incursões feitas aquém e além-fronteiras deixaram na obra de Fernando Namora pode ser investigado a partir de duas coordenadas complementares:

(i) *Viagens na nossa terra* sugeridas por obras que nos remetem para Trás-os-Montes (*Um sino na montanha*), a Beira Baixa (*A nave de pedra*) ou o Alentejo. *Sentados na relva*, apesar de conceder espaço significativo a uma viagem feita à Finlândia, não deixa de relatar uma incursão no Alentejo; *Jornal sem data*, por sua vez, embora integre a mesma coleção e inclua referências a Condeixa e a Monsanto, obedece a outra construção pois assenta numa estrutura distinta das restantes publicações igualmente incluídas na série *Cadernos de um escritor*.

(ii) *Viagens no mundo* inclui deslocções que tiveram como destino a Escandinávia e o Norte da Sibéria (*Os Adoradores do Sol*, 1971), Canadá e Nova Iorque (*Cavalgada Cinzenta*, 1977) ou a longa crónica sobre a URSS *Mal Amada, Bem Amada* (1986). Estes dois últimos livros acabam por remeter para um tempo e uma visão do mundo profundamente bipolarizado, construído sob os auspícios da Guerra Fria, cujo colapso Namora acabou por não presenciar quando, em 9 de Novembro de 1989, depois de 28 anos de existência, ocorreu a queda do Muro de Berlim”.²¹

Não será por acaso que Eduardo Lourenço rematou um dos seus ensaios mais emblemáticos, que importa rever e explorar, com uma subtil reflexão onde afirma que “Fernando Namora oferece-nos um espelho incomum para nos vermos.

²⁰ *Encontros*, 1979, p. 17.

²¹ Jacinto, R., *Fernando Namora: o viajante, a viagem e a (re)leitura da sua obra*. In Rui Jacinto (2019; Coordenação). *Fernando Namora: itinerário de uma Vida, Geografia de uma Obra*. Edição Câmara Municipal de Condeixa, pp. 228-239, 2019.

Debrucemo-nos nele”. Esta observação, feita a propósito de *Diálogo em Setembro*, mas que se pode generalizar ao conjunto da obra de Fernando Namora, decorre, em boa medida, de “uma memorável viagem, não na asséptica e ultracivilizada Suíça, *carrefour* de banqueiros e intelectuais, mas em Portugal, num Portugal-outro, mas bem conhecido, aquele que cada português transporta com uma obsessão e um temor sagrados nos seus confrontos com espelhos alheios”.²² A obra de Namora, bem ancorada nos territórios por onde deambulou, é percorrida por uma inequívoca transversalidade geográfica e temporal, assenta numa telúrica ligação à terra, facto que torna indispensável a sua leitura a quem pretenda aprofundar tais geografias para além de epidérmicas aparências. As referências que contém são incontornáveis para interpretar o país, decifrar os códigos duma sociedade que, entre as duas Guerras Mundiais, iniciou um processo acelerado de mudança.

A leitura de Fernando Namora impõe-se, ainda, tanto pelo que ela nos interpela como por permitir que nos reencontremos connosco, com as nossas próprias origens, as pequenas pátrias a que ficamos ligados por indizíveis laços e donde, definitivamente, dificilmente conseguimos partir. Acresce a todas estas razões o facto de a obra de Namora fazer a ponte entre o passado e o futuro, facilitar reflexões prospetivas sobre o nosso futuro colectivo, podendo funcionar como contraponto ao pensamento atualmente dominante, que nos invade e impõe a “visão e a obsessão urbanas”, concebida para “pensar o mundo sem os rurais e sem as paisagens”, esquecendo que “a paisagem permanece, persiste, mesmo quando colocada em perigo pelos homens. E o Diverso reside nela, nos campos, visível e identificável nas epifanias naturais, longe dos artifícios da cultura”²³.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 11 DE JULHO DE 2019)

²² Eduardo Lourenço deu a este ensaio o título “Psicanálise de Portugal. À margem de *Diálogo em Setembro*”, publicado em *O Comércio do Porto*, em Abril de 1968, foi incluído como síntese que fecha o *Labirinto da saudade. Psicanálise mítica do destino português*. Gradiva ([1978]; 2001), pp. 179-180. Não terá sido por acaso, pois, que Eduardo Lourenço num dos livros capitais para nos interpelarmos e melhor nos compreendermos, culmina a sua *Psicanálise mítica do destino português* com este ensaio.

²³ Onfray, 2009, pp. 70-71.

“Offenbach é uma filosofia cantada!” — Ecos de “óperas burlescas” representadas em Lisboa no século XIX (No bicentenário do nascimento do compositor)

MÁRIO VIEIRA DE CARVALHO

O teatro de Offenbach chega a Lisboa, no início de 1868, como uma vaga avassaladora. Em um ano, são estreadas sucessivamente cinco óperas ditas “burlescas” de Offenbach:

A Grã-Duquesa de Gérolstein, Teatro do Príncipe Real, 29/02/1868, versão portuguesa de Eduardo Garrido (*La Grande-Duchesse de Gérolstein*, libreto de H. Meilhac e L. Halévy, Paris, Théâtre des Variétés, 12/04/1867);

Los Dioses del Olimpo (Orfeu no Inferno), Circo Price, 11/04/1868, versão em língua espanhola pela companhia dos Bufos Madrileños (*Orphée aux Enfers*, libreto de H. Crémieux, Bouffes-Parisiens, 21/04/1858);

Barba Azul, Teatro da Trindade, 13/06/1868, versão portuguesa de Francisco Palha (*Barbe-Bleue*, libreto de H. Meilhac e L. Halévy, Théâtre des Variétés, 5/02/1866);

As Georgianas, Teatro do Ginásio, 28/11/1868, versão portuguesa de Eduardo Garrido (*Les Géorgiennes*, libreto de J. Moinaux, Bouffes-Parisiens, 16/03/1864);¹

A Bela Helena, Teatro da Trindade, 4/03/1869, versão portuguesa de José da Silva Mendes Leal (*La Belle Hélène*, libreto de H. Meilhac e L. Halévy, Théâtre des Variétés, 17/12/1864).

Representados em língua portuguesa pelos mais célebres comediantes da capital — salvo *Orfeu*, por uma companhia espanhola —, os espetáculos constituem um enorme êxito popular. A imprensa assinala a diversidade do público, que também incluía “a melhor sociedade” (*Revolução de Setembro*, 18/03/1868). O cuidado e o rigor posto na preparação dos espetáculos era pouco

¹ Segundo Kaufmann (2007, p. 294), o Teatro do Ginásio anuncia, a 11 novembro de 1868, que *Tromb-Al-Cazar ou Les Criminels Dramatiques* (libreto de Ch. Dupeuty e E. Bourget) “entra em ensaios”, mas não há notícia de que a estreia tenha chegado a efetuar-se.

habitual, sobretudo por comparação com a tradição do Real Teatro de São Carlos, onde, segundo Carl Busch (1870: 33), diretor do Teatro do Ginásio, e outras fontes da época², não havia preocupação alguma de coerência cénica, pois o público só se interessava pelas vozes dos cantores (companhias italianas, que cantavam em italiano todo o repertório, incluindo o de autores portugueses). Para a *Grã-Duqueza*, por exemplo, foram necessários dois meses de ensaios (*Revolução de Setembro*, 18/03/1868) sob a direção de José Carlos Santos, “o maior mestre do teatro português”³. “Superior a todo o elogio como ensaiador” — lê-se numa recensão —, ele teria conseguido “um conjunto vivo, traquina e deslumbrante de toda a ópera” (*Revolução de Setembro*, 3 e 18/03/1868).⁴ Em todo o caso, mesmo nos folhetinistas que reconheciam o virtuosismo das encenações, manifesta-se o preconceito quanto ao que devia ser considerado “grande arte” segundo o modelo canónico estabelecido, que era o da ópera italiana no Teatro de São Carlos. Acusam a “popularização” de Offenbach de ser um fator da “decadência do teatro” (*Revolução de Setembro*, 1/10/1868). O respeitado musicólogo Joaquim de Vasconcellos (1874) lamenta que artistas “excellentés” fossem “prostituir o seu talento na opereta de Offenbach”, nos “esgotos onde se apura o aroma da *Bella Helena*, e quejandas”.

Outro exemplo de ataque violento a Offenbach é o balanço do ano teatral de 1868, publicado em *A Folha: microcosmo litterario* (1869), de Faustino Sarmiento:

“É de ver como os espectadores assistem sorridentes de júbilo á dolorosa agonia da arte! [...] Vão gozar de um prazer supremo: comprazem-se com a morte do bello. [...] O rei Bóbeche, o general Bum, o sultão Mazalipatão [Rhododendron-Pacha], trilogia faceta, resumem e contentam as nossas aspirações. Rir, rir e mais rir”.

Eis, pois, que em Lisboa, tal como aliás em Paris, não faltavam os guardiões de uma cultura oficial supostamente ameaçada por Offenbach. Dez anos antes também Jules Janin, num dos seus ataques diretos ou indiretos a Offenbach,

² Vieira de Carvalho, 1984, p. 84 e ss.

³ Sousa Bastos, 1898, p. 33 e ss.

⁴ Citado por Vieira de Carvalho (1984, p. 126). Dando crédito a alguns testemunhos, havia papéis mais conseguidos em Lisboa do que em Paris, nomeadamente o do General Bum (ator Couder, no Théâtre des Variétés), desempenhado pelo ator Faria no Príncipe Real (cf. Rafael Ferreira, 1943, p. 52).

condenava severamente a “música enraivecida e ofegante, chamada, de preferência a qualquer outra maneira de ensurdecer o género humano, a *música para rir*. Sim, *para rir!*” (*Journal des Débats*, 10/01/1859).⁵

Com efeito, em Lisboa, não menos que em Paris, Offenbach é um evento fraturante, cujas repercussões se multiplicam através de uma receção muito ampla e diversificada. Para tanto, contribuem também as numerosas adaptações ou paródias baseadas na música de Offenbach, que são levadas à cena sucessivamente em diferentes teatros e cujas brochuras impressas sublinham o êxito dos espetáculos.⁶ Alguns exemplos:

Quem nos livra da Grã-Duqueza! (Garraio, 1868);⁷

Barba Azul II (Mendes Leal, 1868);

Dois Dias no Campo Grande (Araujo, 1869);⁸ *Barba Azul e a Grã-Duqueza em Cacilhas* (Lopes, 1869);

A Grã-Duqueza de Gerolstein e o Serenissimo Barba Azul no meio da rua (Lopes, 1870);⁹

Casamento da Grã-Duqueza (Castro Soromenho, 1890);¹⁰

A Princeza da Arrentella.¹¹

Entretanto, já circulavam outras óperas de Offenbach. É o caso de *Le Violoneux* (*O Rabequista*) (libreto de Eugène Mestépès e Emile Chevalet) representada alguns

⁵ (...)“l’enragée et pantelante musique, appelée, par préférence à toute autre façon d’assourdir le genre humain, la *musique pour rire*. Oui, *pour rire!*” (cit. in: Vieira de Carvalho, 2013, p. 62). O próprio Offenbach, porém, no seu propósito de reinventar o espírito originário do *opéra comique*, acolhia a designação de *Théâtre pour rire* para o género de “espetáculo de verão” que, com o título de *Bouffes-Parisiens*, fora finalmente autorizado a dar durante a Exposição Universal de 1855 (cf. Yon, J-C., 2000, p. 137).

⁶ Não só nestes casos de adaptações ou paródias, mas também nas encenações que seguem na versão portuguesa os libretos originais, a enorme difusão do repertório offenbachiano, incluindo os arranjos de trechos musicais das suas obras cénicas, desenrola-se em Portugal, no decurso do século XIX, presumivelmente “sem que o músico e os seus libretistas lhes fossem associados ou sequer recebessem direitos de autor”. Tal era, em geral, a regra, que tinha uma única exceção: Viena, onde Offenbach estava diretamente implicado na produção dos espetáculos (cf. Yon, J-C., 2000, p. 419 e cartas de Offenbach in Yon, J-C., 2019, pp. 154-163).

⁷ Consta do frontispício: “Representada repetidas vezes, com geral applauso, no Theatro das Variedades Dramaticas”.

⁸ Consta do frontispício: “Representada repetidas vezes no Theatro da Rua dos Condes, e no Principe Real”.

⁹ Consta do frontispício: “Representada com grandes applausos no Theatro da Rua dos Condes”.

¹⁰ Consta do frontispício: “Representada com grande successo em diversos theatros publicos e particulares”.

¹¹ Música manuscrita: “*A Princeza d’Arrentella*, Tragedia Burlesca em tres actos, ornada com a musica da Grã-Duqueza, Coordenada por Alexandre Ferreira, letrista José Inacio de Araujo, Ponta Delgada, 1873” (BN, M.M. 88).

anos antes, em 1859, em Lisboa (Teatro do Ginásio) e no Porto (Teatro Baquet), numa versão de António Mendes Leal com o título *O Tio Braz*. É também o caso de *Les Vivandières de la Grande Armée ou Les Vivandières des Zouaves (Os Zuavos)* (libreto de A. Jaimes filho e Pitaud de Forges) opereta representada no Teatro da Rua dos Condes, em 28/12/1860.

Até ao início do século XX, sucedem-se em Lisboa as estreias ou reprises de óperas de Offenbach. Num apanhado ainda provisório, que toma em consideração contributos de investigações recentes, designadamente de Jacobo Kaufmann (2007), encontrei dezassete títulos diferentes representados em língua portuguesa que se somam aos já mencionados:

A Canção de Fortunio, Teatro da Trindade, 13/03/1869 (*La Chanson de Fortunio*, libreto de H. Crémieux e L. Halévy, Bouffes-Parisiens, 5/01/1861);

Viver de Paris, Teatro da Trindade, 23/12/1869 (*La Vie Parisienne*, libreto de H. Meilhac e L. Halévy, 1.^a versão, Théâtre du Palais Royal, 31/10/1866);

A Ponte dos Suspiros, Teatro do Príncipe Real, 24/01/1870 (*Le Pont des Soupirs*, libreto de H. Crémieux e L. Halévy, 1.^a vs. Bouffes-Parisiens, 23/03/1861; 2.^a vs. Théâtre des Variétés, 8/05/1868); *A Princesa de Trebizonda*, Teatro da Trindade, 17/05/1870 (*La Princesse de Trébizonde*, libreto de Ch. Nuitter e E. Tréfeu, 1.^a vs. Baden-Baden, Kurtheater, 31/07/1869; 2.^a vs. Bouffes-Parisiens, 31/07/1869);

A Ilha de Tulipatan, Teatro da Trindade, 8/03/1871 (*L'Île de Tulipatan*, libreto de H. Chivot e A. Duru, Bouffes-Parisiens, 30/09/1868); *Robinson Crusóé*, Teatro da Trindade, 7/11/1871 (libreto de E. Cormon e H. Crémieux, Paris, Opéra-Comique, 23/11/1867);

Os Bandidos, Teatro da Trindade, 30/04/1877 (*Les Brigands*, libreto de H. Meilhac e L. Halévy, 1.^a vs. Théâtre des Variétés, 10/12/1869);

A Viagem à Lua, Teatro da Trindade, 25/04/1878 (*Le Voyage dans la Lune*, libreto de A. Vanico, E. Leterrier e A. Mortier, Théâtre de la Gaîté, 26/10/1875);

Mestre Peronilha, Teatro da Trindade, 4/11/1878 (*Maître Péronilla*, libreto de J. Offenbach, Bouffes-Parisiens, 13/01/1879);

O Milho da Padeira, Teatro da Trindade, 21/01/1879 (*La Boulangère a des Écus*, libreto de H. Meilhac e L. Halévy, Théâtre des Variétés, 1.^a vs. 19/10/1875; 2.^a vs. 27/04/1876);

Os *Tyrolezes*, Teatro da Rua dos Condes, 1/10/1879 (*Lischen et Fritzchen*, libreto de P. Boisselot, Bouffes-Parisiens, 5/01/1864); *Madame Favart*, Teatro da Trindade, 23/11/1879 (libreto de H. Chivot e A. Duru, Paris, Folies-Dramatiques, 28/12/1876);

A Perichole, Teatro da Trindade, 3/01/1880 (*La Périchole*, libreto de H. Meilhac e L. Halévy, Paris, Théâtre des Variétés, 6/10/1868, 1.^a vs.; 25/04/1874, 2.^a vs.);

Orfeu no Inferno, estreia da versão em língua portuguesa, Teatro da Trindade, 24/04/1880 (*Orphée aux Enfers*, libreto de L. Halévy, 1.^a vs. Bouffes-Parisiens, 21/10/1858; Théâtre de la Gaîté, 2.^a vs. 7/02/1874, 3.^a vs. 14/08/1874);

A Garra de Açor, Teatro da Trindade, 1/03/1890 (*Les Braconniers*, libreto de H. Chivot e A. Duru, Théâtre des Variétés, 29/01/1873);

A Filha do Tambor-Mór, Teatro da Rua dos Condes, 4/12/1891 (*La Fille du Tambour-Major*, libreto de H. Chivot e A. Duru, Folies-Dramatiques, 13/12/1879);¹²

A Arquiduaqueza, Teatro da Rua dos Condes, 5/01/1892 (*Madame l'Archiduc*, libreto de A. Millaud, Bouffes-Parisiens, 31/10/1874).

Menciono também algumas reprises, como, por exemplo: *O Tio Braz* (*Le Violoneux*), reprise, Teatro da Alegria, 15/04/1890;

A Grã-Duqueza de Gérolstein, reprise, Teatro da Avenida, 27/06/1891; *A Grã-Duqueza de Gérolstein*, (1896, 1904), *A Filha do Tambor-Mór* (1896, 1904), *A Perichole* (1906), pela Companhia de Ópera Cómica do Teatro D. Amélia, com a atriz Palmira Bastos, direção de Sousa Bastos.

Não esqueçamos ainda o teatro amador, onde Offenbach se encontrava muito difundido, como decorre de vários títulos incluídos em coleções de teatro popular.¹³

¹² A música de *A Filha do Tambor-Mór*, levada à cena no Teatro do Príncipe Real a 21/09/1880, não é de Offenbach, mas sim do compositor português Francisco Alvarenga.

¹³ Cf., entre os títulos publicados na "Bibliotheca Dramatica Popular": *Duro com Duro...* [*La Rose de Saint-Flour*], "Operetta em 1 acto, Imitação do Francez de Nicolau Tolentino Leroy, Musica do distincto maestro J. Offenbach, representada com grande successo em diversos theatros particulares" (Lisboa, Francisco Franco, 1890); *A Perichole – Duetto caracteristico*, "Original com musica de J. Offenbach de Nicolau Tolentino Leroy, Representada com grande successo em diversos theatros particulares" (Lisboa, Francisco Franco, 1890); *Os Tyrolezes* [*Lischen et Fritzchen*], "Operetta em 1 acto, Imitação de Nicolau Tolentino Leroy, Musica de J. Offenbach, Representada em quasi todos os theatros de Lisboa, provincia, Madeira, Açores e Brazil" (Lisboa, Livraria Popular Francisco Franco, s. d.). Cf. ainda, na coleção "Theatro Escolhido proprio para amadores e de agrado certo", *O Tio Braz* [*Le Violoneux*], "Operetta em 1 acto, Imitação de Antonio Mendes Leal, representada com geraes applausos, em diferentes theatros de Lisboa e provincias" (Lisboa, Livraria Economica de F. Napoleão de Victoria, s.d.).

Importa sublinhar o aspeto político, fortemente marcado, da receção de Offenbach. Em meados de 1870, *A Grã-Duqueza* inspira panfletos cómicos com coplas a propósito da atualidade política, justamente para serem cantadas em casa ou nos salões (“estrofes de atualidade” *avant la lettre*). Por exemplo:

“*Victoria do Duque de Saldanha. O Sr. Duque de Loulé a Cavallo. Ministros na Rua. Descrição do Movimento Politico-Militar. Parodia á Grã-Duqueza de Gerolstein. 19 de Maio de 1870. Por um Homurístico [sic]. Em verso e em prosa. Segunda edição. Lisboa, Livraria Marques da Silva — Editor, 1870.*”;

“*Grande Descrição do Enterro do Ministerio Loulé-Braancamp. Tout-in-Versi. Musica da Ponte dos Suspiros e trechos da Grã-Duqueza de Gerolstein de Offenbach (Lisboa, 1870)*”.

Sintoma desta repercussão da *Grã-Duqueza* é também o facto de o nome “J. Offenbach” se tornar pseudónimo para assinar crónicas políticas (*Revolução de Setembro, 18/04/1868*), uma tradição que perdura até início do século XX (mormente em periódicos republicanos)¹⁴.

Quem, porém, levou mais longe a associação de Offenbach à crítica das instituições foi Eça de Queirós. Nas suas crónicas para o *Districto d’Evora*, aos 21 anos, ainda antes da vaga de Offenbach em Lisboa, Eça de Queirós denuncia a situação do país, onde — diz ele — “O povo está cansado de ver que nada temos adiantado desde o século XVIII”¹⁵. Sob a aparência do constitucionalismo, a mentalidade e os valores do “antigo regime” reinavam ainda na sociedade, na política e na cultura¹⁶. É neste contexto que Eça de Queirós faz a defesa da caricatura e da sua assimilação pela crónica como o meio mais eficaz de intervenção:

“... a crónica... não respeita nada daquilo que mais se respeita; procede pelo escárnio e pelo ridículo; e o ridículo em política é de boa, é de excelente guerra.”¹⁷

Por outro lado, Eça de Queirós¹⁸ compara a canção ao panfleto para concluir que a canção é ainda mais eficaz. A palavra associada à música era, portanto, a

¹⁴ cf. Vieira de Carvalho, 1984, p. 122.

¹⁵ Eça de Queirós, 1867, II, p. 171.

¹⁶ cf. Vieira de Carvalho, 1994.

¹⁷ Eça de Queirós, 1867, I, p. 139.

¹⁸ *Ibidem*, p. 245.

combinação mais “explosiva”¹⁹. Eis uma inferência que nos ajuda a compreender a sua recepção de Offenbach:

“Nem a burguesia teve razão em o adoptar, nem os dramaturgos em o maltratarem. Não, dramaturgos amigos, não compreendestes Offenbach! Offenbach é maior que vós todos. Ele tem uma filosofia, vós não tendes uma ideia; ele tem uma crítica, vós nem tendes uma gramática! Quem, como ele, bateu em brecha todos os preconceitos do seu tempo? Quem, como ele, com quatro compassos e duas rabecas, deixou para sempre desautorizadas velhas instituições? Quem, como ele, fez a caricatura rutilante da decadência e da mediocridade? Vós, com a vossa severidade, não tendes feito um único serviço ao bom senso, à justiça, à moral. Tendes só feito sono! E ele? O militarismo, o despotismo, a intriga, o sacerdócio venal, a baixeza cortesã, a vaidade burguesa, tudo feriu, tudo revolveu, tudo abalou num couplet fulgurante! Não, alta burguesia, não fizeste bem em o aplaudir e em o proteger. Julgaste encontrar nele um passatempo, encontraste uma condenação. A sua música é a tua caricatura. Tão mal alumizados são os teatros, tão estreita a vossa penetração, que vos não reconhecestes um por um naquela galeria ruidosa dos medíocres do tempo? Não é o Rei Bobeche a fantasmagoria cantada da vossa realeza? Não é Calchas, da Bela Helena, a mascarada pagã do vosso clero? Não é o general Bum a personificação ruidosa da vossa estratégia de salão? Não é o barão Grog a grotesca pochade da vossa diplomacia? Não é o trio da conspiração a fotografia em couplets das vossas intrigas ministeriais? Não é toda a Grã-Duquesa a charge implacável dos vossos exércitos permanentes?

Vós ristes perdidamente de todas aquelas criações facetas? Pois da vossa realeza, da vossa diplomacia, do vosso exército, das vossas intrigas, dos vossos cortesãos vos ristes. E convosco riu-se todo o mundo, clero, nobreza e povo. [...]

Offenbach é uma filosofia cantada.”²⁰

Eça de Queirós reconhecia em Offenbach o seu próprio programa literário, que já se tinha manifestado no conflito entre uma nova geração “irreverente” (expressão de Antero de Quental) e os valores do mundo oficial. Na verdade, a chave da sua concepção do realismo é a ideia de uma fotografia que se torna

¹⁹ cf. Vieira de Carvalho, 2013, p. 57.

²⁰ Eça de Queirós, 1871/1872, pp. 24 e ss. [As Farpas, Junho de 1871]; cit. in: Vieira de Carvalho, 1984, p. 123.

caricatura — uma ideia que, como já notei noutra ocasião, é formulada em termos muito semelhantes aos do seu elogio a Offenbach:

“Que queremos nós com o Realismo? Fazer o quadro do mundo moderno, nas feições em que ele é mau, por persistir em se educar segundo o passado; queremos fazer a fotografia, ia quase a dizer a caricatura do velho mundo burguês, sentimental, devoto, católico, explorador, aristocrático, etc. E apontando-o ao escárnio, à gargalhada, ao desprezo do mundo moderno e democrático — preparar a sua ruína. Uma arte que tem este fim [...] [é] um auxiliar poderoso da ciência revolucionária.”²¹

Não se trata, pois, de uma simples coincidência que estas linhas de Eça de Queirós datem da mesma ocasião em que ele trabalhava num esboço de romance (*A Tragédia da Rua das Flores*) que começa justamente com uma cena de *Barba Azul*:

“Tinha começado o segundo acto e o coro dos Cortesãos saía, recuando em semi-círculo, com os espinhaços vergados...”²²

Esta mesma cena torna-se um motivo central de outro romance de Eça de Queirós, *O Mandarim*, cuja primeira versão foi publicada em 1880:

“Enguiço era com efeito o nome que me davam na casa — por [...] corcovar. Infelizmente corcovo — do muito que verguei o espinhaço, na Universidade, recuando como uma pega assustada diante dos senhores Lentes; na repartição, dobrando a frente ao pó perante os meus Directores-Gerais. Esta atitude de resto convém ao bacharel; ela mantém a disciplina num Estado bem organizado...”²³ “O indivíduo recurvou o espinhaço: assim na presença augusta de el-rei Bobeche se arqueia o cortesão..... retirou-se, às arreguas, de dorso vergado e frente voltada ao chão.”²⁴

²¹ Carta a Joaquim Rodrigues de Freitas, datada de Newcastle, 30/03/1878, n.º 83 in Eça de Queirós, 2008, I, p. 188; cit. in Vieira de Carvalho, 1984, p. 125.

²² Eça de Queirós, 1878b, p. 43.

²³ Texto de 1889, in Eça de Queirós, 1880/1889, p. 83.

²⁴ Texto de 1889, in Eça de Queirós, 1880/1889, pp. 100-103.

Note-se que a reprise do *Barba Azul* acabara de ter lugar em Lisboa, com renovado êxito, como é testemunhado por Rafael Bordalo Pinheiro:

“Anna Pereira reapareceu na popular opera de Offenbach. Repete-se com grande gaudio dos espectadores a scena do beija-mão, que só é possível presenciar na opera bufa ou nos paços reaes.”

(*O Antonio Maria*, 11/12/1879, p. 222)



Figura 1. *O Antonio Maria*. Cena X, final do 2.º ato.

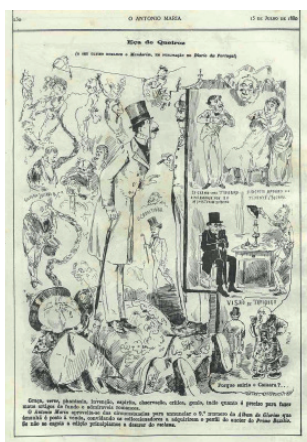


Figura 2. Ao mestre da caricatura Bordalo Pinheiro não podia escapar a publicação de *O Mandarin*, um evento literário celebrado no seu periódico (*O Antonio Maria*, 15/07/1880, p. 230).

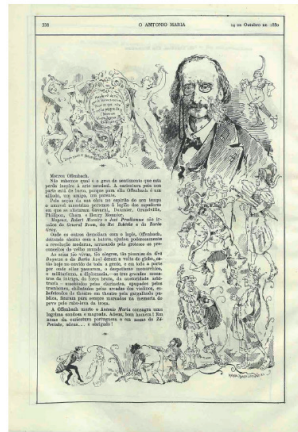


Figura 3. Muito menos Bordalo podia deixar passar a morte de Offenbach, sobrevinda poucos meses mais tarde, sem prestar uma vibrante homenagem à memória do compositor. Nos termos do seu panegírico, reconhece-se imediatamente a matriz queirosiana que o inspira:

“... a caricatura... está de lucto, porque para ella Offenbach é um alliado, um amigo, um parente. ... Onde os outros demoliam com o lapis, Offenbach, deitando abaixo com a batuta, ajudou poderosamente a revolução moderna, arrasando pelo grotesco os preconceitos do velho mundo. [...] As arias tão vivas, tão alegres, tão picantes da *Grã-Duqueza* e do *Barba Azul* deram a volta do globo, estão hoje no ouvido de toda a gente, e em toda a parte por onde ellas passaram, o despotismo monarchico, o militarismo, a diplomacia — os tres grandes monstros da intriga, da força bruta, da auctoridade arbitraria — assobiados pelos clarinetes, apupados pelos trombones, chibatados pelas arcadas dos violinos, esbofeteados de theatro em theatro pela gargalhada publica, ficaram para sempre marcados na memoria do povo pelo rabo-leva da troça. [...] A Offenbach morto, o *Antonio Maria* consagra uma lagrima saudosa e magoada. Adeus, bom homem! Em nome da caricatura portugueza e em nome do *Zé Povinho*, adeus... e obrigado!” (O *Antonio Maria*, 14/10/1880, p. 338)

A receção cruzada de Offenbach por Eça de Queirós e Bordalo Pinheiro é um exemplo do que poderíamos chamar relações de intertextualidade intermedial ou de *intermedialidade* — entre música, literatura e desenho — tendo como denominador comum a caricatura. De facto, o que desencadeia tais relações não é tanto o texto dos libretos, mas sim sobretudo a música de Offenbach, um compositor que — para citar Gustave Chadeuil, no jornal parisiense *Le Siècle* (26/10/1858) (um jornal mencionado por Eça de Queirós²⁵) — tinha “o segredo dessas notas que partem como mísseis para exprimir sentimentos a contrapelo”: “É o parodista

²⁵ “Hoje, o sr. Antero de Quental está em Paris, na redacção do *Siècle*, o jornal de Louis Jourdan.” (Eça de Queirós, 1967, I, p. 251). *Le Siècle*, fundado em 1836, era, durante o II Império um jornal de orientação republicana, socialista e anticlerical.

do coração. Faz chorar as pessoas que deviam rir, faz rir as que deviam chorar...²⁶. Ou seja, Offenbach dominava na música os mesmos mecanismos da ironia e do sarcasmo — o sentido da caricatura e da paródia, dir-se-ia mesmo com propriedade o efeito de *Verfremdung* ou “estranhamento”²⁷ — que Eça de Queirós e Bordalo Pinheiro tinham em mente na literatura e no desenho, respetivamente. *O Mandarin* exemplifica bem este género de intermedialidade: Eça de Queirós toma de Offenbach o gesto social da subserviência, vertendo o grotesco musical em grotesco literário. Na primeira edição do romance (1880) a fonte offenbachiana do motivo de dobrar a espinha ainda não é explicitada. Só na segunda edição (1889) é que o autor introduz a frase: “assim na presença augusta de el-rei Bobeche se arqueia o cortesão...”. Esta referência reforçava o efeito de fazer soar a música dos *couplets* do conde Óscar na cabeça dos leitores portugueses da época (Figura 4)²⁸.



*autant, autant, autant, autant qu'il la peut courber.
quanto, quanto, quanto, quanto mais poder dobrar.*

Figura 4. Gesto social da subserviência (*Barbe-Bleue*, Cena I do 2.º ato, coplas do Conde Óscar, últimos compassos do refrão)

²⁶ “Il a le secret de ces notes qui partent comme des fusées pour exprimer des sentiments pris à rebours. C’est le parodiste du cœur. Il fait pleurer les gens qui doivent rire, il fait rire ceux qui doivent pleurer...” (cit. in Vieira de Carvalho, 2013, p. 63-64).

²⁷ Cf. Brecht sobre “o que diz o espectador do *teatro épico*”: “Rio dos que choram e choro dos que riem” (Brecht, 1964, XV, p. 265).

²⁸ O efeito pretendido perdeu-se com o correr do tempo. A própria tradutora da edição francesa da obra não identifica a fonte, pois define Bobèche, simplesmente, como “pitre français célèbre sous l’Empire et la Restauration” (cf. Eça de Queirós, 1985, p. 276).

O texto cantado era o seguinte, no original e na tradução de Francisco Palha:

*C'est un métier difficile
Que celui des courtisans,
Et tel, qui s'y croit habile,
Souvent se fourre dedans.
Il faut, s'il veut arriver,
Qu'un bon courtisan s'incline,
Qu'il s'incline, Qu'il s'incline,
Et qu'il courbe son échine
Autant qu'il la peut courber.
O coro: Qu'un bon courtisan s'incline,
etc.*

[Estrofe omitida na trad. port.:]

*Quoi que notre maître dise,
On doit se pâmer d'abord;
Et, si c'est une bêtise,
On ne rit plus, on se tord!
etc.*

*Tem grande dificuldade
O saber ser cortesão!
Quem não tem habilidade
Dá co'os burrinhos no chão.
É mister p'ra triumphar
Que o bom cortesão s'incline
Que s'incline, Que s'incline,
E que dobre a sua espinha
Quanto mais poder dobrar.
Coro: Que o bom cortesão s'incline,
etc.*

*Diga o chefe o que disser,
Certo é que nos agrada;
E se graça não tiver,
Faz-nos rir à gargalhada!
etc.*

Na tradução de Francisco Palha é omitida inexplicavelmente a segunda copla. A versão portuguesa que sugiro, em conformidade com a prosódia musical, diverge de algumas traduções noutras línguas, a meu ver erróneas quanto ao sentido da expressão idiomática “*on se tord*” neste contexto. Não se trata de conter o riso, mas, bem pelo contrário, de “rir a bandeiras despregadas”²⁹. Eça de Queirós dá-nos, aliás, um exemplo bem eloquente dessa modalidade do «gesto de subserviência» em *Os Maias*:

“Numa dessas ocasiões [no Grémio Literário], tendo Carlos soltado um trivial gracejo, eis o Dâmaso rompendo em risadas soluçantes, rebolando-se pelos sofás, com as mãos nas ilhargas, a gritar que rebentava! Juntaram-se sócios; ele, sufocado, repetia a pilhéria; Carlos fugiu vexado.”³⁰

²⁹ cf. *Dicionário de Francês-Português* de Cândido de Figueiredo.

³⁰ Eça de Queirós, 1888, pp. 227-228.

O papel estrutural desempenhado pelas alusões musicais emerge por todo o lado nos romances de Eça de Queirós³¹. Em *O Primo Bazilio*, por exemplo, publicado em 1878, os amores adúlteros de Luiza com o seu primo Bazilio desenrolam-se — dir-se-ia — sob o signo da ópera italiana, particularmente do dueto do *Fausto* de Gounod cantado em italiano, enquanto Juliana, a criada, sabe de cor as coplas da *Carta adorada* de *A Grã-Duqueza* na tradução portuguesa que circulava (de Eduardo Garrido).³² Em diferentes momentos do romance, a agitação sentimental ou exaltação romântica de Luiza é justaposta à *Carta adorada* cantarolada por Juliana “varrendo o patamar” ou “o corredor” — uma técnica narrativa, para a qual já chamei a atenção noutras ocasiões³³, comparável à de uma ação representada no palco que é comentada ironicamente pela música que vem do fosso da orquestra: uma técnica, afinal, muito similar a um dos “processos favoritos” de Offenbach, que consiste, segundo Jean-Claude Yon (2000, p. 348), precisamente em «comentar a ação através de um contracanto orquestral, como se os músicos no fosso de orquestra se exprimissem com ironia sobre o que se passa acima deles, no palco”³⁴ No caso do romance, esse efeito de

³¹ cf. Vieira de Carvalho, 1984, 1986; Santos Ferro, 1993.

³² Várias personagens femininas leem sucessivamente em voz alta cartas de amor enviadas da frente de batalha pelos namorados (cena I, do 2.º ato). A comparação entre o original francês e a versão de Eduardo Garrido mostra a grande liberdade de que este faz uso para recriar a palavra cénica, cantada em português, a partir da situação músico-teatral original, marcadamente antimilitarista: os soldados são anti-heróis, que querem amor, e não guerra. A parte citada textualmente por Eça de Queirós (1878^a, p. 192) vai assinalada em itálico: “Je t’ai sur mon cœur placée en peinture,/Quand je suis parti./Il m’a préservé de toute blessure,/Ce portrait chéri!/Et si je reviens sans égratignure,/C’est bien grâce à lui!// [Refrão:] Ah! Lettre adorée,/Toute la journée,/Je te relirai/Et te baisera!//Il paraît qu’on va terminer la guerre:/Je reviens demain;/Étant très pressé, je compte, ma chère,/Dès après-demain,/Sans me débotter, aller à ta mère,/Demander ta main!// Ah! Lettre adorée, etc.//Comme je tremblais en allant combattre!/En allant au feu, je mourais de peur!.../Je me suis pourtant battu comme quatre,/Mon amour pour toi m’a donné du cœur!//Nous avons, hier, gagné la bataille.../Du moins, je le crois;/Je m’en moque autant que d’un brin de paille./Car, vois-tu, pour moi,/Iza, mon amour, il n’est rien qui vaille/Un baiser de toi!//Ah! Lettre adorée, etc.//”. Versão de Eduardo Garrido: “Cuidados d’amor, ó anjo adorado,/Me tem morto aqui —/Que nem um momento eu tenho deixado/De pensar em ti!.../Só Deus, depois deste exílio acabado,/Sabe o que eu sofri!// [Refrão:] Oh! carta adorada/Por mim decorada /Vae ser conservada/Qual mimo d’amor!//Na carta que tive, Amelia formosa,/Me disseste, amor,/Que a vida p’ra ti tem sido horrorosa/De bem negra cor!/Porém, deixa estar — vae ser cor de rosa/Quando eu p’ra ahi for!//Oh! carta adorada, etc.//Ai, longe de ti — de ti tão distante,/Ciumes crueis me fazem tremer,/Quem sabe se tu, o teu pobre amante/Recordas ahi sem saudades ter!//Depois d’amanhã termina a campanha/Por aqui se diz!/Se tal succeder, — se não for patranha,/Serei bem feliz!//Stou farto d’andar em papos d’aranha/Pelo meu paiz!/Oh! carta adorada, etc.”.

³³ p. ex., Vieira de Carvalho, 1993, p. 224.

³⁴ Cf. Vieira de Carvalho (1999, p. 89): “Muito para além do jogo entre a carta que perderá Luiza e a *Carta*

montagem é produzido pela ativação da própria música na memória do leitor, assim colocado numa posição de cumplicidade com o olhar irónico do narrador. A afinidade da escrita de Eça de Queirós com Offenbach manifesta-se a vários outros níveis que não posso abordar aqui.³⁵ Trata-se, em suma, de meios de que Eça de Queirós se serve no seu estilo tão particular de realismo literário para fazer a caricatura da mesma “trindade [burguesa] do Verdadeiro, do Belo e do Bom” que — nas palavras de Walter Benjamin (1931, p. 356) — Offenbach fazia nas suas operetas.

A personagem João da Ega, *alter ego* do narrador em *Os Maias* (1888), define bem, ao falar de Offenbach, o perfil do próprio romancista, tão distante do naturalismo de Zola: “Offenbach, uma das mais finas manifestações modernas do ceticismo e da ironia!”³⁶. Tal ceticismo e tal ironia, que não respeitavam nada do que era mais respeitado, tinham — sobretudo num contexto devoto e clerical — um lado satânico (como o escritor explicitamente admite)³⁷, cujos traços abundam na sua obra e que também suscitam inevitavelmente o paralelo com a “reputação satânica” de Offenbach^{38,39}. Não é por acaso que João da Ega cantarola

adorada (trecho cantado em várias ocasiões por Juliana), o que está aqui [...] em causa é a *imagem dialéctica* que resulta do contraste entre a valsa tranquilamente sorridente da *Carta adorada* e os momentos ora de inquietação, ora de exaltação romântica de Luiza (Eça de Queirós, 1878^a, pp. 183 e 190-192)”.

³⁵ A saber: a paródia dos *clichés* românticos e da chamada “arte acabada” (Bourdieu) consagrada pela Academia; a apresentação de elementos do real a uma luz grotesca, desconstruindo a verosimilhança; a unidade do irónico e do sentimental, desconstruindo o *pathos*; a técnica de citação; a oscilação constante entre representar/narrar e o que é representado/narrado, ou, para usar uma expressão de Walter Benjamin, “o gesto de mostrar” (cf. Vieira de Carvalho, 1997; 2014). De resto, como já fiz notar noutras ocasiões, topamos a cada passo na ficção queirosiana com situações ou observações tipicamente de opereta, quais cenas que se desenrolassem no palco offenbachiano: “Era necessário, pois, dar à calúnia uma dessas causas fortuitas e ingovernáveis que tiram a responsabilidade às ações. E que melhor, tratando-se dum rapaz mundano e femeeiro, do que estar bêbedo?... Não era vergonha para ninguém embebedar-se [...] Sem remontar aos romanos, onde isso era uma higiene e um luxo, muitos grandes homens na História bebiam demais. Em Inglaterra era tão *chic*, que Pitt, Fox e outros nunca falavam na Câmara dos Comuns senão aos bordos. Musset, por exemplo, que bêbedo! Enfim a História, a Literatura, a Política, tudo fervilhava de piteiras... Ora, desde que o Dâmaso se declarava borracho, a sua honra ficava salva.” (Eça de Queirós, 1888, p. 556; cf. mais exemplos in: Vieira de Carvalho, 1984, p. 124 ss.).

³⁶ Eça de Queirós, 1888, p. 636.

³⁷ Cf. Grossegese (1991, p. 65 e ss.), que põe em evidência a relação com o “dandysmo satânico”.

³⁸ cf. Yon, J.-C., 2000, p. 404.

³⁹ Já vinte anos antes, numa recensão ao *Fausto* de Gounod cantado em italiano no Teatro de São Carlos, o jovem escritor se identificara com o ponto de vista de Mefistófeles, com “a ácida gargalhada” deste último sobre os amores de Fausto e Margarida, que era também uma gargalhada sobre a “sociedade romântica” (um ponto de vista que Eça de Queirós transpõe, enquanto narrador, para *O Primo Bazilio*) (cf. Vieira de Carvalho, 1999, p. 104 e ss.).

“Je suis Mephisto” (do *Petit Faust*, de Hervé⁴⁰) e se mascara de Mefistófeles para o baile dos Cohen;⁴¹ ou que a capa de *As Farpas* (fundadas com o seu amigo Ramalho Ortigão), onde aparece o elogio de Offenbach, mostra um demónio espreitando por um binóculo (Figura 5);⁴² ou que a ópera bufa “no estilo de Offenbach” que Eça de Queirós chegou parcialmente a esboçar tem o título de *A Morte do Diabo*.⁴³



Figura 5. A capa de *As Farpas* onde surge um demónio espreitando por um binóculo.

Também não faltam exemplos de intermedialidade nas caricaturas de Bordalo Pinheiro, onde a música de Offenbach, «que o povo canta» (*O Antonio Maria*, 3/10/1882, p. 82), é convocada como elemento indispensável ao efeito visado. A música que soa na memória auditiva do observador coproduz o sentido:

⁴⁰ Na tradução portuguesa, *Fausto, o Petiz* (cf. Crémieux/Jaime, s.d.).

⁴¹ Cf. Eça de Queirós (1888, p. 194 e p. 298 e ss.). Os traços satânicos de João da Ega — “esse Mefistófeles de Celorico” (*ibidem*, p. 179) que nada respeitava (*ibidem*, p. 237) —, a sua “naturalidade mefistofélica” (*ibidem*, p. 234), são recorrentes (cf. por exemplo, ainda *ibidem*, pp. 139, 140, 155, 202). O *dandysmo satânico* manifesta-se, desde logo, na sua própria maneira de vestir algo extravagante (*ibidem*, pp. 174, 190, 194), como, aliás, era também o caso, na vida real, de Jacques Offenbach.

⁴² Grossegeisse (1991, *ibidem*) chamou a atenção para este aspeto.

⁴³ Cf. a edição crítica dos esboços, recentemente localizados por Irene Fialho (Eça de Queirós/Batalha Reis/Augusto Machado, 2013).

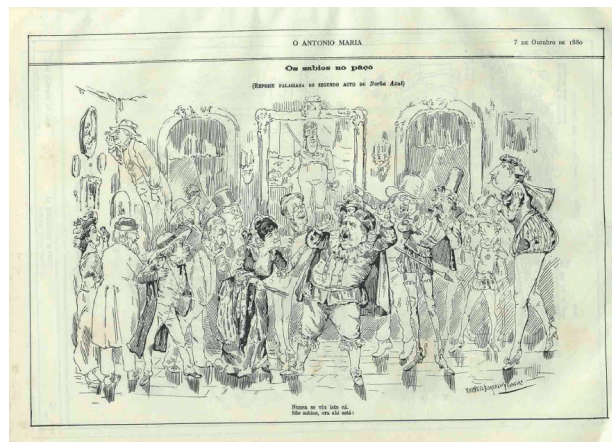


Figura 6. “Os sábios no paço (Reprise palaciana do segundo acto do *Barba Azul*)». *Nunca se viu isto cá. São sábios, ora ahí está!* ([*Barbe-Bleue*] *Nunca se ouviu isto cá!*/[*Carlota*] *Disse-o eu; — ora ahí está!*) (O *Antonio Maria*, 7/10/1880, pp. 332-333).⁴⁴ Dom Luiz como rei Bobèche: a pretensa sabedoria dos conselheiros da corte é ridicularizada (alusão à cena X, do 2.º ato)

Está dito então! tarãotãotão! (no original: *Logeons-le donc, et dès ce soir*) (O *Antonio Maria*, 18/8/1881, p. 263). Trio da conspiração (de *A Grã-Duqueza*, cena IX do 2.º ato), citado na versão de Eduardo Garrido (em rigor: *Está dito então, tão, tão, tão, tão*), que permite a sátira aos “perfis de candidatos” às eleições. Segundo Pedro Tavares de Almeida, que consultei a este respeito, aparecem na gravura: à esquerda, o regenerador Ernesto Hintze Ribeiro, então ministro das Obras Públicas, e daí a alusão aos “empregos e dinheiros” usados na “compra de votos”; ao centro, o candidato do Partido Progressista, por um dos círculos de Lisboa, Francisco Simões Carneiro, abastado negociante (como se infere das moedas que cinge ao peito e que faz jorrar), aspirante ao “penacho da eleição”; à direita, o republicano Sebastião de Magalhães Lima, que ostenta um barrete frígio e guarda no bolso o jornal *O Século*, de que era fundador e diretor. Cada qual *dá os seus passinhos* de dança eleitoral, em correspondência com a *música evocada* a propósito, assim recontextualizada e ressemantizada (Figura 7).⁴⁵

⁴⁴ No libreto original: “[Chœur] On ne nous a jamais dit ça! [...] [Barbe-Bleue] Ma chère, on ne dit pas cela!/[Boulotte] Moi, je le dis... et puis voilà!”

⁴⁵ Agradeço a Pedro Tavares de Almeida a preciosa ajuda na identificação das personagens caricaturadas sob a epígrafe global “Perfis de candidatos”. Cambraia Lopes (2013, p. 265) sugere que são aqui visadas as “promessas eleitoralistas dos regeneradores”; na verdade, porém, trata-se dos “perfis” de candidatos de diferentes partidos ou movimentos em presença, como se Rafael Bordalo Pinheiro assumisse o ponto de vista de um observador exterior a qualquer deles: certamente, o do Zé Povinho. Tavares de Almeida esclarece (em mensagem eletrónica que me enviou a 20 de setembro de 2019): “Os candidatos representam os dois principais



Figura 7.

“Casamento do Porto com Salamanca”, “Hymeneu! Hymeneu! (Cantata do Barba Azul)” (“Hyménée! Hyménée!” coro da cena I, do 3.º ato). Sobre o projeto de caminho-de-ferro Porto-Salamanca, que deu origem a uma polémica suscitada pelo seu financiamento (*O Antonio Maria*, 13/07/1882, pp. 224-225).

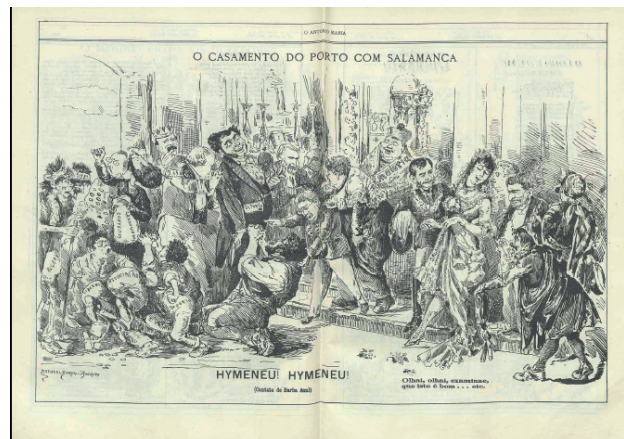


Figura 8.

partidos monárquicos (Hintze Ribeiro, o regenerador; Simões Carneiro, o progressista), e um terceiro, Sebastião Lima, com o barrete frígio e o jornal *O Século*, o movimento republicano (em rigor, como demonstrou o F. Catroga, o Partido Republicano só se estrutura como tal a partir de 1883). A caricatura sublinha uma diferença fundamental, na época, entre as campanhas eleitorais de monárquicos e republicanos: enquanto os primeiros podiam mobilizar os recursos do Estado (“empregos e dinheiros”, pelo então ministro das Obras Públicas, o regenerador Hintze Ribeiro) ou a fortuna pessoal (jorra dinheiro das botas de Simões Carneiro, candidato da oposição progressista) para captar (“comprar”) o voto dos eleitores, uma característica do caciquismo eleitoral, o candidato republicano não tem nenhuma recompensa material a oferecer, procurando persuadir os eleitores pelo uso da palavra (escrita, mas também oral, pois os republicanos, a par da imprensa, dinamizaram uma nova realidade, os *meetings* ou comícios políticos e eleitorais).”

O primeiro-ministro (Fontes Pereira de Melo) canta a *Carta adorada* (*A Grã-Duqueza*, 2.º ato). A propósito da carta de demissão de um deputado (Freitas Oliveira), membro do partido governamental. A legenda reproduz o refrão da *Carta adorada*, na tradução de Eduardo Garrido (*O Antonio Maria*, 24/08/1882, p. 276) (Figura 10).

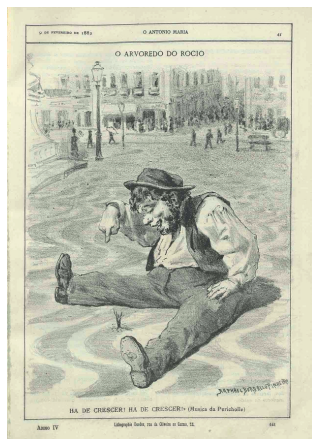


Figura 11.

“O arvoredo do Rocio”. O desenho mostra o Zé Povinho observando o germinar de uma futura árvore: “*Ha de crescer! Ha de crescer!* (Musica da Perichole)” (no original francês: *Il grandira! Il grandira!* cena V, do 1.º ato). A legenda reproduz a tradução que circulava, coincidindo com o texto do *Duetto caracteristico*, extraído de *A Perichole*, de Nicolau Tolentino Leroy (1890) e com a versão levada à cena no Teatro da Trindade: “*Hade crescer! Hade crescer!*” (cf. Leoni, 1890). (*O Antonio Maria*, 9/02/1892, p. 41) (Figura 11).

“Página dedicada aos que este verão fazem uso das aguas das Caldas da Rainha — Musica das *Georgianas* de Offenbach”: *Eu sou o pá — o chá — o grão/O grão pachá Mazalipatão* (no original francês: *Je suis ce pacha de si grand renom/Le grand pacha Rhododendron*). A citação é da cena VI, do 1.º ato, mas com alusões ao segundo ato (cena I) da opereta, em que o exército (masculino) do pachá é submetido a um tratamento de águas, numa enfermaria de campanha, enquanto o exército (feminino) das georgianas celebrara com vinho a sua determinação de lutar (cena X do 1.º ato). (*O Antonio Maria*, 17/09/1894, pp. 76-77) (Figura 12).

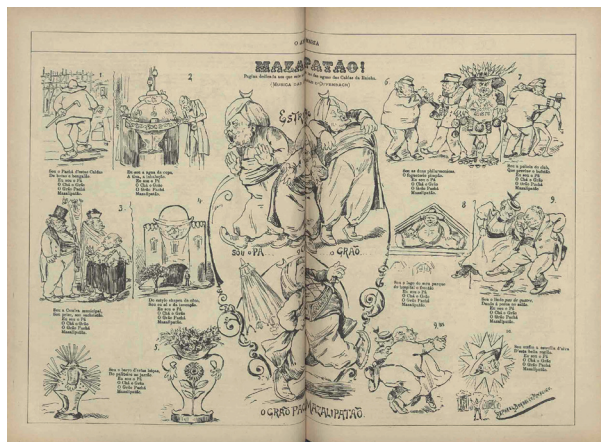


Figura 12.

“No Grão-Ducado de Gérolstein” (*A Parodia*, n.º 8, 4/03/1903). Sobre o episódio de “três deputados independentes” que se colocaram ao serviço do primeiro-ministro, Hintze Ribeiro, figurado como o “maestro Offenbach”. Wenceslau Lima é Puck, Rafael Gorjão, Bum, e o conde de Paço Vieira, Cornélio Gil (cf. Cambraia Lopes, 2013, pp. 265 e ss.) (Figura 13).⁴⁶



Figura 13.

⁴⁶ Cf. relação exaustiva das referências ao teatro nas caricaturas de Bordalo Pinheiro no estudo de Cambraia Lopes (2013), que segui, em geral, na interpretação das mesmas e para o qual remeto. Sobre “ópera e caricatura” em Rafael Bordalo Pinheiro, incidindo em especial sobre o Teatro de São Carlos, ver também Luzia Rocha (2010).

Deixei de parte as companhias estrangeiras (sobretudo francesas e italianas) que, mormente nos anos 70 do século XIX, representaram em Lisboa numerosas óperas de Offenbach, aumentando ainda a gama de títulos do compositor oferecida ao público da capital.⁴⁷ A minha intenção aqui foi, com efeito, a de pôr o acento nas traduções ou adaptações em língua portuguesa, que impulsionaram um verdadeiro processo de apropriação cultural, socialmente transversal e libertador de energias criativas locais. A “palavra cénica” sai do gesto da música, como se se tratasse de um original em língua portuguesa. Não admira, pois, que esses espetáculos músico-teatrais fossem vistos como manifestações de uma arte verdadeiramente nacional, que até devia ser subvencionada pelo Estado, ao contrário do Teatro de São Carlos, que permanecia um “teatro de corte” italiano. O governo — cito, mais uma vez, Eça de Queirós — “comete o contrassenso de subsidiar um teatro estrangeiro de luxo, e deixa no abandono o teatro nacional, que é de necessidade”⁴⁸:

“Se o governo entende que deve deixar à iniciativa particular, ao gosto, à indústria, à espontânea acção das vocações, à concorrência, — a arte dramática — para que faz uma excepção ao teatro italiano, protegendo-o?

Se o governo entende que deve auxiliar a arte teatral, como um elemento poderoso de civilização e como um ramo da cultura moral — então para que faz uma excepção ao teatro português, desamparando-o?

[...] O que condenamos... é que, com uma lógica torpemente *offenbáquica*, o Governo diga:

— Eu nada tenho com a arte teatral, e por consequência dou 25 contos ao teatro italiano.”⁴⁹

Num “país em que as instituições são tiradas do *Barba Azul* e da *Grã-Duquesa*”⁵⁰, “a lógica torpemente *offenbáquica*” também se aplicava ao teatro. Eis um aspeto

⁴⁷ Companhia francesa, Teatro do Príncipe Real, 1876/77: *Les Brigands*, *La Périhole*, *La Grande-Duchesse de Gérolstein*, *La Jolie Parfumeuse*, *Les Bavards*, *le Violoneux*, *La Belle Hélène (TSC)*, *Orphée aux Enfers*, *La Vie Parisienne*, *Les Braconniers*, *Barbe-Bleue*; Teatro do Ginásio e Recreios Whyttoyne, 1878: *La Périhole*, *La Grande-Duchesse*, *Pomme d’Api*, *Le Mariage aux Lanternes*, *Un Mari à la Porte*, *Jeanne qui pleure et Jean qui rit*. Companhia italiana, 1877/1878: *Les Brigands*, *La Belle Hélène*, *Barbe-Bleue*, *La Jolie Parfumeuse*, *Madame L’Archiduc*, *Le Chanson de Fortunio*, *Le 66!*, *La Chatte métamorphosée en femme*, *Le Violoneux*, *Monsieur Choufleury restera chez lui*. (Cf. Kaufmann, 2007, pp. 300-303).

⁴⁸ *As Farpas*, Dezembro de 1871, in: Eça de Queirós, 1871/1872, p. 233.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 227.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 223.

não menos importante da crítica das instituições suscitada pela receção de Offenbach: o papel atribuído pelo Estado ao Teatro de São Carlos, que funcionava como primeiro teatro do Estado, mas onde a arte lírica nacional (em língua portuguesa) não era tolerada e onde a verdadeira representação tinha lugar na sala, e não no palco. Tendo-se transmutado a ópera em “salão”, o verdadeiro lugar do teatro transferira-se para a opereta. Daí que, ao contrário de Zola (1880), para quem o “bordel” em Paris, era a opereta, Eça de Queirós visse em Lisboa o “lupanar” na ópera italiana.⁵¹ Isso explica a relação entre Offenbach e Wagner estabelecida por Ramalho Ortigão em *As Farpas* (1876):

*“Emquanto a opera — a mais elevada, a mais completa, a mais perfeita expressão da arte — não assumir definitivamente o character religioso e sacerdotal que Wagner procura dar-lhe no novo teatro de B[a]lyreuth, enquanto a representação do poema scenico continuar a ser um fim de luxo, de aparato e de prazer, Offenbach [...] será um insubstituível artista. [...] Offenbach é um dos grandes sapadores benemeritos aos quaes este seculo deve a demolição immensa que é a sua obra mais definitiva e mais gloriosa. [...] Offenbach [...] fez [...] uma obra de moral: foi o collaborador de Proudhon na demolição da enervante litteratura chamada poetica.”*⁵²

Isso explica também que, em 1883, em vésperas da estreia de *Lohengrin* (cantado em italiano) no Teatro de São Carlos, o autor do trabalho mais completo publicado na imprensa sobre Wagner e a sua crítica da prática tradicional da ópera, tenha sido precisamente Batalha Reis — o mesmo que, havia alguns anos, colaborara com Eça de Queirós no projeto de uma opereta «no estilo de Offenbach».⁵³ Dir-se-ia pois que no Portugal do fim de século, Offenbach e Wagner são considerados por uma corrente crítica das instituições como criadores

⁵¹ Cf. Vieira de Carvalho (1993), remetendo para Grossegesse (1991, p. 106), que lembra o comentário de Eça de Queirós em *As Farpas*: “Uma ópera é um lupanar. Cada dueto, cada alegre, uma excitação erótica” — cf. Eça de Queirós (1871/1872, p. 229 [*As Farpas*, Dezembro de 1871]).

⁵² Cf. Vieira de Carvalho (1993), remetendo para Grossegesse (1991, p. 106), que lembra o comentário de Eça de Queirós em *As Farpas*: “Uma ópera é um lupanar. Cada dueto, cada alegre, uma excitação erótica” — cf. Eça de Queirós (1871/1872, p. 229 [*As Farpas*, Dezembro de 1871]).

⁵³ Série de artigos publicados com as iniciais V. de D. na revista *O Occidente* a partir de 1 de março de 1883, poucos dias após a morte do compositor, ocorrida em Veneza, a 22 de fevereiro (cf. Batalha Reis, 1883). Cf. detalhes sobre esta série de artigos in: Vieira de Carvalho (1984, p. 149 ss.).

complementares que desenvolvem, por vias diferentes, uma contracultura. Simetricamente, ambos são metidos no mesmo saco por algumas vozes da imprensa de orientação mais conservadora, que vêem neles sintomas de decadência cultural e moral (cf. jornal *Portugal*, 14/04/1909).⁵⁴

Assinale-se, finalmente, o facto de as controvérsias em torno de Offenbach, nas fontes portuguesas da época, não deixarem transparecer — tanto quanto é do meu conhecimento — elementos anti-semitas. É, no entanto, de registar o paralelo estabelecido por Sampaio Bruno (1915) entre António José da Silva e Offenbach precisamente a partir da origem judaica que lhes era comum. Comentando algumas das posições em confronto a respeito de Offenbach — entre outras, a de Pinheiro Chagas e a de Luciano Cordeiro — diz Sampaio Bruno:

*“... infelizmente com mais acerto, a Offenbach se haveria de considerar como um dos porta-bandeiras da Revolução, pelo riso, promovendo a irreverencia, e o desrespeito suscitando. Do libretto de suas operetas saham enxovalhados os symbolos e escarnecidas as instituições; a tradição religiosa, politica, militar, o sacerdocio, a diplomacia, a litteratura, tudo passava ao cadinho d’um riso acido e destruidor. Era bem a obra de representantes de outra raça que a nossa, estrangeiros no meio das sociedades a que pela lei pertenciam, mas de que não faziam parte pelo sentimento, irreductiveis, inassimilaveis, desprezando-nos, motejando-nos, odiando-nos, temendo-nos, dissimulando em galhofas o rancor...”*⁵⁵

⁵⁴ Num artigo com o título “Wagner (IV)”, o autor (Junius, um pseudónimo) afirma nomeadamente: “No *Tristan und Isolde* ha taes reminiscencias da *Bella Helena* de Offenbach, que qualquer diria que os dois auctores se assemelhavam em suas condições de Imaginação”. A aproximação tem alguma razão de ser se considerarmos o segundo ato de ambas as óperas: a noite de amor dos dois amantes (num caso, Tristão e Isolda, no outro, Páris e Helena), que são surpreendidos pelo “marido enganado” (respetivamente, o Rei Marke e Menelau). Contudo, a haver “reminiscencias”, não seriam da *Bela Helena* no *Tristão*, mas sim inversamente, do *Tristão* na *Bela Helena*. Na verdade, embora a estreia de *Tristão e Isolda* (1865) seja posterior à de *A Bela Helena* (1864) certo é que o libreto e a redução para piano (elaborada por Hans von Bülow) do drama musical de Wagner se encontravam já impressos e disponíveis respetivamente desde 1859 e 1860 (edição de Breitkopf und Härtel, Leipzig). Acresce que a personalidade de Wagner estivera no centro das atenções em Paris durante a sua visita em 1861, por ocasião da controversa estreia da versão francesa de *Tannhäuser*. Não é de excluir que Offenbach (que já em 1860, na sua *Symphonie de l’avenir*, parodiara Wagner) bem como Meilhac e Halévy, libretistas de *A Bela Helena*, conhecessem, pelo menos, o argumento do *Tristão* nas suas linhas gerais, ainda que não fossem movidos pela intenção de o parodiar diretamente. Neste caso, a relação mais óbvia de *A Bela Helena* será antes com *Les Troyens* de Berlioz (estreia parcial no Théâtre Lyrique em 1863).

⁵⁵ Sampaio Bruno, 1915, p. 149.

Mutatis, mutandis, tal era o que se verificava também nas óperas de António José da Silva:

*“Eis o problema do nosso Judeu, Antonio Jose da Silva, judeu como Meilhac, como Halevy, como Offenbach; judeu, conspirador de tradições, consoante esses; judeu escarninho e sarcástico; mas judeu martyr e infeliz, tanto quanto ess’outros resplandecêram, felizes e opiparos, plethoricos de applausos e de riquezas, especuladores tranquillos, nada arriscando, tudo lucrando, safardanas”*⁵⁶

A crítica das instituições é assim deslocada por Sampaio Bruno do campo sociocultural e político — sem dúvida marcante na receção de Offenbach — para o campo duma pretensa confrontação de “culturas” irreduzíveis entre si, num sentido fundamentalista, de base étnico-religiosa. O que o leva a aproximar Offenbach de António José da Silva são os arreigados preconceitos e estereótipos do antissemitismo tradicional, refletidos no seu discurso. Identificando as respetivas obras como “alteridade”, suprime do horizonte da receção o que nelas se contém de profundamente ancorado na sociedade no seu todo, no “nosso” que é também indistintamente deles, e que eles fecundaram e continuam a fecundar com a sua energia criativa, crítica e emancipatória, sempre atual, prefigurando em maior ou menor medida mudanças sociais, políticas e ideológicas.⁵⁷

O paralelo verdadeiramente produtivo a estabelecer (deixado na sombra por Sampaio Bruno) seria, neste caso, o que resulta dos contributos que ambos os autores deram em momentos distintos — um indiretamente (por via de um singular fenómeno de apropriação cultural em larga escala), o outro diretamente — para a revitalização, ou mesmo refundação, de uma tradição de teatro musical em língua portuguesa.

⁵⁶ Sampaio Bruno, 1915, p. 151.

⁵⁷ Nomeadamente sobre o alcance universal de Offenbach na constituição da «cultura moderna» cf. Senelick (2017).

REFERÊNCIAS

- Araujo, L., *Dois Dias no Campo Grande, Opera Comica Original Portuguez em 2 Actos, Com musica de Offenbach feita pelo Author*. Lisboa, Livraria Marques da Silva, 1869.
- Batalha Reis, J., "Richard Wagner" [série de artigos, assinados com as iniciais V. de D.], in *O Occidente* (1/3, 11/3, 21/3 e 1/4/1883), 1883.
- Benjamim, W. (1931), "Karl Kraus", in *Gesammelte Schriften* (do mesmo, ed. Rolf Tiedemann e Hermann Schweppenhäuser), Frankfurt a. M., Suhrkamp, 1991: II/1, pp. 334-367.
- Benjamim, W., *Gesammelte Schriften* (ed. Rolf Tiedemann), 6 vols., Frankfurt a. M., Suhrkamp, 1991.
- Brecht, B., *Gesammelte Schriften, Werkausgabe*. 20 vols., Frankfurt, Suhrkamp, 1964.
- Busch, C., *Da critica theatral em Portugal*. Lisboa, Typ. Luso-Britannica, 1870. Cambraia Lopes, M.^a V., *Rafael Bordalo Pinheiro: Imagens e Memórias de Teatro*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2013.
- Castro Soromenho, L. F. de, *Casamento da Grã-Duqueza, Comedia burlesca em 1 acto, Original, Com musica de Offenbach*. 2.^a edição, Lisboa, Livraria Popular Francisco Franco, 1890.
- Crémieux, H./Jaime, A. (s. d.), *Fausto, o Petiz, Opereta phantastica em 3 actos e 4 quadros*. trad. livre de Aristides Abranches, Lisboa, Livraria Popular Francisco Franco.
- Eça de Queirós, J. M. (1867), *Da colaboração no «Distrito de Évora»* (ed. Helena Cidade Moura), 3 vols., Lisboa, Livros do Brasil, s. d.
- Eça de Queirós, J. M. (1871/72), *Uma Campanha Alegre* (ed. Helena Cidade Moura), Lisboa, Livros do Brasil, s. d.
- Eça de Queirós, J. M. (1878a), *O Primo Bazilio* (ed. Helena Cidade Moura), Lisboa, Livros do Brasil, s. d.
- Eça de Queirós, J. M. (1878b), *A Tragédia da Rua das Flores* (eds. João Medina e A. Campos Matos), Lisboa, Moraes, 1980. Eça de Queirós, J. M. (1880/1889), *O Mandarin* (ed. crítica de Beatriz Berrini), Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.
- Eça de Queirós, J. M. (1888), *Os Maias – Episódios da vida romântica* (ed. crítica de Carlos Reis e Maria do Rosário Cunha), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2017.
- Eça de Queirós, J. M., *Le Mandarin*. trad. de Michelle Giudicelli, Paris, Éd. de la Différence, 1985. Eça de Queirós, J. M., *Correspondência* (Organização e notas de A. Campos Matos), 2 vols., Lisboa, Caminho, 2008.
- Eça de Queirós, J. M./J. Batalha Reis/Augusto Machado (2013), *A morte do Diabo, Fragmentos de uma opereta* (ed. Irene Fialho, Mário Vieira de Carvalho e José Brandão), Lisboa, Caminho, 2008.
- Ferreira, R., *Da Farsa à Tragédia*. Porto, Domingos Barreira, 1943.
- França, J. A., *Rafael Bordalo Pinheiro. O Português Tal e Qual*. Lisboa, Bertrand, 1981.
- Garraio, A., *Quem Nos livra da Grã-Duqueza!, Parodia á Grã-Duqueza de Gerolstein, Original em 2 actos, Musica de Offenbach*. Lisboa, Typ de Guterres, 1868.

- Grossegeesse, O., *Konversation und Roman. Untersuchungen zum Werk von Eça de Queirós*. Stuttgart, Franz Steiner, 1991.
- Kaufmann, J., *Jacques Offenbach en España, Italia y Portugal*. Zaragoza, Libros Certeza, 2007.
- Leoni, F. M.^a C., *A Perichole, Opera burlesca em 3 actos e 4 quadros, tradução com musica do maestro J. Offenbach*. 2.^a edição (in: Coleção de copias de diversas operas-comicas, n.º 66), Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1890.
- Leroy, N. T. (s. d.), *Os Tyrolezes, Operetta em 1 acto, Imitação de..., Musica de J. Offenbach, Representada em quasi todos os theatros de Lisboa, provincia, Madeira, Açores e Brazil*. Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco.
- Leroy, N. T., *Duro com Duro..., Operetta em 1 acto, Imitação do Francez de..., Musica do distincto maestro J. Offenbach, representada com grande successo em diversos theatros particulares*. Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1890.
- Leroy, N. T., *A Perichole – Duetto caracteristico, Original com musica de J. Offenbach de..., Representada com grande successo em diversos theatros particulares*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1890.
- Lopes, J. Q. T., *Barba Azul e Grã-Duqueza em Cacilhas, Desproposito em 1 acto, a proposito da musica de Jacques Offenbach*. Lisboa, Typ. Commercial, 1869.
- Lopes, L. F., *A Grã-Duqueza de Gerolstein e o Serenissimo Barba Azul no meio da rua, Intervallo comico com musica de Jacques Offenbach e C. Lecoq, Original de....* Lisboa, Typ. de A. J. Germano, 1870.
- Meilhac, H., Halévy, L., *Barba-Azul. Opera Burlesca* (trad. Francisco Palha), Lisboa, Typographia Franco-Portugueza, 1868.
- Meilhac, H., Halévy, L., *A Grã-Duqueza de Gerolstein. Opera Burlesca em Tres Actos e Quatro Quadros*. trad. de Eduardo Garrido, musica de Jacques Offenbach, 2.^a ed., Lisboa, Travessa da Vitória, 1869.
- Meilhac, H., Halévy, L., *A Bella Helena. Opera Parodia em 3 actos*. tradução livre de José da Silva Mendes Leal, Lisboa, Typographia Franco-Portugueza, 1869.
- Mendes Leal, A. (s. d.), *O Tio Braz, Operetta em 1 acto, Imitação de..., representada com geraes applausos, em diferentes theatros de Lisboa e provincias*. Lisboa, Livraria Economica de F. Napoleão de Victoria.
- Mendes Leal, A., *Barba Azul II : Opera burlesca em 2 actos, Musica de J. Offenbach acomodada pelo senhor Carlos Bramão*. Lisboa, Typ. de Costa Sanches, 1868.
- Moinaux, J., *As Georgianas. Opera burlesca em tres actos*. trad. de Eduardo Garrido, musica de Jacques Offenbach, Lisboa, Travessa da Victoria, 1868.
- Ortigão, R., (1876) *As Farpas*. Nova Série, Tomo VII, Outubro a Novembro de 1876, Lisboa, Typ. Universal.
- Rocha, L., *Ópera e Caricatura. O Teatro de São Carlos na obra de Rafael Bordalo Pinheiro*. 2 vols., Lisboa, Colibri, 2010.
- Sampaio Bruno, J. P., "O Judeu", in *A Águia*, 47 (1915): 146-153.
- Santos Ferro, L., "Música", in *Dicionário de Eça de Queirós* (coordenação de A. Campos Matos), 2.^a ed., Lisboa, Caminho, 1993.

- Senelick, L., *Jacques Offenbach and the Making of Modern Culture*. Cambridge, Cambridge University Press, 2017.
- Sousa Bastos, A., *Carteira do Artista. Apontamentos para a história do teatro português e brasileiro acompanhadas de notícias sobre os principais artistas, escriptores dramaticos e compositores estrangeiros*. Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1898.
- Vasconcellos, J. de, "A acção cantada em portuguez", in *A Actualidade*, 29/08 e 30/08/1874.
- Vieira de Carvalho, M. (1984), "Pensar é morrer": *O Teatro de São Carlos na mudança de sistemas socio-comunicativos desde fins do século XVIII aos nossos dias* (versão portuguesa do original alemão), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.
- Vieira de Carvalho, M., "Eça de Queirós e a ópera no século XIX em Portugal", in *Colóquio-Letras*, 91 (1986): 27-37, republicado in Vieira de Carvalho, 1999: 29-43.
- Vieira de Carvalho, M., (1993), "Roman als Offenbachiade – Ein Beispiel von Intertextualität zwischen Musik und Literatur", in *Musik als Text. Bericht über den internationalen Kongreß der Gesellschaft für Musikforschung, Freiburg im Bresgau 1993* (ed. Hermann Danuser), Kassel, Bärenreiter-Verlag, 1999: II, 222-226 (vs. port. in Vieira de Carvalho, 1999: 65-79).
- Vieira de Carvalho, M., (1994) "Música e crítica da cultura na colaboração de Eça de Queirós para a *Gazeta de Portugal* e o *Districto de Évora*", in *Queirosiana*, 5/6 (1993/1994): 173-191 (republicado in: Vieira de Carvalho, 1999 : 11-27).
- Vieira de Carvalho, M., (1997) "A música e o cosmopolitismo da capital: Uma aproximação a Eça de Queirós em diálogo com Walter Benjamin", in *150 Anos com Eça de Queirós. Anais do III Encontro Internacional de Queirosianos* (eds. Elza Miné e Benilde Justo Caniano), São Paulo, USP – Centro de Estudos Portugueses, 1997, pp. 427-437 (republicado in: Vieira de Carvalho, 1999: 81-93).
- Vieira de Carvalho, Mário (1999), *Eça de Queirós e Offenbach. A ácida gargalhada de Mefistófeles*. Lisboa, Colibri.
- Vieira de Carvalho, M., "A Morte do Diabo no contexto da cultura músico-teatral em Lisboa e do discurso crítico de Eça de Queirós", in *Eça de Queirós/Batalha Reis/Machado* (2013): 53-85.
- Vieira de Carvalho, M., "O som e a escuta na emergência do estilo queirosiano: *O Crime do Padre Amaro*", in do mesmo, *Escutar a literatura. Universos sonoros da escrita*, Lisboa, Colibri, 2014: 93-138.
- Yon, J.-C., *Jacques Offenbach*. Paris, Éditions Gallimard, 2000.
- Yon, J.-C., *M. Offenbach nous écrit. Lettres au Figaro et autres propos réunis et présentés*. Arles, Actes Sud / Palazzetto Bru Zane, 2019.
- Zola, É., *Nana*. Paris, Charpentier, 1880.

Un dessin de Leonardo da Vinci dans la collection de Francisco de Holanda

SYLVIE DESWARTE-ROSA

La redécouverte de dessins italiens toujours plus nombreux ayant appartenu à Francisco de Holanda (Lisbonne 1517–1584) montre l’envergure de sa collection qui comprenait les plus grands noms. À côté de Michel-Ange, le premier des Aigles de la Peinture, Francisco de Holanda pouvait s’enorgueillir de posséder un dessin de Léonard de Vinci, le deuxième des Aigles dans sa liste des *Famosos Pintores* dressée à la fin de son traité *Da Pintura Antigua* (1548): «*A segunda [palma] dou a LIONARDO DE VINCE, que foi o primeiro que fez ousadamente a sombra*». Il s’agit du *Buste d’homme grotesque vu de profil*, célèbre carton à la pierre noire conservé à l’Oxford Christ Church Picture Gallery. La présence de l’inscription «LIONARDO DA VINCI» indiquerait la provenance hollandaise du dessin. Francisco de Holanda avait en effet l’habitude d’apposer des inscriptions en caractères épigraphiques sur les dessins de sa collection, comme le montrent les dessins de Polidoro da Caravaggio et de Michel-Ange de sa collection^{1,2}.

Il y a de bonnes chances que Francisco de Holanda durant son voyage en Italie (1538–1540) se soit procuré ce carton à Rome même auprès de Zoroastro, de son vrai nom Tomaso di Giovanni Masini da Peretola (Florence, 1488–Rome, 1546), un ancien élève de Léonard, habitant alors à Santa Agata dei Gotti au Quirinal chez le cardinal Ridolfi. Holanda pouvait s’y rendre facilement, chaque fois qu’il gravissait la colline pour rejoindre Vittoria Colonna et Michel-Ange dans le jardin de San Silvestro, lieu où la marquise de Pescara tenait salon.

Zoroastro était, disait-on, le demi-frère de Giovanni Rucellai, mais surtout il était connu pour avoir été l’élève de Léonard. Le premier témoignage sur sa présence auprès de Léonard dans les notes du maître, où il l’appelle «*Tomaso, mio famiglio*», remonte à 1504 lorsque Léonard prépare le carton de la *Bataille d’Anghiari*.

¹ Deswarte 1984, 2004.

² Franklin 2000.

Or c'est précisément à cette époque du carton de la *Bataille d'Anghiari*, que la critique place le *Buste d'homme grotesque* d'Oxford, montrant la même manière de dessiner à une grande échelle³. On sait que ces années florentines furent, après les recherches pour la *Cène* à Milan, un moment fort des recherches physiognomoniques de Léonard. Comme beaucoup des élèves de Léonard, Zoroastro avait dû apprendre le dessin en copiant les têtes grotesques ou «*faccie monstruose*» de Léonard, qu'elles soient dessinées ou modelées (M. W. Kwakkelstein). Zoroastro suivit ensuite Léonard à Milan (1506–1513), puis à Rome (1513–1516) où son maître entra au service du frère du pape, Giuliano de Médicis, résidant à la villa du Belvédère. Après le départ de Léonard en 1516 pour la France, il resta à Rome dans la maison de son demi-frère Giovanni Rucellai, *familiare* et cousin du pape Léon X (1513–1521), grand ami de Dom Miguel da Silva, ambassadeur portugais à Rome sous Léon X et Clément VII entre 1515 et 1525⁴. Lorsque Giovanni Rucellai partit en légation en France (1520–1521), Dom Miguel da Silva accueillit Zoroastro dans son palais romain. Dans l'une de ses lettres à Giovanni Rucellai, il décrit l'atelier de Zoroastro dont les murs sont tout couverts de têtes grotesques et de feuilles de dessin: «*Le mura di questa stanza sono tutte imbrattate di visacci et carte di disegni*»⁵. Sans doute Zoroastro reportait-il directement sur les murs des dessins de têtes grotesques de Léonard. Le carton d'Oxford présente précisément la trace de trous d'épingle révélateurs d'une opération de transfert. On peut supposer que parmi les dessins exposés dans l'atelier de Zoroastro, on trouvait quelques originaux de Léonard, dont le grand carton de *Buste d'homme grotesque*, aujourd'hui à Oxford, que se fera donner Francisco de Holanda, selon notre hypothèse.

Par suite du départ de Dom Miguel da Silva et de la mort précoce de Giovanni Rucellai en 1525, Zoroastro passa dans la maison d'un autre membre de la famille des Médicis, le cardinal Niccolò Ridolfi, où il restera jusqu'à sa mort en 1546, habitant à Santa Agata dei Goti au Quirinal qui servait au cardinal de *vigna*. Zoroastro est ainsi présent à Rome, à Santa Agata, lorsque Francisco de Holanda séjourne à Rome (1538–1540). Holanda, à son arrivée à Rome l'été 1538, profita, on le sait, des relations de Dom Miguel da Silva qui dut lui recommander d'aller

³ Bambach, p. 511.

⁴ Deswarte 1988; 1989.

⁵ Deswarte 1988, p. 279; 1989, pp. 122-123.

rendre visite à cet ancien élève de Léonard de Vinci. Zoroastro, qui avait une dette vis-à-vis de Dom Miguel da Silva, ne put rien refuser au jeune Holanda et se laissa dépouiller de ce dessin de Léonard. Le carton d'Oxford avec l'inscription de la main de Holanda vient ainsi confirmer l'hypothèse de la fréquentation des deux artistes à Rome entre 1538 et 1540 et de la connaissance de l'art de Léonard par Holanda à travers Zoroastro.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 4 DE JUNHO DE 2016)

Fig. Leonardo de Vinci (Vinci 1452 – Le Clos-Lucé, 1519), Buste d'homme grotesque de profil.

Pierre noire sur carton, avec des retouches de la main droite, marques de perforations sur les contours pour transfert.

Inscription sur le recto, à la plume et à l'encre brune, à gauche, en lettres épigraphiques «LIONARDO DA VINCI», de la main bien reconnaissable de Francisco de Holanda.

(selon David Franklin, 2000 et Sylvie Deswarte-Rosa, 2004; inscription autrefois attribuée à Vasari par Byam Shaw, 1976).

382x275mm

Oxford, Christ Church, 0033.

Provenance: Francisco de Holanda (Lisbonne 1517–1584); General John Guise, (Winterbourne et Londres, 1682/83–1765); Christ Church, Oxford.

BIBLIOGRAPHIE

de Holanda, F., *Da Pintura Antigua*. 1548, éd. Ángel González García, Lisbonne, INCM, 1984.

Shaw, J. B., *Drawings by Old Masters at Christ Church, Oxford*. 2 vols., Oxford, 1976, vol. 1, p. 38, n.°19.

Deswarte-Rosa, S., Francisco de Holanda collectionneur, *La Revue du Louvre et des Musées de France*, 3–1984, pp. 169-175.

Deswarte-Rosa, S., La Rome de Dom Miguel da Silva (1515–1525), *O Humanismo Português (1500–1600)*. Primeiro Simpósio Nacional, 21-25 de outubro de 1985, Lisbonne, Academia das Ciências, 1988, pp. 177-307, en particulier pp. 203-216; 279.

Deswarte-Rosa, S., *Il «Perfetto Cortegiano» D. Miguel da Silva*. Rome, Bulzoni editore, 1989, en particulier pp. 17-25; 122-123.

Kwakkelstein, M. W., Teste di vecchi in buon numero. *Raccolta Vinciana*, XXXV, 1993, pp. 39-63.

- Licia Brescia et Luca Tomiò, Tommaso di Giovanni Masini da Peretola detto Zoroastro. Documenti, fonti, ipotesi per la biografia del priscus magus allievo di Leonardo da Vinci, *Raccolta Vinciana*, XXVIII, 1999, pp. 63-77.
- Franklin, D., Francisco de Holanda's Collection of Drawings by Polidoro da Caravaggio, *Apollo*, 2000, pp. 12-21.
- Tomiò, L., Leonardo, Zoroastro, Bramantino e le concezioni astrologiche, magiche e alchemiche del Rinascimento, *Raccolta Vinciana*, XXIX, Milan 2001, pp. 235-283, en particulier pp. 254-268.
- Carmen C. Bambach, dir., Catalogue d'exposition *Leonardo da Vinci Master Draftsman*, New York, The Metropolitan Museum of Art, 2003, n.° 92.
- Deswarte-Rosa, S., "Tudo o que se faz em este mundo é desenhar". Francisco de Holanda entre théorie et collection, in *El Modelo italiano en las Artes Plásticas de la Península ibérica durante el Renacimiento*, dir. María José Redondo. Actes du Symposium international de la Universidad de Valladolid, 16-18 octobre 2003, Valladolid, Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Valladolid, 2004, pp. 247-290.
- Deswarte-Rosa, S., Francisco de Holanda (1517-1584), collectionneur portugais de dessins et de gravures au temps de Michel-Ange, Actes du colloque international *L'artiste collectionneur de dessin. I De Giorgio Vasari à aujourd'hui*, sous la dir. Catherine Monbeig-Goguel, Paris, Salon du Dessin, 22-23 mars 2006, Paris, 2007, pp. 101-128.

Breve reflexão sobre o direito e os seus limites, porosidades e permeabilidades¹

MARIA DA GLÓRIA F.P.D. GARCIA

1. Uso uma sugestiva imagem de Bertolt Brecht como ponto de partida de uma reflexão ensaística sobre o sistema jurídico: “Do rio que tudo arrasta se diz que é violento. Mas ninguém diz serem violentas as margens que o comprimem”.

Pode parecer paradoxal que me sirva de uma imagem sobre a violência do caudal de um rio e a violência das suas margens para refletir sobre uma realidade — o sistema jurídico — que se afirma pela paz e pela justiça. O meu objetivo é simples: lembrar a exagerada atenção dada, por vezes, ao direito, enquanto sistema normativo promotor de paz e justiça na sociedade, deixando na penumbra ser o Homem, como pessoa, quem nele verte a sua sede de justiça e de paz. Tal como Bertolt Brecht sugere que a violência do caudal do rio tem, nas “margens que o comprimem”, a esquecida razão de violência, também a paz e a justiça a realizar pelo direito tem na historicidade social do Homem a razão da paz e da justiça que promove. E tudo porque, na base do sistema jurídico, conformando-o, e aos conceitos jurídicos, está o Homem, como pessoa, local e temporalmente situado, simultaneamente fronteira e espaço por onde o direito circula.

2. Nos Estados cujo poder tem o direito por fundamento e limite, os Estados a que, desde Robert von Mohl, chamamos Rechtsstaat ou Estados de direito², entende-se ser o Homem, como pessoa, fundamento e limite do direito. Não admira que Estado de direito nasça paredes meias com a democracia, e tão-pouco

¹ O tema desta comunicação foi-me suscitado pela leitura da estimulante obra de Pierre Moor, Professor da Universidade de Lausanne, com quem tive a honra de trabalhar, intitulado *Perméabilités du système juridique, Essais sur le droit de l'État de droit*, Collection Dikè, 2016.

² Robert von Mohl constrói o conceito de Rechtsstaat a partir do pensamento de Hugo Grotius. Por sua vez, Otto von Bähr liga Rechtsstaat à jurisdição administrativa, enquanto Rudolf von Gneist o conecta com a democracia. A expressão Rechtsstaat nasce pela mão da doutrina alemã, no século XIX. A partir daí, difundiu-se doutrinariamente por outros sistemas de direito, lado a lado com o sistema do rule of law, de raiz anglo-saxónica. Ver o meu *Da justiça administrativa. Sua origem e evolução*, UCP editora, 1995.

admira que autores enfatizem as origens liberais do Estado de direito, como acontece com Ernst Wolfgang Böckenförde, recentemente falecido (1930–2019)³.

Contribuindo para a ultrapassagem das concepções sobre o poder absoluto dos reis, as correntes de pensamento iluministas, de um lado, e as revoluções liberais, de outro, construíram o chão em que assenta a ideia de que o fundamento do poder do Estado está fora dele, na sociedade como um todo, e, por isso, é limitado, podendo ser controlado, na sua ação e nos seus procedimentos. O Estado de direito tem aqui a sua origem e assenta no documento, escrito ou não escrito, que o constitui, por isso mesmo, a Constituição. Para quem evidencie a construção do poder, o Estado de direito enquadra-se na democracia e exige cidadãos atentos e responsáveis; para quem acentue a limitação e o controlo do poder, o Estado de direito coincide com aquele Estado em que o exercício do poder se deixa identificar em diferentes atividades — legislativo, executivo e judicial — que se distribuem por órgãos distintos — parlamento, governo e sua administração e tribunais independentes —, garantindo estes últimos não só os direitos humanos constitucionalmente consagrados como a lei aprovada pelos representantes da sociedade, para isso controlando as demais dimensões do poder, em particular a administrativa.

Em suma, a compreensão política do poder, no Estado de direito, não se dissocia — ou não pode dissociar-se — da compreensão do direito.

2.1. Enquanto, em Königsberg, desenvolvia a obra que o imortalizou, Immanuel Kant (1724–1804) recebeu as notícias da revolução francesa, que se seguiu à independência dos Estados Unidos da América. O maturado pensamento filosófico de Immanuel Kant sobre o direito, solidamente entretecido a partir da natureza do Homem, ajustam-se aos acontecimentos históricos que pessoalmente estava a viver. Em particular, o seu bem conhecido imperativo categórico⁴. Com efeito, «Procede como se a máxima da tua ação devesse ser erigida, pela tua vontade, em lei universal da natureza»⁵ leva consigo toda uma

³ Ver Staat, *Gesellschaft und Freiheit*, Frankfurt, 1976.

⁴ Também, em tradução de Pedro Soares Martinez: “Procede unicamente segundo a máxima que permita que tu queiras, ao mesmo tempo, que ela se torne uma lei universal”, in *Textos de História de Filosofia do Direito*, vol. II, p. 157.

⁵ Metafísica dos Costumes, 2.^a secção, in Pedro Soares Martinez, *Textos de História da Filosofia do Direito*, vol. II, p. 157.

filosofia sobre a natureza do Homem, sobre a liberdade e a ação humana, bem como sobre o direito, uma filosofia que permite a leitura alargada e sustentada da realidade dos factos em sociedade estadual. E o texto “A Paz Perpétua” (1795) amplia essa realidade à sociedade humana⁶.

Sob uma perspetiva diferente, mas na mesma época, também o jurista berlinense Wilhelm von Humboldt (1767–1835) se preocupou com a liberdade humana e os limites da ação do poder estadual, em especial no valioso texto “Ideen zu einem Versuch die Grenzen der Wirksamkeit des Staates zu begrenzen” (1792), ajudando a compreender os anseios de liberdade da vivência social de então⁷.

Num outro quadrante, eminentemente filosófico, o mesmo se diga de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770–1831), natural de Stuttgart. O objeto da sua reflexão é a ideia de direito ou o direito e a sua projeção prática. Para Hegel — em especial na obra *Grundlinien der Philosophie des Rechts* (1821) — o direito assenta numa vontade livre, “de modo que a liberdade corresponde à sua substância e ao seu fim”. Não admira que conclua ser “o ordenamento jurídico o domínio da liberdade”, especificando, de modo claro: “*É a minha vontade, individual, que se objetiva, para mim, na propriedade, que, assim, toma a natureza de propriedade privada...*”. E mais amplamente, afirma: “*É no povo que reside a liberdade subjetiva do Estado, e, portanto, a realidade da sua Constituição. Querer dar a um povo, ‘a priori’, uma Constituição, mesmo que ela tenha um conteúdo mais ou menos racional, constitui uma fantasia... Cada povo terá a Constituição que lhe convém, e que se lhe ajusta*”⁸.

2.2. Sob outra perspetiva, menos filosófica e mais de construção do sistema jurídico, o Estado de direito desencadeou, na prática, em redor do poder político, uma crescente normatividade que importava conceptualizar e estruturar em sistema, uma normatividade vocacionada para fundamentar a ação desse poder e permitir o posterior controlo da ação daí decorrente.

O Direito Público ganha espaço e consistência, seja o Direito Constitucional seja o Direito Administrativo, recebendo do Direito Romano a gramática em que se tece.

⁶ *A Paz Perpétua. Um Projecto Filosófico*, LusoSofia press, 2008.

⁷ Ver passagens do texto em Pedro Soares Martinez, *Textos de História da Filosofia do Direito*, vol. II, p.189.

⁸ Ver Soares Martinez, *Textos de História de Filosofia do Direito*, pp. 193-4 e 197.

Fundado na máxima “ubi societas, ibi ius”, o Direito Público organizou-se sistematicamente, encontrando no poder estadual o enquadramento indispensável seja para a normatividade constitucional onde o reconhecimento dos direitos humanos fundamentais e a organização estrutural do Estado pontuam, seja para a normatividade administrativa, que conforma a ação da Administração, politicamente adaptada aos sempre novos acontecimentos do percurso histórico do Homem em sociedade. A Paul Laband (*Das Staatsrecht der deutschen Reiches*, 1878) e a Otto Mayer (*Deutsches Verwaltungsrecht*, 1895), mas também a Édouard Laferrière (*Traité de la juridiction administrative et des recours contentieux*, 1888), a Oreste Ranelletti (*Principii di Diritto Amministrativo*, 1912–15), mais tarde Santi Romano (*Corso di Diritto Costituzionale*, 1931), sem esquecer, no âmbito do sistema anglo-saxónico do rule of law, Albert Dicey (*Introduction to the study of the law of the Constitution*, 1885) e tantos, tantos mais, também portugueses, como Justino António de Freitas (*Instituições de direito administrativo português*, 1857), Frederico Laranjo (*Princípios e instituições de direito administrativo*, 1888) e João Maria Tello de Magalhães Collaço (*Ensaio sobre a constitucionalidade das leis no direito português*, 1915), ficamos a dever os alicerces que, longe no tempo, permitiram a conceptualização sistemática do Direito Público.

3. Mergulhar, ainda que em flashes breves, na origem do Estado de direito, nas raízes políticas, revolucionárias, mas também nas filosóficas do direito e do Estado, bem como no aparecimento do sistema jurídico público que, há cerca de dois séculos, fazem de tal modo parte do nosso quotidiano que os consideramos tão “naturais” como andar, olhar, ou sentir, tem uma finalidade. E bem simples: contrariar o frenesim em que a busca do imediato hoje nos coloca, com telemóveis que têm de ser atendidos na hora e e-mails respondidos ao minuto. E contrariar esse frenesim significa dar importância ao pensamento que não se contenta com a espuma do tempo, o “agarrar” o que passa com respostas rápidas, antes se preocupa com a procura da Verdade com a qual se constrói o tempo longo do conhecimento científico, estruturante da Humanidade⁹. Um pensamento por isso mesmo em contraciclo, suportado num processo mental mais lento, tal como o que criou o enquadramento compreensivo do direito e do Estado, que se aceita

⁹ Ver Maffei, L., *O Elogio da Lentidão*. Edições 70, 2018.

ainda hoje sem particulares regateios, mas que mostra sinais de esboroamento perante os cada vez mais gigantescos desafios colocados ao Homem e à sociedade.

Seja, porém, como for, ciente das minhas limitações, com a humildade que é chão de quem, ao refletir, se reflete, vou procurar delinear, na atual conjuntura, o enquadramento da ação do Estado, bem como a dinâmica do direito que o rege, situando estas notas soltas em vivências do dia-a-dia. Deixo mais interrogações do que respostas, porque entendo a minha presença nesta casa, cuja porta me foi aberta pelas mentes bondosas dos confrades da minha secção, a secção de Direito, como um incentivo a não deixar de pensar, não tanto em razão do gosto pessoal que me dá, mas em razão do desejo de ser útil e contribuir para uma melhor compreensão do nosso estar aqui.

Neste sentido, tendo presente que, na base do sistema jurídico, concretamente o sistema jurídico público, conformando os conceitos, está o Homem, como pessoa, local e temporalmente situado, simultaneamente fronteira e espaço por onde o direito circula, tal como o rio de Bertolt Brecht, proponho-me continuar a reflexão encetada.

4. Traçado o quadro em que me movo, compreende-se que afirme não ser cada um de nós um mero destinatário das normas que constituem o sistema normativo ou o ordenamento jurídico estadual. Para além de destinatário, cada um de nós é, também, sujeito dos direitos reconhecidos nessas normas e, ainda, sujeito dos deveres impostos por essas mesmas normas. Mas mais, bem mais do que isso. Tomando as palavras pesadas do confrade António Castanheira Neves, o Homem, como pessoa, não é meramente sujeito de direitos e de deveres. Na sua historicidade social, o Homem é sujeito do próprio direito¹⁰, enquanto contribui para a sua conformação em sociedade, *hic et nunc*.

Acresce que, sendo o direito, no Estado de direito, fundamento e limite do poder estadual, o Homem, como pessoa, e logo, cada um de nós, é, concomitantemente, sujeito do próprio Estado, seu agente conformador. Vale isto dizer que o Estado de direito, em particular o Direito Público do Estado de direito, e, consequentemente o Direito Administrativo, vive de pressupostos que não pode garantir (Ernst Wolfgang Böckenförde), porque estão para além dele. E porquê?

¹⁰ *O Direito hoje e com que sentido? O problema actual da autonomia do direito*, Ed. Instituto Piaget, 2002, p. 75.

Que pressupostos são esses? Perguntar-se-á. Pois esses pressupostos coincidem com o nosso estar em sociedade, o que significa que a garantia do Estado de direito nos pertence. Sob outro ângulo de análise, é a cada um de nós, na nossa historicidade convivente, social, que, em liberdade, compete garantir a manutenção do Estado de direito, o Estado que cada um e todos construímos para nos garantir como pessoas, na nossa dignidade e liberdade.

4.1. Perante o que fica dito, situemos a atenção no Direito Administrativo.

Verificamos que o Direito Administrativo está permanentemente a receber da sociedade mensagens, na forma de informações e conhecimentos, que, depois, reelabora, modela, transmitindo-as, de seguida, incorporadas nas formas de agir em que se exterioriza, i.e., e em concreto, na forma de normas, de atos, de contratos, formas de agir que, por sua vez, vão exigir da sociedade uma conveniente adaptação¹¹. Esta constante circulação de informação e de conhecimento entre a sociedade e o direito, na sua progressiva e recíproca adaptação, mantém o Estado de direito sadio. Funciona como a abertura ao exterior de que o Estado precisa para respirar e, desse modo, se garantir como Estado de direito, já que — renovo — não dependem dele os pressupostos que lhe dão vida.

Ao longo de muitos anos, foi-se construindo uma coerência, sob o manto da Constituição em que assenta cada Estado, entre os aspetos orgânico, funcional e material da Administração pública, subordinada ao legislativo e controlada pelos tribunais, de acordo com o princípio da legalidade. Essa coerência permite a fácil e imediata identificação das entidades e respetivos órgãos que atuam — Estado, através de uma Direção-Geral ou dos municípios, mas também através de uma universidade pública ou de uma assembleia de freguesia... —, dos meios ou instrumentos de ação por eles empregues — licença ou autorização administrativa, portaria, concessão —, bem como da atividade que, no concreto, desenvolvem — garantia da ordem pública, cobrança de impostos, ação militarizada de defesa do Estado perante potências internacionais...

A introdução no Estado de direito de preocupações sociais, no final do século XIX, princípios do XX, e, em especial depois da 2.^a Grande Guerra, ampliou extraordinariamente a organização administrativa do Estado, mas não pôs em

¹¹ Moor, P., *Perméabilités du système juridique, Essais sur le droit de l'État de droit*. Collection Dikè, 2016.

causa a já aludida coerência interna das dimensões legislativa, administrativa e judicial, nas suas diferentes exteriorizações organizacional, material, funcional. Apesar disso, com o desenvolvimento da atividade de prestação de serviços, o Direito Administrativo foi construindo e conceptualizando aberturas capazes de permitir a flexibilização da ação administrativa e uma sua melhor adesão à realidade dos factos, mantendo a obediência ao princípio da legalidade, que vai evoluindo para uma ideia mais ampla de juridicidade, bem como o controlo dos tribunais. Pensar na discricionariedade ou em exercício do poder discricionário da Administração, bem como na necessária articulação da ação administrativa estadual com áreas de atividade eminentemente técnicas, sujeitas a regras específicas, como a saúde pública, a educação, a pesca, a agricultura..., tornou-se uma forma de ajustar Estado de direito e realidade social. Ao mesmo tempo, em razão do evoluir histórico, foram-se identificando atos políticos do Governo, não sujeitos à lei e, logo, insuscetíveis de controlo pelos tribunais administrativos, bem como leis/ato do Parlamento ou, ainda, atos não jurisdicionais praticados pelos tribunais (atividades executiva penal, sancionatória), e, também, atos administrativos inconstitucionais, o que alerta, de um lado, para desvios ao Estado de direito e, de outro, evidencia falta de aderência entre o poder estadual e a função estadual.

Os finais do século XX inícios do XXI trouxeram para o âmbito da ação estadual novas e desafiantes tarefas que emergem de problemas sociais, volvidos em exigências políticas que, por sua vez, evoluíram para interesses públicos, a satisfazer pelo Estado. Estamos a falar, entre outros, de problemas ligados ao ordenamento do território e ao urbanismo, de problemas de natureza ambiental, de problemas de concorrência económica entre privados, de problemas de propagação fácil de doenças ou de prevenção de perigos, de problemas ligados aos avanços científicos e à ampla difusão de novas tecnologias... Estas novas e desafiantes tarefas estaduais, cujos contornos são difíceis de divisar, têm, porém, uma natureza comum, uma natureza gestonária. Por outro lado, são tarefas que sofrem a constante pressão do local, da mudança de circunstâncias, do evoluir social, da emergência temporal da decisão. São aquilo a que chamamos tarefas de gestão de políticas públicas, que se interpenetram, se sobrepõem, se cruzam, seguem em paralelo... e que implicam uma forma diferente de exteriorização do Estado de direito, uma renovada busca de coerências¹².

¹² Ver o meu *Direito das Políticas Públicas*. Almedina, 2009.

5. A pergunta que coloco, neste momento, é a seguinte: como é que, no atual enquadramento histórico, se realiza o Estado de direito?

Se, de um lado, se tem presente que a maior amplitude e diversificação de tarefas estaduais determina o aumento das normas legais, a fim de dar resposta ao princípio da legalidade da Administração pública que estrutura o Estado de direito, patente no que vem sendo chamada “inflação legislativa”, a verdade é que tais normas, pese embora a sua crescente complexidade, não são capazes de apreender e conformar a fluidez de uma realidade fáctica multiforme, mutante, incerta, complexa. Por outro lado, precisamente no desejo de captar de modo diferente a riqueza evolutiva dos factos, as normas legais perdem densidade, concedendo espaços de liberdade à ação administrativa a exercer no seu âmbito, sujeita embora a princípios como os da proporcionalidade, da imparcialidade, da razoabilidade, da justiça, mas também da cooperação administrativa e da colaboração com os particulares, da transparência. É a resposta estadual ao novo desafio social.

Com mais leis possuindo menos densidade normativa, a capacidade de o direito, enquanto sistema jurídico, se realizar no quotidiano do Estado de direito altera-se. A apreensão das múltiplas facetas da realidade, que exigem grande diversidade de saberes técnicos atualizados, mas também um necessário conhecimento pormenorizado do território, por parte de normas menos densas, e a possibilidade de, por intermédio dessas normas, a Administração pública produzir sentido jurídico e conferir valor de direito à ação que desenvolve, sendo essa ação passível de controlo pelos tribunais, implica a institucionalização de um diferente circuito de informações entre sociedade e Estado, bem como a atualização do arsenal jurídico conceptual.

Com efeito, diferentemente do passado, a satisfação de interesses públicos exige hoje definir planos, estratégias, trabalhar em condomínios de atribuições, criar entidades independentes, decidir na sequência de conferências procedimentais, apelar a monitorizações ou avaliações recorrentes, indispensáveis para alcançar metas que se pré-definiram, usar da persuasão e do incitamento para obter comportamentos sociais. E poderia continuar. Dou alguns exemplos:

1.º O Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020–2030, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho. Como enquadrar juridicamente este programa? Não pertence aos instrumentos tradicionais de atuação do Estado de direito, pois não é uma norma, nem é um

ato, menos ainda um contrato... Com objetivos bem definidos de transição para uma economia de baixo carbono, garantindo uma trajetória sustentável de redução de emissões de GEE, de forma a alcançar uma meta de -18% a -23% em 2020 e de -30% a -40% em 2030, e capaz de integrar estes objetivos de mitigação em políticas sectoriais, que qualificação jurídica se deve dar ao Programa Nacional para as Alterações Climáticas? Será este programa, tal como muitos outros programas, planos e estratégias, aprovados por resolução do Conselho de Ministros, um “tertium genus” da ação estadual? Nesse caso, como podemos controlar a sua definição e, depois, acompanhar a sua execução?

2.º O Grupo de Missão para a Gestão Integrada dos Fogos Rurais, constituído em agosto de 2017, na sequência dos tristemente célebres incêndios de Pedrógão Grande, do qual fazem parte, além do mais, elementos da Autoridade Nacional da Proteção Civil, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, da GNR... tem que estatuto jurídico? O objetivo deste grupo de missão consiste em gizar um sistema integrado de gestão de fogos, e a sua ação conduziu à criação de uma entidade independente, a Agência para a Gestão Integrada de Fogos Florestais (Decreto-Lei n.º 12/2018, de 16 de fevereiro), cujos estatutos, aprovados pela Portaria 333/2018, de 28 de dezembro, preveem unidades flexíveis de resposta no terreno. Fora dos poderes convencionais de relacionamento orgânico, do tipo hierárquico, tutelar, de superintendência, esta agência funciona como um condomínio de atribuições com capacidade de intervenção local ágil e energética. Mas — pergunto — com que critérios e sob que controlo?

3.º As campanhas publicitárias promovidas pela Direção-Geral de Saúde nos meios de comunicação social, alertando para a necessidade de usar óculos de sol em dias de grande concentração de raios ultravioleta, ou estabelecendo horários mais convenientes para a exposição solar na praia ou ainda a campanha que adverte para o risco de sexo não protegido, recomendando o uso de preservativos... Como se qualificam juridicamente estas campanhas publicitárias? E como definir juridicamente a campanha que, pelo telemóvel, em sms, nos avisa que o local onde nos encontramos foi definido como tendo elevado risco de incêndio? Através destas e outras campanhas publicitárias, o Estado e a sua Administração entram no nosso quotidiano não impondo coercivamente comportamentos, mas informando, recomendando, persuadindo, influenciando..., isto é, lançando mão de uma forma “doce” de agir, para usar uma sugestiva expressão de Pierre

Moor¹³, de entrar mesmo em zonas de intimidade da vida privada de cada um... E tenha-se presente que as campanhas publicitárias são dispendiosas e têm de estar orçamentadas no Orçamento Geral do Estado. Como é que o Estado de direito absorve juridicamente esta ação, a que princípios e critérios jurídicos está sujeita, quem a controla?

4.º Mas mais. Que enquadramento jurídico dar aos sorteios “fatura da sorte”, criados pelo Estado português no âmbito do combate à fraude e evasão fiscais, e já na sua 39.ª edição, em que os consumidores finais, portadores de fatura com número de contribuinte, ficam habilitados a um sorteio que, num primeiro momento, dizia respeito a veículos automóveis e, atualmente, a certificados do tesouro no valor de 35.000 euros¹⁴? Destinados a incentivar o pagamento dos impostos devidos, estes sorteios são também uma forma de os próprios contribuintes se controlarem de forma cruzada no pagamento de impostos, de certo modo exercendo uma tarefa há muito exclusiva da Administração pública fiscal. Que pensar destes sorteios “fatura da sorte” no Estado de direito tal como foi concetualizado?

5.º E ainda mais. No âmbito do princípio da separação de poderes, trave-mestra do Estado de direito, como compreender o Orçamento Participativo Portugal¹⁵ ou o Orçamento Participativo Jovem Portugal¹⁶, ambos na sequência da Lei Orçamental n.º 42/2016, de 28 de dezembro, apresentados, nos preâmbulos dos respetivos diplomas de criação, como pioneiros a nível mundial, já que são os primeiros orçamentos participativos de âmbito nacional? Conheçamos os orçamentos participativos municipais, mas estes orçamentos participativos são bem mais amplos, exigindo apresentação de projetos (o OPJP é dirigido a jovens entre os 14 e os 30 anos), participação presencial e votação em plataforma eletrónica ou sms gratuitos...

Poderia continuar com outros exemplos. Estes bastam, porém, para fazer uma pausa e interrogar: quem decide o quê, de acordo com que competência, segundo que princípios e critérios, sob que controlo, uma questão permanente, mas sem resposta unívoca no Estado a que continuamos a chamar Estado de direito.

¹³ Ob. cit.

¹⁴ Ver o Decreto-Lei n.º 26-A/14, de 17 de fevereiro, e a Portaria n.º 44-A/2014, de 20 de fevereiro.

¹⁵ Ver a Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2017, de 30 de janeiro e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 195/2017, de 22 de dezembro.

¹⁶ Ver a Resolução n.º 130/2017, de 13 de setembro.

6. Nesta pausa de reflexão, recupero o pensamento do confrade e filósofo do direito António Castanheira Neves, segundo o qual o homem é “o” sujeito do direito, e não meramente uma pessoa jurídica, sujeito de direitos e de deveres. E, recuperando-o, acrescento que, sendo sujeito do direito, o homem não é, no enquadramento dado, um ente abstrato, que evoluciona para lá da cortina em que o nosso quotidiano flui. Sujeitos do direito somos todos e cada um de nós: o Professor António Braz Teixeira, com quem tenho a honra de partilhar hoje a sessão da Classe de Letras da Academia de Ciências de Lisboa, é sujeito do direito, tal como o Joaquim que vive no bairro da Buraca, o Manuel que possui uma penthouse na Foz do Douro, a Isabel que apascenta gado na Serra da Estrela e quer viver sem rede hi-fi, o arquiteto que desenhou o monumento “Ao Vento”, em construção, a Mariazinha que possui um restaurante em Lagos... Em suma, quando falamos em sujeitos do direito não falamos do Homem abstrato; falamos do homem concreto, com as suas fraquezas e vulnerabilidades, mas também com as suas forças, capacidades e potencialidades. E falamos ainda do homem como pessoa em permanente ultrapassagem de si próprio (Immanuel Kant), como ser que todos os dias se reinventa nas sociedades onde se integra, dando origem a culturas distintas que, por sua vez, se sucedem no tempo.

Produto cultural da autonomia política de cada sociedade, o direito público é portador de uma escolha deliberada feita por homens concretos, uma escolha que vai descobrindo um equipamento conceptual capaz de responder adequadamente à realidade mutante, na fidelidade aos princípios. Nessa procura, vai “inventando” novas formas de “respiração” que garantam ao exercício do poder estadual a sua compreensão como poder de um Estado de direito.

7. O processo de “invenção” de que falamos e a que temos vindo a assistir no sistema jurídico-político português, sob a Constituição de 1976, várias vezes revista, começa por se fundar numa ideia de participação cívica não circunscrita ao plano eletivo. Tal significa que, ao lado da participação em eleições legislativas — europeias, nacionais, regionais, autárquicas — e ainda do referendo — nacional ou local — (artigo 161.º, al. f, artigo 167.º e artigo 240.º da Constituição), desdobram-se as situações de participação cívica de interesses parciais, na área da saúde (artigo 64.º, n.º 4 da Constituição)¹⁷, do ambiente (artigo 66.º, n.º 2, da

¹⁷ Ver artigo 64.º, n.º 4: “O serviço nacional de saúde tem gestão descentralizada e participada”.

Constituição)¹⁸, do ordenamento do território (artigo 65.º, n.º 5, da Constituição)¹⁹, do urbanismo (artigo 65.º, n.º 2, al. d) da Constituição)²⁰..., participação que tem finalidades diferentes da participação cívica em eleições democráticas para os órgãos estaduais e em referendo, e traduz uma específica forma de reforço da qualidade da democracia.

Efetivamente, na participação cívica parcelar não está em causa a eleição de pessoas que, uma vez eleitas como representantes do todo nacional, irão, por exemplo, exercer funções legislativas, como constitucionalmente previsto. O que está em causa na participação parcelar, também constitucionalmente prevista, é a possibilidade de contribuir para o processo de produção de sentido do direito: de um lado, dando a conhecer a quem interpreta a lei interesses fragmentários, cujo conhecimento o cidadão participante possui, e que a lei expressamente não enuncia porque os desconhece e, logo, não pode enunciar; de outro, introduzindo na ação gestonária da Administração pública matérias fundamentais ao juízo de proporcionalidade a que a Administração pública não tem acesso, bem como exigências de longo prazo ou, pelo menos, exigências que não correspondem a necessidades atuais, a que tão-pouco a Administração pública tem possibilidade de aceder.

Ao contrário do que antes acontecia, seja no âmbito da ação de polícia seja da ação de prestação, na mais recente ação gestonária ou de planificação e gestão, a Administração pública não é a única entidade a conformar, de acordo com a lei, o que são interesses públicos. Sendo forçada, em razão da matéria, a lidar com inúmeros interesses públicos que se interpenetram e evoluem, metamorfoseando-se, a Administração pública, para dar cumprimento às funções que por lei lhe competem, tem de se apoiar em outras amarras, e não meramente na lei de conteúdos precisos e pré-determinados. E tudo porque qualificar claramente o que deve fazer parte do poder legislativo, no âmbito do clássico princípio da

¹⁸ Ver artigo 66.º, n.º 2: "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos...".

¹⁹ Ver artigo 65.º, n.º 5, "É garantida a participação dos interessados na elaboração dos instrumentos de planeamento urbanístico e de quaisquer outros instrumentos de planeamento físico do território".

²⁰ Ver artigo 65.º, n.º 2, al. d) "Para assegurar o direito à habitação, incumbe ao Estado: incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respetivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e a autoconstrução".

separação de poderes, se torna, neste novo enquadramento das situações e em certos casos, tarefa impossível, já que o geral e abstrato nem sempre é suscetível de se impor ao concreto e local.

7.1. Procurar novas modalidades de participação da sociedade na realização do direito tem sido o caminho recentemente trilhado. Através de consultas públicas, na elaboração e na execução de planos e programas, de audições de peritos, mas também através do Provedor de Justiça que faz chegar as suas recomendações à Administração pública, e ainda através de específicas modalidades de publicidade, ou da participação cívica em orçamentos e em ações mecenáticas..., criadas por lei, a Administração pública recebe dos cidadãos, direta ou indiretamente, matéria de formulação de interesses públicos, indispensável à atividade de gestão de políticas públicas. Desenvolver o turismo ou proteger um biótopo, incentivar a energia eólica ou preservar a paisagem rural, dar corpo a uma empresa de produtos químicos ou construir um loteamento residencial, criar uma reserva de área marinha protegida ou autorizar uma exploração de petróleo... são tomadas de decisão fundamentais para a vida pacífica e justa em sociedade cujas soluções não são nem podem ser, pela natureza das coisas, transparentemente definidas na lei ou dela transparentemente decorrer. Tudo porque, na condução das políticas públicas, a predominância das situações concretas, diferentes e mutáveis, sobre uma sua eventual definição abstrata é clara, porque é no momento de fazer que se sabe o que está em vias de se fazer.

Neste enquadramento se compreende que Pierre Moor fale na existência de um “vazio legal” que importa compensar juridicamente porque a lei deixou de ser “o alfa e o ómega” do poder estadual. E Pierre Moor vai mais longe lembrando que, em certos casos, o concreto e o local não cedem ao abstrato e geral, e de certo modo geram uma inversão da anterior corrente hierárquica: a decisão superior só pode ser tomada depois da local²¹. Exemplo paradigmático do que se afirma pode ver-se na tomada de decisão sobre a localização do novo aeroporto de Lisboa, ainda hoje em aberto.

A solução do Estado de direito passa, de um lado, por aberturas da lei suficientemente amplas para abranger as definições de agir que as situações

²¹ Ver Pierre Moor, ob. cit., p. 103.

concretas, multiformes e mutantes, lhe trazem (do tipo “uso das melhores técnicas disponíveis” ou “situação digna de proteção” ou a ideia da “medida do possível”)²² e, de outro, novas e diversificadas formas de participação cívica, nacional ou sectorial que, compensando as referidas aberturas da lei e, mesmo, os vazios da lei, sejam capazes de responder à procura de sentido contida em todo e qualquer sistema jurídico.

7.2. Mas mais.

Enquanto conjunto coordenado de intervenções públicas, com vista a alcançar objetivos vários, com auxílio de autoridades várias e fazendo uso de medidas várias, as políticas públicas, cuja condução é atribuição da Administração pública, trazem consigo também a necessidade de uma sua compreensão global e integrada, com vista à produção de sentido no plano estadual onde o sistema jurídico como um todo ganha razão de ser e identidade própria. O mesmo é dizer que as políticas públicas, para serem juridicamente sustentadas num Estado que se quer manter Estado de direito, precisam de coerência, de racionalidade, de transparência, mas também de colaboração interorgânica, de cooperação leal, de solidariedade, de boa fé no relacionamento pessoal, de princípios ligados à administração eletrónica, e, ainda, de proteção de dados pessoais, de exaustividade, de eficiência, de recorrência na avaliação periódica, de proporcionalidade no uso de meios em razão dos fins²³. Ora estes valores, para serem fios condutores da ação administrativa estadual e, simultaneamente, razões de validade dessa mesma ação, têm de estar incorporados em princípios jurídicos. E estes têm de ser estudados e bem compreendidos, não só no plano teórico, mas também na sua dinâmica prática, o que, em muitos casos, não está a ser feito. Com a agravante de, na maior parte das vezes, não estar em causa este ou aquele princípio jurídico em concreto, mas uma conjugação deles, já que, para atingir juridicamente os objetivos predefinidos, a condução das políticas públicas tem de fazer uso de vários dos referidos princípios.²⁴

²² Onde reside, neste caso, a previsibilidade da lei?

²³ Cfr. os comentários aos artigos 3.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, in Comentários à revisão do Código do Procedimento Administrativo, Almedina, 2016.

²⁴ Ver o meu *Direito das políticas públicas*, já citado.

7.3. Isto posto, fica claro que, no Estado de direito, a gestão das políticas públicas não se pode legitimar pelos resultados. O Estado de direito exige uma referência normativa da ação, a obediência a princípios que garantam a racionalidade da sua própria produção de sentido. Daí que a gestão eficiente das políticas públicas não basta. A gestão tem de ser justificável para que, simultaneamente, possa ser justificável.

Em suma, formal ou informalmente definidos em lei, os princípios antes mencionados ampliam a matéria que alimenta a juridicidade da ação estadual e demandam da respetiva Administração pública uma vinculação estrita e criteriosa ao seu conteúdo, uma vinculação que permita a sua sindicabilidade pelos tribunais.

8. Aproximamo-nos do final desta reflexão.

Desde os primórdios que o Estado de direito se define como aquele Estado cujo poder, construído pela sociedade política, realiza o direito e, pode, por isso, ser controlado pelos tribunais. Mantendo-se embora nesse registo, é bom ter presente que a realidade social que historicamente vivemos é diferente de outrora. Direito e poder estadual continuam a estar intimamente relacionados, mas de um modo diferente, um modo que evidencia as porosidades e permeabilidades do sistema jurídico, bem como os seus limites.

Sujeitos do direito, todos contribuimos para a resposta à necessidade de vivência pacífica e justa da sociedade. Mas, como cidadãos, a resposta que hoje temos de dar a uma tal necessidade é bem mais exigente, pela constante participação na “coisa pública” que nos é solicitada.

Efetivamente, a participação do cidadão na “coisa pública” não se circunscreve ao momento eleitoral e ao controlo político da ação dos nossos representantes. Ela projeta-se também no contributo direto ou indireto para a construção de interesses públicos sectoriais, para a afinação de valores conformadores de novos princípios jurídicos, para a avaliação da condução de políticas públicas. Como peritos de específicas áreas do saber científico e técnico, a resposta que temos de dar à referida necessidade é de acrescida responsabilidade. Os conhecimentos científicos nas mais diferentes áreas — saúde, biologia, tecnologias, ecologia, energia..., mas também do direito — são cruciais não só para a definição da ação pública (qual é a melhor técnica disponível para tratar um específico lixo tóxico? Que protocolo médico adotar no tratamento do cancro do cólon? Que método seguir para afastar

o perigo da proliferação de jacintos de água no rio Sorraia?...), como ainda para um sólido entendimento do sentido do direito expresso nessa ação.

Como juízes ou como agentes da Administração pública, a resposta que temos de dar a esta sempre referida necessidade pressiona-nos e responsabiliza-nos, porquanto o direito se dá hoje a conhecer de uma forma muito mais intensa, no momento da sua realização.

Finalmente, como deputados, representantes do povo na Assembleia da República, ao revelar ao direito, através da lei, o desconhecido que nele ainda se não contém, a resposta que temos de dar, fruto da fundamental tensão entre o dito e o não-dito, exige especiais cautelas e sensibilidade.

E retomamos o que dissemos no início: sendo o direito, no Estado de direito, fundamento e limite do poder estadual, cada um de nós é, concomitantemente, sujeito do próprio Estado e seu agente conformador, o que significa que o direito, particularmente o Direito Público, vive de pressupostos que não pode garantir, tão-simplesmente porque a sua garantia nos pertence, a todos e cada um de nós, com os nossos saberes e competências.

8.1. Uma palavra mais, em razão do título desta comunicação.

Tal como a rocha tem espaços ociosos que podem ser preenchidos por fluídos, também o sistema jurídico se deixa realizar através de saberes e conhecimentos atualizados da realidade a que se aplica, comunicados por todos e cada um de nós, de acordo com o papel que cada um tem na sociedade política. Acresce que, tal como o fluído pode circular através da rocha (permeabilidade) ou pode alojar-se em espaços que não comunicam entre si (porosidade), sem que, num e noutra casos, a estrutura interna da rocha se altere, também os saberes e conhecimentos sociais atualizados, nomeadamente da ciência e da técnica, podem, não afetando a estrutura interna do sistema jurídico, particularmente do seu direito público, por ele circular sem ser absorvidos ou neles ser encrustados.

Com efeito, se há modos de realizar o sistema jurídico através de saberes e conhecimentos atualizados que o robustecem, preenchendo as suas porosidades, outros há em que o sistema jurídico se deixa por eles realizar sem os absorver, através da sua permeabilidade. Ponto é que, em nenhum momento, ao deixar fluir tais saberes como o caudal de um rio, o sistema jurídico deixe de conhecer os seus limites ou margens, deixe de os conhecer na sua finitude eminentemente

humana, no reconhecimento da pessoa como fim em si, fundamento, simultaneamente, do direito e do Estado.

9. É hora de terminar.

Sendo o direito uma realidade cultural que responde ao anseio humano de uma vivência pacífica e justa em sociedade, responsabiliza-nos a todos e condiciona a nossa liberdade. Vale isto dizer que cada um de nós é responsável pelo direito, e cuidar dele impõe-se-nos como dever. Um cuidar que, em meu entendimento, leva implícita a máxima “*recta ratio agibilium*”, de que S. Tomás de Aquino tanto fala²⁵, na linha da virtude, indispensável ao bom governo da polis, segundo Aristóteles. Qualquer que seja o nosso papel na sociedade — juízes, engenheiros, jardineiros, bombeiros, eletricitas, enfermeiras... interiorizar a retidão na ação é o que de cada um de nós hoje o sistema jurídico, com as suas porosidades, permeabilidades e limites, espera.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 10 DE OUTUBRO DE 2019)

²⁵ Ver *Summa Theologica*.

“O Conselho das Finanças Públicas no contexto das finanças públicas portuguesas desde o 25 de Abril”, comentário à intervenção de Teodora Cardoso

ANTÓNIO S. PINTO BARBOSA

Nunca saberemos ao certo qual seria a saúde das nossas finanças públicas se não tivesse existido o CFP. Penso, porém, que esse *contafactual* não teria, com grande probabilidade, sido melhor. Isto porque a criação do Conselho e a sua posterior evolução (sob a orientação competente de Teodora Cardoso) terão ajudado de alguma forma a contribuir para o processo continuado de credibilização das nossas finanças na recuperação pós-crise financeira. E essa contribuição terá tido uma incidência particularmente valiosa numa fase inicial em que **pairavam ainda legítimos receios** sobre o grau de disciplina financeira a praticar pela nova configuração política nascida em 2015. Qualquer ajuda de credibilização neste período (junto dos mercados, da opinião informada, dos investidores financeiros), e a sua esperada repercussão na redução do prémio de risco soberano, por pequena que fosse, teria sempre um impacto amplificado dado o elevado nível de dívida pública existente (cada ponto base a menos significava uma poupança entre 20 e 25 milhões euros/ano nos juros a pagar).

Não me vou debruçar sobre o contexto histórico, examinado por Teodora Cardoso, que antecedeu a criação do CFP e no qual foram salientadas as fases mais marcantes da evolução macro depois do 25 de Abril, nomeadamente as crises de 76–78, de 83–84 e a mais recente. TC assinala aliás, oportunamente, alguns dos problemas e dificuldades mais significativos dessa evolução, pondo em relevo a dificuldade em se extraírem as necessárias lições de uns episódios para os outros, de forma a evitar uma injustificável repetição de erros.

Quando chegamos a 2012, nasce o CFP, criado na esteira de órgãos similares já existentes noutras economias avançadas.

O CFP e os *Fiscal Councils* são essencialmente criados para contrariar distorções significativas que surgem na gestão política das finanças públicas em democracia. Ou seja, para contrariar falhas típicas de Estado (*government failures*) de que o exemplo porventura mais relevante na área orçamental é o do enviesamento a favor do défice

(*deficit bias*). Como as despesas públicas permitem gerar popularidade enquanto os impostos geram dor, não surpreende que o incentivo a aumentar a sua diferença esteja invariavelmente na mira do aparelho político. E não surpreende, por isso mesmo, que os *Fiscal Councils* se deparem com a resistência do próprio aparelho político.

Julgo poder dizer-se que, quer na fase de lançamento do CFP quer mesmo posteriormente, se sentiu, no caso português, o sabor dessa resistência.

Teodora Cardoso assinala aspectos essenciais do funcionamento do CFP, nomeadamente a necessidade e importância da sua independência, da competência técnica, do acesso à informação estatística relevante e de como as barreiras ao acesso atempado a essa informação são uma forma de concretizar aquela resistência política tal como sucede, aliás, com uma insuficiente provisão de meios orçamentais ou com tentativas de interferir no processo delineado de nomeação ou recondução dos seus membros.

Movendo-nos do passado e presente e tentando agora antever o que de especial possa estar reservado para uma agenda futura do CFP, Teodora Cardoso põe em relevo a importância da implementação, por enquanto ainda não efectuada, da LEO, e dos benefícios que daí poderão advir. Nesse modo prospectivo, olhando para o horizonte futuro, gostaria de referir um ponto que, admito, possa vir a assumir acrescido relevo na evolução da generalidade das finanças públicas na EZ, com possíveis ramificações ou sequelas no papel dos *Fiscal Councils*:

Ambos têm que ver com o ambiente que vivemos de relativo esgotamento dos meios convencionais da política monetária.

Isso sucedeu, e sucede actualmente, na crise e no seu rescaldo, com a descida das taxas nominais de juro para níveis próximos de zero — o *Zero Lower Bound* — mas será um problema de maior gravidade se entroncar num fenómeno sustentado, não apenas conjuntural, de declínio tendencial das taxas de juro reais naturais ou de equilíbrio (equilibram investimento e poupança ao nível do pleno emprego), um fenómeno observado desde os anos 80 e associado ao conceito de *nova estagnação secular* (a antiga é a de Alvin Hansen, em 1938).

Na verdade, estudos com credibilidade (Kiley & Roberts, *Monetary policy in a low interest rate world*) apontam para um aumento, no futuro, da frequência dos episódios de ZLB, antevendo mesmo que em 30% do tempo estaremos sujeitos a esse constrangimento.

Sabemos que, com taxas nominais de juro próximas de zero e baixas expectativas de inflação é difícil praticar taxas reais de equilíbrio negativas.

Ora, neste contexto (e sobretudo antevendo taxas baixas por um período longo), a política orçamental de estabilização (*fiscal policy*) ganha um relevo especial: não só porque os multiplicadores orçamentais, na ausência de *crowding-out*, serão grandes, como também porque o financiamento de impulsos orçamentais com dívida pública ocorrerá a baixo custo. Ou seja, os impulsos orçamentais, como substitutos e complementos da política monetária de estabilização tornam-se, simultaneamente, mais eficazes e mais baratos e, portanto, mais sustentáveis.

Claro que na EZ será importante distinguir, neste contexto, os países que têm ou não espaço ou margem orçamental (*fiscal space*), nomeadamente pela posição da sua dívida. Caberá, sem dúvida, aos primeiros (Alemanha, Holanda, Áustria, Finlândia, Irlanda) a responsabilidade de aproveitarem as circunstâncias favoráveis e assumirem a *hegemonia benevolente*, tão necessária, segundo Kindelberger, à robustez de uma união monetária.

Que fique claro: não se trata aqui de defender uma união de transferências redistributivas do centro para a periferia, mas apenas a de praticar a política de estabilização adequada nas circunstâncias e que, por isso, começaria por beneficiar, em primeira mão, também o próprio centro.

Um ponto, sem dúvida, delicado é o de que a possibilidade de um estímulo orçamental nas circunstâncias actuais estará aparentemente acessível mesmo a países com limitado espaço fiscal (mas com $g > r$ e saldos primários).

É interessante, a este propósito, referir os estudos recentes que, por exemplo, estimam para Portugal, em 2019, a possibilidade de um impulso orçamental adicional (uma margem) na ordem dos 4.3% do PIB, manter estável, mesmo assim, o rácio Dívida/PIB.

(Esta estimativa baseia-se no superavit primário actual na ordem dos 2.9% do PIB e um *snowball effect* de -1.4%, por sua vez resultante de uma diferença $r - g = -1.2\%$, $B/Y = 120\%$, De Grauwe e Ji *Fiscal Policy in booms and busts*, 2019).

Aqui surge naturalmente a preocupação com o **apetite político gerado por esta folga**. Onde deverá ser aplicada? Na redução mais rápida da dívida? Na moderação da tributação? Na melhoria dos serviços públicos? E a preocupação decorre dos riscos que impendem sobre a evolução desta situação actualmente favorável: riscos de desaceleração do crescimento, ou de crise na EZ ou na economia mundial com uma subida diferenciada dos spreads nos periféricos.

Ou seja, aquela estimativa baseia-se em valores centrais que têm associada uma considerável variabilidade ou risco, sobretudo pela posição elevada de

dívida que temos. Contaremos, por isso, aqui, com o CFP na continuação de um apertado escrutínio e atenta vigilância sobre a evolução desta situação.

Um outro ponto que poderia mencionar respeita igualmente ao contexto prolongado de baixas taxas de juro, mas será, em certo sentido, mais remoto.

Refere-se à possibilidade de surgir no horizonte uma nova recessão grave e do papel que, nessas circunstâncias, deverá caber à *fiscal policy*, continuando a política monetária constrangida, como agora, pela inoperacionalidade das taxas de juro como mecanismo de transmissão.

Nesse contexto de obstrução nas artérias coronárias de um sistema bancário em convalescença ou de um incipiente mercado de capitais não será descabido considerar a eventualidade de um *bypass* com recurso à entrada directa de liquidez no sistema, (*cash balance mechanics*, em substituição do convencional *interest rate mechanics*), sugestão de há muito avançada por Pigou (Cambridge/Walrasian) e mais recentemente sugerida por proeminentes figuras da macroeconomia (Bernanke-Money Financed Fiscal Program, Fischer-Standing Emergency Fiscal Facility)? Consistiria, essencialmente, num impulso orçamental expansionista financiado por uma injeccção permanente de moeda (*helicopter money*).

Mas essa terapêutica radical, própria de um cenário extremo, levantaria grandes interrogações: surgiria certamente nova oposição germânica, com o risco de esta vir a cometer possivelmente um segundo erro de avaliação, tal como já sucedeu na recessão passada.

E, na hipótese favorável de ser ultrapassada essa oposição, como felizmente aconteceu em Julho de 2012, como salvar a independência do banco central num cenário de inevitável e problemática osmose entre política orçamental e monetária.

Nessas circunstâncias excepcionais, poderia vir a caber especial tarefa aos *Fiscal Councils*, opinando judiciosamente sobre os procedimentos a adoptar perante a tenue linha de separação entre política monetária e orçamental: como coordenar e articular as duas, de forma a limitar as previsíveis distorções políticas?

É uma eventualidade que se espera seja remota, mas é tema sobre o qual poderá interessar iniciar, em tempo útil, um debate de modo preventivo.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 24 DE OUTUBRO DE 2019)

Tanta dor em Natércia Freire

FERNANDA DACOSTA

Em carta que me enviou pouco antes de falecer, Natércia Freire, a certa altura, afirmou algo que retive para sempre. Cito: “Ser-se alguém é uma circunstância residual, ser-se ninguém é uma circunstância cósmica”. Agostinho da Silva, a quem mostrei o escrito, que comungou, dir-me-ia: “A melhor filosofia portuguesa está nos nossos grandes poetas, e Natércia Freire, por isso devemos lê-la, é um deles”.

Nas comemorações em curso do centenário do seu nascimento, os que a têm evocado coincidem no detectar nela um certo aniquilamento pessoal, uma quase desistência de si.

Esse apagamento, observa Pedro Sena-Lino, seu neto e notável poeta, significa “o dizer-se em gestos para ser em totalidade”.

Profunda conhecedora da natureza humana, Natércia Freire avançou pelos outros desocultando-se para melhor se ocultar, através de uma estética e uma ética muito próprias.

Escritora, investigadora, tradutora, poetisa, ensaísta, jornalista desdobrou com harmonia incomum iniciativas que lhe abriram uma carreira de referência na cultura portuguesa.

Ela faz parte dos criadores que chegam elipticamente, elevando-se como aves de muitos tempos, muitos voos, muitas sabedorias.

Cito: “A Vida vai expulsar-me, descontente, / e Deus me irá julgar e condenar / porque me esperei em séculos de ausente / e não cumpri, presente, o meu lugar”.

A paixão pelo superior excepcionalizou-a desde sempre. Personalidade de acrescentamentos, conciliou, como poucos, pensamento e acção, afectuosidade e firmeza, individualismo e universalismo.

Aprendeu em jovem a voltar-se para os que estavam na sua barca de afirmação, barca da poesia, do convívio, da pluralidade, da solidariedade. Sem desistências nem cedências, fez-se navegante de bússolas inamovíveis.

Dotada de capacidades de observação invulgares, Natércia Freire afirmou espaços para si e para a sua obra, logrando uma maestria de invulgar tessitura.

“Sou um tempo ambíguo/de misérias frouxas/de fuligem, teias/e de feridas roxas/Sou um tempo amargo/ de terríveis vidas/ Cabem-me os terrores/ e as asas partidas/ Sou um tempo, um tempo que não está no tempo”, escreve.

Discreta, secreta, sabe nortear-se por exigências inamovíveis. Lê-la é imergir em universos onde a escrita ganha flutuações mágicas.

“A sua palavra”, comentava Natália Correia, “ajuda a recriar o mundo, a tirá-lo do caos para o cosmos”.

O século XX português foi, curiosamente, marcado por mulheres excepcionais, havendo quem lhe chame mesmo, pela sua luta, um século de mulheres. Nesses 100 anos, elas viram a República utilizá-las e traí-las, viram o Estado Novo amputá-las e segregá-las, viram a democracia continuar a pagar-lhes menos, nas mesmas tarefas, do que aos homens. Muitas rebelaram-se, porém, afirmando-se crescentemente em vários campos e competências. A guerra colonial, os movimentos femininos, as urgências sociais, foram-lhes, entretanto, proporcionando condições de avanço, de melhor justiça — que corajosamente têm ampliado.

Adelaide Cabete, Fernanda de Castro, Ana de Castro Osório, Maria Amália Vaz de Carvalho, Guilhermina Sugia, Florbela Espanca, Amélia Rey Colaço, Amália Rodrigues, Natércia Freire, Irene Lisboa, Natália Correia, Sophia de Melo Breyner, Helena Vieira da Silva, Maria Lamas, Maria de Lourdes Pintasilgo, Maria Barroso tornaram-se, entre muitas outras, figuras de irrecusável referência — como a agora Maria Manuela Couto Viana, superiormente homenageada pelo professor Artur Anselmo.

A cultura portuguesa é feminina e rural, independentemente do sexo e do *habitat* dos seus autores, subscrevia, com Natália Correia, Natércia Freire. Admiradoras mútuas, condiziam no inovar de conceitos tradicionais — caso do feminismo instituído (o que reivindica a igualdade da mulher e do homem) para o do feminismo alargado (o que reivindica a valorização do feminino que existe na mulher como no homem, pois é a nossa parte criativa, afectiva, luminosa, harmoniosa. Pedro Sena-Lino observa na sua avó “um ante-feminismo expresso por uma voz feminina antiga como a natureza da terra”.

O 25 de Abril alterou, naturalmente, a vida de Natércia Freire, como a de quase todos nós: magoada, vê subtraírem-lhe o suplemento literário do *Diário de Notícias* que dirigiu, superiormente, pluralisticamente durante décadas.

Saneada pela esquerda, que ela nunca segregara, isola-se na sua casa do Restelo onde escreve alguma da nossa melhor poesia. Colocada num plano cultural superior ao do seu tempo, Natércia Freire amparava-se em Padre Manuel Antunes para afirmar “não haver nada mais tradicional do que a revolução, nem nada mais revolucionário do que a tradição”.

David Mourão Ferreira, Natália Correia, António José Saraiva, Miguel Torga, Vitorino Nemésio, António Gedeão destacam-na como vulto cimeiro da nossa literatura.

Maria Gabriela Llansol sintetizará, no prefácio da *Poesia Completa de Natércia Freire*, “haver tanta dor lenta nela”.

Na sua obra encontramos poemas de voo e deslumbre, de mágoas e coragem — como o genial *A Guerra*, audaciosamente publicado durante a guerra colonial.

“São todos meus filhos”, escreve ela. “Gerei-os no meu ventre/Via-os chegar, às tardes, comovidos/nupciais e trementes/do enlace da Vida com os sentidos/Estiveram no meu colo, sonolentos/Contei-lhes muitas lendas e poemas/Às vezes perguntavam por algemas/Respondia-lhes: mar, astros e ventos/Alguns, os mais ousados, os mais loucos/desejavam a luta, o caos, a guerra/Outros sonhavam e acordavam roucos/de gritar contra os muros que há na Terra/São meus filhos. Gerei-os no meu ventre/Nove meses de esperança, lua a lua/Grandes barcos os levam, lentamente...” E, sublime, acrescenta: “Não ocultem mais rostos sob a teia/das lágrimas. Sob os tampos de mogno/onde a nossa ignorância se debruça/Não fechem mais caixões à hora clara/Em que o dia vai alto e o sol soluça”. Para encontrar um sentido na vida não se pode contar apenas com o visível, com o racional, mas também com o imaginado, com forças indizíveis como as da poesia, das artes, das religiões, dos sentimentos, forças que vêm do fundo dos tempos.

Natércia, que acreditava, escreve, escreve sempre: “Dir-se-ia que há um cântico interior nas coisas e nos seres, e que a nossa voz entoia esse cântico — esse sentido do existir”.

Permitam-me, a acabar, uma pequena nota de ternura e humor, ternura e humor que ela tanto valorizava:

Numa homenagem que lhe fizeram na década de 60, convidaram para orador o esfuziante Luís de Oliveira Guimarães. Não se sentindo bem preparado, até pela admiração que lhe dedicava, ele arranjou um truque notável: “Quando me

deram a palavra”, contou-me, “ataquei dizendo que tinha um grande discurso, mas que acabara de receber um telegrama que suplantava tudo o que pudesse dizer. Puxo então do impresso verdadeiro de um telegrama, forjado, e leio como se ele me fosse dirigido: Peço-lhe caro amigo que abrace por mim a minha querida Natércia Freire. Assinado, Luís Vaz de Camões. Ela nunca o esqueceu”.

Nós também não.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 3 DE NOVEMBRO DE 2019)

A última Bragança

MARIA DE FÁTIMA BONIFÁCIO

D. Maria II nasceu para a história em 2 de Maio de 1826, dia em que o pai, D. Pedro IV, 1.º imperador do Brasil, abdicou a favor da filha da coroa portuguesa que acabara de herdar por morte de D. João VI. D. Maria da Glória, princesa do Grão-Pará, tinha então sete anos. Era Bragança pelo lado do pai, Habsburgo pelo lado da mãe — a arquiduquesa D. Leopoldina, Bourbon pelo lado da avó paterna — sobrinha neta de Fernando VII de Espanha: pertencia pois à melhor estirpe que a realeza europeia tinha para oferecer ao mundo. Com apenas sete anos, nascida e criada no Brasil, não sabemos como terá reagido à perspectiva de vir a ser rainha de Portugal. Mas em breve ela faria a experiência do que era ser objecto da deferência e veneração devidas às testas coroadas.

A sua vida, a sua existência passaria a desenrolar-se — desde a infância — num pedestal situado muito acima dos restantes mortais, fossem eles súbditos da mais elevada hierarquia aristocrática. Este exorbitante privilégio explicava-se pelo facto especialíssimo que distinguia a sua condição: enquanto herdeira legítima do trono português, nela estava *radicada* a plenitude da realeza. E a realeza conferia o direito de soberania, enquanto delegação divina: o poder do rei vinha de Deus, possuía um carácter sagrado. Esta circunstância fazia do rei uma pessoa única, absolutamente excepcional, transcendente, a quem os súbditos, fosse qual fosse a sua categoria, deviam *pessoalmente* obediência, lealdade e amor — sim, também amor. Como escreveu Chateaubriand (*Mémoires d'outre-tombe*), a antiga monarquia era “uma *religião*”.

Era isso, de facto, segundo a velha tradição da cultura *dinástica*, em que D. Maria foi criada e educada, à boa maneira da dinastia de Bragança — inaugurada em 1640 — como de todas as dinastias europeias de Antigo Regime. O rei de Antigo Regime, dito *absoluto*, não exercia o poder em virtude de uma qualquer convenção com os súbditos: nada, mas nada, lhes devia; não tinha com eles nenhum “contrato”. Exercia a soberania, legitimamente herdada, por um direito próprio, pessoal, e essa soberania era em princípio ilimitada, ou apenas limitada

pelos mandamentos de Deus e da Santa Madre Igreja e pelas tradições e “leis” não escritas do Reino. Tudo bastantemente vago para deixar ao monarca um imenso espaço de arbítrio pessoal.

As teorias contratuais do poder elaboradas a partir do séc. XVII, culminando no *Contrato Social* de Rousseau, na Revolução Francesa de 1789 e na 1.^a República (jacobina) francesa (1792–94), forneceram o cerne doutrinal da cultura política *republicana*, segundo a qual a legitimidade do poder resultava do consentimento da nação. A partir da Revolução Francesa, em que estas duas culturas — dinástica e republicana — se chocaram, as monarquias restauradas a partir de 1814, depois da derrota e abdicação de Napoleão, reconheceram a necessidade de conciliar o Antigo Regime com as conquistas da Revolução que se tinham imposto como aquisições civilizacionais. As monarquias seriam constitucionais, ou seja, o rei aceitava a limitação da sua soberania pelos direitos da soberania nacional, exarados numa constituição escrita, livremente *outorgada* pelos monarcas. Para que não se confundissem com uma Constituição forjada por parlamentos eleitos, o que importaria numa cedência excessiva aos princípios democráticos e populares, Talleyrand cunhou a sua designação: “Carta Constitucional”.

Ao contrário do avô D. João VI, a futura rainha D. Maria II teria de aceitar a nova disciplina “democrática” imposta aos soberanos (legítimos) da sua época. Bragança por temperamento e formação, uma tal limitação nem sempre se coadunou bem com o seu pendor autoritário. Mas o constitucionalismo monárquico, que assentava neste compromisso entre o povo e o rei, nunca conseguiu converter e absorver os *radicais*, herdeiros da tradição republicana e jacobina da Revolução Francesa. E os *radicais*, perenemente envolvidos nas suas conspirações e perenemente apostados na subversão democrática da ordem social e política, nunca se cansaram de combater a Monarquia Constitucional, um regime que os marginalizava e apoucava, ao passo que, segundo entendiam, magnificava o poder régio.

Nesses *radicais* incarnou o que à época se chamava a “hidra revolucionária”, que por toda a parte tirava o sono às pessoas amantes da ordem e respeitadoras das hierarquias. Tirou também muitas vezes o sono a D. Maria II, cujo reinado — entre 1834 e 1853 — foi o mais atribulado do séc. XIX, marcado, como nenhum outro, por sedições, motins, pronunciamentos e revoluções. Se alguma coisa distinguiu o reinado de D. Maria, foi a luta contra a Revolução, que acabou por

empurrá-la para os braços de Costa Cabral, um plebeu ambicioso, enérgico e audaz que lhe prometia vencê-la, e mantê-la vencida. Costa Cabral não conseguiu nem uma coisa nem outra, mas conseguiu sem dúvida que D. Maria fosse em vida envolta no mesmo manto de hostilidade que envolveu aquele que diziam seu “valido”.

D. Pedro IV, 1.º imperador do Brasil (desde 1822), era um imperador constitucional que se gabava das suas convicções rasgadamente liberais. Assim que, por morte de D. João VI, herdou o trono português, em 1826, abdicou da coroa portuguesa em D. Maria, como já foi dito, outorgou uma *Carta Constitucional* aos portugueses e determinou que a futura rainha casaria com o tio, D. Miguel, quando atingisse a idade nubente. Em 1828 resolveu mandar a filha para a Europa, para a corte do avô materno, o imperador Francisco I da Áustria, a fim de se educar com vistas às funções transcendentais que a aguardavam. Só que enquanto a jovem rainha cruzava o Atlântico, o tio e presumido futuro marido, D. Miguel, “usurpou” o trono português e fez-se confirmar rei absoluto pelos Três Estados do Reino, em 23 de Junho. Sabido este facto em Gibraltar, onde a rainha aportou em Setembro, o marquês de Barbacena, que a acompanhava como tutor, resolveu rumar a Inglaterra, onde D. Maria foi acolhida com as honras reservadas às “testas coroadas”.

Tinha 9 anos. Em Falmouth, onde à sua chegada navios e fortalezas dispararam salvas reais, sendo a bandeira portuguesa desfraldada nos topos dos mastros, foi recebida por camaristas de Jorge IV e pela municipalidade local que, tratando-a por Majestade, fez votos para que durante o seu reinado perdurasse a ancestral e benéfica aliança luso-britânica. D. Maria já nesta altura tinha um “aspecto senhoril” que a todos surpreendia, e os seus modos denunciavam uma perfeita consciência da sua condição de rainha, conforme lho confirmavam a cerimónia, a deferência e a veneração dos que disputavam o privilégio de a ver e de lhe falar. Nesta altura — Setembro de 1828 — já se encontrava em Inglaterra milhares de emigrados portugueses, fugidos à tirania de D. Miguel, e que para o bem e para o mal tinham identificado ou comprometido as suas vidas com a “causa” de D. Maria II, que era a causa do liberalismo em Portugal. D. Maria recebeu-os na embaixada portuguesa de Londres, numa cerimónia organizada pelo marquês de Palmela, que foi o primeiro a prestar-lhe juramento de “fidelidade, preito e homenagem”, uma fórmula com ressonâncias feudais...

D. Maria passou ano e meio em Inglaterra, numa casa de campo em Lalleham, próximo de Londres, onde o marquês de Barbacena lhe estabeleceu uma pequena corte em que, todavia, a etiqueta era meticulosamente observada. Uma vez por mês honrava com a sua presença a embaixada portuguesa em Londres, onde os representantes diplomáticos estrangeiros iam cumprimentá-la e os emigrados portugueses recebiam o favor de lhe beijar a mão. Jorge IV convidava-a para Windsor, fornecendo-lhe escolta para a viagem, beijando-lhe à chegada a mão e a testa e dizendo-se sumamente honrado por recebê-la, apresentando-a a todos os membros da família real, fidalgos e ministros presentes, mostrando-lhe as três ordens portuguesas que tinha ao peito, dadas por D. João VI, avô dela. D. Maria e Jorge IV instalavam-se num sofá, conversavam, depois as senhoras eram autorizadas a sentar-se, mas todos os homens, incluindo os irmãos do rei, permaneciam de pé.

Durante os banquetes, Jorge IV propunha saúdes à sua “amiga e aliada” — textuais palavras — a quem escrevia cartas em que se assinava — “irmão afeiçoado de Vossa Majestade”. Em Lalleham, D. Maria recebia, além de outros próceres da aristocracia, os duques de Gloucester e de Clarence, e a duquesa de Kent, mãe de Vitória, futura rainha de Inglaterra. Visitas que ela retribuía protocolarmente. Barbacena estava radiante e orgulhoso com a sua régia pupila, que desempenhava o seu papel na perfeição, nunca deixando aparecer a sua tenra idade: aos nove anos, comportava-se em tudo como uma rainha adulta.

Barbacena também tentava zelar pela sua educação, arranjando-lhe mestres e professores e organizando-lhe os seus horários de estudo. Era este um ponto em que D. Pedro IV fazia a maior questão. Sintonizado com as ideias de um século que já premiava o mérito, e em que os actos dos soberanos eram escrutinados pela opinião pública, D. Pedro achava que “o nascimento de nada valia perante o mundo livre” — palavras dele — e que era preciso que os reis “mercedessem, pelas suas qualidades, virtudes e saber, o respeito dos seus súbditos”. D. Pedro — já envolvido na guerra civil entre liberais e absolutistas, em Portugal — recomendava à filha que, quando chamada a reinar, fosse cega a “empenhos e patronatos”, apenas atendesse à “justiça” e ao “mérito”, e se compenetrasse de que a nobreza não passava de “vil quimera” quando “despida de virtudes e talentos”.

É difícil imaginar que efeito produziriam no espírito da pequena rainha estas prelecções democráticas. A ela, pelo contrário, a experiência dizia que o

nascimento valia muito, ou mesmo tudo. A partir de 1831, D. Maria foi viver para Paris, onde passou a frequentar a corte do rei Luís-Filipe, que lhe dispensava todas as honras de rainha, e os palácios da aristocracia titulada, que a acompanhava nas suas idas à ópera, a bailes, recepções, teatros, exposições.

Tal como já acontecera em Londres, os emigrados portugueses em França ansiavam por lhe protestar “amor e lealdade” e pela honra de lhe beijar a mão. Cumulada de atenções e deferências, D. Maria, uma adolescente com 12, 13, 14 anos, não tinha dúvidas sobre a preeminência do seu lugar no mundo nem sobre a sua condição predestinada, independentemente das exigências do século e do juízo que os seus súbditos fizessem dela. As adulações de que era alvo favoreceram a expansão de um génio autoritário agravado pela arrogância irresponsável dos seus verdes anos. Também não era fácil convencê-la a refrear os seus caprichos e a compenetrar-se de que tinha deveres. O seu aproveitamento escolar, que D. Pedro avaliava negativamente pelas cartas que ela lhe escrevia para o Porto, foi sempre aleatório, quando não deficiente.

É bem possível que a falta de uma educação ministrada com disciplina, método e sistema, aliada ao facto de ter crescido num mundo inteiramente artificial, obsequiada e adulada pelos que a cercavam, tenha contribuído, juntamente com o seu temperamento altivo e voluntarioso, para realçar nela, pela vida fora, um lado Bragança evocativo da realeza de Antigo Regime, que não se conformava espontânea e naturalmente com as regras e processos que limitavam a soberania numa Monarquia Constitucional.

Subiria ao trono na adolescência, por morte do pai, em Setembro de 1834, já depois da vitória liberal em Maio desse ano. Tinha 15 anos. Defrontou-se com um país político retalhado em facções cujas lutas, ao contrário de D. Pedro, ela não tinha autoridade para arbitrar; também não podia confiar no exército, cujas divisões espelhavam as dissensões dos civis. Era quase uma criança, mas, segundo um contemporâneo, “viu-se logo que ninguém haveria capaz de inteiramente a dominar. A sua vontade era das que se impunham a todas as vontades.” Espantava toda a gente com o seu “ar distinto e verdadeiramente varonil”. Mas a determinação e a firmeza de carácter não supriam a básica falta de experiência e discernimento.

Todos procuravam influenciar o seu juízo e captar o seu favor. Cedo descobriu interesses disfarçados de princípios, e percebeu que os homens se moviam quase

sempre por ambição; conheceu-os sob o seu aspecto mais sombrio; habituou-se a duvidar das suas intenções. Concebeu por eles, de um modo geral, um certo desprezo, e elegeu a fidelidade à sua pessoa como a qualidade que mais prezava. Costa Cabral pareceu-lhe o mais fiel dos súbditos. Ao longo dos anos e até ao fim, mesmo quando o ministro do Reino já dera lugar a uma revolta camponesa — a Maria da Fonte —, a um pronunciamento militar — de Torres Novas, e a uma guerra civil — a Patuleia —, prestou-lhe inalteravelmente o seu apoio. Muitos foram os que viram nesse apoio um acto de “favoritismo”, e a aversão de que Costa Cabral foi alvo estendeu-se a ela.

Nos primeiros sete anos do reinado de D. Maria — até 1842, quando Costa Cabral chega ao poder como ministro do Reino, a pasta mais importante —, a instabilidade política e governativa foi crónica. Os governos duravam em média seis meses, número que ainda deixa de fora numerosas remodelações. Vivia-se além disso — como de resto até à Regeneração, em 1851 — um clima de permanente sedição, que a intervalos resultava em motins, pronunciamentos e levantamentos militares, revoluções e até numa guerra civil.

Ao contrário do que acontecia em Espanha, por cá ninguém arriscava a vida nestas aventuras, aliás logo absolvidas na sequência de uma oportuna amnistia. Os liberais tinham conquistado o país depois da vitória na guerra civil, em 1834, e não se podiam exterminar uns aos outros: o país era demasiado pequeno, todos eram conhecidos, amigos, camaradas ou parentes. Depois, se nem todos se tinham revoltado, todos tinham ao menos conspirado. Quem se atrevia a atirar a primeira pedra? Nestas circunstâncias, o “véu do esquecimento”, como dizia Rodrigo da Fonseca, foi erigido em princípio político. Os revoltosos, militares ou civis, beneficiavam, pois, de uma confortável impunidade que naturalmente convidava à audácia.

Compreensivelmente, D. Maria viveu com a obsessão de “acabar com as revoluções pela raiz”; de por uma vez aplicar uma punição severa, um “rigor justo”, como ela dizia, que fizesse ver a quem se revoltava “que não tinha a esperar generosidade nem perdão, mas sim castigo”. Foi este o programa reafirmado por Costa Cabral no Parlamento, no Outono de 1844, a seguir a mais um pronunciamento falhado da oposição *radical*. Dados os costumes domésticos, a relativa severidade de Costa Cabral passou à época por “tirania”. E D. Maria, que o apoiava e protegia, ganhou uma certa fama de despótica e vingativa.

Mas tudo o que a rainha desejava era afinal que em Portugal reinassem a paz e o sossego que a poupassem à “maldita política”, como ela dizia, e lhe permitissem dedicar-se inteiramente à sua vida doméstica, onde, rodeada pelos filhos e pelo marido, ela encontrava uma “felicidade completa” — um pequeno mundo idílico, por assim dizer perfeito, abrigado das convulsões que lá fora, no vasto mundo habitado, tornavam a tranquilidade tão elusiva e a existência tão contingente. “Não há nenhuma felicidade tão durável como esta”, escreveu; mais: “afora esta não há nenhuma outra que seja durável”; “é a única real” — garantia ela à rainha Vitória, sua prima, com quem ao longo dos anos foi desenvolvendo uma amizade cada vez mais íntima.

Em Costa Cabral ela encontrou ou julgou encontrar o homem que, governando com pulso firme e subjugando a Revolução, faria do seu trono uma redoma resplandecente a partir da qual ela se limitaria a reinar sem precisar de descer ao baixo mundo da política. A política, aos seus olhos, resumia-se a intrigas e invejas — “miseráveis questões”, dizia. Depois de Costa Cabral ter subido a ministro do Reino em 1842, na sequência de um pronunciamento militar vitorioso de que ele fora o cérebro, D. Maria, logo em 1843, nomeou o ministro conselheiro de Estado efectivo, um cargo vitalício rendoso e de grande prestígio; em 1844, elevou-o a par do reino; e em 1845 honrou-o com uma estadia da família real no palácio que o ambicioso plebeu adquirira em Tomar. Ali mesmo criou-o conde do mesmo nome — conde de Tomar. Isto quando a aversão contra o “valido” já era generalizada: a parcialidade da rainha ficou para sempre estabelecida.

O sucesso político e a meteórica ascensão social e económica do “valido” suscitaram despeito de cima abaixo na escala social. O seu súbito enriquecimento causou escândalo e repulsa, e invejas inconfessáveis. Nesta altura — meado dos anos quarenta — já se dizia e escrevia nos jornais que o ministro do Reino era “ladrão”. Ninguém perdoava ao plebeu que chegara a Lisboa pobre e vivera modestamente até 1842, que habitasse agora um sumptuoso palácio à Estrela, possuísse um palácio em Tomar e uma quinta na Mealhada. Dava festas espantosas que chegavam aos 2000 convidados; a mulher vestia-se na mais cara modista de Lisboa, a famosa Levaillant, que também vestia a rainha.

O palácio de Tomar foi descrito na imprensa — com considerável exagero — como uma mansão mais faustosa do que as dos reis. Os mármore, as tapeçarias,

as mobílias, os quadros, os espelhos, as baixelas — de ouro, dizia-se — tudo custara fortunas fabulosas cuja origem só podia estar nas “delapidações criminosas” do ministro, e que a rainha, contudo, sancionava estanciando em sua casa. Os epítetos de “prevaricador”, “concussionário”, “corrupto” e “ladrão” colaram-se à pessoa do conde de Tomar como a pele se cola ao corpo. O espectáculo do plebeu alcandorado os píncaros do poder e da glória esporeava a verrina dos seus inimigos. Muito se começou então a escrever contra D. Maria, e não faltaram insinuações que salpicaram a sua honra de “mulher” e “esposa”. Num célebre panfleto publicado em 1846, o paço era descrito como uma “espelunca de Caco”; e dos vestidos da rainha dizia-se que varriam “a imundície dos palácios dos cortesãos mais abjectos”.

Não é fácil avaliar até que ponto D. Maria tinha conhecimento ou consciência da sua impopularidade nos meios políticos *radicais* e mesmo em sectores da opinião moderada agastados com a sua predilecção indefectível pelo conde de Tomar. Mas em Outubro de 1846, depois da revolta camponesa da Maria da Fonte, que em Maio derrubara finalmente o ministro, a própria rainha, tendo em Outubro patrocinado um golpe de estado palaciano pensado para restaurar o cabralismo, explicou a Vitória, em tom plácido, que fora essa a única maneira de evitar que ela fosse convidada a abdicar. Sabia, portanto, o grau de estima — ou pouca estima — em que era tida.

Vitória, reinando num país com impecáveis pergaminhos constitucionais, horrorizada com os bárbaros costumes lusitanos, desaprovava a deriva golpista da prima de Lisboa. D. Maria voltou-lhe a explicar: depois da queda do conde de Tomar, “a direcção que as coisas tinham tomado nos últimos tempos era aterradora e o trono estava em perigo; penso então que, se temos de sucumbir, é melhor fazê-lo com honra do que deixarmo-nos ir como bois conduzidos ao matadouro.” Não estava arrependida e não teria hesitado, caso tivesse sido necessário, em — palavras dela — “montar a cavalo e ir aos quartéis fazer obedecer a tropa”.

E assim, num país onde “nunca se podia estar sossegado”, como ela lamentava, D. Maria via-se frequentemente privada daquele lazer que lhe permitiria o gozo tranquilo das suas delícias domésticas. Depois de ter enviuvado ao fim de dois meses de um primeiro casamento que não chegou a consumir-se, casara em segundas núpcias, em 1836, com D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha, filho do

duque Fernando Jorge de Saxe-Coburgo, irmão do duque reinante de Saxe-Coburgo e do rei Leopoldo da Bélgica. D. Fernando era, portanto, sobrinho do rei da Bélgica e também da irmã deste, a duquesa de Kent, mulher de Eduardo IV de Inglaterra e mãe da princesa Vitória, que seria rainha a partir de 1837. Esta, por seu turno, casaria com um primo direito de D. Fernando, o príncipe Alberto. Pelo casamento de D. Maria, ficaram todos primos uns dos outros. D. Fernando de Saxe-Coburgo, com 19 anos de idade, católico, educado, culto, amante das artes, possuidor de um impecável *pedigree* aristocrático, era ainda por cima um belo homem, que Bulhão Pato descreveu assim: “Busto soberbo, encantadora cabeça, cheia de luz e de ar distinto; feições pronunciadas, correctas e expressivas”. Ela — continua Bulhão Pato, “sem ser bela, era uma graciosa figurinha de princesa de raça. Estatura elegante, cabeça altiva, tez branca e fina, de uma macieza de cetim. Olhos castanhos-claros e de muita luz; o beijo inferior carnudo, um pouco belfo, como o dos Braganças. Gracioso o corte da boca, mas firme como o seu carácter.”

Com o passar dos anos, esta descrição teria de ser corrigida: D. Maria foi engordando até se tornar obesa, e nos últimos anos cansava-se muito e queixava-se do coração; também era descuidada com a *toilette*, e, segundo constava na Família, tinha medo da água. Sintomaticamente, todos os que privaram com ela nunca lhe notaram nenhum pendor rancoroso ou cruel, e sublinharam, pelo contrário, a sua natureza franca, afectuosa e generosa, embora não sentimental.

Quando casaram, D. Maria tinha 17 anos, D. Fernando 19. Eram muito jovens e não se conheciam. Mas uma ligação inicialmente tímida e reservada, como não podia deixar de ser, depressa se tornou, nas palavras de D. Fernando, “cada dia mais sincera e íntima”, acabando os dois por se tornarem “indispensáveis um ao outro”. Juntos, recordaria D. Fernando, tiveram uma vida “encantadora, tranquila e de confiança mútua”. D. Maria não era especialmente bonita nem se preocupava muito com a sua aparência. Mas tinha, apesar de “um génio que não era macio”, “um coração bondoso e franco”; dizia-se que herdara do avô, D. João VI, “a lhaneza cativante e a bondade”.

D. Fernando deixou-se prender por uma mulher que antes de ser rainha era uma esposa obediente e dedicada e vivia a adivinhar-lhe os gostos e os desejos. Ele recebera uma educação esmerada e tinha sensibilidade de artista. Cultivava o desenho e a música. Possuía “voz de barítono extensa e agradável” e adorava

cantar. Coleccionava arte, de que D. Maria, que não tivera mais do que uma educação sumária, nada sabia até casar. Mas — recordaria D. Fernando — “para me ser agradável, conseguia chegar a apreciar os objectos de arte e a amá-los. Com que alegria me trazia uma gravura de um bom mestre, alguma água-forte antiga ou qualquer belo trabalho em prata ou em cobre.” Depois da morte, em 15 de Novembro de 1853, D. Fernando evocaria com saudade pungente “aquela que foi a felicidade da minha vida”. “Só em mim pensava essa mulher generosa, mostrando-me a sua viva afeição até nas mais pequenas coisas. Nunca houve esposa como ela.”

D. Maria tinha a respeito da vida umas poucas ideias, simples, mas arreigadas. Uma delas era que a mulher devia amar o marido, obedecer-lhe e fazê-lo feliz. “É verdade que em geral eu lhe obedeco em tudo”, escreveu a Vitória, explicando em seguida: “Rainha ou não, nesta posição de mulher casada é sempre a mesma coisa.” A Bragança desaparecia por trás da esposa. O marido e os filhos eram o centro da sua vida e sem dúvida bastariam para lhe preencher a existência. Só a “maldita política” perturbava o doce fluir de uma vida que seria perfeita se pudesse consagrá-la unicamente aos filhos e ao seu adorado Fernando. Desejaria que o país fosse uma rotina, uma sucessão certa de dias iguais e serenos. Que tudo corresse “muito tranquilamente, eis tudo o que se pode desejar”, escrevia a Vitória. Afligia-a que Portugal estivesse “completamente desorganizado”, como ela chamava ao deplorável atraso do país, porque via nisso a fonte dos contínuos distúrbios políticos que a arrelivavam e desviavam dos seus interesses e prazeres. Durante o cabralismo (1842–46), achou que era uma boa ideia fazer estradas, mas é duvidoso que tivesse uma noção precisa sobre a sua exacta utilidade. Também se preocupava com as chuvas demasiado prolongadas, porque as inundações arruinavam os lavradores. Não se lhe conhece mais nenhuma visão política.

Entre 1837 e 1853 teve onze filhos, dos quais oito sobreviveram. Todos foram desejados. A sua “trupe”, como ela dizia, era o remate indispensável e a consequência necessária da sua felicidade doméstica. Em primeiro lugar, era um destino natural: “acho que quando nos casamos é para ter filhos”, afirmava ela a Vitória, cuja falta de vocação maternal chocava D. Maria. Ter filhos, insistia, “é na verdade a maior felicidade que possa acontecer a uma jovem mulher”. Depois, e não menos importante, seria incompreensível não desejar tê-los “quando se ama o nosso

marido”, continuava ela a explicar a Vitória que, embora amasse igualmente o seu Alberto, achava a procriação um terrível incómodo e as criancinhas uma grande maçada. D. Maria mal podia compreender esta falha na constituição feminina da prima de Londres. E repisava: “acho uma felicidade inexplicável ter muitos filhos que nos rodeiem”.

Todo o tempo dedicado à “maldita política” era tempo roubado ao núcleo da sua vida. Nos intervalos entre as revoluções e os pronunciamentos — que nem o cabralismo conseguia evitar — as mudanças de ministério eram outro “aborrecimento” que vinha perturbar o doce fluir de uma vida que seria perfeita se pudesse dedicá-la unicamente ao seu adorado Fernando e à sua “trupe”. O Verão era passado no campo. Para os filhos, Mafra, com os seus corredores intermináveis, era sempre uma aventura; era lá que os infantes se iniciavam na caça e criavam cavalos. Para ela, a “querida Sintra”, rodeada de uma paisagem exuberante, constituía o refúgio perfeito onde podia esquecer Lisboa e abandoná-la aos seus políticos. Em 1840 ficou concluída a estrada para a Pena e começaram os trabalhos no parque e nos jardins, cujas flores, árvores e plantas foram crescendo nos anos seguintes sob o olhar encantado de D. Maria.

Era este mundo familiar que sobretudo a interessava e eram os seus afectos domésticos que a moviam. Os filhos cresciam submetidos a uma educação exigente. Era uma mãe desvelada, mas tratava-os com um certo rigor. Não eram tolerados caprichos nem faltas de educação para com o pessoal. Nem desculpas para não estudar. D. Maria e D. Fernando vigiavam quotidianamente o aproveitamento escolar dos infantes, e uma vez por ano organizava-se uma espécie de exame final perante o rei, a rainha e algumas individualidades do paço, para poderem comprovar os seus progressos. No final, depois de um jantar que os reis honravam com a sua presença e de um passeio pelo jardim, D. Fernando soltava a sua voz de barítono, acompanhado ao piano por Manuel Inocêncio, o mestre de Música dos infantes.

Em meados de 1849, quando já estavam para trás a revolta nacional da Maria da Fonte, na Primavera de 1846, e a guerra civil da Patuleia, em 1846–47, dois episódios violentos da resistência contra o cabralismo, D. Maria resolveu demitir o duque de Saldanha da Presidência do Conselho e substituí-lo pelo conde de Tomar (Junho de 1849). Tomar regressou fora do seu tempo, pois a derrota das revoluções europeias de 1848 tinha tornado o seu ardor anti-revolucionário desnecessário; e

os partidos, como escreveu Oliveira Martins, estavam cansados e “já só pediam paz”. O regresso de Tomar foi interpretado como um ultraje à nação, e nos meios da esquerda cimentou a convicção de que D. Maria era “incurável”; mesmo nos meios moderados o acto foi acerbamente criticado e julgado sumamente impolítico.

O impolítico regresso do conde espicçou a discórdia e inflamou os jornais, que publicavam diariamente a crónica interminável das “delapidações”, das “prevaricações”, das “ladroagens”, das “concussões”, das “violências”, das “ilegalidades”, das “imoralidades” perpetradas pelo presidente do conselho, a quem não hesitavam em chamar “o mais infame e desavergonhado de todos os ladrões”. Na Câmara dos Pares, o seu passado político foi mais uma vez revolvido, e a sua fortuna, “repentina”, e, portanto, “suspeitosa”, foi minuciosamente escrutinada. O exército, que, depois do partido cabralista e da rainha, fora outrora um dos esteios do seu poder, vacilava.

O conde de Tomar acedeu a sentar-se na cadeira da Presidência do Conselho de Ministros a instâncias de D. Maria, descontente e desconfiada do duque de Saldanha, que fora obrigada a nomear para o cargo no desfecho da Patuleia, arbitrado pela Inglaterra. Entre Junho de 1847 e Junho de 1849, a política portuguesa atravessou um dos seus períodos mais pantanosos. Do ponto de vista de D. Maria, sobretudo, terá sido um período em que as vacilações de Saldanha, sempre sequioso de popularidade, abriam espaço a um regresso da esquerda *radical* à vida política. Impunha-se, pensaria a rainha, sanear o pântano, demarcar fronteiras, e manter a revolução vencida. Não via mais ninguém talhado para uma tal tarefa do que o conde de Tomar.

Tomar acedeu, como foi dito. Mas já nada era como dantes: o outrora “partido cabralista” desagregara-se, esventrado pela vingativa cisão de seu irmão, José da Silva Cabral, raivoso por não ser chamado para o governo, a fim de cultivar a sua própria clientela e tornar-se, a prazo, o dono da situação. E muitos dos que não aderiram à facção de Silva Cabral, nem por isso regressaram ao seio do “cabralismo”, preferindo uma cautelosa sabática da política. A direcção dos ventos não era perceptível, o que desaconselhava compromissos. Antigos adeptos, por essa província fora, já não queriam ser vistos como “cabralistas”. Em suma: o “cabralismo” de Costa Cabral morrera, e o agora conde de Tomar não conseguia ressuscitar algo que pertencia já irremediavelmente ao passado, a um mundo que tinha expirado.

Não era esta a visão das coisas de D. Maria. Ela própria podia ser intrépida, e apreciava a intrepidez de Costa Cabral, algo que não encontrava no seu adorado marido. Voltou-se para o plebeu, julgando-o capaz de meter tudo e todos na ordem, sob a sua batuta implacável. Enganou-se, mas nunca reconheceu o engano. No Verão de 1850, pouco mais de um ano após a sua investidura, o conde de Tomar sentiu-se adoentado, necessitado de termas. Saiu de Lisboa para as Caldas, deixando atrás de si um governo paralisado, entregue ao ministro da Justiça, que D. Maria logo o achou meio bronco e tão “imbecil” (*sic*) como os restantes ministros. Em Agosto, escreveu a Costa Cabral que só ele possuía a “perspicácia e sagacidade necessárias ao governo do Estado e do País”. Noutra carta do mesmo mês, implorou-lhe: “Peço-lhe por tudo quanto há que abrevie a sua estada em Tomar”; e acrescentava misteriosamente: “Conde, lembre-se tanto de Lisboa como eu me lembro *das lindas faldas*.” (Sub. no original) Seriam as faldas da região de Tomar que ela avistara em 1845?

Sem o conde por perto, D. Maria sentia-se insegura, desconfiada e um tanto perdida. O homem fazia-lhe falta, não apenas para lhe entregar descansadamente a nau da governação, mas até para os mais singelos divertimentos. Tinha saudades. “Muitas saudades tenho tido de V. e dos nossos jogos”. Com ele, até os jogos eram mais divertidos. Só pedia a Deus que o conde se pusesse “bom de tudo” e regressasse em breve, “porque bem necessário me é”. Necessitava do amigo e necessitava do governante. “Vejo os seus colegas atacados todos sem excepção da *moléstia das lebres* e todos são tão imbecis que fazem raiva”. Só em Tomar, no seu tino e no seu conselho, ela confiava plenamente. E tornava a implorar: “Lembre-se de mim e venha cedo e de boa saúde, que é o meu maior desejo.” D. Fernando era o seu amado marido e o pai da sua prole, mas era “artista”, cantor lírico, coleccionador de arte, e, na ausência do conde de Tomar, não lhe preenchia a solidão política. Ou talvez também a solidão pessoal?!

Em 1851, o duque de Saldanha, pessoalmente agravado pela rainha e seu “valido”, demoveu o exército a agir. Encabeçou um pronunciamento militar que derrubaria de uma vez por todas o conde de Tomar e inauguraria uma nova idade política em Portugal, de uma relativa paz e concórdia, em que os partidos se converteram à luta política por meios legais e não violentos. O exército não mais voltou a arbitrar as dissensões entre os civis. Foi o começo da chamada “Regeneração”, respaldada pelo poder militar de Saldanha e pelo tacto, pela argúcia e pela paciência de Rodrigo da Fonseca Magalhães.

Mas enquanto a situação não estabilizou, viveram-se semanas de grande ansiedade e incerteza, e o país correu o risco de uma nova guerra civil. Lisboa registou tumultos e esteve à beira de se revolucionar. D. Maria, como sempre, era adepta da resistência. No meio da crise declarou ao embaixador britânico: “Não curvo a cabeça, só na última extremidade, porque não quero abdicar.” O embaixador perguntou-lhe se ela não tinha medo, ao que respondeu: “Eu nunca tenho medo, nem mesmo sei o que é isso de ter medo.” Era verdade. Nas muitas horas de perigo que já vivera no seu atribulado reinado, a rainha conservava sempre o sangue-frio, mesmo quando em torno dela, tomados de pânico, os “seus servidores já tremiam”. D. Maria, regista o marquês de Fronteira as suas *Memórias*, “era um temperamento talvez em demasia autoritário, mas viril, ativo e nobre como poucos.”

Agora, em Abril-Maio de 1851, quando os jornais pediam diariamente a sua abdicação, não tinha à sua volta generais dispostos a resistir, e o marido, comandante em chefe do exército por inerência, foi dos primeiros a advogar a rendição. Perdoou-lhe, porque perdoava tudo ao seu adorado Fernando, mas nunca, até morrer, perdoou a Saldanha, que sempre pressentiu o desfavor em que era tido pela soberana e que ele interpretava como ingratidão. Mas fora ela quem nomeara o conde de Tomar presidente do governo; fora, por conseguinte, contra ela que Saldanha desembainhara a espada, violentando a sua real vontade. Não há perdão para um súbdito rebelde. O conde de Tomar teve de partir para o exílio. D. Maria escreveu-lhe em segredo que “sofria muito como rainha e como mulher”; que tinha “saudades verdadeiras”; que “estava só, rodeada de inimigos”; mas que ainda tocava “a hora para a vingança”. Dada a sua experiência passada, não acreditava nem compreendia a “Regeneração”.

Em 1853, D. Maria estava grávida pela décima primeira vez. O grande acontecimento era aguardado para Novembro, e inspirava nos que a rodeavam grande apreensão. Os dois filhos anteriores tinham morrido à nascença, respectivamente, em 1849 e 1851. A rainha, já de si obesa, tinha ganho um volume assustador. Viveu a gravidez com a despreocupação nela proverbial, mas à sua volta, salvo o marido, todos notavam que cometia muitas “imprudências”. No dia 13 de Novembro à noite, 24 horas antes de começar o trabalho de parto, o casal real foi ao teatro, que sempre fora uma das distrações favoritas de D. Maria. Segundo testemunhos da época, Sua Majestade estava “alegre e contente”. Na noite de 14

para 15 de Novembro, a rainha começou a sentir os “incómodos do parto”. A duquesa de Ficalho, chegada ao paço pelas três da manhã, notou-a “incomodada e mesmo fora do costume”. Seguiram-se horas de um sofrimento atroz, tendo sido preciso sujeitar a rainha a uma “horrível operação” para extrair um infante, que nasceu já morto, e que “tinha justamente o dobro das crianças normais, tanto em largura como em comprimento”.

Durante toda a operação, que D. Fernando recordaria “com horror”, foi “heróica”, não deu “um ai”. Depois de tudo acabado, já “fria como mármore” e com “as unhas roxas”, pediu para dormir. Adormeceu e morreu dali a pouco, cerca das onze horas e meia da manhã do dia 15 de Novembro de 1853. “Momento para sempre inapagável para mim”, escreveu D. Fernando no mesmo dia: “Compreendi então o desespero e a loucura, e eu teria querido poder morrer com aquela que foi a felicidade da minha vida pela intimidade tão doce, tão simples e tão santa que nós tínhamos formado”.

Em Lisboa, a notícia da morte da rainha D. Maria II foi dada através de salvas de artilharia “repetidas a curtos intervalos”. “A notícia caiu como um raio e alvoroçou a cidade”, pois apenas dois dias antes a rainha fora vista no teatro e parecera de boa saúde. Fecharam-se as lojas e “apareceu rapidamente o mais rigoroso luto”. Os “antigos ódios políticos”, escreveu Bulhão Pato, dissiparam-se como por encanto; todos “se comoveram com a sua morte imprevista e desastrada”.

Era verdade. No jornal *A Revolução de Setembro*, o redactor Rodrigues Sampaio, que no passado repetidamente apelara à abdicação de D. Maria, dirigiu-se “aos liberais”, “às mães”, e “aos vencidos” — por esta ordem. Exortou os liberais a que “chorassem” “aquela que foi a nossa bandeira, a nossa consolação no infortúnio, e que só teve um trono quando nós tivemos uma pátria”. Exortou as mães a que “pranteassem” “a que era o vosso modelo, a que vos ensinava a educar os vossos filhos, a que vos dava o exemplo da decência e da moralidade”. Finalmente, exortou os vencidos a que “lamentassem” aquela que “esteve sempre pronta para a clemência, e que no meio das discórdias civis, nunca soube senão perdoar”. Este último ponto não era inteiramente exacto, mas alguma coisa devia ter tido esta Bragança para se impor à admiração até mesmo dos que outrora tinham sido seus adversários figadais.

Sobre a “mãe” e a “esposa” escreveu José Estêvão, outro adversário do passado anterior à Regeneração: “Onde a rainha reinou e governou foi no centro da

sua família. Ali, respeitando e amando o seu marido, assumiu ela todos os poderes e fez deles o mais edificante uso. Ali se estampou a sua índole. Perfeita mãe, seria uma rainha sem igual se os estados se pudessem governar como as casas, os ministros como servos e os súbditos como filhos.”

A última Bragança morreu com 34 anos. Sucedeu-lhe D. Pedro V de Saxe-Coburgo Gotha, como a dinastia passou a ser conhecida no estrangeiro.¹

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019)

¹ Toda a evidência empírica e todas as citações estão devidamente referenciadas no meu livro *D. Maria II*, Lisboa, Ed. Temas & Debates, 2007.

* A presente comunicação não segue a grafia do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Duque de Santa Cruz e Príncipe Consorte (1810-1835)

CARLOS TASSO DE SAXE-COBURGO E BRAGANÇA

Marginal é a importância de Augusto de Leuchtenberg na História Europeia, todavia, ele foi o esposo de Dona Maria II e o primeiro Duque do Brasil.

Confesso que sinto uma certa emoção neste momento de falar sobre este ilustre personagem, ao lembrar que Dom Augusto foi presidente honorário desta venerável Academia, na qual o seu nome ainda reflete uma certa familiaridade.

Desejo omitir uma apresentação quanto à sua origem, a qual me parece bastante conhecida. Nunca foi publicada, todavia a sua árvore genealógica paternal, a qual nos levaria até a Martinica.

Limitadas são igualmente as fontes bibliográficas sobre a sua breve existência.

Os arquivos das Casas Reais da Suécia e da Baviera forneceram-me dados para elaborar um pequeno esboço biográfico desde jovem e simpático príncipe.

A família Beauharnais-Leuchtenberg surgiu nas crônicas europeias, depois do Congresso de Viena.

Eugênio, o filho adotivo de Napoleão, superou a derrocada do grande Corso, graças à acolhida do sogro, o Rei Maximiliano I da Baviera, o qual com o tempo o estimou como a um filho. Foi por este investido do Ducado de Leuchtenberg, cuja família se havia extinto. Grandes eram os meios financeiros do novo duque, ex-Vice-Rei de Itália e Príncipe de Veneza, o qual adquiriu, em seguida, o principado eclesiástico de Eichstätt. Este tradicional principado lhe proporcionou um assento na Câmara dos Príncipes Alemães.

A filha de Maximiliano I, a Princesa Augusta Amélia, realizou o conúbio com Eugênio, forçada pelo pai. Napoleão estava procurando uma esposa de alta linhagem para o seu filho adotivo, Eugênio. Uma “solicitação” do Imperador dos Franceses era uma ordem.

Maximiliano teve de ceder a filha, a qual já estava noiva do Grão-Duque de Baden, e assim, em troca, foi promovido por Napoleão, de Príncipe Reinante a

Rei da Baviera. Como sabemos, esta não foi a única ação semelhante na política napoleônica. Ninguém podia imaginar que esta ambiciosa princesa bávara conseguisse levar a família Leuchtenberg, por desforra, a uma grande notoriedade com a sua hábil política matrimonial.

A filha Josefina foi Rainha da Suécia; Amélia, Imperatriz do Brasil; Eugênia, Princesa de Hohenzollern; Theodolinda, Condessa de Württemberg e Duquesa de Urach, enquanto o filho Maximiliano casou-se com a Grã-duquesa Maria, filha do Tzar Nicolau I da Rússia.

Ficava Augusto, o filho primogênito, para o qual Augusta Amália ambicionava uma coroa, para completar o revidado ao irmão, o futuro Rei Luís I da Baviera. Este não tolerava a intromissão dos Beauharnais-Leuchtenberg em Munique. Aparentemente, tratava com polidez o Príncipe Eugênio, mas, com os seus **íntimos, Luís se queixava que a «canaille bonapartienne»** ainda se encontrava na Baviera. A situação na corte, durante o reinado de Luís I, chegou a tal ponto que os filhos do Príncipe Eugênio, nos banquetes oficiais, tinham que comer com talheres não dourados, como as altezas reais, mas em pratos de qualidade inferior.

Augusto, nasceu perto de Milão, na Villa Bonaparte, em 9 de dezembro de 1810. A alegria dos pais, ainda no ápice do poder como vice-reis da Itália, foi imensa; foram distribuídas esmolas, feitas promoções e canceladas dívidas.

A Imperatriz Josefina, mãe de Eugênio, enviou, ao saber do nascimento do primeiro neto, presentes e calorosas felicitações. Napoleão desiludiu-os. Ele já tinha um herdeiro, o “Rei de Roma”, de maneira que os seus votos foram formais, pedindo ao mesmo tempo informações sobre problemas administrativos, sobre o estado das fortificações e o número de militares alistados para as suas várias campanhas.

Os anos se passavam, e Augusto, depois da fuga da família da Itália para Munique, realizou os estudos na capital da Baviera. O jovem príncipe teve a sorte de ser educado por ótimos professores. Foi aluno diligente, ótimo em matemática, interessando-se particularmente em ciências naturais e em arte. Formou-se, como era uso naquele tempo, na Academia da Cavalaria Bávara, em Ansbach.

Um momento muito importante na sua vida foi a viagem ao Brasil, acompanhando a irmã Amélia, que ia se casar com o Imperador Dom Pedro I.

Augusto ficou muito amigo de Dom Pedro, como o provam diversas cartas e a ajuda muito importante que recebeu para a coleta do material destinado ao estudo das ciências naturais.

Da viagem ao novo mundo ele trouxe não somente a importante coleção naturalística, mas sobretudo aquilo que aos Leuchtenberg mais interessava, o título de Duque de Santa Cruz, com a qualificação de “Alteza Real”.

Durante a permanência do cunhado no Rio, Dom Pedro o condecorou com a Grã-Cruz da Ordem de Dom Pedro I, a mais alta insígnia do Império.

Ao regressar à Europa, depois dos vários meses passados no Brasil, dedicou-se a organizar em Eichstätt, a sua imponente coleção naturalística chamada “Gabinete Naturalístico Leuchtenberguense”.

Este, em seguida foi aberto ao público.

O famoso naturalista Mayr a classificou, muitos anos depois, como um “grande tesouro de fama mundial”.

Não somente por história natural Dom Augusto se interessava, mas também pela soberba pinacoteca herdada do pai. Com a morte de Dom Augusto, estas valiosas coleções de arte foram herdadas pelo irmão Maximiliano, que as levou para São Petersburgo.

Hoje, a pinacoteca Leuchtenberg constitui uma das maiores atrações do Hermitage.

Uma coroa para Augusto, no entanto, sempre continuava a excitar os Leuchtenberg, sobretudo a Duquesa Augusta Amália.

A primeira tentativa foi feita na Bélgica, que estava à procura de um rei. O jovem Augusto foi bem recebido e obteve na votação, em Bruxelas, 3.675 votos contra os 360 do ambicioso Duque de Nemours. O rei Luís Philippe, o qual sempre havia se mostrado tão amigo dos filhos do Príncipe Eugênio, vetou categoricamente o nome de Dom Augusto. Em política, “amizade” é uma palavra muito vaga.

O sonho belga tinha desvanecido. Era preciso procurar novas oportunidades.

A Duquesa Augusta Amália não perdia, no entanto, Portugal de vista. Dona Amélia, a filha “ex-imperatriz”, nessa altura residia em Lisboa, e mantinha a família informada sobre a situação política reinante no país. A sorte quis que uma rainha estivesse, apesar da pouca idade, à procura de um marido. Era uma ocasião que não se devia desperdiçar.

Conhecidas são as tentativas que chegaram aos esponsais de Maria II com Dom Augusto.

Dom Pedro IV tê-lo ia escolhido, não somente porque o julgava capaz de fazer a ventura da filha, mas também porque dava garantias de contribuir para a consolidação das instituições.

O jovem Leuchtenberg era simpático e professava ideias liberais. Agradava ao povo, e o seu ar distinto impressionava a aristocracia e as classes cultas do país. Falava razoavelmente o português, tinha uma instrução militar concluída e conhecia Maria da Glória desde criança.

No dia 1.º de setembro de 1834, as Cortes aprovaram o casamento da rainha com um príncipe estrangeiro.

Em 8 de novembro era assinado em Munique o contrato matrimonial por Ildefonso Bayard, o Conde Mejan, seguido pelo casamento por procuração, em Munique, no dia 1.º de dezembro.

Por volta do Natal, chegou na capital da Baviera a delegação lusa, trazendo uma carta da Rainha e também todas as condecorações portuguesas.

Antes da partida do jovem esposo de Munique, o Rei Luís I viu-se obrigado a oferecer um banquete ao novo Príncipe Consorte e a condecorá-lo com a Ordem de Santo Humberto.

No banquete, Augusto foi colocado em posição condizente com seu novo grão, e recebeu os talheres de *vermeille*. Não, porém, Maximiliano e a irmã Theodolinda, a qual, no seu diário anotou: “Acho que nunca poderei comer na Baviera com estes talheres dourados”.

No domingo, dia 25 de janeiro de 1835, após três dias de viagem, vindo da Inglaterra, Dom Augusto dava entrada no Tejo. No dia 26, os nubentes ratificaram a sua feliz união na Sé.

O jovem Augusto tinha chegado em sua nova pátria num momento de grande agitação política e social.

Em 23 de janeiro foi nomeado Marechal do Exército, e no dia 28 foi naturalizado português.

A última missiva enviada à mãe data do dia 21 de março, na qual escrevia: “Maria beija-lhe a mão. Ela é realmente crescida e se tornou mais bonita. Mas o importante é, todavia, que ela me encanta”. Parecia ser uma união muito feliz.

Por Carta Régia do dia 20 de março ele foi nomeado Comandante-em-chefe do Exército, o que a oposição radical qualificou de imprópria e anticonstitucional, devendo a Câmara discutir esta designação no dia seguinte.

Os acontecimentos, todavia, estavam tomando um outro rumo.

Nos primeiros dias de abril de 1835, chegava ao palácio Leuchtenberg uma carta dirigida à Duquesa Augusta Amália. Estava trajada de preto. O filho querido, Augusto, tinha falecido em 28 de março. Morreu com menos de 25 anos.

Foi um grandíssimo golpe para a jovem rainha.

Augusto morreu dizendo ao confessor que morria tranquilo, mas que estava muito triste de falecer sem ter podido fazer alguma coisa pela felicidade da Rainha e de Portugal.

A morte nunca foi totalmente esclarecida. Hoje ter-se-ia meios seguros para esclarecer a causa. Ocorreram grandes tumultos, pois falou-se em envenenamento. Para apaziguar os ânimos, uma comissão de vários médicos atestou que a morte havia sido natural.

Em apenas 6 meses a jovem rainha perdeu o pai e o marido.

Ficou viúva com apenas 16 anos.

A Soberana estava profundamente triste e no mais profundo luto, apoiada pela madrasta, que por sua vez estava desesperada com a morte do irmão.

No entanto, a política tinha pressa, mas pouca sensibilidade, desejando resolver o quanto antes o problema da consolidação das instituições monárquicas. Passados 10 dias após a morte do esposo apresentou-se um novo projeto de casamento à Dona Maria II, ainda traumatizada pelo terrível acontecimento.

Dom Augusto passou como um meteoro na história de Portugal. Não realizou na vida atos de heroísmo e nem esteve no centro de importantes acontecimentos políticos. Nasceu na Itália, foi educado na Baviera, esteve no Brasil, que admirou, casou em Portugal, que muito amou, assim como à sua jovem rainha, e onde a morte o colheu na flor da idade. Manteve-se sempre fiel à sua divisa “*tout pour la gloire et rien pour l’ambition*”.

Dos seus retratos, realizados por grandes mestres, como Stieler, Leiter, Hanfstängel e outros, podemos colher a força do seu caráter.

Ele aparece-nos como um jovem inteligente, honesto, cheio de esperanças, mas, igualmente, com uma dose de orgulho, quando nas suas imagens ostenta as condecorações dos reinos das duas irmãs, a Ordem de Dom Pedro I do Brasil e a Ordem dos Serafins da Suécia. Ele teve pouco tempo para se fazer retratar com as gloriosas Ordens Portuguesas que a rainha lhe havia enviado com a sua anuência ao casamento.

Convém recordar que Dom Augusto no fundo era um francês, um Beauharnais sob o manto alemão de Leuchtenberg, e eu, suponho que como tal foi aceito, pois viva ainda devia estar, à época, em Portugal, a lembrança da ocupação de Junot e da devastação e depredação de suas tropas.

Este príncipe consorte estava destinado ao esquecimento.

Uma nova e mais antiga estirpe reinaria na gloriosa terra lusa. Não se falaria mais dele por muitos anos, até que a história, às vezes lenta, mas inexorável, lhe fez justiça.

A título de curiosidade, convém recordar que Dom Augusto foi um fenómeno genealógico:

Foi cunhado e genro de Dom Pedro IV, cunhado de Dom Pedro II do Brasil e irmão da sua madrasta, marido da enteada da irmã, neto do Rei da Baviera e neto por adoção de Napoleão I.

Nós o lembramos e o apreciamos, todavia hoje, como o marido de uma grande rainha.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019)

BIBLIOGRAFIA

- Arquivo Bernadotte, Estocolmo
- Arquivo Leuchtenberg, Munique
- Arquivo Museu Impérial, Petrópolis
- Bayern, A., *Prinz von-Eugen de Beurnais, der Stiefsohn Napoleons*. F. Bruckmann, München, 1950.
- Bayern, A. P. von, *Die Herzen der Leuchtenberg*. Prestei Verlag, München, 1953.
- Bonifácio, M.^a F., *D. Maria II - Temas e Debates*. Lisboa, 2007.
- Braga, P. D., *D. Maria II, uma Mulher entre a Família e a Política*. M, Lisboa, 2019.
- Bragança, D. Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e, *A Princesa Flor Dona Maria Amélia*. Região Aut. Da Madeira, Funchal, 2009.
- Cunha, R. V. da, *Do Título Ducal de Santa Cruz*. Archivo Nac. Rio de Janeiro, 1975.
- Krauss-Meyl, S., *Maria Leopoldina, Bayerns letzte Kurfürstin*. Verlag F. Pustet, Regensburg, 2002.
- Lemos, E. de, *Dona Maria II*, Lisboa, 1954.
- Martins, M.^a M. L., *D. Augusto de Leuchtenberg e Santa Cruz -Contributo para uma Biografia*. Univ. de Lisboa, Colibri, 2001.
- Maayr, F. X., *Das Leuchtenbergische Naturalien Kabinett in Eichstädt*. apud *Sammelblatt des Historischen Vereins Eichstädt*, N.º 68, 1975, pag. 43/53.
- Oberacker Jr., C. H., *O Duque de Santa Cruz, Augusto de Leuchtenberg e o Brasil*. Apud, *Geschichte von Staat, Wirtschaft u, Geschichte Lateinamerika*. Vol. 26, Böhlau Verlag, 1989.
- Pimentel, A., *A Corte de D. Pedro IV*. Lisboa, 1972.

- Reiser, R., *Das Ismaninger Schloss*. Gemeinde Ismaning, 1992.
- Rodrigues, A. M.^a S. A. (Coord.), *Casamentos da Família Real Portuguesa – Diplomacia e Cerimonial*. Circulo Leitores, 2 Vol., Lisboa, 2017.
- Schmidt, M.^a J., *A Segunda Imperatriz do Brasil — Amélia de Leuchtenberg*. Comp, Melhoramentos, São Paulo, 1927.
- Spreti, G. F. von *Das Reisejournal, Brasikianische Kaiserhochzeit 1829*. München, 2008.
- Torres, L. L., *Imperatriz Dona Amélia*. S. Paulo. 1947.
- Vidal, F. G. P., *Descendência de S. M. El-Rei o Senhor Dom João VI*. Guimarães a Cia. Ed. Lisboa, 1923.
- Zunker OSB, M.^a M., *St. Walburg in Eichstätt*. Kunstverlag .1 Fink, 2002.
- Zuquete, A. E. M., *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa, 1961.

O contributo de Sílvio Lima para uma história da psicologia em Portugal

MANUEL VIEGAS ABREU

INTRODUÇÃO

Está ainda por escrever uma História da Psicologia em Portugal. Este facto é revelador da pouca atenção ou do menor apreço que os psicólogos portugueses têm dedicado à análise crítica e avaliativa dos contributos que à delimitação, consolidação e expansão da Psicologia têm sido dados por estudiosos, investigadores, académicos e até mesmo profissionais de diversas áreas de intervenção prática. É certo que diversas têm sido as prioridades de desenvolvimento da disciplina, quer do ponto de vista da investigação e da fundamentação teórica, quer do ponto de vista da organização institucional e profissional. A necessidade, muitas vezes urgente, em concretizar essas prioridades tem remetido para plano secundário a importância a dar aos estudos históricos de avaliação do impacto que trabalhos de pesquisa, intervenções sociais ou publicações de autores do passado, tiveram na afirmação e reconhecimento da psicologia como *ciência* e como *prática*, enquanto área do saber ou do conhecimento acerca dos factores e processos do comportamento do homem nas relações com as suas circunstâncias de vida, e enquanto conjunto de intervenções úteis ao seu desenvolvimento e aperfeiçoamento.

Não podendo ainda dispor da desejada História da Psicologia em Portugal, é justo, porém, reconhecer que temos estudos parcelares de muito interesse sobre alguns investigadores ou sobre a influência marcante de criações suas, a que mais adiante faremos referência. Todavia, não dispomos de monografias sobre cada um dos autores relevantes, nem sobre a totalidade dos seus trabalhos, e falta-nos, sem dúvida, uma obra de conjunto suficientemente ampla para apreender a linha de sucessão ou de continuidade temporal em que se assinalem contribuições originais, eventuais rupturas e propostas de inovação teórica, epistemológica e metodológica.

Ao assinalar assim, no início desta comunicação, a falta de uma História da Psicologia em Portugal, é nosso propósito contribuir para a consciencialização dessa lacuna e lembrar que Sílvio Lima no artigo que publicou em meados do século passado, intitulado *A psicologia em Portugal*, reconheceu implicitamente a necessidade de uma obra dessa envergadura para a qual ele apresentou uma proposta de periodização, informações valiosíssimas sobre um conjunto de autores e obras relevantes, e ainda considerações sobre características comuns aos diferentes períodos. Este estudo de Sílvio Lima, embora conhecido, não foi até agora retomado. Outras tarefas indispensáveis ligadas à criação dos cursos superiores de Psicologia nas Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto, à formação de psicólogos e à concepção e acompanhamento da organização de estratégias de intervenção em diversos campos da prática psicológica constituíram o foco prioritário de uma geração de jovens investigadores que prosseguiram o esforço dos seus mestres Sílvio Lima e Émile Planchard, em Coimbra, e Moreira de Sá e Delfim Santos, em Lisboa.

Alcançados os objectivos pretendidos e consolidados os projectos que mobilizaram essa geração de investigadores e docentes universitários no desenvolvimento do ensino e da investigação da Psicologia nas Universidades Portuguesas, consideramos que é chegada a hora de revisitar a proposta de Sílvio Lima, submetendo-a a uma avaliação crítica que permita identificar os tópicos da sua actualidade e justificar a sua retomada e expansão.

ANÁLISE DO ARTIGO DE SÍLVIO LIMA: NATUREZA, OBJECTIVO E ESTRUTURA

O artigo, que pela sua brevidade o próprio autor designou de “*modesto ‘relâmpago’ ensaístico*”, destinava-se a integrar a *World Psychology*, projecto de publicação de âmbito mundial que Georges Kisher, professor da Universidade de Cincinnati, não chegou infelizmente a concretizar. O artigo foi, por isso, publicado, em 1949, no volume XXV da *Biblos*, revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

O artigo está organizado em duas partes. A primeira constitui um *esboço, sinopse ou resumo* das principais linhas da evolução que a Psicologia, enquanto “ciência positiva”, tomou no nosso país desde meados do século XIX, assinalando

três períodos distintos e indicando as características, os protagonistas e as criações ou obras mais marcantes e influentes de cada um deles.

A segunda parte sinaliza as características comuns a todos os períodos considerados e aponta as “linhas directrizes” de desenvolvimento futuro.

Para início da periodização, Sílvio Lima tomou os “meados do Séc. XIX como ponto de partida” situando aí o começo do processo evolutivo em que a Psicologia se autonomiza da Filosofia, afirmando-se como ciência positiva, experimental e métrica, tal como se desenvolveu primeiro na Alemanha, Grã-Bretanha e França, e pouco depois nos Estados-Unidos. Assim, são os seguintes os três períodos que Sílvio Lima reconhece na evolução da Psicologia em Portugal: o primeiro período é balizado entre meados do séc. XIX e 1914, o segundo decorre entre 1914 e 1941 e o terceiro vai de 1941 a 1950. Para cada um deles Sílvio Lima aponta as características gerais, os contextos epistemológicos dominantes, os principais protagonistas e as obras mais influentes.

O PRIMEIRO PERÍODO [MEADOS DO SÉC. XIX A 1914]

Caraterísticas, protagonistas e produções principais

O *contexto epistemológico* dominante neste primeiro período é influenciado pelo positivismo de Augusto Comte, pelo organicismo materialista-fisicista de Haeckel, Karl Vogt e Büchner e pelo evolucionismo de Lamark e Darwin. Apresenta, por isso, como *características gerais* a “libertação” da Psicologia relativamente à Filosofia, a crítica do “ontologismo teológico-metafísico” e a consciencialização crescente da possibilidade de construção da Psicologia como uma disciplina natural fundada em bases exclusivamente científicas. O interesse crescente pelos novos conceitos e problemas de natureza psicológica emerge em Portugal, tal como aconteceu também em muitos países europeus, por influência dos progressos realizados em disciplinas de observação e experiência como a biologia, a antropologia, a neurologia, a etnologia, a filologia, a sociologia, a pedagogia. A este propósito, afirma Sílvio Lima que é “*pela porta aberta*” destas ciências [...] que os pioneiros da psicologia iniciam o combate às tradições metafísicas aristotélico-escolásticas”, em que se apoiava a Psicologia Racional.

Relativamente aos *protagonistas principais* deste primeiro período, Sílvio Lima distingue um grupo de médicos psiquiatras, por um lado, e um grupo dos filólogos, etnólogos e antropólogos, por outro.

No grupo dos médicos psiquiatras são referidos: António Maria de Sena, António Magalhães Lemos, Miguel Bombarda, Júlio de Matos e José Bettencourt Ferreira.

Todos eles, tanto pelas suas publicações, como pelas suas actividades profissionais, notabilizaram-se por terem lançado as bases da investigação, do ensino universitário e da assistência psiquiátrica no nosso país.

No grupo dos filólogos, etnólogos e antropólogos, Sílvio Lima refere os trabalhos de Adolfo Coelho, José Leite de Vasconcelos e Basílio Freire. Os dois primeiros notabilizaram-se por serem os fundadores da Filologia e da Etnologia científicas, com estudos que influenciaram a investigação e o ensino das referidas disciplinas. Por seu turno, numa área diferente, Basílio Freire abriu caminhos ao desenvolvimento da antropologia patológica e da criminologia.

O SEGUNDO PERÍODO [DE 1914 A 1941]

Caraterísticas, protagonistas e produções principais

É neste período que a Psicologia se afirma entre nós como uma ciência autónoma, com especificidade própria e metodologia experimental, laboratorial e assente na medição de processos psicológicos, visando em paralelo mostrar a sua utilidade por intermédio de aplicações ou intervenções práticas, nomeadamente no campo médico-pedagógico e da orientação escolar e profissional.

O contexto epistemológico dominante continua a ser o positivismo, mas a emergência da especificidade dos fenómenos psíquicos acentua o empirismo associacionista e a análise elementarista.

Quanto aos protagonistas mais relevantes deste período, Sílvio Lima distinguiu também dois grupos: um grupo constituído por professores universitários e médicos-pedagogos, e um outro grupo constituído por neurologistas e psiquiatras.

No grupo de professores universitários e médicos-pedagogos, são apontados António Aurélio da Costa Ferreira, Alves dos Santos, Faria de Vasconcelos e Matos Romão. Além de investigadores e autores de trabalhos científicos importantes, todos eles deixaram obras que constituem marcos históricos na evolução da

psicologia em Portugal. Assim, António Aurélio da Costa Ferreira fundou o Instituto, que ficou com o seu nome, de apoio médico-psicopedagógico a crianças deficientes, Alves dos Santos fundou, na Universidade de Coimbra, em 1912-14, o primeiro Laboratório de Psicologia Experimental que funcionou no nosso país, Faria de Vasconcelos criou, em 1924, o Instituto de Orientação Profissional anexo à Universidade de Lisboa e Matos Romão fundou, em 1926, o Laboratório de Psicologia Experimental na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

De entre os neurologistas e psiquiatras, Sílvio Lima refere Sobral Cid, Elísio de Moura, Egas Moniz, António Flores e Diogo Furtado.

Segundo Sílvio Lima, os psiquiatras deste período revelaram nas obras a influência de novas orientações teóricas e metodológicas pela valorização do contexto social na compreensão e tratamento das perturbações mentais. Por sua vez, os neurologistas distinguiram-se por realizarem avanços significativos no conhecimento da organização e funcionamento do cérebro e na invenção de métodos e técnicas da sua visualização.

O TERCEIRO PERÍODO [DE 1941 A 1950]

Caraterísticas, protagonistas e produções principais

Este período é caracterizado por uma “viragem de orientação teórica e metodológica”, na medida em que ao lado da psicologia laboratorial, analítico-naturalística, experimental e métrica, segundo o modelo de Fechner e Wundt, emerge uma psicologia descritiva, hermenêutica, compreensiva, humanística, “abissal” e biotipológica.

O contexto epistemológico torna-se agora plural, acolhendo a influência quer da Psicanálise quer das concepções de Dilthey, Brentano e Husserl, suscitando a renovação de categorias conceptuais e metodológicas repelidas pela epistemologia positivista. Estão neste caso os conceitos de valor, significação, situação, complexo, conflito, adaptação, estrutura, totalidade. forma, tipo e intencionalidade.

A escolha do ano de 1941 para “marco cronológico” do novo rumo que os estudos psicológicos em Portugal apresentaram neste período é justificada por Sílvio Lima por ter sido esse o ano da remodelação do “Instituto Aurélio da Costa Ferreira”, operada por Vítor Fontes, assim como do “Instituto de Orientação

Profissional”, conduzida por Oliveira Guimarães. A estes dois acontecimentos, Sílvio Lima junta o “*momento feliz*”, no ano de 1942, da abertura oficial do “Hospital Júlio de Matos” que considerou constituir um “*centro médico-social de assistência e profilaxia das moléstias e anomalias mentais, escola de formação técnica psiquiátrica e foco de estudos propriamente psico-científicos.*”

Quais são os investigadores e estudiosos que Sílvio Lima aponta como sendo os mais influentes neste período? Além de Victor Fontes e de Oliveira Guimarães, já mencionados, Sílvio Lima refere os nomes dos professores universitários de psicologia e de pedagogia Delfim Santos, em Lisboa, Newton de Macedo, no Porto, Emile Planchard e o próprio Sílvio Lima, em Coimbra. De entre os neurologistas e psiquiatras, menciona os continuadores de Egas Moniz e A. Flores e o professor de psiquiatria Barahona Fernandes.

BALANÇO AVALIATIVO

Feita a apresentação das características principais, dos protagonistas mais influentes e das obras mais relevantes de cada um dos três períodos da evolução da psicologia em Portugal, Sílvio Lima na segunda parte do seu artigo, em jeito de balanço avaliativo, sinaliza as características transversais aos diferentes períodos, formula breves apreciações críticas, e aponta, por fim, as “linhas directrizes” de desenvolvimento futuro.

No referido balanço, Sílvio Lima considerou que “*a psicologia portuguesa teve sempre um carácter pragmático, de objectivo pedagógico-sociológico, [...] visando a formação e a reformação mental e ética do homem*”. Neste mesmo sentido, afirmou que “*o psicólogo luso dir-se-ia sentir-se mais atraído pela problemática da vida concreta e real do que pelo labor puramente teórico, lógico-especulativo do laboratório*”. Reconhecendo que os estudos portugueses de psicologia têm sido elaborados quase só por médicos, psiquiatras, sociólogos, filólogos e pedagogos, e não propriamente por psicólogos profissionais, lamenta que “*as nossas Universidades e Institutos não tenham tido condições propícias ao aparecimento de poderosas individualidades criadoras à Wundt, Piéron e Michotte*”. E acrescenta esta nota crítica, bastante incisiva, “*A nossa psicologia “universitária”, vinculada às Faculdades de Letras de Coimbra e de Lisboa, não pôde e não soube ainda — por motivos externos e internos [...] — estruturar-se e laborar como*

órgão científico de cultura psicológica". Um juízo igualmente muito negativo é dirigido aos "Cursos de Ciências Pedagógicas" criados nas Faculdades de Letras em 1930, em substituição das "Escolas Normais Superiores" de 1911, e destinados à formação teórico-pedagógica dos professores do ensino secundário. O juízo crítico apontava nomeadamente o divórcio existente entre a componente *teórica* e a componente *prática* da referida formação, a cargo respectivamente das universidades e das escolas de ensino secundário, que não conseguiram articular-se.

Quais as directrizes de evolução que Sílvio Lima apontou para o futuro da Psicologia em Portugal?

Uma primeira directriz, formulada quase em jeito de recomendação, apontou que "deviam" ser mantidas e reforçadas as tendências pragmáticas, pedagógicas e sociais assinaladas como características comuns aos estudos dos períodos anteriores.

O desenvolvimento científico a promover deveria focar-se prioritariamente em áreas diferenciadas. A Orientação profissional e a selecção profissional ficaria a cargo do Instituto Maria Luísa Barbosa de Carvalho (IOP) e das suas delegações provinciais a criar. A Psicologia Experimental, a Pedologia, Pedagogia, Didáctica Experimental e Orientação escolar teriam as Faculdades de Letras por principais centros de investigação e ensino. Por seu turno, as Faculdades de Medicina e de Ciências dedicar-se-iam ao desenvolvimento da "Antropologia normal e patológica", Psiquiatria, Neurologia e Zoopsicologia. Por fim, a "Médico-psicopedagogia" e a "Neuropsiquiatria infantil" teriam o Instituto Aurélio da Costa Ferreira e o Hospital Júlio de Matos como polos especializados de desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSTAS

O estudo de Sílvio Lima, não obstante a sua brevidade e o seu carácter esquemático, espécie de "*relâmpago ensaístico*" como o próprio o qualificou, lança as bases e indica as fontes principais para a organização de uma *História da Psicologia em Portugal* entre meados do século XIX e meados do século XX.

A periodização nele proposta pode ser revista e actualizada, mas constitui, no essencial, um princípio aceitável de categorização e de organização das ideias, das realizações e dos protagonistas mais influentes.

Apesar de desfasamentos inevitáveis, as directrizes que, em 1949, Sílvio Lima apontou para o desenvolvimento futuro da psicologia em Portugal revelaram assinalável valor prognóstico. Podemos dizer que Sílvio Lima anteviu de algum modo o horizonte de progresso continuado que a psicologia conheceu ao longo do século XX.

Para uma desejável História da Psicologia em Portugal que importa necessariamente ser escrita, o longo período cronológico considerado no estudo de Sílvio Lima tem obviamente de ser ultrapassado nas duas dimensões temporais que o limitam. Com efeito, ela terá de ter em conta, por um lado, os múltiplos e diversos contributos anteriores à constituição da psicologia como disciplina científica, e, por outro lado, os múltiplos e amplos desenvolvimentos que a psicologia conheceu desde 1950 até hoje.

Terá de comportar as fases pré-científicas da evolução da psicologia, segundo linhas esboçadas pela Prof.^a Maria Isolina Borges em artigos publicados, na década de 80, no *Jornal de Psicologia*, e pelo Prof. José Ferreira Marques no artigo “Perspectivas internacionais en la historia de la psicologia en Portugal” saído na *Revista de Psicologia General y Aplicada*, no ano 2000. Ambos fazem remontar as raízes precursoras da psicologia em Portugal nas obras de Pedro Hispano, filósofo, teólogo e médico, um cientista de renome europeu em pleno século XIII. Importa, por conseguinte, proceder ao reconhecimento e delimitação de cada uma das fases da evolução pré-científica dos conhecimentos de psicologia no nosso país, identificando e analisando estudos, publicações e eventualmente realizações que tiveram um impacto historicamente relevante.

Para a elaboração de uma História da Psicologia em Portugal, afigura-se assim indispensável proceder a uma sistemática e analítica incursão no passado anterior a meados do século XIX, mas torna-se igualmente indispensável inventariar acontecimentos, decisões legislativas, trabalhos de investigação e publicações que foram ocorrendo após 1950, pauteando ao longo da segunda metade do século XX o progressivo e continuado desenvolvimento que a Psicologia em Portugal conheceu a ponto de se tornar na realidade pujante que ela é hoje, uma realidade assertiva, segura de si, de resultados benéficos e promissores, ocupando por direito próprio um lugar imprescindível e influente no harmonioso concerto das ciências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, M. V., Relembrando “O Problema da Reconhecimento” de Sílvia Lima. Mestre do “espírito crítico” e do “método experimental”, *Biblos*, Ano LV. Coimbra, 1979.
- Borges, I., História de Psicologia em Portugal (I): uma hipótese de abordagem histórica, *Jornal de Psicologia*, Ano 2, N.º 2, 1983, p.3.
- Borges, I., História de Psicologia em Portugal (II): contributo do pensamento português até ao séc. XVI *Jornal de Psicologia*, Ano 2, N.º 3, 1983, p. 4.
- Borges, I., História de Psicologia em Portugal (III): dos fins do séc. XVI aos primórdios do séc. XVIII, *Jornal de Psicologia*, Ano 3, N.º1,1984, p. 7.
- Borges, I., História de Psicologia em Portugal (IV): Evolução do pensamento português de Luís António Verney a Silvestre Pinheiro Ferreira, *Jornal de Psicologia*, Ano 3, N.º 2, 1984, p. 5.
- Borges, I., História de Psicologia em Portugal (V): O séc. XIX e os primórdios do séc. XX, *Jornal de Psicologia*, Ano 4, N.º 1, 1985, p. 18.
- Borges, I., História de Psicologia em Portugal (VI): Da década de 20 à década de 50, *Jornal de Psicologia*, Ano 4, N.º 3, 1985, p. 18.
- Jesus, S. N. de, *Psicologia em Portugal. Balanço e Perspectivas*, Quarteto Editora, Coimbra, 2003.
- Lima, S., A psicologia em Portugal, *Biblos-Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, Vol. XXV, pp. 277-285 (1949).
- Marques, J. F., *Apresentação da obra de Faria de Vasconcelos*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1986.
- Marques, J. F., Perspectivas internacionales en la historia de la psicología en Portugal, *Revista de Psicología General y Aplicada*, 53 (4), pp. 599-606 (2000).
- Marques, J. F., Nuttin, Fraisse e a Psicologia em Portugal, *Psychologica*, Coimbra, pp. 53-58 (2004).
- Oliveira, A. M. e Abreu, M.V., The reception of experimental psychology in Portugal in the early decades of the 20th century: the creation of the first portuguese laboratory of experimental psychology as a privileged analyzer, *Revista de Historia de la Psicología*, Vol. 33, n.º 4, pp. 37-56 (2012).

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO 14 DE NOVEMBRO DE 2019)

O pensamento liberal de Silvestre Pinheiro Ferreira nos 250 anos do seu nascimento

JOSÉ ESTEVES PEREIRA

*“Portugal é um país em que somente
se percebem e frutificam as
ideias sociais da Besta Esfolada. Tudo o que não for isto,
é semente caída sobre penedos.
Ninguém lê Silvestre Pinheiro Ferreira (...)*

CAMILO CASTELO BRANCO, *O RETRATO DE RICARDINA* (1868)

1.

Silvestre Pinheiro Ferreira (1769–1846), publicista e filósofo, não obstante ter desempenhado cargos de Estado, quer na Corte de Portugal no Brasil, quer durante o vintismo, foi mais um teorizador do que um agente político. No entanto, a vasta experiência europeia, desde a atividade diplomática e negocial em Berlim, nos princípios do século XIX, até à observação privilegiada que teve dos acontecimentos durante o exílio voluntário na França, entre 1825 a 1842, onde granjeou reconhecimento internacional, permitiram-lhe elaborar uma obra das mais significativas sobre a realidade político-constitucional da primeira metade de Oitocentos embora as suas ideias tivessem pouca repercussão em Portugal como aparece corroborado na epígrafe que escolhi para o presente estudo.

Pensador estruturalmente liberal, encontramos em Silvestre Pinheiro Ferreira afinidades com Benjamin Constant (1767–1830) estando bem presente na sua argumentação a conciliação entre *ordem* e *liberdade* próprio do clima político e social europeu posterior a 1815. O equilíbrio do *democratismo* com a *autoridade*, a harmonização da liberdade política com o “império” da lei, que o aproximam de

Royer-Collard (1763–1845) ou a ideia de progresso integrador de fraturas sociais, como se verifica em François Guizot (1787–1874) serão desenvolvidas, em todo o caso, de modo próprio. Avesso ao voluntarismo político e ao contratualismo de tipo rousseauista, Silvestre Pinheiro Ferreira no âmbito da fundamentação utilitarista que é axial no seu pensamento filosófico apontaria, ainda, numa fase mais adiantada da vida, para soluções que permitissem harmonizar os interesses do capital *versus* situações sociais graves decorrentes do pauperismo crescente. Foi nesse sentido, também, que procurou fazer uma leitura social do problema económico apresentando propostas destinadas a diminuir a crise emergente tal como Eugène Buret (1810–1842) a expendeu em *De la misère des classes laborieuses en France et en Angleterre* (1840). Quanto ao pensamento económico de Pinheiro Ferreira cumpre destacar a docência parisiense tomando como referência didática J.R. McCulloch (1789–1864), embora dele discordando em muitos pontos.

2.

Silvestre Pinheiro Ferreira¹ nasceu em Lisboa a 31 de Dezembro de 1769, filho de “fabricantes” de seda da manufatura do Rato e estudou na Congregação do Oratório, na casa de Nossa Senhora das Necessidades, que abandonou em 1791. Foi depois professor de Filosofia Racional e Moral no Colégio das Artes da Universidade de Coimbra, a partir de 1794. Entretanto, tendo sido alvo de buscas efetuadas pela polícia na sua residência coimbrã, quando se encontrava em Lisboa, tomou a decisão de se exilar conseguindo o apoio de José Correia da Serra e de António de Araújo de Azevedo com os quais viajou pela Europa vindo depois a ser incumbido de tarefas diplomáticas em Haia. Entre 1802 e 1804 exerceu o posto de Encarregado de Negócios de Portugal em Berlim, e aí permaneceu até 1807, antes de se dirigir para o Brasil onde dá aulas de filosofia que foram sendo publicadas na Imprensa Régia, sob o título de *Preleções Filosóficas sobre a teoria do discurso e da linguagem, a estética, a diceósina e a cosmologia*.

¹ Sobre a biografia e o ambiente político-cultural da época de Silvestre Pinheiro Ferreira ver: Esteves Pereira, J., *Silvestre Pinheiro Ferreira – O seu pensamento político*, Coimbra, 1974, pp. 1-27 e Sobral Cunha, R., *A teoria silvestrina da harmonia do Universo*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008, pp. 39-105.

Na sequência do movimento de revolta fluminense de 26 de Fevereiro de 1821 foi chamado a exercer funções de Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Acompanha, entretanto, D. João VI com o objetivo de jurar as bases da Constituição no regresso da Corte a Lisboa tendo sido Pinheiro Ferreira que, em 4 de Julho de 1821, procedeu à leitura do discurso régio que com toda a probabilidade redigira ou pelo menos esboçara. As ideias expostas estiveram longe de serem bem recebidas por uma parte significativa dos constituintes como, brevemente, se verá. Depois de curto interregno, Silvestre Pinheiro Ferreira vem a assumir o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros até ao termo do vintismo a que se seguirá um longo exílio voluntário em Paris onde permaneceu desde 1825 até ao princípio da década de 40 entregando-se a extensa e aprofundada meditação filosófica e jus-constitucional. Teve oportunidade, então, de compaginar várias soluções constitucionais europeias e afirmar-se como autor reconhecido no campo do direito público interno e externo. Interessou-se, igualmente, pelos problemas sociais e económicos daquele tempo. Em 1831 é consultado por D. Pedro para avaliar, com outros conselheiros, a situação em Portugal e pronunciar-se sobre as medidas a tomar em face de uma eventual mudança de regime que obstasse à ilegitimidade de D. Miguel. No período setembrista, Pinheiro Ferreira foi eleito deputado em 1837 e 1838, mas não toma posse do lugar. Regressou a Portugal em 1842 sendo bem acolhido, nomeadamente, por gerações mais novas continuando a aprofundar a sua obra filosófica e teodiceica tendo redigido em francês *Théodicée ou traite élémentaire de la religion naturelle et de la religion révélée*.²

3.

No Brasil, em 1814 e 1815, a pedido do Príncipe Regente, Silvestre Pinheiro Ferreira elaborou umas *Memórias Políticas sobre os abusos gerais e modo de os reformar e prevenir a revolução popular*. Em ambiente pré-vintista, o futuro ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra de D. João VI, preconizava uma reforma institucional e administrativa a partir da própria instituição

² O texto inédito, datado de 1845, foi fixado e traduzido para português, em 2005, por Rodrigo S. Cunha, em edição da Imprensa Nacional-Casa da Moeda como um prefácio de António Braz Teixeira.

monárquica absolutista. Tais alvitre vieram, depois, a ser clarificados num conjunto de cartas de destinatário desconhecido na sequência dos acontecimentos de Agosto de 1820. Preconizando o regresso do monarca a Lisboa, no sentido de manter os direitos da Coroa, aconselhava que seu filho D. Pedro assumisse funções de Regente na colónia do Brasil. Sem alterar o essencial da sua proposta anterior, perante a situação *de facto* da revolta portuense o que Silvestre Pinheiro Ferreira defendeu, correspondendo a uma nova solicitação do agora Rei D. João VI, era a formalização de um texto constitucional que iria no sentido das pretensões populares mas com características de certa semelhança a uma carta constitucional. Essas ideias foram discutidas no Brasil na altura em que o então Conde de Palmela, tendo chegado à Corte do Rio, deu conta da situação revolucionária vintista. No fundo, nesta altura — estamos em Fevereiro de 1821 — a doação de uma constituição seria, porventura, a única forma de desvalorizar a revolução pela revolução. Não se pode afirmar, aliás, se na avaliação silvestrina das circunstâncias que são prévias à presença do Rei nas Constituintes não perpassa, de certo modo, a influência de Edmund Burke para quem a vontade e os interesses do grande número raramente coincidem ao mesmo tempo que se contesta, liminarmente, o direito absoluto do indivíduo. O que é líquido é a sua posição verbalizada sobre os ecos da influência da Constituição espanhola de 1812 e o democratismo que a define é um total repúdio por tal protótipo de liberalismo. Assim, no imediato, o rei devia esperar que fosse acolhida uma constituição por ele outorgada e não aceitá-la imposta. Além do mais, grassavam no Brasil as primeiras manifestações de adesão à revolução da metrópole. Também aqui há que entender Silvestre Pinheiro Ferreira na dimensão conjugada dos princípios e da prática política. Se a já sentida sublevação das províncias se generalizasse, optando-se por uma autoridade e legislação inexistentes, quebrava-se o vínculo social da monarquia e as respetivas relações políticas. Importava por isso, atendendo à decisão do regresso da Corte a Lisboa, ainda a partir do Brasil ou em outros pontos do território nacional, marcar uma posição firme. Silvestre Pinheiro Ferreira, tendo em conta que a Baía ainda não estava sublevada, era de parecer que daquele ponto o rei devia dar ordens e afirmar a autoridade do Estado. Palmela foi o único que concordou com esse expediente. Justificava-se, igualmente, um delineamento da atitude a tomar pelo monarca perante a situação. D. João VI

transmitiu deste modo as suas motivações, de modo pessoal, ao ministro, entretanto, demissionário:

“Portanto é necessário que, chegando nós à Europa, constem á nação os meus constantes desejos de contribuir, quanto em mim cabe, para a prosperidade dos meus vassallos e os extraordinários esforços que tenha feito, sobretudo nestes últimos tempos, para manter unidos debaixo de uma só lei todos os domínios da minha real coroa, que não sem grande mágoa vejo caminharem para uma total dissolução. É preciso acautelar esta desgraça, e é preciso, que se faça saber à nação portuguesa e ao mundo inteiro, que se tal acontecer, foi pelo inevitável encadeamento dos sucessos, e não por falta de eu dar aquelas providências, que estavam ao meu alcance. Ora para isto preciso do vosso serviço, e por conseguinte de nenhum modo venho na vossa demissão”³.

Esta motivação, em que ressoa acentuado paternalismo, não correspondia, todavia, à atitude mais racional e pragmática de Pinheiro Ferreira que, embora avesso a um democratismo radical, não enjeitaria a ideologia liberal de teor moderado. Entretanto, será ele, como já tive ocasião de referir, que falará em nome do Rei, em 4 de julho de 1821, na sequência do ato de juramento, em resposta ao discurso do Presidente das Cortes José Joaquim Ferreira de Moura (1776–1829). É muito provável que a autoria da fala régia, como já afirmei, tenha sido redigida por Pinheiro Ferreira atendendo à consonância do que expendeu com o seu modo de pensar gerando, naturalmente, acesa polémica que nos é transmitida nos diários das sessões posteriores ao dia 4 de julho. Os pontos essenciais do conflito gerado pelo teor da fala de D. João VI residem na diferente forma de enquadrar o exercício do poder. Ferreira de Moura, lembrando os momentos fastos da Monarquia, exaltava D. João VI a par de D. Afonso Henriques, de D. João I e D. João IV invocando, assim, os ciclos de fundação e regeneração pátria distinguindo nas presentes circunstâncias “males passados” versus “prosperidades futuras”⁴. Mas na leitura do Presidente do Soberano Congresso também ficava clara a divisão entre os poderes legislativo, executivo e judiciário. De modo perentório se

³ “Cartas sobre a Revolução do Brasil”, in Silvestre Pinheiro Ferreira, *Idéias Políticas*, Rio de Janeiro, PUCR, 1976, p. 103.

⁴ Cfr. Santos, C. J. dos, *Documentos para a história das Cortes geraes da Nação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, T. I, p. 208.

sublinhava que “o poder que se nos delegou já se acha dividido entre as Cortes e o Rei. Toca às cortes fazer a lei, toca a vossa majestade fazê-la executar”⁵. Todavia a resposta régia lida por Silvestre Pinheiro Ferreira colidiu, frontalmente com a posição parlamentar na medida em que se declarava que “o exercício da soberania consistindo no exercício do poder legislativo, não pode residir separadamente em nenhuma das partes integrantes do governo mas sim na reunião do monarca e deputados escolhidos pelos povos, tanto aquele como estes, para formarem o supremo conselho da nação”⁶. Ou seja, o monarca, por um lado, não podia exercer só o poder legislativo o que redundaria em despotismo. Mas, por outro lado, se a Câmara de Deputados intentasse exercitar tal poder exclusivamente verificar-se-ia o estado de oclocracia, tido por algo monstruoso. O conceito de oclocracia será largamente teorizado por Pinheiro Ferreira quando procedeu a uma aprofundada sistematização da sua obra jus-política, mas o que se consubstanciava na fala régia e com a qual o seu ministro concordava plenamente era, por um lado, a oposição aos excessos democráticos e, por outro lado, a defesa intransigente de um conceito de representação em que o rei congregasse, ele próprio, a representação nacional tal como, aliás. Silvestre expusera nas *Cartas sobre a revolução do Brasil*. O que distinguiria as Cortes das assembleias democráticas consistia em que “nestas basta que a proposição se vença à pluralidade de votos de seus respetivos deputados para logo ser lei de Estado, quando, pelo contrário, nas cortes constituintes é preciso o consentimento do Rei, representante permanente da Nação para que a posição acordada no Corpo dos representantes eletivos e amovíveis da mesma Nação adquiram a categoria de Leis”⁷. O que parecia subjazer, assim, na perspetiva silvestrina que se plasmou no discurso régio é a atitude das fundadas dúvidas de que fosse possível expressar a vontade nacional por via revolucionária tendo como referência paradigmática a Constituição espanhola de 1812 com a qual uma parte significativa dos deputados vintistas simpatizava. A resposta mais assertiva, entre outras produzidas pelos constituintes, sobre o discurso régio, partiu de Manuel Borges Carneiro (1774–1833) ao afirmar que “não há ideia copulativa entre El-Rei e as Cortes. Nos atos legislativos, El-Rei tem a Sanção, e o *veto* suspensivo, mas nele não reside o poder de fazer as leis”⁸.

⁵ Idem, *ib.*

⁶ Idem, p. 211.

⁷ *Cartas sobre a revolução...* cit., p. 61.

⁸ Borges Carneiro, M., *Diário das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa*, n.º 124/11-

Silvestre Pinheiro Ferreira, no seu posicionamento crítico relativamente à marcha dos acontecimentos, na transição do regime absolutista para o representativo liberal, chamaria a atenção não só para a necessidade de obviar à indeterminação de princípios mas, também, para a necessidade de estabelecimento de leis orgânicas. Em Silvestre Pinheiro Ferreira, todavia, na sua atitude crítica, não se vislumbra qualquer intenção contrarrevolucionária. E quando teve oportunidade de estruturar melhor o seu pensamento político deparamos com um liberalismo integrador, de formulação moderada. O contratualismo de Silvestre Pinheiro Ferreira irá num sentido de continuidade histórico-social e não a partir do estado de isolamento que propicia o contrato. O igualitarismo rousseauista, a “tirania” da vontade geral, contendia, no entender de Pinheiro Ferreira, a um ordenamento sociopolítico fundado nas diferenças inerentes à natureza humana que se poderia resolver em sentido utilitário mediante uma lei do justo, afim da máxima de Bentham enunciada como *the greatest happiness to the great number*.

4.

Perante este pano de fundo de coordenadas teóricas compreende-se a posição de Silvestre Pinheiro Ferreira tanto relativamente ao vintismo como às crises que se lhe seguiram, sublinhando o publicista a fragilidade constitucional que pecava por excesso de voluntarismo político. Além do travejamento mais sistematizado das suas ideias em obras como *Cours de Droit Publique interne et externe* publicadas em Paris, entre 1830 e 1838, devotou-se, igualmente, a uma pedagogia cívica de que é exemplo um substancial *Manual do Cidadão em um Governo representativo ou Princípios de Direito Constitucional, Administrativo e das Gentes*, publicado em 1834, em três volumes, constituindo o último um *Projeto de Código Geral* que pretendia ser “a pura expressão das opiniões políticas que de quarenta anos a esta parte havemos constantemente professado”⁹ reportando-se, portanto, a 1814, data em que o Príncipe Regente, futuro D. João VI, como se viu, lhe pediu um parecer sobre a situação política.

VII-1821 (T. II), p. 1496.

⁹ Pinheiro Ferreira, S., *Manual do Cidadão em um Governo representativo ou Princípios de Direito Constitucional, Administrativo e das Gentes*, Tomo III, p.v.

É muito extensa e pormenorizada a estruturação jus constitucional de Pinheiro Ferreira mesmo na obra de maior acessibilidade de leitura como acontece com o *Manual do Cidadão*. Para Silvestre Pinheiro existem três princípios liminares: *liberdade individual, segurança pessoal e propriedade real*¹⁰. Por *liberdade individual* entende-se o gozo da liberdade de correspondência, de residência, de indústria e a livre manifestação de opinião expondo o jurista português, no contexto dos princípios enunciados e explicados, até que ponto há possibilidade de cercear direitos. Quanto à *segurança pessoal* estamos perante um direito que implica duas ordens de deveres. Por um lado, não atentar contra a vida e a propriedade de ninguém, por outro lado, socorrer, na medida das faculdades de cada um, todo o cidadão que, por razões de ordem natural ou em casos de ofensa contra a sua vida, saúde ou tranquilidade, necessitar de ajuda. No que concerne ao *direito de propriedade* consiste na faculdade que todo o cidadão possui de dispor livremente daquilo que obteve pelo seu trabalho, por doação, mediante troca, compra ou por legítima ocupação. Quanto aos poderes políticos, Pinheiro Ferreira considera o poder *eleitoral, o legislativo, o judicial, o executivo e o conservador*¹¹. Esta separação de poderes, aparentada com aquela que Benjamin Constant defendera, difere nos pressupostos explicativos e no modo como concebe o *poder conservador*. O *poder eleitoral* consiste no direito de eleger e nomear para os cargos civis e políticos, e designar, igualmente, os cidadãos que, por seus serviços, se fazem beneméritos das recompensas nacionais mediante um processo gradativo. Preocupado com a capacidade eleitoral, ao arripio de mecanismos de tendência plebiscitária ou eleitoralista, Pinheiro Ferreira distingue os que ao elegerem são capazes de conhecer quais são as qualidades requeridas daqueles que, embora não conheçam as ditas qualidades, conhecem quem possa estar ciente delas. Por fim, lembra o constitucionalista, a grande massa dos que, definitivamente, não se encontram em condições de emitir opinião fundada sobre quem possa ser elegível. A filosofia eleitoral que subjaz a tal distinção significa a esclarecida representação de interesses dos constituintes na medida em que aqueles sejam, também, os interesses gerais da nação. Para tanto, devem-se escolher os que possuem os

¹⁰ Cfr. Esteves Pereira, J., *O essencial sobre Silvestre Pinheiro Ferreira*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 38.

¹¹ *Idem*, pp. 40-48.

necessários conhecimentos especializados. É neste sentido que encontramos, na teorização proposta, uma cotação ou hierarquia a partir da seguinte seriação das doze “classes” de moradores que para o autor do *Manual do Cidadão* lhe pareciam agrupar o universo profissional do seu tempo: 1. Agricultura, 2. Minas, 3. Artes e Ofícios, 4. Comércio, 5. Marinha, 6. Exército, 7. Obras Públicas, 8. Fazenda, 9. Justiça, 10. Instrução Pública, 11. Saúde Pública, 12. Secretaria de Estado e Negócios Estrangeiros. Os representantes de cada classe seriam eleitos pela classe imediatamente inferior, por membros da mesma classe ou da imediatamente superior. Entretanto, o boletim de voto consignaria graus de estima, devendo o eleitor considerar o candidato como superior, mediano, inferior, inibido, duvidoso ou inadmissível. A soma dos valores numéricos de estima classificariam o candidato. O resultado seria, nesta perspectiva, um tanto artificioso, eleger não o candidato que tem preferência aos olhos de cada eleitor, mas o que goza de mais alto grau de estima na opinião de todos os eleitores. O poder *legislativo* contemplava um sistema bicamaral: a *Câmara dos Pares* ou *Senadores* e a *Câmara dos Deputados*. Reservava-se para a Câmara dos Pares um claro sentido de representação regional, estando implicada na formulação apresentada uma prevenção expressa relativamente aos interesses da grande propriedade, à ordem da nobreza e do envolvimento de equilíbrios políticos no contexto parlamentar. Sublinharia o publicista, a esse propósito, o erro de se considerar que o Rei representa a Coroa, a Câmara dos Pares a grande propriedade (ou a nobreza) e a Câmara dos Deputados o Terceiro Estado, quando, na verdade, toda e qualquer individuação representativa de grupo ou de pessoa singular seria contrária ao desiderato de fazer leis necessárias ao bem geral do Estado. No que respeita ao poder *judicial* deparamos em Pinheiro Ferreira com uma adaptação do sistema judiciário anglo-saxónico. A articulação do jurisconsulto ou juiz e do júri permitirão a melhor aplicação da lei ao concreto dos factos e a correta atribuição da pena ou da absolvição. Dentro desta ordem de ideias, distingue júris de natureza geral e júris de carácter especial, nomeadamente de teor técnico, por exemplo, no campo da agricultura ou do comércio. Quanto ao *poder executivo* a sua principal função consiste na faculdade de dispor as forças da comunidade a bem do cumprimento das legítimas decisões dos diversos poderes políticos do Estado. No contexto da explanação constitucional a que procede refere-se, entretanto a distintas formas políticas monárquicas. Na *monarquia* a direção do poder político

é confiada a uma pessoa e na oligarquia a um corpo coletivo. A monarquia pode ser *democrática* (onde não há privilégios) ou *aristocrática* (onde há privilégios). A monarquia pode, por seu turno, ter uma feição eletiva, hereditária, representativa, absoluta, despótica e tirânica. A propósito da monarquia hereditária, Pinheiro Ferreira esclarece que a expressão é viciosa por dar a entender que na sucessão ao trono há alguma coisa que se pareça com um direito de propriedade. A realeza, na ótica do publicista, sendo um emprego público, não é propriedade de ninguém. O princípio de representação que subjaz a esta posição significa, de modo exemplar, a exigência de responsabilidade para todos os empregos e a publicidade de todos os atos praticados e a propósito da irresponsabilidade régia e da expressão corrente de que o rei reina mas não governa, defende, com certa veemência, para o monarca um papel de conceção e direção articulado com a execução responsável dos ministros de Estado de tal modo que a assinatura dos atos da realeza sejam referendados pelos ministros a bem das atribuições que a Constituição lhe confere. Silvestre Pinheiro Ferreira não esquece, também a este propósito, os limites do exercício político do monarca invocando a raiz popular e tradicional do poder régio em Portugal.

Entretanto, o *poder conservador* surge como instância harmonizadora e moderadora no propósito de salvaguardar os direitos que competem a cada cidadão, contribuindo para que se assegure a independência dos distintos poderes políticos de modo a que não sejam usurpadas competências próprias. Há uma evidente sintonia entre Silvestre Pinheiro Ferreira e Benjamin Constant nesta matéria o que o leva a afirmar que “a opinião de um publicista tão ilustre como o Sr. Benjamin Constant a este respeito é tanto mais preciosa para mim que, tendo eu próprio meditado sobre tal assunto, cheguei aos mesmos resultados, com a única diferença de que este poder me parece inerente ao exercício dos outros quatro, o legislativo, o executivo, o judiciário e o eleitoral, enquanto o Sr. Benjamin Constant o considera como um apanágio da realeza. Eu dei-lhe o nome de poder conservador; e ainda que pouco importe que se lhe dê uma ou outra destas denominações seria da opinião que se empregassem os dois, servindo o de *conservador* como mais geral e comum aos quatro poderes, e o de moderador, para designar as atribuições do poder conservador exclusivos da coroa”¹². No entendimento de

¹² Pinheiro Ferreira, S., *Cours de Droit Publique interne et externe*, Paris, 1830, T. I, p. 414.

Silvestre Pinheiro Ferreira, o exercício deste poder residia nos cidadãos que poderiam usar do direito de petição junto do procurador de justiça. Mas a sua vigência encontrava-se consignada, igualmente, no exercício dos vários poderes com alcance inspetivo.

5.

O liberalismo de Silvestre Pinheiro transparece, igualmente, nas suas opções de natureza social e económica, importando sublinhar, por um lado, a recorrente tematização de feição utilitarista e, por outro lado, a contemporização possível entre as conceções clássicas liberais da economia e os possíveis corretivos de natureza social. O utilitarismo silvestrino exprime-se pelo universalismo da utilidade, sem cair num pragmatismo egoísta. O maior bem possível de todos em geral, e de cada um em particular, de sentido imanente, é caracterizado pela busca do *maximum* de felicidade possível, dentro da sociedade historicamente constituída. Avesso ao legalismo virtuoso de Rousseau, o pensador português aproxima-se e supera o utilitarismo calculado de Bentham no sentido de encontrar soluções políticas que harmonizem os múltiplos interesses sociais sem descurar todo um projeto de reformas a efetivar. Foi, justamente, neste sentido que veio a propor um conjunto de medidas que fizessem face ao pauperismo das classes laboriosas no termo da primeira metade de Oitocentos com a elaboração de um *Projeto de Banco de Socorro e Seguro Mútuo* (1836) e, sobretudo, com o *Projeto de Associação para a Melhoria da Sorte das Classes Industriais* (1840), Pinheiro Ferreira, com estas propostas, pretendia contribuir para a diminuição da crise social avassaladora do seu tempo bem ilustrada através da obra de Eugène Buret a que já tive ocasião de me referir. Em Paris pôde o publicista observar, privilegiadamente, as reações do proletariado, em face da concentração da propriedade agrária e industrial que antecedeu o desenlace revolucionário de 1848. No projeto de associação, Pinheiro Ferreira remonta às utopias de Platão, Campanella, Bodin, Thomas More e Fénelon, mas detém-se, especialmente, nas ideias do conde de Saint-Simon (1760–1825), de Charles Fourier (1772–1837) e de Robert Owen (1771–1858). Todavia, não será excessivamente admirador destes publicistas utópicos, o que se compreende, dado o teor utilitário e pragmático das suas

propostas. O intuito das medidas preconizadas por Pinheiro Ferreira era o de assegurar dispositivos suscetíveis de funcionamento no interior do próprio estado liberal¹³. Pinheiro Ferreira aponta, acima de tudo, para um utilitarismo altruísta que transparece nos seus projetos reformistas. Na superação das tensões “resolvidas” pelo teor eclético das suas posições, podemos ver, todavia, a fecundidade de urna reflexão sobre a crise de pensamento e valores oitocentistas que se projeta, igualmente na emergência teórica e prática do liberalismo económico. Em 1846, precisamente no ano em que morre, ainda cita, convicto dos seus: pontos de vista, estruturalmente liberais (não obstante a preocupação social reformista), a significativa obra de Bastiat, *Cobden et la Ligue ou l’agitation anglaise pour la liberté du commerce*, que veio a lume em 1845.

6.

Silvestre Pinheiro Ferreira desde muito cedo se preocupou pelos assuntos de natureza económica como se pode observar em matérias que prelecionou nos cursos que ministrou no Rio de Janeiro a partir de 1813¹⁴. Mas será na terceira

¹³ O projeto associativo que envolvia os sectores agrícola, comercial e industrial, estava organizado do modo seguinte: os presidentes das câmaras municipais convidariam os cidadãos a fim de se inscreverem na lista do ofício, profissão ou emprego de que derivasse a sua subsistência. As inscrições seriam enviadas, depois, ao administrador do distrito, que encaminharia o processo para o poder central. A seguir, o secretário de Estado dos Negócios do Reino convidaria os representantes das diversas províncias para a assembleia central de cada grémio. Não nos é possível desenvolver aqui as diferentes e complexas disposições gremiais, mas poderemos sublinhar, em todo o caso, a modernidade imprimida aos esquemas organizativos, educativos e assistenciais. Por exemplo, nas competências das assembleias associativas constava a superintendência na importação de máquinas, o convite a especialistas estrangeiros para ensinarem novos processos e o envio de “industriosos” para outros países a par da promoção de intercâmbio entre os grémios. Às direções gremiais, por seu turno, estavam cometidas, entre outras, funções de gestão, como eram a fiscalização de matérias-primas, a aquisição do equipamento, o controlo da qualidade, a prospeção do mercado, o conhecimento dos mecanismos reguladores de preços e a marca comercial. Quanto ao ensino, no seio da associação, além do nível primário, secundário e preparatório, previa-se a concessão de bolsas para frequência do ensino superior. A assistência e a ocupação de tempos livres seriam concretizadas através de casas de saúde e instalações destinadas ao teatro, ao exercício físico e a jogos sedentários lícitos. A proposta assistencial não era apenas de cariz preventivo, já que se pretendia fazer face a situações de marginalidade, tais como a “roda” das crianças abandonadas e expostas, a mendicidade, a vadiagem, a prostituição e a criminalidade em geral.

¹⁴ No âmbito das *Preleções Filosóficas* ministradas no Rio de Janeiro Pinheiro Ferreira, na décima terceira lição refere-se à felicidade dos povos, na linha do sensualismo utilitarista que lhe é caro e que resulta de um cálculo suscetível de fornecer a suficiência dos meios, quer para suprir a dor, quer para aumentar os prazeres. Os ricos

década de Oitocentos que procederá a um estudo sistematizado e acompanhado de urna atenta reflexão social, suscitada pelas consequências do capitalismo. As recorrentes solicitações pedagógicas das aulas que veio a ministrar no colégio dos emigrados de Silvella¹⁵, motivaram, entretanto, a escolha para livro de texto de uma sùmula dos *Principles of Political Economy*, de McCulloch¹⁶, que circularia,

e opulentos serã aqueles que sã capazes de remover os males e multiplicar e variar os gozos. Ora como acontece na vida dos homens, tambẽm as nações vã adquirindo novas necessidades, sendo preciso verificar até que ponto as podem satisfazer ou nã. O publicista abordou, entretanto, as questões de dependência ou melhor, de interdependência, que é inerente às relações entre as nações distinguindo nações pobres e nações ricas. Há, para Ferreira um conjunto de princípios que permitem estabelecer o mínimo de dependência tendente a tipificar as condições em que uma nação pode impor leis de mercado. Em primeiro lugar, não se deve estar dependente de nenhuma outra nação em produtos essenciais. Em segundo lugar, não se deve depender de outras nações em produtos de menor valia, se houver desvantagem comercial. Em terceiro lugar, é necessário privilegiar as nações que nos comprem mais produtos quer agrícolas, quer industriais. Dadas as condições reais em que se desenvolvia a situação portuguesa, a partir do Brasil colônia, em fins de Antigo Regime, e na altura em que *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith era bem acolhida, os alunos de Pinheiro Ferreira, descobriam uma pedagogia do econômico que corroborava a política de abertura ao comércio internacional, embora com a necessária salvaguarda de tudo aquilo que não fosse realmente adequado à manutenção dos interesses do país. Pinheiro Ferreira alude ainda às vantagens do mercado concorrencial. No decurso das lições do Rio tratou, ainda, do problema do valor traduzido no apreço, quer do vendedor, quer do comprador, relativamente a um produto acrescido pelo trabalho da sua “prontificação”. Definindo melhor os fatores implicados, admitia que o apreço do vendedor decorria da perda desse artigo em favor do comprador e da expectativa de fruição deste ao adquiri-lo. Sob o signo de decidido livre-cambismo o autor aprofundou, em termos teóricos, a questão do valor econômico.

¹⁵ O colégio (tambẽm denominado como escola hispano-portuguesa) criado pelo afrancesado Manuel Silvela y García de Aragón (1781–1832) continuado, mas por pouco tempo, por seu filho Francisco Agustin Silvella y Blanco funcionou em Paris na Rue de Montreuil,33, entre 1827 e 1833, foi uma iniciativa particular destinada a acolher alunos espanhóis, hispano-americanos e portugueses no contexto das emigrações liberais. Silvestre Pinheiro Ferreira um dos professores deste colégio ou escola lecionava economia política, direito público e legislação social. Anne Leblay-Kinoshita, *L’enseignement espagnol à Paris sous la Restauration et la monarchie de Juillet*, in *Histoire de l’éducation*, 139, Septembre–Décembre, 2013, pp. 5-29.

¹⁶ Silvestre Pinheiro Ferreira numa recensão crítica que elaborou para a *Revue Encyclopédique ou Analyse Raisonnée des productions les plus remarquables dans les sciences, les arts industriels, la littérature et les beaux arts* (Paris, Chez Sédilot, T. XLIV, Octobre–Décembre, 1829, pp. 493-495), esclarece-nos sobre a sua motivação para a escolha de uma edição abreviada do compẽndio de McCulloch: “C’est pour servir de texte aux lectures sur l’économie politique qui ont eu lieu dans l’excellente institution de M. Silvella que le professeur chargé de cette partie a composé cet abrégé. Les principes élémentaires d’économie politique de M. McCulloch sont incontestablement le livre élémentaire le plus complet que nous ayons sur cette science importante- Mais l’auteur, dans l’intention de rendre ses doctrines plus palpables et de faire pressentir leur nombreuses applications aux usages du commerce, de l’industrie et de l’administration des finances, est souvent entré dans des détails fort longs, et a multiplié des exemples à un point, que le lecteur perd aisément le fil du raisonnement” (...) “Après avoir soigneusement comparé cet abrégé avec l’ouvrage, dont il n’est que l’extrait, nous nous sommes assurés que rien de véritablement utile n’en a été omis; et toutes les doctrines de l’auteur y sont rendues avec une exactitude telle que l’abrégiateur a porté le scrupule au point de conserver constamment le texte intégrale de l’ouvrage, sans se permettre d’autres altérations que celle qui étaient absolument nécessaires pour établir la liaison des phrases après la suppression des détails qui s’y trouvaient intercalés”.

também, em tradução portuguesa, impressa em Londres acompanhado de *Preliminary Discourse or Introduction to a Course of Political Economy* (introdução que se podia obter em volume separado). Em 1840 publica *Précis d'un Cours d'Économie Politique* que não é mais do que a versão, em francês, do discurso preliminar, enriquecido com uma bibliografia metódica, a primeira a surgir em França, segundo afirma, da autoria de seu amigo Hoffmanns.

O publicista português retomando a reflexão sobre matéria económica que, como teve oportunidade de referir, já lhe merecera a devida atenção na docência fluminense reitera preocupações acerca do problema do valor económico. Toma, então, uma posição clara relativamente a algumas explicações correntes, quando discorda de todos aqueles que pretendem fundar o valor das coisas exclusivamente no custo primitivo, na procura, no preço do mercado, no capital ou no salário. Para Pinheiro Ferreira, qualquer dos aspetos considerados se lhe afigura mero elemento do custo primitivo que concorre para a atividade final, com o objetivo de urna distribuição social equitativa. Para o efeito, elencou os fatores conexos do seguinte modo: 1.º a utilidade que o comprador espera do objeto; 2.º o lucro que o vendedor espera obter da transação; 3.º o valor atribuído por ambas as partes ao objeto; 4.º valor proposto pelo vendedor; 5.º o preço de custo; e por fim: 6.º preço do mercado.

O processo económico, a seu ver, envolve seis grupos de pessoas que participam em tal processo: o *operário*, o *capitalista*, o *empresário*, o *diretor empresarial*, o *vendedor* e o *governo*. Toda a arquitetura económica que Pinheiro Ferreira propõe, integra o *capital* e o *trabalho*, partindo da *propriedade* como elemento constitutivo e preponderante. Quanto ao papel do *governo* no processo embora não se colha uma posição nítida tudo parece indicar que o seu papel interventor ou regulador não ultrapassa a aceitação do quadro legal que ao governo compete, de modo idêntico ao que observámos a propósito do seu projeto associativo. Atendendo ao utilitarismo virtuoso que sempre o acompanha, deparamos com a reiteração do princípio de distribuição da riqueza em que cada um recebe conforme as suas obras e em que cada obra é paga conforme o seu mérito, onde se manifesta, também, o sublinhado da representação de interesses que é central no seu ideário político.

Entretanto, Pinheiro Ferreira, defensor entusiasta da propriedade industrial adere ao princípio e à prática da divisão do trabalho como fator de riqueza, nomeadamente através de um investimento tecnológico acrescido na medida em

que “c’est à la division du travail que les arts sont redevables de ce nombre prodigieux de machines dont le génie britannique n’a cessé de les enrichir depuis deux siècles”¹⁷.

A indesmentível confiança no progresso civilizacional do atento leitor de Condorcet que foi Silvestre Pinheiro Ferreira afasta-o do antevisto “babelismo” da máquina, tema e problema seu contemporâneo, mesmo que admita a emergência do desemprego resultante da exploração industrial mecanizada. Igualmente, no que diz respeito às teses de Thomas Malthus (1766–1834) a propósito da relação entre população e subsistências, considerava o problema resolúvel quer mediante uma maior exploração dos meios de riqueza disponíveis, quer através da racionalização dos processos, quer da captação de investimento por empresários de outros países, quer, por fim, desenvolvendo uma expansão comercial acrescida. Confiava, também, num eventual sistema internacional de regulamentação de preços.

7.

Silvestre Pinheiro Ferreira regressa a Portugal em 1842. Nos últimos anos da sua vida, em Lisboa, respeitado por gerações mais novas, continuará a sua atividade como publicista nos vários domínios dos seus interesses especulativos. Alguns dos temas a que se dedicou e fora publicando, em grande parte, no periódico *A Restauração* entre 1845 e 1846 foram reunidos na obra *Questões de Direito Público, Administrativo, Filosofia e Literatura*¹⁸.

Em matéria económica, não se pode passar em claro, ainda, a resposta de Silvestre Pinheiro Ferreira a algumas consultas suscitadas por Adrião Pereira Forjaz de Sampaio (1810–1874) para que este cumprisse o encargo de que fora incumbido com o objetivo de viabilizar o ensino da Economia Política e da Estatística na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Para esse efeito,

¹⁷ *Précis d’un Cours d’Économie Politique suivi d’une bibliographie choisie de l’économie politique pour Mr. de Hoffmanns*, Paris, Édouard Garnot, 1840, p.80, reeditado em Silvestre Pinheiro Ferreira, *Textos escolhidos de Economia Política e Social (1813–1851)*, Lisboa, Banco de Portugal, 1996, p.188.

¹⁸ Ver Sobral Cunha, R., *ob.cit.*, pp. 376-377 onde o autor elencou, exaustivamente, os temas que forma abordados pelo pensador.

Silvestre Pinheiro Ferreira forneceu ao lente coimbrão indicações bibliográficas significativas e alguns conselhos para a elaboração do programa indicando, entre outras, a *Théorie de la Statistique*, de Gråberg de Hemso, o *Traité de Statistique*, de Dufau, e a *Filosofia della Statistica*, de Melchiorre Gioia. O que estava em causa, quanto ao ensino da estatística, era o investimento em meios de análise menos teóricos do que aqueles que figuravam nos tratados dos economistas. Pretendia-se que se disponibilizassem esclarecimentos práticos complementares com o apoio de estatística numérica e não apenas de estatística descritiva.

As convicções do pensador liberal Silvestre Pinheiro Ferreira que, finalmente, regressava, definitivamente, à Pátria estão muito presentes numa série de artigos que vieram a ter significativa repercussão. Entre eles o estudo *Das Reformas na Administração da Fazenda Pública*, publicados em fins de Junho do 1846, no jornal *A Revolução de Setembro* (o último dos quais, na edição de 1 de julho, dia em que Pinheiro Ferreira faleceu). O publicista ensaiava, então, uma solução para as momentosas questões fiscais no âmbito de uma situação de incerteza, na esteira da revolta e dos motins da Maria da Fonte e do agravamento da crise financeira. A matéria em apreço fora objeto de ampla discussão de que são significativos indicadores alguns artigos da *Revista Económica*, de fevereiro e junho constituindo, as sugestões silvestrinas sobre a matéria a aplicação da proporcionalidade da taxa-ção e da uniformização dos impostos, devidamente articulados com medidas de natureza financeira, possibilitadas pelo tipo de banca mutualista. Assumem especial significado, ainda, as posições, minimamente protecionistas, relativas à questão pautal. O sistema fiscal que propunha visava, em suma, liberalizar o comércio e a indústria de impostos indiretos, diminuir o peso das contribuições do sector imobiliário e, no que concerne ao problema das pautas alfandegárias, franquear os portos do reino a todas as nações, abrindo o mercado de modo a que os produtos nacionais, tanto industriais como agrícolas, concorressem com os estrangeiros.

Postumamente, em 1851, na *Revista Popular*, dirigida pelo seu admirador e amigo Joaquim Henrique Fradesso da Silveira (1825–1875), que elaborou uma biografia de Silvestre Pinheiro Ferreira, aparecem dois artigos: Um sobre a *Demonstração das Vantagens das Sociedades de Socorro e Seguro Mútuo Comparadas com as Instituições Denominadas Montepios*, relacionado com o projeto de banco a que já me referi, e o segundo intitulado *Das Condições da Existência dos Caminhos-de-ferro em Geral e das Suas Consequências quanto às Relações Internacionais em*

Particular. O autor abordou neste artigo questões de financiamento e exploração das linhas de caminho-de-ferro, então em pleno arranque na Europa e nos Estados Unidos. A informação e os problemas que se pretendia trazer a público constituem, também, uma intervenção destinada a dar opinião sobre o previsto fomento ferroviário português no momento em que se começava a legislar sobre a matéria. Além do espectro económico-financeiro centrado na intensa especulação que envolvia os empreendimentos ferroviários, o publicista apresentaria as vantagens e desvantagens de um meio de comunicação capaz de proporcionar melhores condições de defesa, trocas linguísticas mais amplas, um melhor relacionamento e a eventual reunião de países limítrofes (a França e os Países Baixos, por exemplo). O novo meio de transporte estava, obviamente, destinado a produzir uma intensificação de circulação de pessoas e bens. No artigo em apreço, escrito nos derradeiros anos de vida de Pinheiro Ferreira, fica demonstrado com suficiente lucidez, o lado positivo e negativo de uma realidade que marcaria, profundamente, as relações internacionais na segunda metade do século XIX. Mas a união política, entrevista sem alfândegas internas, destinada à fusão da Europa em dois grandes ramos de uma só família, a oriental e a ocidental, não era futurada, em todo o caso, sem a advertência de uma preparação que deveria ser antecipadamente discutida e bem meditada.

8.

Para concluir esta revisitação ao pensamento liberal de Silvestre Pinheiro Ferreira cumpre sublinhar que não obstante a sua confiança estruturalmente liberal, de crença no progresso, na livre circulação de pessoas e bens, não deixava de comportar a necessidade de um reformismo interno ao próprio processo de natureza económico-social que se tornava especialmente exigente no que respeita a Portugal na instabilidade que o publicista encontrou regressado a Lisboa. O filósofo e jurisconsulto começava por se insurgir contra a sedução das “comoções” de carácter revolucionário que “desbaratam sem poder depois levantar”. As convicções reformistas que Pinheiro Ferreira foi teorizando ao longo da sua vida deparavam, agora, com a crise acentuada da sociedade liberal e capitalista. Parecia ao autor do *Projeto de Associação*, igualmente necessário empreender uma

reforma adequada do próprio Estado, aproximando as estruturas das realidades, tanto quanto se esperava uma dinamização da propriedade sem esquecer a sua dimensão social.

Desde os propósitos iniciais da superação da tensão fisiocracia *versus* liberalismo económico, passando pela criação de dispositivos político-constitucionais frente ao democratismo excessivo, por fim na busca de um associativismo corretor do excesso capitalista, Silvestre Pinheiro deixa-nos o legado do seu utilitarismo liberal e confiante na *Civilização* e no *Progresso* que é afim do sentido de harmonização universal que atravessa todo o seu pensamento.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019)

Winston Churchill: Caminhando com o Destino

JOÃO CARLOS ESPADA

Sob o título *Churchill: Walking With Destiny*, o distinto historiador britânico Andrew Roberts publicou, em Outubro de 2018, a mais recente biografia de Winston Churchill, em um só volume (ainda que com mais de mil páginas). A obra tem sido elogiada por académicos, jornalistas e políticos dos mais diversos quadrantes. E, no curto período de um ano, já foi ou está a ser traduzida em 10 línguas. Em Portugal, acaba de ser publicada pela LeYa. O autor apresentou a versão portuguesa no passado dia 17 de Outubro no Palácio da Cidadela de Cascais, no âmbito da 5.^a Palestra-Jantar Winston Churchill do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, com o Alto Patrocínio de S. Ex.^a, o Presidente da República.

Na presente comunicação, procurarei passar em revista alguns dos aspectos centrais do livro de Andrew Roberts, com particular ênfase na caracterização pelo autor da personalidade e filosofia política de Winston Churchill. Roberts enfatiza certamente o ‘background’ aristocrático do jovem Winston e o sentido de independência e rebeldia dele decorrente. Em contrapartida, distingue esse sentimento aristocrático do vulgar snobismo, enfatizando o sentido de dever que Churchill nutria para com os mais desfavorecidos e a independente nação britânica como um todo. A rebeldia de Churchill e o seu sentido de dever ancoravam-se ainda na sua profunda admiração pela civilização europeia e ocidental da Liberdade sob a Lei — no âmbito da qual ele via o Império Britânico, os povos de língua inglesa e a “relação especial” anglo-americana como parte integrante e também como garantes essenciais.

Todavia, antes de entrar na abordagem do conteúdo do livro propriamente dito, uma questão prévia é incontornável: porquê mais uma biografia de Churchill? Segundo algumas contagens, existem mais de mil. Porquê mais uma? Haverá algo de novo que ainda não tenha sido dito sobre Churchill? Em caso afirmativo, poderão essas eventuais novidades preencher um volumoso tomo de 1100 páginas?

Estas perguntas são sem dúvida pertinentes e devem ser colocadas. Mas elas não devem impedir o leitor de olhar criticamente para este livro. Se isso for feito — e, no meu caso, francamente comecei por abordar o livro com um olhar céptico — creio que não haverá desapontamento. O texto tem um ritmo e uma elegância contagiantes, e contém muitos dados novos que não estavam previamente acessíveis aos estudiosos de Churchill.

Como o autor refere logo no início, ele foi o primeiro historiador a obter a permissão de Rainha Isabel II para ter acesso ilimitado aos diários da II Guerra de seu pai, Rei George VI. Aqui se incluem naturalmente as notas escritas pelo Rei acerca dos seus almoços semanais com Churchill durante a guerra. Andrew Roberts faz bom uso destas notas instrutivas e cita-as abundantemente ao longo da narrativa.

Outra fonte não previamente usada pelos biógrafos de Churchill são os recentemente publicados diários do embaixador soviético em Londres durante a II Guerra, Ivan Maisky. É algo surpreendente a quantidade de informação interessante que Andrew Roberts consegue extrair dos diários de Maisky. E há ainda várias outras fontes que o autor foi autorizado a consultar pela primeira vez, como o livro de visitas de Chartwell (a casa de campo de Churchill), as actas do “The Other Club”, que foi fundado por Churchill em 1911, bem como, *last but certainly not least*, os diários de Mary Soames, a filha mais nova de Churchill (que estão agora nos Churchill Archives, no Churchill College, em Cambridge).

Além de tudo isto, Andrew Roberts consegue combinar todas estas novas fontes numa narrativa bem ritmada e bem ilustrada com passagens excitantes — que espelham bem a personalidade algo aventureira de Winston Churchill. Finalmente, o livro justifica bem o título escolhido pelo biógrafo: “Winston Churchill: Caminhando com o Destino”.

Somos recordados logo no início de que Churchill, tendo nascido em 1874, “acreditava no seu destino desde pelo menos os 16 anos de idade, quando disse a um amigo que iria salvar a Inglaterra de uma invasão estrangeira.” Bastante mais tarde, em 1948, no primeiro volume das suas Memórias da II Guerra, Churchill escreveu que, quando em 10 de Maio de 1940 fora nomeado primeiro-ministro, “eu senti que caminhava com o destino.” É a este propósito que Andrew Roberts apresenta a principal intenção do seu trabalho de biógrafo: explorar “o grau extraordinário em que em 1940 a vida passada de Churchill tinha sido uma preparação para a sua liderança durante a II Guerra.”

Mas a obra não consiste numa hagiografia, uma vez que Roberts procura mostrar que grande parte da preparação de Churchill assumiu a forma de cometer muitos erros — e de aprender com esses erros. O biógrafo fornece uma longa lista de erros churchillianos ao longo de todo o livro. E, para o caso de ao leitor terem escapado alguns, encontramos um longo sumário de todos eles, que ocupa a página 966. Essa lista inclui designadamente “a sua oposição ao voto das mulheres, a continuação da “operação Gallipoli/Dardanelos” após Março de 1915, o regresso ao padrão-ouro, o apoio a Eduardo VIII durante a crise da abdicação, má gestão da operação Noruega, o chamado “discurso ligando o socialismo à Gestapo” na campanha eleitoral de 1945 (em que foi derrotado pelo partido trabalhista), ter permanecido como primeiro-ministro após o AVC de 1953, e muitos outros.

Cometer erros, sugere Andrew Roberts, parece ter sido o que permitiu a Churchill ter razão nas “três ameaças mortais colocadas à civilização ocidental, pelos militaristas prussianos em 1914, pelos nazis nas décadas de 1930 e 1940, e pelo comunismo soviético após as II Guerra Mundial”.

Creio, no entanto, que a expressão “caminhando com o destino”, pode ser enganadora, se for dissociada das razões — morais, políticas, filosóficas — que levaram Churchill a enfrentar as batalhas cruciais que enfrentou. Alguns dos seus contemporâneos descreveram-no como um oportunista em busca de fama. Andrew Roberts cita muitas dessas apreciações críticas, por vezes muito críticas, sobre Winston, desde os seus tempos na escola até ao fim da vida. Roberts reconhece que Churchill tinha uma vertente de aventureiro algo convencido de si mesmo; mas acrescenta que esse espírito de aventura estava enraizado em algo mais que lhe dava substância. Esta âncora moral, digamos assim, é descrita por Roberts como tendo duas dimensões: por um lado, a defesa de Churchill da especificidade das tradições políticas do Império Britânico e dos povos de língua inglesa; por outro lado, a sua origem e formação aristocráticas.

Andrew Roberts argumenta persuasivamente que a origem e formação aristocráticas de Churchill lhe forneceram um forte sentido de independência e de auto-confiança. Essa dimensão aristocrática, diz Andrew Roberts, “pode hoje ser vista com desconforto em associação com a sua imagem de salvador da democracia, mas, se não fosse a invencível auto-confiança da sua casta de origem, Churchill poderia muito provavelmente ter preferido adaptar a sua mensagem às circunstâncias políticas dos anos 1930, em vez de as tratar com desdém, como de facto fez.”

Churchill, acrescenta Andrew Roberts, “nunca sofreu de deferência das classes médias nem de ansiedade social, simplesmente porque ele não era de classe média, e o que pensavam as respeitáveis classes médias não era importante para a criança nascida no Palácio de Blenheim”.

Tenho de confessar que esta passagem imediatamente me recordou a minha primeira visita a Blenheim, em 1990. O palácio onde Churchill nasceu tinha sido mandado construir pela Rainha Ana para oferecer ao antepassado de Churchill, o Duque de Marlborough, como recompensa pelas suas proezas militares em 1705. Ainda hoje é considerado como uma das mais imponentes propriedades privadas em Inglaterra. Quando cheguei lá pela primeira vez, lembro-me perfeitamente de ter ficado surpreendido com a imponência do Palácio e dos amplos bosques e lagos adjacentes. E o meu primeiro pensamento foi que alguém nascido em Blenheim não teria muita propensão para obedecer a ordens de comando — especialmente se estas fossem ditadas por “that man” (como Churchill se referia ao desprezível cabo Hitler), ou pelo camarada Stalin.

Este aristocrático sentimento de rebeldia contra poderes arbitrários de plantão está de facto presente em muitos discursos de Churchill. Um dos mais expressivos terá sido o seu discurso em Paris, em 1936, contra o nazismo e o comunismo:

“Como poderemos nós, criados como fomos num clima de liberdade, tolerar ser amordaçados e silenciados; ter espiões, bisbilhoteiros e delatores a cada esquina; deixar que até as nossas conversas privadas sejam escutadas e usadas contra nós pela polícia secreta e todos os seus agentes e sequazes; ser detidos e levados para a prisão sem julgamento; ou ser julgados por tribunais políticos ou partidários por crimes até então desconhecidos do direito civil?”

“Como poderemos tolerar ser tratados como rapazinhos, quando somos adultos; sermos obrigados a desfilar às dezenas de milhar entoando esta ou aquela palavra de ordem; vermos filósofos, professores e autores serem intimidados e obrigados a trabalhos forçados até à morte em campos de concentração; sermos forçados a todo o momento a esconder o funcionamento natural do intelecto humano e a pulsação do coração humano? Pois eu afirmo que devemos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para não termos de nos submeter a tal opressão!”

Por outras palavras, concordo com Andrew Roberts quando ele sugere que a origem e formação aristocráticas de Churchill lhe terão facultado um sentido de rebeldia contra ordens arbitrárias de comando originárias de poderes centralizados e distantes — mas não necessariamente contra as opiniões e sentimentos das pessoas comuns. Como Roberts enfatiza correctamente, Churchill gostava de recordar o mandamento de Edmund Burke, “Trust the people”. E, ao descrever a filosofia política de seu pai, o conservador Randolph Churchill, Winston escreveu: “Ele não via razão para que as velhas glórias da Igreja e do Estado, do Rei e do País, não pudessem ser reconciliadas com a democracia moderna; ou que as massas do povo trabalhador não pudessem tornar-se as maiores defensoras daquelas antigas instituições através das quais as suas liberdades e o seu progresso têm sido alcançados.”

De acordo com Roberts, a origem e formação aristocráticas de Churchill deram-lhe também, ou talvez sobretudo, um sentido de dever para com o povo e a nação. Escreve Roberts: “As suas opiniões políticas vinham essencialmente do movimento “Young England” que Disraeli lançara na década de 1840, cujo sentido de *noblesse oblige* assumia eterna superioridade, mas também, instintivamente apreciava os deveres dos privilegiados para com os menos favorecidos. A interpretação de Churchill sobre as obrigações da aristocracia era que ele e a sua classe tinham uma profunda responsabilidade para com o seu país, o qual tinha o direito de esperar dele uma vida dedicada a servir o país.”

Roberts em seguida acrescenta sabiamente que, “como verdadeiro aristocrata, Churchill não era snob”. Recordando que os amigos mais próximos de Churchill vinham de um vasto círculo social, o biógrafo chama a nossa atenção para um notável episódio sobre a visita da sua Ama, Mrs. Everest, ao colégio de Harrow, em 1892 (quando Churchill tinha 18 anos). O jovem Winston caminhou com ela de braço dado através de todo o colégio até à estação de comboios, e “até teve a coragem de lhe dar um beijo” — ignorando ostensivamente o snobismo dos seus colegas de Harrow.

Esta força de vontade e a capacidade de resistência de Churchill iriam ficar sobretudo patentes na década de 1930 — “the wilderness years”, como ficaram conhecidos. Isolado no seio do seu próprio partido Conservador — ao qual regressara em 1924, vinte anos depois de o ter trocado pelos Liberais, em 1904 —, Churchill recusou ao longo de toda a década de 1930 subscrever as teses

dominantes favoráveis ao apaziguamento com a Alemanha em acelerado processo de rearmamento. Essa persistente oposição ao consenso dominante da época — o que hoje chamaríamos o pensamento politicamente correcto da altura — custou-lhe um tremendo isolamento político e pessoal. Mas Churchill não cedeu. Durante dez anos, repetiu os alertas contra o rearmamento da Alemanha, condenou a paralisia da Sociedade das Nações, denunciou a maré anti-democrática que, à esquerda e à direita, crescia na Europa. A partir da sua casa de campo em Chartwell, onde escrevia e reunia um pequeno círculo de teimosos dissidentes, Churchill construiu pacientemente um autêntico “governo sombra”. Recolhia informações sobre a evolução da Europa, acompanhava o crescimento das forças militares alemãs, estudava a evolução das tecnologias militares. Esses dez anos de resistência solitária tinham-no preparado como a nenhum outro para liderar a resistência inglesa, quando tudo parecia perdido. E foi um programa de resistência que anunciou nas palavras memoráveis do seu primeiro discurso como Primeiro-Ministro na Câmara dos Comuns, a 13 de Maio de 1940, quando ainda estava a formar o seu Governo:

“Nada tenho a oferecer senão sangue, esforço, lágrimas e suor. Temos perante nós uma ameaça da mais grave natureza. Temos perante nós muitos, muitos longos meses de combate e sofrimento. Perguntam-me, qual é a nossa política? Eu direi que é a de fazer a guerra, por mar, terra e ar, com todo o nosso poder e com toda a força que Deus nos deu; fazer a guerra contra uma monstruosa tirania, nunca ultrapassada no lamentável catálogo do crime humano. Esta é a nossa política... Perguntam-me, qual é o nosso objectivo? Posso responder numa palavra: é a vitória. Vitória a todo o custo, vitória apesar de todo o terror, vitória por mais longa e árduo que o caminho possa ser; porque sem vitória, não há sobrevivência.”

Menos de um mês depois, a 4 de Junho, Churchill voltaria ao Parlamento, um dia após a evacuação com êxito de Dunkirk de 224 318 soldados ingleses e 112 172 soldados franceses. Churchill considerou Dunkirk um milagre, confessando nunca ter esperado conseguir evacuar mais de 20 ou 30 mil soldados. Mas alertou para que “devemos ser muito cautelosos em não atribuir a esta operação os

atributos de uma vitória. As guerras não se ganham com evacuações.” E foi neste contexto que ele proferiu o célebre discurso no Parlamento:

“Apesar de largas partes da Europa e muitos velhos e famosos Estados terem caído ou poderem cair nas garras da Gestapo e de todo o odioso aparato do poder Nazi, nós não vacilaremos.

Iremos até ao fim. Combateremos em França, combateremos nos mares e nos oceanos, combateremos no ar com crescente confiança e crescente força, defenderemos a nossa ilha, qualquer que seja o seu custo.

Lutaremos nas praias, lutaremos nos campos de aterragem, lutaremos nos campos e nas ruas, lutaremos nas montanhas; nunca nos renderemos.

E se, o que não acredito por um momento que seja, esta ilha ou uma larga parte dela fosse subjugada e condenada à fome, então o nosso Império para além dos mares, armado e guardado pela Armada Britânica, continuaria a luta até que, quando Deus quisesse, o Novo Mundo, com todo o seu poder e força, avançasse para salvar e libertar o Velho.”

“CORTINA DE FERRO”

No fim da guerra, Churchill voltaria a dar provas desta força de vontade e capacidade de resistência. Tendo vencido a guerra para logo a seguir perder as eleições, o velho combatente não desistiu. Em 1946, no célebre discurso de Fulton, no Missouri, ladeado pelo Presidente Truman, Churchill fez a primeira denúncia pública da tirania bolchevique que se abatia sobre a Europa central e de Leste:

“De Stettin no Báltico a Trieste no Adriático, uma cortina de ferro está a descer através do Continente. Por detrás dessa linha ficam todas as capitais dos antigos Estados da Europa central e oriental. Varsóvia, Berlim, Praga, Viena, Budapeste, Belgrado, Bucareste e Sofia, todas estas famosas cidades e a população em seu redor estão no que devemos chamar a esfera soviética, e todas estão sujeitas, de uma forma ou de outra, não apenas à influência soviética, mas a um muito elevado e, nalguns casos, crescente controlo de Moscovo.

[...] Quaisquer que sejam as conclusões a retirar destes factos — e de factos se trata — esta não é certamente a Europa Libertada que nós lutámos por construir. Nem ela contém os ingredientes essenciais de uma paz permanente”.

Churchill iria então, mais uma vez, desafiar o consenso politicamente correcto que emergia nos pós-guerra. Este consenso, promovido habilmente pelas forças comunistas e pela ala esquerda das socialistas, contava com a paralisia comprometida de grande parte das forças centristas e conservadoras. Estas estavam embaraçadas pela propaganda esquerdista que re-escrevia a história da II Guerra, apresentando-a como uma guerra contra as forças conservadoras, a chamada “direita”, alegadamente representadas pelo nazismo alemão e pelo fascismo italiano. De acordo com essa narrativa imaginária, a União Soviética de Staline teria sido a grande opositora de Hitler. O socialismo seria o destino inexorável do progresso histórico. E a eliminação definitiva das raízes do belicismo nazi-fascista exigiria a destruição do capitalismo e a construção do socialismo.

Obviamente, esta mistificação só podia merecer o desprezo de Churchill. Orgulhoso conservador e liberal, Churchill sabia bem que a democracia ocidental fora ameaçada pelos totalitarismos colectivistas de sinal contrário, o comunismo e o nazismo — cuja aliança aliás desencadeara a dupla invasão da Polónia em Setembro de 1939, e, com ela, o início da II Guerra. E Churchill sabia que a resistência das democracias de língua inglesa se devera, em grande parte, ao facto de elas nunca terem sido tentadas pela hostilidade anti-ocidental — a hostilidade ao pluralismo político e económico, ao Governo limitado pela Lei que presta contas ao Parlamento, à economia de mercado e empresa livre — a hostilidade pregada por esses dois colectivismos revolucionários de sinal contrário, o comunismo e o nazismo.

Com base nesta sólida visão do mundo, Churchill iria apresentar no discurso de Fulton, em 1946, a estratégia que viria a servir de base à Guerra Fria e ao “containment” da ameaça comunista durante as quatro décadas seguintes. Em Fulton, Churchill defendeu que as Nações Unidas só poderiam desempenhar um papel efectivo se as democracias ocidentais actuassem unidas no seu interior. Apelou ainda à reconstrução de uma Europa ocidental unida, ideia que viria a desenvolver no célebre discurso de Zurique, também em 1946, em que apelou à criação de uma comum cidadania europeia, chegando a mencionar a ideia

possível de “qualquer coisa como uns Estados Unidos da Europa” (de que o Reino Unido, sendo apoiante, não faria, no entanto, parte). Finalmente, no núcleo dessas alianças democráticas, voltou a colocar a relação especial entre a Inglaterra e os Estados-Unidos da América, parceiros centrais da vasta comunidade dos povos de língua inglesa. Churchill via esta comunidade de língua inglesa como a principal referência de liberdade ordeira na História recente ocidental, herdeira de Atenas, Roma e Jerusalém. E atribuía-lhe a principal responsabilidade na vitória da II Guerra Mundial.

Churchill, com efeito, acreditava na especificidade da história comum dos povos de língua inglesa — e este foi o título do seu último de mais de 40 livros, publicado em 4 volumes, em 1956, mas de facto iniciado em 1932.

Churchill, cuja mãe era americana, definiu esta herança comum em inúmeras ocasiões. Talvez uma das mais significativas tenha ocorrido no seu discurso na Universidade de Harvard, em 1943, por ocasião do seu Doutoramento Honoris Causa por aquela universidade:

“A lei, a língua, a literatura — estes são factores consideráveis. Concepções comuns do que é justo e decente, um marcante respeito por *fair play*, especialmente para com os fracos e os pobres, um forte sentimento de justiça imparcial, e acima de tudo o amor pela liberdade pessoal. Se permanecermos juntos, nada será impossível. Se ficarmos divididos, tudo falhará. Por isso eu prego continuamente a doutrina da associação fraternal entre os nossos dois povos, pela causa de serviço à humanidade e pela honra que advém de servir fielmente grandes causas.”

Um notável exemplo deste comum comprometimento anglo-americano para com a liberdade e o dever (como Edmund Burke gostava de dizer) pode ser encontrado num aparentemente minúsculo detalhe desta massiva biografia agora publicada. Numa carta dirigida a Winston por sua mulher, Clementine, em 1940, disse-lhe ela:

“Parece que os teus Secretários Pessoais acordaram entre si comportar-se como meninos de escola, “aceitando tudo o lhes dizes” e depois escapando da tua presença encolhendo os ombros...Devo confessar que tenho notado uma deterioração nas tuas maneiras, não és tão amável como costumavas ser. Tens o

poder de dar ordens e se elas não forem cumpridas, podes despedir qualquer pessoa — excepto o Rei, o Arcebispo de Canterbury e o Speaker [da Câmara dos Comuns]. Por isso, com este tremendo poder deves combinar urbanidade, amabilidade e se possível calma olímpica. Costumavas citar “On ne règne sur les âmes que par le calme”. Não posso aceitar que aqueles que servem o país e te servem ti próprio não possam também gostar de ti, e admirar-te, e respeitar-te.”

Andrew Roberts admira, e leva-nos a admirar, que num momento de grande perigo para a nação e para todas as nações livres — a carta é de 1940 — “o primeiro-ministro britânico pudesse estar a ser repreendido por sua mulher a propósito das suas maneiras”. Ele acrescenta que era altamente improvável que alguém naquela mesma altura “estivesse a dizer algo semelhante ao líder da Chancelaria do Reich”.

Muito obrigado.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019)

Um mundo sem trabalho?

MARIA DE FÁTIMA BONIFÁCIO

PARTE PRIMEIRA

Parece que sim. Abundam entusiastas. Não falta quem o sonhe. São muitos os que o vêem como um estádio superior da Humanidade. De diletantes a académicos, de ideólogos a intelectuais. O *homosapiens*, depois de com muito trabalho se ter tornado o senhor do Mundo, aspira ao descanso. Não o descanso do Criador ao sétimo dia; não o eterno descanso trazido pela morte, mas um descanso enquanto *nonchalance* e perene lazer. Uma vida airosa e leve, sem despertadores nem transportes públicos apinhados e demorados. Uma vida com 24 horas livres por dia, sem deveres nem responsabilidades, sem maçadas nem horas marcadas.

O tema do Rendimento Básico Universal (RBU), ou Rendimento Básico Incondicional (RBI), impôs-se nas páginas dos jornais em começos de 2016. O PAN (Partido dos Animais e da Natureza) destacou-se como pioneiro da reivindicação do direito individual e incondicional a um rendimento certo, como prémio pela pasmosa façanha de termos nascido. No colóquio que organizou em Fevereiro de 2016, o PAN considerou a atribuição desse rendimento uma “medida prioritária”: “um montante mensal atribuído a toda a gente”, “independente de quaisquer condições”¹. A coisa depressa se avolumou. Também em Fevereiro, teve lugar na Assembleia da República um “debate” sobre um tema tão candente, e a Universidade Nova de Lisboa conferiu-lhe dignidade académica ao acolher outro debate, com dois dias de duração, organizado pelo Grupo de Teoria Política da Universidade do Minho, pelo Movimento RBI de Portugal, por um indescrito Grupo de Estudos Políticos e pelo PAN. O título do encontro era auspicioso: “A transição para uma alternativa inovadora”, e contou com a presença ou o contributo de “especialistas de vários países”.

¹ Público, 15 de Fevereiro de 2016.

O lunatismo que por lá pairou fica bem expresso no desiderato proclamado pelo PAN: o RBI permitiria encarar o trabalho com a leveza de quem vai à praia; escolher entre trabalhar e folgar; dedicar mais tempo à família, “fruir da vida, passar mais tempo na natureza”. A necessidade ou a imposição de trabalhar ocasiona um grande desperdício do prodigioso potencial humano: se as pessoas tiverem “uma vida digna” assegurada, podem aventurar-se por “actividades muito ricas para a sociedade”. A ideia ainda prevalecente de que o rendimento deve provir do trabalho é uma cisma obsoleta. Hoje em dia existem muitos tipos de trabalho, e alguns não geram qualquer rendimento. Os homens são generosos, altruístas: perceberão, um dia, que a verdadeira realização pessoal procede do trabalho grátis para a comunidade, e não do trabalho orientado para a obtenção de uma contrapartida monetária. Foi um professor da Universidade da Beira, transpirando optimismo antropológico, que tudo isto tão doutamente profetizou.

À esquerda do leque ideológico, a bondade do RBI é colocada em causa. Francisco Louçã, para citar uma voz autorizada, vê nesta medida pré-distributiva uma fonte de liberdade individual, mas... ao obliterar “a diferença entre ricos e pobres, liquida-se o princípio do combate à desigualdade”². O RBI, portanto, seria uma prenda envenenada: lá se ia a luta de classes e lá ficava o Bloco de Esquerda sem razão de ser!

A 26 de Setembro de 2017, o *Público* titulava: “Rendimento Básico [Incondicional] entusiasma mais académicos do que políticos”. Ficámos a saber coisas espantosas: já existia uma coisa chamada Rede Mundial de Rendimento Básico (Basic Income Earth Network – BIEN), bem como uma Associação Rendimento Básico Incondicional/Portugal. A doce ideia de não trabalhar internacionalizou-se rapidamente... A citada Rede organizou a 25/26 de Setembro um Congresso que arrancou na Assembleia da República e se prolongou no Instituto de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, “em parceria com várias universidades, o PAN e o Movimento Europeu pelo RBI” (UBIE na sigla inglesa). Também o partido Livre não podia deixar de se fazer ouvir numa discussão tão momentosa: apoia o RBI — uma resposta à escassez e precariedade do emprego, um bem-vindo elevador social e um meio de distribuição de riqueza, mas desde que não

² *Ibidem.*

se substitua ao Estado Social... Neste Congresso, o representante do Bloco, com funda consciência ambiental, é simplesmente cómico: sabe-se lá se os beneficiários do RBI usariam o dinheiro “com sérios critérios ecológicos”! Em contrapartida, as pessoas poderiam utilizar o RBI “para que possam dizer não aos trabalhos com que não concordassem”, como, por exemplo, “o trabalho em combustíveis fósseis”. O RBI proporcionaria a maravilhosa oportunidade para fazer uma “reforma ecológica do trabalho” (!), proporcionando aos trabalhadores dos sectores anti-ecológicos a faculdade de suspender a actividade quando ela agredisse a sua consciência ambiental.

Tudo isto mais parece uma brincadeira de gente ociosa ou de adultos infantilizados. Mas o facto é que Benoît Hamond, candidato do PS francês às presidenciais de 2017, inscreveu no seu programa eleitoral “o pagamento de 750 euros a todos os franceses com mais de 18 anos, independentemente da sua condição económica ou perante o trabalho”. E, ao longo do ano 2018, não temos ficado sem notícias do RBI.

Em 17 de Janeiro de 2018, o *Observador* entrevista Ruter Bregman, autor muito badalado de uma obra intitulada *Utopia para realistas*. O RBI, declara o autor, seria “o corolário da social-democracia”, uma culminância do Estado Social, o que nos traz à memória a antiquíssima fraseologia comunista a respeito do “estádio superior do capitalismo”... Sem RBI, pelos vistos, impende uma eterna dúvida sobre a “responsabilidade das pessoas” e, pior ainda, coarctamos a sua capacidade para “ter óptimas ideias”. O que falta, então, para implementar tão magnífica medida, afinal tão “barata e simples”? Falta “vontade política”. Falta arrojo para acabar com os processos burocráticos associados à atribuição selectiva de subsídios estatais. Existisse tal arrojo, o RBI seria “totalmente incondicional, atribuído sem burocracias, sem os processos individuais”. Bastaria chegar a um guichet do Estado e dizer: quero o RBI! Mas que mar de rosas!

Em 27/28 de Janeiro de 2018, o PS organizou um debate sobre o RBI na sede nacional do Largo do Rato. A 29, surge no *Público* uma entrevista com Paulo Pedroso, ex-ministro do Trabalho e da Solidariedade, em que este, pelo meio dos inevitáveis louvores, demonstrou dúvidas e revelou um cepticismo lúcido: “Vejo com muita dificuldade a construção de uma ética assente numa maciça vontade de distribuir [riqueza] sem perspectivas de beneficiar do que se distribui.” Para ser viável, o RBI precisaria de ter “força” para construir uma “sociedade muito

diferente da nossa”, algo em que o ex-ministro não acredita. Esta ideia de um mundo de perpétuo lazer à custa do trabalho de uma minoria “não corresponde à minha visão da boa sociedade”. Nem à minha.

Na revista *VISÃO/História*, de Março de 2016, já um tal Dias de Almeida — num texto intitulado *Para acabar de vez com o trabalho* — fazia suas as palavras do Boletim da Internacional Situacionista de 1962/63 (!): “até agora, sobreviver impediu-nos de viver”. Almeida cita ainda outras revistas — *Krisis*, 1999 — e dois filósofos de altíssimo gabarito. Um francês, autor do livro *Elogio da desmotivação*, e um americano, que termina a sua obra de 1985, *A abolição do trabalho*, com uma sugestiva exortação: “Trabalhadores de todo o mundo, descansem!”

Muito pouco se encontra nas peças citadas sobre o modo de financiar o deleite de um universal descanso. E também as relações entre o Estado Social e o RBI não ficam esclarecidas. A única coisa certa é que o RBI proporciona a liberdade irrestrita para que inventemos as nossas vidas, libertas do preconceito anacrónico segundo o qual o trabalho é a fonte insubstituível do nosso rendimento. Só que, como bem diz Paulo Pedroso, “o acesso ao trabalho é muito mais do que o acesso ao salário”. Sim: Farinha Rodrigues é taxativo: o RBI, desacompanhado de “um programa de inserção social” em que precisamente o acesso ao trabalho fosse nuclear, resultaria “simplesmente na destruição do Estado Social”, o que iria “agravar, e não resolver, os problemas sociais existentes”. A pobreza não se resolve apenas com a transferência incondicional de recursos monetários, e o trabalho remunerado é indissociável do pleno acesso à cidadania que promove ou confere — não é apenas um meio para obter um salário³. Na mesma publicação, Augusto Mateus parece ainda mais reticente. “A ideia de um rendimento mínimo universal [...] na maior parte das propostas surge sem uma sustentação da respectiva exequibilidade e/ou da sua vantagem sobre outras medidas de política social”. Parece a este autor que “seria muito mais pertinente dar um combate efectivo às situações de pobreza e/ou exclusão social de pessoas concretas, do que uma redução eventual de uma desigualdade genérica e abstracta”.

Mas os radicais do RBI reivindicam a universalidade e a incondicionalidade de um rendimento dado pelo Estado, visto que se mostram muito mais

³ Farinha Rodrigues, C., Não basta transferir recursos, in revista *Cais*, Fevereiro de 2019.

preocupados com a felicidade pessoal de cada um, garantida pela libertação do trabalho e correlativo “direito à preguiça”, do que com a inserção social ou o acesso à cidadania dos mais desfavorecidos. O que motiva esses radicais é a miragem de um mundo idílico, sem trabalho nem obrigações.

PARTE SEGUNDA

A acontecer e a generalizar-se, este hipotético mundo sem trabalho importaria numa transformação histórica não menos profunda do que aquela que, há uns oitocentos anos, assinalou o nascimento de uma ética especificamente burguesa, que pela primeira vez na História da Humanidade dignificou e valorizou o trabalho e lhe conferiu uma qualidade propriamente moral: o trabalho como meio de realização pessoal e, sobretudo, como sinal de *virtude*. O trabalho, assim (burguesmente) entendido, deixava de ser um encargo insuportável, um peso não alijável, uma condenação irremissível, para se constituir, bem pelo contrário, numa ocupação dignificante, e gratificante.

O trabalho assim concebido era muito diferente das actividades pré-capitalistas orientadas pela mera avidez do lucro e da ganância, porque desprovidas de qualquer conteúdo ético intrínseco.

Tais actividades eram sofregamente açambarcadas por “empresendedores” que podiam ir dos mandarins chineses aos aristocratas romanos ou aos latifundiários da Alemanha prussiana, a Leste do rio Elbe. As rendosas actividades a que se dedicavam incluíam a pirataria, o financiamento de guerras e governos, a arrematação de impostos, o fornecimento de mercenários ou de equipamento militar. Sim, eram actividades altamente lucrativas, mas que não exigiam trabalho duro quotidiano, nem planeamento rigoroso; sobretudo, eram desprovidas de qualquer normativismo ético. Para Max Weber, este ambiente de “irrestrita imoralidade” era “incompatível com a ideia de trabalho árduo enquanto virtude e, portanto, enquanto obrigação moral”.

A consideração do trabalho como virtude e obrigação moral era um dos pré-requisitos do desenvolvimento do capitalismo, na condição de se generalizar a todas ou à maioria das comunidades humanas, o que de facto se veio a verificar antes de mais na Europa. Outros pré-requisitos, aliás só teoricamente dissociáveis

do acima enunciado, eram o individualismo e o planeamento racional, metódico e sistemático. Acontece que a semente de todos eles estava já depositada no solo dos burgos medievais europeus, um fenómeno exclusivamente europeu, sem paralelo em parte alguma do Mundo.

Superando as múltiplas jurisdições a que estivera sujeito no seu alvor, aí pelo século XI — não apenas em Itália mas na Europa em geral —, o burgo foi conquistando a sua autonomia própria e constituiu-se basicamente como “uma associação de proprietários locais”. E acabou a ser reconhecido como garante das liberdades individuais — da Lei — bem como supremo juiz da probidade *pessoal* de cada um dos associados. Aconteceu isto uns quatro séculos antes da Reforma Protestante. Juiz da probidade *pessoal* porque a adesão à comunidade burguesa não decorria de nenhuma relação de parentesco como a filiação tribal, provinha, sim, de um juramento de lealdade e pertença a uma associação de *cidadãos* puramente voluntária e pessoal/*individual*. Este juramento individual era a base dos direitos cívicos e individuais do burguês. (Só os judeus eram excluídos, uma vez que não praticavam a comunhão.)

Apesar do culto católico, comum e obrigatório — com a sua igreja, os seus santos padroeiros, a sua comunhão colectiva — ser uma condição *sine qua non* do gozo de cidadania plena, “a cidade medieval era uma instituição *secular*” (Reinhard Bendix). Era governada por laicos que pontificavam em domínios tão decisivos como a regulamentação administrativa, o exercício da justiça ou a organização de uma força militar susceptível de respaldar o poder político e económico da cidade, deste modo fortalecendo a autonomia urbana.

Esse “individualismo” e esse “laicismo”, a princípio incipientes, conjugaram-se para debilitar a capacidade integrativa dos laços familiares ou tribais, cujo afrouxamento a pouco e pouco facilitaria ou até promoveria a separação entre o mundo do *oikos* (*household*) e o mundo dos negócios. Gradualmente, porventura imperceptivelmente, este desentranhou-se do primeiro, deste modo adquirindo uma maior racionalidade económica, uma vez que passou a existir liberto dos condicionalismos e caprichos ditados pelas lealdades familiares. Citando Max Weber: “Assim que a responsabilização (*accountability*) se estabeleceu dentro da comunidade familiar, e que as relações económicas deixaram de ser estritamente de cariz comunista, verifica-se o fim da piedade ingénua e da repressão que esta exercia sobre o impulso económico” (Itálico meu).

Por outras palavras: a tradicional religiosidade que, por meio da consanguinidade, ligava os membros da tribo, do clã e da família, temperava ou até proibia a busca desenfreada do ganho a todo o custo, apenas autorizada nas relações com elementos exteriores a essas comunidades definidas pelo parentesco. Todavia, paulatinamente, o *cálculo* foi-se insinuando neste tipo de “*fraternidade tradicional*”, por ele corroída à medida que a ia impregnando. Uma tal transformação histórica, cuja importância nunca será demais realçar, não foi obra das seitas puritanas. Pelo contrário, “o Puritanismo foi um desenvolvimento tardio que reforçou tendências que desde há muito haviam distinguido a sociedade europeia” (R. Bendix).

Tais tendências são, pelo menos em parte significativa, imputáveis ao Cristianismo, que Weber considera ter expropriado o parentesco “de toda a significância ritual. Cada comunidade cristã era basicamente uma associação confessional de crentes individuais, não uma associação (ritualizada) de grupos de parentesco”. Com efeito, as cidades medievais eram comunidades associativas de indivíduos proprietários ou negociantes, não comunidades familiares ou tribais “ritualmente sancionadas”. Esta tradição tendencialmente “laicizante” e “igualitária” favoreceu a afluência de estranhos acolhidos em pé de igualdade com os já associados do burgo. De sublinhar é, ainda, um outro traço, aliás relacionado com este, a que Weber atribui importância decisiva: o trato com forasteiros exteriores à comunidade burguesa obedecia à mesma normatividade ética e moral que regia o comércio e os negócios em geral entre os indígenas.

Tal tradição “cosmopolita”, lentamente sedimentada ao correr de décadas e de séculos, também serviu de impulso para a separação entre o domínio dos assuntos familiares e o mundo dos negócios, separação que abriu espaço ao aperfeiçoamento dos métodos contabilísticos e incentivou a criação de variadas modalidades creditícias, indispensáveis numa época em que o dinheiro sonante escasseava. Nestas condições, qualquer candidato necessitado de aceder ao crédito tinha obrigatoriamente de possuir uma probidade indisputável, quer dizer, merecer a *confiança* dos seus parceiros.

O Puritanismo, surgido no século XVII em Inglaterra e depois exportado para a América, apenas pôde vingar como doutrina religiosa e teoria política (Alexis de Tocqueville) graças ao legado político, social e institucional do mundo urbano da Idade Média europeia, sem o qual os grandes reformadores protestantes do século XVI não teriam sido escutados e menos ainda seguidos. Note-se que um

tal legado é totalmente alheio às culturas asiáticas. Fenómeno único no mundo, a cidade da Europa medieval é simultaneamente berço e fruto amadurecido do individualismo ocidental, e este, por seu turno, é uma consequência indirecta do Cristianismo. Nada disto se compreenderá se não levarmos em conta a origem urbana do Cristianismo, por um lado, e o problema da “salvação”, por outro.

O Cristianismo expandiu-se, desde a Antiguidade romana e durante a Idade Média, na cidade ocidental. Esta foi, por excelência, o teatro de operações da religião cristã, uma “religião cívica”, como Weber a qualificou. O Cristianismo conviveu (e concorreu) durante séculos com divindades pagãs, reivindicadas como protectoras de uma determinada cidade, tribo ou império. Mas estas divindades tratavam apenas dos interesses específicos de uma colectividade enquanto um todo, como as colheitas ou as tempestades, por exemplo. Ora o indivíduo, esse procurava resposta para as suas dúvidas e pedia a intervenção divina (ou do feiticeiro, do mistagogo, do padre, do profeta) para resolver os seus dramas e sofrimentos pessoais — uma doença, um negócio ruinoso, a infertilidade da mulher e por aí fora. O indivíduo sabia-se pecador, e pretendia a todo o custo obter a sua salvação pessoal *individual* — um assunto privado entre ele e o Deus Todo-Poderoso: não havia “salvação *colectiva*”, porque os sofrimentos, geralmente provocados pelo pecado, variavam conforme cada pecador.

(No fulcro das polémicas religiosas suscitadas pela Reforma Protestante, no século XVI, esteve sempre o intrincado e crucial problema da Salvação: como podiam os homens, pecadores por natureza, alcançar o Céu?)

Cedo surgiu a figura do redentor, o “mito do salvador” (Weber), com a particularidade de que lhe era atribuído um duplo carácter — individual e universal. Assim sendo, todos e cada um podiam dirigir-se ao mesmo Salvador. “Sob condições favoráveis, isto levou à formação de uma “comunidade” religiosa, independente de associações étnicas. Eles [os salvadores] prometeram a salvação dos indivíduos *qua* indivíduos.”

A Reforma Protestante, nas suas diversas versões — luterana, calvinista, zwingliana e outras — não inaugura o racionalismo nem o individualismo, antes medra num contexto histórico propício onde os embriões destes elementos já estavam presentes, e mais não fez do que reforçá-los. Nem por isso o seu contributo para o desenvolvimento do capitalismo pode ser tido como despiciendo. O Puritanismo procedeu a uma radical *reorientação mundana* do labor humano. O

trabalho, em si mesmo, provinha de um mandamento divino, e a correspondente recompensa seria recebida no Além. O calvinismo, e depois o Puritanismo, em particular, enviesaram este vai-vem entre os homens e a Divindade. A ética burguesa — proibidade pessoal e labuta sem descanso — carecia de ser incessantemente comprovada neste mundo terreno, ainda antes de o homem ascender ao Céu; o sucesso económico alcançado na Terra seria prova e medida da posse daquelas qualidades, e, portanto, uma certidão de futuro acesso à companhia do Salvador. A teoria calvinista e puritana da predestinação revelou-se eficaz como solução para o problema da incongruidade entre destino e mérito, entre esforço e infortúnio. “O afortunado precisa de saber que possui direito à sua boa fortuna. [...] A boa fortuna exige, assim, ser fortuna ‘legítima’” (Weber).

Insensivelmente, ou não, a relativa desvalorização do Reino de Deus, *objectivamente* verificada nesta visão calvinista e puritana das coisas, impulsionou “um maciço processo de secularização” ao longo do qual germinou um “utilitarismo” que se substituiu à procura da retribuição divina no Além, “e criou um “ethos económico especificamente burguês” (R. Bendix). Muito longe iam os tempos em que Jesus Cristo, alegadamente, vaticinara que mais fácil seria um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico transpor os umbrais da morada de Deus. A ética protestante inverteu o sentido da metáfora: a riqueza acumulada *na terra*, resultante de um misto de proibidade, abnegação e trabalho árduo, seria o garante do acesso ao piso celestial.

À dignificação do trabalho seguiu-se a sua glorificação, que, no entanto, e de certo modo paradoxalmente, depressa se despreendeu do primitivo fundamento religioso e dispensou toda a sanção moral. Protestantes, católicos teus ou agnósticos desataram a enriquecer, sem questionarem a legitimidade da abundância alcançada. Porém, o elo entre trabalho e riqueza manteve-se até hoje, se bem que já bastante amolgado. É difícil estabelecer a época em que o consumo passou a impulsionar a produção; em que a mão invisível do mercado se impôs como suprema reguladora da vida económica. Certo é que as “necessidades” se foram multiplicando e tornando cada vez mais exigentes. Até que se generalizaram as necessidades desnecessárias: entrou-se na triunfal época do Consumismo.

Desde o fim da II Grande Guerra Mundial que as mercadorias consumíveis se converteram no nosso bezerro de ouro; *que o consumo se transformou na única*

paixão contemporânea universal. Como se viu, a chegada dos homens à nossa Meca contemporânea — a possibilidade virtual ou real de tudo comprar — implicou o que Weber chamou um “desencantamento com o mundo”, uma marginalização de Deus, uma laicização da vida em que o grande sociólogo discerniu uma peculiaridade específica da cultura ocidental. A religião tornou-se como que um acessório, um adereço descartável, uma motivação prescindível. Porém, insisto: na época em que Weber publicou a sua obra — ca. 1880–1920 — tal como ainda hoje, no nosso tempo, o trabalho continua a ser visto, burguesmente, como investido por um intrínseco valor moral; e, noutro plano, como um valor existencial. No mundo contemporâneo, pelo menos na sua parte ocidental, a ociosidade e a dependência financeira voluntárias continuam a ser vistas geralmente como parasitismo social e indignidade pessoal.

PARTE TERCEIRA

Sendo assim, o que pensar do entusiasmo que suscita a perspectiva de um Rendimento Básico Universal (ou Incondicional)? O que pensar de um mundo onde o trabalho é ou seria facultativo, e, portanto, um mero passatempo como qualquer outro, moralmente neutro, existencialmente dispensável e, portanto, opcional?

A esquerda marxista dirá que o trabalho avilta porque expõe os homens à exploração capitalista. E di-lo como se fosse uma constatação de facto, quando, na verdade, é uma interpretação, uma afirmação moral empiricamente incomprovável. No decurso de uma revolução tecnológica como aquela que vivemos, a teoria do valor de Marx é imprestável. Quem é explorado? O britânico Tim Berners-Lee, inventor da WWW (World Wide Web), que hoje é no mínimo um multi-milionário?! Os CEO's que, não sendo os donos dos meios de produção, trabalham muito e ganham salários milionários?! E toda essa riqueza não mais seria do que a redistribuição de mais-valias geradas pelo “trabalho não pago” de uma classe operária que já nem sequer se auto-identifica como tal? Os comunistas que por aí sobram estão contra o Rendimento Básico Incondicional. Nada de mais lógico e de mais compreensível. Se 2/3 do Ocidente não trabalham; e se a robotização inutilizará antes de mais o trabalho manual, para que plateia do Mundo se mudaria a “vanguarda operária”?!

A classe operária — proletária — do tempo da Primeira Revolução Industrial, pura e simplesmente já não existe. Foi desaparecendo com a superação da máquina a vapor por tecnologias infinitamente mais eficientes e sofisticadas, desencantadas por milhares ou milhões de investigadores em todo o mundo, cujo labor, de tão dependente da cooperação com terceiros, em muitos ou na maioria dos casos não tem sequer um autor único identificável ou mesmo autores vários identificáveis. Quem é o explorado, o expropriado, a quem foi sonogada a mais-valia que criou?!

A recusa do trabalho como exploração do homem pelo homem não faz hoje em dia, e já não fazia ontem, qualquer espécie de sentido. Posto isto, é inegável que há trabalhos tremendamente elementares e horrivelmente monótonos. Serão, já são, as principais vítimas da robotização. Os trabalhadores redundantes terão, hipoteticamente, a sua subsistência assegurada pelo RBI. Serão sustentados pelos impostos de todos os que “optam” ou podem optar por continuar no activo. Mas não equivale isto não apenas a uma Quarta Revolução Industrial, mas, sobretudo a uma revolução ética e moral? Revolução geradora de um *mundo pós-burguês*, em que a parasitagem deixa de ser anátema; em que o trabalho como sinal de virtude é substituído pelo lazer, pela ocupação lúdica, pela vacuidade moral do passatempo para entreter. Será esta uma perspectiva fascinante, ou um terrível pesadelo? Aguentaremos nós, os *sapiens* de hoje, uma vida sem obrigações, que nada nos exija, mas que também em nada nos recompense? Free lunch for everybody, every day! Não significaria isto a absoluta depreciação do mérito? Não está aqui, em vez de um Éden humanamente recriado, a receita exacta para uma medonha depressão individual e colectiva?

Para a maioria de nós, *sapiens* de hoje, tal perspectiva é da ordem do pesadelo. Ao contrário do que pensam os entusiastas do RBI, a maioria dos humanos passa perfeitamente sem liberdade, pelo elementar motivo de que não sabem o que fazer dela ou com ela. Transformar 365 dias por ano num contínuo e interminável Domingo a mirar montras no Colombo ou a calcorrear o percurso obrigatório do Ikea? Reinventar o quotidiano todos os dias? Mas quantos são capazes disso?! A verdade é que a liberdade prometida pelo RBI interessa a muito poucos, e um mundo sem trabalho depressa se converteria num dramático pesadelo, numa insuportável monotonia, num intragável aborrecimento.

Porém, subsiste o facto de que, graças à robótica, à inteligência artificial e outras tecnologias digitais, são inúmeras as profissões condenadas a desaparecer. E os atingidos pela raia dos computadores tanto serão os *blue* como os *white collars*, do carpinteiro ao advogado. Nota-se, até, que no futuro serão precisamente as profissões mais sofisticadas as mais afectadas, como cirurgiões, pilotos de avião, radiologistas, contabilistas e por aí fora. No futuro, as formações profissionais adequadas serão cada vez mais exigentes, “à medida que cresce a complexidade das tarefas que podem ser desempenhadas por computadores, máquinas, programas e robots”⁴. Nascerão elites de um tipo inteiramente novo, criadas e legitimadas pela maior destreza tecnológica dos seus membros. Estará assim alcançado um “Estádio Superior da Tecnocracia”! “Temos de nos preparar para uma sociedade em que só uma elite tecnocrática se revestirá de utilidade social.”⁵ Falta, porém, acrescentar o mais tenebroso: seremos governados por um tipo de elite inacessível e indestronável, firmada que estará sobre os alicerces de um conjunto de competências privativas dos mais inteligentes. As massas ignaras serão reduzidas a párias, assim como a humanidade de inteligência mediana permanecerá arredada dos botões que comandam o seu destino.

Nada do que fica escrito pertence à ordem da especulação ficcional. O mundo de que falo já aí está, perfeitamente reconhecível. Salvo algum apocalipse universal, dentro de 20 a 30 anos — talvez nem tanto — pelo menos 2/3 da população do mundo desenvolvido não terá emprego. Irão os Estados ordenar aos respectivos bancos centrais que liguem as rotativas para imprimir notas que cheguem para dar dinheiro a toda a gente. Se o fizessem, todas as economias, segundo o senso comum, desabariam sob o peso destrutivo de uma gigantesca inflação. Há, no entanto, investigações em curso, no domínio da macroeconomia, que operam um corte radical não só com a teoria económica clássica como também com o pós-keynesianismo.

Para estes pioneiros da Moderna Teoria Monetária (MMT), parece que desapareceu, por completo, um nexa concreto entre a riqueza material efectiva, e realmente existente, por um lado, e, por outro, o dinheiro circulante que se supõe — supunha? — representá-la, ainda que muito imperfeitamente. Com efeito, tal nexa já é hoje em dia largamente fictício, uma vez que nas maiores bolsas do

⁴ Oliveira, A., *Público*, 10 de Fevereiro de 2018.

⁵ *Idem*.

mundo se transaccionam diariamente vários PIB's mundiais... Nestes contextos, o dinheiro foi, ou parece ter sido transformado, numa mera escrituração computacional. Porque não dar o passo seguinte e proclamar que “um governo soberano nunca se expõe a um constrangimento financeiro [“is never revenue constrained”] porque possui o monopólio da emissão monetária” (Bill Mitchell, 25.08.2016)? E mais: “um governo não está sujeito a constrangimentos financeiros e pode gastar o que quiser sem recurso a qualquer financiamento, ao contrário de uma economia doméstica”. A partir destas premissas, através de meandros teóricos muito complexos para os leigos, seria possível conceber políticas de pleno emprego permanente, sem as arreliantes limitações dos *deficits* orçamentais nem, milagrosamente, o risco de inflações descontroladas. Joe Guinan, na revista *Renewal, a Journal of Social Democracy*, escreve um artigo significativamente intitulado: *Modern Money and the Escape from Austerity*, destacando a seguinte frase: “A Moderna Teoria Monetária destrói a base intelectual da austeridade, mas requer uma economia política mais robusta”. Outro autor afirma desembaraçadamente que “a insolvência ou a bancarrota de um governo [soberano] constitui uma impossibilidade: [tal governo] pode sempre pagar”. A gestão dos *deficits* orçamentais não é, portanto, um problema — dir-se-ia que antes são um activo —, podendo ser usados como instrumento para gerar/financiar pleno emprego tanto no sector público como no privado. Mas... pleno emprego em sociedades que se debatem precisamente com o problema de um enorme excedente populacional para o qual não há trabalho?!

Se tudo isso for verdade e exequível, é possível que a subsistência económica da força de trabalho dispensada ou supérflua esteja ou possa vir a estar resolvida. Se a Moderna Teoria Monetária se revelar mais do que um diletantismo utópico, então é todo um universo multiseccular de valores, comportamentos e atitudes que se esboroará inevitavelmente, deixando os homens afogados num vazio moral, ético e cívico. Resta saber que tipo de homens serão esses, pois uma tal revolução transformará a Humanidade do mundo desenvolvido quer antropologicamente, quer, até, ontologicamente. Por mim, não gostaria nada de viver nesse admirável mundo novo.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019)

Índice

A REVOLUÇÃO LIBERAL DE 1820 EM CONTEXTO LOCAL E GLOBAL ..	7
<i>José Luís Cardoso</i>	
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÊMICA DO “DESEJADO’, QUE OPÔS ANTÓNIO SÉRGIO E CARLOS MALHEIRO DIAS.....	19
<i>Rafael Gomes Filipe</i>	
ANTÓNIO SÉRGIO – HUMANISTA E PEDAGOGO VISIONÁRIO. (CONTRIBUTO, COM NUMEROSOS ELEMENTOS INÉDITOS).....	31
<i>Matilde Sousa Franco</i>	
ARMISTÍCIO?.....	65
<i>Adriano Moreira†</i>	
A I GUERRA MUNDIAL E O PÓS-CONFLITO, POLÍTICO E MILITAR	71
<i>José Luiz Pinto Ramalho</i>	
CRÓNICA (GERAL) DE ESPANHA DE 1344: O CÓDICE MEDIEVAL DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, — EM ENCADERNAÇÃO RECUPERADA E EM REVISITAÇÃO DE LEITURAS.....	85
<i>Aires A. Nascimento</i>	
PADRE MANUEL ANTUNES: UMA VOZ DE PLENITUDE E NOVIDADE NA FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA	121
<i>Aires A. Nascimento</i>	
JUSTIÇA E PODER EM ANTÓNIO VIEIRA.....	149
<i>Acílio da Silva Estanqueiro Rocha</i>	
O IDEAL REFORMISTA NA ORATÓRIA DE BARTOLOMEU DO QUENTAL.....	173
<i>José Luís Brandão da Luz</i>	

OS DESAFIOS DA CONJUNTURA ESTRATÉGICA ACTUAL PARA A POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL	205
<i>José Luiz Pinto Ramalho</i>	
LA QUESTION MIGRATOIRE AU XXI ^{ÈME} SIECLEREGARD – AFRICAIN...	223
<i>Driss Guerraoui</i>	
IRONIAS DO AMOR NA POESIA DE VASCO GRAÇA MOURA (OU OS CLÁSSICOS NAS VOLTAS INCERTAS DA SUA POESIA)	237
<i>Carlos Ascenso André</i>	
OPERARI SEQUITUR ESSE? LEONARDO E AS DINÂMICAS EPISTÉMICAS NA EUROPA DOS SÉCULOS XV E XVI	253
<i>Vasco Medeiros</i>	
FERNANDO NAMORA E A GEOGRAFICIDADE DA SUA OBRA: DO ESPÍRITO DOS LUGARES AOS DIÁLOGOS PROSPETIVOS	277
<i>Rui Jacinto</i>	
“OFFENBACH É UMA FILOSOFIA CANTADA!” — ECOS DE “ÓPERAS BURLESCAS” REPRESENTADAS EM LISBOA NO SÉCULO XIX (NO BICENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO COMPOSITOR)	289
<i>Mário Vieira de Carvalho</i>	
UN DESSIN DE LEONARDO DA VINCI DANS LA COLLECTION DE FRANCISCO DE HOLANDA.....	317
<i>Sylvie Deswarte-Rosa</i>	
BREVE REFLEXÃO SOBRE O DIREITO E OS SEUS LIMITES, POROSIDADES E PERMEABILIDADES	321
<i>Maria da Glória F.P.D. Garcia</i>	

“O CONSELHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DAS FINANÇAS PÚBLICAS PORTUGUESES DESDE O 25 DE ABRIL”, COMENTÁRIO À INTERVENÇÃO DE TEODORA CARDOSO.....	339
<i>António S. Pinto Barbosa</i>	
TANTA DOR EM NATÉRCIA FREIRE	343
<i>Fernanda Dacosta</i>	
A ÚLTIMA BRAGANÇA	347
<i>Maria de Fátima Bonifácio</i>	
DUQUE DE SANTA CRUZ E PRÍNCIPE CONSORTE (1810-1835).....	363
<i>Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança</i>	
O CONTRIBUTO DE SÍLVIO LIMA PARA UMA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA EM PORTUGAL	371
<i>Manuel Viegas Abreu</i>	
O PENSAMENTO LIBERAL DE SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA NOS 250 ANOS DO SEU NASCIMENTO.....	381
<i>José Esteves Pereira</i>	
WINSTON CHURCHILL: CAMINHANDO COM O DESTINO	399
<i>João Carlos Espada</i>	
UM MUNDO SEM TRABALHO?	409
<i>Maria de Fátima Bonifácio</i>	

Impresso em Lisboa
na Gráfica 99, em 2024.
Dep. Legal: 61370/92